

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**MIGRAÇÕES DE RETORNO NO CONTEXTO INSULAR AÇORIANO:
O REGRESSO VOLUNTÁRIO À REGIÃO DE ORIGEM. A EXPERIÊNCIA FAIALENSE**

Filipa Alexandra Serafim Violante Couchinho

DOUTORAMENTO EM RELAÇÕES INTERCULTURAIS

2021

UNIVERSIDADE ABERTA



**MIGRAÇÕES DE RETORNO NO CONTEXTO INSULAR AÇORIANO:
O REGRESSO VOLUNTÁRIO À REGIÃO DE ORIGEM. A EXPERIÊNCIA FAIALENSE**

Filipa Alexandra Serafim Violante Couchinho

DOUTORAMENTO EM RELAÇÕES INTERCULTURAIS

**Tese de doutoramento orientada pelo Professor Doutor Lúcio Manuel Gomes de Sousa
e coorientada pelo Professor Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto**

2021

RESUMO

O presente estudo tem por objeto o regresso, de forma voluntária, de migrantes naturais da ilha do Faial à sua ilha de origem, preferencialmente, desde o início do século XXI, em resultado de migrações internacionais e/ou internas.

Este trabalho de investigação, partindo da incontornável realidade migratória (internacional e interna) associada ao arquipélago dos Açores, tem objetivos exploratórios (de levantamento e identificação de situações de retorno no período em estudo, relativamente à comunidade em apreço), descritivos (de caracterização da situação dos ex-migrantes – emigrantes e migrantes internos – regressados ao arquipélago) e explicativos (de verificação, análise e avaliação das dinâmicas de regresso à região de origem). Os objetivos elencados permitirão focar os aspetos mais relevantes do fenómeno da migração de retorno à ilha do Faial, designadamente, as causas – e sua relação com o contexto em que, quer a partida, quer o regresso se dão – os impactos e a sua continuidade, tendo presente que a contemporaneidade tem vindo a configurar novas formas de mobilidade, às quais o arquipélago não é indiferente.

A opção por este tema surge porquanto o retorno não é uma matéria frequentemente investigada, ou facilmente quantificável; daí que o seu estudo represente um valioso contributo para ampliar o espectro de conhecimento sobre esta realidade. Esta investigação tem a particularidade de alicerçar as duas tipologias migratórias – internacional e interna – recorrentemente tratadas em separado, bem como levou à proposta de uma nova tipologia no estudo das migrações – a migração dual –, procurando estabelecer conexões entre os três tipos de ex-migrantes e assumindo o elemento ‘regresso’ uma importância preponderante na ligação entre tipologias. O facto de não existirem estudos com esta abordagem, no contexto insular açoriano, torna este estudo único, revestindo-se da maior relevância para a comunidade científica, para a sociedade em geral e para a comunidade açoriana em particular, o contributo que o mesmo representa para o conhecimento deste fenómeno migratório.

Palavras-chave: Migrações, Retorno, Açores, Faial

ABSTRACT

The present study aims at the voluntary return of migrants from the island of Faial to their island of origin, preferably, since the beginning of the 21st century, as result of international and/or internal migrations.

This research work, starting from the unavoidable migratory reality (international and internal) related to the Azores archipelago, has exploratory objectives (survey and identification of return situations in the period under study), descriptive objectives (characterization of the situation of ex-migrants – emigrants and internal migrants – who have returned to the archipelago) and explanatory objectives (of verification, analysis and evaluation of the returning dynamics to the region of origin). The listed objectives will allow to focus on the most relevant aspects of the phenomenon of return migration to the island of Faial, namely, the causes – and respective relation with the context in which, both departure and return take place – the impacts and its continuity, taking in account that contemporaneity has been configuring new forms of mobility, to which the archipelago is not indifferent.

The choice for this theme arises since the return is not a frequently investigated subject, nor easily quantifiable; therefore, its study represents a valuable contribution to broaden the spectrum of knowledge regarding this reality. This investigation has the particularity of linking the two migratory components – international and internal – which are repeatedly treated separately, as well as the proposal of a new typology within the study of migration – dual migration –, seeking to establish eventual connections among the three types of ex-migrants, with the element 'return' assuming a preponderant importance in the link among migratory types. The fact that there are no studies with this approach in the Azorean island context, makes this study unique, being of utmost relevance for the scientific community, for society in general and for the Azorean community in particular, the contribution that it represents for the knowledge of this migratory phenomenon.

Keywords: Migration, Return, Azores, Faial

DEDICATÓRIA

Aos meus pais.

“À minha velha casa
eu regresso à procura
das origens da ternura,
onde o meu ser perdura.”

José Carlos Ary dos Santos

AGRADECIMENTOS

Tendo presente que um trabalho desta natureza é o resultado de um todo que não passa apenas por mim, expresso, nesta ocasião, a minha imensa gratidão a todos quantos, de forma direta ou indireta, pessoal ou institucional, contribuíram, cada um de forma única, para que este estudo nascesse, crescesse e pudesse ver a luz do dia, após muitos sobressaltos e constrangimentos, que a esperança e a resiliência, ancoradas em apoios inexcedíveis, permitiram ultrapassar, em particular:

Ao Professor Doutor Lúcio Manuel Gomes de Sousa, meu orientador, e ao Professor Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto, meu coorientador, pela orientação científica e pelo contínuo apoio e motivação prestados ao longo da elaboração deste trabalho, bem como aos membros do júri constituído no âmbito da apreciação e discussão da presente tese de doutoramento, Professora Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade, Professora Doutora Gilberta Pavão Nunes Rocha, Professora Doutora Ana Paula Beja Horta e Professor Doutor José Carlos Laranjo Marques, pelos contributos inestimáveis, assinalando igualmente o papel de todos os Professores da Universidade Aberta com quem tive o privilégio de aprender ao longo destes anos, enquanto aluna desta universidade;

Aos ex-migrantes regressados à ilha do Faial que participaram neste estudo, a quem as palavras não seriam suficientes para agradecer a disponibilidade e generosidade com que abarcaram este desafio e partilharam, mais do que a experiência migratória, a sua experiência de vida, não esquecendo todos os que foram o canal para chegar aos participantes no estudo, nem a ilha do Faial que me acolheu durante cinco anos, ao longo dos quais tive o privilégio de acompanhar, apreender e compreender os processos e dinâmicas migratórias das suas gentes, que se tornaram minhas gentes para a vida;

Hoje e sempre, à minha família, por estar em todos os momentos ao meu lado, incansável no incentivo à prossecução dos meus objetivos, especialmente, às minhas filhas, tão pequenas e, no entanto, tão crescidas, pela imensa compreensão que manifestaram relativamente às minhas ausências, sempre que foi necessário para a realização deste trabalho.

A todos, o meu muito obrigada.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	III
ABSTRACT.....	IV
DEDICATÓRIA	V
AGRADECIMENTOS	VII
ÍNDICE GERAL.....	IX
Índice de Figuras	XII
Índice de Gráficos	XIII
Índice de Quadros.....	XIV
Índice de Tabelas	XV
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	XVI
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
1. Introdução.....	3
1.1. Justificação do objeto e problema em estudo.....	3
1.2. Metodologia de investigação	6
1.3. Organização da tese	7
CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	9
2. Enquadramento teórico.....	11
2.1. Migrações e mobilidade.....	11
2.2. Migrações e retorno.....	22
2.3. Migrações e insularidade	32
2.4. O arquipélago dos Açores no contexto insular e migratório	35
2.4.1. A migração interna nos Açores.....	42
2.4.2. A migração internacional nos Açores.....	46
2.4.3. O retorno aos Açores.....	52
2.5. O Faial e o retorno voluntário à ilha de origem	63
CAPÍTULO 3 – OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	69
3. Opções metodológicas.....	71
3.1. O processo de investigação.....	71

3.2.	O paradigma de investigação	76
3.3.	Definição de técnicas e instrumentos de recolha de dados e informação	79
3.3.1.	Recolha bibliográfica	80
3.3.2.	Dados estatísticos	81
3.3.3.	Estudo de casos	83
3.3.3.1.	A entrevista semiestruturada	86
3.3.3.2.	A construção da amostra	88
3.4.	Análise de conteúdo	103
3.5.	Validade da investigação	108
3.6.	Questões éticas no processo de investigação	111
CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS		113
4.	Apresentação e discussão dos resultados	115
4.1.	Percursos migratórios dos ex-migrantes regressados à ilha do Faial	115
4.1.1.	Ex-migrantes internos	116
4.1.1.1.	A partida: sair para estudar	116
4.1.1.2.	A estada: estudar para regressar	121
4.1.1.3.	O regresso: uma vida à medida, junto da família	141
4.1.1.4.	Síntese da experiência migratória dos ex-migrantes internos	165
4.1.2.	Ex-migrantes internacionais	173
4.1.2.1.	A partida: em busca de melhores condições de vida	173
4.1.2.2.	A estada: trabalhar, trabalhar, trabalhar	177
4.1.2.3.	O regresso: ganho e perda, no paraíso	194
4.1.2.4.	Síntese da experiência migratória dos ex-migrantes internacionais	210
4.1.3.	Ex-migrantes duais	217
4.1.3.1.	A partida: saída para o desconhecido	217
4.1.3.2.	A estada: outras realidades, outras visões do mundo	220
4.1.3.3.	O regresso: de volta às raízes, tranquilidade ou inquietude?	238
4.1.3.4.	Síntese da experiência migratória dos ex-migrantes duais	256
4.2.	Olhar o regresso à luz de experiências migratórias entrecruzadas	264
4.2.1.	Os ex-migrantes regressados: perfis e percursos migratórios	264

4.2.2. O regresso à “velha casa”	296
CAPÍTULO 5 – REFLEXÕES FINAIS.....	323
5. Reflexões finais	325
5.1. Resultados alcançados	325
5.2. Limitações do estudo	331
5.3. Perspetivas abertas pelo estudo	332
BIBLIOGRAFIA.....	333
ANEXOS.....	357
Anexo I – Termo de consentimento informado	359
Anexo II – Guião de entrevista.....	363
Anexo III – Grelhas de análise das entrevistas	369

Índice de Figuras

Figura: 3.1 – Etapas do procedimento científico	71
Figura: 3.2 – Trajetórias migratórias.....	75
Figura: 3.3 – Combinação complementar de abordagens.....	78
Figura: 3.4 – Naturalidade dos participantes no estudo, por freguesia	93
Figura: 3.5 – Desenvolvimento de uma análise de conteúdo	105
Figura: 4.1 – Esquema de percursos migratórios dos ex-migrantes regressados à ilha do Faial.....	266
Figura: 4.2 – Percursos migratórios efetuados pelos ex-migrantes regressados, por tipologia migratória	267
Figura: 4.3 – Articulação entre as tipologias migratórias no contexto do retorno insular açoriano	320

Índice de Gráficos

Gráfico: 2.1 – Evolução da emigração açoriana (2000-2015).....	50
Gráfico: 2.2 – Residentes nos Açores, em 2011, que mudaram de residência, por referência a 2005 e 2009	59
Gráfico: 2.3 – Residentes no Faial, em 2011, que mudaram de residência, por referência a 2005 e 2009	66
Gráfico: 3.1 – Composição do grupo participante no estudo, por sexo e faixa etária	92
Gráfico: 3.2 – Ex-migrantes regressados participantes no estudo, por tipologia migratória	97
Gráfico: 3.3 – Ex-migrantes regressados participantes no estudo, por tipologia migratória e por sexo.....	98
Gráfico: 4.1 – Partidas da ilha do Faial, por faixa etária e por tipologia migratória	270
Gráfico: 4.2 – Partidas da ilha do Faial, por década e por tipologia migratória	271
Gráfico: 4.3 – Duração da estada dos ex-migrantes regressados à ilha do Faial, por tipologia migratória	286
Gráfico: 4.4 – Regressos à ilha do Faial, por período e por tipologia migratória	297
Gráfico: 4.5 – Regressos à ilha do Faial, por faixa etária e por tipologia migratória.....	298

Índice de Quadros

Quadro: 2.1 – Períodos migratórios nos Açores (1900-2015)	39
Quadro: 2.2 – Migração interna nos Açores (1900-2010)	43
Quadro: 2.3 – Evolução demográfica e movimentos migratórios na ilha do Faial (1864-2011)	66
Quadro: 3.1 – Sinopses biográficas introdutórias, por tipologia migratória	99
Quadro: 4.1 – Características gerais dominantes dos ex-migrantes regressados, por tipologia migratória	265
Quadro: 4.2 – Características gerais dominantes na partida	277
Quadro: 4.3 – Contribuição dos ex-migrantes regressados para o desenvolvimento, por tipologia	313
Quadro: 4.4 – Síntese dos principais dados referentes aos ex-migrantes regressados entre 1999-2016	321

Índice de Tabelas

Tabela: 2.1 – Arquipélago dos Açores: Dimensão e população, em 2011	35
Tabela: 2.2 – População residente nos Açores, em 2011, que residia noutro município em 2005 e 2009	44
Tabela: 2.3 – N.º de emigrantes açorianos, por destino (1960-2015)	49
Tabela: 2.4 – População residente nos Açores, em 2011, que residia no estrangeiro, em 2005 e 2009	50
Tabela: 2.5 – População residente em 2011 que, em 2005 e em 2009, residia noutro município ou no estrangeiro.....	67
Tabela: 4.1 – Destinos migratórios dos ex-migrantes regressados, por tipologia migratória	282
Tabela: 4.2 – Duração da estada dos ex-migrantes regressados à ilha do Faial, por tipologia migratória, em Portugal e no estrangeiro	288
Tabela: 4.3 – Nível de escolaridade concluído aquando da partida (P) e do regresso (R), por tipologia migratória.....	306
Tabela: 4.4 – Condição perante o trabalho aquando da partida (P) e após o regresso (R), por tipologia migratória.....	307
Tabela: 4.5 – Setor de atividade aquando da partida (P), durante a estada (E) e após o regresso (R), por tipologia migratória.....	308
Tabela: 4.6 – Ex-migrantes regressados em exercício de funções na Administração Pública aquando da partida (P) e após o regresso (R), por tipologia migratória.....	309

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ACM	(Alto Comissariado para as Migrações)
CRPM	(Conferência das Regiões Periféricas Marítimas)
DRC	(Direção Regional das Comunidades)
DUDH	(Declaração Universal dos Direitos Humanos)
EUA	(Estados Unidos da América)
FAMI	(Fundo Asilo, Migração e Integração)
INE	(Instituto Nacional de Estatística)
IOM	(<i>International Organization for Migration</i>)
JAUPA	(Jovens Açorianos Unidos pelos Açores)
MIRAB	(<i>Migration, Remittances, Aid and Bureaucracy</i>)
NASA	(<i>National Aeronautics and Space Administration</i>)
NELM	(<i>New Economics of Labour Migration</i>)
OCDE	(Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)
OECD	(<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>)
OEFP	(Observatório do Emprego e da Formação Profissional)
OIM	(Organização Internacional para as Migrações)
ONU	(Organização das Nações Unidas)
OUA	(Organização de Unidade Africana)
PALOP	(Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa)
PEM	(Plano Estratégico para as Migrações)
PIDCP	(Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos)
REGIN	(<i>Regions for Migrants and Refugees Integration</i>)
SREA	(Serviço Regional de Estatística dos Açores)
UE	(União Europeia)
UN	(<i>United Nations</i>)
UNDP	(<i>United Nations Development Programme</i>)

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1. Introdução

1.1. Justificação do objeto e problema em estudo

O presente trabalho tem por objeto o regresso voluntário de ex-migrantes ao arquipélago dos Açores, e, mais especificamente, à ilha do Faial, preferencialmente desde o início do séc. XXI, em resultado de migrações internacionais e/ou internas, tendo presente as motivações que levaram os migrantes faialenses à partida, para melhor compreender os seus percursos migratórios, após o que haverá condições para caracterizar a migração de retorno à região de origem, refletindo sobre a sua evolução, no período em referência.

A opção por este tema prende-se com o facto de o retorno não ser uma matéria frequentemente estudada ou facilmente quantificável, dentro do ciclo migratório; daí que os estudos existentes sobre esta temática representem um valioso contributo para aumentar a dimensão de conhecimento sobre esta realidade. Tem também motivações de natureza profissional, pois trabalho, precisamente, na área das migrações, particularmente no setor do retorno, tendo grande interesse nesta matéria, e, cumulativamente, razões de natureza pessoal, atendendo a que tive a oportunidade de realizar grande parte do trabalho de investigação enquanto exerci funções e residi no próprio terreno de pesquisa, na ilha do Faial, inserida e integrada na comunidade local, o que se revelou determinante na realização da investigação.

O retorno é uma componente da migração que apenas começou a ser alvo de estudo pormenorizado a partir das décadas de setenta e oitenta do século passado e que permanece, até aos nossos dias, pouco explorado (King 2012); não obstante, a questão do regresso encontra-se atualmente no centro do debate sobre a gestão da migração internacional (Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD], 2008).

O facto de não existirem estudos com esta abordagem, no contexto insular açoriano, torna este estudo original, revestindo-se da maior importância para a comunidade açoriana, em particular, para a comunidade científica e para a sociedade, em

geral, o contributo que o mesmo representa para o conhecimento do fenómeno das migrações de retorno.

Em concreto, este trabalho de investigação, partindo da incontornável realidade migratória, internacional e interna, associada ao arquipélago dos Açores, tem, por um lado, objetivos exploratórios, no sentido do levantamento e identificação de situações de retorno no período em estudo, relativamente à comunidade em apreço, mas também tem objetivos descritivos, de determinação e caracterização da situação dos ex-migrantes – emigrantes e migrantes internos – regressados ao Faial; por fim, tem igualmente objetivos explicativos, de verificação, análise e avaliação das dinâmicas de regresso à região de origem.

Os objetivos traçados permitirão focar os principais aspetos, designadamente, as causas, os impactos e a continuidade do fenómeno em apreço, realçando, assim, a originalidade e relevância deste trabalho: a escassez de estudos sobre o regresso voluntário, a ligação entre fluxos internos e internacionais e o aprofundamento do caso do Faial.

A questão de partida deste estudo versa, pois, sobre as causas do retorno de ex-migrantes à região de origem, neste século, de forma voluntária, em resultado de migrações, tanto internacionais como internas, relacionando-as com o contexto em que a partida, a estada e o regresso se dão, para compreender os efeitos do retorno no percurso pessoal de ex-emigrantes e ex-migrantes internos regressados, bem como na sociedade da região de origem, à qual retornaram.

Como questão prévia, anterior à questão de partida, é importante ter presente que as migrações internas e internacionais raramente são consideradas em conjunto, sendo frequentemente abordadas e analisadas pela teoria em separado, como evidenciou a revisão bibliográfica efetuada. Contudo, as trajetórias internas e as internacionais dos regressados não têm, na realidade, de ser mutuamente exclusivas.

Assim, este estudo tem a particularidade de alicerçar as duas componentes migratórias – internacional e interna –, no contexto do retorno insular açoriano, procurando estabelecer conexões entre ambos os tipos de migrantes – emigrantes e migrantes internos –, tendo presente que, como aponta Peixoto (1998a, p. 92): “Em

vários aspetos, os movimentos migratórios atuais diferem daquelas que foram as suas características tradicionais e que inspiraram as teorias ‘clássicas’. Algumas das novas fronteiras das migrações desenham-se tanto no espaço como no tempo”. King (2010) refere a este propósito que estas trajetórias podem “ser combinadas em diferentes sequências ao longo da biografia migratória de um mesmo indivíduo (eventualmente intercaladas pelo retorno ao território de origem)” (p. 39).

A migração de retorno complexifica as possibilidades de articulação entre ambos os tipos de migrações, daí resultando um sistema integrado (King & Skeldon, 2010, p. 1640), sendo este, por isso, um ponto de análise fulcral neste estudo.

É precisamente sobre este aspeto tão concreto e, ao mesmo tempo tão abstrato e complexo, que o presente trabalho de investigação se posiciona, ao introduzir uma nova tipologia migratória, conforme se explanará adiante, que rompe com a dicotomia clássica ‘migrações internas’ *versus* ‘migrações internacionais’, para além de aprofundar o estudo das migrações exclusivamente internas, bem como das migrações exclusivamente internacionais, no contexto insular açoriano, particularmente no que toca ao retorno, colocando estas tipologias migratórias em perspetiva, salientando as suas diferenças e semelhanças.

Com efeito, no decurso do presente trabalho de investigação, foi possível identificar aspetos comuns entre as duas tipologias migratórias – exclusivamente interna e exclusivamente internacional –, mas também se constatou a existência de casos em que ambas se fundem no mesmo percurso; ou seja, casos em que não foram realizadas trajetórias migratórias exclusivamente internas ou internacionais, mas sim ambos os tipos de trajetórias, ao longo dos respetivos percursos migratórios, os quais têm características próprias, que ora se aproximam, ora distanciam, tanto das migrações internas como das internacionais, motivo pelo qual o presente estudo introduz uma nova tipologia migratória e se debruça, de forma inovadora, não sobre duas, mas sobre três tipologias migratórias: a interna, a internacional e a que agrega, cumulativamente, a vertente interna e a vertente internacional que, para efeitos deste estudo, será designada de migração dual.

A presente investigação é, assim, original e inovadora, pelo facto de se dedicar ao estudo sobre o regresso, uma temática pouco explorada, mas também por analisar, no mesmo estudo, as migrações internas e internacionais, frequentemente abordadas em separado, por introduzir uma terceira tipologia no estudo das migrações, a migração dual, e por analisar cada uma das tipologias, num primeiro momento, em separado e, num segundo momento, em interligação, não existindo estudos com esta abordagem, em geral, e no contexto insular açoriano, em particular.

1.2. Metodologia de investigação

Tendo presente que, como referem Minayo, Deslandes e Gomes (2008, p. 14), “a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”, a metodologia adotada nesta investigação, tendo por base o objeto de estudo, resultou de uma combinação, tanto quanto possível, de métodos qualitativos e quantitativos, também designada por vários autores de triangulação ou métodos mistos (Kitchenham, 2010; Teddlie & Tashakkori, 2006; Woolley, 2009); contudo, revelou-se primordial, neste trabalho, o recurso à metodologia qualitativa.

Foi igualmente efetuada, no contexto deste estudo, análise documental, através da bibliografia existente sobre o tema, incidindo sobretudo em obras de sociologia, mas também de economia, geografia, demografia e psicologia, pois a natureza interdisciplinar das migrações, como referem Castles e Miller (2003, p. 21), assim o justifica; tal permite, simultaneamente, aprofundar o âmbito do problema em investigação.

Relativamente à pesquisa quantitativa, recorrendo ao método estatístico, foi possível consultar e analisar as fontes estatísticas disponíveis quanto aos processos migratórios de retorno ao arquipélago dos Açores, na perspetiva das migrações internas e internacionais, o que permitiu estabelecer, inicialmente, as dimensões gerais do problema, bem como compreender a amplitude de variação dos fatores envolvidos. As fontes investigadas, além dos dados recolhidos na bibliografia geral foram,

maioritariamente, publicações do Instituto Nacional de Estatística (INE), sendo os Censos de 2001 e 2011 a principal fonte estatística.

Nestes termos, embora o número dos migrantes regressados não seja conhecido (Amaro, 1985), foi possível o acesso a dados estatísticos especificamente relacionados com retorno, nos contextos nacional e insular açoriano, nos últimos anos (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2012b, p. 30).

A partir daí, foi possível avançar para a articulação com a metodologia qualitativa. Neste domínio, através do método do estudo de caso, procedeu-se, num segundo momento, à transição da descrição para a explicitação do problema em estudo. A técnica de recolha de dados e de informação utilizada para o efeito centrou-se na realização de inquéritos por entrevistas semiestruturadas, com recurso a uma amostra não probabilística, constituída a partir do sistema de bola de neve.

A combinação das metodologias qualitativa e quantitativa, com preponderância para a primeira, não implica forçosamente validação cumulativa (corroboração), mas integração de diferentes perspetivas / conclusões (complementaridade), relativamente ao fenómeno em estudo (Flick, 2009, p. 43), captando um retrato mais completo, holístico e contextual.

As opções metodológicas aqui referidas permitiram valorizar as experiências de vida dos protagonistas e, particularmente, o significado que os próprios participantes neste estudo atribuem à problemática da migração de retorno à ilha do Faial, através de entrevistas cujo conteúdo tem um alcance extremamente rico, profundo e abrangente, permitindo, através da organização e análise do material empírico centradas nas questões principal e complementares, adiante elencadas, dar resposta aos objetivos desta investigação.

1.3. Organização da tese

A presente tese de doutoramento encontra-se organizada em cinco capítulos. Após o primeiro capítulo, referente à introdução, consta, no segundo capítulo, o enquadramento teórico, onde são explanadas as bases teóricas que alicerçam e

sustentam a pesquisa, ao nível da literatura científica recolhida, nacional e internacional, no tocante à temática da migração, com especial enfoque sobre o retorno, particularmente no contexto insular, especificamente o açoriano.

O terceiro capítulo da tese diz respeito às opções metodológicas, assentes na triangulação entre metodologia qualitativa e quantitativa, com prevalência da primeira, com apresentação das razões justificativas para as escolhas adotadas, etapas seguidas ao longo da investigação e questões éticas que se levantaram e observaram.

Quanto ao quarto capítulo, o mesmo concerne à apresentação dos resultados da investigação, referentes às várias tipologias migratórias envolvidas neste estudo, com abordagem de cada uma, separadamente, bem como traçando uma perspetiva transversal da interação entre estas experiências migratórias, à luz do enquadramento teórico que a antecede.

Do quinto e último capítulo constam as reflexões finais, nas quais se sintetizam os resultados alcançados pela pesquisa, bem como se apresentam as limitações deste estudo e as perspetivas que se abrem para estudos futuros, na decorrência deste trabalho de investigação.

CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2. Enquadramento teórico

2.1. Migrações e mobilidade

A migração, ou, de forma mais abrangente, a mobilidade, traduz-se no movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas, como define a Organização Internacional para as Migrações [OIM] (2009, p. 40), clarificando que:

O termo migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de fatores externos que o forcem a tal. Em consequência, este termo aplica-se às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades e as das suas famílias.

(Organização Internacional para as Migrações [OIM], 2009, p. 43)

Conforme Arango (2003, p. 27): “Talvez a maior dificuldade para o estudo das migrações resida na sua extrema diversidade, quanto a formas, tipos, processos, atores, motivações e contextos socioeconómicos e culturais”, não sendo, por isso, possível cobrir todas as dimensões deste fenómeno assaz heterogéneo.¹ O cruzamento de diversas variáveis resultará, consequentemente, em diversas tipologias de migrações, as quais se poderão desdobrar sucessivamente e também ser combinadas entre si, consoante o nível de especificação (Nolasco, 2016, pp. 3, 9), como infra se exemplifica, tendo por referência um elenco apresentado por Peixoto (1998a, pp. 24-25):

- 1) Quanto ao espaço – Migração internacional: Movimento de pessoas que deixam os seus países de origem ou de residência habitual para se fixarem noutro país, implicando, consequentemente, a transposição de fronteiras internacionais (OIM, 2009, p. 42); Migração interna: Circulação de pessoas de uma região do país para outra, com a finalidade de fixar nova residência, permanecendo sempre no seu país de origem (OIM, 2009, p. 40-41). A migração interna é importante em quase todos os lugares do mundo e, em alguns países, é muito mais significativa do que a migração internacional (Deshingkar & Grimm, 2005, p. 10). Efetivamente, ambas as componentes têm subjacente “«linhas tradicionais de investigação» distintas,

¹ Tradução livre da autora. No original, “Quizá la mayor dificultad para el estudio de las migraciones resida en su extremada diversidad, en cuanto a formas, tipos, procesos, actores, motivaciones y contextos socioeconómicos y culturales” (Arango, 2003, p. 27).

que recorrem a dados, hipóteses teóricas e métodos de análise diferentes, chegam a diferentes conclusões e estão ligadas a esferas distintas da ação política” (King, 2010, p. 38, citando Skeldon, 2006, pp. 16-17). Porém, as trajetórias internas e internacionais “não têm de ser mutuamente exclusivas” (King, 2010, p. 39), ainda que sejam raramente consideradas em conjunto – quando o são, geralmente é no sentido da migração interna conduzir à migração internacional ou de constituir uma alternativa à migração internacional (King, Skeldon & Vullnetari, 2008), mas as duas podem, na verdade, “ser combinadas em diferentes sequências ao longo da biografia migratória de um mesmo indivíduo, eventualmente intercaladas pelo retorno ao território de origem, ou levadas a cabo por diferentes elementos da mesma família” (King, 2010, p. 39);

- 2) Quanto às motivações / causas – As mais diversas razões poderão motivar as migrações, designadamente, trabalho, família, saúde, estudo, perseguição política ou catástrofes naturais; é importante, contudo, distinguir as causas das consequências das migrações, relativamente às quais será necessário ter em consideração dois aspetos fundamentais, conforme Castles e Miller (2003, p. 23): por um lado, os impactos das migrações nos lugares de origem (nomeadamente, o despovoamento, os desequilíbrios demográficos, a ‘fuga de cérebros’, ou *brain drain*, e a escassez de mão de obra); por outro, a formação de comunidades migrantes nos lugares de destino (por exemplo, a preservação da identidade, a integração na sociedade de acolhimento, ou o possível regresso à origem). Mas, de acordo com King (2010, p. 37), também as consequências se podem transformar em causas (designadamente, quando um processo de despovoamento está na origem de uma migração adicional, devido à redução da dimensão do mercado local e à desmoralização generalizada, ou quando se dá o regresso por parte de antigos migrantes ‘bem-sucedidos’, o que pode ser atrativo para futuras migrações, por via do ‘efeito de demonstração’;
- 3) Quanto à duração ou periodicidade – Movimento de pessoas que se deslocam para um local diferente do da sua residência habitual por um período superior a três meses, mas inferior a um ano; Migração de longa duração (ou permanente):

igual tipo de movimento, mas por um período mínimo de um ano, de tal forma que o local de destino se torna, efetivamente, o novo local de residência habitual (OIM, 2009, p. 44; *United Nations* [UN], 1998, p. 94). Este critério de três meses e de um ano é o mais utilizado, coincidindo com as recomendações da Organização das Nações Unidas [ONU] (1998); contudo, cada vez mais são estudados os movimentos com duração inferior a três meses, que se ligam frequentemente ao conceito de migração circular, pendular ou repetida, entendida como o movimento regular de pessoas entre um número de lugares onde têm ligações económicas, sociais ou culturais (Castles & Miller, 2003, p. 29);

- 4) Quanto ao grau de voluntariedade – Migração voluntária: quando a decisão de migrar é tomada sem qualquer constrangimento de tipo imediato (Peixoto, 1998a, p. 25); Migração forçada: movimento migratório em que existe um elemento de coação, nomeadamente ameaça à vida ou à sobrevivência, com origem em causas naturais, ou provocadas pelo homem, no qual se incluem, nomeadamente, os refugiados e pessoas internamente deslocadas (OIM, 2009, p. 41). A distinção entre migrações forçadas e voluntárias é habitualmente utilizada nos estudos das migrações para diferenciar o refugiado do ‘migrante económico’ (King, 2010, p. 38), pessoa que deixa o seu lugar de residência habitual para se instalar fora do local de origem, a fim de melhorar a sua qualidade de vida (King, 2010, p. 44);
- 5) Quanto à condição perante o trabalho – Empregados, desempregados, estudantes, domésticas, reformados ou detentores de rendimentos (Peixoto, 1998a, p. 25);
- 6) Quanto ao nível de instrução ou qualificação profissional – Migração indiferenciada: migrante com baixa habilitação académica ou ausência de especialização laboral (Nolasco, 2016, pp. 9-10); Migração qualificada: migrante detentor de grau académico de nível superior ou elevada especialização laboral, que se insere em segmentos elevados de trabalho (Nolasco, 2016, p. 10);
- 7) Quanto ao estatuto administrativo – Migração regular, ou em situação legal: Migração que ocorre por vias legais reconhecidas (OIM, 2009, p. 42); Migração irregular, ou em situação ilegal: Movimento que ocorre fora do âmbito das

normas reguladoras dos países de envio, de trânsito e de acolhimento (OIM, 2009, p. 41); e Refugiado – Estatuto consagrado na Convenção de Genebra, de 1951 (Sousa, 1999, p. 31);²

- 8) Quanto ao lugar da migração no percurso individual – Migrações ‘primárias’, ‘secundárias’, de retorno e ‘múltiplas’ (Peixoto, 1998a, p. 25).

O presente estudo centra-se precisamente na dimensão espacial, mais concretamente, na dicotomia estabelecida entre migrações internas e internacionais, reconhecendo que existem aspetos próprios de cada uma, como destaca Peixoto (1998a):

A distinção entre migrações internas e internacionais é uma das que está mais firmemente enraizada no campo das distinções tipológicas. Um conjunto de pontos permite, de facto, estabelecer a diferente natureza destes fenómenos. Para além da mera especificidade administrativa, o facto de se atravessarem, em alguns casos, fronteiras intranacionais e, em outros, internacionais pode significar, muitas vezes, causas e consequências diversas, estratégias migratórias e de integração particulares dos migrantes.

(Peixoto, 1998a, p. 26)

Com efeito, como refere Peixoto (2019), é a “ideia de controlo sobre a população no território nacional que, nos termos de Zolberg (1981), dá origem à separação entre migrações internas e internacionais” (2019, p. 143). Como acrescenta: “Enquanto as primeiras são geralmente toleradas e relativamente invisibilizadas, as segundas são objeto de forte monitorização política e administrativa” (2019, pp 143-144), motivo pelo qual “As migrações internas não foram estudadas com a mesma intensidade do que as internacionais, nem foram vistas como um problema” (2019, p. 144).

Todavia, ambas as tipologias migratórias têm diversos pontos de contacto que justificam, não obstante, uma abordagem conjunta, pois, na verdade, como ressalva Peixoto (1998a), “estes movimentos nunca deixaram de estar articulados” (p. 92). Exemplos desta articulação e de ligações que se podem estabelecer entre as duas tipologias são referidas na literatura, por autores que se dedicaram aprofundadamente ao estudo das mesmas, em diversos contextos, designadamente, King & Skeldon (2010), King, Skeldon e Vullnetari (2008), e Vullnetari (2012). Mas, pese embora, como resulta dos referidos estudos, seja possível identificar semelhanças e diferenças entre migrantes internos e internacionais, bem como constatar que ambas as tipologias se podem fundir

² Relativamente ao conceito de refugiado, são de salientar, igualmente, o Protocolo Adicional de Nova Iorque, de 1967, a Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA), de 1969 e a Declaração de Cartagena, de 1984 (Sousa, 1999, pp. 31-33, 35-36; Sousa & Costa, 2015).

ao longo dos respetivos percursos migratórios, não decorre da revisão bibliográfica efetuada qualquer estudo concreto que se debruce especificamente sobre migrantes que sejam, cumulativamente, internos e internacionais, como sucede no presente trabalho de investigação e que, pelos motivos adiante explanados, levou à proposta de uma nova tipologia no estudo das migrações: a migração dual.

Quanto ao percurso migratório, independentemente da tipologia migratória, o mesmo inicia-se, por via de regra, com a intenção de partir, a que se seguem os preparativos da partida, a viagem, a instalação, e a decisão de fixação (instalação definitiva) ou o regresso – e subsequente reinserção (Rocha-Trindade, 2010, pp. 42-43).³ Porém, como refere Ramos (2013),

O processo migratório faz-se acompanhar de mudanças diversas: temporais (antes e depois da migração); espaciais (cá e lá, o mesmo e o outro); físicas (novo meio, habitação, hábitos de vida); biológicas (nova alimentação e doenças); sociais (novas relações interindividuais e intergrupais, novos padrões de atividade e de relações sociais); culturais (a educação, a religião e a língua são, muitas vezes, modificadas pelas sociedades de acolhimento); psicológicas (ao nível das motivações, das aptidões, da identidade individual e cultural); políticas (perda de autonomia).

(Ramos, 2013, pp. 349-350)

Ainda que a migração seja “difícil de definir, complicada de medir, multifacetada e multiforme e resiste à teorização (Arango, 1985)” (Arango, 2000, p. 45), é possível apontar diversas teorias sobre as migrações, tendo presente que seria igualmente ilusória qualquer tentativa de construção de uma única teoria que abarcasse todos os tipos de migração, em todas as partes do mundo, mais ou menos desenvolvidas, e em todos os períodos do tempo (King, Skeldon & Vullnetari, 2008, p. 48).⁴ Ravenstein (1885) foi um dos primeiros autores a formalizar uma “teoria” explicativa e caracterizadora dos movimentos migratórios, consubstanciada nas “leis das migrações”, de 1885 e 1889, que se traduzem, em rigor, num conjunto de afirmações empíricas gerais, vagamente relacionadas, que descrevem as relações migratórias entre origens e destinos, e onde consta que a migração é essencialmente impulsionada por fatores económicos, tanto em termos de motivação dos indivíduos, como em relação aos níveis relativos de

³ A intencionalidade da partida pressupõe a congregação de diversos fatores: a informação recebida sobre os locais de destino, a insatisfação com a situação presente, a formulação de expectativas de futuro, o balanço de alternativas para uma tomada definitiva da decisão (Rocha-Trindade, 2010, p. 42).

⁴ Tradução livre da autora. No original, “[...]difícil de definir, complicada de medir, polifacética y multiforme y se resiste a la teorización (Arango 1985) [...]” (Arango, 2000, p. 45).

desenvolvimento das áreas de origem e de acolhimento (Gonçalves, 2009, p. 25; King, 2009, p. 60; Zelinsky, 1971, pp. 219-220).

No mesmo sentido aponta Rocha-Trindade (2008), ao afirmar que “os motivos de natureza predominantemente económica e de entre eles o trabalho assalariado, continuam a ocupar um lugar central no diversificado leque em que se desdobram as motivações para a mobilidade humana” (2008, p. 82), bem como De Haas (2005, p. 3), ao concluir que a causa mais relevante da migração parece ser, mais do que a pobreza extrema, um certo nível de desenvolvimento socioeconómico, aliado a uma privação relativa, sob a forma de desigualdade global, nas oportunidades de desenvolvimento. Nas palavras de Pido (2017):

Porque nossa realidade social contemporânea é constituída pela troca de dinheiro e pela lógica das finanças, tudo se transforma em valores e, como sugere Marx, as relações humanas foram substituídas por “relações objetais”. Não há nada que articule esta imagem mais vividamente do que a migração.⁵

(Pido, 2017, p. 6)

Os modelos modernos de atração-repulsão, ou “*push-pull*”, que Ravenstein fundamentou, inserem-se no âmbito das teorias microsociológicas, as quais defendem que é de acordo com a racionalidade individual que se toma a decisão de mobilidade (Peixoto, 2004, p. 13), ou seja, após análise e ponderação dos custos e benefícios nos locais de origem e de destino, sendo certo, como assevera Peixoto (2019), que:

[...] a estabilidade e a mobilidade territorial da população sempre coexistiram ao longo do tempo. Todas as sociedades são caracterizadas por doses variáveis de uma e outra, que dependem dos momentos do ciclo de vida individual, dos recursos e oportunidades dos indivíduos e classes sociais, do tipo de relacionamento social e das permissões políticas para o movimento.

(Peixoto, 2019, p. 143)

Conforme Peixoto (2004, p. 5): “A aceção que encontramos nestes modelos - e em Ravenstein - é [...] típica de uma leitura económica neoclássica da realidade”. Para a teoria neoclássica, as migrações resultam de uma distribuição desigual de capital e trabalho; nela surgem combinadas a vertente macrosociológica dos determinantes estruturais e a vertente microsociológica da adoção de decisões por parte dos indivíduos, e o objetivo dos mesmos, à luz desta teoria, é encontrar o país de residência

⁵ Tradução livre da autora. No original, «Because our contemporary social reality is constituted by the exchange of money and the logic of finance, everything is transformed into values, and, as Marx suggests, human relationships have been replaced with “object relationships”. There is nothing that articulates this image more vividly than migration» (Pido, 2017, p. 6).

que maximize o seu bem-estar (Borjas, 1989, pp. 460-461); porém, esta teoria, à semelhança de outras que enfatizam fatores puramente económicos, não consegue captar o enquadramento social mais amplo no qual as decisões são tomadas, bem como exclui a dimensão política dos fenómenos migratórios (United Nations Development Programme [UNDP], 2009, p. 13).

Decorrente da tradição neoclássica, surge a teoria da nova economia da migração laboral (*new economics of labour migration*, ou NELM), a qual se foca apenas nas causas e consequências da emigração nas regiões de origem, e que concebe a migração como uma estratégia familiar, salientando o papel que desempenham as remessas, a informação e as complexas interdependências entre os migrantes e o contexto em que tem lugar a migração (Stark & Bloom, 1985, pp. 174-175).

Uma explicação alternativa das migrações surgiu, a partir dos anos 70 do século XX, traduzida numa abordagem histórico-estrutural, ao nível macro, ou seja, em que as decisões migratórias dos indivíduos são influenciadas pela ação de fatores do tipo coletivo ou estruturante, devido à incorporação das tradicionais estruturas económicas no sistema político-económico global (Castles & Miller, 2003, p. 25; De Haas, 2008, pp. 7-8). Neste contexto de análise macro das migrações, surge a teoria do mercado de trabalho dual (ou mercado de trabalho segmentado), desenvolvida por Michael Piore (1986), a qual, contrariamente à NELM, presta somente atenção à outra vertente das migrações, a das regiões de acolhimento, dando destaque às exigências de mão-de-obra, num ordenamento económico segmentado, dividido entre um setor primário, intensivo em capital, e um setor secundário, intensivo em trabalho, estando os cidadãos estrangeiros dispostos a laborar neste último setor, em trabalhos mal pagos, precários e de risco, contrariamente aos cidadãos nacionais (Arango, 2003, pp. 13-14), situação que “representa a maioria dos trabalhadores migrantes no contexto internacional” (Peixoto, 2004, p. 24).

Igualmente no domínio macro, a teoria do sistema-mundo (ou *world-system theory*), que tem o trabalho de Immanuel Wallerstein (2011) como a mais importante conceptualização desta teoria, sendo que o mesmo entende que a análise dos sistemas-mundo se assume como um elemento necessário na superação dos paradigmas

constitutivos das ciências sociais do século XIX (2011, p. 12) e partilha, com a teoria do mercado de trabalho dual, a ideia de que as economias altamente desenvolvidas necessitam, inevitavelmente, de mão-de-obra estrangeira para ocupar postos de trabalho mal pagos em determinados setores produtivos (Arango, 2003, p. 17); porém, para esta teoria, as migrações reforçam as assimetrias, em vez de contribuir para as reduzir, situação decorrente da intromissão do capitalismo dos países desenvolvidos em regiões menos desenvolvidas (Nolasco, 2016, pp. 22-23).

Embora seja incontestável que a pobreza, o desemprego e a sobrepopulação potenciam a migração, a reorganização da economia mundial nas últimas décadas e a globalização – com o rápido desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação –, fomentaram a manutenção da migração, resultando na formação de um espaço transnacional, o que, de acordo com M. Ramos (2012):

[...] contribuiu para as interações interculturais, a promoção dos negócios e do empreendedorismo transnacional, o acréscimo do comércio e da mobilidade de emigrantes da primeira geração na idade da reforma, deslocando-se com regularidade entre os países de acolhimento e de origem, bem como de gerações mais novas de emigrantes temporários.

(M. Ramos, 2012, p. 80)

Dos laços gerados entre sociedades, por via da migração, surge a teoria transnacionalista, que constitui uma tentativa de formulação de um enquadramento teórico, epistemológico e metodológico, destinado a uma melhor compreensão dos fortes vínculos sociais e económicos entre os países de acolhimento e de origem dos emigrantes, de que são expressão as comunidades transnacionais e as identidades transnacionais (Cassarino, 2004, pp. 261-262).⁶

Esta realidade torna cada vez mais fácil para os emigrantes manterem as conexões transnacionais – ligações estreitas com os seus locais de origem –, encurtando as distâncias, o que fomenta igualmente a mobilidade circular ou repetida (Cavalcanti & Parella, 2013, p. 11), em que o indivíduo “mantém as opções em aberto em ambos os

⁶ Embora o termo “comunidades transnacionais” seja recente, elas existem há muito tempo (Castles & Miller, 2003, p. 30), sendo as diásporas disso exemplo, desde que os seus membros desenvolvam laços sociais e simbólicos significativos com o país recetor, e que os mesmos ocupem um lugar central na vida dos migrantes (Faist, 2010b, p. 97; King, 2010, p. 40).

países, reduzindo assim os riscos de um compromisso de longo prazo” (Oliveira, Candeias, Peixoto, Azevedo & Malheiros, 2016, p. 16).⁷

São exemplos de práticas transnacionais que reforçam as ligações à distância: as remessas, a organização de eventos cujos fundos revertam a favor da terra natal, a participação em atividades religiosas, a aquisição de bens ou o investimento num negócio no país de origem, as visitas frequentes a familiares e amigos, ou a utilização diária das telecomunicações – telefone, internet e televisão por cabo / satélite (Henriques & Esteves, 2010, pp. 290-291). Neste sentido, acrescenta Rocha-Trindade (2010), a eficácia das telecomunicações e a rapidez das deslocações “mesmo que cruzando oceanos, não coloca temporal ou psicologicamente mais distantes os ausentes no estrangeiro do que os residentes nas grandes cidades do litoral português, oriundos dos meios rurais do interior” (2010, p. 49).

Nestes termos, o transnacionalismo

[...] permite cada vez mais aos migrantes promoverem lealdades duplas, viajar para lá e para cá, relacionar-se com as pessoas, trabalhar e fazer negócios simultaneamente em lugares distantes. Esta transnacionalização *de facto* das vidas dos migrantes desafiou igualmente os modelos assimilacionistas de integração dos migrantes, bem como a construção política modernista do Estado-nação e da cidadania. A implicação é que dicotomias claras de "origem" ou "destino" e categorias como migração "permanente", "temporária" e "retorno" parecem cada vez mais difíceis de sustentar num mundo em que a vida dos migrantes parece cada vez mais caracterizada pela circulação e pelo compromisso simultâneo para com duas sociedades.⁸

(De Haas, 2005, p. 6)

Conforme alude De Haas (2021), “trabalhos recentes, especialmente por parte de antropólogos e sociólogos, têm-se concentrado em estudar e concetualizar as vidas,

⁷ Em Portugal, conforme Oliveira, Candeias, Peixoto, Azevedo e Malheiros (2016, p. 13), os estudos quando se começou a abordar a circulação e o transnacionalismo são escassos, e mais ainda na primeira década do século XXI.

⁸ Tradução livre da autora. No original, “[...] increasingly enables migrants to foster double loyalties, to travel back and forth, to relate to people, to work and to do business simultaneously in distant places. This *de facto* transnationalisation of migrants’ lives has also challenged assimilationist models of migrant integration, as well as the modernist political construct of the nation state and citizenship. The implication is that clear-cut dichotomies of “origin” or “destination” and categories such as “permanent”, “temporary”, and “return” migration seem increasingly difficult to sustain in a world in which the lives of migrants seems increasingly characterised by circulation and simultaneous commitment to two societies” (De Haas, 2005, p. 6).

identidades e experiências (transnacionais, multiculturais, diaspóricas [...]) de migrantes de uma perspetiva 'emic'" (2021, p. 2).⁹

Uma teoria que surge associada à teoria transnacionalista é a teoria das redes sociais (ou migratórias), a qual defende que estas redes se constituem pelos conjuntos de relações interpessoais que vinculam imigrantes e potenciais emigrantes na origem e no destino, estabelecendo um nível relacional intermédio entre o nível micro, de decisões individuais, e o nível macro, das determinantes estruturais – situa-se, portanto, a um nível meso –, proporcionando ajuda económica e apoio, e diminuindo os riscos e as incertezas da migração (De Haas, 2021, pp. 4-5).¹⁰

Estas redes poderão ser entendidas como uma forma de capital social, na medida em que são as relações sociais que permitem o acesso a outros bens de importância económica, como melhor emprego ou melhores salários. A definição de capital social, associada, entre outros, a Pierre Bourdieu, decompõe-se, segundo Portes (2000), em dois elementos: “em primeiro lugar, a própria relação social que permite aos indivíduos reclamar o acesso a recursos na posse dos membros do grupo e, em segundo lugar, a quantidade e a qualidade desses recursos” (p. 135). Neste contexto, Portes (2000, pp. 141, 143) identifica três funções básicas do capital social, aplicáveis a uma variedade de contextos: (a) como fonte de controlo social; (b) como fonte de apoio familiar; (c) como fonte de benefícios através de redes extra familiares, sendo esta última a função que se atribui de forma mais comum ao capital social.¹¹

A teoria das redes sociais surge ligada, entre outros, a Douglas Massey, segundo o qual estas redes são um elo importante de ligação entre os países emissores e recetores, em que se torna “difícil para o estado de acolhimento restringir os fluxos migratórios quando existe uma estrutura de redes sociais que os suportam e até os promovem” (Gonçalves, 2009, p. 38). Nas palavras do autor:

⁹ Tradução livre da autora. No original, “[...] recent work, particularly by anthropologists and sociologists, has focused on studying and conceptualising the (transnational, multicultural, diasporic, [...]) lives, identities and experiences of migrants from an ‘emic’ perspective” (De Haas, 2021, p. 2).

¹⁰ A este respeito, podemos também mencionar a teoria institucional, segundo a qual instituições privadas e organizações intervêm, igualmente, prestando auxílio aos migrantes (Massey et al., 1993, p. 450).

¹¹ A par das ‘formas de capital’ já consagradas – financeiro, humano, cultural e social –, podemos também falar de um ‘capital de mobilidade’ (King, 2010, pp. 40-41).

Os primeiros migrantes a deslocar-se para o estrangeiro não têm laços sociais para recorrer a assistência, e para eles a migração é onerosa, arriscada e assustadora [...]. À medida que a emigração progride, porém, surge uma infraestrutura social e muitas vezes desenvolve-se um poderoso impulso para produzir um processo de autoperpetuação conhecido como causalidade cumulativa (Massey, 1990; Massey & Zenteno, 1999).^{12, 13}

(Massey, 2015, p. 283)

Tal permite, de alguma forma, antever o comportamento do futuro das migrações, porquanto os grupos propendem a migrar para lugares onde possuem contactos prévios e laços de parentesco ou amizade (Castro, Vidigal & Baracsi, 2015, p. 11); porém, não obstante a sua relevância, a teorização sobre as redes migratórias não conseguiu ainda alcançar o patamar de ‘marco conceptual’ (Arango, 2000, p. 42).

A salientar, igualmente, a teoria dos sistemas migratórios, segundo a qual os fluxos migratórios “são resultantes de contextos históricos particulares e adquirem uma dinâmica interna que lhes confere as características de um sistema” (Peixoto, 2004, p. 27). Esta teoria sugere que os movimentos migratórios surgem, geralmente, na sequência de ligações anteriormente existentes entre países de origem e países de acolhimento, baseados na colonização, na influência política, no comércio, no investimento ou em laços culturais (Castles & Miller, 2003, p. 26).

À luz desta teoria, um conjunto de países, com afinidades diversas e vínculos que perduram no tempo, estabelecem entre si um sistema de trocas variadas, nas quais estão incluídos os movimentos migratórios; contudo, pelo facto de se apresentar como uma teoria ampla de análise das migrações, cujo primordial princípio é o de que qualquer movimento migratório resulta da interação entre estruturas micro (relações sociais informais, informação, capital cultural das famílias) e macro (economia, política, relações internacionais, direito), ligadas por uma estrutura meso (intermédia) (Castles & Miller, 2003, p. 27), a teoria dos sistemas migratórios constitui, em rigor, uma síntese de outras teorias (Nolasco, 2016, pp. 24-25). Neste sentido, apontam igualmente Massey et al. (1993, p. 454), ao entenderem que a teoria dos sistemas migratórios se trata de uma

¹² Tradução livre da autora. No original, “The first migrants to move abroad have no social ties to draw upon for assistance and for them migration is costly, risky, and daunting [...]. As out-migration progresses, however, a social infrastructure arises and often develops a powerful momentum to yield a self-perpetuating process known as cumulative causation (Massey, 1990; Massey & Zenteno, 1999)” (Massey, 2015, p. 283).

¹³ O conceito de “causalidade cumulativa”, criado por Gunnar Myrdal, e desenvolvido por Douglas Massey, defende que a migração se sustenta por intermédio de fatores e mecanismos que tornam as migrações subsequentes progressivamente mais prováveis (Arango, 2003, pp. 21-22; Massey et al., 1993, p. 451).

generalização das teorias migratórias dos sistemas-mundo, das redes migratórias, da institucional e da causalidade cumulativa, e não de uma teoria autónoma, ainda que introduza proposições e hipóteses pertinentes.¹⁴

Todavia, como salienta Peixoto (2019), em revisitação às teorias migratórias, com o tempo: “Passa-se de uma era de migrações clássicas para uma outra onde predomina a circulação e, finalmente, para uma dominada pelos sistemas de comunicação à distância” (Peixoto, 2019, p. 147).

Ao longo deste trabalho de investigação, será possível verificar de que forma este enquadramento teórico surge refletido no âmbito das migrações de retorno e, mais especificamente, no contexto insular açoriano.

2.2. Migrações e retorno

A noção de ‘regresso’ de emigrantes, na maior parte dos estudos, implica uma fixação definitiva ou, pelo menos, uma permanência de longa duração no país de origem (Oliveira et al., 2016, p. 14).¹⁵ Assim, a OIM define migração de retorno, distinguindo, em termos espaciais, conforme se dê no contexto da migração interna ou da migração internacional. Deste modo, no âmbito interno, a OIM caracteriza a migração de retorno como o “movimento de pessoas que regressam ao local de residência habitual depois de

¹⁴ No caso nacional, Baganha (2009) refere que Portugal, à semelhança dos outros países da União Europeia (UE), pertence a diversos sistemas migratórios, entre eles, o europeu e o lusófono, existindo este último há muito tempo, com uma dinâmica e características específicas, resultantes da relação entre os países envolvidos, formado inicialmente por dois países, Portugal e Brasil, e alargado, após a Revolução de 1974 e da independência das colónias portuguesas em África, aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (2009, p. 5).

¹⁵ Legalmente, à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948 (Resolução n.º 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro), “Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.” (Artigo 13.º, n.º 2, da DUDH), direito igualmente expresso na Constituição portuguesa (Artigo 44.º, n.º 2, da Lei Constitucional n.º 1/2015, de 12 de agosto). Nestes termos, “Ninguém pode ser arbitrariamente privado do direito de entrar no seu próprio país” (Artigo 12.º, n.º 4 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos [PIDCP]) (Lei, n.º 29/78, de 12 de junho), não havendo lugar a restrições – conforme o artigo 12.º, n.º 3 PIDCP –, exceto por motivos de segurança nacional, a ordem pública, a saúde ou a moralidade públicas. Nesta perspetiva, o direito de regressar assume-se como “outra vertente do direito à livre circulação” (OIM, 2009, p. 19).

se terem mudado dele” (*International Organization for Migration* [IOM], 2019, p. 186).¹⁶ Por seu turno, no âmbito internacional, a migração de retorno traduz-se no “movimento de pessoas que retornam ao país de origem após se terem afastado do local de residência habitual e cruzado uma fronteira internacional”.¹⁷

Não obstante, a OIM também caracteriza a migração de retorno em termos temporais, como a “Deslocação de pessoas que regressam ao seu país de origem ou de residência habitual, geralmente, depois de passarem, pelo menos um ano noutro país” (OIM, 2009, p. 41). No mesmo sentido, ainda que apenas a propósito dos migrantes internacionais, a Divisão de Estatística das Nações Unidas, caracteriza os migrantes regressados como “Pessoas que regressam ao seu país de cidadania, após terem sido migrantes internacionais (de curta ou de longa duração) noutro país e que pretendem ficar no seu país de origem por, pelo menos, um ano” (*United Nations* [UN], 1998, p. 94).¹⁸

Em Portugal, regista-se um primeiro conjunto de referências sobre o regresso, relativamente a portugueses emigrados no Brasil, entre o século XIX e o princípio do século XX – os chamados “brasileiros” ou “torna-viagem” –, confirmando que “mesmo os movimentos transoceânicos do passado não eram irreversíveis.” (Oliveira et al., 2016, p. 16); contudo, na viragem para o século XXI, os estudos nesta matéria são ainda muito reduzidos (Oliveira et al., 2016, p. 18).^{19, 20}

Conforme salienta Rocha-Trindade (1985, p. 425), na sua forma mais simples, o regresso é um movimento localizado no tempo, em sentido contrário à partida do

¹⁶ Tradução livre da autora. No original, “the movement of persons returning to their place of habitual residence after having moved away from it” (IOM, 2019, p. 186).

¹⁷ Tradução livre da autora. No original, “movement of persons returning to their country of origin after having moved away from their place of habitual residence and crossed an international border” (IOM, 2019, p. 186).

¹⁸ Tradução livre da autora. No original, “Persons returning to their country of citizenship after having been international migrants (whether short-term or long-term) in another country and who are intending to stay in their own country for at least a year” (UN, 1998, p. 94).

¹⁹ Neste contexto, é de salientar o especial contributo de autores que estudam o retorno desde há várias décadas, designadamente, Maria Beatriz Rocha-Trindade, onde se destacam obras como *O regresso imaginado* (1983).

²⁰ Costa (2001), em estudo realizado no início deste século, enuncia três linhas de investigação – histórica, sociológica e antropológica – do fenómeno migratório, cujos resultados, segundo o autor, têm consistentemente apontado para a “existência de correlações significativas entre a orientação para o regresso de emigrados e certos conjuntos de variáveis sociais independentes” (p. 80).

emigrante e que anula, dessa feita, aquela qualidade; em situações mais complexas, o regresso pode processar-se em fases de sucessiva alternância de estada no país de origem e no país de acolhimento.²¹

Segundo alguns autores, a relação que se estabelece entre tempo de permanência e probabilidade de retorno é inversamente proporcional, ou seja, quanto maior o tempo de permanência, menor a probabilidade de retorno; deste modo, a maioria dos retornos ocorre nos primeiros três anos de permanência fora do local / país de origem, sendo que, após cinco anos, a taxa de retorno é relativamente baixa (*Organisation for Economic Co-operation and Development* [OECD], 2008, p. 203). Deste modo, é fundamental ter presente, para além da pluralidade de experiências dos migrantes que regressam, um elemento fundamental que Cassarino (2008) designa por “*return preparedness*” (2008, p. 101).

Podem ser apresentadas diversas razões principais para explicar a migração de retorno, e que contribuem para acelerar ou protelar a decisão de regressar dos indivíduos e das famílias, tendo em consideração todo o processo migratório e as experiências, individuais e coletivas, dos migrantes ao longo do seu percurso. Quanto aos emigrantes – podendo estabelecer-se um paralelismo, relativamente aos migrantes internos – destacam-se, designadamente, os seguintes motivos para o regresso: a falta de integração no país de acolhimento; a preferência pelo seu país de origem; o alcançar de um objetivo de poupança anteriormente traçado; a criação de oportunidades de emprego no país de origem, devido à experiência adquirida no estrangeiro; e, o ajuste dos objetivos dos migrantes ao longo do tempo, conforme as políticas migratórias do país de acolhimento (OECD, 2008, p. 163); tal faz com que o retorno ganhe, progressivamente, maior relevância e visibilidade, não obstante os inevitáveis dilemas de ficar ou partir, que se dão não só no país de origem, como também no país de acolhimento, porquanto a

²¹ Rocha-Trindade (1983, pp. 90-91) salienta, a propósito da terminologia a utilizar, que “se se lerem as recomendações emanadas do primeiro Conselho das Comunidades Portuguesas, em abril de 1981, irá encontrar-se o seguinte trecho, que passo a citar: «Ponto 1. Conceito de retorno. Após apreciação detalhada do assunto foi decidido, por unanimidade, recomendar que, de futuro, passem a ser utilizados os termos REGRESSO e RETORNO nas seguintes aceções [...]: - Regresso: sempre que a deslocação para o país de origem seja voluntária; - Retorno: sempre que a saída do país de acolhimento seja compulsiva». No âmbito deste estudo, e porquanto da análise documental efetuada também assim parece resultar, ambas as palavras serão entendidas como sinónimas, cujo sentido é, unicamente, voltar, podendo tal acontecer de forma voluntária (objeto deste estudo) ou coerciva.

realidade vivida, afinal, pode não vir a ter correspondência com os objetivos previamente definidos (Couchinho, 2016, p. 86).

A noção de regresso encontra-se, deste modo, condicionada por uma multiplicidade de aspetos relativos quer aos emigrantes que integram os fluxos, quer às modalidades que estes assumem (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 35). A crescente diversidade de categorias migratórias exige a desagregação dos vários tipos de migrantes retornados; em rigor, há aqui a mesma necessidade de construir tipologias migratórias, como no caso das migrações clássicas, por isso, salienta Cassarino (2013, p. 22), é “de fundamental importância saber quem retorna, quando e por quê”.

Uma vez que o retorno não tem necessariamente que se traduzir no fim de um ciclo migratório, podendo surgir como uma etapa na migração circular, as teorias explicativas do regresso tendem a aproximar-se das teorias explicativas das migrações. Deste modo, é possível o recurso a diversas teorias, com o intuito de melhor entender a dimensão e as dinâmicas da migração de retorno à região de origem.

À luz das teorias migratórias, o retorno raramente foi tema prioritário, até que o surgimento e difusão da teoria do transnacionalismo, com diversos padrões de mobilidade associados, veio alterar esta tendência, sendo dado especial destaque à noção de circularidade, em detrimento da noção clássica de migração (Oliveira et al., 2016, pp. 12-13).^{22, 23} Não obstante, o estudo do regresso será, porventura, tão antigo como o da emigração (Cassarino, 2004, p. 268) e as teorias em referência são ilustrativas dos vários estágios de desenvolvimento e maturação que caracterizam os fluxos migratórios.

²² Entre os padrões de mobilidade, contam-se: “um peso assinalável de regressos ao país de origem, muitos casos de migração temporária (com saídas e regressos repetidos ao longo do tempo), percursos complexos de reemigração entre diferentes países, e múltiplas residências e atividades” (Oliveira et al., 2016, p. 12).

²³ A ideia de uma crescente circulação dos migrantes é anterior às teorias do transnacionalismo (Oliveira et al., 2016, p. 15). Foi com Zelinsky (1971) que se deu a mais assinalável tentativa, até hoje, de aplicação da lógica teórica da transição demográfica à evolução dos fenómenos migratórios, através da teoria de transição de mobilidade (mobility transition), conforme refere Peixoto (2007, p. 448). Segundo Zelinsky (1971): “A circulação denota uma grande variedade de movimentos, geralmente de curto prazo, repetitivos ou cíclicos, mas todos tendo em comum a falta de qualquer intenção declarada de mudança permanente ou duradoura quanto à residência” (Zelinsky, 1971, pp 226, tradução livre da autora). De acordo com Rees e Lomax (2020, p. 394), o conceito de circulação proposto por Zelinsky (1971) poderia vir a permitir a substituição da necessidade de migração em fases subsequentes de desenvolvimento económico e social dos estados-nação, caso se estendesse a definição a maiores níveis/distâncias de deslocações diárias, a teletrabalho e telecomunicações, incluindo internet e banda larga.

Segundo Gmelch (1980, p. 135), já em 1885, Ravenstein constatara o princípio da migração de retorno, na sua lista de leis das migrações, ao afirmar que: “Cada corrente de migração produz uma contracorrente compensatória” (Ravenstein, 1885, p. 199).²⁴ Porém, a teoria neoclássica da migração não prevê o retorno, senão como resultado do fracasso de uma experiência migratória que não produziu os resultados desejados, na relação custos *versus* benefícios (Cassarino, 2004, p. 256).

Já para a teoria da nova economia da migração laboral o regresso seria encarado, não como um fracasso, mas como um caso de sucesso (King, 2012, p. 23), o resultado de uma “estratégia calculada”, definida no núcleo familiar do migrante, e levada a cabo pelo facto de ter atingido os objetivos inicialmente definidos (Cassarino, 2013, p. 24).

Como destacam Stark e Bloom (1985), à luz desta teoria: “As decisões de migrar são geralmente feitas conjuntamente pelo migrante e por um grupo de não-migrantes. Os custos e as mais-valias são partilhados, conforme acordo contratual implícito estabelecido entre as duas partes” (Stark & Bloom, 1985, p. 174).²⁵ Uma outra diferença, como salienta Massey (2015, p. 283), reside no facto de a teoria neoclássica perspetivar a migração a título permanente, enquanto a teoria NELM prevê a migração circular, ou temporária, em que o migrante, nos períodos em que sai do país de origem, tem oportunidade de acumular a maior quantidade possível de divisas, resolvendo, dessa forma, problemas económicos anteriormente existentes.

Segundo a teoria dos mercados de trabalho duais, para a sociedade, a migração é uma solução para o problema de preenchimento de empregos secundários; para os migrantes, a migração é vista como temporária, possibilitando auferir e economizar financeiramente tanto quanto possível, e regressar, de seguida, ao local / país de origem, fazendo uso das economias realizadas, facilitando, deste modo, a vida no local de origem (Piore, 1986, p. 24).²⁶

²⁴ Tradução livre da autora. No original, “Each main current of migration produces a compensating counter-current” (Ravenstein, 1885, p. 199).

²⁵ Tradução livre da autora. No original, “Costs and returns are shared, with the rule governing the distribution of both spelled out in an implicit contractual arrangement between the two parties” (Stark & Bloom, 1985, p. 174).

²⁶ Saraiva e Sardinha (2016) destacam este facto referindo que: “Como vários autores (Bodvarsson & Van den Berg, 2009; Cassarino, 2004; Trager, 2005) constataram, no caso de migrantes que mantêm ambições de retorno, a poupança e os investimentos domésticos são frequentemente as principais motivações de

A abordagem estruturalista, por seu turno, é fundamental para a compreensão dos migrantes regressados como agentes de mudança, uma vez que tem em atenção os fatores sociais e institucionais presentes no país de origem, além da experiência individual do migrante no país de acolhimento, única preocupação para a teoria neoclássica (De Haas, 2008, p. 7). Neste contexto, e tendo por base uma das primeiras análises para tentar compreender as determinantes da migração de retorno, a tipologia de Cerase (1974), assente no estudo do regresso de cidadãos italianos emigrados nos Estados Unidos da América (EUA) ao país de origem, sugere quatro tipos de migrantes regressados: 1) Regresso por insucesso (*Return of failure*): migrantes que não conseguiram integrar-se no país de acolhimento, devido a preconceitos e estereótipos aí enfrentados; 2) Regresso por conservadorismo (*Return of conservatism*): migrantes que apenas visam a satisfação das suas necessidades pessoais e dos seus familiares, sem intenção de alterar o ambiente social, mas sim conservá-lo; 3) Regresso por reforma (*Return of retirement*): migrantes que decidem regressar ao país de origem, após a reforma, para aí permanecerem definitivamente; 4) Regresso por inovação (*Return of innovation*): migrantes aptos a utilizar meios e competências adquiridas no decurso da sua experiência migratória – migrante como agente de mudança (Cassarino, 2013, pp. 27-28).

Considerando as classificações de migrantes existentes, Gmelch (1980, p. 137), com base nos estudos existentes sobre regressos de cidadãos de países menos desenvolvidos (como no centro e sul quer da América, quer da Europa) emigrados em países mais desenvolvidos (como os Estados Unidos da América, e países do norte da Europa), propôs a seguinte tipologia de emigrantes regressados: 1) Regressados cuja pretensão era a migração temporária, e em que a altura do regresso é determinada pelos objetivos que se propuseram atingir no momento da emigração; 2) Regressados cuja pretensão era a migração permanente, mas que foram forçados a regressar, devido a fatores externos, não obstante a sua preferência fosse permanecer fora do país de origem; e, 3)

todas as ações e decisões tomadas quando no país de imigração” (Saraiva & Sardinha, 2016, p. 12, tradução livre da autora).

Regressados cuja pretensão era a migração permanente, mas que optaram por regressar, por inadaptação e/ou saudades do país de origem.²⁷

Em rigor, os estruturalistas concentram-se mais na forma como as iniciativas dos emigrantes regressados poderiam favorecer o desenvolvimento económico, quando confrontados com as estruturas de poder locais, do que com o fenómeno migratório de regresso por si só, na medida em que parece, para estes, não haver continuidade entre as experiências migratórias dos regressados nos países de acolhimento e a sua situação nos respetivos países de origem (Cassarino, 2004, p. 260). Esta perspetiva é, porém, contestada pela teoria transnacionalista, bem como pela teoria das redes sociais.

Para a teoria transnacionalista, os dois conceitos-chave em que a mesma assenta – a identidade (reflexo da combinação das origens dos emigrantes com as identidades adquiridas no país de acolhimento, de onde resultam “identidades duais”) e a mobilidade transnacionais –, permitem aos emigrantes a organização do seu retorno, uma vez que estes mantêm fortes laços com as famílias, e com os demais com origens étnicas comuns – os emigrantes da chamada “diáspora” (Cassarino, 2004, pp. 33-34, 37). Destaca Gonçalves (2009), que: “As raízes do transnacionalismo na antropologia podem ser encontradas na investigação sobre a emigração de regresso, que dá ênfase às ligações com a terra natal” (2009, p. 39). Mas, como acrescenta, o transnacionalismo, ao ser definido como um processo social por onde os migrantes operam em áreas sociais que ultrapassam as fronteiras geográficas, políticas e culturais, “implica igualmente que o regresso do migrante não seja um regresso definitivo” (Gonçalves, 2009, p. 39).

Desta feita, na perspetiva transnacional, o retorno não significa uma rutura no processo migratório, mas constitui uma parte do referido processo (Cavalcanti & Parella, 2013, p. 16), podendo até ser considerado como uma forma de transnacionalismo (Candeias, Ferreira & Peixoto, 2014, p. 17).²⁸ Nas palavras de Faist (2010b), referência incontornável na teoria transnacionalista:

²⁷ As políticas migratórias existentes, em cada momento, nos respetivos países de acolhimento são determinantes para os regressados, particularmente, no caso do regresso por expulsão (Rocha, Borralho, Alves, Mendes & Silva, 2012, p. 174).

²⁸ Espínola (2010) corrobora este entendimento: “Na verdade, pensar no retorno como o final do ciclo migratório individual ou familiar, após uma presença mais ou menos longa no estrangeiro, parece uma perspetiva redutora do significado destes movimentos” (p. 5).

Em vez da migração de retorno permanente, retornos temporários, visitas e outras formas de transações foram transferidas para o centro das atenções. Assim, nos últimos anos, a noção de retorno dos migrantes como um ativo de desenvolvimento tem sido complementada pela ideia de que mesmo que não haja eventual retorno, o compromisso dos migrantes que vivem no exterior poderia ser aproveitado não apenas por meio de associações do local de origem, por exemplo, mas também através de 'redes informais de conhecimento da diáspora'.²⁹

(Faist, 2010b, pp. 94-95)

Segundo King (2012, p. 25), o grande contributo da teoria transnacionalista, relativamente à migração de retorno surge na reformulação da teoria da migração, colocando em questão o modelo *push-pull*, de não retorno, bem como na construção de teorias de redes sociais, e no questionamento da literatura dedicada à integração / assimilação de migrantes nos países de acolhimento.

Por seu turno, a teoria das redes sociais considera os migrantes atores que reúnem recursos necessários para garantir e preparar o retorno ao país de origem, através da mobilização de recursos decorrentes da conjugação de interesses, através das redes sociais económicas e transfronteiriças existentes (de base comunitária ou associativa); nesta perspetiva, um retorno bem-sucedido depende necessariamente de padrões de relações interpessoais que, por sua vez, resultam de experiências migratórias anteriores dos migrantes regressados (Cassarino, 2013, pp. 37, 39).

King (2010) advoga que os fluxos migratórios de retorno podem, “até certo ponto, contrariar o declínio demográfico e económico, mas isso depende sobretudo do perfil etário desses migrantes e da sua dotação em termos de capital financeiro e humano” (p. 35). A contribuição do capital humano dos regressados – o chamado *brain gain* ou *skills circulation* –, refere-se às novas competências e/ou tecnologia que os emigrantes regressados adquiriram, através da experiência migratória e da formação ou educação no exterior, com vista a assegurar um emprego mais qualificado (ou melhor salário) do que aquele que teriam se não tivessem migrado (Debnath, 2016, p. 6).³⁰

²⁹ Tradução livre da autora. No original, “Instead of permanent return migration, temporary returns, visits and other forms of transactions have moved to the centre of attention. Thus, in recent years, the notion of migrants’ return as an asset of development has been complemented by the idea that even if there is no eventual return, the commitment of migrants living abroad could be tapped through not only hometown associations, for example, but also through informal ‘diaspora knowledge networks’” (Faist, 2010b, pp. 94-95).

³⁰ Além de pretender atrair capital humano, diversos países de origem levam igualmente a cabo políticas para atrair capital financeiro, incentivando os seus ex-migrantes regressados a investirem nas economias locais (Debnath, 2016, p. 12). Todavia, segundo Gmelch (1980, p. 148), a evidência empírica sugere que os

Para tal, vários países de origem fazem esforços significativos – que incluem a oferta de uma série de incentivos financeiros e sociais para ajudar no processo global de reintegração –, bem como políticas e programas de retorno (temporário e permanente), para encorajar migrantes, nomeadamente os altamente qualificados, a regressar (UN, 2013, pp. 56, 72).³¹ Mas, atendendo ao progressivo aumento do nível de população mundial envelhecida, também se verifica igualmente a tendência de incentivo crescente por parte dos governos de diversos países de origem, ao regresso à terra natal de emigrantes, em situação de reforma, com vista à aplicação dos seus rendimentos nos respetivos países de origem, a fim de promover o desenvolvimento dos mesmos (Pido, 2017).^{32, 33}

Não obstante, apesar da crescente atenção dedicada à migração de retorno, existem lacunas na literatura a este respeito, incluindo pesquisas limitadas para entender a dinâmica de tomada de decisão por trás do regresso dos migrantes aos seus países de origem e a eficácia das políticas e programas para a sua reintegração (Debnath, 2016, p. 2).

A temática da migração de retorno torna-se igualmente relevante, na medida em que surge associada à relação entre migrações e desenvolvimento. A contribuição dos emigrantes para o desenvolvimento dos seus países de origem resulta da combinação dos recursos que transferem antes e no momento do seu regresso: capital humano, social e

regressados gastam o seu dinheiro em bens de consumo, para melhorar o padrão de vida, em termos individuais, e não investem em negócios que aumentem a capacidade produtiva da região.

³¹ Alguns países de acolhimento instituíram, igualmente, programas para encorajar e facilitar o regresso dos imigrantes aos seus países de origem, designadamente, programas de retorno assistido e esquemas de reintegração de migrantes regressados nos países de origem (UN, 2013, p. 56), reforçando a relevância dos países de acolhimento na compreensão da problemática migratória, não só na periodicidade e intensidade da emigração, mas também no regresso; em particular, no caso dos Açores, o regresso coercivo (Rocha et al., 2012, p. 174).

³² No contexto nacional, o Plano Estratégico para as Migrações (PEM) 2015-2020 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, 12 de março), é um exemplo de intervenção, no domínio da política migratória, no âmbito do qual o Governo expôs um conjunto de áreas de intervenção, onde se destacam, além de medidas de reforço da ligação e do acompanhamento aos cidadãos portugueses emigrados, a definição de medidas orientadas para o apoio ao regresso e à reintegração de cidadãos nacionais emigrados, opção que, segundo Costa (2015), é questionável, uma vez que a imigração e a emigração não se tratam da mesma realidade, necessitando de políticas específicas para cada uma, e não de uma mesma política para ambas as vertentes migratórias.

³³ O Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante foi a estrutura criada pelo Alto Comissariado para as Migrações [ACM] para monitorizar as medidas e ações inscritas no Eixo V do PEM 2015-2020, bem como para reforçar a ligação, o acompanhamento e o apoio aos cidadãos portugueses emigrantes que querem regressar a Portugal (Alto Comissariado para as Migrações [ACM], s.d.).

financeiro – do qual as remessas de migrantes são o exemplo mais evidente (Skeldon, 2008a, p. 3; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE], 2008, p. 163). Cabe, assim, em particular, aos órgãos políticos locais potenciar o papel dos ex-emigrantes e dos emigrantes e imigrantes atuais, enquanto potenciais agentes de crescimento e de desenvolvimento, através da transferência legal de competências e conhecimentos adquiridos nos países / locais de acolhimento, adotando medidas para a promoção da migração circular, para incentivar o retorno aos países de origem e favorecendo um ambiente inovador, fomentando o espírito empreendedor local (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 39).

Porém, esta perspetiva não tem sido constante, tendo as diversas teorias sobre migrações e desenvolvimento vindo, ao longo dos tempos, a oscilar, sucessivamente, entre otimismo *versus* pessimismo, conforme descreve De Haas (2008):

[...] os debates académicos e políticos sobre migração e desenvolvimento tendem a balançar como um pêndulo, do otimismo desenvolvimentista nas décadas de 1950 e 1960, ao pessimismo e ceticismo estruturalista e neomarxista nas décadas de 1970 e 1980, para visões mais matizadas influenciadas pela nova economia das migrações laborais, pelas abordagens de “modos de vida” e pela viragem transnacional nos estudos de migração a partir dos anos 1990. Desde 2000, tem havido um renascimento repentino de visões otimistas, em particular no debate político, bem como um *boom* no trabalho empírico sobre migração e desenvolvimento.³⁴

(De Haas, 2008, p. 48)

No caso português, o tema do retorno foi especialmente importante durante os anos 1980 e, após uma década de menos interesse, o mesmo ganhou novo alento, possivelmente devido a um novo período de desaceleração económica (Candeias, Ferreira & Peixoto, 2014, p. 19).^{35, 36} Em resultado de estudos nesta matéria, mais concretamente,

³⁴ Tradução livre da autora. No original, «[...] the scholarly and policy debates on migration and development have tended to swing back and forth like a pendulum, from developmentalist optimism in the 1950s and 1960s, to structuralist and neo-Marxist pessimism and skepticism over the 1970s and 1980s, to more nuanced views influenced by the new economics of labour migration, “livelihood” approaches and the transnational turn in migration studies as of the 1990s. Since 2000, there has been a sudden renaissance of optimistic views, in particular in the policy debate, as well as a boom in empirical work on migration and development» (De Haas, 2008, p. 48).

³⁵ O texto mais clássico sobre a temática do retorno no último quartel do século XX, em Portugal, resulta do estudo coordenado por Manuela Silva, *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, de 1984, o qual, conforme Amaro (1985, p. 606, nota 3), “(...) dá conta dos resultados de um projeto sobre o regresso de emigrantes, em que participou também o autor e que recorreu nomeadamente a um inquérito realizado a 692 emigrantes regressados, como amostra representativa do regresso a Portugal continental”.

³⁶ Marques e Góis (2014) destacam o facto de, entre 1978 e 1985, paralelamente à diminuição do fluxo emigratório português, se registar o “aumento do número daqueles que anualmente regressaram ao seu país de origem” (p. 56).

de Poinard (1983) e de Amaro (1985), regista-se o regresso de emigrantes a Portugal, aproveitando nalguns casos o estímulo das autoridades dos países de acolhimento, nomeadamente, sob a forma de «ajuda ao regresso» ou de reembolso das contribuições para a Segurança Social, mas muitos têm regressado, porque já tinham intenção de voltar, sendo que o seu regresso se faz, tendencialmente, para o local de origem, tratando-se sobretudo de um regresso à terra, cuja decisão se funda, na maior parte das vezes, em razões familiares.

Da revisão bibliográfica teórica e de investigação efetuada, confirma-se que o número dos emigrantes regressados não é conhecido (Amaro, 1985, p. 606), e também “não é fácil definir o momento ou data do regresso, salvo declaração expressa do interessado que clarifique a sua exata situação” (Rocha-Trindade, 1985b, p. 147), mas é possível, no entanto, apresentar algumas estimativas que poderão, com as reservas necessárias, balizar aquele movimento ou, pelo menos, desenhar-lhe as grandes tendências – é o caso dos censos da população num número cada vez maior de países.³⁷

De salientar que, segundo os resultados do Censo de 2011, existiam cerca de 233 mil indivíduos nascidos em Portugal que residiram durante um período contínuo de mais de um ano no estrangeiro e que, durante a primeira década deste século, regressaram ao país, verificando-se na primeira década deste século, conforme Oliveira et al. (2016, pp. 30, 32), o surgimento quer de novos padrões de emigrantes, quer de novos destinos migratórios, dando azo a novas tipologias de regresso, que apontam no sentido da aproximação de uma ‘lógica de circulação’. É importante, assim, ao longo deste trabalho de investigação, ver em que medida os territórios insulares, mais concretamente o arquipélago dos Açores, se aproximam, ou não, desta tendência.

2.3. Migrações e insularidade

As ilhas, retratadas na bibliografia explorada como espaços geograficamente limitados (incapazes, por isso, de sustentar grandes pressões migratórias), muitas vezes situadas nas periferias ou ultraperiferias geográficas dos principais centros de poder

³⁷ Por exemplo, Amaro (1985), a partir dos censos de 1960, 1970 e 1981, chegou a números que traçaram o perfil da evolução das migrações de regresso, naquele período, a território continental.

político e económico (frequentemente enfrentando escassez de recursos), muito expostas a catástrofes naturais (designadamente, temporais de grande impacto, sismos e erupções vulcânicas), e com um quadro de relações sociais relativamente fechado, constituem ‘fronteiras naturais’ que afetam a ação humana (Lalanda-Gonçalves, 2010, p. 305).

Mas, a especificidade dos espaços insulares leva-os a ser igualmente perspetivados como lugares de encontro e transição, pontos de apoio nas rotas internacionais de comércio e de circulação de pessoas, que foram gerando, ao longo do tempo, processos importantes de relações com o exterior, ampliadas pelo fenómeno da globalização, à escala mundial (Fonseca, 2010, p. 7; Rocha & Ferreira, 2010, p. 97).

Atenta a sua especificidade, a mobilidade nas ilhas tornou-se uma área de interesse disciplinar das ciências sociais, os designados ‘estudos insulares’ (Lalanda-Gonçalves, 2010, p. 305). Neste sentido, a emigração, por exemplo, funcionaria para as ilhas como uma ‘válvula de escape’, ou como um ‘mecanismo de ajustamento económico’ (Royle, 2001, citado em Henriques & Esteves, 2010, p. 281). Mas, «se virmos os mares não como vazios humanos, mas sim como “áreas de circulação”, ou como espaços abertos à deslocação, levantam-se outras possibilidades de explicação para a relação entre a insularidade e as migrações» (Henriques & Esteves, 2010, p. 281); como refere Baldacchino (2010, p. 70), “o perímetro da ilha enquanto lugar finito é reinventado e reimaginado enquanto plataforma, ou base, para incursões no mundo exterior”.

Na verdade, as migrações desde sempre fizeram parte da realidade das ilhas, porquanto o seu povoamento resultou de fluxos migratórios e foram, desde então, profundamente afetadas pelas migrações (King, 2010, p. 41; Rocha & Ferreira, 2010, p. 97). Assim, os fluxos migratórios das ilhas poderão, conforme King (2010, p. 39), ocorrer do seguinte modo: migrações no interior de cada ilha; migrações inter-ilhas; migrações para o continente; e, migrações para outros países (sendo que estes dois últimos tipos de fluxos migratórios insulares serão os alvos deste estudo).

Sem prejuízo da reconhecida simplicidade do seu modelo, King (2009) definiu as ilhas, em geral, enquanto espaços ‘nodais’ ou ‘marginais’, tendendo as primeiras a atrair e enviar população, conduzindo a sociedades cosmopolitas, e de mente aberta face ao

mundo exterior, enquanto as segundas manifestam uma tendência para a emigração e para o despovoamento, bem como para a ‘síndrome MIRAB’ (*Migration, Remittances, Aid and Bureaucracy*) – modelo que tem como características principais as remessas e o apoio prestado pelos emigrantes, a partir dos países de acolhimento, ao desenvolvimento da sua sociedade de origem (King, 2010, p. 42).³⁸ Porém, as taxas e saldos migratórios são, no caso das ilhas – e especialmente no que diz respeito aos fluxos de saída –, certamente mais elevados do que sucede nos países ou regiões ‘continentais’ (King, 2009, p. 63), dependendo a intensidade, os tipos e a sequência cronológica dos fluxos migratórios do papel histórico desempenhado por cada ilha (King, 2010, pp. 41-42).

A pequena dimensão das ilhas relembra os insulares que o seu modo de vida e a sua identidade se relacionam profundamente com a insularidade e isolamento, por um lado, e com a migração e mobilidade, por outro (Connell & King, 1999, p. 2). Com efeito, muitos habitantes de ilhas, pela sua própria condição, são particularmente cosmopolitas e voltados para o exterior (King, 2010, p. 32), sendo as telecomunicações, também para as ilhas, o meio fundamental para obviar ao isolamento e possibilitar o contacto com o resto do mundo (Espínola & Cravidão, 2014, p. 442).

No quadro da mobilidade insular, é inegável o papel preponderante da emigração sobre qualquer outro tipo de movimento migratório – sobretudo em ilhas de menor dimensão –, apresentando-se, na maior parte dos casos, como a única solução, face aos problemas resultantes de um mercado de trabalho limitado e do elevado custo de vida, consequência de uma economia extremamente dependente das importações e dos transportes (Rocha & Ferreira, 2010, p. 98).

Os espaços insulares portugueses – no caso vertente, os Açores – não fogem a esta tendência, sendo de tal forma marcados por este fenómeno, que “a emigração é tida como uma característica endémica destas populações” (Oliveira, 1997, p. 215). Por esse motivo, ou seja, atendendo a tão expressivo movimento de saída dos Açores, objeto de estudo largamente explanado e acompanhado por investigadores e académicos, este estudo tem a virtude de se debruçar, precisamente, sobre o plano inverso – a migração

³⁸ Reflexo da relação entre espaços insulares e migrações, é não só o facto de as ilhas terem não só economias fortemente dependentes das remessas dos emigrantes, como também de possuírem pirâmides etárias marcadas pelo ‘estrangulamento’ dos grupos etários correspondente aos jovens ativos (Henriques & Esteves, 2010, p. 280).

de retorno –, um tema tão pouco explorado no contexto nacional, sobretudo neste século, e mais inexplorado ainda no contexto insular açoriano, a que se junta a originalidade da análise, em simultâneo, das vertentes internacional e interna da migração de retorno a este arquipélago – mais especificamente, à ilha do Faial.

2.4. O arquipélago dos Açores no contexto insular e migratório

Portugal integra território continental, bem como território insular, constituído pelos arquipélagos dos Açores e da Madeira. O arquipélago dos Açores, situado no Oceano Atlântico, entre a Europa e as Américas, a 1500 Km Oeste de Lisboa, é composto por nove ilhas, cuja dimensão total (2321,97 km²) e população total (246.772 habitantes), em 2011 (INE, 2012b, p. 95; Serviço Regional de Estatística dos Açores [SREA], 2016, p. 34), se distribuem conforme disposto na Tabela 2.1.

Tabela: 2.1 – Arquipélago dos Açores: Dimensão e população, em 2011

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES		Área (Km ²)	Habitantes (N.º)
Grupo Oriental	Santa Maria	96,89	5.552
	São Miguel	744,57	137.856
Grupo Central	Terceira	400,27	56.437
	Graciosa	60,66	4.391
	São Jorge	243,65	9.171
	Pico	444,80	14.148
	Faial	173,06	14.994
Grupo Ocidental	Flores	140,96	3.793
	Corvo	17,11	430
TOTAL		2.321,97	246.772

Fonte: INE, 2012b, pp. 95-98; SREA, 2016, p. 34.

Uma das características do arquipélago dos Açores é a sua diversidade populacional.³⁹ A diferença entre os volumes populacionais das várias ilhas é, por isso, o

³⁹ A Região Autónoma dos Açores destaca-se pelo facto de ser a zona do país onde a população juvenil tem um peso maior sobre a população local (Rees et al., 1998, p. 13; Vieira, Ferreira & Rowland, 2015, p. 11); ainda assim, o envelhecimento é a tendência demográfica dominante nos Açores, principalmente visível a partir da década de oitenta do século XX (Rocha, 2013b, p. 301).

primeiro aspeto a sublinhar, com a ilha de São Miguel a deter mais de metade da população do arquipélago, seguida da ilha Terceira.

A desigualdade demográfica entre as ilhas decorre, antes de mais, da sua diferente dimensão territorial, mas também está dependente da sua maior ou menor centralidade face ao exterior, da proximidade entre as ilhas e das respetivas orografias, sem prejuízo da uniformidade que se verifica globalmente e a longo prazo, enquadrando uma evolução comum, como refere Rocha (2010, p. 144; 2013a, p. 88; 2013b, pp. 307-308; 2016, p. 16).⁴⁰ Apesar de constituírem territórios com áreas e densidades populacionais distintas, de dispersão e proximidades geográficas diferenciadas, as ilhas dos Açores, inserem-se, com alguma individualidade, nas relações económicas e políticas nacionais e internacionais, condicionadas por uma história local que determina ou influencia o aumento ou a diminuição da população (Rocha, 2013b, p. 317).

Ao nível internacional, o arquipélago açoriano tem desempenhado um papel relevante no âmbito geopolítico, designadamente, como ponto de apoio militar, tendo sido porto de navios ingleses e alemães, e base aérea dos Estados Unidos da América, desde a Primeira Guerra Mundial (Rocha, Rodrigues, Madeira & Monteiro, 2005, pp. 111-112), mas também como escala portuária dos primeiros voos comerciais transatlânticos, a partir da década de trinta do século XX (Riley, 2015, pp. 68-69).

Por sua vez, no âmbito comunitário, as ilhas são territórios estratégicos para a União Europeia (UE), entendidas como “fronteiras naturais entre o horizonte marítimo e o interior do território europeu, herdadas dos antigos impérios coloniais” (Valente, 2009, p. 11). Algumas destas ilhas, conforme Valente (2016, p. 193), têm uma série de características específicas e comuns entre si, que dificultam o seu crescimento e a recuperação do atraso em relação a outras regiões da UE, como seja o grande afastamento do continente europeu, a insularidade, a pequena superfície, o relevo e clima difíceis, a sua economia pouco diversificada e a sua dependência económica em relação a alguns produtos, pelo que, com a concessão do estatuto de Regiões Ultraperiféricas (juridicamente consolidado pelos artigos 349.º e 355.º do Tratado de

⁴⁰ Cumpre salientar, neste ponto, o relevante contributo de académicos e investigadores da Universidade dos Açores, em especial, Gilberta Pavão Nunes Rocha, uma referência incontornável, no âmbito do estudo da comunidade insular açoriana.

Funcionamento da UE) a essas ilhas, incluindo ao arquipélago dos Açores, a União tomou em conta as suas especificidades, de modo a inseri-las plenamente no espaço europeu e beneficiar das políticas comunitárias.^{41, 42}

No âmbito político nacional, há que destacar a concessão do estatuto de autonomia ao arquipélago dos Açores, fundamentado nas suas “características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares”, conforme previsto nos artigos 225º e seguintes da Constituição da República Portuguesa, de 1976, com o principal objetivo, não de isolamento das ilhas, mas de uma maior liberdade de decisão, tendo em vista o seu desenvolvimento (Oros & Stoica, 2014, p. 73). Conforme menciona A. Silva (2017):

Estes Açores, plurais nos seus modos de estar na vida, de olhar o mundo e de se verem a si próprios, passaram a ser, com o advento da autonomia, uma entidade singular na sua definição político-administrativa, pelo que o poder político autónómico teve de encontrar formas de lidar com as antinomias: no cumprimento de visitas estatutárias a cada uma das ilhas; no estabelecimento das ilhas de coesão; nas obras emblemáticas ansiadas pelas populações; na gestão das pequenas rivalidades; no discurso de unidade; e, sobretudo, na criação de símbolos identitários (hino, bandeira), ou no seu reforço, com especial projeção do culto ao Divino Espírito Santo.

(A. Silva, 2017, p. 246)

O regime autónómico extinguiu os distritos anteriormente existentes de Angra do Heroísmo (que englobava as ilhas: Terceira, Graciosa e São Jorge), Horta (que incluía as ilhas: Faial, Pico, Flores e Corvo) e Ponta Delgada (que reunia as ilhas: São Miguel e Santa Maria); porém, as respetivas cidades capitais mantiveram visível o seu protagonismo, em termos políticos: na cidade de Angra do Heroísmo localiza-se a residência oficial do Representante da República; na cidade da Horta encontra-se a Assembleia Legislativa

⁴¹ De acordo com Valente (2016, p. 188-189), no processo de adesão dos Açores e Madeira, foi de enorme alcance político a inscrição, pelos Estados signatários do Tratado de Adesão de Portugal, da “Declaração comum relativa ao desenvolvimento económico e social das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira”, anexa ao Tratado, porquanto, nessa declaração, “foram identificados, pela primeira vez, os constrangimentos permanentes das ilhas atlânticas que viriam a ser utilizados na construção e definição do conceito de ultraperiferia”.

⁴² De salientar, a título exemplificativo, o Programa Operacional Regional dos Açores 2014-2020, um programa multifundos com contributos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, para o período 2014-2020, e que visa contribuir para o cumprimento da Estratégia Europa 2020, nomeadamente, através de: promoção de conhecimento em investigação e desenvolvimento para as pequenas e médias empresas; investimento na educação, formação e formação profissional para aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida; e, promoção de emprego sustentável e de qualidade e apoio à mobilidade laboral (Comissão Europeia, s.d.).

Regional; e, em Ponta Delgada a Presidência do Governo Regional, sendo que as três cidades acolhem as diferentes Secretarias do Governo Regional (Rocha, 2013a, p. 89).

No âmbito socioeconómico, o arquipélago também revela um subsistema central e hierárquico interno de três ilhas (São Miguel, Terceira e Faial), que se reflete ao longo de uma história que contabiliza vários séculos: “músculo económico no caso de São Miguel; funções religiosas e culturais por parte da Terceira; ou a íntima ligação com o oceano e a navegação no caso do Faial” (Baldacchino & Ferreira, 2013, p. 97).⁴³ Deste modo, a integração europeia, por um lado, e a autonomia, por outro, constituem os dois eixos fundamentais do combate às assimetrias existentes, constituindo-se igualmente como instrumentos de unificação política da Região (Valente, 2016, p. 187).

À semelhança do restante território nacional – cuja situação geográfica periférica e costeira, em articulação com a conjuntura internacional, consoante a época, sempre potenciou a sua tendência migratória (Rocha-Trindade, 1985a), conferindo, em particular, à emigração, iniciada com a colonização da Madeira (Serrão, 1970), um carácter estrutural (Godinho, 1978) –, também o arquipélago dos Açores tem a si associado um contexto migratório e intercultural, desde a sua génese. Por um lado, após a sua descoberta por portugueses, no século XV, a colonização do arquipélago foi, essencialmente, obra de migrantes que, de diversas partes do reino e da Europa, acorreram às ilhas atlânticas na procura de um novo espaço – o que se revela interessante, atendendo à sua característica dominante de território de fronteira e ultraperiférico (Castanho, 2013, p. 66; Medeiros & Madeira, 2004b, p. 15; Rocha et al., 2005). Por outro lado, desde o início da navegação à vela, os Açores têm sido um ponto fundamental na articulação da Europa com a costa africana, as Américas, e mesmo o Índico, e um ponto de apoio, antes da última etapa até à Europa continental, nomeadamente para reparações de embarcações e reabastecimentos (Henriques & Esteves, 2010, p. 282).

Os movimentos migratórios têm grande impacto na estrutura e evolução da população, integrando uma característica estruturante da sociedade e cultura açorianas (Henriques & Esteves, 2010, p. 38), porquanto ao longo da sua história os movimentos

⁴³ Tradução livre da autora. No original, “economic muscle in the case of Sao Miguel; religious and cultural functions on the part of Terceira; or the intimate connection with the ocean and navigation in the case of Faial” (Baldacchino & Ferreira, 2013, p. 97).

migratórios – para o continente ou para o exterior –, têm marcado todas as gerações, até ao presente. A modernidade trouxe aos Açores grandes alterações vivenciais, designadamente em termos de mobilidade, influenciando as respetivas configurações populacionais e sociais (Rocha, 2016, pp. 19-20). Fazendo uma análise, a partir do século XX, verifica-se que a Região apresenta diversos períodos migratórios (ver Quadro 2.1):

Quadro: 2.1 – Períodos migratórios nos Açores (1900-2015)

Períodos	Características
1900-1920	Forte corrente emigratória legal, a que se pode acrescentar o registo de emigração clandestina, e ainda algum retorno ao arquipélago, com entradas mais ou menos significativas nos grupos de idade mais avançada.
1920-1950	Saldos positivos, e com uma mobilidade reduzida, em que o retorno aparenta ser o principal responsável, apesar da possibilidade de movimentos internos em algumas ilhas.
1950-1981	Os saldos negativos atingem as maiores proporções do século XX, com a emigração a ser o fator preponderante – sobretudo entre 1965 e 1975 –, apesar da provável simultaneidade de movimentos internos e mesmo de movimentos de retorno.
1981-2011	Os Açores conseguem estancar as saídas de população, e até uma certa captação de emigrantes regressados, invertendo o declínio demográfico das décadas anteriores, devido a mudanças, nomeadamente políticas, com fortes repercussões económicas e sociais, de que é exemplo a instauração do regime autonómico, possibilitando a afirmação da Região no contexto nacional.
2011-2015	O arquipélago regista, no período compreendido entre 2012 e 2015, uma taxa de crescimento migratório média de -0,16%, que se traduz num número de saídas do arquipélago superior ao de entradas, reiterando a dominância de um efeito mais repulsivo do que atrativo da Região, em parte possivelmente justificado pelos efeitos da crise global, que ainda afeta a população, em geral.

Fonte: Rocha (1991, p. 244, 260; 2013b, p. 301); SREA (2013, p. 59; 2014, p. 57; 2015, p. 59; 2016, p. 61).

Nas ilhas dos Açores, estabelece-se, de acordo com Lalanda-Gonçalves (2010), uma relação entre dinâmicas demográficas, socioeconómicas e migratórias. Assim,

[...] nas ilhas mais pequenas, uma maior consciência do limite levou à estruturação de um modelo de povoamento onde a emigração causou, desde muito cedo, fortes impactos na estrutura demográfica, traduzida por envelhecimento da população, maior predomínio da atividade agrícola, do trabalho familiar, da polivalência de funções, reduzindo a dimensão média dos “povoados”, das famílias, da estrutura empresarial; nas ilhas maiores, onde a diversidade estrutural interna é maior, o impacto da emigração é menor, o habitat é mais diversificado, a lógica da mobilidade interna na ilha mais acentuada, a propensão para a saída, na dinâmica interna, é menos forte, a construção do espaço de oportunidade é mais centrado no espaço da ilha.

(Lalanda-Gonçalves, 2010, p. 302-303)

Quando transposto para o plano da dicotomia defendida por King (2010), relativamente aos espaços insulares, o arquipélago dos Açores pode ser definido como um espaço ‘marginal’, ainda que as mudanças verificadas, a partir da década de oitenta do século passado, apontem no sentido de uma maior centralidade (Rocha, 2013b, p. 317). Quando aplicada a mesma dicotomia às várias ilhas do arquipélago, S. Miguel, Terceira e Faial apresentam uma natureza essencialmente ‘nodal’ – pois, além de atraírem, comparativamente com as restantes ilhas, volumes significativos de efetivos de outras ilhas, do território continental e do estrangeiro, têm uma evidente capacidade emissora, atento o papel que desempenham dentro de alguns movimentos de circulação –; em sentido inverso, as demais ilhas do arquipélago surgem, com alguma permanência, com um caráter ‘marginal’, face à ausência de mudanças significativas na sua estrutura demográfica (Rocha, 2013b, pp. 317-318; Rocha & Ferreira, 2010, p. 109).

Os movimentos migratórios nos Açores assumem-se, desta feita, como “um fenómeno multifacetado [...] que afetou a dinâmica populacional e o evoluir socioeconómico açoriano, bem como a sua identidade de região plural e de fronteira” (Rocha et al., 2005, p. 127). A identidade açoriana é reforçada através da diáspora, seja de forma direta e individual, seja por intermédio das associações migrantes, as quais, como refere Horta (2010, p. 11): “têm desempenhado um papel fundamental no quadro das migrações internacionais, inter-regionais e internas”.⁴⁴

Efetivamente, a identidade açoriana é um aspeto muito marcante no contexto migratório. Conforme resulta das palavras de Rosa e Trigo (1990):

A açorianidade, que nasce nesta insularidade feita de vulcanismo e de mar revolto, ganha, assim, uma dimensão de errância que hoje a justifica ainda mais, no plano filosófico. A emigração reduz, entretanto, a insularidade, mas aumenta a açorianidade. [...] a açorianidade – essa maneira que o açoriano tem de afirmar a sua especificidade de ser português, sendo ao mesmo tempo um cidadão da errância em trânsito permanente, espiritual ou físico, para a sua matéria: Açores.^{45, 46}

⁴⁴ De destacar, entre outros, o Conselho Mundial das Casas dos Açores, cujos principais objetivos são: “defender os interesses dos Açores e dos açorianos e seus descendentes; servir de elo entre a Região Autónoma dos Açores e os países ou regiões onde permanecem e afirmar a identidade regional açoriana como parte integrante da nação portuguesa (Conselho Mundial das Casas dos Açores, s.d.). Igualmente a referir, a criação do Conselho da Diáspora Açoriana, órgão consultivo do Governo Regional que visa assegurar a participação, a colaboração e a auscultação, dos açorianos no mundo, no projeto de desenvolvimento dos Açores (art.º 1º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2019/A, de 5 de agosto).

⁴⁵ A expressão ‘açorianidade’ surge pela primeira vez no artigo homónimo, de autoria de Vitorino Nemésio, publicado na revista *Insula*, em 1932 (Cabral, 2010, p. 19, nota 15).

Porém, a identidade insular açoriana é vivida de forma singular, em cada ilha do arquipélago. Segundo A. Silva (2010, p. 133): “A açorianidade do Pico será – não tenho dúvidas – diferente da da Terceira, da do Corvo ou da de S. Miguel”. No mesmo sentido, Lobão (2013, p. 11) afirma: “da identidade do faialense, do corvino, do micaelense... passa-se à identidade açoriana, uma identidade que não se afirma como exclusivista, pelo contrário, acolhe-se na identidade nacional, respalda-se na identificação com a ilha”.

O transnacionalismo faz igualmente parte das características da emigração açoriana, manifestando-se a diversos níveis; desde logo, ao nível económico, maioritariamente por via do envio de remessas para a Região, podendo contribuir, de algum modo, para o progresso das ilhas.

Mas o transnacionalismo também se faz sentir em termos socioculturais, pois, sobretudo em caso de retorno, os migrantes trazem consigo novos costumes, ideias, identidades e capital social – que Levitt (1998) designa por “remessas sociais” (1998, p. 927). Por outro lado, estes mantêm frequentemente o contacto com o país de acolhimento, nomeadamente através de deslocações e contactos regulares, com recurso às tecnologias de informação e comunicação, uma vez que é frequente terem deixado familiares – filhos e até, eventualmente, netos – no país de acolhimento (Gherghel & Le Gall, 2016, p. 139; Henriques & Esteves, 2010, p. 289).⁴⁷

A contemporaneidade tem vindo a configurar novas formas de mobilidade, às quais a Região não é indiferente; cumpre, por isso, analisar neste estudo, entre outros aspetos,

⁴⁶ Entre outros, a religiosidade assume-se como elemento característico da identidade açoriana, não só na sua forma tradicional, como também em resultado da fusão de religião com profano, e afirma-se como força estrutural, cujo contributo remonta aos inícios do povoamento, na organização do espaço e da vivência insular, bem como no fortalecimento da fé das povoações, perante as constantes ameaças de catástrofes naturais (Dores, 2017, p. 318; Leal, 2007, p. 29; Leal, 2009, p. 84; Lobão, 2013, p. 478-479); são exemplo as festas dedicadas ao Senhor Santo Cristo dos Milagres e ao Espírito Santo, cujo culto faz “conhecer a origem dos que residindo no estrangeiro as têm conseguido manter e como também regressando a Portugal, em datas pontuais ou definitivamente, assumem a sua dupla pertença pela transferência de uma representação simbólica que mantêm” (Rocha-Trindade, 2017, p. 70).

⁴⁷ No regresso aos Açores, os emigrantes trazem influências resultantes da experiência vivida no exterior e, ao longo dos tempos, têm deixado as suas marcas no arquipélago e nas suas gentes. Demonstração dessa evidência surge, por exemplo, como menciona Espínola (2010, pp. 15-16), no uso corrente da língua portuguesa, onde, para além do sotaque característico das várias ilhas açorianas, se nota a inclusão de vocábulos com origem, designadamente, no inglês americano, como os seguintes: ‘gama’ (significa pastilha elástica, e deriva da palavra *gum*); ‘pana’ (designa alguidar ou marmita grande, e deriva da palavra *pan*); ‘trela’ (significa atrelado, e deriva do inglês *trailer*); e, ‘suera’ (significa camisola, e vem do inglês *sweater*).

de que modo essas mudanças podem estar a interferir na capacidade de atração ou repulsão do território insular açoriano.

2.4.1. A migração interna nos Açores

A mobilidade nos Açores consubstancia-se, por um lado, nas migrações internas para o continente português (e arquipélago da Madeira), havendo igualmente movimentos entre as várias ilhas açorianas, os quais não se inserem no âmbito deste estudo.

O conhecimento sobre os fluxos decorrentes das migrações internas açorianas encontra-se limitado, em grande parte, pela inexistência de informação estatística disponível que sustente uma análise sociodemográfica rigorosa deste fenómeno (Rocha, 1991, p. 254). Como salienta Peixoto (1998a, p. 33), relativamente às migrações internas, em geral, “o aumento das pendularidades, de contactos temporários e um regime de ‘circulação’ em espaços de vida amplos representam, talvez, as maiores dificuldades de captação”. Todavia, e com base em dados dos últimos recenseamentos, é possível contemplar alguns resultados brutos, decorrentes dos volumes de migrantes internos existentes para o total da Região e por concelho, e, a partir daí, apontar as principais tendências de repulsão ou de atração populacional (Rocha & Ferreira, 2010, p. 105).⁴⁸

Todavia, acrescentam Rocha e Ferreira (2010):

[...] desconhecem-se ainda, a intensidade e o sentido dos fluxos entre cada uma destas [ilhas], em específico, e o restante território nacional. Do mesmo modo, não se conhece o impacto dos movimentos internos sobre o volume e a estrutura demográfica das populações concelhias e de ilha, ainda que tudo leve a crer que, ao longo do tempo, essa influência tenha sido bastante variável dada a diversidade da dinâmica demográfica das várias ilhas.⁴⁹

(Rocha & Ferreira, 2010, p. 105)

No Quadro 2.2 é possível observar a evolução da migração interna, nos Açores, desde o início do século XX, até à atualidade.

⁴⁸ Como indicam Rocha, Rodrigues, Madeira e Monteiro (2005): “Nas últimas décadas, os movimentos internos atingem uma expressão considerável, que em algumas ilhas se igualam ou até são superiores aos registados pela emigração” (Rocha et al., 2005, p. 125).

⁴⁹ A título de exemplo refira-se que a implementação do regime autonómico, tendo extinguido os distritos de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, não eliminou o seu protagonismo, facto que não deixa de influenciar a mobilidade interna no arquipélago (Rocha, 2013a, p. 89).

Quadro: 2.2 – Migração interna nos Açores (1900-2010)

Décadas	Características
1900 – 1940	Existe praticamente em todas as ilhas um excesso populacional, cuja razão de ser poderá relacionar-se, nomeadamente, com a mobilidade interna e com o retorno.
1950 – 1970	Mesmo que exista retorno, a mobilidade interna em termos de saída, em geral, é preponderante, sendo exceções as ilhas de São Miguel, Pico e Faial que registam valores positivos, indicativos de um poder de atração populacional.
1980 – 1990	Constata-se a diminuição dos quantitativos de entrada, apresentando o arquipélago um saldo migratório de sinal negativo, e uma tendência repulsiva. Os movimentos internos atingem uma expressão considerável, que em algumas ilhas se igualam ou até são superiores aos registados pela emigração.
2000 – 2010	Os Açores não revelam, relativamente a residentes oriundos da mobilidade, valores expressivos.

Fonte: Gomes, Moreira & Pinto, 2017, p. 61; INE, 2012b, p. 33; Rocha, 1991, p. 254; Rocha & Ferreira, 2010, p. 105; Rocha et al., 2005, p. 125.

Relativamente às décadas de oitenta a noventa do século passado, mais especificamente, no período compreendido entre 1985 e 1991, Peixoto (1998b) refere que: «Numa primeira leitura, são as regiões mais deprimidas do território que atingem uma maior incorporação relativa dos agentes qualificados, “libertando-se” simultaneamente dos não qualificados» (p. 91), salientando, no tocante ao volume de migração interna, que as regiões que mais beneficiam, em termos relativos, com a entrada de quadros são, entre outras, os Açores (Peixoto, 1998a, p. 327).

Nesta senda, Rocha e Ferreira (2010) sugerem a existência de uma “lógica circular de mobilidade de quadros e de pessoal técnico qualificado entre os Açores e o Continente”, em que “as entradas e saídas nestes grupos tendem a anular-se mutuamente, sendo umas compensadas pelas outras” (Rocha & Ferreira, 2010, pp. 106-107). Segundo Rocha e Ferreira (2010, p. 109), a explicação para a tendência repulsiva revelada pela Região, em especial ao longo dos anos noventa, “possivelmente dever-se-á, por um lado, ao regresso de pessoas ao local original de residência; e, por outro lado, ao aumento dos fluxos de estudantes em direção ao Continente, sem contrapartida idêntica nas entradas”.

Finalmente, quando confrontados com os resultados estatísticos mais recentes, decorrentes dos Censos de 2001 e 2011, os mesmos sugerem que o arquipélago continua

a não registar um poder de atração significativo. Já quanto ao efeito de repulsão da Região, os Açores apresentam uma taxa de repulsão interna de 1,8%, semelhante à de 2001 (INE, 2012b, p. 33).

Quando considerado, através do Censo de 2011, o número de cidadãos residentes no arquipélago dos Açores, em 2011, que, em 2005 e em 2009, respetivamente, residiam noutro município, verifica-se um decréscimo do número de residentes noutro município, entre 2005 e 2009 de – 55,19%, a comprovar que, nos anos mais recentes, a mobilidade interna (seja dentro da própria ilha – desde que a mesma tenha mais do que um município –, seja inter-ilhas, ou entre o arquipélago e o continente ou a Região Autónoma da Madeira), tem vindo a decair muito consideravelmente, à semelhança da tendência nacional, como se confirma através da Tabela 2.2.

Tabela: 2.2 – População residente nos Açores, em 2011, que residia noutro município, em 2005 e 2009

População residente	Residência noutro município em 2005	Residência noutro município em 2009	Variação
Portugal	678.389	275.615	-59,37%
R. A. Açores	13.215	5.922	-55,19%

Fonte: INE, 2012a, pp. 361, 366, 367, 372.

Efetivamente, se, por um lado, o mercado de trabalho estabelece relação entre o arquipélago e o continente, por outro, a via da educação e da formação, nomeadamente, a entrada e saída de habitantes da Região por motivos de estudo são um fator a ter igualmente em consideração (Rocha & Ferreira, 2010, p. 107). Segundo Cabral (2010): “A migração açoriana para o continente português não se prende tanto com razões económicas, ao contrário da emigração para a América do Norte e Brasil. O motivo principal reside, principalmente, na necessidade de prosseguir os estudos.” (2010, p. 349), ainda que, segundo o estudo realizado pela equipa do Centro de Estudos Interdisciplinares de Ciências Sociais da Universidade dos Açores, sobre jovens açorianos qualificados, no período de 2011/2012 a 2013/2014, os Açores sejam a região do País com menores níveis de qualificação, nomeadamente no que respeita ao ensino superior (Rocha, Palos, Silva & Lalande, 2015, p. 39), não obstante reforçar que, no período

intercensitário 2001-2011 se dá uma melhoria bastante significativa dos níveis de ensino superior, sobretudo relativamente ao género feminino.⁵⁰

De acordo com dados do inquérito realizado a alunos universitários dos Açores a estudar fora da Região no ano letivo 2011/2012, efetuado pelo Observatório do Emprego e da Formação Profissional (OEFP) (2012) – serviço na dependência da Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, do Governo Regional dos Açores –, ao qual responderam 269 estudantes, verifica-se, no que diz respeito à localidade de residência para efeito de estudo, que o maior número de estudantes açorianos se concentra em Lisboa (40,8%), seguida do Porto (15,6%) e de Coimbra (12,6%).⁵¹ À mesma conclusão chega o estudo sobre jovens açorianos qualificados, acima indicado, que refere que cerca de metade dos estudantes considerados escolhe a região de Lisboa, seguida da preferência pelas regiões do Norte e do Centro, ainda que com grande diferença relativamente à primeira escolha (Rocha et al., 2015, p. 72).

Dos 269 alunos universitários em apreço, 43,4% pretendem frequentar um estágio no estrangeiro e, destes, a grande maioria (71,7%) prefere realizar um estágio na Europa (Observatório do Emprego e da Formação Profissional [OEFP], 2012, p. 7), confirmando a anteriormente referida possibilidade de articulação, ao longo do tempo, de diferentes tipologias migratórias – neste caso, as migrações duais (internas e internacionais).

Independentemente do motivo da partida, como referem Espínola e Cravidão (2014, p. 434), a maioria da população insular que se desloca internamente mantém laços afetivos com a sua terra natal, tal como acontece na emigração. Deste modo, mesmo para os que mudam a sua residência para território continental, a relação com o ambiente insular não tende a deteriorar-se, podendo, inclusivamente, ser reforçado ou recriado no local de acolhimento.⁵²

⁵⁰ Refere o estudo em apreço que “a percentagem da população com ensino superior face à população total passa de 4,2% para 8,2%, evolução que nos homens é de 3,2% para 5,9% e nas mulheres de 5,1% para 10,4%” (Rocha et al., 2015, p. 40).

⁵¹ Por área em que o curso se insere, a grande maioria dos alunos está a frequentar cursos na área da Saúde (22,6%), das Engenharias e Técnicas Afins (17,8%), das Ciências Sociais e do Comportamento (14,5%), e das Artes (8,1%) (OEFP, 2012, p. 6).

⁵² Na literatura açoriana, Cabral (2010) refere o conto “À nossa” (*Mar e Tudo*), de José Francisco Costa (1998), para elucidar que “a forte ligação com a ilha reflete-se na busca da terra de origem na nova morada, pois as personagens [dois amigos açorianos a estudar em Lisboa] imaginam que Cacilhas é uma ilha e o Tejo um canal de mar. Mesmo residindo em solo português, os dois amigos vivem a migração e a ausência da

2.4.2. A migração internacional nos Açores

Encarada como o acontecimento central da história dos Açores, a migração internacional, ou emigração, impôs-se como estratégia, ao nível pessoal ou familiar, para fazer face, sobretudo, a dificuldades económicas e a um espaço permanentemente ameaçado pelas forças da natureza, com uma precária organização económica e com uma situação geográfica de inevitável isolamento, dependendo a intensidade dos fluxos de saída do arquipélago, em grande parte, da maior ou menor facilidade de entrada nos países de destino, consoante a conjuntura política e socioeconómica desses países, ao longo dos tempos (Cabral, 2010, p. 358; Rocha, 1991, pp. 244-245; Rocha et al., 2005, p. 125).

O início da emigração nos Açores remonta ao século XVII, tendo como destino o Brasil; porém, o primeiro fluxo emigratório, com características sistemáticas, registou-se já no século XVIII (Castanho, 2013, p. 67; Henriques & Esteves, 2010, p. 284). Até à independência do Brasil (1822), a saída de açorianos, foi induzida pelo objetivo da coroa portuguesa de garantir o domínio territorial no Brasil – permitindo igualmente dar resposta às solicitações das gentes das ilhas que passavam por dificuldades a vários níveis –, e teve a particularidade de ser uma emigração essencialmente colonizadora, definitiva e baseada em movimentações familiares (Castanho, 2013, p. 67; Cordeiro & Madeira, 2003, p. 108; Costa, 2003, p. 234; Medeiros & Madeira, 2004b, pp. 21-22; S. S. Silva, 2010, p. 337). Todavia, a partir da segunda metade do século XVIII, o fluxo migratório modificou-se, tornando-se um movimento internacional de trabalho, ou emigração económica (Baganha & Góis, 1998, p. 232), verificando-se igualmente a viragem para outros destinos, que não o brasileiro (Medeiros & Madeira, 2004b, p. 26).⁵³

Os Estados Unidos da América surgiram cronologicamente como segundo destino da emigração açoriana – sobretudo a partir do último quarto do século XVIII –, por via da

ilha como se fossem emigrantes propriamente ditos, na medida em que o continente português, dada a distância, é sentido como terra «estrangeira» (Cabral, 2010, pp. 349-350).

⁵³ O Brasil é, atualmente, o décimo primeiro país do mundo para onde mais portugueses emigram, e o sexto país do mundo onde residem mais portugueses emigrados (Pires, Pereira, Azevedo, Espírito-Santo & Vidigal, 2016, pp. 46, 51, 101, 109).

integração de homens, mormente das ilhas do grupo central dos Açores, nos barcos baleeiros americanos recrutados para a caça à baleia, onde ainda se encontram instaladas atualmente as principais comunidades da diáspora açoriana; contudo, só em meados do século XIX é que os Estados Unidos se constituíram como um destino efetivo e preferencial dos açorianos (Castanho, 2013, pp. 68-69; Henriques & Esteves, 2010, pp. 283-284). A emigração para os Estados Unidos foi interrompida com a Grande Depressão e retomada, na sequência da erupção do vulcão dos Capelinhos, na ilha do Faial, de 1957-1958 (Leal, 2007, p. 14), “tendo os EUA, em sinal de solidariedade, criado condições favoráveis à partida de açorianos para aquele país” (Castanho, 2013, p. 69).⁵⁴ Só a partir da década de oitenta do século XX se regista o abrandamento da chegada de açorianos aos Estados Unidos; contudo, a população portuguesa nos Estados Unidos não parou de crescer, engrossada pela segunda e terceira gerações (Caldeira, 2009, p. 51).⁵⁵

As Bermudas estiveram na mira dos Açorianos desde o século XVII; porém, é o século XIX que marca o início da emigração sistemática dos Açores para aquele arquipélago, constituindo a comunidade açoriana, atualmente, o maior grupo étnico nas Bermudas, depois dos locais (Castanho, 2013, p. 69). A emigração para este destino apresenta algumas características específicas: em primeiro lugar, funda-se, por regra, em razões laborais, de tipo temporário (em média, um ou dois anos, conforme o contrato de trabalho do emigrante); em segundo, trata-se de uma trajetória essencialmente individual, levada a cabo, sobretudo, por homens em idade ativa, com o objetivo de acumularem, rapidamente, o suficiente para fazer face aos encargos já assumidos; em terceiro lugar, e não obstante a intensidade das saídas dos últimos anos ser diminuta, este destino assume, atualmente, quando feita a retrospectiva, uma importância

⁵⁴ O *Azorean Refugee Act*, aprovado a 2 de setembro de 1958, concedeu vistos a 1500 famílias faialenses e, após dois anos, concedeu mais 500 vistos, tendo, em 1965, sido aprovado, pelo Presidente John F. Kennedy, o *Immigration Act*, que aboliu as quotas de emigração existentes desde os anos vinte, tendo todas as ilhas do arquipélago beneficiado das medidas então implementadas (Caldeira, 2009, pp. 50-51).

⁵⁵ Os Estados Unidos da América são, atualmente, o décimo terceiro país do mundo para onde mais portugueses emigram, e o terceiro país do mundo onde residem mais portugueses emigrados (Pires et al., 2016, pp. 46, 51, 144, 147).

significativa, no contexto emigratório açoriano (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, pp. 58-59).⁵⁶

O arquipélago do Havai foi igualmente destino de muitos açorianos, a partir de finais do século XIX, os quais integraram tripulações dos navios baleeiros (Henriques & Esteves, 2010, p. 284) e, com os anos, passaram a integrar o tecido social, sendo a comunidade descendente de açorianos, atualmente, uma referência naquele arquipélago (Castanho, 2013, p. 70).

O Canadá foi o último grande país de emigração açoriana (Castanho, 2013, p. 70). O começo da emigração sistemática dá-se na segunda metade do século XX, e só foi possível após a assinatura de um acordo bilateral, em 1953, entre Portugal e o Canadá, para a contratação de trabalhadores pouco qualificados, essencialmente para os caminhos de ferro e agricultura (Henriques & Esteves, 2010, p. 284), tendo tal destino sido preponderante relativamente aos Açores, devido, não só à maior facilidade das ligações marítimas e aéreas, mas igualmente às medidas especiais, também concedidas pelo governo canadiano, aos sinistrados do vulcão dos Capelinhos, atraindo o interesse pela emigração açoriana para este país (Arroteia, 1983, pp. 39-40).⁵⁷

Para além destes destinos mais significativos, encontram-se açorianos em todas as partes do mundo (Castanho, 2013, p. 70). De assinalar, contudo, que os últimos anos do século XX são caracterizados, em termos de fluxos migratórios, por um baixo volume de saídas motivado, por um lado, pelo progressivo estrangulamento de entradas nos países de acolhimento – designadamente, nos Estados Unidos e no Canadá –, consequência de alterações nas políticas imigratórias dos respetivos países, que passam a privilegiar o

⁵⁶ As rígidas condicionantes impostas pela lei da imigração das Bermudas ao agrupamento familiar, agravadas pelo elevado custo de vida naquele território, determinam a permanência do agregado nos Açores, contribuindo para reforçar o carácter temporário da emigração para este destino, motivo pelo qual a tendência para a remigração para as Bermudas é também frequente, fazendo com que o regresso seja, também em muitos casos, temporário e distinto do protagonizado pelos emigrantes vindos dos Estados Unidos ou do Canadá (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, pp. 59, 66).

⁵⁷ Apesar de se tratar da mais recente vaga migratória, o número de açorianos que emigrou para o Canadá foi elevado, estimando-se que entre 60% e 70% de todos os portugueses atualmente residentes no Canadá provenham dos Açores – primeira geração – ou descendam de açorianos – segunda geração e seguintes (Henriques & Esteves, 2010, p. 284; Teixeira, 2010, p. 196). Em termos nacionais, o Canadá é atualmente, o décimo quarto país do mundo para onde mais portugueses emigram, e o quarto país do mundo onde residem mais portugueses emigrados (Pires et al., 2016, pp. 46, 51, 120).

acolhimento de migrantes detentores de algum grau de qualificação.⁵⁸ Por outro lado, terá havido também alterações ao nível das motivações para partir, designadamente, a implementação da democracia e da autonomia regional, ou a adesão de Portugal à UE, o progresso que Portugal tem alcançado na estabilização do setor financeiro e na melhoria do acesso ao financiamento, ou o aumento da escolaridade obrigatória – que influencia o desejo de permanecer nos Açores, pois os jovens passam a vislumbrar a possibilidade de sucesso profissional, sem necessidade de abandonar o arquipélago (Henriques & Esteves, 2010, p. 286).⁵⁹

A Tabela 2.3 é elucidativa da evolução da emigração açoriana, entre 1960 e 2015, para os seus principais destinos e, ainda que, segundo a Direção Regional das Comunidades (2020), não existam dados relativos à emigração para os Estados Unidos da América, desde 2015, e para o Canadá, desde 2000, resulta clara a tendência de decréscimo acentuado da emigração açoriana, a partir da década de oitenta do século passado.

Tabela: 2.3 – Nº de emigrantes açorianos, por destino (1960-2015)

Período	EUA	Canadá	Bermuda	TOTAL
1960-69	39178	29603	3474	72255
1970-79	41589	32941	1220	75750
1980-89	10883	10181	1136	22200
1990-99	3746	4872	233	8851
2000-09	743	---	2116	2859
2010-15	153	---	235	388
TOTAL	96292	77597	8414	182303

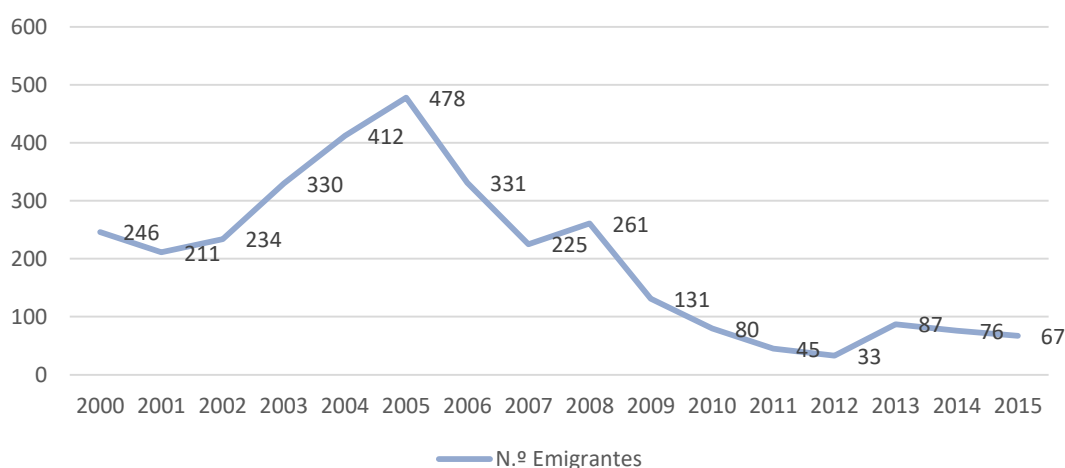
Fonte: Direção Regional das Comunidades (2020).

⁵⁸ Até então, refere Dóres (2017, pp. 319-320) que “os que partiram, na sua maioria classificados como «mão-de-obra indiferenciada», souberam adaptar-se, com heroica facilidade, a terras de climas e línguas diferentes, apostando a sua energia e a sua maleabilidade em todo o tipo de profissões”.

⁵⁹ Com a implementação da democracia e da autonomia, foi possível inverter os termos em que era concebida a emigração – se antes a população emigrante devia servir os interesses do país, hoje é o Estado que se deve organizar para dar essas condições à sua população (Medeiros & Madeira, 2004b, p. 33); talvez por esse motivo, uma das primeiras medidas do Governo Regional dos Açores, após a autonomia, tenha sido, conforme Leal (2000, p. 245), a criação de organismos de apoio às comunidades açorianas emigradas.

Desde o início do séc. XXI, de acordo com os dados estatísticos constantes do Gráfico 2.1, não obstante o acréscimo atenuado observado, sobretudo por via da emigração para as Bermudas, os últimos anos voltam a registar uma diminuição, que sugerem “o fim do tempo da forte emigração impulsionada pelas débeis condições sociais de existência da sociedade das ilhas” (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 52).

Gráfico: 2.1 - Evolução da emigração açoriana (2000-2015)



Fonte: Direção Regional das Comunidades (2020).

Também no Censo de 2011 se constata a referida tendência de decréscimo acentuado da emigração, neste século, à semelhança do que sucede ao nível nacional, como decorre da Tabela 2.4, quando comparado o número de residentes nos Açores, em 2011, que, em 2005 e em 2009, respetivamente, residiam no estrangeiro.

Tabela: 2.4 – População residente nos Açores, em 2011, que residia no estrangeiro, em 2005 e 2009

População residente	Resid. estrangeiro em 2005	Resid. estrangeiro em 2009	Variação
Portugal	215.130	81.778	-61,99%
R. A. Açores	2.955	1.146	-61,22%

Fonte: INE, 2012a, p. 361, 366, 367, 372.

A migração internacional açoriana apresenta, com efeito, algumas características específicas, que é possível assinalar, nomeadamente: o arquipélago dos Açores, uma

região cujo peso demográfico no país é pequeno, conseguiu manter volumes de emigração relativamente elevados no contexto nacional – facto para o qual muito contribuiu o elevado grau de estruturação das comunidades na diáspora, que conseguiram orientar e empregar as diversas vagas migratórias que iam chegando –; a América do Norte foi o destino primordial dos emigrantes açorianos, como se comprova através da Tabela 2.3, anteriormente referida, designadamente, pela posição do arquipélago (Arroteia, 1983, p. 30), não participando os açorianos nos fluxos para os países africanos (Cordeiro & Silva, 2010, p. 329) ou europeus (Henriques & Esteves, 2010, p. 286), que captaram os portugueses continentais; e, as saídas rumo aos principais destinos migratórios foram quase sempre definitivas (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 53), situação que só mais recentemente tem vindo a sofrer alterações visíveis.

Quanto aos emigrantes açorianos, em geral, é possível apontar os seguintes traços comuns, em resultado de estudos anteriormente realizados: são, sobretudo, oriundos do meio rural, na sua maioria casados com filhos, com pouca educação formal, e ainda menos formação técnico-profissional, maioritariamente com escasso capital económico, cultural, social e simbólico – e consequente fraca participação sociocultural e sociopolítica, trabalhadores sem qualquer vínculo laboral e com o desejo de regresso à terra de origem (Medeiros & Madeira, 2004b, p. 58; Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 102). Daí que a natureza dos fluxos emigratórios açorianos seja eminentemente económica, destinando-se à procura de melhores condições de vida, pela via laboral (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, pp. 103, 141). Como acrescenta Viator (2012), a propósito dos emigrantes açorianos nos Estados Unidos:

Os imigrantes açoriano-americanos no final do século XX na Califórnia eram desafiados diariamente a reconciliar sua nova vida com a antiga. Fizeram-no contando com as redes portuguesas para ajudar na obtenção de emprego e apoio moral, aderindo a organizações religiosas e sociais, participando e organizando festivais culturais açorianos, registando as suas experiências em cartas à família e nos diários, e escolhendo quando - ou se - viajar de volta para as ilhas.⁶⁰

(Viator, 2012, pp. 26-27)

⁶⁰ Tradução livre da autora. No original “Azorean-American immigrants in late-twentieth century California were challenged daily to reconcile their new life with the old. They did so by relying on Portuguese networks for help securing employment and moral support, by joining religious and social organizations, by participating in and organizing Azorean cultural festivals, by logging their experiences in letters to family and in daily journals, and by choosing when - or if - to travel back to the islands” (Viator, 2012, pp. 26-27).

A saída generalizada de população açoriana, como decorre de diversas publicações (Rocha, 1991, p. 53; Rocha, 2016, p. 16; Rocha et al., 2005, p. 25; Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, pp. 52, 66), sobretudo em idade ativa e de jovens, seguindo um modelo de emigração do tipo familiar, teve efeitos assinaláveis em termos demográficos, no que se refere ao arquipélago e a cada ilha que o compõe, pelo que a emigração, enquanto principal variável explicativa da evolução demográfica das várias ilhas do arquipélago, é, em grande medida, responsável pelo desequilíbrio observado até hoje nestes espaços insulares.

2.4.3. O retorno aos Açores

Relativamente à migração de retorno açoriana, é diminuta a informação existente quanto à migração interna. Pelo contrário, quanto à migração internacional açoriana, um dos seus aspetos característicos, já no século XIX, conforme Cordeiro e Silva (2010, p. 340), era o de se inserir num projeto de regresso; porém, “quando passaram a emigrar famílias inteiras, sem nada que as prendesse à terra de origem, a emigração passou a assumir, um carácter familiar, definitivo e, portanto, de não-regresso” (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 234), mas, em rigor, voltar à terra de origem era uma possibilidade que não se encontrava excluída por estes emigrantes.⁶¹

Em grande parte devido ao facto de a emigração açoriana ser considerada de carácter definitivo, o regresso aos Açores nunca se afigurou significativo, o que não implica que o seu quantitativo seja, efetivamente, baixo, uma vez que é desconhecido; porém, pelo menos ao longo do século XX, o regresso só é mencionado muito excecionalmente, e sempre associado a períodos de crise económica nos países de acolhimento; o regresso de emigrantes poderá, por esse motivo, ser considerado um fenómeno relativamente recente na mobilidade açoriana, quando entendido numa ótica de regularidade,

⁶¹ Os emigrantes que regressavam ao arquipélago, os torna-viagem, ficavam conhecidos em conformidade com o local de proveniência: eram os ‘brasileiros’ ou os ‘americanos’ (Cordeiro & Silva, 2010, p. 342). Na literatura açoriana, os ‘contistas da Horta’, um grupo de escritores que, no final do século XIX, cultivou uma escrita ligada à terra, à emigração e ao mar, apresentam personagens que representam o protótipo do torna-viagem, e é aquando do retorno que se torna possível conhecer as marcas deixadas pela emigração, no plano linguístico, na indumentária, na fisionomia e nas atitudes.

contrariamente ao que se verificou ao nível nacional (Rocha & Ferreira, 2010, p. 104). Efetivamente, conforme referem Saraiva e Sardinha (2016), no âmbito de um estudo realizado pelos mesmos a propósito da emigração açoriana para os Estados Unidos, na sequência da erupção do vulcão dos Capelinhos:

Embora muitos tenham partido com o objetivo de um dia regressar aos Açores uma vez cumprido o seu objetivo de acumular riqueza suficiente, sendo a 'saúde da pátria' um fator de atração chave de retorno (Oliveira, 2001), com o passar do tempo, a realidade é que a maioria dos migrantes açorianos, de facto, permaneceram nos locais para onde imigraram (Oliveira, 1996, 2000a, 2000b).⁶²

(Saraiva & Sardinha, 2016, p. 8)

Não obstante as limitações relativas à análise quantitativa do regresso, confirma-se que os retornos migratórios ao arquipélago começam a atingir quantitativos mais significativos apenas nos finais do século XX, registando-se em maior número ao longo das décadas de oitenta e noventa do século passado (Medeiros e Madeira, 2004b, p.p. 33, 72; Rocha & Ferreira, 2010, p. 104; Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 154); tal referência temporal não coincide, porém, com a tendência geral verificada em território nacional: “A taxa de retorno diminuiu, no entanto, durante os anos 80, quando um retorno massivo parecia mudar para mais integração no país de destino” (Rees, Carrilho, Peixoto, Durham & Kupiszewski, 1998, p. 7).⁶³

Não admira, pois, que os estudos que existem sobre os Açores privilegiem quase sempre a emigração e suas consequências, em detrimento do regresso (Medeiros & Madeira, 2004b, pp. 71-72). Contrariando esta tendência, salienta-se, a título exemplificativo, o estudo *Entre dois mundos. Emigração e regresso aos Açores*, de autoria de Rocha, Ferreira e Mendes (2011), numa parceria entre a Direção Regional das Comunidades e o Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (CES-UA), actualmente, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Pólo da Universidade dos Açores (CICS.NOVA.UAc), que teve por base um questionário aplicado, entre o último trimestre de 2006 e o início do segundo trimestre de 2008, a cerca de 3500 (três mil e

⁶² Tradução livre da autora. No original “Although many departed possessing the objective of one day returning to the Azores once their goal of accumulating enough wealth had been accomplished, and with ‘yearning for the homeland’ being a key push factor of return (Oliveira, 2001), with the passing of time, the reality is that the majority of Azorean migrants have in fact remained in the places to which they immigrated (Oliveira, 1996, 2000a, 2000b)” (Saraiva & Sardinha, 2016, p. 8).

⁶³ Tradução livre da autora. No original “The rate of return decreased, however, during the 80's when a massive return seemed to change into more integration in the destination country” (Rees et al., 1998, p. 7).

quinhentos) emigrantes regressados voluntariamente à Região Autónoma dos Açores, o qual “[...] constitui um valioso contributo para o conhecimento dos fluxos migratórios de retorno ao arquipélago, que ocorreram nas últimas décadas, bem como das suas consequências para o desenvolvimento da Região” (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 25).

De destacar também um estudo sobre o regresso de ex-emigrantes da ilha da Graciosa, de Paulo Espínola (2010), bem como dois estudos sobre emigração e regresso na ilha de São Miguel, um no concelho da Povoação, outro no concelho de Nordeste, ambos realizados por Octávio H. Ribeiro de Medeiros e Artur Boavida Madeira (2004a, 2004b), apurando-se neste último que, ao partirem, 60% dos emigrantes regressados tinham intenção ou aspiração de voltar à região de origem (Medeiros & Madeira, 2004b, p. 56).

No estudo elaborado por Rocha, Ferreira e Mendes (2011, pp. 234-235), constata-se também que a intenção de regressar aos Açores fez parte do projeto migratório de 65% dos inquiridos, enquanto a de permanecer definitivamente no país de destino abrangeu outros 24%, tendo os restantes 12% revelado indecisão quanto a qualquer destas hipóteses. Em termos de decisões, o regresso da maioria dos inquiridos, no estudo acima referido (2011, p. 235), concretizou-se na sequência de uma decisão conjunta dentro do agregado familiar.

Verifica-se, nestes estudos, que a grande maioria da população inquirida regressou dos dois principais destinos da emigração açoriana – os Estados Unidos da América e o Canadá –, tendo os restantes vindo essencialmente das Bermudas (Espínola, 2010, p. 5; Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 101). É de salientar que a evolução dos quadros económico, social e legal dos países de origem, durante os últimos cinquenta anos, poderá ter imprimido dinâmicas diferenciadas aos fluxos de regresso, sobretudo no que respeita ao momento escolhido pelos emigrantes para voltar à Região (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, pp. 53, 65, 102). De referir apenas que, paralelamente aos regressos voluntários, também no caso dos regressos involuntários, ou compulsivos, se destacam os Estados Unidos da América e o Canadá como países de onde tem vindo o maior número

de deportados açorianos (Rodrigues, 2013, p. 88).⁶⁴ Este problema é gerado no país de acolhimento e é transposto para o país de origem, aquando da deportação, levantando diversas questões sobre a capacidade destes cidadãos e do Estado (ou da Região Autónoma, neste caso) para lidar com a situação e com a reintegração do deportado na região de origem.⁶⁵ Neste contexto, cumpre salientar que:

A associação entre o regresso compulsivo aos Açores e as mudanças na legislação é clara, com os momentos de acréscimo no ritmo das tendências de chegada dos deportados à sua região de nascença a seguirem de muito perto os anos em que as leis foram criadas ou aprofundadas nas suas restrições, tanto nos EUA como no Canadá.

(Rocha, Alves, Mendes & Silva, 2012, p. 174)

Ainda relativamente às características dos emigrantes voluntariamente regressados, existe uma clara ligação entre a idade dos regressados, por um lado, e os destinos e tipos de emigração, por outro – enquanto os efetivos com menos de 30 anos estão ligados, fundamentalmente, aos fluxos temporários para as Bermudas, as camadas mais velhas estão associadas à emigração permanente para a América do Norte (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, pp. 210-211).⁶⁶

Por seu turno, o grau de atração das ilhas depende, sobretudo, dos laços sociais e do sentimento de pertença à comunidade e à ilha de origem, pelo que o regresso tem tido lugar, sobretudo, para os territórios de partida (Rocha & Ferreira, 2010, p. 104). Nos estudos analisados, a maioria dos emigrantes regressados apontaram como principal motivo para o regresso aos Açores as saudades da terra de partida, ou a vontade de acompanhar de perto os familiares residentes na Região (Espínola, 2010, p. 10; Rocha & Ferreira, 2010, p. 104; Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 235).^{67, 68, 69, 70} A este fator

⁶⁴ Deportados, neste contexto, são cidadãos naturais dos Açores que se encontravam em situação de permanência ilegal no país de acolhimento e foram reenviados para o país de origem, regressando de forma coerciva ao arquipélago açoriano.

⁶⁵ Como mencionam Rocha, Alves, Mendes e Silva (2012): “Sendo certo que parte destes indivíduos foram deportados pela prática de crimes, por vezes graves, instalou-se na sociedade açoriana [...] sentimentos de rejeição social e de uma certa desconfiança. Esta edificou um conjunto de barreiras que podem ter dificultado a integração e adaptação de alguns açorianos deportados à realidade local e comunitária” (2012, p. 11).

⁶⁶ No artigo de Oliveira et al. (2016), o perfil dos emigrantes continentais regressados dos países “tradicionais” de emigração, sobretudo França, é também, fundamentalmente, de pessoas mais velhas.

⁶⁷ Segundo Rocha e Ferreira (2010, p. 104): “Apenas o Faial, o Pico e as Flores concentram uma percentagem de emigrantes regressados originários de outro local superior a 10,0%”, podendo tal ter como explicação “o facto de estarmos perante ilhas com uma distância geográfica diminuta em relação a outras, ou seja, ilhas onde a fixação definitiva não implica baixas perspectivas de mobilidade para ilhas vizinhas”.

⁶⁸ De acordo com Saraiva (2013, p. 277, mencionando Safran, 1991): “A consciência de pertencer a uma comunidade que se define a partir da terra de origem (Safran, 1991) é uma característica muito presente na

acrescem, ainda que de forma menos significativa, as dificuldades de adaptação ao país de acolhimento ou problemas relacionados com a saúde (Lacerda, 2003, p. 49; Rocha & Ferreira, 2010, p. 105; Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 235), para fundamentar o regresso à região de origem. Isto para quem regressa, pois há quem tenha intenção de regressar e, com o passar dos anos, altere a sua vontade, como denotam Saraiva e Sardinha (2016), no âmbito de um estudo realizado com emigrantes açorianos que permaneceram nos Estados Unidos, que

[...] todos vieram com a intenção de alcançar a prosperidade financeira e um dia regressar aos Açores. Décadas mais tarde, embora os nossos participantes beneficiem de uma situação que lhes permitiria viver confortavelmente na sua terra natal, a principal razão pela qual muitos não desejam mais regressar deve-se a fatores familiares e pessoais, tanto nas sociedades de acolhimento (Califórnia) como nas de origem (Açores).⁷¹

(Saraiva & Sardinha, 2016, p. 14)

Quanto à caracterização dos emigrantes regressados, resulta de estudos efetuados, que se trata de uma população envelhecida, em que a maioria já saiu da vida ativa e não desempenha qualquer atividade profissional (Rocha, 2017, 419). Conforme destaca Rocha (2017, p. 414), “a crise económica sentida neste segundo decénio do século XXI interrompeu a atratividade da Região como mercado de trabalho, ainda que não a de local de repouso e lazer para uma vida pós-ativa”.

Entre os que ainda se encontram empregados, a esmagadora maioria tem mais de 40 anos e trabalha na pequena agricultura ou no comércio a retalho, em terras e negócios de família, respetivamente, possuindo os ex-emigrantes regressados, em geral, um nível

diáspora açoriana”. Acrescenta o autor que: “Quando o plano de regresso se mantém, [...], a manutenção do lugar de origem como lugar de futuro regresso leva a investimento material e emocional constante e o lugar mítico não é vivenciado apenas no plano da imaginação, mas materializado nas viagens que anualmente realizam [...] e no investimento que, ao longo do ano, é feito na preparação de cada uma dessas viagens” (Saraiva, 2013, p. 277).

⁶⁹ Porém, apesar das saudades da terra natal, muitos são os emigrantes que criam raízes e se integram definitivamente nas sociedades de acolhimento (Teixeira, 2010, pp. 209-210).

⁷⁰ No estudo de Espínola (2010, p. 10), os inquiridos “revelaram que mais de metade (56,4%) voltou por saudades da terra natal (saudades do estilo de vida, das pessoas e do próprio lugar). Em seguida, surgem as razões familiares (17,7%) e de saúde (12,9%)”. Já no estudo realizado por Rocha, Ferreira e Mendes (2011, p. 225), relativamente à questão da motivação para o regresso: “Só o item “saudades da terra” reúne 27% do total de respostas, enquanto outros 22% se prendem com a maior proximidade aos familiares fixados na Região”.

⁷¹ Tradução livre da autora. No original, “[...] all came with the intention of achieving financial prosperity and one day returning to the Azores. Decades later, although our participants benefit from a situation that would allow them to live comfortably in their homeland, the main reason why most no longer wish to return is due to familial and personal factors, concerning both the receiving (California) and sending (Azores) societies” (Saraiva & Sardinha, 2016, p. 14).

de escolaridade bastante baixo (Rocha & Ferreira, 2010, p. 104; Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, pp. 210-211).^{72, 73}

Efetivamente, como menciona Rocha (2017, p. 417), “a emigração de população mais jovem e mais qualificada é entendida como negativa ao desenvolvimento económico e social que se deseja e que se planeou com esforço financeiro nas referidas Políticas Públicas em matéria de Formação e de Ciência”.

Os estudos realizados indiciam um regresso generalizado ao ponto em que os emigrantes se encontravam antes da partida, sem grandes níveis de acumulação de conhecimentos profissionais e de capital social, tendo, a maioria, voltado para atividades e profissões idênticas às que desempenhavam antes de emigrar, admitindo-se, desta forma, que seja pouco significativo o impacto do retorno, ao nível social e económico, nos locais de regresso (Medeiros e Madeira, 2004b, p. 98; Rocha & Ferreira, 2010, p. 105; Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, pp. 39-40, 212-213). Por outro lado, a perceção do emigrante regressado sobre a inovação também não é assinalável, não só pela condição assumida de trabalhador assalariado pouco qualificado no país de acolhimento, como também pelo seu baixo nível de instrução e de qualificação profissional, acrescentando, de resto, a idade, frequentemente avançada, e o entendimento de que é pouco compensatório assumir riscos de investimento ou desenvolver esforços de progressão na carreira (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, pp. 40-41). Ainda assim, é significativo o quantitativo dos que regressaram por ter atingido os seus objetivos iniciais, e que não se arrependeram de ter regressado (Medeiros & Madeira, 2004b, p. 97).

Na opinião da maioria dos entrevistados nos estudos em referência, o balanço da sua readaptação aos Açores é positivo, tendo as maiores dificuldades de integração sido sentidas quanto aos aspetos sociocultural e económico, relacionando-se com o modo de vida que encontraram após o regresso, bem como com o difícil acesso a determinados bens que utilizavam no país de origem e com o alto nível dos preços, em geral. Para fazer face às dificuldades encontradas no regresso, o apoio de familiares é uma constante, do

⁷² No estudo de Rocha, Ferreira e Mendes (2011, pp. 210-211), 60% dos indivíduos regressados inquiridos tem mais de 60 anos e 80%, tem mais de 50 anos.

⁷³ Dos regressados inquiridos no estudo de Rocha et al. (2011, p. 211), 25% não concluíram o 1º ciclo ou não sabem ler nem escrever, 60% completaram o 1.º ciclo; 5% têm o 3.º ciclo completo; quase 4% têm o ensino secundário; e 1,8% completaram o ensino médio ou superior (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 211).

mesmo modo que aquando da emigração, e durante a permanência no país de acolhimento (Medeiros & Madeira, 2004b, p. 97; Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 236).

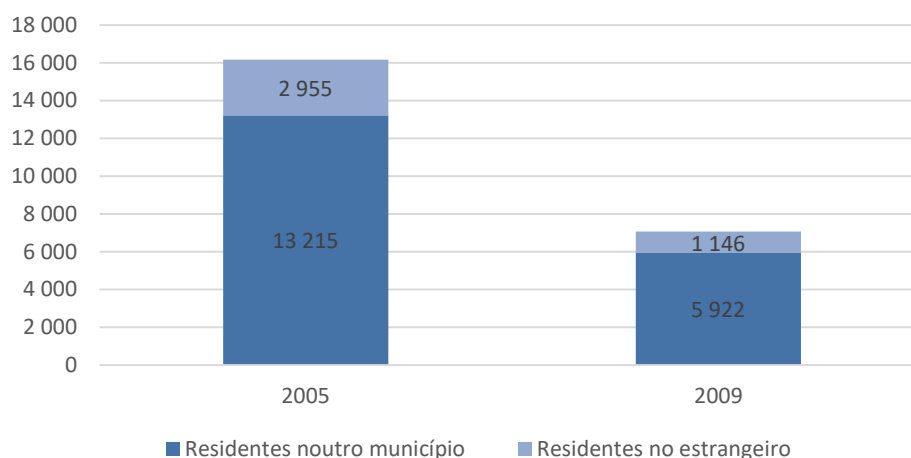
Cumpre mencionar o estudo realizado por Melo (1997), sobre a experiência do regresso de portugueses naturais dos Açores emigrados no Canadá, no qual se destaca, como o aspeto mais importante do processo de regresso a Portugal, a repetição daquilo que experienciaram quando emigraram para o Canadá, pois, mais uma vez, parte da família ficou para trás (desta feita, a família que criaram no exterior), por isso mantêm vínculos com o país de acolhimento e sentem a necessidade de visitar o Canadá (1997, p. 148).⁷⁴ Invertem-se, aqui, os termos da orientação do regresso: neste caso, é sempre possível voltar ao país de acolhimento.

No tocante a dados estatísticos recolhidos pelo INE, mais especificamente, a dados do Censo de 2011, com referência ao contexto insular açoriano, é possível constatar que 8,9% da população portuguesa que vive na região dos Açores já residiu no estrangeiro, por um período contínuo de pelo menos 1 ano, um indicador bastante inferior à média nacional, de 14,6% (INE, 2012b, p. 30) – esta diferença assinalável tem igualmente expressão na obra de João Leal (2007, p. 93), ao referir que, na emigração açoriana, o projeto de regresso assume muito menos importância do que na emigração continental.⁷⁵

⁷⁴ No estudo de Melo (1997), uma entrevistada explica o que a sua família sentiu no regresso à região de origem: "But again the same way we cried when we went to Toronto... the same way we cried when we come back, even though we were surrounded by old friends and family, but again we were away too long!" (Melo, 1997, p. 136).

⁷⁵ Quanto às intenções de regresso, destaca-se o estudo realizado por Góis, Marques e Pinho (2017), no âmbito do Projeto Empreender 2020, cujo objeto é precisamente centrado nas intenções / expectativas de regresso, e não em regressos efetivos, no âmbito do qual se realizou inquérito por questionário a 1140 cidadãos de nacionalidade portuguesa ou nascidos em Portugal (continental e ilhas) com um nível de escolaridade pós-secundário, entre os 20 e os 49 anos, residentes no estrangeiro. Atualmente, encontra-se em curso o Projeto EERNEP – Experiências e expectativas de regresso dos novos emigrantes portugueses: reintegração e mobilidades, levado a cabo por uma equipa de investigadores, coordenada por José Carlos Marques, através do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – Instituto Politécnico de Leiria (CICS.NOVA.IPLeia), e cujo principal objetivo passa por estudar o regresso de emigrantes portugueses, com enfoque particular em países de destino da emigração portuguesa nos últimos anos, designadamente, Reino Unido, França e Luxemburgo, tendo em consideração a influência das diferenças de contexto sobre o processo de decisão e sobre a experiência efetiva do regresso (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, s.d.).

Gráfico: 2.2 – Residentes nos Açores, em 2011, que mudaram de residência, por referência a 2005 e 2009



Fonte: INE, 2012a, p. 361, 366, 367, 372.

Conforme os Censos, em 2011, 3,2% da população residente na região dos Açores, não residia naquela região cinco anos antes, expressando o efeito de atração da região, que se situa acima do país (2,0%), tendo a taxa de atração da região dos Açores aumentado ligeiramente, em relação ao ano de 2001 (2,7%) (INE, 2012b, p. 32). Esta taxa de atração, juntamente com os dados constantes do Gráfico 2.2 – em que o número de residentes noutro município e no estrangeiro, entre 2005 e 2009 decresce mais de metade – pode indiciar o aumento do número de emigrantes (cidadãos que anteriormente residiam no estrangeiro) e de migrantes internos (cidadãos que anteriormente residiam noutro município) regressados aos Açores.⁷⁶

Ainda de acordo com o Censo de 2011 (INE, 2012b, p. 30), é possível identificar três períodos em que o regresso de emigrantes ao arquipélago dos Açores foi mais assinalável, a saber: 1971-1980 (22,8%); 1980-1990 (22,9%) e 1991-2000 (22,7%), verificando-se que os principais países de destino da população emigrante que reside nos Açores, por referência ao último país de residência, são: os Estados Unidos (33,8%); o Canadá (26,5%); e, as Bermudas (10,4%) (INE, 2012b, p. 30).

Acresce que, dos contactos exploratórios desencadeados no âmbito do presente trabalho, foi possível apurar, conforme informação gentilmente cedida, em dezembro de

⁷⁶ Sem prejuízo de aqui se encontrarem igualmente contabilizados os movimentos inter-ilhas e os movimentos dentro da própria ilha (desde que a mesma tenha mais do que um município), conforme referido anteriormente.

2016, pela Direção Regional das Comunidades (DRC), do Governo dos Açores, que, consultada a respetiva base de dados, foi registado, no período compreendido entre 2001 e 2016, o regresso de 104 (cento e quatro) emigrantes, de forma voluntária, à Região.⁷⁷

78, 79

No âmbito da migração interna, sendo desconhecido o número dos que regressam à Região, é possível aflorar, pelo menos a intenção de regresso, designadamente por parte dos estudantes universitários a estudar fora do arquipélago. Conforme salientam Simões, Rocha e Mateus (2019):

A diminuição do impulso migratório para o Ocidente relatada pelos dados oficiais não significa que a região está imune a movimentos de saída da população, sobretudo daquela mais jovem e qualificada. Neste grupo enquadram-se os estudantes que saem dos Açores para Portugal Continental para concluírem os seus estudos universitários.

(Simões, Rocha & Mateus, 2019, p. 378)

Acrescentam os autores que “A intenção de regresso dos estudantes universitários açorianos à região tem sido ignorada, mas as suas consequências requerem a produção

⁷⁷ De referir, conforme indicação igualmente transmitida pela Direção Regional das Comunidades, cuja ação assenta, por um lado, na preservação da identidade cultural e, por outro, na integração das comunidades imigradas, emigradas e regressadas (art.º 41º e seguintes do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2015/A, de 30 de setembro), que a base de dados desta Direção Regional contempla apenas o registo dos cidadãos que procuram os serviços para eventual apoio, pelo que os valores apresentados poderão não corresponder à realidade do retorno voluntário à Região.

⁷⁸ No domínio das políticas públicas, consta dos sucessivos Planos Anuais Regionais, designadamente do de 2020 (Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A, de 22 de janeiro): “A realização de ações, que contribuirão para a inserção sociocultural dos emigrantes regressados, valorizando as suas competências, desenhando um plano individual e concreto, com vista a uma integração bem-sucedida e, ainda, a promoção de um contínuo apoio personalizado, em todas as ilhas, com a disponibilização de serviços relacionados com os processos migratórios, contribuirão para o êxito da sua chegada, fixação e recomeço.

Atualmente, desde 2019 e até 2023, encontra-se em vigor o Programa Regressar, aprovado pelo Governo Português (Resoluções do Conselho de Ministros n.º 60/2019, de 28 de março e n.º 124/2020, de 31 de dezembro), um programa estratégico de apoio ao regresso para Portugal de trabalhadores portugueses que tenham emigrado, bem como dos respetivos descendentes, permitindo-lhes regressar ao país com menos custos de transição associados, reforçando, assim, as condições para a criação de emprego e o consequente pagamento de contribuições para a segurança social, bem como mais e melhor investimento e o combate ao envelhecimento demográfico. Todavia, este programa limita os beneficiários deste programa a emigrantes ou lusodescendentes que iniciem atividade laboral, entre 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2023, em Portugal continental, excluindo do seu âmbito de aplicação as regiões autónomas dos Açores e Madeira, o que tem levado a forte reivindicação, para que os emigrantes que regressem às Regiões Autónomas também possam beneficiar dos respetivos apoios nas mesmas condições.

⁷⁹ Presentemente, os Açores, através do Governo Regional dos Açores, integram o Projeto REGIN – *Regions for Migrants and Refugees Integration*, com duração prevista entre fevereiro de 2020 e janeiro de 2022, cofinanciado pela UE, no âmbito do Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI) e coordenado pela Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM), visando melhorar as competências das instituições na integração dos migrantes, designadamente dos regressados, ao nível regional (Regions for Migrants and Integration Refugees, s.d.).

de conhecimento e ações concretas” (Simões, Rocha & Mateus, 2019, p. 378).⁸⁰ Com efeito, os estudos no contexto da migração interna não são muitos, mas é possível destacar alguns, especificamente realizados a propósito da intenção de regresso de estudantes universitários aos Açores.

Assim, de acordo com dados constantes do inquérito realizado aos estudantes universitários dos Açores a estudar fora da região, em diversos anos letivos, sendo a última publicação referente ao ano letivo de 2011/2012 (OIEP, 2012), dos 269 (duzentos e sessenta e nove) alunos universitários que responderam ao inquérito em referência, a grande maioria – 224 (duzentos e vinte e quatro) alunos – tenciona regressar aos Açores após a conclusão do respetivo curso e, entre estes, 210 (duzentos e dez) alunos pretendem regressar à ilha de residência (OIEP, 2012, p. 7).

Mais recentemente, no ano de 2017, como salientam Simões, Rocha e Mateus (2019), estudantes universitários açorianos que criaram a JAUPA – Associação de Jovens Açorianos Unidos pelos Açores, associados ao Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa (CIS-IUL), levaram a cabo um estudo por questionário, com 337 (trezentos e trinta e sete) participantes com idades entre os 18 e os 29 anos,

⁸⁰ Em termos de políticas públicas de âmbito regional, e particularmente dirigido aos jovens da Região, o Governo Regional dos Açores criou vários programas de estágios (Resolução do Conselho do Governo, n.º 125/2019, de 5 de novembro), designadamente o Programa Estagiar L, pretendendo a inserção de jovens, após o ensino superior, na vida ativa, na Região. Complementarmente, o Programa Prepara o Teu Regresso a Casa, em vigor desde 2015, consagrado nos Planos Anuais Regionais de 2015 (Decreto Legislativo Regional n.º 2/2015/A, de 7 de janeiro), a 2017 (Decreto Legislativo Regional n.º 4/2017/A, de 12 de maio) destinado aos jovens açorianos a estudar fora do arquipélago, visava garantir, através dos serviços da Direção Regional de Juventude, o acompanhamento necessário ao regresso a casa, após a conclusão dos estudos superiores e é um exemplo da iniciativa do Governo dos Açores em atrair população de volta à Região. Também o programa do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores (Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 38-A/2020/A, de 18 de dezembro) faz menção à promoção de políticas de incentivo ao regresso dos jovens à Região, após a conclusão da formação superior. Desde logo, o Governo Regional refere que a política de juventude precisa de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento nos Açores, devendo ser global e integrar todo um projeto de vida, sem prejuízo de medidas específicas, designadamente, combater o despovoamento e o envelhecimento demográfico, com a participação da sociedade civil e das autarquias locais, abordando a realidade específica de cada ilha e propondo medidas concretas adequadas à fixação dos jovens nas respetivas ilhas, bem como melhorar os benefícios para que as empresas apostem na contratação dos jovens estagiários, tornando o estágio uma verdadeira porta de entrada no mercado de trabalho e não uma mera experiência temporária e insegura. Mais recentemente ainda, o Governo Regional dos Açores aprovou, no contexto da pandemia associada à doença COVID-19, o Programa Geração Açores Pro (Resolução do Conselho do Governo n.º 130/2021, de 31 de maio), o qual integra um conjunto de medidas extraordinárias na área do emprego especificamente direcionadas aos jovens, que visam promover a melhoria das suas condições de empregabilidade, qualificação e integração no mercado de trabalho.

sobre a intenção de regresso, não só à região como também à ilha, tendo os respetivos dados revelado, designadamente, que: 1) Estudantes mais velhos e com maior vinculação ao lugar demonstram maior intenção de regresso à ilha; 2) Alunos cujos pais completaram o ensino superior têm, por sua vez, menor probabilidade de regressar à ilha, comparativamente aos alunos com pais que só completaram o ensino básico; 3) Maiores rendimentos esperados três anos após a conclusão da licenciatura resultam numa menor intenção de regresso à ilha; 4) Os alunos universitários oriundos das sete ilhas menos populosas, comparativamente aos alunos universitários da Terceira e de São Miguel, denotam maior intenção de regresso à região (2019, pp. 378-380).

Posteriormente, um estudo conduzido por Simões et al. (2021), investigou como os fatores estruturais e objetivos determinam as intenções de regresso de estudantes universitários ao longo do tempo, antes da conclusão dos estudos, através de uma pesquisa longitudinal, com inquéritos realizados nos anos de 2018, 2019 e 2020, a 349 (trezentos e quarenta e nove) participantes, estudantes universitários especificamente originários do Arquipélago dos Açores que se deslocaram para Portugal continental.

Os resultados aí obtidos são consentâneos com o facto de as intenções de mobilidade não poderem ser explicadas apenas com base na abordagem clássica dos fatores de atração e repulsão:

Os estudos sobre fatores de atração e repulsão destacam corretamente o peso das condições estruturais das áreas rurais em declínio (rendimento mais baixo, oportunidades de emprego limitadas, pior nível educacional) na redução das expectativas de retorno para essas regiões, especialmente entre os jovens com escolaridade de nível superior. No entanto, o impacto desses fatores estruturais nas intenções de mobilidade das gerações mais jovens rurais é determinado pelas condições locais, culturais, sociais e familiares. Essas condições criam vínculos afetivos com o local de origem, tendo um papel a desempenhar quando os jovens começam a antecipar onde querem se fixar.⁸¹

(Simões et al., 2021, p. 9)

A concretizar-se o regresso à região de origem, especialmente no caso de ilhas de pequena dimensão, corroborando King (2010, p. 34) e Rocha e Ferreira (2010, p. 99) poderá, por um lado, ser estimulada a dinamização socioeconómica a nível local,

⁸¹ Tradução livre da autora. No original “Push and pull factor scholarship correctly highlights the weight of structural conditions from declining rural areas (lower income, limited employment opportunities, worst educational background) in reducing returning expectations to these regions, especially amongst higher educated young people. However, the impact of these structural factors on younger rural generations' mobility intentions is shaped by local, cultural, social and family conditions. These conditions create emotional bonds to the place of origin, playing a role when young adults start to anticipate where they want to settle” (Simões et al., 2021, p. 9).

consoante a idade, o nível educacional, a inserção setorial e profissional, o modo de aplicação dos rendimentos e a predisposição para o investimento na sua região; por outro lado, é potenciado o reequilíbrio demográfico de certos locais, sobretudo os mais afetados pelo despovoamento, quer por via do aumento do volume populacional, quer pela possível mitigação das tendências de envelhecimento.

Todavia, sendo as ilhas de São Miguel e Terceira, conforme Rocha (1991, p. 255), as mais atrativas da Região, verifica-se que o retorno, em resultado de migrações internacionais e internas, ao minimizar os saldos negativos e maximizar os positivos, contribui para o aumento da desigualdade entre as ilhas do arquipélago. É, por isso, necessário adotar políticas públicas regionais que visem promover o regresso e fixação das populações no arquipélago, tendo em conta as especificidades de cada ilha, bem como as necessidades concretas dos ex-migrantes regressados.

2.5. O Faial e o retorno voluntário à ilha de origem

Desde o seu povoamento, a ilha do Faial seguiu uma forte tendência para a migração, à semelhança das restantes ilhas do arquipélago açoriano, e “em particular a cidade da Horta, foi sempre um lugar de encontros cosmopolitas”, com uma ligação profunda, sobretudo, aos Estados Unidos (Soromenho-Marques, 2016).^{82, 83}

⁸² Elevada a cidade a 13 de julho de 1833, a Horta tornou-se, em 1836, capital de um dos três distritos do arquipélago dos Açores (juntamente com Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), englobando este distrito quatro ilhas: Faial, Pico, Flores e Corvo (S. S. Silva, 2010, p. 335). Com a extinção dos distritos insulares e atribuição do estatuto de autonomia, estabeleceu-se na ilha do Faial a sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores – órgão máximo da autonomia da Região (Rocha, 2013a, p. 89). Desde a autonomia, o concelho da Horta, único município da ilha, constitui uma circunscrição administrativa cuja área de jurisdição corresponde à totalidade da ilha do Faial.

⁸³ Veja-se, a título exemplificativo:

- A chegada dos primeiros povoadores à ilha do Faial terá ocorrido no final da década de sessenta do século XV, atendendo à data da carta que outorga a capitania da ilha ao flamengo Josse Van Hurtere – 21 de fevereiro de 1468 –, e sem prejuízo da fixação na ilha, em simultâneo, de população do reino ou de outras ilhas (Leite, 2011-2012, p. 62);

- A partir de 1765, conforme Rocha (1991, p. 237), os navios americanos começam a parar nos Açores, principalmente no Faial, para a caça à baleia e ao cachalote, e, em 1876, é construído o cais da Horta, levando os navios a vapor das navegações transatlânticas – designadamente americanos e ingleses – a aproveitar as condições oferecidas para efetuar escala e reabastecimento das embarcações, intensificando o comércio nesta época (Rocha, 1991, p. 152);

- A Horta foi a primeira localidade da Europa a possuir uma representação consular norte-americana, após a independência dos Estados Unidos (Direção Regional da Educação e Formação, 2012, p. 27).

Relativamente aos fluxos de saída da população faialense, registou-se, em 1677, a partida do primeiro contingente desta ilha para o Brasil (S. S. Silva, 2010, p. 337). Porém, enquanto o Brasil persistiu, até ao final do século XVIII, como destino da emigração açoriana, a ilha do Faial, em especial, viria a demarcar-se desta tendência, ao optar pela alternativa norte-americana, por um lado, devido à integração do porto da Horta nos circuitos comerciais com a Inglaterra e a América do Norte, e, por outro lado, pelo número significativo de navios baleeiros americanos que há muito se abrigavam naquelas paragens, recrutando elementos da população local para as suas tripulações (S. S. Silva, 2010, p. 343), com predomínio da emigração de longa distância, sobretudo, de jovens (Amorim, 2008, p. 208).

Mais tarde, em pleno século XX, seria a erupção do vulcão dos Capelinhos, de 1957-1958, a determinar a saída para os Estados Unidos de vagas emigratórias constituídas por faialenses – para cuja entrada foi, inicialmente, e numa época altamente restritiva, estabelecida legislação específica –, mas depois também por populações das restantes ilhas, saídas essas das quais o arquipélago não recuperou, até à atualidade, determinando as dinâmicas migratórias açorianas desde então, como refere Rocha (1991, p. 238; 2007, p. 125).⁸⁴

- Em 1893, foi estabelecida a primeira ligação por cabo submarino, entre Lisboa e a ilha do Faial, convertendo o Faial num importante nó da rede de telecomunicações internacional e principal ponto de amarração em território português, ligando a Horta diversos países – entre eles, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Irlanda, Escócia, França, Alemanha, Espanha e Cabo Verde –, atraindo, mais tarde, para a ilha várias colónias de estrangeiros, para trabalhar nas companhias de cabos submarinos (Corsépius & Costa, 2009, p. 393; Henriques & Esteves, 2010, p. 282; Lobão, 2013, pp. 68-69; Rocha, 1991, p. 152);

- Em 1918, o presidente Franklin D. Roosevelt, então Secretário da Marinha norte-americana, apontou a cidade da Horta como possível local para sede do Secretariado-Geral das Nações Unidas (Soromenho-Marques, 2016);

- Em 1919, a Horta serviu como porto de amaragem à primeira travessia do Atlântico em hidroavião, tendo carreiras comerciais intercontinentais regulares da Pan American Airways operado, entre 1939 e 1944 (altura em que fica operacional o campo de aviação das Lajes, na ilha Terceira), servindo a cidade da Horta de escala obrigatória na viagem entre Londres e Nova Iorque, permitindo à ilha viver um período único de centralidade nas relações transatlânticas (Henriques & Esteves, 2010, p. 283; Riley, 2015, pp. 68-69);

- Na década de 80 do século XX, é construída a Marina da Horta, tornando-se um emblemático ponto de apoio e de escalas transatlânticas, recebendo a designação de ‘Cidade Mar’.

⁸⁴ A erupção vulcânica de 1957-1958, na freguesia do Capelo, foi a mais recente na história da ilha do Faial, representando o ano de 1959 um ‘ano-choque’ no historial recente da emigração originada no Faial, porquanto na evolução da emigração nacional para os Estados Unidos, “a par de valores que na década de 50 oscilam, a nível nacional, entre os 1.000 e os 1.500 emigrantes para aquele país, passa-se para 4.569 [...] no ano de 1959 dos quais mais de 80% são residentes no Faial” (Costa, 1998, p. 347).

Anteriormente, a erupção vulcânica de 1672, entre a freguesia da Praia do Norte e do Capelo, havia igualmente contribuído para um importante fluxo emigratório de parte da população afetada para o Brasil

Destaca-se, neste âmbito, o estudo de Saraiva (2013), centrado no regresso a partir da vaga migratória dos Capelinhos, cujos emigrantes faialenses, “com uma permanência de várias décadas nos Estados Unidos da América têm as suas raízes repartidas entre a terra onde nasceram e onde se encontram as suas memórias de infância, e a Califórnia, onde viveram vidas ativas e onde nasceram os filhos e os netos” (2013, p. 16).

Outra consequência do vulcão dos Capelinhos, e que ainda hoje interfere na dinâmica populacional da ilha do Faial, para além da emigração, foi a contribuição para o envelhecimento da estrutura etária da sua população (Rocha, 2007, pp. 123-124), atendendo à saída de muitas famílias jovens, em idade ativa.

Contudo, talvez esse tenha sido um mal menor, conforme testemunho apresentado na obra *O ano do vulcão: 1957-1958*, de Carlos Lobão (1999): “«Para mim foi uma catástrofe. Mas, por outro lado, as pessoas beneficiaram muito com o vulcão, pois o Capelo era talvez a freguesia mais pobre do Faial e, para além disso, estava ‘superlotada’. Com a abertura das ‘portas’ dos Estados Unidos à emigração evitou-se o agravamento da pobreza» (José Moitoso)” (1999, p. 89).

Em termos demográficos, e tendo por referência o ano inicial (1864) e o ano final (2011) do conjunto do período censitário, Rocha (2016, pp. 16-17) constata que a ilha do Faial perde cerca de 43% da sua população. Por outro lado, acrescenta a autora (1991, p. 152; 2007, p. 132; 2016, pp. 20-21), se no Faial a erupção do vulcão dos Capelinhos antecipa em uma década a tendência de diminuição da população açoriana, de todas as suas ilhas, resultante dos grandes fluxos emigratórios de meados dos anos 60 a 70, o mesmo não se verifica na cidade da Horta que aumenta o peso relativo da sua população no contexto da ilha, antecipando uma das características da modernidade social.

Quando articulada a evolução demográfica com os movimentos migratórios da ilha, é possível identificar cinco grandes períodos, conforme resulta do Quadro 2.3.

(Cordeiro & Madeira, 2003, pp. 104-105; Lobão, 1999, p. 11; Madeira, 2007, p. 30), com o consequente despovoamento daquela região da ilha.

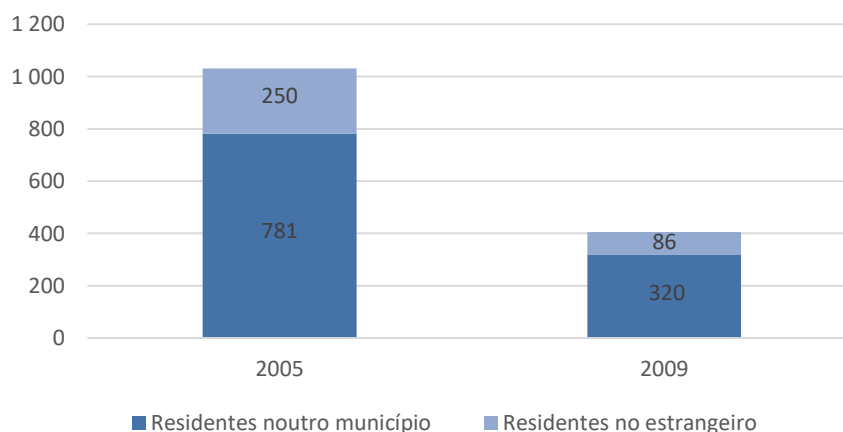
Quadro: 2.3 – Evolução demográfica e movimentos migratórios na ilha do Faial (1864-2011)

Períodos	Características
1864 – 1900	Os ritmos de crescimento no Faial são baixos.
1900 – 1920	Configura-se uma diminuição mais generalizada da população das várias ilhas, ainda que as saídas do Faial não apresentem elevada dimensão.
1920 – 1960	A população dos Açores aumenta significativamente, como consequência da diminuição da emigração, e também o Faial regista um acréscimo populacional assinalável, particularmente, na década de vinte.
1960 – 1980	Os Açores registam a maior diminuição demográfica do período censitário, muito se devendo à erupção do vulcão dos Capelinhos, em 1957-1958, tendo esta ilha visto reduzir o número de habitantes a um ritmo superior ao da média regional, por via, quase exclusiva, da emigração. Desde os Capelinhos, até à entrada na década de 1980, a população dos Açores diminuiu um terço.
1980 – 2011	Enquanto a população global do arquipélago aumenta, ainda que de forma relativamente atenuada, a população da ilha do Faial regista um declínio bastante baixo.

Fonte: Rocha (1991, pp. 47, 237-238; 2007, pp. 125, 128; 2016, pp. 17, 19).

No âmbito do presente trabalho, da análise documental realizada, verifica-se que as publicações existentes referentes ao regresso de faialenses à região de origem, neste século, são escassas, o que motiva o aprofundamento desta questão, na investigação em curso. Em resultado do Censo de 2011, é possível tecer algumas considerações, relativamente aos dados constantes do Gráfico 2.3.

Gráfico: 2.3 – Residentes no Faial, em 2011, que mudaram de residência, por referência a 2005 e 2009



Fonte: INE, 2012a, pp. 361, 366, 367, 372.

Uma vez que a cidade da Horta é o único município da ilha do Faial, a residência anterior noutro município implica, necessariamente, a ausência desta ilha. A quebra de mais de metade no número de residentes, em 2011, no Faial que, em 2005 e em 2009, respetivamente, residiam fora da ilha, indicia, por um lado, a diminuição da emigração e da migração interna, e, por outro, o aumento do número de regressos decorrentes de migrações internas e internacionais à ilha do Faial, acompanhando a tendência do arquipélago açoriano, bem como do país, atrás mencionada e como é possível verificar na Tabela 2.5.

Tabela: 2.5 – População residente em 2011 que, em 2005 e em 2009, residia noutro município ou no estrangeiro

População residente em 2011		Residência noutro município		Variação (%)	Residência no estrangeiro		Variação (%)
		2005	2009		2005	2009	
Portugal	10.562.178	678.389	275.615	- 59,37	215.130	81.778	- 61,99
R. A. Açores	246.772	13.215	5.922	- 55,19	2.955	1.146	- 61,22
Faial / Horta	14.994	781	320	- 59,03	250	86	- 65,60

Fonte: INE, 2012a, pp. 61, 366, 367, 372.

Da revisão de literatura efetuada, resulta informação diretamente respeitante à ilha do Faial, em termos de migração interna, associada a motivo de estudo, o que é compreensível, porquanto, para prosseguir estudos superiores, os estudantes têm obrigatoriamente que sair da ilha do Faial – nesta ilha apenas funciona um polo da Universidade dos Açores, fundada em 1976 – o Departamento de Oceanografia e Pescas (Costa, 2006). Nestes termos, recorrendo ao inquérito realizado a alunos universitários que se encontravam a estudar fora da Região no ano letivo de 2011/2012, entre os 269 (duzentos e sessenta e nove) estudantes universitários dos Açores que responderam a este Inquérito, 20 são alunos do Faial (OEPF, 2012, p. 10) e ainda que constituindo uma amostra muito reduzida, verifica-se que 15 (quinze) deles pretendem, após os estudos, regressar aos Açores, enquanto 5 (cinco) não pretendem regressar ao arquipélago (OEPF, 2012, pp. 10, 34). Entre os 15 (quinze) alunos do Faial que pretendem regressar aos Açores, após os estudos, 14 (catorze) pretendem regressar à ilha de residência, o Faial

(OEF, 2012, p. 46), ou seja, a grande maioria pretende regressar à região de origem, afigurando-se que o Faial exerce, pelo menos potencialmente, significativa atração sobre os estudantes universitários, naturais desta ilha, após a conclusão dos estudos superiores. As entrevistas a realizar a cidadãos regressados ao Faial, na qualidade de ex-estudantes, no decorrer desta investigação permitirão avançar relativamente aos inquéritos existentes, e perceber se a pretensão apontada maioritariamente, efetivamente, se confirma.

Já ao nível da emigração, e decorrente de contactos exploratórios efetuados, a Direção Regional das Comunidades, prestando informação para este específico efeito, comunicou, em dezembro de 2016, que consultada a base de dados, no período compreendido entre 2001 e 2016, dos 104 (cento e quatro) emigrantes que regressaram voluntariamente à Região, com recurso aos serviços daquela Direção Regional para eventual apoio, 10 (dez) fixaram residência na ilha do Faial. Todavia, de acordo com Rocha e Ferreira (2010):

Tendo em conta o perfil essencialmente envelhecido e pouco qualificado da população de emigrantes que, nos últimos anos, regressaram aos Açores, o impacto positivo deste movimento em particular na estrutura demográfica, social e económica de cada uma das ilhas do arquipélago, tenderá sempre a assumir proporções reduzidas.

(Rocha & Ferreira, 2010, p. 109)

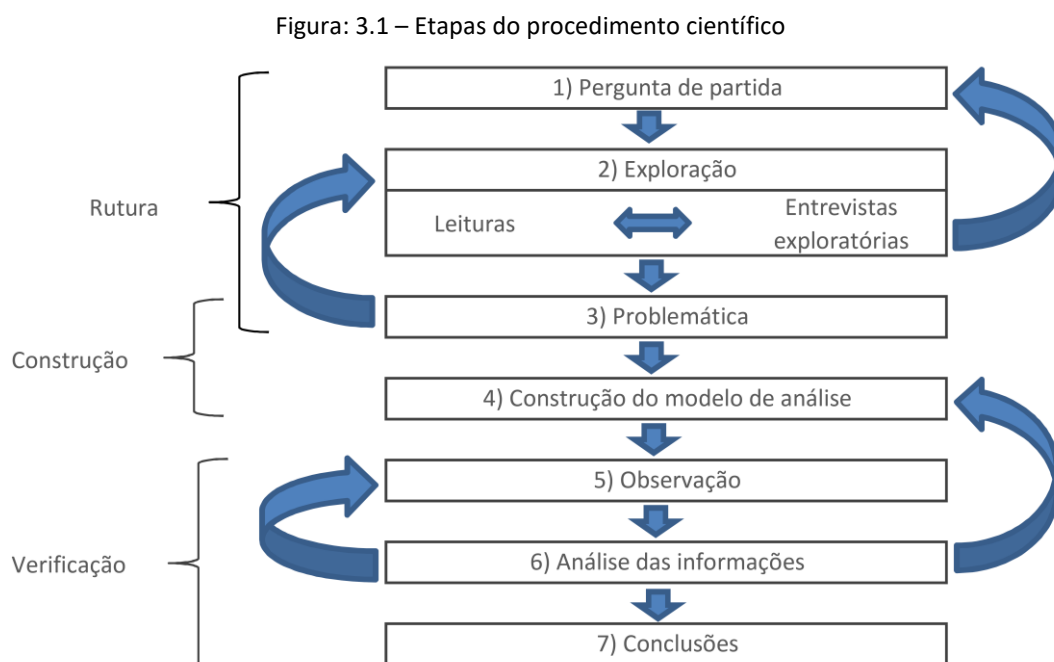
Com o avançar desta investigação, respaldando a análise dos dados do regresso de ex-migrantes à ilha do Faial na revisão teórica efetuada, será possível proceder à caracterização da migração de retorno à ilha de origem, a partir do início do século XXI, e observar se a ilha do Faial confirma a tendência do arquipélago.

CAPÍTULO 3 – OPÇÕES METODOLÓGICAS

3. Opções metodológicas

3.1. O processo de investigação

Do ponto de vista metodológico, esta investigação, corroborando Quivy e Van Campenhoudt (2005), trata o conhecimento científico como um processo, e não um resultado em si mesmo, o qual observa três atos epistemológicos essenciais – a rutura, a construção e a verificação –, ao longo de um procedimento científico de várias etapas, construídas de forma sucessiva e interligada, a saber: – 1) pergunta de partida, 2) exploração, 3) problemática, 4) construção do modelo de análise, 5) observação, 6) análise das informações e 7) conclusões, como resulta, esquematicamente, da Figura 3.1.⁸⁵



Fonte: Quivy & Van Campenhoudt, 2005, p. 27.

⁸⁵ A este respeito, Santos (1988, p. 70) refere que: “Na ciência moderna a rutura epistemológica simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico; na ciência pós-moderna o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum.”. Deste modo, como salienta o mesmo autor, “deixou de ter sentido criar um conhecimento novo e autónomo em confronto com o senso comum (primeira rutura) se esse conhecimento não se destinar a transformar o senso comum e a transformar-se nele (segunda rutura)” (Santos, 1990, p. 168).

A presente investigação pretende aprofundar a realidade sociológica que se funda num universo factual (Lalanda, 1998, p. 872), da forma mais abrangente possível, pois, como alude Mills (2000): “As ciências sociais dizem respeito à variedade humana, que consta de todos os mundos sociais em que os homens viveram, vivem e poderão viver” (Mills, 2000, p.123).⁸⁶

De acordo com Weber (1973), reproduzido por Cohn (2003, p. 87), a análise científica do fenómeno em apreço não poderá ser “independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais essas manifestações possam ser [...] selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, como objeto de pesquisa”. Neste sentido, como sintetizam Almeida e Pinto (1975, p. 388): “A progressão do conhecimento científico implica, portanto, genericamente, uma demarcação relativa ao campo ideológico de partida, assim como a sua redução localizada, a negação e a superação das problemáticas que o instituem”. Todavia,

É preciso, em certo sentido, renunciar ao uso da ciência para intervir no objeto para estar em condições de realizar uma objetivação que não é meramente a visão parcial e reducionista que se pode adquirir [...], mas sim a visão abrangente de um jogo que pode ser entendido como tal, porque houve um afastamento dele. Somente a sociologia da sociologia – e do sociólogo – nos pode dar os objetivos científicos que procuramos imediatamente.⁸⁷

(Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 259)

Aplicando ao caso concreto, e tendo presente que qualquer investigação se inicia por uma questão (Minayo, Deslandes & Gomes, 2008), a questão de partida deste estudo centra-se nas causas do retorno de ex-migrantes à ilha de origem, neste século, em resultado de migrações tanto internacionais, como internas, e sua relação com o contexto em que, quer a partida, quer o regresso se dão, para compreender os efeitos do retorno no percurso pessoal dos regressados, bem como na sociedade da região à qual retornaram.

Para dar resposta à questão de partida, impõe-se a formulação de questões complementares ou derivadas, a saber:

⁸⁶ Tradução livre da autora. No original “What social science is properly about is the human variety, which consists of all the social worlds in which men have lived, are living, and might live” (Mills, 2000, p. 123).

⁸⁷ Tradução livre da autora. No original “One must in a sense renounce the use of science to intervene in the object in order to be in a position to carry out an objectivation which is not merely the partial and reductionist view that one can acquire [...], but rather the all-encompassing view that one acquires of a game that can be grasped as such because one has retired from it. Only the sociology of the sociology – and of the sociologist – can give us a definite mastery of the social aims that can be pursued via the scientific goals we immediately seek” (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 259).

- Quem são os migrantes que regressam à região de origem;
- Que razões determinaram os seus percursos migratórios;
- Em que circunstâncias se deu o regresso de ex-migrantes;
- Qual a perceção dos ex-migrantes sobre a região de origem antes e após o regresso;
- O que trouxeram, ou não, os ex-migrantes regressados, para o desenvolvimento da região de origem;
- Terão os ex-migrantes regressados beneficiado de alguma forma de apoio público / privado regional, com vista à reintegração;
- Participarão os ex-migrantes regressados na formulação de políticas públicas regionais migratórias;
- Desempenharão os ex-migrantes regressados um papel de ligação entre os não-migrantes e migrantes, atendendo à sua própria experiência migratória;
- Os ex-migrantes regressados encararão o retorno à região de origem como definitivo ou provisório;
- Como se dá a articulação dos migrantes internacionais e dos migrantes internos, no âmbito das migrações de retorno à região de origem, no contexto insular açoriano.

Seguindo a linha de investigação acima delineada, o presente estudo desenvolve-se em torno de objetivos, que melhor poderão contribuir para alargar o conhecimento científico, de forma tão abrangente quanto possível, sobre o fenómeno em apreço. Deste modo, a investigação prossegue objetivos exploratórios, no sentido do levantamento e identificação de situações de retorno no período em estudo, relativamente à comunidade em apreço; mais, prossegue igualmente objetivos descritivos, de determinação e caracterização da situação dos ex-migrantes internos e/ou internacionais regressados ao arquipélago; finalmente, este estudo tem objetivos explicativos, de verificação, análise e avaliação das dinâmicas de regresso à região de origem. Os objetivos elencados permitirão focar os principais aspetos, designadamente, as causas, os impactos e a continuidade do fenómeno em apreço.

Esta abordagem afigura-se da maior relevância, porquanto existe parco conhecimento científico, no âmbito da explicação das diferentes experiências de pós-retorno. De acordo com Van Meeteren, Engbersen, Snel e Faber (2014):

(...), até agora ainda sabemos muito pouco sobre que fatores são importantes em que casos, e muito menos como esses fatores se cruzam para moldar diferentes resultados. [...]. Além disso, devido à crescente diversidade de categorias migratórias, é necessário diferenciar entre os migrantes que retornam por diferentes razões, uma vez que as suas experiências de pós-retorno parecem variar de acordo com as razões de retorno.⁸⁸

(Van Meeteren, Engbersen, Snel & Faber, 2014, pp. 335-336)

Por seu turno, a viragem transnacional nos estudos das migrações veio reintroduzir o interesse no estudo da migração de retorno, bem como das práticas transnacionais, nas diferentes experiências pós-retorno; contudo, conforme esta investigação pretende igualmente salientar, não só as migrações internacionais, mas também as migrações internas frequentemente evidenciam o mesmo desfasamento de localidade e cultura, relativamente aos locais de origem e acolhimento – o “cá” e o “lá” (Fitzgerald, 2010, p. 5; Van Meeteren et al., 2014, p. 338).

A presente investigação assume, deste modo, originalidade, pelo facto de cruzar as migrações internas e internacionais, no âmbito do mesmo estudo, sendo que, com o aparecimento da abordagem transnacional e da chamada “era das migrações” (“*age of migration*”) (Castles & Miller, 2003), o estudo das migrações internacionais destacou-se, relegando o estudo das migrações internas para um plano secundário, e mantendo-o inteiramente separado daquele, designadamente, do ponto de vista concetual, teórico e metodológico (King & Skeldon, 2010, pp. 1620, 1631).

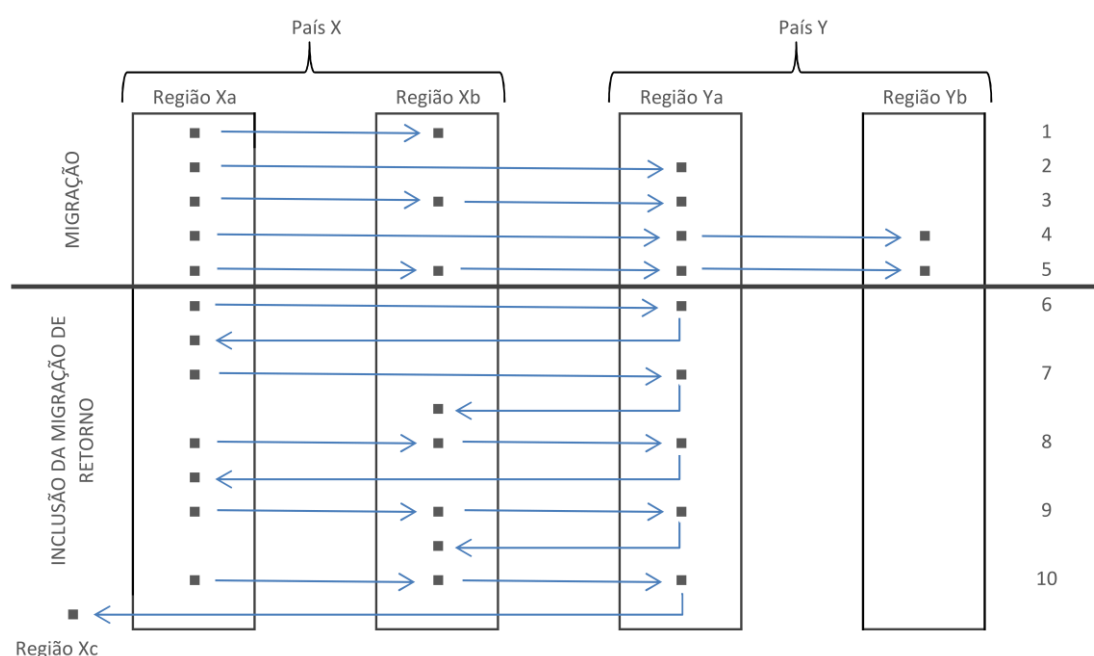
Ainda que a distinção entre migração interna e migração internacional seja, em rigor, inultrapassável – desde logo pelo facto de os migrantes internacionais terem necessariamente de atravessar fronteiras de território e cidadania, ou seja, de se deslocarem para uma entidade politicamente diferente, com um sistema legal distinto, que tem um impacto nas suas vidas, que não existe no caso das migrações internas –, não é menos verdade que ambos os tipos de migração (interna e internacional) são

⁸⁸ Tradução livre da autora. No original “[...] so far we still know too little about which factors are important in which cases, let alone how such factors intersect to shape different outcomes. [...]. Furthermore, because of the growing diversity of migratory categories it is necessary to differentiate between migrants who return for different reasons, as their post-return experiences have been found to vary accordingly” (Van Meeteren et al., 2014, pp. 335-336).

desencadeados por forças similares, que os aproximam (King & Skeldon, 2010, pp. 1621-1622; Otoi, Titan & Dumitrescu, 2014, p. 1012), como é explanado neste estudo.

Nesta senda, King e Skeldon (2010) conceberam um modelo (representado na Figura 3.2), que estabelece possíveis ligações entre migrações internas e internacionais, no qual a migração de retorno surge como um elemento adicional, que permite aumentar o número de ligações possíveis entre os dois tipos de migração, diminuindo o fosso existente entre ambos (King & Skeldon, 2010, p. 1622).

Figura: 3.2 – Trajetórias migratórias



Fonte: King & Skeldon (2010, p. 1622).

Do modelo em apreço resulta que os movimentos internos podem conduzir a movimentos internacionais, e vice-versa, mas também pode dar-se uma maior complexidade de movimentos, sobretudo após ter ocorrido a migração de retorno, o que transforma as mobilidades internas e internacionais num sistema integrado, que só funciona quando ambos os tipos de migração são considerados em conjunto (King & Skeldon, 2010, p. 1640).⁸⁹

⁸⁹ Neste ponto, Otoi (2014) salienta que: “A razão para uma abordagem integrada da migração é válida se olharmos para as teorias e os fatores que influenciam ambos os tipos de migração. O facto de a maioria dos

O referido modelo assume particular interesse, no âmbito do presente estudo, na medida em que os movimentos migratórios, quer internos, quer internacionais, têm marcado, em maior ou menor grau, todas as gerações de açorianos, ao longo dos tempos, até ao presente, e, por isso, têm grande impacto na estrutura e evolução da população, integrando, no caso da sociedade e cultura açorianas, uma característica absolutamente estruturante (Henriques & Esteves, 2010, p. 38; Rocha, 1991, p. 255).

O conhecimento explicativo das migrações de retorno no contexto insular açoriano é, portanto, da maior relevância, e poderá ser alcançado, de acordo com o processo de investigação em curso, através de vários níveis de análise, porquanto é importante ter presente que: “Nas ciências sociais [...], as ações dos indivíduos produzem o social e que o social irá influenciar, auxiliar ou condicionar os indivíduos, relativamente às suas ações” (Williams & Dyer, 2009, p. 86).⁹⁰

3.2. O paradigma de investigação

Nesta investigação, bem como em qualquer investigação em ciências sociais, o objeto em estudo é o fator determinante na escolha da metodologia a utilizar (Flick, 2009, p. 24). No caso da presente investigação, e atendendo ao objeto de estudo, atrás referido, a mesma assentará necessariamente numa abordagem qualitativa, porquanto se visa, em grande medida, a análise de casos concretos – o regresso de migrantes à ilha de origem –, tendo em consideração as suas peculiaridades locais e temporais (Flick, 2009, p. 37).

Para o paradigma qualitativo, a realidade apresenta-se como socialmente construída, uma vez que se consubstancia naquilo que quer os participantes, quer os investigadores, de acordo com a experiência vivida, percecionam (Boylorn, 2008, p. 489;

fatores que explicam um tipo de migração poderem explicar o outro, e o facto de as teorias de migração projetadas para um tipo de migração serem utilizadas na análise do outro, são provas de que ambos os tipos de migração devem ser analisados em conjunto, e não separadamente” (2014, p. 689, tradução livre da autora).

⁹⁰ Tradução livre da autora. No original “In social science (...) it is maintained that the actions of individuals produce the social and that the social will influence, enable or constrain individuals in their actions” (Williams & Dyer, 2009, p. 86).

Creswell, 2007, p. 39); ou seja, uma dupla subjetividade integra o processo de produção de conhecimento.

Da utilização da metodologia qualitativa resultará um conhecimento científico perspectivado de modo situado, parcial (Haraway, 1995, p. 21) e contextual (Mason, 2002, p. 62), no qual se destaca a vertente holística – procurar-se-á desenvolver uma imagem complexa do problema em estudo, recorrendo a várias fontes de informação, utilizando o processo indutivo, que implica avançar e retroceder ao longo da investigação (ver Figura 3.1), até alcançar a maior abrangência possível, relativamente ao problema em estudo (Creswell, 2007, pp. 38-39). Deste modo, através do recurso à metodologia qualitativa, o presente estudo direciona o foco sobre os ex-migrantes internos e internacionais regressados à região de origem – neste caso, à ilha do Faial – e, sobretudo, sobre o significado que os próprios atribuem à problemática da migração de retorno aos Açores.

Como ressalva Peixoto (1998a, p. 36): “Embora a possibilidade de generalização seja limitada, o aprofundamento das características destes movimentos mais do que compensa algum défice que subsista na sua consideração quantitativa”. Com efeito, esta investigação far-se-á com recurso, não apenas ao método qualitativo, mas também ao método quantitativo, correspondendo a uma abordagem multimetódica. A metodologia quantitativa será relevante neste estudo, pois, além de, historicamente, ter sido atribuída primazia à quantificação, no que diz respeito à ciência (Guba & Lincoln, 1994, p. 105), a medição permite delinear características específicas da população (Bryman, 2004, p. 66), e será, porventura, essa a sua mais-valia, quando a existência de bases de dados possibilite a sua concretização.

Esta combinação de metodologias – paradigma de investigação designado por “métodos mistos” (Kitchenham, 2010, p. 561), entre outras designações possíveis –, aliando os pontos fortes de ambas as metodologias (Creswell, 2009, p. 213), quantitativa (caracteristicamente, indireta e redutora) e qualitativa (caracteristicamente, direta e holística) (Woolley, 2009, p. 8), revelar-se-á fundamental para a prossecução dos objetivos deste estudo.

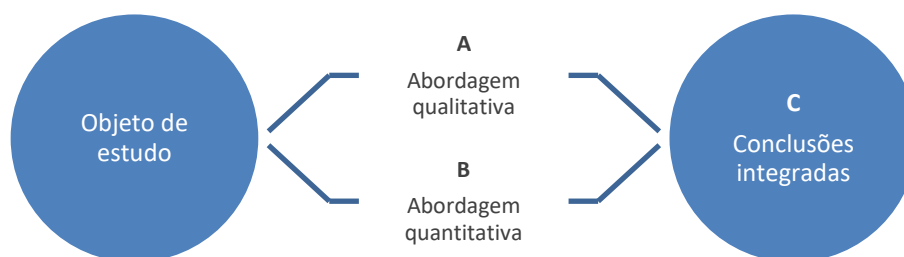
As abordagens qualitativa e quantitativa podem, assim, ser combinadas em diversas fases do processo de investigação (nomeadamente, na recolha e análise de dados);

contudo, a ‘fusão’, em sentido pleno, dos dados resultantes do recurso a ambas as abordagens terá lugar nas etapas de análise das informações e de conclusões, respetivamente (Bryman, 2006, p. 101).

De salientar que as duas metodologias podem ser utilizadas de forma sequencial ou paralela / simultânea, podendo também ser atribuído, a ambas, igual ou diferente protagonismo (Teddle & Tashakkori, 2006, p. 17). Neste estudo, e com vista a alcançar os objetivos propostos para o mesmo, a metodologia a utilizar será uma conjugação, tanto quanto possível, de métodos qualitativos e quantitativos, de forma paralela / simultânea; contudo, será primordial, conforme vem sendo afirmado, o recurso à metodologia qualitativa.

Nesta combinação entre abordagem qualitativa e quantitativa, articular-se-ão, por um lado, os aspetos convergentes e de corroboração entre ambas, mas é também necessário ter presente que as duas poderão alcançar resultados nem sempre coincidentes, pelo que será fundamental encará-las igualmente como complementares, fazendo uso dos pontos fortes de cada uma delas, com vista a alcançar conclusões integradas (Onwuegbuzie & Collins, 2007, p. 290) (ver Figura 3.3).

Figura: 3.3 – Combinação complementar de abordagens



Fonte: Woolley, 2009, p. 9.

Com efeito, não é possível pressupor que os resultados provenientes de diferentes metodologias se vão corroborar reciprocamente, motivo pelo qual é necessário adotar uma perspetiva mais “aberta”, “realista” e “pragmática” (Jick, 1979, p. 603).

É fundamental, deste modo, entender que a articulação entre abordagem qualitativa e quantitativa não implica forçosamente a sua validação cumulativa

(corroboração), mas sim a integração de diferentes perspectivas / conclusões (complementaridade), relativamente ao fenómeno em estudo, captando um retrato mais completo, holístico e contextual, imprescindível para a explicação do respetivo fenómeno.

3.3. Definição de técnicas e instrumentos de recolha de dados e informação

Na área das migrações, é necessário ter em consideração, como refere Peixoto (1998a) o facto de ser “generalizadamente reconhecido que os movimentos migratórios são um fenómeno de difícil captação.” (p. 31), o que dificulta a sua análise, contribuindo para tal “a diversidade das fontes estatísticas (diferentes formas de registo), a variedade de conceitos utilizados, as unidades territoriais de base, o grau variável de qualidade das fontes e a complexidade das formas migratórias recentes.” (p. 31).

Atendendo à natureza do objeto de estudo, e tendo presentes os condicionalismos acima referidos, a opção pela combinação de metodologias qualitativa e quantitativa – métodos mistos –, apresenta-se como a mais vantajosa, conforme explanado no ponto anterior. Nestes termos, também as técnicas e instrumentos de recolha de dados e informação utilizadas são diversificadas, de acordo com o paradigma de investigação adotado.

Assim, recorreu-se, ao longo do estudo, às seguintes técnicas e instrumentos de recolha de dados e informação:

- I. Recolha bibliográfica – realizada recolha, a partir da bibliografia existente, em matéria de migrações de retorno e, mais particularmente, sobre migrações de retorno aos Açores;
- II. Análise de dados estatísticos (dados quantitativos) – efetuado levantamento, com recurso a dados estatísticos gerais, relativamente ao arquipélago dos Açores, necessário, inicialmente, para efeitos de contextualização e enquadramento, para estabelecer as dimensões gerais do problema, e para compreender a amplitude de variação dos fatores envolvidos no problema do retorno de migrantes aos Açores;

- III. Estudo de casos (dados qualitativos) – é igualmente importante o conhecimento aprofundado que resulta da interação com os participantes, através de estudos de caso, com base em entrevistas semiestruturadas (realizadas a uma amostra não probabilística, construída para o efeito), possibilitando, numa segunda parte, a transição da descrição para a explicação do problema em estudo, sendo analisado, neste contexto, o caso dos ex-migrantes internos e internacionais que regressam à ilha do Faial.

Se, na fase de recolha de dados, a combinação das metodologias foi usada de forma sucessiva (primeiro, a metodologia quantitativa e, depois, a qualitativa), o que se verificou, aquando do tratamento de dados, é que, das entrevistas realizadas, foi possível extrair não só dados qualitativos, tendo os mais significativos sido vertidos em grelhas de análise de entrevistas (Anexo III), como também dados quantitativos, os quais constam em gráficos e tabelas (presentes ao longo do ponto 4.2 do Capítulo 4), e, não raro, a conjugação direta de ambos os tipos de dados, patente em figuras e quadros (apresentados, igualmente, ao longo do referido ponto), tendo sido possível conjugar, em simultâneo, ambas as metodologias, o mesmo acontecendo na fase de análise, onde metodologia qualitativa e quantitativa foram articuladas de forma complementar, permitindo uma compreensão aprofundada do fenómeno em estudo.

3.3.1. Recolha bibliográfica

São muito diversos os documentos reveladores de fenómenos sociais (Almeida & Pinto, 1975, p. 393). Neste sentido, foi efetuada neste trabalho recolha bibliográfica, conforme já concretizado através da revisão de literatura, em momento prévio ao presente relatório, mas a ele não se confinando, pois, ao longo do estudo surgiram mais obras documentais dignas de análise.

A recolha e análise documental, efetuadas a partir da bibliografia existente, em matéria de migrações de retorno e, mais particularmente, sobre migrações de retorno aos Açores, ao nível nacional e internacional – obras disponíveis, como documentos oficiais, de origem governamental ou administrativa, imprensa geral e especializada, ou

obras literárias e bases de dados *online* –, incidem sobretudo em obras de sociologia, mas também de outras áreas, nomeadamente de economia, geografia, demografia e psicologia, pois a natureza interdisciplinar das migrações assim o justifica (Castles & Miller 2003, pp. 21-22). Também a literatura marca aqui lugar, na medida em que: “A emigração é, indubitavelmente, o tema principal da literatura dos Açores, [...]. A emigração foi, gradualmente, ganhando espaço e presença numa estética literária em que a partida, a viagem, a errância e o regresso constituem os temas mais pertinentes” (Cabral, 2010, p. 358-359).⁹¹

Tendo em consideração que haverá uma articulação entre diversas técnicas de recolha de dados e informação, nomeadamente através do método de estudo de casos (*vide* ponto 4.3), é importante referir neste momento, conforme salienta Olson (2010), que:

[...], os documentos, como registo da atividade humana, fornecem uma valiosa fonte de informação na pesquisa de estudo de caso. [...]. A análise documental pode fornecer uma variedade de dimensões históricas, políticas, sociais, económicas e pessoais do caso, para além do imediatismo das entrevistas e das observações.⁹²

(Olson, 2010, p. 318)

De igual modo, também a recolha bibliográfica encontra estreita ligação com os dados estatísticos, porquanto estes, amiúde, se encontram plasmados em documentos oficiais, de consulta pública. Confirma-se, assim, a pertinência da articulação das três formas de recolha de dados e informação elencadas no ponto anterior.

3.3.2. Dados estatísticos

As migrações, internas ou internacionais, constituem-se como “o fenómeno demográfico de mais difícil caracterização e mensuração em qualquer época e em praticamente todo o mundo” (Rocha et al., 2005, p. 112), sendo o retorno o aspeto mais difícil de quantificar, dentro do ciclo migratório (Gmelch, 1980, p. 135). Assim, conforme

⁹¹ Também Saraiva (2013) alude à importância da temática da emigração e do regresso na literatura açoriana (2013, p. 253).

⁹² Tradução livre da autora. No original, “Documents, as a record of human activity, provide a valuable source of data in case study research. [...]. Document analysis can provide a window into a variety of historical, political, social, economic, and personal dimensions of the case beyond the immediacy of interviews and observations” (Olson, 2010, p. 318).

Peixoto (1998a): “A não ser que o controlo sobre o movimento populacional seja elevado – o que não é bem aceite pelos cidadãos, sobretudo nos espaços nacionais –, a dificuldade em medir as deslocações territoriais é inevitável” (p. 34). Esta limitação foi já identificada e explanada no relatório de revisão de literatura, anteriormente elaborado.

Não obstante, é possível estabelecer uma dimensão quantitativa neste estudo, através da consulta e análise das fontes estatísticas disponíveis quanto aos processos migratórios de retorno, no contexto insular açoriano, na vertente das migrações internas e internacionais, o que permitirá estabelecer as dimensões gerais do problema, bem como compreender a amplitude de variação dos fatores envolvidos. Conforme acrescenta Duarte (2009, p. 17, mencionando Brannen, 1992), “o método quantitativo pode ser mobilizado para contextualizar estudos intensivos de pequena escala, de que constitui exemplo a análise de estatísticas oficiais”.

Nestes termos, as fontes estatísticas investigadas são, por um lado, dados constantes na bibliografia geral consultada e, por outro lado, dados estatísticos constantes de publicações várias, sobretudo do Instituto Nacional de Estatística (INE) – em especial, os recenseamentos gerais da população, de 2001 e 2011, os últimos atualmente publicados. As referidas fontes estatísticas possibilitarão o enquadramento dos diversos movimentos que existem, no plano interno e internacional, nos Açores.

Relativamente aos dados estatísticos provenientes do INE, recorreu-se, em especial, a uma questão sobre o país de residência cinco anos antes da data do censo, que se encontra no censo populacional de 2011, e que consta igualmente dos censos da população num número cada vez maior de países, como refere a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD, 2008, p. 168).

Em resultado dessa questão, foi possível apurar dados e fazer comparações entre diversas camadas da população residente em Portugal, nos Açores e no Faial, para aprofundar o conhecimento sobre as variações e tendências, o volume e as características dos regressados internos e internacionais. É, assim, possível contemplar alguns resultados brutos, decorrentes dos volumes de migrantes internos e internacionais existentes para o total da Região e por concelho, e, a partir daí, apontar as principais tendências de repulsão ou de atração populacional (Rocha & Ferreira, 2010, p. 105).

Porém, nos Censos, conforme Peixoto (1998a, p. 31), «realçam-se a sua exaustividade, contrabalançada pela sua pouca frequência e pela natureza (algo rígida) das questões migratórias, nomeadamente as questões “retrospectivas”», pelo que seria importante tentar junto de instituições, nomeadamente a Autoridade Tributária e a Segurança Social, o alargamento de dados disponíveis, e que pudessem colmatar a desatualização da informação no período intercensitário (Conselho Superior de Estatística, 2006, p. 77).

Todavia, contrariamente ao intuito inicial, verificou-se, após terem sido desencadeados os respetivos contactos nos serviços da Autoridade Tributária e da Segurança Social, do município da Horta, na ilha do Faial, que os mesmos não têm informação disponível, no âmbito do presente estudo. De acordo com a Autoridade Tributária, até seria possível o apuramento dos regressos de ex-migrantes à ilha de origem, através de uma pesquisa individual às bases de dados daquele serviço; porém, além da extrema morosidade que tal procedimento implicaria, o mesmo contrariaria as disposições legais em vigor, em matéria de proteção de dados, pelo que essa possibilidade fica necessariamente excluída.

Paralelamente, foram igualmente desencadeados contactos exploratórios com a Direção Regional das Comunidades, do Governo dos Açores, a qual se mostrou, desde o primeiro momento, recetiva à colaboração, no âmbito da temática do presente estudo, disponibilizando-se para fornecimento dos dados constantes das respetivas bases de dados oficiais, tendo salvaguardado que tais bases contemplam apenas o registo dos cidadãos que procuram os serviços para eventual apoio, pelo que os valores apresentados poderão não corresponder à realidade do retorno voluntário à Região.

3.3.3. Estudo de casos

Tendo por base aspetos estabelecidos pela bibliografia, esta investigação conta, além da abordagem quantitativa, com uma abordagem qualitativa, através de estudo de casos, a qual é preponderante, ao nível metodológico. A opção pelo método de estudo de

caso justifica-se, porquanto, na análise de um segmento preciso de migrantes, como acontece no presente estudo:

A dificuldade de captação destes movimentos não é compensada pela realização de inquéritos por amostragem: a reduzida magnitude numérica do grupo impede a extrapolação a partir de resultados deste tipo. Resulta daqui a necessidade de realizar estudos de casos.

(Peixoto, 1998a, p. 36)

Com efeito, como resulta das palavras de Byrne (2009, p. 1): “A ciência estuda casos”.⁹³ O estudo de caso consubstancia-se, assim, numa abordagem de pesquisa científica, de cariz qualitativo, por meio da qual um ou vários aspetos de um fenómeno, ancorados no contexto da vida real, são estudados de forma intensiva, “tanto em amplitude como em profundidade” (Greenwood, 1965, citado em Almeida & Pinto, 1975, p. 387), devido à sua singularidade – especialmente quando as fronteiras entre fenómeno e contexto não são evidentes – com recurso à(s) técnica(s) de recolha sistemática de dados, de acordo com o caso (*vide* ponto 2.3.3.1), através de uma amostra específica (pessoa, configuração social, evento ou grupo), selecionada de acordo com o objeto de estudo (*vide* ponto 2.3.3.2 do Capítulo 2), em que o investigador pretende descobrir a interação de fatores significativos característicos do fenómeno em estudo e obter uma compreensão holística (Berg, 2001, p. 225; Merriam, 1998, pp. 29, 33, 41; Yin, 2009, pp. 11, 18), ou seja, “uma ampla descrição, explicação e compreensão do fenómeno na sua totalidade” (Greenwood, 1965, citado em Almeida & Pinto, 1975, p. 387), o que é fundamental, no âmbito da presente investigação.

Entre as características do estudo de casos, as mais relevantes, quanto à sua relevância no âmbito da investigação em curso são o facto de se tratar de um método: 1) Heterogéneo – por resultar de diversos níveis de análise e da utilização de diferentes técnicas, implicando a análise em profundidade de múltiplas, face à grande quantidade de material informativo recolhido sobre a unidade de análise (Greenwood, 1965, de acordo com Almeida & Pinto, 1975, p. 387); 2) Flexível – o estudo de caso não exige o recurso a processos específicos quanto à recolha e análise de dados, sendo flexível e livre a justificação da seleção e utilização do método, e das respetivas técnicas para recolha e análise de dados, uma vez que tal variará consoante o objeto e os objetivos estabelecidos para o estudo (Greenwood, 1965, segundo Almeida & Pinto, 1975, p. 387); 3) Generalista –

⁹³ Tradução livre da autora. No original “Science studies cases” (Byrne, 2009, p. 1).

quando devidamente realizado, o estudo de casos, não deve apenas corresponder ao indivíduo específico, grupo ou evento estudado, mas deve fornecer entendimento sobre indivíduos, grupos e eventos semelhantes (Berg, 2001, p. 232); 4) Particularista – os estudos de caso concentram-se em situações, eventos, programa ou fenómenos particulares (Merriam, 1998, p. 29); 5) Descritivo – o produto final do estudo de casos é a descrição rica e o mais completa possível do fenómeno em estudo (Merriam, 1998, pp. 29-30); 6) Heurístico – as explicações, quanto às descobertas realizadas pelo estudo de casos, iluminam a compreensão do leitor sobre o fenómeno em estudo (Merriam, 1998, p. 30), procurando dar resposta a questões, sobretudo, do tipo “como” e “porquê” (Yin, 2009, pp. 8-9).

Conforme refere Creswell (2013): “A unidade de análise no estudo de caso pode ser múltiplos casos (*“multisite study”*) ou um único caso (*“within-site study”*)” (Creswell, 2013, p. 97).⁹⁴ Yin (2009, p. 53) acrescenta que: “O mesmo estudo pode conter mais de um único caso. Quando tal ocorre, o estudo faz-se com base no conceito de caso múltiplo”.⁹⁵ É o que acontece no presente trabalho de investigação, em que, centrando o estudo no caso do regresso à ilha do Faial, são simultaneamente estudados, “os casos” de regresso de várias tipologias de ex-migrantes – internos e/ou internacionais – à sua ilha de origem.

De acordo com Fletcher e Plakoyiannaki (2010):

Vários casos também permitem comparações que esclarecem se um achado emergente é idiossincrático a um único caso ou se é replicado de forma consistente por vários estudos. Geralmente, é necessário um arcabouço teórico *a priori* para possibilitar as comparações de casos.⁹⁶

(Fletcher & Plakoyiannaki, 2010, p. 838)

Assim, uma diferença entre estudo de caso único e estudo de caso múltiplo é que, neste último, o investigador procura compreensão das diferenças e semelhanças entre os casos (Stake, 1995), mas também pode analisar os dados, não só dentro de cada situação

⁹⁴ Tradução livre da autora. No original “The unit of analysis in the case study might be multiple cases (a multisite study) or a single case (a within-site study)” (Creswell, 2013, p. 97).

⁹⁵ Tradução livre da autora. No original, “The same study may contain more than a single case. When this occurs, the study has used a multiple-case design, and such designs have increased in frequency in recent years” (Yin, 2009, p. 53).

⁹⁶ Tradução livre da autora. No original, “Multiple cases also enable comparisons that clarify whether an emergent finding is idiosyncratic to a single case or is consistently replicated by several studies. A theoretical framework is usually needed *a priori* to make case comparisons possible” (Fletcher & Plakoyiannaki, 2010, p. 838).

– de cada tipologia migratória –, como também entre situações (Yin, 2003) – entre as várias tipologias.

Neste trabalho, é analisado o regresso de ex-migrantes à ilha do Faial, com base em entrevistas semiestruturadas, nos moldes constantes do ponto seguinte. O conhecimento aprofundado que resulta da interação com os entrevistados possibilita a transição da descrição para a explicação do problema em estudo. Deste modo, o método do estudo de casos permite valorizar as experiências de vida dos protagonistas – os próprios ex-migrantes regressados –, que são o instrumento primordial desta investigação.

3.3.3.1. A entrevista semiestruturada

Para a pesquisa empírica realizada através do estudo de casos, a técnica de recolha de dados e informação qualitativa utilizada foi a entrevista em profundidade, semiestruturada, dirigida às experiências de vida dos entrevistados (Holstein & Gubrium, 2004, p. 140), no contexto migratório de retorno à ilha de origem.

A entrevista em profundidade, compreensiva, permite abordar, o universo subjetivo do participante, relatado na primeira pessoa – sob a forma de testemunho –, para entender o modo como os indivíduos vivenciam o seu quotidiano e, em particular, determinados acontecimentos ou mudanças, durante a sua vida (Lalanda, 1998, p. 875-877), neste caso, o percurso migratório e, mais aprofundadamente, o regresso migratório. Como aponta Peixoto (1998a), a este propósito:

No que se refere aos inquéritos “qualitativos” mais aprofundados, estes são necessários quando se trata de conhecer as componentes causais ou consequências da migração (quando, para tal, se decida recorrer à perspectiva dos agentes sociais): estudo das estratégias individuais (ou institucionais) de migração e formas de integração, por exemplo.

(Peixoto, 1998a, p. 32)

Confirmando a viabilidade desta opção, já Poinard (1983), afirmara que: “Longas entrevistas com famílias regressadas permitiram apreender a sua situação antes da partida para o estrangeiro e a sua história migratória, apreciar as razões do regresso e, [...], traçar o «retrato-tipo» do emigrante regressado ou suscetível de o ser.” (1983, p. 32). Düvell (2012) acrescenta que a pesquisa qualitativa é “particularmente útil

relativamente ao estudo de movimentos migratórios novos ou mistos.” (2012, p. 14).⁹⁷ É o caso da presente investigação, porquanto trataremos, em conjunto, de dois tipos de movimentos migratórios – internos e internacionais –, e da forma como os mesmos se articulam no contexto do regresso de ex-migrantes à região de origem.

Na entrevista semiestruturada, o investigador coloca questões abertas pré-definidas ao entrevistado, de forma sistemática, mas poderá adaptar a ordem das questões, e mesmo o seu conteúdo, durante a realização da entrevista (Ayres, 2008, p. 810). A entrevista implica, assim, o desenvolvimento de uma interação evolutiva, criada através de um ‘pacto’ ou ‘contrato’, negociável ao longo da entrevista, o qual possibilita, consoante as características pessoais do entrevistador e do entrevistado, a redefinição do sentido do discurso (Aires, 2015, p. 32), requerendo, por isso, que a investigação progrida de forma flexível, de modo a permitir ao investigador o desenvolvimento de uma compreensão teórica, situada e contextual, sobre a área estudada da vida social (Taylor & Bogdan, 1987, p. 108)

O recurso a entrevistas semiestruturadas justifica-se, nesta investigação, pelo facto de permitir a recolha de informações e reflexões muito ricas, atento o contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores, e a fraca diretividade do investigador, não obstante as limitações associadas a esta técnica, nomeadamente, o facto de a entrevista não permitir que a informação seja imediatamente acessível, sendo necessária, complementarmente, a análise sistemática de conteúdo que observe as exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos (Fletcher & Plakoyiannaki, 2010, p. 837), com vista a esclarecer as questões em estudo

Para este efeito, foi criado um guião de entrevista (ver Anexo II – Guião de entrevista), onde constam, após a caracterização individual do participante, aspetos fulcrais do percurso migratório, mais desenvolvido quanto à fase do regresso, através de questões abertas colocadas aos participantes, após assinatura do respetivo termo de consentimento informado (ver Anexo I – Termo de consentimento informado), e que versam sobre o percurso migratório e, de forma mais aprofundada, sobre o retorno de migrantes à ilha do Faial.

⁹⁷ Tradução livre da autora. No original, “it is particular helpful when studying new or mixed migration movements” (Düvell, 2012, p. 14).

Tendo os tópicos do guião de entrevista por base as questões – quer de partida, quer complementares – em estudo, as entrevistas permitiram conhecer a história migratória dos entrevistados, visando alcançar a mais abrangente informação possível sobre o fenómeno subjacente à presente investigação. O guião, além permitir estruturar o discurso dos participantes, ainda que não de forma rígida, é, simultaneamente, base para a grelha analítica, relativamente à fase de análise do material empírico reunido, que se debruça sobre a experiência migratória dos participantes no estudo.

Deste modo, o guião da entrevista foi criado tendo por base o referencial teórico utilizado neste estudo e os objetivos da pesquisa, contemplando uma parte sobre o percurso migratório – partida e estada – e outra apenas sobre o regresso, autonomizado da parte anterior, pela relevância que assume neste estudo.

Este instrumento permitiu conhecer de perto o modo como os participantes vivenciam a experiência migratória no contexto insular, através do percurso singular de cada um deles. De seguida, é apontado o foco ao processo de amostragem desenvolvido neste trabalho.

3.3.3.2. A construção da amostra

Um momento que antecede a recolha de dados, é a construção da amostra. A opção pela realização de entrevistas semiestruturadas, na base do estudo de casos, passou pelo recurso a uma amostra não probabilística, seguindo a técnica de bola de neve, que abará ex-migrantes regressados voluntariamente ao Faial, desde o início do século XXI, na sequência de migrações internas e/ou internacionais.

Para tal, procedeu-se à identificação de indivíduos cujas características e experiências permitissem fornecer a resposta às questões formuladas na pesquisa, bem como comparar semelhanças e especificidades entre eles, através de entrevistas, a realizar posteriormente aos contactos exploratórios e seleção dos indivíduos que integram a amostra.

De acordo com Creswell (2007, p. 37), os investigadores qualitativos tendem a recolher dados e informação diretamente no local onde os participantes a entrevistar

experienciam o problema em estudo. O facto de, eu própria, investigadora, ter residido, por motivos profissionais, no local onde se regista o fenómeno em apreço, e de ter, na rede de conhecimentos – desenvolvida ao longo dos anos, naquela ilha – algumas pessoas com o perfil necessário (ainda que não muito diversificado), serviu de ponto de partida para a concretização deste trabalho. Nesta medida, subscrevendo Sousa (2010, p. 54), «o “terreno” inspirou a realização do estudo».

A amostra não probabilística, criada num estudo de caso, permite, precisamente, a seleção de casos ricos quanto à informação para empreender estudos em profundidade (Fletcher & Plakoyiannaki, 2010, p. 837). Entre as suas vantagens, conta-se o facto de não exigir uma lista de todos os elementos possíveis de uma população (Berg, 2001, p. 32), bem como a possibilidade de permitir o acesso a grupos ou pessoas específicas difíceis de alcançar, para maximizar a compreensão do fenómeno subjacente (Saumure & Given, 2008b, p. 562).

Atendendo a que a amostra integra indivíduos cujas características ou atributos específicos, necessários no âmbito deste estudo, se encontram, de alguma forma, escondidos ou, pelo menos, não identificados, a melhor opção para os localizar traduz-se no sistema de bola de neve (Atkinson & Flint, 2001). Através deste sistema, tem-se como ponto de partida um pequeno grupo de informantes iniciais, os quais nomeiam outros indivíduos, para poderem, sucessivamente, vir a integrar a amostra (Morgan, 2008, p. 815).

A amostra foi construída de forma progressiva, através de contactos exploratórios, não só com a aproximação sucessiva a diferentes indivíduos, por conhecimento direto, mas também a partir de outras fontes – entidades públicas e privadas, na ilha do Faial –, por via da divulgação da investigação e de pedido de colaboração junto das referidas entidades (Taylor & Bogdan, 1987, p. 109).

Neste ponto, destaca-se o contributo inexcedível das juntas de freguesia do concelho da Horta, órgãos do poder local, que se encontram mais próximos dos cidadãos, e que mais facilmente conseguiam identificar, ainda que de forma não exaustiva, indivíduos regressados à ilha de origem. Tal contributo permitiu identificar, em geral, indivíduos sem qualquer tipo de relação ou conhecimento entre si, e encontrar, não só

indivíduos com características similares, como também indivíduos com características muito singulares.

Com efeito, a grande preocupação neste trabalho, foi a de alcançar um equilíbrio entre uma certa homogeneidade da amostra – para comparação de situações e identificação de padrões de trajetórias – e uma diferenciação dos casos – para evitar, quer a constante repetição de descobertas, quer a subamostragem (Düvell, 2012, p. 11).

Assim, de modo a identificar especificidades, quer ao nível das razões, quer dos significados e efeitos do regresso migratório, e tendo por base a revisão de literatura já efetuada, bem como os contactos entretanto estabelecidos, foram elencados os seguintes pressupostos, que funcionam como um guia, na seleção de indivíduos para integrar a amostra, a saber:

- a) Indivíduos naturais da ilha do Faial;
- b) De sexo feminino e masculino;
- c) De diversas faixas etárias;
- d) Que tenham migrado para fora dos Açores (território continental ou Madeira) e/ou para o estrangeiro;⁹⁸
- e) Independentemente do motivo (nomeadamente, estudo, trabalho, acompanhamento de familiares);
- f) Durante, pelo menos, um ano;⁹⁹
- g) Que tenham regressado e fixado novamente residência no Faial;
- h) De forma voluntária;
- i) Preferencialmente, neste século;
- j) E, pelo menos, um ano antes da data de realização da entrevista.¹⁰⁰

Tendo em consideração o facto de se estar em presença de uma população alvo, de alguma forma, escondida ou, pelo menos, não identificada, o trabalho de seleção de indivíduos nem sempre produziu os resultados esperados, porquanto, quando efetuado

⁹⁸ Foram, por isso, desconsideradas as ausências do Faial por períodos, no total, inferiores a um ano, assim como as deslocações entre ilhas do arquipélago açoriano.

⁹⁹ Este critério permite considerar que se assiste a uma migração de retorno, nos termos definidos pela OIM (2009) (ver página 26).

¹⁰⁰ Este critério surge pela necessidade analisar de forma consistente o processo de reintegração do entrevistado na ilha de origem, considerando-se um ano após o regresso, para efeitos do presente estudo, um período mínimo de tempo, adequado para o efeito.

contacto presencial com os indivíduos identificados pelas diversas fontes, verificou-se que muitos deles não eram, afinal, elegíveis para o estudo, designadamente, por não serem naturais da ilha do Faial, por já terem regressado à ilha de origem anteriormente ao ano de 2001, ou por não se terem ausentado do arquipélago dos Açores, tendo apenas efetuado deslocações inter-ilhas. Não obstante, foi possível, ainda assim, encontrar diversos indivíduos que se enquadram no âmbito da pesquisa.

A estratégia básica do sistema de bola de neve envolveu, após identificação dos indivíduos com características relevantes, no âmbito deste estudo, a realização de entrevistas aos mesmos (Atkinson & Flint, 2001). À medida que se avançou na sua realização, teve-se presente a necessidade de observar o princípio de saturação, ou, noutras palavras, de adequação de informação, que surge quando, após entrevistas dirigidas a pessoas com as mais diversificadas características e experiências vividas, já não é possível alcançar nenhuma compreensão diferente sobre o objeto de estudo, ou seja, a informação recolhida torna-se redundante, não existindo dados novos a acrescentar (Morse, 1995, p. 147). Tal implicou a procura de casos negativos que contrariassem os dados recolhidos e as interpretações elaboradas, mas não só. Conforme Fletcher e Plakoyiannaki (2010):

As seguintes estratégias de amostragem que ajudam a pesquisa de casos múltiplos foram identificadas na literatura. Casos típicos são úteis nos estágios iniciais de um projeto para estabelecer o que é típico ou médio. Os casos negativos ou não confirmadores fornecem a variação máxima e os limites para as conclusões. Os casos excecionais permitem ao pesquisador qualificar os achados e especificar variações ou contingências nos principais padrões observados.¹⁰¹

(Fletcher & Plakoyiannaki, 2010, p. 838)

Com efeito, o entendimento sobre a adequação da amostra é relativo e depende do objeto de pesquisa, não devendo, contudo, ser tão pequena, que dificulte alcançar o ponto de saturação, ou de redundância, nem tão grande, que dificulte a realização de uma análise profunda e orientada para o caso em estudo (Saumure & Given, 2008a, p. 195). Como sustenta Flick (2009, p. 47), “a generalização das descobertas qualitativas

¹⁰¹ Tradução livre da autora. No original, “The following sampling strategies that help multiple-case research have been identified in the literature. Typical cases are helpful in the early stages of a project to establish what is typical or average. Negative or disconfirming cases give the maximum variation and limits to conclusions. Exceptional instances allow the researcher to qualify findings and specify variations or contingencies in the main patterns observed” (Fletcher & Plakoyiannaki, 2010, p. 838).

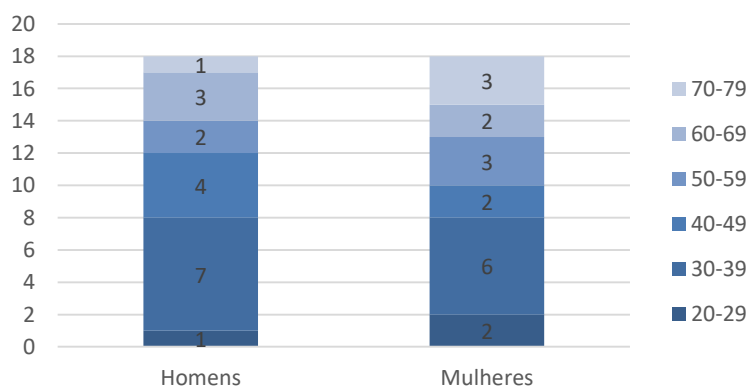
dependerá mais da qualidade das decisões relativas à amostragem do que do número de casos estudados”.

Como ponto de partida metodológico, e considerando o intuito subjacente à constituição da amostra, foi inicialmente apontado o número de cerca de vinte e cinco a trinta indivíduos para a integrar a referida amostra, os quais manifestaram informalmente disponibilidade para participar no presente estudo.

Porém, no decurso pesquisa e, sobretudo, com a realização das entrevistas, foi possível refletir sobre a amostra, à medida que ia sendo constituída, identificar a repetição e as lacunas e ajustar a estratégia de amostragem para identificar indivíduos com experiências ou perspetivas ainda não cobertas, uma vez que a flexibilidade da metodologia adotada nesta investigação, conforme anteriormente observado, assim o permite. E a amostra foi crescendo, tendo a saturação sido o critério para a delimitação do número de participantes a incluir neste estudo.

Deste modo, foi criado um grupo de participantes composto por trinta e seis ex-migrantes internos e/ou internacionais regressados, naturais da ilha do Faial, cujo perfil se enquadrava nos pressupostos necessários para participação neste estudo, aos quais foram realizados inquéritos por entrevistas semiestruturadas. Destaca-se o facto de este grupo ser composto pelo mesmo número de mulheres e de homens; ou seja, dezoito mulheres e dezoito homens, distribuídos, por faixa etária (à data da entrevista), conforme surge representado no Gráfico 3.1.

Gráfico: 3.1 – Composição do grupo participante no estudo, por sexo e faixa etária



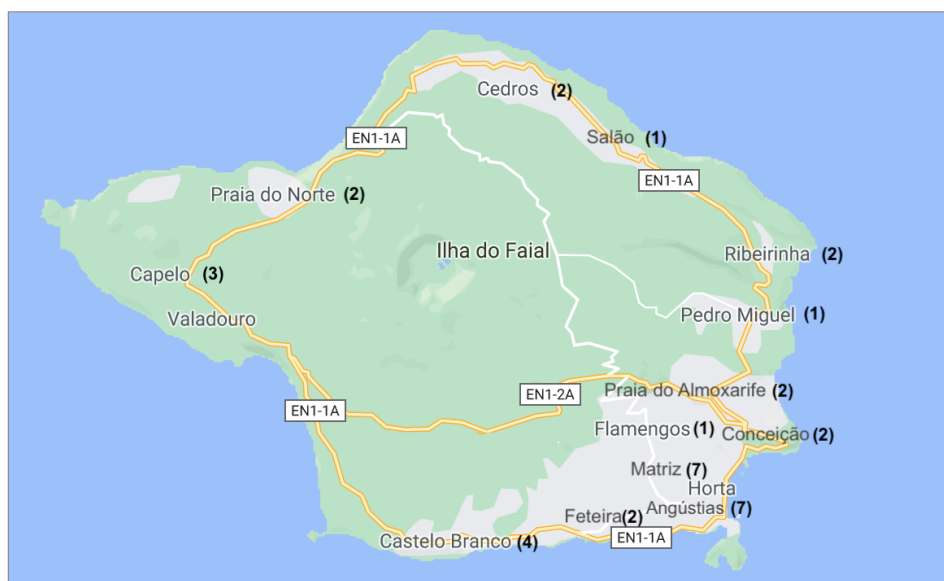
Fonte: Elaboração própria

No que concerne às faixas etárias, a faixa mais significativa é a que se situa entre os 30-39 anos, com sete homens e seis mulheres, respetivamente; todavia, encontram-se representados no gráfico 2.1 faialenses cujas idades se encontram desde a faixa etária dos 20-29 anos até à faixa etária dos 70-79 anos.

Relativamente à nacionalidade, sendo todos os participantes neste estudo de nacionalidade portuguesa, seis deles detêm dupla nacionalidade: portuguesa e americana.

Quanto à naturalidade dos participantes, foi adotado como critério a freguesia de residência das mães dos entrevistados aquando do seu nascimento, tendo sido possível reunir ex-migrantes regressados naturais de todas as freguesias da ilha do Faial, como surge representado na Figura 3.4, onde consta o número de participantes, por freguesia, da ilha do Faial.

Figura: 3.4 – Naturalidade dos participantes no estudo, por freguesia



Fonte: Google® (2021) / Elaboração própria

Na figura em apreço, verifica-se um número significativo de participantes naturais das freguesias da Matriz e das Angústias, que resulta do facto de ser nestas duas freguesias que reside e/ou trabalha a maior parte da população da ilha, à semelhança de

mim própria, enquanto residi no Faial, o que me possibilitou o contacto direto, pessoal ou profissional, com diversas pessoas, bem como contar com a participação de algumas delas, no âmbito deste estudo e até mesmo, através delas, chegar a outros ex-migrantes, com perfil migratório distinto, que passaram igualmente a integrar este grupo. Mas também as juntas de freguesia tiveram aqui um papel fundamental, ao possibilitar diversos contactos, entre os quais os de alguns dos ex-migrantes que vieram igualmente a compor este grupo.

O estado civil legal predominante dos participantes neste estudo, à data da realização das entrevistas, é o estado civil de casado (vinte e dois, no total); quanto aos restantes participantes, cinco viviam em união de facto, quatro eram divorciados, três eram solteiros e dois eram viúvos. Quanto ao número de filhos, a maioria dos participantes tinham um filho (catorze, no total), dez participantes tinham dois filhos, sete participantes não tinham filhos e cinco participantes tinham três filhos.

Em termos de ligações familiares entre participantes neste estudo, é de registar a presença de dois irmãos, bem como de um casal, cujos percursos migratórios praticamente não se cruzaram, não obstante o destino migratório dos irmãos e do casal ter sido o mesmo. Por coincidência, também se identificaram duas primas neste estudo, mas que tiveram percursos migratórios distintos, não obstante terem convivido, por vezes, durante o período migratório, fora do arquipélago.

Sendo o objetivo primordial, na fase de recolha de dados, ampliar, tanto quanto possível, o leque de experiências migratórias vividas pelos ex-migrantes regressados, esteve sempre presente a preocupação de não incluir participantes com percursos migratórios partilhados. Neste sentido, vários dos participantes têm cônjuges com os quais partilharam o percurso migratório, e os mesmos não foram considerados, para efeito de participação neste estudo. Houve, sim, a preocupação de harmonizar o número de participantes do sexo feminino e masculino, e de seleccionar, relativamente a cada casal com percurso migratório em comum, o elemento do casal com uma experiência migratória mais rica e diferente.

Relativamente à escolaridade concluída, este grupo inclui um número significativo de licenciados, sobretudo mulheres. Em contrapartida, os homens desta amostra

apresentam, simultaneamente, o menor e o maior nível de instrução obtido, quarto ano do ensino básico e doutoramento, respetivamente. Assim, dois homens completaram o quarto ano, sete homens e quatro mulheres completaram o nono ano, três homens e duas mulheres completaram o décimo segundo ano, três homens e onze mulheres concluíram a licenciatura, dois homens e uma mulher concluíram o mestrado e um homem, o doutoramento.

No que toca aos participantes que fizeram formação ao nível do ensino superior, verifica-se, por ordem decrescente de representatividade, o estudo nas áreas de Humanidades, Educação, Ciências da Vida, Ciências Empresariais, Ciências Sociais e do Comportamento, Direito, Informação e Jornalismo, e Saúde. De salientar que todos os participantes que concluíram formação académica no ensino superior se integraram no mercado de trabalho, dentro ou fora da ilha de origem, na sua área de formação académica.

No plano da condição perante o trabalho, o grupo agrega, na sua maioria, participantes que se encontravam em situação ativa, à data da realização das entrevistas, verificando-se uma aproximação entre homens e mulheres em situação ativa (onze homens e doze mulheres) e inativa (cinco homens e sete mulheres), respetivamente. Entre os participantes neste estudo em situação inativa, os mesmos encontram-se nas situações de reformado (quatro homens e três mulheres), pré-aposentado (uma mulher), não reformado, mas não trabalha atualmente (dois homens e uma mulher), e desempregado (um homem).

Dos participantes em situação ativa, existe igualmente uma paridade entre homens e mulheres, relativamente ao tipo de vínculo laboral, encontrando-se oito homens e nove mulheres a exercer funções como trabalhadores subordinado, e três homens e quatro mulheres como trabalhadores independentes. De referir que, dos participantes em situação ativa a exercer funções por conta de outrem, três encontravam-se, à data da realização das entrevistas, destacados a tempo inteiro em cargos políticos.

Quanto aos percursos migratórios – tendo sido estabelecidos como critérios de elegibilidade para a participação neste estudo que os participantes tivessem permanecido

fora do arquipélago dos Açores por um período superior a um ano, bem como que tivessem regressado à ilha de origem há pelo menos um ano, relativamente à data da entrevista –, foram desconsideradas as ausências do Faial por períodos, no total, inferiores a um ano, assim como as deslocações entre ilhas do mesmo arquipélago.

Contava-se, deste modo, identificar situações de regresso, com os mais variados contornos, quer de ex-migrantes internos quer de ex-migrantes internacionais, com vista a poder cruzar as perspetivas de indivíduos que assumissem a qualidade de ex-migrantes internos ou de ex-migrantes internacionais, respetivamente.

Todavia, desde o início dos contactos exploratórios, foi imediatamente identificada uma situação que moldaria toda a estrutura da investigação em curso, na medida em que foram vários os indivíduos que consentiram na participação nesta investigação que reúnem em si próprios a qualidade, simultaneamente, de ex-migrantes internos e de ex-migrantes internacionais, porquanto, ao longo do curso das suas vidas, vieram a acumular ambas as experiências migratórias, por diversas ordens de razão e de formas igualmente distintas, conforme será analisado adiante.

Com efeito, pelo facto de agregarem ambas as qualidades – de ex-migrantes internos e ex-migrantes internacionais – estes indivíduos são a prova viva da maior articulação que pode surgir entre ambas as tipologias migratórias, conforme explanado no enquadramento teórico, atrás efetuado.

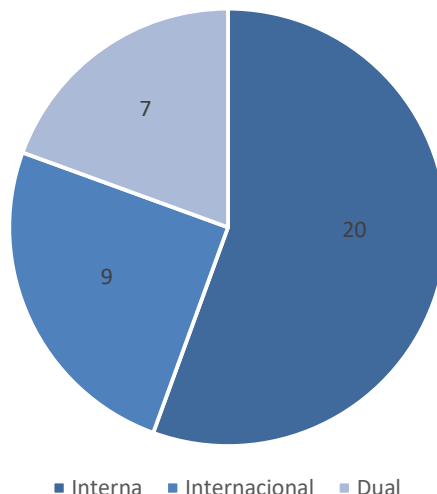
Todavia, ainda que a referência a estes ex-migrantes, simultaneamente internos e internacionais, surja em diversos autores (King, 2010; King, Skeldon & Vullnetari, 2008; Peixoto, 1998a), tanto quanto foi possível aferir, não existe autonomização na literatura revista em relação a ex-migrantes com estas características, mantendo-se até hoje a tradicional dicotomia migrantes internos *versus* migrantes internacionais.

Mas, na verdade, conforme será analisado no Capítulo 3 desta investigação, estes migrantes ou, no caso concreto, ex-migrantes, assumem características próprias que tanto se aproximam como distanciam quer dos ex-migrantes internos, quer dos ex-migrantes internacionais, assim como os próprios ex-migrantes internos e os internacionais detêm características próprias que, ora os aproximam ora os distanciam, entre si.

Neste sentido, verificar-se-á adiante que é possível falar, na realidade, em três, e não duas tipologias migratórias, atentas as características específicas de cada uma delas. Para as poder nomear, recorre-se às designações já existentes de migrantes internos ou migrantes internacionais, conforme os casos; contudo, não existe designação para esta terceira tipologia, cuja identificação não é inovadora, mas a sua caracterização e autonomização, assim o é. Face ao exposto, e para efeitos desta investigação, para designar os indivíduos cujo percurso migratório encerra, em si mesmo, a combinação da dicotomia clássica, interna e internacional, recorre-se ao conceito de migrantes duais.

Nestes termos, no Gráfico 3.2 surge representada a distribuição do grupo de ex-migrantes regressados, por tipologia migratória, consoante tenham efetuado percursos exclusivamente internos (tipologia interna), exclusivamente internacionais (tipologia internacional) ou, cumulativamente, percursos migratórios internos e internacionais (tipologia dual).

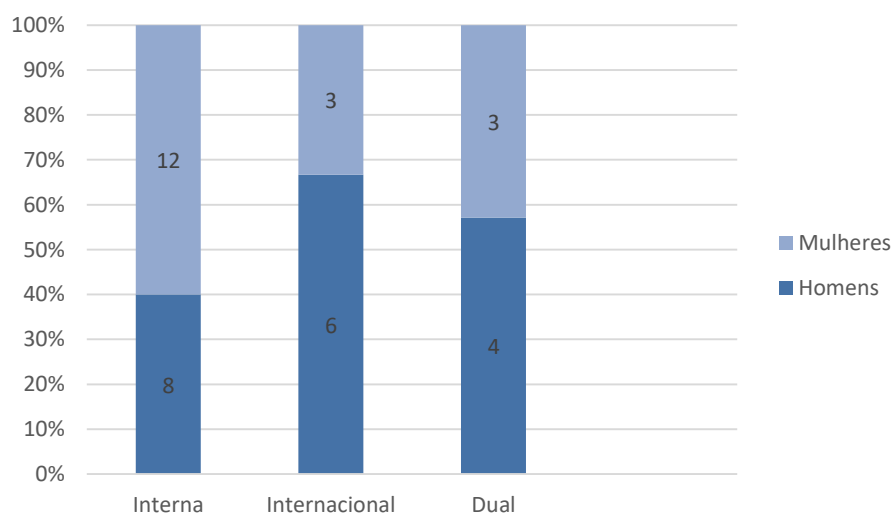
Gráfico: 3.2 – Ex-migrantes regressados participantes no estudo, por tipologia migratória



Fonte: Elaboração própria

Especificando, a tipologia migratória interna é composta por 20 faialenses, oito homens e doze mulheres, a tipologia migratória internacional é constituída por 9 faialenses, seis homens e três mulheres, e a tipologia migratória dual, por sete faialenses, quatro homens e três mulheres, respetivamente, conforme representado no Gráfico 3.3.

Gráfico: 3.3 – Ex-migrantes regressados participantes no estudo, por tipologia migratória e por sexo



Fonte: Elaboração própria

Para apresentar os resultados, a parte mais delicada foi explicar os dados, sem expor a vida dos entrevistados que, fruto da pequenez do local onde se encontram, poderia facilmente colocá-los nessa situação. Não foi, de todo, essa a pretensão, motivo pelo qual os mesmos surgem identificados por pseudónimos, escolhidos de forma aleatória, nada tendo a ver com os verdadeiros nomes dos participantes neste estudo. Foram propositadamente omitidos dados demasiado específicos, igualmente para garantia da confidencialidade dos entrevistados, permitindo, do mesmo modo, alcançar uma perspetiva global sobre as dinâmicas migratórias, em particular do regresso dos faialenses que participam neste estudo à sua ilha de origem.

As entrevistas em apreço foram realizadas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, no período compreendido entre novembro de 2017 e março de 2018. Contando com a preciosa colaboração da Junta de Freguesia da Conceição, que gentilmente cedeu uma sala, sempre que necessário, para o efeito, foi nesse local recebido o maior número de participantes no estudo e aí realizadas as respetivas entrevistas (treze, no total), seguido do local de trabalho dos entrevistados (onze entrevistas) e da casa dos entrevistados (nove entrevistas), onde, inexcedivelmente, os mesmos acolheram a investigadora. Também duas entrevistas foram realizadas em casa

da investigadora, em resultado de pertencerem à esfera de conhecimentos pessoais da própria investigadora, e uma entrevista foi efetuada por via telefónica, em virtude da pessoa entrevistada se encontrar temporariamente ausente da ilha do Faial.

No Quadro 3.1, apresentam-se, numa breve descrição, os entrevistados participantes neste estudo, agrupados por tipologia migratória.

Quadro: 3.1 – Sinopses biográficas introdutórias, por tipologia migratória

Ex-migrantes internos	
Sílvia	Saiu do Faial na década de noventa do século passado. Fez formação académica no ensino superior, e trabalhou em território continental, na área da sua formação académica. Regressou ao Faial, onde continuou a trabalhar na mesma área profissional. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 40-49 anos.
Paulo	Saiu do Faial na primeira década deste século. Realizou curso de formação profissional e exerceu funções na área da sua formação profissional em locais distintos, ambos em território continental. Regressou ao Faial, onde continuou a exercer a mesma profissão. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 30-39 anos.
Alice	Saiu do Faial na primeira década deste século. Fez formação académica, ao nível do ensino superior, num local e trabalhou na sua área de formação académica noutro local, ambos em território continental. Regressou ao Faial, onde continuou a exercer a mesma profissão. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 30-39 anos.
Rui	Saiu do Faial na década de noventa do século passado. Realizou formação académica no âmbito do ensino superior, e trabalhou em território continental, na área da sua formação académica. Regressou ao Faial, onde continuou a trabalhar na sua área de formação académica. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 30-39 anos.
Sofia	Saiu do Faial na década de noventa do século passado. Fez formação académica, relativamente a ensino superior, em território continental. Regressou ao Faial e, posteriormente, passou a exercer profissionalmente funções na área da sua formação académica. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 30-39 anos.
Paula	Saiu do Faial na primeira década deste século. Realizou formação académica no ensino superior, em território continental. Regressou ao Faial, exercendo aí profissionalmente funções na área da sua formação académica. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 20-29 anos.
Cláudia	Saiu do Faial na primeira década deste século. Fez formação académica, quanto ao ensino superior, em território continental. Regressou ao Faial e logrou exercer profissionalmente funções na área da sua formação académica. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária

	dos 30-39 anos.
Sara	Saiu do Faial na primeira década deste século. Fez formação académica no ensino superior, em território continental. Regressou ao Faial, onde, profissionalmente exerceu desde então, funções na área da sua formação académica. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 20-29 anos.
Tiago	Saiu do Faial na primeira década deste século. Realizou curso de formação profissional e exerceu funções na área da sua formação profissional, em território continental. Regressou ao Faial, onde continuou a exercer a mesma profissão. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 30-39 anos.
Cecília	Saiu do Faial na década de oitenta do século passado. Estudou, desde o 1º ciclo do ensino básico até ao ensino superior, em território continental. Regressou ao Faial, onde passou a exercer profissionalmente funções na área da sua formação académica. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 40-49 anos.
Vera	Saiu do Faial na viragem do milénio. Fez formação académica, ao nível do ensino superior, em território continental. Regressou ao Faial e, posteriormente, dedicou-se ao exercício profissional de funções na área da sua formação académica. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 30-39 anos.
André	Saiu do Faial na década de noventa do século passado. Fez formação académica, no que concerne ao ensino superior, em território continental. Regressou ao Faial, tendo passado a exercer profissionalmente funções na área da sua formação académica. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 30-39 anos.
Joana	Saiu do Faial na viragem do milénio. Fez formação académica, em termos de ensino superior, em território continental. Regressou ao Faial, exercendo profissionalmente funções na área da sua formação académica. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 30-39 anos.
Ricardo	Saiu do Faial na década de noventa do século passado. Fez formação académica, no ensino superior, em território continental, e exerceu funções na área da sua formação académica. Voltou temporariamente ao Faial, onde continuou a exercer a mesma profissão. Tornou a sair do Faial, tendo continuado a exercer funções profissionalmente, em território continental. Regressou ao Faial, onde continuou sempre a exercer a mesma profissão. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 40-49 anos.
Dinis	Saiu do Faial na década de noventa do século passado. Fez formação académica, no âmbito do ensino secundário, num local; deslocou-se para outro local, onde frequentou o ensino superior; e, daí, seguiu para outro local, onde trabalhou esporadicamente sempre em território nacional. Regressou ao Faial, onde conseguiu empregar-se, encontrando-se desde então, em situação profissional ativa. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 30-39 anos.
Tânia	Saiu do Faial na década de oitenta do século passado, quando já trabalhava, tendo continuado a exercer a mesma profissão em território continental. Regressou ao Faial, onde continuou a

	exercer profissionalmente as mesmas funções, até à pré-aposentação, altura em que passou à situação inativa. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 50-59 anos.
Carla	Saiu do Faial na viragem do milénio. Fez formação académica, no ensino superior, em território continental. Regressou ao Faial, trabalhou em diversas áreas e, posteriormente, logrou exercer profissionalmente funções na área da sua formação académica. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 30-39 anos.
Diana	Saiu do Faial na década de oitenta do século passado, para reagrupamento familiar, em território continental. Deslocou-se para outro local, onde também trabalhou, igualmente no continente. Regressou ao Faial, onde continuou em situação profissional ativa. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 50-59 anos.
Vicente	Saiu do Faial na primeira década deste século. Fez formação académica, no âmbito do ensino superior, primeiro numa e depois noutras localidades de território continental. Regressou ao Faial e iniciou atividade profissional, exercendo funções na área da sua formação académica. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 20-29 anos.
Diogo	Saiu do Faial na primeira década deste século. Realizou curso de formação técnico-profissional e exerceu funções na área da sua especialização, em território continental. Regressou ao Faial, onde continuou a exercer a mesma profissão, dedicando-se, paralelamente, a outra área profissional. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 30-39 anos.
Ex-migrantes internacionais	
Beatriz	Saiu do Faial na década de cinquenta do século passado, com destino ao estrangeiro, onde residiu, fez formação académica, ao nível do ensino secundário, e trabalhou. Após várias idas e voltas ao longo do seu percurso, regressou por fim ao Faial, já reformada. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 70-79 anos.
Afonso	Saiu do Faial na década de setenta do século passado, com destino ao estrangeiro, onde residiu e trabalhou. Regressou ao Faial, já reformado. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 60-69 anos.
Gustavo	Saiu do Faial na década de noventa do século passado, quando já trabalhava, tendo continuado a exercer a mesma profissão no estrangeiro. Regressou ao Faial, onde continuou a exercer sempre a mesma profissão. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 40-49 anos.
Anabela	Saiu do Faial na década de cinquenta do século passado, com destino ao estrangeiro, onde estudou, residiu e trabalhou, até à reforma, após o que regressou ao Faial, já reformada. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 70-79 anos.
Daniel	Saiu do Faial na década de setenta do século passado, com destino ao estrangeiro, onde residiu e trabalhou. Regressou ao Faial, encontrando-se, desde então, em situação profissional inativa. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 50-59 anos.
Cátia	Saiu do Faial na década de noventa do século passado, quando já trabalhava, tendo continuado

	a exercer a mesma profissão no estrangeiro. Regressou ao Faial, onde continuou a exercer sempre a mesma profissão. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 50-59 anos.
Martim	Saiu do Faial na década de sessenta do século passado, com destino ao estrangeiro, onde estudou e trabalhou. Após várias idas e voltas ao longo do seu percurso, regressou por fim ao Faial, em situação profissional inativa. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 50-59 anos.
Tomás	Saiu do Faial na primeira década deste século, quando já trabalhava, tendo ido para o estrangeiro exercer atividade noutra área profissional. Voltou temporariamente ao Faial, onde iniciou as funções profissionais que desempenha atualmente. Saiu novamente do Faial, tendo voltado a exercer a atividade profissional de anteriormente, no estrangeiro. Regressou ao Faial, onde continuou a trabalhar na mesma área profissional. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 30-39 anos.
Bento	Saiu do Faial na primeira década deste século, quando já trabalhava, tendo continuado a exercer a mesma profissão no estrangeiro. Regressou ao Faial, onde continuou a exercer a sua profissão. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 40-49 anos.
Ex-migrantes duais	
Lídia	Saiu do Faial na década de setenta do século passado. Fez formação académica, ao nível do ensino superior, em território continental e exerceu funções na área da sua formação académica. Voltou temporariamente ao Faial, onde continuou a exercer a mesma profissão. Saiu novamente do Faial, tendo continuado a exercer funções profissionalmente, em território continental. Saiu uma vez mais do Faial, desta vez com destino ao estrangeiro, para reagrupamento familiar, onde exerceu igualmente a sua profissão. Voltou, uma vez mais ao Faial, onde continuou a exercer a mesma profissão. Tornou a sair do Faial, tendo exercido a sua profissão, em território continental. Regressou então ao Faial, em situação profissional inativa. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 60-69 anos.
Elsa	Saiu do Faial na década de cinquenta do século passado. Acompanhou a família, com destino ao estrangeiro. Voltou temporariamente ao Faial e tornou a sair para o estrangeiro, onde viveu, tendo aí concluído o ensino básico. Voltou de novo ao Faial, onde exerceu atividade profissional. Tornou a sair do Faial, tendo exercido atividade profissional em diversas áreas, em território continental. Regressou ao Faial, onde continuou a exercer atividade, noutra área profissional. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 60-69 anos.
Duarte	Saiu do Faial na década de setenta do século passado, para se formar profissionalmente, em território continental. Voltou temporariamente ao Faial, onde exerceu atividade profissional na área da sua formação profissional. Tornou a sair do Faial, desta vez com destino ao estrangeiro, onde exerceu atividade em diversas áreas profissionais. Regressou ao Faial, já reformado. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 60-69 anos.
Jaime	Saiu do Faial na década de noventa do século passado, para cumprimento de serviço militar,

	em território continental. Voltou temporariamente ao Faial e voltou a sair, tendo realizado curso de formação profissional e exercido atividade profissional, na área de formação, em território continental. Voltou, uma vez mais ao Faial, onde continuou a exercer atividade na mesma área profissional. Saiu novamente do Faial, com destino ao estrangeiro, onde viveu e trabalhou esporadicamente. Regressou ao Faial, em situação inativa, encontrando-se desempregado. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 40-49 anos.
Rodrigo	Saiu do Faial na década de sessenta do século passado. Fez formação académica, no ensino superior, em território continental, e exerceu funções na área da sua formação académica. Daí, seguiu para o estrangeiro, onde fez formação profissional, e voltou a território nacional, onde continuou a exercer atividade profissional. Regressou ao Faial quando estava prestes a reformar-se. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 60-69 anos.
Dulce	Saiu do Faial na década de sessenta do século passado. Fez formação académica, no âmbito do ensino superior, em território continental. Daí, seguiu para o estrangeiro, onde exerceu atividade profissional, na área da sua formação académica. Voltou a território nacional, onde, posteriormente, retomou atividade profissional na área da sua formação académica, em diversas localidades de território continental. Regressou ao Faial, onde ainda exerceu a mesma profissão, até à passagem à reforma. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 70-79 anos.
Mário	Saiu do Faial na década de sessenta do século passado. Fez formação académica, ao nível do ensino superior, em território continental. De seguida, cumpriu serviço militar em território nacional e no estrangeiro. Voltou a território continental, onde exerceu atividade profissional na área da sua formação académica. Regressou ao Faial, já reformado. À data da entrevista encontrava-se na faixa etária dos 70-79 anos.

Fonte: Elaboração própria

Uma vez apresentados os ex-migrantes regressados à ilha do Faial que integram o grupo participante neste estudo, é possível, no capítulo seguinte, apresentar e analisar os resultados obtidos.

3.4. Análise de conteúdo

Relativamente aos dados recolhidos em resultado das entrevistas realizadas ao grupo de participantes neste estudo, e tendo em conta os objetivos específicos da presente investigação, recorreu-se à análise de conteúdo, a qual é definida por Bardin (2002) como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção / recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

(Bardin, 2002, p. 42)

Através da análise, “agrupam-se e resumem-se as descrições de forma sistemática, fornecendo um enquadramento organizado e coerente que congrega e explica aspetos do mundo social que os entrevistados retratam” (Holstein & Gubrium, 2004, p. 156), procurando conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais o investigador se debruça (Bardin, 2002, p. 44).¹⁰²

Atendendo à grande riqueza do material empírico reunido, a análise de conteúdo foi efetuada ao longo de três etapas, conforme preconiza Bardin (2002), a saber:

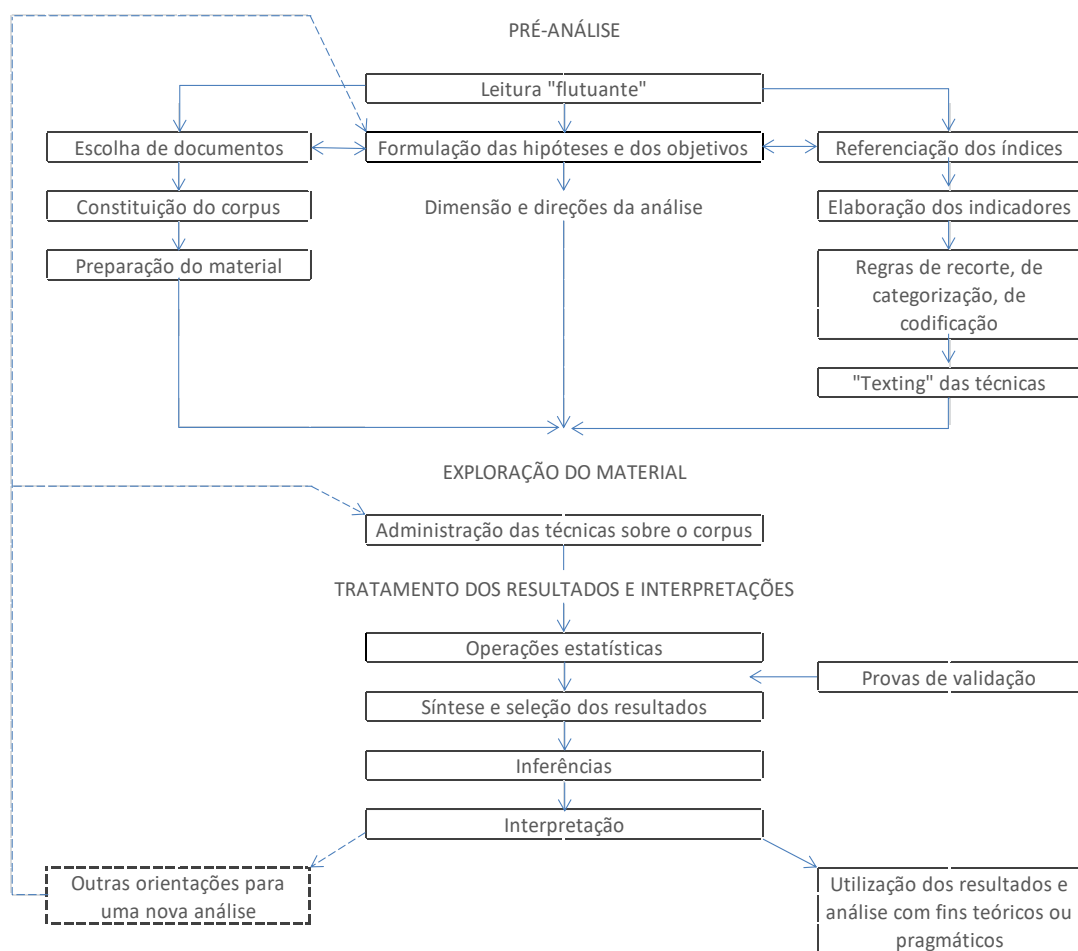
- 1) Pré-análise – desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico, a qual contempla a leitura flutuante do material recolhido, a escolha dos documentos para definição do *corpus* de análise, a formulação de hipóteses e objetivos, e a elaboração de indicadores, com vista a fundamentar a interpretação do material em apreço;
- 2) Exploração do material – execução de operações de codificação, com base em regras previamente definidas, através das quais são escolhidas as unidades de registo (no caso concreto, palavras-chave) e de contexto (frases que levam à compreensão das unidades de registo), agrupadas em categorias, permitindo a análise categorial temática, uma das técnicas de análise de conteúdo, pelo que, quanto à modalidade de codificação nesta investigação foi definido o tema como unidade de registo e a frase como unidade de contexto, sendo que a definição das unidades de categorização decorreram do material em análise, alinhado com o quadro teórico e com os objetivos da pesquisa;
- 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação – ancoradas no referencial teórico, esta fase permite captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material reunido, salientando os aspetos considerados

¹⁰² Tradução livre da autora. No original, “Analysis takes the form of systematically grouping and summarizing the descriptions, and providing a coherent organizing framework that encapsulates and explains aspects of the social world that respondents portray” (Holstein & Gubrium, 2004, p. 156).

semelhantes e os que foram concebidos como diferentes, comparando-os e interpretando-os.

Na Figura 3.5 surge esquematizado o modelo de desenvolvimento de análise de conteúdo, proposto por Bardin (2002).

Figura: 3.5 – Desenvolvimento de uma análise de conteúdo



Fonte: Bardin: 2002, p. 102

Neste estudo, a análise incidiu nos casos particulares resultantes dos discursos dos entrevistados, partindo do seu próprio entendimento e reflexividade e evoluiu a partir da identificação de temas presentes nos seus discursos, os quais foram agregados de forma a reduzir a informação e a possibilitar a respetiva comparação e interpretação, tendo em consideração as semelhanças e discursos dos participantes das várias tipologias

migratórias: interna, internacional e dual. Para tal, foram elaboradas grelhas de categorização dos dados, seguindo a orientação proposta por Bardin (2002), onde surgem tratados os discursos dos participantes, por referência a categorias e subcategorias para cada tipologia migratória (elencadas tendo por base a problemática levantada e as questões de investigação), a unidades de registo e a unidades de contexto, respetivamente (ver Anexo III – Grelhas de análise das entrevistas aos ex-migrantes regressados à ilha do Faial), após o que foi possível realizar uma análise cruzando as perspetivas dos participantes das várias tipologias migratórias.

Porquanto se pretende desenvolver cada tema em profundidade, recorreu-se essencialmente à análise qualitativa, que se assume como “a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações” (Minayo, Deslandes & Gomes, 2008, p. 27), o que “implica a novidade, o interesse, o valor de um tema” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 271).

Neste contexto, as inferências têm por base a presença – ou não –, do índice, e não a frequência com que o mesmo surge nos discursos; contudo, ainda que a frequência da repetição seja característica da análise quantitativa (Bardin, 2002, pp. 115-116), a repetição dos critérios utilizados não será descurada, na análise comparativa entre as diversas tipologias migratórias, designadamente para melhor compreensão da relevância atribuída pelos ex-migrantes regressados a uns temas em detrimento de outros.

Por outro lado, é importante aludir ao facto de que, como salienta Krippendorff (2004, p. 36), a dedução e a indução não são tipos de inferências centrais na análise de conteúdo, mas sim a abdução, porquanto este é o tipo de inferência que permite acrescentar algo de novo e adquirir conhecimento, ainda que apenas com determinada probabilidade, o que poderá ser reforçado se se alargar o leque de variáveis. Por outro lado, acrescenta o autor que:

Ao passar dos textos para a resposta a uma questão de pesquisa, [...], é o constructo analítico assumido mais a garantia de que a análise foi realizada de forma confiável que garante essa inferência, que por sua vez é apoiada pelo conhecimento do analista do contexto no qual os textos ocorrem ou são interpretados.¹⁰³

¹⁰³ Tradução livre da autora. No original, “In moving from texts to the answer to a research question [...] it is the assumptive analytical construct plus the assurance that the analysis has been performed reliably that warrants that inference, which in turn is backed by the analyst's knowledge of the context in which the texts occur or are interpreted” (Krippendorff, 2004, p. 8).

Deste modo, é baseado na análise qualitativa, através de inferências, que é possível encontrar respostas para as questões formuladas no trabalho de investigação, articulando o nível empírico e teórico, sendo certo que, conforme aludem Minayo, Deslandes e Gomes (2008):

Nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar todos os fenómenos e processos. Por vários motivos. Primeiro porque a realidade não é transparente e é sempre mais rica e mais complexa do que nosso limitado olhar e nosso limitado saber. Segundo, porque a eficácia da prática científica se estabelece, não por perguntar sobre tudo, e, sim, quando recorta determinado aspeto significativo da realidade, o observa, e, a partir dele, busca suas interconexões sistemáticas com o contexto e com a realidade.

(Minayo, Deslandes & Gomes, 2008, p. 17)

Atendendo a que o objeto de estudo da presente investigação se prende com o processo migratório, mais especificamente com o regresso de migrantes naturais da ilha do Faial, à sua ilha de origem, em resultado de migrações internacionais e/ou internas, é importante ter presente a existência de um quadro complexo de interações de diversa natureza, designadamente social e económica, que envolvem por um lado, condições estruturais e, por outro, circunstâncias de vida, que impõem aos indivíduos decisões que acarretam mudanças ao longo do respetivo percurso migratório.

Por este motivo, a análise de conteúdo desenvolveu-se, necessariamente, refletindo a conceção e reflexividade dos indivíduos, enquanto agentes e não como figuras passivas, tendo presente que “as migrações (como os outros fenómenos do social) são temas cuja complexidade não pode ser exaurida por nenhum olhar disciplinar isolado” (Peixoto, 1998a, p. 47), o que confere igual grau de complexidade às considerações e interpretações alcançadas.

A nível global, a análise efetuada contemplou uma dimensão macro (ou estrutural – baseada na estrutura política, económica e cultural), designadamente, a explicação do retorno, através de causalidades económicas e/ou políticas, pois, segundo Peixoto (2004, p. 22), ainda que a decisão individual seja, em última instância, decisiva, são os mecanismos macrosociológicos que revelam as principais dinâmicas de mobilidade.

Por outro lado, foi tido em consideração, atendendo à natureza das fontes e à caracterização geral do contexto de estudo, uma dimensão de análise meso (ou relacional – fundada nas relações sociais / redes sociais), a qual se encontra, como refere King

(2012, p. 10), interposta relacionalmente entre o nível micro dos motivos individuais para migrar (neste caso, para regressar) e a escala macro de oportunidades e constrangimentos estruturais.

Todavia, a dimensão de análise micro (baseada em graus de liberdade individuais, que se estabelecem a partir dos valores, expectativas e recursos de cada indivíduo), que se situa no plano individual, revelou-se crucial no âmbito deste trabalho de investigação.

Corroborando Peixoto (2004):

Uma perspetiva mais diretamente sociológica do estudo micro das migrações apresenta uma natureza, sobretudo, biográfica. Neste caso, as principais variáveis estudadas são a influência do ciclo de vida (individual e familiar) - entrada na vida adulta, casamento, nascimento dos filhos, divórcios, reforma, etc. - e da trajetória de mobilidade social - incluindo carreira profissional - sobre os percursos territoriais.

(Peixoto, 2004, p. 17)

Como acrescentam Van Meeteren et al. (2014, p. 338), também o retorno parece ter lugar de forma estratégica, consoante a etapa do ciclo de vida, situação que reclama aprofundamento neste estudo.

As conclusões retiradas após análise das informações só foram possíveis através dos dados recolhidos, no âmbito deste estudo. Para o efeito, revelou-se fundamental, por um lado, o levantamento de dados, relativamente ao arquipélago dos Açores, para efeitos de contextualização e enquadramento, e, por outro lado, o conhecimento aprofundado que resultou da interação com ex-migrantes regressados à ilha de origem, fazendo a ponte entre a descrição e a explicação do problema em estudo – o caso dos migrantes que regressam à ilha do Faial.

3.5. Validade da investigação

Sendo este um estudo preponderantemente qualitativo (através do estudo de casos), é consensual a necessidade de demonstração da validade, não tanto quanto aos dados em si, mas, sim, quanto às inferências deles retirados (Creswell & Miller, 2000, p. 125).¹⁰⁴

¹⁰⁴ 'Validade', é uma expressão de cariz quantitativo, que, numa abordagem qualitativa poderá ser designada por 'legitimação', 'confiabilidade' ou 'credibilidade' (Onwuegbuzie & Collins, 2007, p. 302).

Para tal, diversos autores estabelecem procedimentos para garantia de validade nos estudos qualitativos, que cumpre ter presentes na elaboração do presente estudo, pelo seu pendor igualmente qualitativo. Entre eles, e com vista a assegurar a validade interna, destaca-se a triangulação, que permite, não necessariamente a convergência total de resultados dos diversos métodos utilizados, mas encarar os fenómenos sociais como pluridimensionais, e, como tal, a pluralidade de métodos (qualitativo e quantitativo) permitirá captar a maior variedade de dimensões possível (Mason, 2002, pp. 190-191).

Também a validade externa, que se relaciona com o problema de saber se as conclusões de um estudo são generalizáveis para além do próprio estudo (Yin, 2009: 43), é assegurada, tanto através do recurso a um referencial teórico específico, relativamente a cada tipologia migratória, quanto por via do uso da lógica de replicação, relativamente ao estudo de casos múltiplos (*"multiple cases"*) (Yin, 2009, p. 41) – as várias tipologias migratórias entrecruzadas; ou seja, comparadas e interpretadas. Aliás, “a evidência que advém de casos múltiplos é frequentemente considerada mais convincente, e o estudo geral é, conseqüentemente, considerado mais robusto” (Yin, 2009, p. 53).¹⁰⁵

A reflexividade do investigador é outro procedimento a salientar, na medida em que o investigador deverá descrever a sua perspetiva, no início do processo de pesquisa, para que os leitores compreendam suas posições, à medida que o estudo avança (Creswell & Miller, 2000, p. 127).

O facto de a pesquisa contar com participantes cujo testemunho será vertido no estudo, torna-os “co-pesquisadores”, e a colaboração de cada participante, cujo perfil se coaduna com o objeto de estudo, reforça a validade da investigação (Creswell & Miller, 2000, p. 128).

De salientar que o recurso à técnica de bola de neve, no âmbito da construção da amostra não probabilística, para realização de entrevistas, através do método de estudo de casos, implica uma preocupação acrescida: não deverá ser criada uma amostra muito coesa, e por isso, eventualmente, tendenciosa, mas sim uma amostra suficientemente diversificada, que consiga abranger o máximo de aspetos relevantes do fenómeno, para não limitar a validade do estudo (Atkinson & Flint, 2001).

¹⁰⁵ Tradução livre da autora. No original, “The evidence from multiple cases is often considered more compelling, and the overall study is therefore regarded as being more robust” (Yin, 2009, p. 53).

Por outro lado, ao procurar atingir um nível de saturação, e de explicar neste estudo como o mesmo foi alcançado, permite, de forma eficaz, garantir o rigor metodológico e a confiabilidade (Bowen, 2008, p. 150).

Outro aspeto da maior relevância, é a verificação pelos participantes no estudo, dos dados recolhidos e da análise de dados efetuada durante a investigação, para confirmação da credibilidade da informação, assegurando globalmente a não-deturpação ou enviesamento dos dados, bem como para, eventualmente, acrescentar informações adicionais, a incluir na versão final do estudo (Creswell & Miller, 2000, p. 127).

Deste modo, é reforçada a validade interna e externa da pesquisa, na medida em que o controlo da validade dos dados é feito também pelos próprios participantes neste estudo, conforme concordância expressa dos mesmos, previamente à recolha dos dados.

Acresce o facto de uma descrição densa e rica, ao longo do estudo, ser também um aspeto a ter em conta, pois permite que os leitores se identifiquem com as experiências de vida descritas na investigação, bem como afirmam da possibilidade de aplicação das descobertas realizadas a contextos similares (Creswell & Miller, 2000, pp. 128-129).

Nestes termos, e de um modo geral, se forem corretamente aplicados os processos metodológicos, também terão sido, por inerência, desencadeados os necessários mecanismos que garantem a validade da investigação desenvolvida.

Embora seja muito utilizado na área das Ciências Sociais, o estudo de caso apresenta algumas fragilidades no que concerne à validade dos resultados alcançados. Deste modo, atendendo à preocupação em considerar a fiabilidade dos dados aquando do desenvolvimento deste estudo, decidimos enveredar por um processo de triangulação, de forma a não enviesar e credibilizar interpretações.

A triangulação é considerada o meio mais eficaz para interpretar a informação, tornando-se muito significativa no estudo de caso uma vez que, como salienta Aires (2015), impossibilita que a unilateralidade da observação, de um documento ou de um testemunho se sobreponha à realidade, em todo o seu conjunto e complexidade.

3.6. Questões éticas no processo de investigação

Em ciências sociais, a ética, enquanto “ciência que estuda a conduta moral ou a disciplina que trata da avaliação e justificação das normas e padrões do comportamento pessoal e interpessoal” (Ferreira, 2013, p. 169, citando Karhausen, 1987, p. 25), assume um papel preponderante, que o investigador deve observar, no âmbito do seu trabalho de estudo de uma determinada comunidade.

É da maior relevância compreender que, como salienta Ferreira (2013): “Pensar e conhecer o social é sempre intervir nele, [...], pelo que refletir sobre os pressupostos, as regras e as consequências da sua atividade é o primeiro dos deveres da comunidade científica” (p. 170). Para tal, é necessário refletir, não só sobre as condutas e os métodos adotados, como também sobre a responsabilidade e legitimidade do próprio investigador na produção e disseminação do conhecimento, com vista a garantir os mais altos níveis éticos e de integridade científica, como contemplado no Código Europeu de Conduta para a Integridade da Investigação (All European Academies, 2017).

Existem, deste modo, princípios básicos que enformam as ciências sociais, quanto ao aspeto prático da investigação: o respeito pelas pessoas; a beneficência e a justiça; a confidencialidade no tratamento da informação; e, o consentimento informado (Ferreira, 2013, p. 180, mencionando Israel & Hay, 2006, p. 39).

No mesmo sentido, mas referente à antropologia aplicada, Sousa (2011, pp. 5-6), de acordo com Ervin (2000, p. 30), identifica quatro princípios fundamentais: o consentimento informado (segundo o qual a comunidade deve ser informada de todo o contexto que envolve a investigação, bem como dos riscos e benefícios inerentes à mesma); o modelo “clínico” de informação consentida (recurso utilizado aquando do desenvolvimento de técnicas de investigação experimentais ou clínicas); a confidencialidade e direitos pessoais à privacidade (direitos da comunidade investigada, que constituem obrigações a ser respeitadas pelo investigador); e, a disseminação de conhecimentos (etapa final da investigação desenvolvida, a ser realizada, sobretudo, perante a comunidade investigada – os beneficiários do estudo –, e pela comunidade científica).

Relativamente aos participantes nesta investigação, através da realização de entrevistas semiestruturadas, é necessário acautelar a confidencialidade dos participantes envolvidos, retirando dos registos da investigação quaisquer elementos que possam indicar a identidade dos participantes no estudo (Berg, 2001, pp. 57-58). Uma vez que a amostra contemplada é retirada de um meio pequeno, neste caso, a ilha do Faial, a informação prestada poderá, de algum modo, permitir a identificação dos participantes envolvidos, pelo que deverá ser assegurada a inexistência de referências particulares que possibilitem sua identificação, como os nomes, ou moradas das pessoas envolvidas.

As entrevistas individuais foram precedidas da assinatura de termo de consentimento informado (ver Anexo I), que traduz o consentimento consciente dos indivíduos em participar no estudo, enquanto ação de sua escolha, livre de qualquer elemento de fraude, erro ou coação (Berg, 2001, p. 56). Para garantia dos procedimentos éticos recomendados, salvaguardou-se, desde logo, e entre outros aspetos: a possibilidade de solicitar, a qualquer momento, esclarecimentos sobre a investigação; a garantia de que a informação disponibilizada será confidencial (pois os resultados serão apresentados de forma agregada, e a identidade dos participantes será preservada com a utilização de pseudónimos); e a possibilidade de recusar responder a quaisquer questões, ou a fornecer informações que julguem ser prejudiciais à integridade (Berg, 2001, p. 40; Brinkmann, 2008, p. 471). Tal impõe-se pela necessidade, enquanto investigadora, de assegurar os direitos, privacidade e bem-estar das pessoas e comunidades participantes, que formam o foco do presente estudo.

Foi igualmente solicitada aos participantes entrevistados no âmbito deste estudo a sua própria reflexão, implicando-os na confirmação ou confronto da informação recolhida empiricamente para posterior análise. Tal constitui, além de um procedimento para demonstração de validade da investigação, uma manifestação de respeito e consideração pelos participantes envolvidos nesta investigação, de reciprocidade, tendo em consideração as experiências partilhadas, e de transparência do trabalho realizado.

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4. Apresentação e discussão dos resultados

4.1. Percursos migratórios dos ex-migrantes regressados à ilha do Faial

No presente capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos através das entrevistas realizadas aos participantes neste estudo, cuja experiência migratória se insere numa de três tipologias migratórias (como referido a respeito da construção da amostra), em função das respetivas características no espaço: 1) Interna – percurso migratório exclusivamente nacional, excluindo a Região Autónoma dos Açores (ou seja, destinado ao território continental ou ao arquipélago da Madeira); 2) Internacional – percurso exclusivamente dirigido ao estrangeiro; 3) Dual – que acumula trajetos internos e internacionais, ao longo do percurso migratório.

A tipologia migratória de cada participante no estudo foi apurada através das correspondentes entrevistas, que permitiram reconstruir as trajetórias de vida de cada indivíduo, destacando os elementos constitutivos de cada percurso. Atenta a grande riqueza do material empírico, generosamente cedido pelos entrevistados no âmbito desta investigação, é possível aprofundar o conhecimento do fenómeno em estudo, mediante uma abordagem compreensiva aos discursos, a qual contemplou algumas hipóteses explicativas, as quais são desenvolvidas através da análise, comparando e interpretando as diferenças bem como as semelhanças no *corpus* constituído.

Para melhor compreender a estrutura de análise de conteúdo, foram elaboradas grelhas de análise das entrevistas aos ex-migrantes regressados à ilha do Faial (ver Anexo III), referentes a cada tipologia migratória – interna, internacional e dual –, onde, isolando os excertos de texto, em unidades de contexto, surgem tratados os temas correspondentes a cada tipologia, através de unidades de registo inseridas em áreas sucessivamente mais amplas: as subcategorias e as categorias, respetivamente, sendo que as categorias de análise têm aqui correspondência com as tradicionais fases do percurso migratório – partida, estada e regresso. Dentro de cada categoria, cabem subcategorias que permitem uma análise cada vez mais específica, aprofundando a compreensão, através da esquematização.

Nesta fase do estudo, as três categorias migratórias em torno das quais se desenvolve o presente trabalho de investigação, surgirão individualizadas, após o que serão cruzadas e analisadas em interação, para melhor entender o fenómeno do retorno à ilha de origem, na sua globalidade.

4.1.1. Ex-migrantes internos

O grupo de ex-migrantes internos regressados que integra este estudo é composto por vinte pessoas, doze do sexo feminino e oito do sexo masculino. À data da realização das entrevistas, a maioria dos participantes (quinze, no total) encontrava-se com idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos, estando os restantes elementos distribuídos pelas faixas etárias dos 20-29 anos aos 50-59 anos e, entre os vinte, apenas um se encontrava em situação profissional inativa.

4.1.1.1. A partida: sair para estudar

Relativamente à situação na ilha aquando da partida, praticamente todos os entrevistados que integram esta tipologia migratória viviam inseridos no respetivo agregado familiar, como relata Paulo: “Nessa altura, vivia em casa dos meus pais, eram eles que me sustentavam”. A exceção foi Diana, que vivia com amigos, antes de sair da ilha de origem: “[...] o meu pai chegou a um ponto, [...], em que disse que eu teria que escolher: ou a minha família, ou o namoro. [...]. [...] então, já tinha feito a minha escolha. Eu ainda fiquei em casa desses amigos durante uns meses, até poder ir para fora [...]”.

No que concerne à atividade desempenhada na ilha, a grande maioria destes migrantes era estudante, tendo concluído o ensino secundário na ilha do Faial, como menciona Alice: “Eu, antes de sair de cá, era estudante. Tirei cá o 12º ano [...]”. Mas, vários entrevistados contrariam esta tendência. Tal é o caso de Paula, que já havia concluído a licenciatura nos Açores: “Eu era estudante, já tinha concluído a licenciatura, no arquipélago [...]”. Cecília também era estudante, mas de tenra idade: “A maior parte das pessoas da minha idade, não saíam daqui”.

Contrariando esta tendência, Dinis não se encontrava a estudar: “Eu interrompi os estudos cá; quis deixar de estudar [...]”.¹⁰⁶

Registam-se igualmente casos de estudantes que, antes de sair da ilha de origem, já trabalhavam, como é o caso de André: “[...] já era eu que assumia, praticamente, as rédeas do negócio [...] que temos cá. Digamos que eu comecei mais cedo com o conceito de trabalhador-estudante”. E também há quem tenha desistido dos estudos, durante o ensino secundário, para trabalhar e conseguir juntar dinheiro, como relata Diogo: “[...] eu acabei por não voltar ao liceu, acabei por estar a trabalhar [...], para ganhar sustento, para levar dinheiro comigo. [...]. Vivi em casa dos pais, guardei algum dinheiro e, depois, fui estudar”. Tânia, por seu lado, quanto à situação na ilha, refere: “Eu já estava a trabalhar [...]”.

Conforme a situação em que se encontravam os entrevistados no momento da partida, também as motivações para a partida foram diferentes. Verifica-se a este propósito que a maioria dos ex-migrantes internos entrevistados saiu do Faial para poder prosseguir estudos. No caso de Alice, saiu para fazer a licenciatura, bem como a maior parte dos ex-migrantes internos entrevistados: “[...] saí para continuar os estudos e fazer a licenciatura”.

No caso de Vicente, a saída foi decorrência necessária da falta de oferta no arquipélago e, possivelmente, nem era desejada: “[...] saí para estudar. [...] cá nos Açores, não havia esse curso; então, tive mesmo que sair”. Não obstante, a saída de ex-migrantes internos foi, sobretudo, voluntária. Assim, no caso de Sofia: “Eu concorri para os Açores, só para contar com o contingente, porque não tinha o curso que eu pretendia [...]”. Já Sara: “Tinha curso nos Açores, mas eu abdiquei do contingente Açores, na altura, porque eu tinha a ideia: «Se vou sair, então prefiro sair para fora»”.

Para Vera, a saída do arquipélago representava uma mais-valia: “Quería sair dos Açores. [...] eu achei que estudar fora dos Açores me podia abrir outros horizontes e, se

¹⁰⁶ A situação retratada por Dinis é compatível com o caso comumente designado na literatura como jovens NEEF (ou jovens ‘nem-nem – nem empregados, nem em educação ou formação), sigla que se trata de um indicador estatístico que tem como base jovens com idades compreendidas a partir dos 15 anos que não estejam empregados (desempregados ou economicamente inativos) e que, simultaneamente, não estejam a estudar ou frequentar alguma formação, em que a condição ultraperiférica, no caso concreto dos Açores, agrava a situação, apresentando a respetiva região autónoma, em 2019, a maior proporção de jovens em condição NEEF dos 15 aos 34 anos (Ferreira & Vieira, 2020, pp. 3, 7-8).

calhar, podia ser uma experiência enriquecedora conhecer outra realidade, que não só a do arquipélago e de viver numa ilha”. O mesmo se passou com Rui:

Não, não queria. Universidade dos Açores, não. [...]. Ir virgem, aprender na Universidade dos Açores, quando se tem a possibilidade de ir para uma Nova ou para uma Clássica [para Lisboa], ou até mesmo ir para Coimbra, ou para o Porto, vai-se ganhar uma bagagem que, nos Açores, ainda não é possível.

(Rui)

Estes testemunhos confirmam a tendência apontada pelo estudo sobre jovens açorianos qualificados, conduzido pelo Centro de Estudos Interdisciplinares de Ciências Sociais da Universidade dos Açores, referente ao período de 2011/2012 a 2013/2014, segundo o qual, “em São Miguel os jovens apostam numa formação de nível superior preponderantemente na Universidade dos Açores enquanto que os restantes preferem prosseguir os seus estudos em instituições fora da Região” (Rocha et al., 2015, p. 77).

De acordo com o mesmo estudo, a maioria dos estudantes inscritos em instituições de ensino fora do arquipélago são do sexo feminino (Rocha et al., 2015, p. 74). Efetivamente, também na presente investigação, das doze entrevistadas do sexo feminino, dez saíram do Faial para frequentar o ensino superior, enquanto entre os oito entrevistados do sexo masculino participantes neste estudo, apenas quatro tiveram a frequência no ensino superior como motivo para a saída do arquipélago.

Porém, nem todos os estudantes saíram com destino a território continental para ingressar no ensino superior. Paula, por exemplo, saiu do arquipélago para realizar um segundo ciclo de estudos: “[...] comecei a pensar que, se calhar, também era bom fazer o mestrado. [...]. Fez-se a candidatura e foi aceite”.

Com efeito, o estudo acima mencionado, atentos os resultados aí obtidos, indicia que, relativamente aos estudantes, sendo a maioria do sexo feminino, as mesmas se encontram a frequentar o ensino superior ao nível da licenciatura, na sequência da conclusão do ensino secundário (Rocha et al., 2015, p. 74). Esta tendência verifica-se igualmente na presente investigação, onde se constata que, das dez entrevistadas que saíram dos Açores por motivo de estudo, especificamente para frequência no ensino superior, apenas uma realizou um ciclo de estudos acima da licenciatura: o mestrado. Já no caso dos entrevistados masculinos, dos quatro que frequentaram o ensino superior fora do arquipélago, metade realizou mestrado.

Mas, ainda que em número muito reduzido, também houve entrevistados que saíram do arquipélago dos Açores, mas não para prosseguir estudos superiores. No caso de Dinis, o mesmo saiu para concluir o ensino secundário: “[...] o meu pai convenceu-me a ir [...] acabar os estudos”.

Quanto a Diogo, a saída teve igualmente por objetivo a formação, mas pela via técnico-profissional, e para concretizar esse objetivo, a saída do arquipélago era uma necessidade:

Não queria ir para a universidade, porque isso não era uma coisa que se enquadrava comigo [...]. [...] o meu treinador atual encontrou uma escola técnico-profissional na qual me perguntou se eu estava interessado [...]. Tinha mesmo que sair; durante muitos anos, eram poucas escolas desta área.

(Diogo)

Também Tiago, que saiu da ilha por motivos profissionais, tinha em vista melhorar a sua situação no Faial, desta feita, através da formação profissional: “Saí para tirar o curso de formação do serviço onde pertenço [...]”. O investimento na formação fora da ilha é, assim, fortemente entendido como meio de valorização pessoal e profissional, no regresso. Nas palavras de Carla:

Os meus pais deram-me liberdade para ir estudar, mas depois também diziam: «Aqui também se vive bem». [...]. Por outro lado, diziam: «Isto de viver aqui tem coisas boas, mas também tem coisas más, por isso, vai, vai-te valorizar, para arranjares um trabalho melhor quando regressares». Era sempre esse o objetivo: melhorar as perspetivas profissionais.¹⁰⁷

(Carla)

Tânia, por seu turno, encontrava-se a trabalhar no Faial aquando da partida e, por motivos pessoais, pediu transferência para território continental, onde continuou a exercer as funções para a mesma entidade patronal: “Eu estava à procura de outro ambiente, não digo de uma vida melhor, porque, aqui, a vida é muito boa [...]”. Verifica-se que a única ex-migrante regressada que, aquando da partida, saiu para trabalhar, o fez por iniciativa própria, procurando uma forma de satisfazer necessidades pessoais, e não económicas, ou com vista à progressão na carreira.

¹⁰⁷ De acordo com resultados publicados em estudos anteriores, concluiu-se que quando os pais têm um nível de escolaridade mais elevado, os filhos têm propensão para dar mais valor à mobilidade, encarando-a como um meio para melhorar o capital social, educacional e profissional, princípio que lhes foi incutido por via da socialização, ao longo dos anos (Simões et al., 2021, p. 10). O mesmo refere Tânia, durante a entrevista realizada neste estudo, a respeito da sua própria filha, ainda em idade escolar: “Eu não aconselho nenhum dos meus filhos a ficar cá a viver. Por isso é que eu estou com medo de a minha filha não querer ir estudar. Eu não a quero aqui a trabalhar sem ter uma formação. Não me importo que ela volte, mas que tenha um curso. Essa é a minha vontade”.

Nesta tipologia migratória, regista-se a saída de ex-migrantes internos também por motivos familiares. No caso de Cecília, a saída deu-se juntamente com o seu agregado familiar, por razões que se prendiam unicamente com os seus pais, dos quais era dependente, à data da partida, e por questões de necessidade: “Fui [...], porque tinha uma familiar doente”.¹⁰⁸

No caso de Diana, que saiu igualmente por motivos familiares, mas em idade adulta, a partida também não foi opção, mas sim uma necessidade:

[...], conheci a pessoa que viria a ser o meu marido. Ele estava aqui, em comissões, nos Açores [...]. Nós, quando começámos o nosso namoro, pusemos a hipótese de ficar cá a viver, [...] o meu marido fez a tentativa de saber, primeiro, se podia prolongar a comissão e, depois, se podia trabalhar cá. O máximo que conseguia era São Miguel, mas não conseguia para aquela altura e, estar à espera um ano ou dois que isso se concretizasse, não valia a pena. A nossa primeira tentativa foi, realmente, ficar cá. Não deu e, por isso, saímos. Se houvesse possibilidade ficar, ficávamos. Eu não queria sair, eu adoro esta terra.

(Diana)

Ainda no contexto da partida, houve ex-migrantes internos que saíram da ilha sozinhos, como Sílvia: “Quando migrei, fui sozinha”. Outros foram acompanhados por familiares, como Sofia, que saiu com o pai: “O meu pai foi-me pôr. Claro que, daqui, foram muitos colegas, no meu ano, do meu círculo de amigos”. Tiago saiu acompanhado de colegas: “Fui com dois colegas da ilha do Faial”.

E quanto a ajuda no momento da partida, destaca-se a que foi prestada por familiares. Sara teve o apoio dos pais: “Quando vou, vou com o meu pai e com a minha mãe; foram eles que foram fazer a minha instalação na cidade, que, desde o início, foi muito boa. Os meus pais estiveram sempre comigo, durante os primeiros quinze dias”. Já Diana pôde contar com a ajuda do marido: “O meu marido sempre me ajudou [...]. E quando fui para fora, ele deixou-me dinheiro para a passagem, foi ele que a marcou. Naquela altura, viajar era muito caro, eu nem sequer ganhava aquilo”. Diogo, por sua vez, ressentiu-se bastante, por não ter sentido qualquer ajuda no momento da partida: “[...] não há um acompanhamento, ou não há uma informação daqui para lá: «Este ano vão fulano, fulano e fulano. Vocês deem uma ajuda». Os meus pais nunca tinham viajado para esses sítios, nem sabiam nada disso e eu fui mesmo um bocadinho sozinho”.

¹⁰⁸ De acordo com Gomes, Moreira, Freitas e Pinto (2019, p. 82): “Não é frequente considerar-se no âmbito das migrações internas a mobilidade familiar”. Neste contexto e com base nos dados do recenseamento de 2011, acrescentam as autoras que: “Tal como seria expectável, são as famílias mais pequenas as que mais se movimentam” (Gomes et al., 2019, p. 101).

De todos os ex-migrantes internos entrevistados, apenas Ricardo registou mais do que uma saída do Faial, tendo a motivação sido diferente em cada uma das partidas. Assim, a primeira partida deveu-se a motivações académicas e foi voluntária: “[...] fui [...] estudar, e tirei o curso, uma licenciatura de cinco anos. Já a segunda, teve subjacentes motivações profissionais e foi imposta: “[...], fui [...], desempenhar funções [...]. [...] quando saí, não foi por opção própria; houve uma movimentação [...] e, em todo esse movimento, eu também fui abrangido”.

4.1.1.2. A estada: estudar para regressar

Ao migrar, os entrevistados poderiam ter uma expectativa inicial quanto à duração da estada e a mesma ter coincidido, ou não, com a sua duração efetiva.

No caso de Dinis: “Eu, quando saí daqui, pensei que nunca mais queria ver o Faial”. Para os restantes entrevistados, a expectativa era o regresso, embora nem sempre com data definida, como refere Paulo: “[...] eu sabia que ia ficar lá algum tempo, e não pensava muito nisso. Eu fazia as coisas a pensar no dia a dia, não planeava..., estava feliz por ter trabalho”. Havia, contudo, migrantes, cuja estada foi concretizada em função de objetivos bem concretos e definidos, como reflete André:

A minha expectativa era fazer o curso e regressar no fim do curso. [...]. Surgiram oportunidades, boas oportunidades, inclusive para o estrangeiro. Não era negociável, nem era aliciante de forma nenhuma. Ninguém me conseguia demover disso. Eu tinha vontade de regressar e, mal acabei o curso, foi o que eu fiz.

(André)

Se, para alguns entrevistados, a conclusão dos estudos superiores foi o móbil para o regresso, que concretizaram de imediato, outros, como Sílvia, tinham uma expectativa que veio a moldar-se às circunstâncias vividas durante a estada fora da ilha de origem: “Inicialmente, eu ia para um bacharelato, porque o curso era bacharelato; portanto, só ia para três anos. [...]. Na realidade, acabei por ficar quase cinco anos. Fiz a licenciatura [...] e trabalhei [...] e, depois, regressei”.

Efetivamente, havia entrevistados cuja vontade de aquisição de experiência profissional no continente precedia a ideia do regresso. Neste contexto, houve quem conseguisse concretizar as suas expectativas iniciais, como Ricardo: “A minha intenção,

quando fui, já era ficar lá, pelo menos no início da vida profissional para adquirir experiência e depois, então, poder regressar. E acabou por ser assim”. Já Sara teve uma experiência diferente:

A intenção era sempre retomar, não para um primeiro emprego, como foi, na altura; eu queria fazer o curso, começar a trabalhar e ganhar alguma experiência lá fora, conhecer outras realidades e, depois, retomar [...]. Na minha juventude, eu pensava passar um período de dez, quinze anos lá fora e depois retomava. Na prática, foram quatro.¹⁰⁹

(Sara)

Mas, para quem, como Cecília, saiu da ilha ainda criança, foi natural a passagem da expectativa de um regresso próximo para a conformação por viver fora da ilha: “[...] eu lembro-me de me despedir das minhas colegas, aqui na escola, e de lhes dizer: “Isto é só uma semana ou duas e, depois, eu regresso [...]. Depois, vi que era para ficar”.

Diana, que saiu da ilha em idade adulta, teve outra experiência relativamente ao período de ausência da ilha:

Pensava que ia ser por uns tempos e voltava. Eu sabia que eu ia por uns tempos, porque, depois, que regresso é que eu tinha? Eu só voltava, podendo o meu marido vir trabalhar para cá. [...]. Desde que ele conseguisse uma comissão, nós não olhávamos para trás. Mas, ele nunca conseguiu. [...]. Depois de fazer isto, ele acomodou-se, eu acomodei-me. Como fomos tendo sempre contacto com família e fui sempre recebendo família [...], não nos preocupou isso. As preocupações eram outras: era um bom emprego, era conseguir mais isto, conseguir mais aquilo, comprar a casa, pagar o carro, dar estudo ao filho, ajudar. Não era para ter muitos bens materiais; era para ter um pouco de estabilidade, já que tínhamos tido um filho, para que ele também a tivesse, como tem, hoje. Mais tarde, há dez anos, é que eu comecei: «Tenho tanto desejo de voltar para lá. Se a gente conseguisse alguma coisa». Talvez na primeira dúzia de anos eu me sentisse adaptada, mas sentindo sempre umas grandes saudades cá dentro. Agora, a partir dali, há quinze anos, talvez, o desejo de voltar foi muito grande.

(Diana)

Face ao exposto, o que se constata, é que, independentemente da duração da estada, a maioria dos ex-migrantes internos entrevistados tinha a expectativa do regresso à ilha de origem.

No que diz respeito à escolha do destino, no caso de Vera, foi determinante a existência de referências anteriores, relativamente ao local de acolhimento: “Influenciou-me muito o facto de os meus familiares terem estudado lá e de eu ouvir muitas histórias e muitas coisas de lá”. O mesmo aconteceu com Sílvia: “[...] a minha mãe tinha referências daquela universidade, de pessoas que conheciam o sítio, e como houve oportunidade, e havia vaga... No fundo, eu não tive muita escolha, em termos da

¹⁰⁹ *Lá fora*, é uma expressão utilizada, genericamente, para designar territórios fora do arquipélago dos Açores.

universidade”. Já Paulo, não conhecendo muito do território nacional, optou pelo local que já conhecia: “Sendo cá dos Açores, a gente não conhece nada do continente, a não ser que a gente tivesse ido lá de férias. Por isso, quando chegou a altura das colocações, fui outra vez para onde conhecia [...]”.

Quanto a Sofia: “[...] eu sempre disse que queria ir para Lisboa”. Já André pretendia juntar-se aos amigos que já se encontravam em território continental: “Eu quis ir para ali, em particular, para já, porque estudavam lá os meus amigos de infância e aqueles com quem eu cresci e que ainda hoje, felizmente, são os meus amigos. E eu tinha vontade de tirar uma licenciatura [...]”. Destaca-se aqui a influência das redes sociais / de apoio nas escolhas dos ex-migrantes internos quanto aos locais de acolhimento.

Joana, à semelhança de Cláudia, escolheu em função das acessibilidades que o local de acolhimento proporcionava. Nas palavras desta entrevistada: “Os meus pais sempre nos entusiasmarão, de preferência a ficar em Lisboa, porque seria o sítio mais próximo, em termos de viagens, uma vez que eles tinham essa possibilidade de ir a Lisboa, de vez em quando, e em Lisboa era mais fácil de nos encontrarmos”.

O simples acaso também pode ter sido a razão da escolha pelo local de acolhimento, como sucedeu com Rui: “Havia várias possibilidades em cima da mesa, e calhou Lisboa”.

Durante o período migratório, sucedeu alguns ex-migrantes terem mudado de local de acolhimento e efetuado, por isso, deslocações subsequentes. Relativamente a Alice, a mudança após a saída do Faial deu-se de uma localidade pequena para uma grande cidade, motivada pela conclusão de ciclo de estudos universitários e integração na vida ativa, através do início de atividade profissional: “Antes de acabar o curso, já tinha trabalho, porque naquela altura era assim. Na altura, [...] o meu objetivo era o Norte. Não consegui e acabei por ficar em Lisboa”. O mesmo aconteceu a Diana, que mudou uma vez de local de acolhimento, para o agregado poder viver melhor: “[...] fui viver para aquela casa, [...] muito perto de onde o meu marido trabalhava”.

Já Dinis, saiu do Faial e passou por duas deslocações subsequentes, antes de regressar à ilha de origem. Na primeira deslocação o motivo para a mesma foi iniciar estudos de nível superior: “Eu concorri para a universidade [...]”. Posteriormente, e sem

ter concluído o curso, esteve noutra cidade: “Eu estava a precisar, por um lado, de acalmar em algumas coisas e, por outro, de experienciar e ver algumas coisas. Então, eu tinha alguns amigos de São Miguel lá e alguns amigos do Faial também [...] e fui para lá”.

Tânia, por sua vez, após a chegada a um primeiro destino, mudou três vezes de localidade ao longo da estada, por questões logísticas e pessoais. Como a própria refere: [...] uma familiar minha que tinha já ido daqui arranhou casa [...] e eu fui viver com eles, até ter dinheiro suficiente para dar de entrada numa casa. Entretanto, comprei casa noutra localidade. [...]. Depois, conheci o pai do meu filho e, entretanto, mudei-me [...]”.

Quanto à integração no local de acolhimento, é possível verificar que, em termos pessoais, a integração num espaço fora do arquipélago dos Açores tem implicações relacionadas, desde logo, com a diferença sentida, por comparação com a dimensão geográfica e com as características físicas da ilha. Ricardo salienta este aspeto: “No início, é sempre mais difícil, porque nós vamos de uma ilha circunscrita, estamos habituados a saber onde é que estamos e como é que podemos ir ter a qualquer lado [...]”, o que pode levar a alguma desorientação, como aconteceu com Paula: “Aquilo fazia-me tudo muita confusão. Eu nunca sabia para onde é que estava o norte e para onde é que estava o sul. Quando estava a andar para norte, pensava que estava a andar para sul... Era uma confusão. Levei bastante tempo a orientar-me na cidade”. Contrariamente, Joana conhecia a cidade de acolhimento, pelo que tinha pontos de referência que ajudaram na integração:

Eu já conhecia [a cidade] [...], já lá tinha ido várias vezes a passeio e também ia lá por questões médicas [...]. Tínhamos lá pessoas conhecidas dos meus pais, que costumávamos visitar. Por isso, para mim, não foi difícil essa parte de adaptação à cidade, porque já tinha pontos de referência e facilmente me deslocava.

(Joana)

Dinis salienta outros aspetos que tiveram impacto, neste caso, negativo: “A cidade é suja, tem crime, tem tráfico, é um bocado por aí”. Mas, um aspeto que é transversal, no discurso dos entrevistados, é o mar. Como refere Tiago: “Um fator que a gente não se esquece, porque estamos habituados a ver o mar, é que lá não havia mar. Havia lá um monte, de onde se via a cidade toda e era só terra, e terra e terra. Fazia um bocadinho de impressão a falta do cheirinho a mar”.

Como testemunha Diana, o percurso nem sempre foi fácil; todavia, ainda em termos pessoais, a resiliência foi determinante no seu processo de integração: “Um dia, peguei numa mala e comecei a pôr roupa, a pensar: «Eu vou ter que me ir embora». Mas, depois, pensei: «Não vou conseguir? Era só o que faltava». Eu acho que foi esse ter que adaptar à força, que me deu força para me adaptar fosse ao que fosse, fosse onde fosse”.

A integração, em termos sociais, dependia, entre outros aspetos, também do facto do local de acolhimento ser um espaço geograficamente grande, ou não. Para Alice, o processo de integração social foi facilitado, uma vez que o local de acolhimento era geograficamente pequeno: “Era um sítio pequeno. Era fácil conhecer pessoas. Era fácil interagir”. Mas, para a generalidade dos entrevistados, o local de acolhimento era um espaço não só geograficamente maior, como também mais impessoal, como realça Sofia:

Uma pessoa, aqui, está habituada a falar com toda a gente e, lá, eu vou para um prédio de oito andares e cada andar com oito apartamentos, ou seja, sessenta e quatro casas, e a gente entrava no elevador, dizia «Bom dia» ou «Boa tarde», e ninguém respondia. Isso fazia-me impressão.

(Sofia)

No caso de Vicente, esse tipo de indiferença ensinou-o a reagir, em algumas situações, do mesmo modo, passando a reproduzir o comportamento do ‘outro’: “[...] há um exemplo que eu costumo dar: eu estava à espera do autocarro, entrava e dizia «Bom dia» ou «Boa tarde» ao condutor do autocarro. Passou um dia, passou dois, passou três, ele nunca me respondeu e eu passei a não lhe dizer nada”.

Possivelmente por sentir muita diferença, designadamente na forma de ser e de estar das pessoas, quando comparado com a ilha de origem, Dinis encontrou identificação com pessoas e lugares que associava ao Faial:

Foi difícil uma pessoa se integrar, porque não conhecia muita gente. [...]. Mesmo as pessoas mais novas já tinham mentalidade, parecia que cresciam mais depressa, era completamente diferente do Faial. [...]. A única parte que eu identificava com o Faial era a marina [...]. Fiz amizade com o dono do café que é como o *Peter* de lá e passava lá muito tempo.¹¹⁰

(Dinis)

Talvez por esse motivo André refira: “Muito honestamente, a adaptação foi boa, porque estavam lá os meus amigos”. Já Carla, não conseguindo estabelecer paralelismo

¹¹⁰ O *Peter* [*Peter Café Sport*] é um estabelecimento comercial de referência, originário da ilha do Faial, centenário e internacionalmente conhecido, local de encontro e convívio de pessoas da ilha e de visitantes, provenientes de todas as partes do mundo.

entre a maneira de viver no Faial e no local de acolhimento, sentiu dificuldades em integrar-se:

Como aqui tinha muitas atividades, sempre para um lado e para o outro, sentia-me lá um bocadinho amarrada. Os fins de semana, às vezes, eram enormes, coisas que aqui não sentia, e isso também fez com que eu não quisesse ficar [...], porque nunca foi o meu ambiente, sentia-me sempre estranha.

(Carla)

O contrário aconteceu com Cecília, que, tendo migrado em criança, adaptou-se facilmente ao local de acolhimento, já nem se lembrando, a dada altura, de como era viver no Faial:

Eu era tão criança, [...], e a pessoa adapta-se e integra-se facilmente, e acho que me tornei uma lisboeta, como os outros todos, naquela correria desenfreada. Eu acho que acabei por me adaptar e acho que já nem me lembrava como era viver aqui no Faial, porque era tão diferente.

(Cecília)

Mas, se alguns entrevistados não estabeleceram facilmente ligação com pessoas no local de acolhimento, outros houve, como Rui, que sentiu que despertava interesse nos outros pelo facto de ser açoriano: “Eu era o açoriano e o facto de ser açoriano tinha algum misticismo à volta disso. Para os meus colegas, eu era o primeiro açoriano que eles conheceram”. De igual modo, Sílvia refere que acontecimentos relevantes relacionados com a ilha de origem motivavam alguma aproximação por parte da generalidade das pessoas:

Por exemplo, quando houve o sismo, em noventa e oito, senti o calor das pessoas..., toda a gente a telefonar-me, para saber se estava tudo bem, se precisava de ajuda, se precisava de alguma coisa, se queria ir para casa das pessoas, porque podia estar mais frágil..., e como é que estava a minha família. Aí, senti que eu fazia, um bocadinho, parte da vida delas. Mas, no dia a dia, era o convívio de trabalho, e pronto.¹¹¹

(Sílvia)

No local de acolhimento, e muito por força das circunstâncias, houve ligações que se criaram, naturalmente, com outras pessoas provenientes dos arquipélagos portugueses; contudo, Vera explica que os relacionamentos estabelecidos no local de acolhimento não se limitaram a contactos com conterrâneos:

[...] ao fim de semana, ia quase tudo para casa passar o fim de semana – apanhavam os autocarros e os comboios e iam –, e os açorianos e os madeirenses ficavam; por isso, ao fim de semana, juntávamo-nos sempre. Mas, durante a semana, não. Eu também convivia muito com as minhas colegas da faculdade, juntávamo-nos para estudar e para sair.

(Vera)

¹¹¹ Sismo registado na ilha do Faial, no ano de 1998.

E também se criaram amizades com portugueses continentais, algumas delas para a vida, como salienta Sofia:

Ao nível social, falávamos com todos e sempre foi muito fácil, nesse sentido. [...]. Claro que uma pessoa acaba por fazer mais amizade com uns do que com outros, e por criar grupos de amizades de vários sítios [...]; quer dizer, fiquei com amizades que, ainda hoje, perduram.

(Sofia)

Por outro lado, Tânia, salienta amizades com quem retornou de países de expressão portuguesa:

Fizemos amizades fortes, que ainda hoje mantenho. [...] a maior parte delas tinham sido retornadas. Éramos todas da mesma idade e foi naquele período que vieram de Angola e de Moçambique. Se calhar, porque tínhamos todas vindo de sítios diferentes é que a gente se agarrava mais umas às outras e fazíamos amizades mais profundas.

(Tânia)

Com maior ou menor ligação ou afinidade, os ex-migrantes internos estabeleceram contacto com pessoas de origens muito diferentes, algumas, como refere Joana provenientes de outros pontos do mundo: “Na residência, chegámos a ter uma chinesa, uma japonesa, uma macaense, uma holandesa. Como tinha também muita gente de fora, acabámos por conhecer muito mais pessoas de universidade com outras realidades”. Também Diana refere o convívio com pessoas de realidades distintas, com quem não tinha contacto na ilha de origem e que foram, para si, uma descoberta:

E fui muito feliz, onde, pela primeira vez, vi ciganos, onde tive como vizinhos ciganos que faziam as praças e moravam naquela rua. [...]. Eu vivi ao pé de tudo; descobri um mundo novo: gente de todos os tipos, de todas as maneiras de ser. Mas, tentei conviver com cada uma delas, dentro da maneira de ser delas.

(Diana)

Outro aspeto da integração no local de acolhimento que cumpre apreciar é relativo à habitação, durante a estada fora da ilha. Pelo menos numa fase inicial, é recorrente o recurso às redes de apoio existentes no local de acolhimento, nomeadamente através de familiares. Assim aconteceu com Sofia:

[...] como tinha família lá e, num primeiro momento, poderia ir para casa deles, para uma melhor integração, foi isso que aconteceu. [...]. [Depois], como eu já estava integrada, passei para uma outra casa [...]. Aí, partilhava casa com uma senhoria. [...], ela sempre me acolheu muito bem e eu sentia que a casa era minha.

(Sofia)

Neste contexto, se não foi com familiares, foi com amigos que se resolveu a questão da habitação no local de acolhimento e, progressivamente, foi-se alargando o círculo de ligações, até ao contacto com pessoas exteriores ao círculo faialense, destacando-se aqui o caso de Sílvia:

Eu tinha uma amiga daqui [do Faial] [...] e vivia [...] com família, e foram eles que me ajudaram muito no início. [...]. Depois, fui viver [...] para casa de uma amiga, que tinha estado no mesmo curso que eu, [...]. Ela foi para casa, porque arranjou trabalho e eu fiquei lá; estava a trabalhar também, e fiquei lá a viver.

(Sílvia)

Para alguns entrevistados, como André, o facto de viver com amigos do Faial, foi determinante no processo de integração no local de acolhimento: “Lá, fiquei num apartamento com os meus amigos de cá, do Faial, e foi assim durante os cinco anos que estive lá. Assim, de alguma forma, mitigava aquilo que foram as saudades”. No caso de Joana, viver numa residência universitária permitir-lhe-ia viver, não com amigos, mas, de algum modo, num ambiente familiar:

A pedido dos meus pais e também meu, [...] fui para uma residência universitária, que era uma residência muito pequena – eramos só treze estudantes, só raparigas –, e com algumas regras. Para os meus pais era uma segurança, porque sabiam que eu ali tinha um ambiente familiar e que eu seria bem tratada.

(Joana)

Mas, também há registo de quem pretendesse, desde o início, cortar a ligação umbilical e estabelecer ligações com outras realidades e pessoas fora do contexto insular. É isso que refere Alice:

Tive proposta para ficar numa residência, mas não. Lá está, se eu fosse para a residência, o que é que eu ia encontrar? Açorianos e madeirenses. E os meus pais, na altura, não tinham grandes dificuldades económicas – não tinham facilidades, mas também não tinham dificuldades – e eu podia escolher se queria ficar na residência, ou não. Então, fiquei num apartamento, que dividia com outra colega que conheci na inscrição [...] e fiquei com ela os quatro anos.

(Alice)

Houve, contudo, ex-migrantes internos que tiveram situações de vida diferentes, com repercussões quanto à habitação, como Ricardo: “Durante o curso, vivia na academia. Depois, casei e vivi em família”. Já Tânia, que, em território continental, trabalhou e viveu muitos anos, veio a adquirir casa própria no local de acolhimento: “Tenho casa [...], porque o miúdo, entretanto, saiu da residência e foi para a nossa casa e é a casa que eu, ainda hoje, mantenho para a miúda, se quiser ir estudar, ou para mim, quem sabe”.

Quanto aos aspetos relacionados com a saúde, durante o tempo de permanência fora da ilha de origem, nem todos precisaram de recorrer a serviços de assistência médica. Mas, se fosse necessário, o recurso ao sistema de saúde variava consoante a situação de cada ex-migrante interno em território continental. No caso de Tiago, que

exerceu atividade profissional, era beneficiário de um subsistema de saúde, por via da entidade patronal: “Nunca precisei de ir ao hospital, enquanto estive lá fora, só precisei de coisas da farmácia, ou de algumas coisas básicas; mas, se precisasse, tinha o sistema de saúde, através da entidade patronal”. Já Rui, subscreveu um seguro de saúde, em território continental: “O seguro de saúde, fi-lo quando morava em Lisboa. E um seguro de saúde, em Lisboa, é muito interessante; aqui, não me serve para nada. Depois, em termos de especialidades, é diferente”.

Quanto aos estudantes faialenses, os mesmos tinham, como qualquer cidadão nacional, acesso ao sistema nacional de saúde, conforme explica Vera: “[...] nós, enquanto estudantes da universidade [...], tínhamos acesso aos serviços sociais e, através dos serviços sociais, podíamos marcar consulta. E, fora isso, também podíamos recorrer aos centros de saúde da área de residência”. Alguns estudantes, como Sofia, beneficiavam adicionalmente de subsistemas de saúde, na qualidade de familiares dos respetivos titulares do direito: “Todas as vezes que precisei de ir a alguma especialidade médica, recorri sempre a clínicas. As consultas, foi sempre através de privados, porque tinha ADSE [Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE, I.P.)] – era beneficiária pelos meus pais – e era muito mais fácil”.

Relativamente ao aspeto da educação, Cecília, que foi transferida de escola, do Faial para território continental, durante a infância, sentiu alguns constrangimentos, quanto à aquisição de conhecimentos, embora rapidamente ultrapassados: “Na altura, o ensino, lá, era diferente do daqui, e houve partes de matéria que me faltaram. Houve coisas que me escaparam, coisas que a gente ainda não tinha dado aqui e eles já tinham dado lá. Mas recuperei bem”. Sofia, por seu turno, refere as diferenças sentidas na universidade, em termos, designadamente, de acesso ao conhecimento, o que dificultou o seu processo de integração:

Foi difícil, para já, a nível cultural; a nível social, não. Ao nível social, falávamos com todos e sempre foi muito fácil, nesse sentido. Foi difícil, no sentido cultural, das fontes de conhecimento e da abertura ao conhecimento; quer dizer, eles tinham uma perspetiva completamente diferente da que eu tinha.

(Sofia)

Quanto à integração, relativamente ao aspeto cultural, foi frequente, entre os entrevistados, a referência à diversidade da oferta cultural, quando comparada com a ilha

de origem, em especial, o cinema, como indica Sara: “[...] a nível cultural, gosto muito de cinema e, lá, o acesso, em comparação com o Faial, é completamente diferente. [...]. É algo que, ao fim de semana, gostava muito de frequentar”. Diana não sentiu constrangimentos à integração, a este nível: “Culturalmente, integrei-me logo em tudo. Na parte cultural, procurei sempre tudo o que havia [...], participar em espetáculos”.

Em comunidade, Tânia refere como lhe era pedido, no local de acolhimento, para mostrar e partilhar com os demais alguns aspetos tradicionais da ilha de origem:

Nas escolas, por exemplo, nos desfiles etnográficos, eles prezavam muito que eu participasse sempre, principalmente com a miúda, porque ela é que viveu mais lá, e levasse os trajes regionais típicos aqui da ilha. As pessoas chegavam a emprestar-me a *mulher do capote* e lá ia eu integrada no desfile, com as coisas daqui.¹¹²

(Tânia)

Já Sílvia, em contexto académico, não sentiu a mesma recetividade e esse facto teve grande impacto em si:

[...] como eu já tinha estado na Universidade dos Açores, fui perguntar se podia usar o traje que tinha, que era açoriano, e fui logo muito mal recebida. O traje deles é preto, o nosso é azul. E o nosso traje é tipo um capote – se bem que não é aquele capote rígido –, é uma capa com capuz..., e é lindo. E fui perguntar, porque, como tinha andado aqui na tuna, aquele traje dizia-me mais do que o de lá. E até perguntei se dava para usar só a capa, uma parte do traje, e não quiseram saber. Ainda me disseram: «Ah, ainda por cima, és caloirá estrangeira». Olhei para toda a gente e pensei: «Ok, boa apresentação»; então, nem sequer fui à praxe.

(Sílvia)

Ainda que os ex-migrantes internos não tenham saído de território continental e, por isso, se expressassem na língua materna no local de acolhimento, a verdade é que o facto de falar a mesma língua também pode levantar algumas questões, quanto aos sotaques ou pronúncias. Relativamente aos faialenses, e concretamente quanto aos entrevistados, registaram-se dois aspetos distintos. Cecília, por um lado, refere que, devido à pronúncia, era apontada pelos colegas de escola: “[...] os colegas, gozavam com a pronúncia, com a maneira de falar e eu acho que, aí, acabei por me retrair; acabei por ficar mais calada, mais tímida. Mas as crianças adaptam-se facilmente às situações”. Por outro lado, Tânia menciona que o que causava impacto no local de acolhimento era, precisamente, o facto ser açoriana e não ter pronúncia:

Só nos chateava – chateia a qualquer faialense – é as pessoas duvidarem de sermos faialenses, porque não temos pronúncia. [...]. Mas, ainda hoje me chateia quando as pessoas

¹¹² A *mulher do capote* é um traje tradicional que, durante muito tempo, foi indumentária característica da mulher nos Açores, constituindo-se como um elemento indissociável da identidade cultural açoriana.

me dizem: «És dos Açores? Então, fala lá açoriano». E eu digo: «Não, não é assim. Os Açores são nove ilhas, cada uma com uma pronúncia diferente», mas as pessoas não encaixam.

(Tânia)

Em termos económicos, uma vez que os ex-migrantes internos estiveram fora da ilha de origem, sobretudo a estudar, a maioria não tinha meios de subsistência próprios, como refere Vicente, sendo os encargos da estada em território continental suportados pelos seus familiares: “Os meus pais davam-me uma mensalidade e eu tinha que gerir o dinheiro: «Tenho isto para a casa e isto para as compras, isto para a alimentação e resta isto.»”.

Neste âmbito, Cláudia refere ter recebido apoio institucional, durante o período em que se encontrou a estudar: “Durante os primeiros anos, consegui bolsa da universidade; dava para pagar o passe, já estava bom”. Paula foi igualmente bolseira, mas de uma instituição fundada nos Estados Unidos da América:

A nível financeiro, tive bolsa de estudo da universidade e também fui sempre bolseira da Fundação Faialense. [...] são cinco bolseiros do Faial e são cinco da América. [...] São os emigrantes faialenses que estão lá fora, que se juntam e que angariam fundos para, depois, atribuir essas bolsas.

(Paula)

Mas, por vezes, a família continuava a ser um apoio, mesmo quando a vida académica terminara, como aconteceu com Sílvia: “Quando comecei a trabalhar, a minha mãe continuou a pagar-me a casa, mas o dinheiro que recebia já era para me sustentar”.

Quanto à integração, profissionalmente, Alice, realizou estudos superiores e trabalhou na área da sua formação profissional e partilha como foi o impacto do aspeto profissional na sua vida: “Lá, trabalha-se muito e o desgaste é horrível. Na altura, trabalhava muito, tinha pouco tempo. Trabalhava quarenta horas semanais, mais horas extra, que nós fazíamos com muita frequência, à volta de cinquenta horas, talvez, por semana. Mas, pronto, compensava financeiramente”.

Efetivamente, quem, como Ricardo, realizou e concluiu estudos superiores, seguido do exercício de atividade profissional, na área da sua formação, no local de acolhimento, revela normalmente sucesso, quanto à integração profissional: “[...] terminei o curso e não regressei logo ao Faial; fiquei a trabalhar [...]. Penso que foi relativamente fácil, porque, depois de um curso de cinco anos, nós queremos é ir para o terreno trabalhar. [...]. Penso que a integração, a nível profissional, correu bem”. O mesmo não aconteceu

com Dinis, que não concluiu os estudos universitários, tendo tal facto tido reflexo na situação profissional que, em território continental, foi sempre precária: “Eu, enquanto estive na universidade, aprendi o básico, aprendi a trabalhar com os programas, o necessário para fazer alguns trabalhos. Ainda fiz alguns trabalhos de *freelancer*, uns biscates, aqui e acolá”.

Tânia, que se deslocou para território continental, por transferência de local de trabalho, tendo desempenhado no local de acolhimento as mesmas funções que exercia na ilha de origem, destaca o relacionamento entre colegas, em contexto profissional: “Era um ambiente que hoje já não existe. Eu vejo as queixas que eles fazem: já não há camaradagem como havia antigamente. Era muito bom mesmo [...]”.

Já relativamente ao aspeto político, apenas Diana faz referência a integração no local de acolhimento: “Eu, quando chegava aos sítios, procurava logo instalar-me politicamente”.

Por fim, outro ponto abordado relativamente ao período de estada no local de acolhimento é a situação da relação com o Estado, ou seja, a situação documental no local de acolhimento. Contudo, uma vez que todos os ex-migrantes participantes no estudo são cidadãos de nacionalidade portuguesa e, no caso dos ex-migrantes internos, a sua deslocação circunscreveu-se a território nacional, esta temática não lhes é aplicável, sendo apenas abordada adiante, relativamente aos ex-migrantes internacionais e aos duais.

Os ex-migrantes internos mantiveram contacto com a ilha de origem de diversas formas. A mais imediata é através do contacto à distância. Alguns entrevistados, como Tânia, estabeleciam contacto com muita frequência, por via telefónica:

Todos os dias tinha que falar com a minha mãe. Eu, quando estava lá fora, tinha mais contacto com ela do que, propriamente, aqui. A gente mora desviados poucos metros e eu lá telefonava-lhe todos os dias e, aqui, sou capaz de lhe aparecer só ao fim de semana, porque também sei que ela está bem.

(Tânia)

Outros, faziam-no mais espaçadamente. Diogo refere que não só telefonava, como recebia telefonemas dos mais próximos, designadamente, quando eram noticiados acontecimentos no local de acolhimento: “Na altura, era só por telefone. De vez em quando, falava com alguns amigos mais chegados por telefone. Às vezes, eles ligavam

para saber como é que eu estava; por exemplo, se ouviam alguma notícia [...], perguntavam-me: «Estás aí perto?»». Carla também refere que os contactos estabelecidos eram espaçados, devido ao custo das chamadas telefónicas, na altura: “[...] eu falava com o meu pai, mas não era a todo o momento, como agora [...]. Lembro-me que falávamos uma vez por semana, duas vezes, no máximo, porque as comunicações não eram gratuitas [...]; portanto, havia que controlar a parte dos custos”.

Mas o contacto à distância podia assumir diversas formas. Diana refere como manteve sempre o contacto com a família, não só por telefone, como também através de troca de encomendas, por via postal: “Até ter telefone em casa, eu ia para as cabines telefónicas ao domingo [...]. Eu nunca cortei os laços com a minha família. Eles enviavam coisas para mim, de cá, eu enviava de lá para cá”. Já Vicente migrou na era das redes sociais e, como tal, esse era o recurso por si mais utilizado: “Falava com a família, todos os dias, e com os amigos. Na altura, já havia *Facebook*, por isso, era por *Facebook*, por mensagens. O *Facebook* era o meio de comunicação que utilizava mais”.

Quem saiu mais do que uma vez da ilha, também foi estabelecendo contacto à distância, de acordo com os meios existentes, em cada período migratório. Ricardo, que saiu duas vezes da ilha, mantinha contacto com família e amigos, inicialmente por telefone e, posteriormente, também através da internet: “Com a família, sim. Com os amigos..., com alguns, sim. [...]. Por telefone. Da segunda vez que fui, [...] já utilizava a internet, mas quando fui, da vez anterior, não utilizava”.

O contacto com o Faial também era mantido através das visitas à ilha, cuja regularidade dependia de diversos fatores. Para quem se encontrava a estudar no continente, era comum visitar a ilha fora do período de aulas, como refere Vera: “Vinha nos períodos de férias, em todas as interrupções letivas”. Para Paulo, as deslocações à ilha eram pouco frequentes e dependentes da capacidade financeira para tal: “Durante o curso, acho que vim uma vez. Depois, enquanto trabalhava, vim de férias, uma vez, ou outra. Não era frequente vir, porque as passagens também não eram baratas”. Noutros casos, como diz Tânia, as visitas faziam-se com periodicidade certa, aproveitando para manter hábitos que apenas cumpria na ilha de origem: “Eu vinha cá todos os anos e, às vezes, mais que uma vez por ano [...], eu vinha sempre no Natal”.

No caso de Cecília, o hábito de visitar a ilha apenas chegou no início da idade adulta, tendo as visitas reavivado a ligação ao Faial:

Eu vim aos quinze anos, a primeira vez, e depois só voltei a vir aos dezoito. [...]. Acho que, depois de começar a vir cá, de férias, aí sim, já tentava procurar mais os amigos de cá, já sentia mais essa ligação outra vez, aqui, ao Faial.

(Cecília)

Já Diana, ao longo dos anos, foi visitando a ilha cada vez com maior frequência, mesmo podendo, por vezes, escolher outros destinos de viagem:

De 1998 para cá, eu, praticamente, vim todos os anos. E nos últimos cinco anos que vinha cá, eu já vinha duas vezes por ano. [...] quando viajava, às vezes até pensávamos: «Olha, porque é que a gente não vai conhecer Paris, Itália, até Macau?» e, depois, eu dizia: «Para o ano, é para lá que vamos». Eu começava a ver passagens em janeiro e, depois, dizia ao meu marido: «Estou a ver aqui preços bons para o Faial. E se a gente fosse para lá?». Era sempre para aqui.

(Diana)

Deste modo, haverá, para os ex-migrantes regressados, alguma relação das visitas à ilha com a decisão de regresso ao Faial? Diana esclarece que as visitas à ilha fizeram parte da concretização do projeto de regresso ao Faial:

[...] primeiro, eu comecei a vir de férias e a sondar o meu marido: «E se nós voltássemos?» [...]. Ele estava um bocado renitente em vir para aqui, começar quase de novo. Mas, ele estava reformado e eu disse: «Vamos chamar-lhe umas férias grandes. Não compramos lá casa, alugamos uma casa na cidade, que eu nasci e cresci na cidade. Quero ficar virada para o Pico. Quero ver mar, mal me levante e até me deitar». E, depois, disse ao meu marido: «Se tu não te adaptares, eu prometo que volto para trás». Mas, eu acho que já não conseguia.

(Diana)

Cecília, por seu turno, entende que não houve relação das visitas com o regresso: “Vinha cá de férias, gostava de vir de férias, mas nunca foi uma ideia, vir viver para cá. Foi o conjunto das circunstâncias que me fez vir para cá”. Já Alice refere que as visitas realizadas à ilha causavam algum impacto: “Eu voltava cá, de férias, e sentia-me bem cá. Cada vez que saía de cá, custava-me mais um bocadinho”. E, no caso de Rui, o regresso deu-se, precisamente, durante uma das visitas à ilha: “Vim para cá, vim passar o Natal e disse: «É isto, estou a precisar de uma vida mais calma e tranquila». Vinha duas semanas e houve um dia que eu disse: «Vou ficar cá», e já não regressei [...]”.

O contacto com faialenses ou açorianos, em geral também era uma forma de manter o contacto com a ilha de origem. Tânia procurava ativamente esse encontro: “Eu chegava a ir, à hora de almoço, quando tinha duas horas de almoço, de propósito até à Baixa, entrava por uma rua e saía por outra, só para ver se encontrava algum faialense. E

tinha sempre sorte”.¹¹³ Alice não tinha a mesma atitude: “Eu soube, depois, que havia lá pessoas do Faial, mas nunca sequer me tentei ligar. Jantares de açorianos, não; nem pensar”. Já Vicente chegou a ir a jantares de faialenses: “Em Lisboa [...], eles faziam o jantar do faialense, no *Peter*, no Parque das Nações, uma vez por ano. Eu fui um ou dois anos [...]”.

Quem tinha família no local de acolhimento, podia beneficiar do convívio proporcionado com os familiares, como refere Carla: “Eu também tinha família lá [...] e, às vezes ao fim de semana, convidavam-me para jantar ou almoçar. Eu gostava desse carinho”. Tiago também procurava manter esse contacto: “[...] tinha um familiar que tinha um bar [...] com algumas coisas dos Açores, e ia lá, às vezes, aos fins de semana”.

O contacto com alguém do mesmo local de origem, é referido por Carla como um “porto de abrigo”, quando se está fora do seu ambiente natural:

Da minha turma, não tinha ninguém. Na minha faculdade, tinha uma colega que estava lá já a terminar o curso [...]. A escola era nova, os colegas eram novos. Quando regressava a casa em Lisboa, pelo menos tinha a minha colega de cá, porque éramos da mesma freguesia, tínhamos as mesmas ligações, por isso era como se fosse um porto de abrigo: ao regressar à casa alugada, não era tudo estranho, sempre tinha ali um ombro amigo, porque convivíamos e partilhávamos as mesmas dificuldades.

(Carla)

Joana, por seu turno, destaca igualmente o facto de ter sentido verdadeiras redes de apoio, durante a sua estada no local de acolhimento:

Em Lisboa, tinha uma familiar [...] e, depois, tinha lá muitas pessoas conhecidas também, pessoas do Faial, amigas dos meus pais; portanto, eu tinha sempre uma rede de suporte. Depois, o resto da minha família, como vão com frequência a Lisboa, eu tinha sempre um jantar, tinha sempre alguém que tinha este cuidado; nunca vai daqui ninguém que não ligue para combinar qualquer coisa.

(Joana)

A mesma entrevistada acrescenta: “Chegou a uma altura, na minha residência, em que estavam três de São Miguel, duas do Faial e uma do Pico; em treze, éramos seis dos Açores”. A ligação entre ilhéus, fora do arquipélago dos Açores, é salientada por Tânia:

[...] tinha colegas de São Miguel, da Terceira. Uma coisa engraçada é que as outras ilhas não gostam de São Miguel, há uma rivalidade horrível com São Miguel, porque, para os de São Miguel, eles são os Açores e nós somos as ilhas. Mas, isto é uma coisa que já vem há muitos

¹¹³ Costa (2017) refere este aspeto como uma forma de expressão da insularidade: “Uma insularidade que é omnipresente independentemente do local em que cada açoriano se encontre, em particular quando desenraizado, como estado natural e existencial, ou como uma essência íntima inerente à sua condição humana específica ditada pela proveniência geográfica que lhe moldou o carácter. Algo que nos impele na procura uns dos outros onde quer que estejamos; [...]” (Costa, 2017, p. 538).

anos. Mas, é aqui, connosco, porque, se a gente for para o continente, e se a gente se apercebe da pronúncia de São Miguel, pronto, já somos amigos desde que nascemos.¹¹⁴

(Tânia)

O contacto com a região de origem também se poderia manifestar através da participação em associações de migrantes / açorianos. No geral, não houve grande adesão de ex-migrantes internos ao contexto associativo. Como menciona Sílvia: “Relacionada com os Açores, havia lá a Casa dos Açores e o pessoal, às vezes, ia à Casa dos Açores, mas para um concerto ou uma palestra, e não por hábito. Nunca pertencí nem fui associada dessas associações. [...]. Não, nem enquanto estive lá fora, nem depois de regressar”. Já Diogo integrou o contexto associativo: “Nós, no meio do primeiro ano, fomos inscrever-nos na Casa dos Açores. Depois, participei nalgumas atividades que a Casa dos Açores fazia”.

Diana não aderiu, por indisponibilidade:

Não, porque eu só tinha o domingo, não tinha quem me fizesse nada e, durante muitos anos, trabalhei dez horas por dia [...]. E não sobrava tempo para nada. [...]. Eu nunca lidei com pessoal de cá, nunca pude ir para nada onde houvesse associações; nada. Um dia, fui até à Casa dos Açores, para comprar produtos regionais; eu tinha saudades de tudo.

(Diana)

Joana também não aderiu à realidade associativa, por outro motivo: “Por acaso, nunca tive contacto. Embora soubesse que havia lá a Casa dos Açores, eu sei onde é que fica, já lá passei, mas nunca lá fui, porque eu acho que talvez nunca me senti deslocada”.

Para Cláudia, integrar o contexto associativo era forma de ultrapassar as saudades de casa:

Eu fiz parte dessa tuna [...] e foi logo a seguir ao primeiro Natal que comecei a ir; ou seja, era uma forma de, ao sábado à tarde, estar integrada. [...]. Isso pode ser considerado uma associação, mas é, sobretudo, um grupo que pensa naqueles que estão lá e que sentem algumas saudades de casa. Depois, nós só tocávamos música açoriana: originais que, geralmente, eram relativos à saudade e ao estar longe de casa; ou tocávamos música regional açoriana.

(Cláudia)

O contacto à distância também se manifestava através da manutenção de hábitos da região de origem. Os mais marcantes foram, sem dúvida, hábitos gastronómicos, como refere Diana: “Lá em casa, eu fazia coscorões no Carnaval, fazia fofas, da receita que a

¹¹⁴ Como referem Baldacchino e Ferreira (2013), regista-se uma tendência para a rivalidade, que se manifesta de forma mais evidente nas ilhas onde o sentimento de inferioridade e de periferia é maior; já São Miguel demonstra alguma complacência em relação a tais tensões, o que sugere uma posição de domínio relativamente às restantes ilhas (2013, p. 97).

minha tia me tinha dado; no Espírito Santo, fazia as sopas, com a carne cozida, com o chouriço, com a couve, fazia aquela travessa tal e qual como se estivesse cá [...]”. Sofia explica como a manutenção desses hábitos lhe deram a sensação de nunca ter saído do Faial:

Eu nunca saí daqui. Pelo feijão assado, pela carne assada, pela molha de carne, por tudo o que eu levava, a linguiça, o inhame, os bifes temperados pela minha mãe, a massa sovada, o queijo – que nós não encontrávamos com frequência e que, hoje em dia, encontramos o queijo daqui –, tudo... Quer dizer, eu nunca saí daqui. [...]. O maior período de tempo que eu passava fora era três meses, esses três meses sempre acompanhados destas delícias, destas aproximações. [...]. Nessa altura, eu nem sequer pensava que isso ajudava-me a viver o dia a dia; mas, hoje em dia, penso que, realmente, isso ajudava a estar sempre no Faial.

(Sofia)

No caso de Cecília, eram os hábitos gastronómicos os únicos que subsistiam, enquanto permaneceu fora da ilha de origem: “A minha avó fazia umas sopas e a gente juntava-se todos nos aniversários do meu avô e da minha avó, ou se vinha um tio [...]. Fora isso, não havia nada que eu usasse da minha vivência aqui”.

Havia também datas comemorativas nos Açores assinaladas por faialenses no local de acolhimento. Sara, por exemplo, explica como deu a conhecer e criou junto de continentais o hábito de comemorar o *Dia de Amigas*:

Nós reuníamos sempre no Dia das Amigas, que lá não há, e juntávamo-nos sempre lá na minha casa. Era a única coisa que nós acabávamos por fazer. Elas achavam graça e acabou por ficar. [...]. Não havia mais nenhuma açoriana, só eu. Elas eram da Guarda, Mirandela, Lisboa, Aveiro..., eram de vários sítios.¹¹⁵

(Sara)

O mesmo acontecia com Cláudia: “Cheguei a fazer o Dia de Amigas lá, [...]. As minhas colegas do continente não conheciam o Dia de Amigas [...]”. Também Ricardo assinalava a data: “Sim, por exemplo, o Dia dos Amigos”. E Diana, fazia questão de assinalar, a rigor, datas importantes, como se estivesse no Faial:

No Carnaval, gostava de me mascarar e ir para os bailes como me mascarava cá: nós imitávamos os emigrantes. Os nossos emigrantes, quando vinham da América para cá, nem que passassem lá só um ano, chegavam cá e já vinham a falar inglês americano. Era cada uma que eles diziam... A gente divertia-se imenso com aquilo. E gostava de os ver com aqueles chapéus de palha. E, depois, vinham com aqueles calções acima do joelho, estampados, e vestiam uma blusa de xadrez. Então, quando eles calçavam aquelas chinelas de pele, abertas por todo o lado, e calçavam uma meia preta, que chegava a meio da perna... E, quando eu olhava para aquelas figuras, não aguentava. Por isso, quando chegava o Carnaval, a gente imitava-os. Eu fazia isso lá. Mas, eles lá, não entendiam; quem se divertia era eu. Eu tirava

¹¹⁵ A entrevistada menciona o Dia de Amigas, uma data festiva (à semelhança do Dia de Amigos, Dia de Comadres e Dia de Comadres), instituída no arquipélago dos Açores e assinalada em todas as ilhas da Região.

fotografias para a minha família ver. [...], eu vestia-me com aquela roupa toda estampada e, quando entrava nos bailes, eu parecia uma palhaça. Uns vestiam-se de freira, outros de polícia, outros disto, outros daquilo e perguntavam-me: «Olha, tu de que é que estás mascarada?». E eu dizia: «De *calafona*», porque a nossa família emigrou, quase toda, para a Califórnia e nós achávamos que aquilo parecia uns *calafonas*.¹¹⁶

(Diana)

Paula, por seu turno, não comemorava essas datas no local de acolhimento: “Quando havia uma festa cá, claro que me lembrava, mas não fazia nada de diferente por estar a acontecer cá”. Cecília, habitualmente, também não, mas por outro motivo: “[...], quando fui para lá [...], houve o corte com os Açores e o que tinha dos Açores era quando a gente se juntava com a família, lá”.

Quanto aos aspetos que mais marcaram a estada, há a salientar, por um lado, os aspetos que mais agradaram aos ex-migrantes internos regressados ou de que mais sentiram saudades. No caso dos ex-migrantes internos, o que se denota ter agradado é, precisamente, aquilo que falta na ilha de origem. Como refere Ricardo:

Agradou-me a oferta, a possibilidade de fazermos muitas coisas que aqui, no Faial, não existiam: ir ao cinema quando nos apetecer [...]; ir a um concerto, se tiver vontade de ir; ir a um jogo de futebol de um grande clube; ou, simplesmente, poder entrar no carro e ir passar um fim de semana fora, a qualquer sítio. Acho que essa é uma das mais-valias de viver [...] numa cidade maior.

(Ricardo)

E, como denota Carla, o facto de haver formas alternativas de colmatar algumas dessas lacunas, não é a mesma coisa: “O que me faz mais falta da cidade de Lisboa são os centros comerciais, é verdade, porque aqui não temos; temos as lojas virtuais, *online*, mas não é a mesma coisa. [...], essa parte – os centros comerciais, as compras, a oferta – isso é que sinto mesmo falta”.

Joana, sentiu saudades da rede de amigos que criou no local de acolhimento: “Sinto falta das amizades que fiz”. Já Sílvia sentiu falta das alternativas e da liberdade que as autoestradas lhe proporcionavam: “Sinto falta das estradas e autoestradas para a gente ir para onde a gente quer. Aí, sim, liberdade..., tipo... *tou* farta de estar em casa e vamos dar uma voltinha, [...]”. A Cláudia, pela diferença em relação ao modo de vida no Faial, agradeceu o ritmo da cidade e o anonimato:

¹¹⁶ A entrevistada refere a expressão *calafona*, um regionalismo açoriano muito frequentemente utilizado, que designa quem regressa aos Açores, sobretudo no caso de ser proveniente dos Estado Unidos da América, designadamente da Califórnia.

[...], apesar de ser muito oposto, eu também gosto, às vezes, do ritmo mais acelerado, de uma certa adrenalina que existe. [...]. Ao mesmo tempo, há um certo anonimato; ou seja, estarmos ali a andar e não ter nada nem ninguém que nos conheça e nós sentirmos uma certa liberdade.

(Cláudia)

Para Ricardo, a sensação de anonimato que a entrevistada anterior refere, tem um impacto diferente no migrante faialense, à medida que o tempo passa, fora da ilha de origem:

Eu acho que quem sai do Faial para uma grande cidade acaba por ter essas duas sensações: primeiro, a de que é bom ninguém nos conhecer, mas, depois, ao fim de algum tempo, a sensação que, afinal, até é bom que nos conheçam e é bom termos alguém a quem cumprimentar de uma forma mais calorosa, na rua, no dia a dia.

(Ricardo)

Mas, há aspetos que mais desagradaram, durante a estada fora da região de origem, embora Diogo considere que não: “Desagradar, eu acho que não desagradou nada”. Diana destacou o clima: “Em qualquer dos lados que vivi, foi sempre o clima que me desagradou”. Para Cecília, o aspeto que mais desagradou no local de acolhimento foi a indiferença: “Acho que as pessoas são muito egoístas, vivem no seu mundo, não há muito envolvimento e acho que foi, basicamente, disso que eu não gostei muito. E senti isso agora também, quando fomos de férias. As pessoas passam, não ligam”. Sofia salienta outro aspeto: “A insegurança foi, sem dúvida, uma das coisas que mais me desagradou lá”. O facto de viver num local de acolhimento com uma população numerosa, interferindo na qualidade de vida nesse local, também é um aspeto que desagradou a Carla:

Aquela parte dos transportes era uma loucura, tudo para um lado e para o outro, à hora de ponta. [...]. É porque nós aqui conseguimos fazer vinte e uma coisas no mesmo dia: vou aqui, vou ali, vou acolá, por ser tudo mais pequeno. É claro que lá, não. Bastava ir à praia: tínhamos que tirar o dia para ir à praia, coisa que aqui não nos faz sentido. Aqui, basta uma tarde ou tirar umas horas, saímos do trabalho e vamos à praia um bocadinho, ao final do dia, e vamos para casa. Lá, eu e as minhas colegas combinávamos dias para irmos à praia. No início, eu perguntava: «Mas, vamos estar o dia todo na praia?», e elas diziam: «Sim, demoramos tanto tempo para lá chegar, temos que lá ficar o dia todo». [...]. Essa parte não me deixa saudades. A confusão, também não.

(Carla)

Alice, por seu turno, aponta o custo de vida como aspeto que mais lhe desagradou no local de acolhimento, bem como a falta da família, o que acabou por ter relação direta com o seu regresso à ilha de origem:

Desagrada-me o preço de lá; tem muitas coisas, mas é tudo muito caro. Para estar em Lisboa, temos que ter um ordenado que sustente, senão, não dá. E, foi a partir do momento em que

deixou de dar – idas ao cinema, ao teatro, parque de estacionamento, gasolinas, portagens –, que eu vim-me embora. Ter muita coisa e não conseguir fazer muito, não me interessava. [...]. E a desvantagem de não ter família lá, que foi, basicamente, a razão de ter regressado.

(Alice)

No final da estada, é importante salientar as mudanças que a migração representou para o migrante regressado. Tiago destaca as mudanças em termos profissionais: “Foi uma viragem na minha vida, porque estava na condição social de desempregado e tive que sair para ir fazer essa formação e, quando volto, já volto com trabalho”. Ricardo destaca a realização de estudos superiores, a par da experiência profissional adquiridos no local de acolhimento, que lhe permitiram aplicar os conhecimentos e a experiência adquiridos na sua ilha de origem:

O que trouxe a migração? Trouxe-me, em primeiro lugar, a possibilidade de ter feito o curso. Em segundo lugar, trouxe-me a experiência de trabalhar [...] e de ter ganho, penso eu, outras capacidades com essas experiências. E tentei implementá-las cá, também, no meu trabalho, no dia a dia. [...]. E eu penso que essa foi uma das mais-valias da minha migração: foi ter tido a possibilidade de trazer para o Faial esses conhecimentos e essas experiências e, depois, ter a possibilidade de ajustar, cá, de forma gradual, essas metodologias [...].

(Ricardo)

Sofia, também refere que a bagagem que trouxe em resultado da sua migração aplicou na sua profissão, no Faial:

Eu costumo dizer que a minha profissão é das mais privilegiadas, porque eu ter que ensinar a formandos que nunca saíram, não sabem o que é o mundo, digamos assim, fora deste contexto, que é tão redutor, onde têm que saber o que é tantas outras coisas... Se eu não tivesse vivido a experiência que vivi, eu nunca teria tido a capacidade de transmitir o conhecimento, como tive. Portanto, não foi só aquilo que eu fui, a nível de academia; também a minha integração naquele meio, deu-me uma bagagem enorme para a minha própria profissão. [...]. Eu tentei sempre abrir os horizontes a quem estava à minha frente. Portanto, acho que a minha profissão também acabou por ser beneficiada com essa minha experiência da migração.

(Sofia)

Rui salienta tudo o que aprendeu fora do contexto de sala de aula, em resultado da sua experiência migratória:

O facto de ter migrado deu-me uma bagagem que eu cá levaria mais tempo a adquirir. E lá foi mais rápido. E não foi a questão académica. Fala-se muito de: «Ah, foi estudar». Eu não vejo muito por ter ido estudar; acho que se aprende muito mais nos corredores da universidade, do que na própria sala de aula. [...]. Por isso, mais importante do que propriamente ter ido estudar, foi ter saído para onde tive a possibilidade – e agradeço aos meus pais por isso – de ter conhecido outras pessoas; pessoas com culturas diferentes da minha, com educações diferentes da minha, com gostos totalmente diferentes dos meus.

(Rui)

Diana considera que a migração trouxe mudanças para si própria, com impacto no filho, a quem pôde proporcionar, no local de acolhimento, uma vida bastante diferente daquela que ambos teriam se não tivesse saído do Faial:

Valorizou, em muitos aspetos. Tive de o fazer, mas eu aprendi muito, eu cresci muito. Eu tive oportunidades que não teria cá: o meu filho não teria crescido como cresceu, era quase impossível; ter os bens materiais que adquirir, aqui, também seria impensável. Mas, não havia um dia em que eu não me lembrasse da minha terra.

(Diana)

Se, na generalidade, os entrevistados mencionaram mudanças positivas decorrentes da sua experiência migratória, Cecília reflete sobre a mudança a um outro nível, que não qualifica como positiva ou negativa – o da identidade: “Eu acho que não sou faialense nem lisboeta; acho que fiquei, assim, perdida no meio disso tudo, porque vejo um bocadinho de cá, um bocadinho de lá. É uma mistura”.

Já Carla nunca se considerou migrante: “Acho que nunca tinha pensado nisso até. Pois, migrante..., eu realmente fui, talvez. [...]. Foi um trajeto normal de vida, porque aqui não havia como prosseguir estudos. Então, fui à procura de um pouco mais”.¹¹⁷

4.1.1.3. O regresso: uma vida à medida, junto da família

Relativamente às circunstâncias do regresso, é possível, entre os ex-migrantes internos, verificar que motivos são apontados para o seu regresso à ilha de origem. Por um lado, temos a motivação pessoal, de apelo pela proximidade da família. Nesse sentido se pronuncia Paula: “O que me trouxe para cá foi a família. Eu costumava pensar que se a família fosse toda viver para outro lado, eu adaptava-me bem a outra realidade. Eu sou muito chegada à família. Eu preciso de ter a família por perto para me sentir bem”.

No caso de Cecília, aliado ao aspeto pessoal, também a falta de horizonte, profissionalmente, no local de acolhimento, esteve na base do seu regresso:

[...] conheci o meu marido, e foi por aí que acabei por vir. Não fazia parte da minha perspetiva vir para o Faial. Eu lembro-me, quando andava na universidade, daquelas grandes empresas de consultoria e pensava que a minha vida passava por aí. [...]. Ainda estive um ano [...] à

¹¹⁷ No mesmo sentido se pronuncia Rocha (2017), a propósito da sua própria experiência migratória, no âmbito da mobilidade interna, enquanto estudante universitária em Lisboa: “Cremos [...] que esta não foi uma partida, apenas um conjunto de saídas e entradas, que apesar disso influenciaram todo um percurso de vida” (Rocha, 2017, p. 413).

procura de trabalho, a ver se conseguia fazer alguma coisa, mas, como não resultou, [...] eu disse: «Vou-me embora».

(Cecília)

Para Vicente, a motivação principal para o regresso foi principalmente de ordem financeira, por poder contar com o apoio dos pais, mas também profissional, por encontrar mais facilmente trabalho, e pessoal, pela qualidade de vida que encontra no Faial: “Acho que a principal, foi a nível financeiro; ou seja, estão duas razões interligadas: o arranjar trabalho, que era mais fácil, e, a nível financeiro, eu sabia que aqui tinha mais apoio dos pais e não tinha tantas despesas. E, a viver aqui, tenho mais tempo para fazer outras coisas”. Sara confirma o potencial de empregabilidade na ilha do Faial, designadamente, através de programas de apoio desenvolvidos pelo Governo Regional dos Açores, que fomentam o regresso:

É difícil, quando saímos da universidade, ter o primeiro emprego. Muitas vezes, são fechadas portas por causa da falta de experiência, e o Estagiar L vem melhorar, incentiva as pessoas a retomarem à ilha ou aos Açores, pelo menos, e cria proximidade com a empresa e poder criar experiência, que é aquilo que não temos, quando saímos da universidade. Nesse sentido, acho que o Estagiar L é um incentivo para retomar à ilha. Falo, no meu caso, que, se calhar, se não houvesse o Estagiar L, poderia, possivelmente, estar noutro sítio, não sei. Neste caso, o Estagiar L é que me faz retornar.¹¹⁸

(Sara)

Mas também houve quem tivesse regressado à ilha, como Paulo, para continuar a exercer as mesmas funções profissionais que havia iniciado em território continental, na qualidade de funcionário público: “[...] no concurso de colocações, vim diretamente para a Horta”.

No caso de Rui, o desgaste provocado pela profissão, no local de acolhimento, levou-o a encontrar no Faial a qualidade de vida que procurava para si e para o seu filho, com o apoio dos pais:

Eu estava cansado. Eu tinha uma vida profissional muito preenchida, nos últimos anos [...]. E a decisão de vir para o Faial tem muito a ver com isso, tem a ver com a tranquilidade que eu tenho, e com aquilo que eu lhe podia oferecer [ao filho]. [...]. Eu cresci no Faial e o Faial é ótimo; para se crescer, é ótimo. Foi por nós que vim para cá, porque eu consigo ter tempo para ele, consigo ter o apoio dos meus pais.

(Rui)

¹¹⁸ Exemplo de política pública promovida pelo Governo Regional dos Açores, o Programa Estagiar L visa possibilitar aos jovens com qualificação de nível superior um estágio profissional no contexto real de trabalho, que promova a sua inserção na vida ativa, no arquipélago.

Já Alice regressou, não para receber, mas para prestar apoio aos seus familiares, motivação reforçada pelo facto de a conjuntura económica não ser, nessa altura, favorável à sua permanência no local de acolhimento:

Eu sempre pensei que queria voltar. A minha avó estava a ficar mais velha e os meus pais também; precisavam cada vez mais do apoio dos filhos. [...]. E depois, a situação económica do país: os ordenados reduziram; a situação geral ficou pior. Já não tinha grandes benefícios em estar em Lisboa.

(Alice)

Ricardo foi movido pelo desejo pessoal de regresso à ilha de origem, aliado à vontade de poder contribuir para o seu desenvolvimento:

Eu queria voltar a trabalhar no Faial, queria viver no Faial, queria fazer cá o trabalho que achava que ainda havia por fazer e queria, sobretudo, ajudar a desenvolver o Faial, porque acho que o Faial tem necessidades de desenvolvimento e que, se não forem os faialenses, também, a lutar por esse desenvolvimento, não se consegue atingir esse objetivo. [...]. Portanto, quando regressei, regressei com esse dual desejo: de voltar à minha terra, mas também vontade de trabalhar pela minha terra.

(Ricardo)

Por outro lado, o regresso pode, tão simplesmente, surgir como desfecho natural de um percurso migratório cujo objetivo se cumpriu, como aconteceu com Carla: “Ter terminado o curso; eu tinha terminado o meu objetivo. Acabei o estágio, arrumei as minhas coisas e vim-me embora. Disse: «Está na hora de voltar. Não há mais nada aqui a fazer. Quero ir-me embora». E vim”.

A decisão de regresso foi individual ou partilhada consoante as circunstâncias de vida de cada migrante interno. Assim, nuns casos a decisão foi individual, tendo havido liberdade de escolha, como refere Sara: “Foi uma decisão unicamente minha. Já tinha sido assim na altura de escolher a entrada para a universidade, os meus pais deram-me a escolher seguir o ensino superior ou não, e o mesmo aconteceu com o regresso; não houve influência, foi uma opção”. Noutros casos, a decisão de regresso contrariou a expectativa dos mais próximos. No caso de Dinis: “A decisão de regressar foi só minha. Os meus pais não queriam que eu voltasse para cá. Eles diziam que isto aqui era um sítio pequeno e que havia mais oportunidades fora de cá, mas eu acho que é o contrário”. Quanto a Diogo: “Na altura, a minha namorada queria ter ficado lá e eu lembro-me de ter dito a ela: «Se queres ficar, fica, que eu vou-me embora»”.

Mas, se para uns, a decisão de regresso foi individual, para outros a decisão foi partilhada. Tânia partilhou a decisão de regresso com os filhos: “Foi minha e dos meus filhos”. Diana, por seu turno, partilhou a decisão com o marido:

Foi dos dois. Eu conversei com o meu marido, expliquei-lhe a situação em que estava lá fora e que precisava de desanuviar e disse-lhe: «Está na altura. Eu tenho saudades da minha terra, cada vez estou a sentir mais saudades da terra». Realmente, depois de já não estar a trabalhar, o sítio onde eu vivia já não me dizia muito. [...]. Então, o meu marido entendeu que eu precisava daquilo e viemos para cá.

(Diana)

O regresso, por vezes, aconteceu conforme planeado; tal foi o caso de Paula, que saiu para realizar um programa de estudos de ensino superior e regressou após a sua conclusão, conforme inicialmente previsto: “Sim. [...]. E só não vim mais cedo, porque sou uma pessoa que pensa: «Ok, meti-me nisto, agora vou até ao fim», porque a vontade, muitas vezes, foi vir embora”. Também aconteceu o regresso ter sido planeado, embora sem data certa, como diz Diana:

Eu tive que ir. E, depois de ir, adaptei-me a tudo, sempre com o sonho: «Eu vou voltar». Eu sabia que não era um mês nem dois, nem dois anos nem três, talvez até nem vinte, mas lutei sempre para estar bem, para resolver qualquer problema de saúde que surgisse, e eu pensava: «Eu vou para lá, mas não vou a arrastar-me nem vou de bengala; eu vou bem para viver aquela ilha, eu vou bem para subir aqueles cabeços e descê-los». E foi isso que eu fiz.

(Diana)

Pelo facto de ter sido uma decisão planeada, Vicente não sentiu grande impacto aquando do regresso: “Na altura, como foi uma decisão planeada, não houve, assim, muito impacto, porque já sabia aquilo que estava à espera”. Mas, para Alice, embora tivesse sido uma decisão, de alguma forma, planeada, o regresso aconteceu antes do que previa e, neste caso, vê-se claramente a influência das visitas à ilha na decisão de regresso:

Aconteceu, até, antes do que eu esperava. Foi muito fácil: abriu concurso para trabalhar aqui, eu concorri e fiquei. A minha ideia quando eu concorri era: «Eu vou ver no que é que dá; se me chamarem, logo vejo, na altura». Mas, como aconteceu logo depois de eu ter estado cá, de férias, foi fácil dizer que sim.

(Alice)

Finda a estada, os ex-migrantes internos regressaram, maioritariamente, sozinhos à ilha de origem, como refere Vera: “[...] para cá, regressei sozinha”. No mesmo sentido, Carla: “Voltei sozinha”. O mesmo aconteceu com Sílvia: “Regressei sozinha”. Todavia, Rui regressou com o respetivo agregado familiar, sendo o filho menor de idade. Também Tânia regressou acompanhada da filha, menor de idade. Diana, por seu turno, regressou

acompanhada do marido: “[...] o meu marido entendeu que eu precisava [...] e viemos para cá”.

Na grande maioria, os ex-migrantes internos têm a sua família, pelo menos a família nuclear, na ilha de origem, como alude Sílvia: “Tenho a minha família toda cá. Tenho uns tios lá, mas, com os meus tios, nunca tive grande ligação”; daí que sejam pontuais as referências à permanência de familiares no local de acolhimento. Ricardo diz o seguinte: “Deixei, por um mês apenas, mas deixei”. Já Diana, que viveu muitos anos fora da ilha de origem, deixou, efetivamente, familiares no seu local de acolhimento: “[...] eu tenho o meu filho e as minhas netas lá fora, por isso eu estou muito dividida: tenho o coração lá fora e estou aqui”.

No decurso da experiência migratória, terá existido apoio ao regresso e/ou à reintegração? Rui foi perentório na resposta: “Não, nem na altura pedi”. Tânia também não beneficiou de qualquer apoio: “Nada. Foi sempre à custa do meu trabalho”. No caso de Cláudia, a mesma teve apoio após o regresso: “Com o Estagiar L, podemos dizer que, nesse âmbito, beneficiei de algum apoio do governo, porque eles é que suportavam os salários, no âmbito do Estagiar L, como acontece agora”.

Quanto a Alice, a mesma poderia ter beneficiado do apoio do Governo Regional, existente na altura, mas não quis:

Antes de eu sair de cá, na altura, havia um programa de apoio [...], em que garantiam o total pagamento das propinas e ainda davam uma bolsa, tinha é que garantir a vinda para cá; pelo menos, uns anos, tinha que cá trabalhar, e eu não aceitei, na altura. Os meus pais puseram-me à vontade em relação a isso, se eu queria ou não queria, e eu não quis. [...]. Porque tinha que vir e, nos meus planos, não queria regressar logo.

(Alice)

No caso de Tiago, na qualidade de funcionário público, beneficiou de apoio por parte do governo central durante o percurso migratório: “Quando saí e regressei, as despesas foram suportadas pela minha entidade patronal, sendo que eu dependo do governo central, não do governo regional”.

Quanto à existência de regresso(s) anterior(es), assim como foi o único sair mais do que uma vez da ilha, em contexto migratório, Ricardo também foi o único a regressar mais do que uma vez à ilha de origem; mais concretamente, duas vezes. Todos os outros ex-migrantes internos que participam neste estudo apenas tiveram uma saída e correspondente regresso ao Faial. Relativamente a Ricardo, o motivo do primeiro

regresso foi o cumprimento dos objetivos estabelecidos: “A minha intenção, quando fui, já era ficar lá, pelo menos no início da vida profissional para adquirir experiência e depois, então, poder regressar. E acabou por ser assim”.

Para estes ex-migrantes há consequências a destacar, em virtude do seu regresso à ilha de origem, desde logo, em termos de perceção da ilha antes e após o regresso. Assim, no caso dos ex-migrantes internos, houve quem, como Paula, tivesse sentido estagnação na ilha: “Parada no tempo. As estradas iguais, as lojas, a mesma coisa – há anos que são iguais. Senti que tinha saído e voltado, e pouco investimento tinha sido feito nas infraestruturas da ilha. Nota-se pouca evolução”. Rui, por seu lado, relativamente ao desenvolvimento, entende que a ilha recuou: “Achei mais subsídio-dependente. Uma dinâmica inferior à que existia antes. Havia mais iniciativa na altura em que estava cá, por parte dos jovens [...]”. Já Carla viu mudanças na ilha, embora se prendam com um contexto muito específico:

A minha saída foi após o sismo de 1998. A partir daí, aqueles anos foram de reconstrução e, claro, todas as vezes que vinha, isto já estava diferente, e houve uma grande evolução, também, por isso. A mudança que eu notei mais foi a nível de construções. Cada vez que eu vinha, dizia: «Olha, já fizeram esta casa, aquela também já está pronta».

(Carla)

Diana também viu mudanças na ilha, nuns aspetos para melhor; noutros, para pior:

Em termos de desenvolvimento da ilha, fiquei mesmo dececionada e desiludida. Eu não vou dizer que não tem melhoramento em estradas, em infraestruturas – há coisas feitas –, mas, em termos de trabalho, por exemplo, se não houvesse o híper, eu não sei o que é que era desta ilha. [...]. Eu preferi ter criado o meu filho lá fora do que o ter criado cá, porque eu tinha sempre de o mandar para fora, para ele estudar. As coisas continuam da mesma maneira. Os jovens não têm aqui quase nada.

(Diana)

Cláudia sempre teve presentes as limitações da ilha, quer antes de partir, quer após o regresso: “[...] sempre tive plena consciência de onde é que tinha partido, onde é que estava. Não sou daquelas pessoas que diz: «No Faial não há nada». Não pode haver, nós somos quinze mil habitantes; ou seja, nós temos que ter consciência das nossas limitações”. Contudo, Vera vê aspetos positivos, quando compara a ilha a outros locais, no continente: “Eu acho que nós temos aquilo que precisamos, à nossa escala, até porque, fazendo uma comparação com o continente português, há sítios no continente que têm o mesmo número de habitantes que nós temos aqui e que, se calhar, não têm todos os serviços que nós temos”.

Para Paula, a maior diferença na forma como perceciona a ilha, após o regresso, está na valorização da sua ilha de origem: “[...] principalmente, aprendi a dar valor à minha terra. [...]. Pelo menos da minha parte, acho que nós que saímos e voltamos, acabamos por valorizar mais aquilo que temos cá do que, se calhar, as pessoas que vivem aqui a vida toda”. No mesmo sentido se pronuncia Tânia: “Eu dou um valor que eles não dão. Os cheiros, eu digo: «Ah, que cheirinho a mar. Sabe tão bem»; eles, não. É preciso estar muito tempo fora para dar valor a isto”. E torna-se recorrente, entre os emigrantes internos regressados, um discurso como o de Dinis: “Quando uma pessoa é jovem, quer sair daqui, porque pensa que isto é pequeno. E, depois, uma pessoa vê que tem tudo o que precisa aqui, tem uma qualidade de vida que não vai arranjar em mais sítio nenhum. É bom para criar família, bom para quase tudo”.

Vera entende que a diferença está entre aquilo que conhecia da ilha, antes de migrar, e aquilo que ficou a conhecer, após o seu regresso:

Eu acho que a diferença não é entre o antes e depois de regressar. Eu nasci aqui, na cidade da Horta, e vivi por aqui. E, depois, a ideia com que fiquei, quando regresssei, é que havia muita coisa que eu não conhecia, porque [...] no meu trabalho, a gente ia pela ilha toda, fazer visitas e acabei por descobrir um lado mais negro, que não conhecia, de pobreza económica e pobreza de espírito, que não tinha essa ideia antes.

(Vera)

Diogo, por seu turno, percecionou diferenças, não na ilha propriamente dita, mas na população da ilha:

A nível de ilha, como eu vinha cá de seis em seis meses, não achei grande diferença. [...]. Notei, se calhar, diferença na atitude de algumas pessoas. Claro que a gente traz sempre coisas novas e eu vinha cheio de vontade de introduzir coisas novas; depois, o que a gente se debate aqui é com uma parede. Podemos fazer uma ou duas coisas novas, que é mesmo assim, e é necessário fazer coisas novas, mas têm que ser coisas novas, à medida das pessoas daqui. [...]. Algumas pessoas gostaram das novidades, mas eu achei que as pessoas aqui, na altura, estavam muito paradas. Eu acho que as pessoas continuam a não querer o desenvolvimento.

(Diogo)

A receção pela população residente é sentida de formas diferentes pelos diversos entrevistados. Para quem manteve contacto com a realidade da ilha, houve quem não tivesse sentido grande impacto aquando do regresso, quanto à receção pela população. Este é o entendimento de Cláudia:

Eu vinha sempre cá nas férias e, pontualmente, continuei a colaborar quer na igreja, quer na filarmónica da minha freguesia. Quando regresssei, não senti grande diferença, porque nunca considerei que tivesse quebrado laços com quem cá ficou. E, depois, como vinha sempre cá, isso nunca se perdeu, acho eu.

(Cláudia)

Mas também houve quem tivesse sentido impacto na receção pela população, aquando do regresso. No caso de Dinis: “Foi difícil, porque eu acho que esta é uma terra um bocado elitista; então, olham assim um bocadinho de banda, até uma pessoa mostrar as suas conquistas, ou fazer alguma coisa”. Diogo, inicialmente, chegou a ponderar a remigração, devido à receção que teve por parte da população residente:

As pessoas, aqui, são muito complicadas. [...] aquele primeiro mês foi mesmo muito mau, ao ponto de pensar: «Eu vou voltar para lá». Mas, depois, o tempo foi passando e [...] o pessoal começou a dizer: «Ele tem lógica. Isto bate certo». E as pessoas começaram, realmente, a dar o aval.

(Diogo)

Entre os ex-migrantes internos, houve quem, como Tânia, tivesse passado muitos anos fora da ilha do Faial, mas foi reconhecida pela população aquando do regresso:

Pela população, foi uma festa. Pessoas que eu já não me lembrava; conheço sempre as mesmas pessoas, mas não sei o que é que eu fiz há trinta anos atrás, mas as pessoas recordam e de que maneira. Então, as pessoas diziam-me: «Há tantos anos que a gente não se vê». [...]. «Oh rapariga, tu estás exatamente como eras, quando eras miúda». As pessoas sempre me acolheram bem.

(Tânia)

No caso de Cecília, que não foi reconhecida aquando do seu regresso, teve uma receção diferente por parte da população residente: “Foi estranho, porque eu fui daqui [...] e, entretanto, cresci, fui mudando as feições e, basicamente, as pessoas não se lembravam de mim. Essa parte foi estranha. E, lá está, o que eu penso é que, como não conhecem, têm receio...; é a parte da confiança”. Rui, por seu turno, considerou o facto da população não se recordar de si, aquando do regresso, ainda que tenha durado pouco tempo, um aspeto positivo:

Havia gente de cá que não me conhecia quando cheguei e isso foi bom. Diziam: «A sério, és de cá? Não sabia». Isso, sabia-me bem. Mas durou pouco tempo. Pouco depois, já toda a gente sabia quem eu era. Isso é típico dos meios pequenos. Mas fui bem-recebido, porque fui recebido pela minha família e amigos.

(Rui)

Com efeito, como refere este entrevistado: “Quem é de cá tem sempre alguém para o receber”.

Assim como mantinham contacto com a ilha de origem durante o período migratório, os ex-migrantes internos regressados também mantêm, após o regresso, contacto com os locais de acolhimento, de forma mais ou menos regular. Este contacto pode, desde logo, efetuar-se à distância, conforme refere Alice, de diversas formas: “Por

telefone, por *Skype*, por *Messenger*; hoje temos tantas aplicações”. Ricardo mantém contacto com amigos e familiares e, paralelamente, acompanha as notícias nacionais: “O contacto que mantenho é com pessoas amigas que conheci lá, e com alguns familiares, através do telefone e das redes sociais. E vou acompanhando, porque as notícias nacionais ajudam-nos a manter a par da vida no continente”.

Através das redes sociais, é possível haver plataformas de partilha de informação que mantêm o ex-migrante regressado ligado ao local de acolhimento, como acontece com Sara: “[...] a universidade tinha uma plataforma em que partilha, mesmo a parte de empregos, da cidade e de notícias, e eu vou lá com alguma frequência”. Mesmo quando as pessoas conhecidas no local de acolhimento regressaram igualmente aos seus locais de origem ou se deslocaram para outros locais de acolhimento, é possível manter o contacto, porquanto, como diz esta entrevistada, durante a estada cria-se, por vezes, uma “família”, a qual subsiste, apesar do tempo e da distância: “Mantenho contacto com colegas que atualmente estão um pouco espalhadas, [...]. Houve um grupo que se dispersou bastante, mas que mantemos contacto e que acho engraçado, porque acabou por se gerar ali uma pequenina família e que se mantém essa ligação”.

Também para Diana, não obstante o regresso, o local de acolhimento continua a ser uma referência na sua vida: “Ainda hoje, publico notícias e partilho coisas de lá, estou em contacto com os meus amigos. De vez em quando, uns escrevem-me, quando têm saudades; até me põem coisas na página do *Facebook* [...]”.

O contacto com o local de acolhimento também se mantém através de visitas. Paulo, por exemplo, já visitou o local de acolhimento, após o regresso: “Ainda este ano, estive lá”; Paula, não: “Nunca voltei lá”. A regularidade e duração dessas deslocações também variam, consoante o motivo das mesmas. No caso de Joana, as deslocações ao local de acolhimento dão-se, não só por lazer, mas também por motivos de trabalho: “Pelo menos, duas vezes por ano, de certeza que vamos. Às vezes, vou por questões de trabalho, mas aí, é só ir e vir”. Rui, acrescenta às razões profissionais, questões de saúde: “Por um lado, a minha atividade profissional faz com que eu vá muitas vezes a Lisboa; as consultas que o meu filho tem também fazem com que eu vá a Lisboa, muitas vezes”.

Tânia, que viveu muito tempo longe da ilha de origem, visita agora o local de acolhimento com a mesma frequência com que visitava o Faial, durante o período migratório:

Agora faço ao contrário: como eu tenho lá o meu filho, vou lá passar o Natal [...]. Agora faço exatamente o contrário: estou cá, mas vou, pelo menos, três vezes por ano lá. Eu vou, normalmente, quando a miúda tem as interrupções letivas: vou na Páscoa, vou no verão e vou no Natal.

(Tânia)

A regularidade das deslocações depende também das condições para realizar as visitas ao local de acolhimento. Diana, por exemplo, manteve casa e viatura próprias no local de acolhimento: “Normalmente, vou duas vezes por ano e o meu filho talvez venha cá outras duas. Nós temos lá a nossa casa, temos lá um carro – trouxemos um e deixámos lá outro. Mas eu, não estando a trabalhar, posso dizer que, três vezes por ano, estou lá fora”. Diogo aspira as mesmas condições, para poder visitar mais vezes o local de acolhimento: “Eu costumo dizer que, um dia, se puder, gostava de comprar lá uma casa como algumas pessoas que andam de um lado para o outro [...]. E eu já fui lá duas, ou três vezes. [...]. O ideal era sair duas vezes. Quero sair mais vezes e visitar os meus amigos, porque, lá, eu sinto-me em casa”.

Ao passar um período de tempo, maior ou menor, num local diferente da ilha de origem, poderá haver, ou não, hábitos significativos adquiridos no local de acolhimento. Houve quem, como André, entendesse que não: “Não. Aliás, os hábitos que tínhamos lá eram, praticamente, os hábitos que tínhamos cá. Mas acho que não trouxe nada de lá. O que eu trouxe de lá, efetivamente, foi o conhecimento académico que adquiri; estive lá a estudar e aprendi alguma coisa”. Rui também considera que não, mas por outro motivo: “Não – isso é muito interessante –, há hábitos cá e há hábitos lá. Eu, cá, não tenho o hábito de sair do trabalho e de me sentar com os amigos a beber um copo e, lá, tenho esse hábito. Tinha esse hábito e ainda mantenho esse hábito, mesmo indo lá, dois ou três dias”.

Por seu turno, houve hábitos adquiridos no local de acolhimento que, quando transpostos para a ilha, acabaram por se perder, como diz Paulo:

Sim, trouxe a bicicleta, para fazer ‘BTT’, mas isto, como é sempre a mesma coisa, é sempre a mesma ilha – apesar de se poderem fazer caminhos diferentes, mas é sempre o mesmo sítio –, eu acabei por desanimar e vendi a bicicleta. Porque lá, eu metia a bicicleta em cima do carro,

fazia cento e tal ou duzentos quilómetros, e ia para um sítio completamente diferente. Aqui, por mais que se ande, andas sempre à volta, e isso desanimou-me, e eu vendi tudo.

(Paulo)

Mas, também houve hábitos adquiridos que foram consequência direta da experiência migratória, e que se mantiveram. Sílvia destaca: “Comer à pressa... [risos], e não consigo perder esse hábito. Acho que trouxe para cá um bocadinho daquela aceleração, porque, às vezes, também acho isto aqui um pouco parado”. Carla dá a sua perspectiva: “Acho que me tornei uma pessoa muito mais organizada do que era, pelo facto de ter ido viver sozinha. Isso também foi uma lição de vida, porque aqui eu tinha quem fizesse por mim; isso faz-nos crescer”.

Mas, há um aspeto recorrente no discurso dos ex-migrantes regressados: a gastronomia. Sofia havia referido anteriormente que tinha dado a conhecer, durante a estada em território continental, vários pratos típicos das ilhas, designadamente do Faial. Inversamente, ao conhecer, durante a experiência migratória, alguns pratos gastronómicos diferentes que lhe agradaram, esta entrevistada passou a integrá-los nos seus hábitos alimentares, após o regresso:

Principalmente, a gastronomia dos sítios por onde passei. Tenho noção que trouxe isso de lá [...]. Nunca na minha vida tinha feito aqui uma refeição de enchidos, por exemplo. Eu nunca tal tinha comido alheira. Experiências de comida macrobiótica, na faculdade, que fiquei fã. A gastronomia tem qualquer coisa de diferente. Deixei lá, mas também trouxe.

(Sofia)

O impacto do regresso do ex-migrante interno não se faz sentir apenas em termos individuais, ou micro, mas também, a uma escala maior ou menor, na comunidade. Desde logo, cumpre aferir se houve contribuição do ex-migrante regressado para o desenvolvimento local / regional. Assim, no âmbito social, Paula entende que deveria ser mais participativa para que tal pudesse ser encarado como um contributo da sua parte: “Noto que me interesso por estar informada sobre os assuntos relevantes da ilha e participo sempre que posso, mas sinto que deveria participar mais”. Outros ex-migrantes regressados, como Joana, manifestam-se interventivos, com vista à contribuição para o desenvolvimento da ilha de origem:

Eu sempre fui com a intenção de voltar, porque sempre gostei muito do Faial, sempre achei que podia contribuir para a minha terra. [...]. Por isso é que eu não digo que não, porque se é um desafio que nos é lançado, e que não é só para nosso proveito, acho que o que a gente recebeu da comunidade tem que saber devolver.

(Joana)

Sara, a este respeito, dá exemplos concretos de intervenção na ilha:

A nível da Associação de Jovens da Ilha do Faial [...]. A ideia seria, principalmente, cativar aqueles mais jovens para criar e manter a ligação com a ilha. Se conseguirmos jovens cativados, que estejam despertos, possivelmente, quando saírem, vão manter esse contacto. Espero que tenha sido um esforço para desenvolver e para unir os jovens e para alertar para um regresso.¹¹⁹

(Sara)

A mesma entrevistada salienta que o regresso do ex-migrante, quando ainda jovem, pode contribuir para o desenvolvimento da ilha de origem, em termos demográficos, no sentido da diminuição da população envelhecida:

A nível de ilha, a nível regional, em termos de trabalho, em termos económicos, o facto de regressar, acho que – uma vez que, cada vez mais, os jovens saem e não regressam e a população começa a ter uma tendência de envelhecimento, penso eu –, a nível de economia regional, ter mais um ativo a gerar economia e contribuir para a diminuição da população envelhecida, apesar de ser um – um não faz grande diferença –, mas aos poucos é que se vai conseguindo mudar os indicadores. Nessa matéria, acho que consegui contribuir.

(Sara)

Quanto ao aspeto económico, há diversas referências a formas de contribuição para o desenvolvimento da ilha. Para Tiago, o facto de ter regressado e trabalhar na ilha, já tem, por si, impacto na economia: “Se atendermos a que, quando estava por cá, estava desempregado e, quando voltei, voltei com um emprego, claro que isso mexe, ao nível da economia da ilha; tem uma relação direta”. Como acrescenta Paulo:

Uma pessoa, não faz, assim, muito impacto. Naturalmente, é mais uma pessoa com um ordenado fixo, mais uma pessoa que chega à oficina e paga na altura, mais uma pessoa que chega a um supermercado e que, sendo cliente assíduo, deixa lá ‘X’ de dinheiro naquele estabelecimento. É mais um ordenado que fica cá na ilha, é mais um ordenado que é gasto nas coisas, aqui, da ilha.

(Paulo)

Conforme reforça Diana, em termos individuais, é possível apoiar economicamente a ilha de origem:

Às vezes pensava: «Vou guardar, para comprar roupa, isto e aquilo, quando for lá fora». Mas, depois pensava: «Então, mas é aqui que eu vivo, é a economia da minha terra que eu tenho que ajudar, senão, de que é que serve eu dizer que isto está a andar para trás [...]? Eu vou comprar aqui comida, vou comprar aqui roupa. Quando lá for, se gostar de mais uma coisinha ou outra, eu compro lá fora. Mas, aqui é que eu vou viver; vou-me adaptar e vou viver é com aquilo que eu tenho cá».

(Diana)

No caso de Diogo, o negócio que dirige fomenta a economia e também gera emprego na ilha, pelo que contribui também em termos profissionais: “À partida, vou dar

¹¹⁹ Numa escala mais representativa do arquipélago dos Açores, destaca-se a JAUPA – Associação de Jovens Açorianos Unidos pelos Açores, criada em 2017 (Simões, Rocha & Mateus, 2019, pp. 378-379).

um posto de trabalho e vou dar *part-times*, [...]; portanto, acabo por estar a influenciar um bocadinho o movimento da ilha e da freguesia”. Este entrevistado é empreendedor, desenvolvendo atividade em diversas áreas; como tal, estimula a concorrência, o que é benéfico para a ilha, ainda que com algum prejuízo próprio:

Eu fui o primeiro a abrir [este negócio] [...] de raiz nos Açores, [...]. Eu acho que fui o pontapé de saída. Esse pontapé de saída fez haver outras concorrências. E, agora, havendo concorrência, eu perco por ter concorrência excessiva, mas isso faz parte da vida e a gente tem que saber dar a volta.

(Diogo)

Também em termos profissionais, Dinis explora outra área de atividade na ilha, com vista ao seu desenvolvimento: “Eu procuro fazer por isso, [...], através da promoção. Eu acho que a gente tem capacidade para fazer turismo o ano todo, só que as coisas não estão muito exploradas ainda”.

Já André, após concluir estudos superiores e regressar ao Faial, implementou os conhecimentos adquiridos numa área de atividade que não tinha expressão na região:

[...], eu gosto muito de trabalhar com populações especiais, nomeadamente, idosos e portadores de deficiência e, no decurso do curso [...], eu tive oportunidade de trabalhar com idosos, várias vezes. [...] quando cheguei cá, não havia nada disso nos Açores, e eu juntei-me com um outro colega e criámos isso aqui. [...]. E as coisas foram surgindo, surgindo e chegou a uma altura em que só os dois não dávamos para aquilo tudo e tivemos que meter mais gente. Na perspetiva profissional, [...], acho que sim; eu e mais dois ou três colegas que vieram na mesma altura abrimos, digamos, alguns caminhos em áreas diferentes; acima de tudo, de inclusão.

(André)

Para Carla, a fixação de pessoal especializado no Faial representa uma mais-valia para a ilha de origem:

Por exemplo, agora, na escola precisavam de um professor [...]; se eu não vivesse cá, dificilmente teriam arranjado um professor para vir cá dar duas manhãs de aulas, porque o número de horas não é uma coisa que justifique que venha algum professor de fora. Por isso, ter alguém da ilha licenciado e especializado na área, nesse aspeto, é uma mais-valia.

(Carla)

No âmbito cultural, Sofia destaca como o exercício da sua profissão lhe permite contribuir para o desenvolvimento cultural dos faialenses, na sua ilha de origem:

Ao nível profissional, a coisa mais interessante que tem é a de a gente receber grupos, sejam de Portugal continental ou de outro país, de outra comunidade, e de a gente partilhar culturas, e de nós podermos fazer essa ponte e dar a conhecer aos faialenses o que há de melhor; ou seja, este cruzamento de culturas, de tradições. E acho que isso só enriquece, tanto quem vem, como quem está cá.

(Sofia)

Politicamente, há quem não tenha um grande envolvimento; é o caso de Paula: “Acho que não. Acho que devia ser mais participativa e interventiva. Noto que me interessa por estar informada sobre os assuntos relevantes da ilha e participo sempre que posso, mas sinto que deveria participar mais”.¹²⁰ Quanto a Sílvia, também não refere uma participação política significativa: “De vez em quando, convidam-me para fazer parte de umas listas [partidárias] mas, na parte política, assim, não participo”. Há quem, como Diana, intervenha, de acordo com a disponibilidade: “Dizem que sim, politicamente. Mas eu sou um quadro de apoio ao pessoal, só isso, e é quando posso. [...]. Eu, quando me meto nas coisas, depois, impulsiono. Quando há iniciativas, eu levo muita gente atrás. Talvez nisso eu sinta que tenho alguma importância, penso eu”. Joana, que tem envolvimento político efetivo no Faial, entende, por convicção pessoal, que a política é importante para o desenvolvimento da ilha: “Eu acho é que as pessoas têm que estar despertas para estas coisas, porque da política é que nascem as decisões que vão afetar a vida deles, ou dos filhos, ou do que seja. Nessa medida, gosto de achar que contribuo, de alguma forma, para o desenvolvimento da nossa ilha”. O mesmo acontece com Ricardo que tem, como preocupação central, precisamente, a contribuição para o desenvolvimento da sua ilha de origem: “[...], nesta nova função em que estou agora, procuro lutar todos os dias pelos interesses do Faial. Entendo que isso é muito importante. [...] eu procuro lutar todos os dias pelo desenvolvimento do Faial”. André, por seu lado, intervindo em termos políticos, dedica especial atenção ao desenvolvimento, não só da ilha de origem, mas de toda a região autónoma:

Fui desenvolvendo trabalho, sempre na perspetiva daquilo que tinha aprendido ao longo da minha vida; foi isso que eu tentei sempre transpor para a política, que é a dificuldade, a inclusão, aquilo que, ao longo da minha vida, eu também fui sentindo à minha volta. A minha forma de estar na política é mesmo esta: para mim, somos nove ilhas e não é ‘cada uma vale por si’, mas sim ‘nós valemos por todas’.

(André)

O mesmo entrevistado acrescenta: “Acho que [...] contribuí para influenciar e defender obras estruturantes que se fizeram aqui na terra”. Sofia também intervém a

¹²⁰ De acordo com o estudo coordenado por Borralho, Rocha e Silva (2019), sobre abstenção eleitoral nos Açores: “Apesar da pouca participação, a importância em participar já é amplamente valorizada. Trata-se, portanto, de uma aspiração, ou melhor dizendo, uma representação social positiva dos inquiridos que se pode exprimir desta forma: sabem que não têm participação associativa ativa, mas gostariam de a ter e conferem-lhe até uma importância bastante significativa” (Borralho, Rocha & Silva, 2019, p. 90).

este nível, partilhando da perspectiva dos anteriores entrevistados: “Eu aceitei este desafio, por poder contribuir para a minha ilha. Não pelo poder, porque eu sou uma pessoa mais de bastidores, eu não gosto daqueles momentos de estrelato, gosto mais de fazer e de saber que o que estou a fazer vai beneficiar aquele público-alvo”.

Ainda que alguns entrevistados tenham participação no âmbito político na ilha de origem, nenhum deles teve, pelo menos até à data da realização das entrevistas, participação na formulação de políticas migratórias regionais. Como afirma Joana: “Honestamente, não. Não posso dizer que sim, porque também não é uma matéria que nos passe muito pelas mãos”. No mesmo sentido, expressa-se Ricardo: “Na verdade, neste último ano desde que estou em funções, não tem havido iniciativas legislativas nessa área. [...] não tenho tido ligação direta com a elaboração de políticas na área”. Já Cláudia, embora não intervenha diretamente, acompanha assuntos desta natureza:

Aqui, [...] a gente tem contacto com muita coisa. Por acaso, esta foi uma das questões debatidas, penso que no último plano e orçamento; nomeadamente, até o secretário regional que tem a tutela, falou da necessidade de nós percebermos como é que está a correr, porque existem alguns projetos – o regresso a casa –, mas não está ainda bem medido as consequências que terão tido. Embora eu não tenha impacto nessas medidas, eu estou um bocadinho atenta.

(Cláudia)

E, será que os entrevistados sentem que desempenham, de algum modo, um papel de ligação entre os migrantes e não migrantes, atendendo ao seu próprio percurso migratório? Cláudia revela que, de modo informal, acaba por desempenhar, por vezes, esse papel:

Às vezes é aquela coisa de, se alguém vai estudar para fora, uma pessoa dá sempre uma palavra de incentivo. [...], e há sempre aquela parte: «Está tudo bem?», «Boa sorte», «Se precisares de alguma coisa, diz»; porque percebo que, às vezes, eles reconhecem em mim alguém que já passou pela mesma experiência do que eles. Às vezes faço aquele papel, em que são os pais que ficam atrás, e tenho uma palavrinha com eles, porque percebo que, para quem fica atrás, também não é muito fácil gerir coisas. Porque nós, que vamos, criamos toda uma rotina; ou seja, universidade, criamos novos amigos e, depois, quem fica atrás, também fica com algumas dúvidas e algumas incertezas. E, às vezes, tenho esse papel, nem que seja perguntar: «Fulano já veio, já está de férias?», «Como é que está correndo?». E, às vezes, também percebo que os pais gostam de falar: «Está correndo bem. Ele teve frequências. Está fazendo isto». Eu percebo que, quando falam comigo, talvez por eu ter passado por uma situação semelhante, reconhecem em mim alguém com quem podem falar e que percebe o que eles estão dizendo.

(Cláudia)

Sofia expressa como, no exercício da sua profissão, também desempenhou, um pouco, esse papel, bem como o impacto que essa experiência teve na sua própria vida:

[...] há uma experiência aqui espetacular, que foram as aulas de português para estrangeiros, através da Direção Regional das Comunidades [...]. Trabalhei nos Cedros, que foi uma coisa que eu nunca tal tinha pensado; ou seja, eu fui trabalhar para os Cedros, todos os dias, durante seis meses, de manhã, para estrangeiros, o que foi uma delícia, porque eu aprendi tanto com eles. Eu a pensar: «Vou ensinar português àquela comunidade», e aprendi tanto com eles. Aquilo tinha desde alemães, ingleses, tinha sul-africanos, tinha americanos. Era uma comunidade espetacular. Na altura, começámos com doze. Eles queriam aprender só por aprender, porque era um pessoal mais reformado, naquela zona ali dos Cedros. Eram completamente diferentes daqueles a quem eu dava aulas à noite, na Conceição, porque eram ucranianos, georgianos, russos que vieram à procura de trabalho; efeitos ainda da reconstrução. E esses tinham uma aplicação completamente diferente dos dos Cedros, porque os dos Cedros queriam aprender para fazer as suas compras, para poder conversar; os da noite, não. Como eram mão-de-obra, eles precisavam de perceber o patrão, eles precisavam de saber as regras e para saber se se estavam a enganar no dinheiro, se não; precisavam de perceber para se integrar. Eu comecei a dar nos Cedros e na Conceição as mesmas coisas, mas a um ritmo completamente diferente, pela necessidade. Isso foi uma das experiências que eu nunca mais me vou esquecer na minha vida.

(Sofia)

Joana, por sua vez, explica como desempenha esse papel, através de gestos concretos que podem ajudar faialenses que regressam à ilha de origem ou cidadãos estrangeiros aí residentes:

Ainda este ano convidei para fazer parte das listas [partidárias] uma moça que está cá há pouco tempo, que veio e que sentiu na pele esta coisa de: «Não sei o que é que estou a fazer aqui. Porque é que eu voltei?». E eu disse-lhe: «Não te preocupes que isso passa». E o facto de ter feito parte das listas nestas eleições e de eu a ter arrastado para a campanha fez com que ela conhecesse imensas pessoas e que criasse ligações com outras pessoas. Há pessoas que são estrangeiros, mas que já residem cá há tanto tempo, que também já fazem parte das listas e é engraçado conhecer a perspectiva deles, e fazer essa ponte. Ou ajudar, como ajudei um casal amigo da Inglaterra a vir e eu esforcei-me imenso para isso, porque pensei: «Temos que aproveitar e capitalizar estas pessoas que têm vontade de se fixar cá, nem que seja durante uns meses no ano, mas têm vontade de vir para cá», porque eu sei que são pessoas entusiasmadas, que vão contribuir para a sociedade.

(Joana)

No que concerne à avaliação do regresso à ilha de origem, tal é possível aferir, antes de mais, através do modo como decorreu a reintegração no Faial. A reintegração pode ser aferida no tocante ao aspeto pessoal e, neste âmbito, Sílvia expressa que a reintegração decorreu bem, uma vez que as visitas ao Faial eram frequentes:

Voltei a reintegrar-me bem, porque não senti que perdi grande coisa. Claro que cheguei e havia coisas novas, mas não foi muito difícil de me adaptar porque, como eu vinha sempre no Natal, Páscoa, verão – e no verão passava mais tempo cá –, era como se vivesse aqui, em casa, e fosse ali “dormir a casa da vizinha”, uns tempos.

(Sílvia)

Sara, por seu turno, refere que foi fácil a reintegração no Faial, devido à qualidade de vida que é possível ter na ilha, por comparação com outros locais maiores do que o Faial:

Eu sinto que foi fácil. Eu acho que não conseguia ter este estilo de vida se estivesse a viver, por exemplo, em Lisboa. Eu saio, por exemplo, às cinco e meia e, a maior parte dos dias, tenho uma reunião às seis, tenho outra às nove; portanto, tudo aquilo em que eu participo atualmente é possível, porque eu vivo cá, porque há uma proximidade muito grande, porque não vivo em Lisboa, em que cada coisa é no seu canto e com filas intermináveis de carros à espera.

(Sara)

Tal não exclui a necessidade de sair da ilha, de vez em quando, atendendo a que o meio é, inegavelmente, pequeno, conforme refere Vera: “Gosto imenso de viver cá, foi uma escolha minha, mas, sim, é importante sair, pelo menos, uma ou duas vezes por ano. Acho que toda a gente tem que fazer isso, porque é um meio pequeno e nós precisamos de arejar”.

Socialmente, Carla sentiu ter regressado ao seu meio: “Socialmente, não tive qualquer problema, até porque regressei à minha freguesia, voltei para casa dos meus pais – só mais tarde é que saí – e toda a gente me conhecia lá”. E, até Tânia, que viveu muitos anos fora da ilha de origem, partilha dessa perspetiva: “Eu estou bem integrada. Não me custou absolutamente nada. Às vezes, tenho a sensação de que nunca saí daqui. As pessoas tratam-me como se eu nunca tivesse saído daqui”. Contudo, esse sentimento não é partilhado por todos os entrevistados; para Dinis, a reintegração, a este nível, processou-se ao longo do tempo:

Ao princípio, foi um bocadinho difícil, porque as pessoas olhavam para mim de lado, as pessoas discriminam um bocado; então, foi um bocado difícil, no princípio. Com o tempo, fui-me desligando disso e fui fazendo a minha vida normal. Hoje em dia, há pessoas que me vêm falar e que, na altura, me discriminaram. Agora, dou-me bem com toda a gente.

(Dinis)

Para Cecília, que viveu fora da ilha desde criança, há constrangimentos com os quais ainda atualmente lida, relativamente à reintegração, e que a fazem sentir-se um pouco excluída: “Há certas situações em que me sinto excluída porque, lá está, quem sempre viveu aqui tem aqueles grupinhos – que também há – e aí, eu acho que não integro. Nessa parte, sinto-me um pouco excluída. Mas, fora isso, acho que a integração correu bem”.

Já Alice, julgava que iria sentir constrangimentos, quanto à sua reintegração na ilha de origem; porém, tal não sucedeu:

Eu achei que ia ser difícil, mas, depois vi cá pessoas muito interessantes, que era uma coisa que eu tinha receio, porque achei que, aqui, era tudo um bocadinho mais limitado, porque não tinham tido grandes vivências; viviam nisto e, pronto, era isto que tinham. Mas, por acaso, não. Encontrei aqui pessoas de cá bastante interessantes, pessoas que eu nem conhecia antes, ou que eu até conhecia, mas com quem não me relacionava diariamente. E acho que foi bastante fácil integrar-me cá.

(Alice)

Quanto ao aspeto económico, também a reintegração funcionou de forma diferente para os ex-migrantes internos. No caso de Alice, o regresso foi financeiramente compensatório: “Financeiramente, para mim, é muito bom. Não pago casa. Tenho ajuda de suportes alimentares, tanto da família do meu companheiro, como da minha – almoço na casa de um, janto na casa de outro”.

Diana refere que, por razões económicas, tem que trabalhar: “A nível monetário, eu tenho que trabalhar; posso não trabalhar o ano inteiro, mas, pelo menos, metade do ano, eu tenho que trabalhar”. Diogo, que se fixou, aquando do regresso, em zona periférica da ilha, beneficiou de apoio financeiro para o efeito; porém, o que, à partida, poderia representar uma mais-valia, com o passar do tempo, veio a levantar dúvidas e incertezas, com impacto no seu processo de reintegração:

Eu tive um apoio considerável por fazer um negócio fora da cidade. Na altura, eu procurei espaços no centro, mas queriam muito dinheiro. [...]. Em parte, não me arrependi da minha decisão e, noutra parte, se calhar, já me arrependi, porque, com o aumento da concorrência, as pessoas acabam por procurar o facilitismo, vão para onde lhes dá mais jeito. [...]; ou seja, aquilo que me fez fazer o meu negócio aqui, também faz com que, às vezes, me apeteça desistir.

(Diogo)

Ainda no âmbito económico, se, para uns, o regresso à ilha representa um retrocesso, em termos de oferta de mercado, comparativamente a meios maiores do que o Faial, para outros, como Dinis, tal não representa um problema: “Eu acho que, hoje em dia, com a internet, uma pessoa tem acesso a tudo, pode comprar tudo; pode é demorar mais um bocadinho a chegar. Mas uma pessoa tem acesso a tudo cá, tudo o que necessita para cá”.

Profissionalmente, houve também quem tivesse sentido constrangimentos, no processo de reintegração na ilha, por não ter conseguido começar a trabalhar, de acordo

com as expectativas que tinha, por não ter experiência profissional. Sofia, descreve a sua situação:

Há aqui uma situação, que foi a situação pior que eu passei, que foi a ilusão de chegar aqui e arranjar trabalho. [...]. Na altura em que regressei, concorri para tudo. Fiz vários concursos, inclusive para outras áreas de trabalho [...]. Tirava ótimas notas nas provas de conhecimento, mas falhava sempre, porque não tinha experiência. Aquilo quase que era um problema sem fim. Realmente, esta questão do trabalho, de não trabalhar, de não ser validada pela sociedade – «O que é que estás a fazer?», «Estou a dar explicações» –, acho que as pessoas não viam isso mal, eu é que não me sentia bem, porque tinha estado seis anos a gastar dinheiro aos meus pais e não me estava a realizar; estava a dar explicações, como tantos outros davam, mas não era aquilo, era mesmo dar aulas.

(Sofia)

O mesmo não aconteceu com Cláudia, que teve a possibilidade de começar a trabalhar logo após o regresso:

Eu tive sorte. Primeiro, nunca estive sem trabalhar. Eu acabei o curso em julho, regressei, comecei a trabalhar em outubro desse ano e, desde então, nunca estive sem trabalho, o que eu acho que é muito positivo, perante o cenário todo que se tem vivido. E, sobretudo, tenho conseguido fazer aquilo que gosto.

(Cláudia)

Sara salienta o aspeto de poder trabalhar na área de formação académica, quando tinha colegas, em território continental, que não tinham tido a mesma sorte:

A nível de trabalho, acho que tive uma boa integração. Na altura, houve uma grande aposta no meu desenvolvimento, mesmo para a empresa. Claro que para quem está a sair da universidade, isso também é um motivo de querer trabalhar mais e melhor, porque muitos dos que saem das universidades não estão a trabalhar, propriamente, na sua área. Em comparação com alguns colegas que tinham saído da universidade, eu sentia que estava bem e a remuneração que recebíamos não era má, em comparação a alguns casos de colegas que estavam lá fora a trabalhar.

(Sara)

Alice, que trazia experiência de ter trabalhado na sua área de formação académica, em território continental, considera que a especialização e a experiência profissionais são, efetivamente, mais valorizadas na ilha de origem do que no local de acolhimento e isso, no seu caso, foi uma ajuda à reintegração, não obstante sentir que o trabalho diário que desempenha é mais limitado na ilha do que no continente:

A nível profissional, sinto-me aqui um bocadinho mais limitada, em termos de trabalho diário. Mas aqui dão mais oportunidades. O trabalho, aqui, é mais valorizado – a profissão é mais valorizada – e o investimento na própria profissão é mais valorizado. Lá, toda a gente tem uma pós-graduação ou um mestrado, e és mais um. Aqui, não. Aqui, quem tem currículo é valorizado, tem oportunidades; aqui, sim. Eu também noto isso, porque, pelo facto de ter estado fora muito tempo e de ter vivido várias experiências diferentes [...], aqui chamam-me – a Administração –, a perguntar como é que era lá. Eles aqui têm interesse em saber como é que se faz melhor.

(Alice)

Paulo refere, contudo, que a diferença de mentalidade entre as pessoas do local de acolhimento e da ilha de origem se sente também no meio profissional: “A mentalidade daqui não é igual à do pessoal do continente, ao nível do serviço. E, mesmo as pessoas daqui, não tem nada a ver; a mentalidade é diferente. E isso, ainda hoje, é uma coisa que me chateia”.

A parte cultural também foi referida, designadamente por Sara: “Eu já gostava de cinema, mas fiquei a gostar cada vez mais; portanto, é algo que sempre que posso e sempre há possibilidade, a nível local, de peça de teatro, eu gosto sempre de participar. [...]. Acho que despertei mais para a cultura”.

Politicamente, apenas Diana refere que tinha anteriormente intervenção nesta área e que, por ocasião do regresso à ilha, reintegrou-se igualmente a este nível: “Eu voltei, politicamente, para as mesmas pessoas, que, em parte, vão segurando aqui o partido. Portanto, politicamente, estou ativa [...]”. Não obstante, após o regresso, outros quatro ex-migrantes internos regressados, que não mencionaram qualquer tipo de intervenção política anterior, expressaram ter vida política ativa, conforme resulta do ponto referente à contribuição para o desenvolvimento da ilha de origem, no âmbito político. De salientar que, desses quatro entrevistados, três exerciam cargos políticos a tempo inteiro, na altura da realização da entrevista.

A reintegração dos ex-migrantes internos no Faial foi marcada por aspetos facilitadores, mas também por aspetos dificultadores. Quanto aos aspetos facilitadores, André destaca, de imediato, o facto de estar a regressar ao local de origem, onde estão as suas referências: “Facilitou ser a nossa ilha, ter cá a nossa casa, a nossa família, os nossos amigos, os nossos conhecimentos. Conhecermos o terreno, claro que facilita; é muito diferente de ir viver para um sítio onde a gente não conhece ninguém”.

Paula, por seu lado, salienta a manutenção do contacto com a ilha: “Facilitou, talvez, ter mantido sempre o contacto. Se eu tivesse desaparecido durante dois anos, se calhar, quando voltasse ia ser diferente do que manter o contacto com as pessoas de cá. O vir cá de férias, sempre que podia, acho que deve ter facilitado”.

Alice destaca o papel da família, designadamente dos pais, no contexto da reintegração:

Quando voltei, já tinha casa. Os meus pais têm casas disponíveis, para aluguer, e eu acabei por ficar com uma delas; eles ofereceram-me como boas-vindas e, portanto, tive a vida facilitada, nesse aspeto, porque, senão, tinha acabado na casa deles, pelo menos, por um período de tempo.

(Alice)

Também são salientados aspetos facilitadores, em termos profissionais. Tiago refere o seguinte: “Facilitou-me o facto de já conhecer os colegas de trabalho [...], foi fácil a reintegração. Nesse aspeto correu bem. Vim para uma especialidade nova, que tinha começado naquela altura e isso, só por si, já era motivador”. Alice, por seu turno, refere que foi precisamente o facto de não ser conhecida que facilitou a sua reintegração, até mesmo profissionalmente:

Uma coisa que me assusta muito, cá, é que as pessoas se conhecem todas. Eu, como estive muito tempo fora, cheguei e não conhecia ninguém. Então, foi ótimo, porque comecei, de novo. Comecei a conhecer outras pessoas; a maior parte das pessoas não sabiam que eu era de cá, nem no trabalho, e então ajudou a considerar-me uma estranha.

(Alice)

Outro aspeto que esta entrevistada menciona, ainda no plano profissional, foi relevante e determinante na sua reintegração: “O facto de ter experiência, ajuda muito para ingressar. Eu sabia que, um dia que quisesse vir, era fácil; ia passar à frente de todos os que não tinham experiência”.

Quanto aos aspetos dificultadores da reintegração, Cláudia nada tem a apontar: “Não senti nada que tenha dificultado a minha reintegração”. Para Vera, o facto de ter passado alguns anos fora da ilha, por si só, já dificulta a reintegração, agravado pelo facto de ter regressado a casa dos pais, o que, para outros, foi considerado um aspeto facilitador:

[...] no regresso, foi difícil o facto de ter estado cinco anos fora. E a verdade é que, depois, nós adquirimos a nossa autonomia, os nossos próprios hábitos e ritmos de fazer as coisas. E, depois, regresssei para casa dos meus pais, eles têm os seus ritmos e uma pessoa tem que ter algum jogo de cintura, para as coisas correrem bem. Também não ia impor as minhas vontades, porque estava em casa deles.

(Vera)

No que concerne ao aspeto social, Sílvia considera dificultador o facto de ser conhecida por toda a gente: “Claro que dificulta o facto de a gente conhecer toda a gente, de toda a gente se meter na vida de toda a gente, essas coisinhas assim que, por ser pequenino, é que se dispensavam um bocadinho, na minha maneira de ver”.

Para alguns, como Cecília, o aspeto dificultador mais relevante situa-se no plano profissional: “Eu acho que foi a dificuldade de arranjar trabalho. As empresas são

pequeninas, não podem ter muitos trabalhadores e não foi fácil arranjar trabalho”. Na opinião de Carla, a área de trabalho em que se especializou teve influência, relativamente à reintegração na ilha de origem:

O que dificultou foi a área de ensino. Eu não tinha muitas expetativas que ia conseguir, mas talvez tinha alguma esperança. Eu pensava: «Pode ser que as coisas não sejam tão más como dizem». Talvez se tivesse tirado outro curso, por exemplo, na área da saúde..., porque eu via colegas minhas, na área de enfermagem, que tiraram o curso e tiveram logo emprego. E eu com aquela frustração: «Fui para a parte das línguas e agora? Agora, não consigo nada». E aí, se calhar, se tivesse tirado outro curso, tinha sido mais fácil a integração no trabalho.

(Carla)

Face ao que antecede, é necessário apurar o balanço do regresso, relativamente aos ex-migrantes internos regressados. Tiago refere que o balanço é positivo, atenta a ponderação entre regressar e não regressar:

Acho que é um bocado próprio da idade querer sair e conhecer novas coisas, novas aventuras, novos projetos... sair um bocadinho da zona de conforto. Mas, lá está, estando lá é que, pesando os prós e os contras, fez com que eu decidisse que era cá que queria viver. [...]. O balanço é positivo. Reintegrei-me cá bem. Gosto de viver cá.

(Tiago)

Cláudia também refere que o balanço é positivo, uma vez que pôde, no regresso, aplicar os conhecimentos adquiridos durante o período migratório:

[...], quando voltei, deixei atrás coisas que me causam saudade. Isso não me deixa triste, pelo contrário; ou seja, faz-me pensar que apliquei aquele tempo onde devia ter aplicado e, sobretudo, saio com o sentimento de que o curso me deu as ferramentas que eu precisei e que, depois, comecei a aplicar. Por isso o balanço é positivo.

(Cláudia)

Para Paulo, o balanço é positivo em termos profissionais, e pouco mais: “Sem dúvida que eu, se não tivesse ido para fora, não teria tido este trabalho; logo, a nível profissional, foi positivo. De resto, o balanço positivo é a minha filha, mais nada”. Dinis, afirma que o balanço é positivo pela possibilidade de trabalhar numa área profissional desejada e, precisamente, pelas condições que a própria ilha oferece: “É positivo. [...]. Estou no meio do oceano, no que gosto de fazer e tenho oportunidade de ter contacto, na área onde trabalho, com gente de todo o mundo. É um sítio espetacular para criar filhos, ainda. Acho que é um sítio de oportunidades, ainda”.

Diogo também refere que o balanço é positivo, embora não isento de críticas:

Eu acho que é positivo. O facto de ter críticas a fazer ou de estar desgostoso, eu acho que faz parte; não devo ser o único. Numa perspetiva global, eu gosto de viver cá. Não me arrependo de ter feito o que fiz, porque acho que é um risco e a vida é feita de riscos. [...]. Mas, no geral, eu gosto de estar cá e dou valor àquilo que nós temos; aproveito aquilo que nós temos. Gosto muito da natureza, gosto muito dos trilhos; nós vivemos no paraíso.

(Diogo)

Alice menciona que o balanço é positivo, atendendo ao contexto de vida que lhe foi proporcionado no regresso, sem prejuízo de alguma falha que a ilha possa ter:

É, sem dúvida, positivo. Sinto-me cá bem. Se calhar, este é um ponto de vista de alguém que tem uma vida muito fácil aqui. Se eu tivesse outros encargos, se calhar, não acharia assim. Mas, para já, não tenho filhos, não tenho grandes compromissos, posso fazer o que me apetece. Mas, acho que, em todos os aspetos, sinto-me bem cá. Eu acho que correu muito bem; eu nunca me arrependi de ter voltado. Sinto-me cá bem, a todos os níveis. Só mesmo culturalmente é a única falha; acho que é o grande senão.

(Alice)

Mas Vicente considera que, conforme o tipo de vida que se faça, viver no Faial poderá ser igual a viver em qualquer outro lugar, mas com melhor qualidade de vida:

[...] há colegas que dizem: «Voltar ao Faial? Não há lá nada para fazer». O que eu costumo dizer é: «Se tu tiveres o teu trabalho e algo extratrabalho, tu passas o dia como se passasses em Lisboa, mas muito melhor». Eu penso que, se eu estivesse em Lisboa, eu não conseguia fazer o que faço aqui [...]. Era impossível. [...]. Para já, está a ser bastante positivo. Felizmente, tenho encontrado sempre trabalho, sempre algo que me deixa, assim, ocupado e que me dá prazer também fazer.

(Vicente)

Tânia, que esteve fora da ilha durante um largo período de tempo e, quando visitava a ilha, já não a sentia como sua, teve uma surpresa no regresso: “Eu quando vinha cá de férias, às vezes, tinha a sensação que isto já não era meu, que isto não já não me dizia nada. Mentira. Eu, quando regressei, senti que pertenço aqui”. O mesmo se passa com Diana, que partilha o balanço do regresso do seguinte modo:

É positivo. [...]. Eu digo uma frase que já existe e que alguém diz: “Eu saí da ilha, mas a ilha nunca saiu de mim”. Desde que regressei, eu sinto que olho para tudo com muita riqueza. [...] eu sinto-me enriquecida por ter voltado às minhas raízes, por viver aqui, por estar naquilo que é meu, por viver na freguesia onde eu nasci [...].

(Diana)

Como se perspetiva o regresso para os entrevistados: definitivo ou temporário? Vicente, por motivos profissionais, considera o regresso ao Faial como temporário; porém não equaciona voltar a sair do arquipélago:

Aqui, no Faial, temporário; nos Açores, definitivo. [...] uma das razões por ter feito o mestrado nesta área e ter escolhido fazer o estágio cá, foi mesmo essa: ficar aqui pelos Açores. Porque, estar no Faial ou em São Miguel, as diferenças vão ser mínimas; até, se calhar, preferia estar em São Miguel, que é maior e, na minha área, se calhar, era melhor.

(Vicente)

Já a maioria encara o regresso como definitivo. Como refere Tiago: “Em princípio, é definitivo. Não me passa pela cabeça ter outros projetos de sair da ilha, sem ser de férias”. Alice, por seu turno, considera que sair novamente não é uma hipótese: “Sem

dúvida, definitivo. [...]. Estou a fazer casa cá, não me quero mudar”. E há quem, como Cláudia, não veja, sequer, grande compensação em sair:

É definitivo. [...]. Às vezes, até na questão da emigração, dizem: «Vamos para ali». E eu digo: «Está bem, mas o que é que vais ganhar? Só mais salário? E o resto?». Não acho que compense. Mas, também, o meu marido está cá colocado; ou seja, se quiser, é para o resto da vida, por isso, se não acontecer nada de extraordinário, que pode sempre acontecer, é para ficar.

(Cláudia)

Sílvia, embora considere o seu regresso definitivo, admite a possibilidade de voltar a migrar:

Agora, isso não me passa pela cabeça; portanto, eu acho que é definitivo, mas a gente nunca pode dizer nunca. Eu não sei qual é que vai ser o dia de amanhã, mas também, se voltasse a migrar, tinha que ser com condições – saber para onde é que vou, para que casa –; tinha que ter a certeza que não ia ser um robô e viver naquela azáfama, porque aquilo é demais.

(Sílvia)

Paulo, em contrapartida, assume que apenas está no Faial pela sua descendência; caso contrário, já teria saído novamente: “Eu estou aqui, porque não posso ir para mais lado nenhum. É a minha filha, basicamente, porque, de resto, eu ia-me embora e não olhava para trás. Mas ia sentir falta de algumas coisas, naturalmente”.

No caso de Sofia, apenas aceita a possibilidade de sair novamente do Faial, pelos filhos:

Neste momento, como definitivo. Mas, tenho a porta aberta para, um dia, como mãe-galinha, ir atrás dos meus filhos. Se eu percebesse que isso poderia ser benéfico para os meus filhos, só me arriscaria a voltar a sair numa situação dessas. Mas, para já, não, não equaciono sair daqui.

(Sofia)

Cecília, por seu turno, não vê como certa a necessidade de voltar a sair da ilha, muito por força do regresso de conterrâneos que contribuíram para o desenvolvimento da ilha:

Penso que será definitivo. A gente não sabe o dia de amanhã. [...]. Acho que aqui é que é bom para criar as crianças. Aqui é tudo perto. Apesar de tudo, o que eu acho é que tem aqui mais opções do que havia na minha altura. Já temos ballet, temos hip-hop. Lá está, os que vão estudar, também já vão trazendo coisas novas. Já há ginásios, que, na altura, não havia. O que eu vejo é que as minhas filhas têm oportunidades, aqui, que eu não tinha.

(Cecília)

Mas, mesmo que o futuro reserve uma saída da ilha, seja pelos filhos ou por outros motivos, para Diana, o regresso está sempre no horizonte:

[...] dificilmente eu sairia de cá; só na circunstância de o filho ou as netas precisarem, ou por algum motivo de saúde do meu marido [...]. Aí, não posso olhar para trás, porque eu não sou feliz aqui se o meu marido não estiver bem, ou se o meu filho e as minhas netas não

estiverem bem; portanto, eu tenho que conjugar as coisas. E teria que fazer um sacrifício pela família. Mas, depois, há sempre um regresso. A ilha não foge. E a ilha não sai de mim.

(Diana)

4.1.1.4. Síntese da experiência migratória dos ex-migrantes internos

De forma resumida, e procurando agregar as regularidades extraídas dos testemunhos apresentados, não obstante as situações que divergem da tendência e que estão igualmente vertidas neste estudo, é possível verificar que a maior parte dos ex-migrantes internos regressados, aquando da partida, residia integrado no respetivo agregado familiar, tendo, na altura, concluído o ensino secundário na ilha do Faial.

Relativamente às circunstâncias da partida, constata-se que a maioria dos ex-migrantes internos regressados saiu da ilha de origem para prosseguir estudos no ensino superior, e fê-lo de forma voluntária, ainda que, na maior parte dos casos, para continuar os estudos fosse imperiosa a saída da ilha. De registar o número de estudantes do sexo feminino que saiu da ilha de origem para realizar estudos superiores, substancialmente superior ao dos homens.¹²¹ Há igualmente casos em que a saída se deveu a razões familiares e, nestas situações, a saída deu-se, não por opção, mas por necessidade.

A maior parte dos entrevistados saiu da ilha de origem sozinha, embora na viagem tivesse, por vezes, o acompanhamento de familiares e/ou amigos. A ajuda no momento da partida aos ex-migrantes internos foi, sobretudo, prestada por familiares.

Entre os participantes neste estudo com esta tipologia migratória, apenas um saiu mais do que uma vez da ilha; inicialmente, saiu para prosseguir estudos superiores e, posteriormente, saiu por razões profissionais, por determinação da entidade patronal.

Relativamente aos ex-migrantes internos regressados, a expectativa inicial relativamente à estada era a conclusão do programa de estudos de ensino superior, e regressar. Para uns, o regresso deveria ser imediato; para outros, o intuito era iniciar a vida profissional e adquirir experiência no continente, e regressar em seguida. Em alguns casos, a duração efetiva da estada correspondeu à expectativa inicial; noutros, não.

¹²¹ Como sustenta Lalande (2006): “[...] o aumento da escolarização da população feminina tem sido progressivo e evidente, sobretudo ao nível do ensino superior, onde é cada vez mais significativo o número de mulheres licenciadas, facto que influencia diretamente a qualificação dos recursos humanos femininos na população ativa” (2006, p. 11).

Contudo, o período da estada circunscreveu-se, na maioria dos casos, à realização dos estudos superiores ou estendeu-se a algum período curto de atividade laboral em território continental. Diverge deste padrão quem saiu por motivos familiares, que viveu um período assinalável no continente e, uma vez fora da ilha, não pensava regressar tão cedo ou sequer regressar; porém, a expectativa de quase todos os ex-migrantes internos entrevistados era o regresso ao Faial.

Quanto aos motivos do destino escolhido, por um lado, havia quem já tivesse essa definição antes de sair, assim como houve quem tivesse escolhido o destino por acaso, ou até por desconhecimento de outros locais em território nacional. Mas, foi recorrente o facto de haver referências a respeito do local, de haver redes de apoio, designadamente amigos em determinada localidade, ou devido às acessibilidades, que facilitavam a deslocação entre o local de acolhimento e a ilha de origem.

Mas, assim como houve quem tivesse saído e regressado mais do que uma vez, também houve quem tivesse tido mais do que um local de acolhimento, ao longo da estada. No caso desta tipologia migratória, a mudança de local de acolhimento foi motivada por diversos fatores, mormente, pelo início de atividade profissional, por aspetos logísticos, por formação académica ou pela necessidade de mudança de ambiente.

Relativamente à integração no local de acolhimento, no plano pessoal, os ex-migrantes internos salientam a diferença sentida, desde logo, em termos geográficos, destacando a necessidade do mar, pelo qual sempre viveram rodeados. Não obstante, a facilidade ou não de adaptação geográfica também dependia de eventual contacto anterior com o local de acolhimento.

Socialmente, também se fez sentir a influência da dimensão do local de acolhimento, sendo frequente a sensação de indiferença para a maioria, que permaneceu em meios populacionais grandes; contudo, não obstante as dificuldades eventualmente sentidas de adaptação ao meio, estabeleceram-se nesse período, igualmente, laços de amizade que perduram.

Em termos de habitação, os familiares residentes no continente desempenharam um papel importante, dando guarida, ajudando na integração e servindo de rede de apoio

no destino e de elo de ligação à ilha de origem; não obstante, muitos dos entrevistados não tiveram esta possibilidade e viveram com amigos, com colegas ou sozinhos.

Quanto a assistência médica, não se registam problemas, uma vez que o serviço nacional de saúde também lhes era aplicável, embora se saliente quem tivesse subsistema de saúde, por ser titular do direito a esse subsistema ou familiar.

Já quanto a educação, são referidos constrangimentos, relativamente à ilha de origem, em termos de cultura geral, do acesso às fontes de conhecimento e quanto aos conteúdos lecionados.

Em termos culturais, destaca-se o gosto por atividades desta natureza. Por outro lado, na relação entre culturas, tanto se regista manifestação de interesse relativamente às características culturais da ilha do Faial, como indiferença pelas mesmas. A língua – neste caso, a pronúncia – também é referida neste ponto, ora porque o sotaque era apontado e utilizado como forma de discriminação, ora porque se esperava que, sendo açoriano, o ex-migrante interno faialense tivesse sotaque e, afinal, não.

No tocante ao aspeto económico, a maior parte dos entrevistados refere ter sido sustentada pelos pais durante a estada, sem prejuízo de alguns (poucos) terem recebido apoio institucional, público ou privado, por via de atribuição de bolsas de estudo.

Profissionalmente, a maioria dos participantes que desempenhou funções no continente, fê-lo após a conclusão de formação académica ou profissional em território continental e, nesse caso, trabalhou na sua área de formação. Quem não concluiu estudos superiores e trabalhou, estando no continente, desempenhou atividade profissional pouco qualificada ou com condições de trabalho precárias. Quem já trabalhava no Faial e migrou, continuou a trabalhar, no continente, para a mesma entidade patronal – neste caso, o Estado português –, uma vez que se tratava de trabalhadores em funções públicas, mobilizados em processos de transferência ou colocações, por motivos de natureza pessoal ou por imposição da entidade patronal, contrariamente ao que poderia eventualmente considerar-se.

No que concerne à parte política, apenas um entrevistado manifestou ter intervenção, em território continental.

Relativamente ao contacto com a ilha de origem, os entrevistados referem o contacto, com maior ou menor frequência, sobretudo, por telefone, mas também através das redes sociais, tendo presente a evolução das formas de comunicação ao longo dos tempos. Mas também havia visitas à ilha, sobretudo durante as interrupções letivas, no caso dos estudantes; nos restantes casos, as deslocações davam-se com maior ou menor regularidade, em função, designadamente, da capacidade financeira para tal. E casos houve em que as visitas integraram o projeto de regresso ou alimentaram o desejo de regresso à ilha de origem.

O contacto com faialenses também permitia manter a ligação com a ilha de origem, proporcionado não só por familiares no local de acolhimento, como também por outros faialenses que se encontravam a residir nos mesmos locais, ajudando, por vezes, a atenuar as saudades da ilha de origem. Por outro lado, também a participação em associações de migrantes ou de açorianos possibilitava a ligação à ilha; porém, a maioria dos entrevistados, pelas mais diversas razões, não integrou o contexto associativo.

A manutenção de hábitos da região de origem também foi fundamental na ligação com a ilha, destacando-se aqui a manutenção de hábitos gastronómicos da ilha, mas também de datas que apenas se comemoram no contexto insular açoriano ou que se comemoram de forma característica nesta região.

Para os ex-migrantes internos houve aspetos que marcaram a estada. Quanto aos que mais agradaram ou de que sintam saudade, destaca-se a oferta, designadamente cultural e de mercado, bem como as possibilidades de deslocação e de anonimato, próprias de meios maiores no continente, que não existem na ilha de origem. Em contrapartida, também houve aspetos que desagradaram e que se prendem, designadamente, com a indiferença das pessoas, a insegurança e a agitação, próprios de meios populosos, mas também o elevado custo de vida, que, no seu todo, interferiram na vida dos ex-migrantes internos, durante a estada.

A migração representou mudanças para os ex-migrantes internos regressados, sobretudo, no que concerne à aquisição de conhecimentos específicos e de experiência, que pretendiam aplicar na ilha de origem. Para quem viveu um período assinalável de tempo no continente e acabou por constituir aí família, a migração possibilitou

oportunidades para o ex-migrante e para a família, mormente, a sua descendência, que não teriam tido se não tivesse saído da ilha de origem. Mas o próprio ex-migrante pode ter igualmente sentido mudanças a um nível mais profundo, o da identidade, sentindo-se de 'cá' e de 'lá'.

Quanto às circunstâncias do regresso dos ex-migrantes internos que participaram neste estudo, as mesmas estão relacionadas, desde logo, com as motivações para o regresso. Na maior parte dos casos, os entrevistados regressaram ao Faial por aí se encontrarem as respetivas famílias, de quem, nuns casos, receberam apoio e a quem, noutros casos, prestaram apoio.

As razões económicas também pesaram na decisão de regresso, onde era possível residir com menores custos de vida. A motivação profissional destaca-se igualmente neste ponto, atendendo a que vários entrevistados regressaram à ilha de origem para exercer atividade profissional, na sua área de formação. Paralelamente, também a qualidade de vida é apontada como motivo para regresso à ilha. O desejo de poder contribuir para o desenvolvimento da ilha de origem foi igualmente uma razão para regressar. Também o simples facto de se terem cumprido os objetivos traçados, determinou o regresso à ilha de origem.

A decisão de regresso foi individual ou partilhada, consoante as circunstâncias de vida de cada ex-migrante, mas foi, maioritariamente, individual; também para a maioria dos entrevistados, o regresso encontrava-se nos seus planos, embora nem sempre se tivesse concretizado nos moldes previstos. Também para a maior parte dos ex-migrantes o regresso efetuou-se sozinho, sendo pontuais as situações de permanência de familiares, pelo menos de familiares próximos, no local de acolhimento.

A maioria dos ex-migrantes não recebeu qualquer apoio institucional para o regresso ou reintegração. Em contrapartida, destaca-se a atribuição de estágios profissionais na ilha de origem, no âmbito de programa do governo regional para facilitar a reintegração e a inserção no mercado de trabalho, sobretudo aos jovens com formação universitária, à procura de primeiro emprego, sendo que vários foram os ex-migrantes internos participantes neste estudo a recorrer a estágios desta natureza.

Como consequências do regresso no plano individual, os ex-migrantes regressados podem passar a perceber a ilha de origem de forma diferente antes e após o regresso; a maioria, contudo, não notou desenvolvimento na ilha. Foi, no entanto, salientado que, em comparação com outros locais no continente, com a mesma população, a ilha chega a ter mais serviços. É também salientado o facto de se valorizar mais a ilha de origem após o regresso.

De igual modo, houve quem destacasse que as diferenças na ilha não se situam quanto ao 'antes' e ao 'depois' do regresso, mas sim relativamente ao que se conhecia da ilha antes da partida e o que se conheceu da ilha após o regresso, por força da atividade profissional que conduziu a um conhecimento mais profundo da realidade da ilha de origem.

Também houve ex-migrantes internos que referiram ter sentido diferença na população local, e não da própria ilha, que foi, de alguma forma, renitente às novidades trazidas de fora da ilha por ex-migrantes regressados. Não obstante, a grande maioria dos ex-migrantes internos refere que foi bem-recebida pela população local, designadamente pela frequência das visitas à ilha durante o período migratório e por serem conhecidos da população.

Após o regresso, houve aspetos que marcaram a reintegração dos ex-migrantes internos no Faial. Relativamente aos aspetos facilitadores, os entrevistados referem, sobretudo, o facto de serem naturais da ilha, de visitarem com frequência a ilha, terem aí a família e casa, mas também o facto de, em alguns casos, já haver experiência profissional, o que facilitou a reintegração. Já os aspetos dificultadores mais referidos foram o facto de se ser conhecido da população, que leva a situações, por vezes, intrusivas, bem como a dificuldade em encontrar emprego, mormente, na área de especialização.

Os ex-migrantes internos mantiveram, de alguma forma, contacto com o local de acolhimento, depois de regressarem. Desde logo, contactam amigos que conheceram durante o período migratório, mas também com familiares, por telefone e através das redes sociais, mas igualmente através das notícias nacionais. Os entrevistados mantêm contacto também por via das visitas ao local de acolhimento, o que acontece com maior

ou menor frequência, seja por motivos de lazer, de assistência médica ou por razões profissionais, e quem adquiriu habitação própria e tem familiares diretos no local de acolhimento realiza visitas com bastante frequência. Quanto aos hábitos adquiridos no local de acolhimento e mantidos após o regresso, a gastronomia é o aspeto mais referido, com a introdução de hábitos alimentares que anteriormente não tinham; curiosamente, um entrevistado refere que “há hábitos cá e há hábitos lá”, os quais não se misturam, pois são próprios de cada local.

O impacto do regresso do ex-migrante interno na ilha de origem é sentido, antes de mais, através da sua contribuição para o desenvolvimento local ou regional, onde se destaca a contribuição em termos profissionais, porquanto a maioria dos ex-migrantes internos regressou à ilha e inseriu-se no mercado de trabalho, na área da sua formação académica ou profissional, acrescentando diversificação e qualificação dos serviços prestados na ilha.

Economicamente, também há contribuição por parte dos entrevistados que, em termos individuais, referem o facto de gastarem os seus ordenados na ilha e, quem desenvolve um negócio próprio, potencia a concorrência na ilha.

No tocante ao aspeto demográfico, há igualmente uma contribuição significativa no sentido da diminuição da população envelhecida na região, uma vez que os ex-migrantes internos regressaram, na sua maioria, nos primeiros tempos de vida adulta.

Já em termos políticos, também se regista uma contribuição assinalável, uma vez que vários ex-migrantes internos regressados estiveram investidos em cargos políticos, intervindo direta e ativamente nas decisões que dizem respeito à ilha, embora nenhum destes ou dos restantes ex-migrantes internos regressados tenha tido participação na formulação de políticas migratórias regionais.

Quanto a representarem um papel de ligação entre os não migrantes e os migrantes, dos ex-migrantes internos entrevistados, houve quem, de modo informal, tenha sido elo de ligação entre quem sai e quem fica na ilha, frequentemente pais que ficam na ilha e filhos que saem para estudar; mas também houve quem, através da profissão, tenha desempenhado um papel de apoio a migrantes estrangeiros que se fixaram na ilha, bem como a ex-migrantes regressados, ajudando-os na (re)integração.

Relativamente à avaliação do regresso, os entrevistados referem que a reintegração na ilha decorreu, maioritariamente, bem. No que concerne ao lado pessoal, destaca-se a qualidade de vida que é possível ter no Faial, contrariamente ao local de acolhimento.

Socialmente, a reintegração correu bem para quem manteve contacto regular com a ilha durante a estada fora da ilha; já para quem viveu algum tempo fora da ilha, sem a visitar durante um longo período, o processo de reintegração foi mais difícil e lento, levando, por vezes, a ter a sensação de exclusão ou de discriminação.

A reintegração, em termos económicos, correu bem para quem contou com o apoio, sobretudo, dos pais; já quem se lançou num negócio por conta própria, teve alguns contratempos, que levaram a ponderar, pelo menos inicialmente, uma remigração. Em termos de oferta de mercado, é frequente o entendimento de que o Faial tem o necessário para viver, pelo que também nesse aspeto a reintegração decorreu bem.

Profissionalmente, a reintegração no Faial foi boa, atendendo a que a maioria dos ex-migrantes internos conseguiu integração no mercado de trabalho na área da sua formação, académica ou profissional; contudo, nem todos o conseguiram de imediato, tendo alguns referido dificuldade nesse aspeto, designadamente por falta de experiência profissional.

No que respeita à parte cultural, foi mencionado que a reintegração no Faial levou a procurar mais a oferta, a este nível, existente na ilha.

No tocante à parte política, apenas um dos entrevistados tinha anteriormente intervenção a este nível e, aquando da reintegração no Faial, manteve-a; os restantes entrevistados com intervenção política na ilha, apenas passaram a tê-la após o regresso à ilha de origem.

Quanto ao balanço do regresso, é consensual entre os entrevistados que foi positivo. Já quanto à escolha entre o regresso definitivo ou temporário, para a maioria, é definitivo, pelas condições de vida oferecidas na ilha; todavia, alguns entrevistados assumem a possibilidade de remigrar em caso de necessidade, designadamente pelos filhos; há também quem, por motivos profissionais, pondere sair da ilha, mas não do arquipélago.

4.1.2. Ex-migrantes internacionais

O grupo de ex-migrantes internacionais regressados que compõem este estudo é constituído por nove pessoas, seis do sexo masculino e três do sexo feminino. À data da realização das entrevistas, um terço dos participantes concentrava-se na faixa etária dos 50-59 anos, estando os restantes elementos distribuídos pelas faixas etárias dos 30-39 anos aos 70-79 anos e, entre todos, cinco encontravam-se em situação profissional inativa e quatro em situação ativa.

4.1.2.1. A partida: em busca de melhores condições de vida

Relativamente à situação na ilha do Faial aquando da partida, quanto aos migrantes internacionais, todos eles viviam, na altura, com os seus familiares. No caso masculino, os entrevistados eram, na sua maioria, trabalhadores. Quanto a Afonso, o mesmo trabalhava com a família, na agricultura: “Nessa altura, estava aqui no quartel e trabalhava, a ajudar o meu pai e os meus irmãos nas vacas, porque a gente fazia a vida na terra. O meu pai não me pagava. A gente trabalhávamos para comer”.

Beatriz, que saiu da ilha há muitos anos, refere: “O meu pai era lavrador, a minha mãe era doméstica [...]. Eu ajudava em casa”. Já Cátia, que saiu da ilha mais recentemente, exercia atividade profissional: “Quando vivia cá, trabalhava numa loja, era casada e vivíamos com a minha mãe”. Anabela, por seu turno, ainda era uma criança aquando da partida e vivia com o seu agregado familiar, sendo que antes da saída para o país de acolhimento, encontrava-se transitoriamente noutra ilha, devido a uma catástrofe natural, que marcou o passado recente da ilha do Faial e da sua população – a erupção do vulcão dos Capelinhos, que se manteve em atividade entre os anos de 1957 e 1958: “A minha freguesia, naquela altura, não estava ainda muito afetada, mas como as cinzas do vulcão eram muitas, não dava para ter as nossas coisas. Então, a minha mãe não podia trabalhar na terra, não se podia fazer certas coisas e, então, a gente foi para o Pico e ficámos lá com o meu pai”.

A nível económico, as condições de quem vivia na ilha nem sempre eram as melhores, como refere Bento: “Na altura, eu trabalhava cá e ganhava o ordenado normal, que é muito pouco ou nada”. Gustavo tinha uma situação diferente: “A minha situação era boa, tinha uma vida bastante estável, eu estava empregado, a minha esposa estava empregada”. Daniel, por seu turno, era estudante, aquando da partida: “Estava a estudar na cidade, ficava em casa de um primo, porque não havia dinheiro para ir na camioneta, para cima e para baixo. [...]. O meu pai era pedreiro, a minha mãe era da vida de casa; tinham uma vaquinha ou duas para se tirar o leite e cultivava-se muito a terra”.

Em relação às circunstâncias da partida, entre os ex-migrantes internacionais regressados ao Faial registam-se diferentes motivações para a partida, que variam consoante os mesmos tenham saído uma ou mais vezes da ilha de origem, ao longo do seu percurso migratório. Para quem saiu apenas uma vez da ilha do Faial, os motivos subjacentes à sua saída foram, sobretudo, de natureza económica. Nesse sentido se pronuncia Cátia: “Fui à procura de uma situação económica melhor na vida, como era uma terra que, dizem, se ganha muito. Fui para lá viver e trabalhar. Aqui, éramos muitos irmãos, e tinha dificuldades; não que fosse pobre, era humilde”.

Daniel também saiu com o objetivo de melhorar as condições de vida, não só para si, como para a sua família: “Uma das coisas que me fez sair daqui era eu querer dar um futuro melhor à família [...]. Eu, se tivesse ficado aqui, era um pobrezinho. Eu queria ter uma vida para as gerações a seguir terem uma vida melhor do que eu”. No caso de Anabela, que ainda era criança na altura da partida, saiu da ilha por decisão dos pais, tomada devido ao vulcão dos Capelinhos: “Eu saí do Faial [...] por causa do vulcão [...]. Depois, houve o sismo na Praia do Norte, a nossa casa caiu também, como as outras todas, e já não podíamos viver ali”.

Tomás, que partiu do Faial, já no início do século XXI, saiu por motivos de natureza económica: “[...] fui lá fazer umas horas e, ao fim desses três ou quatro dias que trabalhei [...], eles perguntaram se eu queria juntar-me [...]. Respondi: «Sim, quero. O que é que eu tenho que fazer?»”.

Para Beatriz, cujo percurso migratório durou muitos anos, a partida foi motivada pela família. Na primeira saída, a entrevistada ainda residia com os pais, tendo saído por

decisão destes, também devido ao vulcão dos Capelinhos: “Eu saí do Faial [...], por decisão dos meus pais e saí com eles. [...]. O vulcão [...] afetou alguma coisa, porque vivíamos inteiramente de terrenos nossos. Foi nessa altura que o meu pai disse: «Já devíamos ter ido, mas, já que isto aconteceu, vamos embora»”.

No caso de Martim, o vulcão dos Capelinhos voltou a ser o motivo da partida, decidida pelos pais do entrevistado, de quem era dependente na altura:

Da primeira vez que saí, foi [...] com os meus pais. [...]. Naquela altura eles só disseram: «A gente vai para a América». [...]. E, com aquela coisa do vulcão dos Capelinhos, isto não estava muito bom. [...]. O vulcão afetou na parte dos terrenos dos meus pais. Eu lembro-me que eles queriam trabalhar e não podiam, e havia terras que estavam completamente em cinzas. Depois, naquele tempo, era muita gente. O meu pai também era de uma família grande [...].
(Martim)

Aquando da partida, houve quem tivesse saído acompanhado, sobretudo pela família, como Anabela: “Fui [...] com os meus pais e a minha irmã [...]”. No mesmo sentido, Gustavo: “Na altura, eu levei a minha esposa e a minha filha, que já era nascida [...]”. Daniel, por seu turno, saiu acompanhado de um colega: “Foi um colega, na mesma altura [...]. Viajámos para o mesmo sítio e, depois, houve uma separação; ele foi à vida dele e eu fui à minha”. Já Bento saiu sozinho, apesar de ter família constituída no Faial:

Sozinho. A gente não pode levar família. A gente, antes de ir, assina um papel e a mulher assina um papel, como não quer, de maneira nenhuma, acompanhar o marido, porque eles não autorizam, agora, as mulheres a ir, para não procriar, para não criar mais família e ficar lá de vez, porque se tiver lá um filho, não podem mandar embora de lá.
(Bento)

E nem sempre houve ajuda no momento da partida. Tomás dá o seu testemunho: “Não. Foi sempre finca-pé, até às últimas. Ela [a mãe] dizia: «Tu não sabes para onde é que vais. Vão-te enganar»”. Daniel, pelo contrário, beneficiou do apoio de diversas pessoas, ligadas ao Faial, que fizeram a ponte entre ‘cá’ e ‘lá’:

Entrei em contacto com primos, aqui, que tinham primos deles lá fora – famílias faialenses –, porque eu gostava de ir migrar [...]. O senhor doutor fez-me uma carta – por acaso, foi o pai de um colega meu – para eu ir, por quarenta e cinco dias. Mas, cá dentro, já não havia os quarenta e cinco dias, *you know*.
(Martim)

Com efeito, a partida podia ser agilizada, quando havia já ligações previamente existentes com o país de acolhimento, designadamente através de familiares diretos, como foi o caso de Beatriz:

Os meus bisavós eram açorianos que emigraram para os Estados Unidos. O meu avô nasceu lá e era americano. [...]. Tivemos muita facilidade, porque um irmão do meu pai [...]

responsabilizou-se e, para já, o meu pai tinha aquela parte que podia ir facilmente, como o meu avô era americano; so, não houve dificuldades.

(Beatriz)

Além disso, como menciona Martim, também ajudava, no momento da saída, a existência de políticas migratórias favoráveis no país de acolhimento: “[...] como, naquela altura, as coisas eram mais fáceis para emigrar, dava para a gente fazer a nossa vida lá”.

Quando o percurso migratório envolve diversas saídas da ilha (neste caso, partidas subsequentes), também as respetivas motivações para a partida poderão ser diferentes a cada saída, ou não. Tomás saiu duas vezes do Faial e, à semelhança da primeira, a segunda saída prendeu-se com questões económicas:

[...] estive numa empresa [...], cá, durante quase três anos. Só que eram os quinhentos euros, outra vez. [...] Eu chatee-me com aquilo e meti carta de despedida. Eu já tinha falado com o [...] meu amigo, já lhe tinha perguntado: «Tens lugar para mim?». Ele disse que sim e eu voltei a sair.

(Tomás)

Relativamente a Beatriz, que contou com três saídas do Faial, ao longo do seu percurso migratório, as mesmas foram motivadas, sobretudo, pela família. Após ter saído da primeira vez na companhia dos pais, a segunda partida deveu-se igualmente a familiares, desta vez o cônjuge: “[Saímos] [...] para o meu marido se tratar”. Por fim, foram os seus descendentes a razão determinante para a saída: “[...] fomos de volta [...], com o intuito de ficar lá, se os pequenos gostassem”.

Relativamente a Martim, que regista igualmente saídas subsequentes da ilha, se no caso da primeira saída foi a família, da qual era dependente, que determinou a partida, as partidas seguintes, ocorreram por sua iniciativa, por razões económicas, que constituíram fatores repulsivos da ilha. Assim, relativamente à segunda saída da ilha: “Não havia aqui muito emprego; não havia, assim, muita coisa a fazer. A gente também não se podia estender na lavoura, não havia espaço e eu estava vendo a coisa meio parada. Então, como eu sabia a língua, [...] voltei para a mesma zona”. Quanto à terceira saída, uma catástrofe natural impôs a sua saída – o sismo de 1998, que causou graves prejuízos na vida de muitos residentes na ilha do Faial, à semelhança deste entrevistado:

Chegou o ano de 1998, e o sismo acontece. [...]. Os apoios do governo eram só a portugueses. Como eu era americano, não tive direito a ajuda nenhuma. Fiquei sem carro, que me custou tanto a pagar, fiquei sem casa, fiquei sem nada. [...]. Fiquei tanto aborrecido que peguei nessas coisas que a gente tinha aí, vendi as vacas e essas coisas, dei as terras para trás aos

donos, fui a São Miguel, fazer a carta de chamada para a minha mulher, porque eu era americano, e foi tudo aceite.¹²²

(Martim)

4.1.2.2. A estada: trabalhar, trabalhar, trabalhar

Relativamente à expectativa inicial e duração efetiva da estada, ao iniciar a estada, Cátia não tinha qualquer expectativa: “Não tinha essa definição. Não tínhamos planos, nessa altura. Não sabia como é que ia ser lá”. Já Bento não criou expectativas, tendo permanecido no país de acolhimento, de acordo com as circunstâncias, até à decisão de regresso:

Quando fui de férias, eu até nunca acreditei que eles iam-me dar o contrato, porque o meu cunhado disse que aquilo lá tem muita gente lá no desemprego [...]. Mas, como o meu patrão, lá, é muito grande, lá conseguiu arranjar um ano de contrato. Depois, arranjou-me outro e estive lá cinco anos. E não estive mais porque não quis.

(Bento)

Mas também houve quem, como Beatriz, tivesse pensado não mais regressar ao Faial: “Quando eu fui, nunca pensei em voltar, a não ser de visita, mas o meu marido gostava muito de viver aqui [...]”. Registou-se igualmente o caso de quem tenha considerado regressar pouco tempo depois, mas, depois, optado por continuar no local de acolhimento, como refere Afonso: “Primeiro, custou. Quando cheguei lá, nos primeiros tempos, estava pensando juntar algum dinheiro e vir para trás, porque não estava gostando. [...]. Depois, começámos a ter os nossos filhos e pensei: «Onde eu tenho que os criar é aqui». E foi o melhor”.¹²³

Tomás, por seu lado, considerou ficar mais tempo no local de acolhimento, mas, na verdade, regressou antes do que idealizou: “A minha ideia era ficar fora dez, quinze anos, guardar um bom dinheiro e voltar. Não fiquei os dez, quinze anos, mas guardei bom dinheiro e voltei”.

Anabela arrependeu-se até de não ter permanecido mais tempo no país de acolhimento: “Eu arrependi-me de não ter estado mais uns aninhos, mas como o meu marido perdeu o seu trabalho, em vez de procurar outro, regressámos. Se fosse para

¹²² Na altura, o entrevistado tinha apenas a nacionalidade americana, adquirida no país de acolhimento.

¹²³ De acordo com o estudo de Medeiros e Madeira (2004b, p. 78), são precisamente os homens que mais salientam a questão da não integração no país de acolhimento.

fazer outra vez, eu penso que a gente teria esperado mais uns aninhos para vir. Mas, já está feito, está resolvido”.

Quanto ao motivo para a escolha do destino, praticamente todos os ex-migrantes internacionais optaram pelo local de acolhimento onde tinham familiares, que serviram de rede de suporte e de apoio para suprir as suas necessidades aquando do início da estada numa nova realidade. Assim sucedeu com Afonso: “Ela [a esposa] já vivia na América [...], quando eu fui viver com ela para lá. [...]. Eu tinha muitos tios e primos, que tinham ido para lá em 1959, depois do vulcão”. Também assim foi com Cátia: “Fui ter com irmãos que viviam nos Estados Unidos”. Bento também tinha família no local de acolhimento: “Eu tinha lá uma irmã há dezoito anos”.

Beatriz demonstra como o facto de ter família ligada ao país de acolhimento facilitou a admissão no respetivo país: “Tivemos muita facilidade, porque um irmão do meu pai – ele tinha dois irmãos lá –, responsabilizou-se e, para já, o meu pai tinha aquela parte que podia ir facilmente, como o meu avô era americano; so, não houve dificuldades”. Anabela, por seu turno, salienta, em simultâneo, a existência de políticas migratórias favoráveis no país de acolhimento, quando migrou: “Foi um tio da minha mãe. Naquela altura, era muito fácil ir para a América. Naquela altura, precisava só de um termo de responsabilidade e a pessoa que estava lá fora tinha que ter cinco mil dólares no banco. Era muito fácil. Foram milhares de pessoas, naquela altura”.

Para Tomás, a escolha do destino dependeu, não de familiares, mas do local onde iria exercer a sua atividade profissional, no estrangeiro: “[...] eles perguntaram se eu queria juntar-me ao barco [...]. Respondi: «Sim, quero»”. Gustavo, por seu turno, aliou ambos os fatores – família e trabalho: “Ao nível de trabalho, o meu irmão [...] conseguiu fazer uma carta de trabalho para mim, e ficámos lá a trabalhar”.

Durante uma mesma estada, houve quem tivesse mudado de local de alojamento, tendo efetuado deslocações subsequentes. No caso de Afonso, a mudança deveu-se sempre à procura de melhores condições de vida: “No princípio, fui para uma localidade. Depois, vendemos a casa que tinha e fomos para outra, ainda no mesmo sítio; fomos sempre melhorando, em casa. Depois, fui para outro estado e aí também mudei de casa, mas continuei lá, até regressar ao Faial”. Também Gustavo mudou de local de

acolhimento, durante a estada, mas por motivos profissionais: “Durante um ano e pouco, quase dois anos, estivemos lá. Depois, fomos para outro estado [...], que já é diferente. Estive no mesmo trabalho, para a mesma empresa e tudo. [...]. [...] eles precisavam de duas pessoas que tivessem capacidade de segurar equipas cá em baixo, e ficar à frente das equipas, nós viemos para baixo”.

Quanto à integração no local de acolhimento, em termos pessoais, um primeiro impacto mencionado é referente às diferenças geográficas sentidas. Como refere Bento: “Lá, é tudo planície; aqui, é tudo montanhoso”. Gustavo, acrescenta outras diferenças: “Depois, é a sujidade, muita sujidade, pobreza, misérias e criminalidade nesse sítio. Era um bocado diferente”. Com efeito, perante as diferenças entre a ilha de origem e o país de acolhimento, era comum entre os ex-migrantes internacionais a procura de identificação com a ilha. Neste sentido, Cátia procurou sempre manter o contacto com o mar, durante a estada no local de acolhimento: “Tentava ir, ao fim de semana, perto do mar. Sentia muita falta do mar. Tentava, ao máximo, fazer o que faço aqui”.

No tocante ao aspeto social, Martim, que emigrou durante a juventude, sentiu inicialmente obstáculos à integração, pela ausência de portugueses no local de acolhimento, bem como por, na altura, não falar a língua do país de acolhimento:

Hoje, por exemplo, eu vejo pelos meus rapazes, há sempre quem fale português naquela escola; há uma professora, ou há um diretor, ou há um colega que fala português. Mesmo em qualquer sítio que a gente vá, há uma pessoa que fala português. Na minha altura, não se encontrava uma pessoa que falasse português e eu estava já numa escola, tipo de um *High School*. [...]. Eu não falava nada de inglês, não sabia nada. Aí é que estavam as dificuldades. Aquilo não era nada fácil, porque eu não sabia a língua. A gente era como uma pessoa estranha, os rapazes e as raparigas, todos pegavam com a gente, muitos deles nem sequer sabiam onde é que era Portugal.^{124, 125}

(Martim)

Anabela, que também emigrou em criança, refere: “[...] eu tive sempre amigas, mesmo que não fossem portuguesas, tinha sempre pessoas que me acolheram”. Todavia, a maior parte dos entrevistados desta categoria migratória saiu da ilha de origem em idade adulta, para trabalhar, pelo que, como refere Beatriz, o relacionamento era sobretudo travado por via das pessoas que conheciam, no âmbito profissional: “[...] a

¹²⁴ Como alude Almeida (2008, p. 362): “Uma outra variável a afetar o nível de aquisição da nova língua é o grau de prévia instrução da pessoa. Naturalmente que, quanto mais instruída, mais facilidade terá na aprendizagem, embora isso apenas reduza os efeitos dos outros fatores”.

¹²⁵ Como destaca N. Ramos (2012, p. 24): “A estruturação psíquica e cultural da criança migrante é construída sobre clivagens e este é também um fator determinante de vulnerabilidade”.

parte social era mais através dos trabalhos que eu tinha. Ia conhecendo pessoas, alguém convidava e íamos aqui e ali, tinha amizades em que saíamos e íamos lanchar fora”. Fora deste âmbito, no caso de Gustavo, não havia grande interação com as pessoas do local de acolhimento, diferentemente do que sucedia na ilha de origem: “As pessoas é mais cada um por si. Tínhamos os apartamentos encostados e a gente não conhecia-se. Também acontece aqui, mas não havia aquele: «Oh vizinho, tudo bem?»; não havia aquilo a que somos habituados e que fui habituado aqui”.

Mas, em termos de habitação, a família representou um grande suporte para vários dos ex-migrantes internacionais regressados, funcionando como rede de apoio. Cátia foi uma das pessoas a beneficiar do facto de ter familiares no local de acolhimento: “[...] fiquei a viver com familiares. Primeiro, vivi com os meus irmãos e, depois, fui viver com os meus sogros”. Daniel, por seu turno, não tinha família direta no local de acolhimento, mas conseguiu igualmente apoio, nos primeiros tempos: “Eu estive à volta de dois meses em casa dos primos dos meus primos de cá. [...]. Então, nessa altura, eu já tinha alugado um quartozinho, por cem euros”. Já Afonso adquiriu casa própria, após algum tempo a viver com familiares: “Ela [a esposa] vivia com os pais e a gente ficou lá, dois anos, a viver com os pais dela. A certa altura, juntei uma coisinha de dinheiro e comprei uma casa”.

No caso de Martim, que saiu várias vezes da ilha de origem e passou por sucessivos processos de integração, a família assumiu uma importância que se somava em cada estada, embora procurasse igualmente ter autonomia, mesmo que em casa arrendada, quando se deslocou acompanhado. Assim, na primeira saída, em que o entrevistado acompanhou os pais com destino ao país de acolhimento: “No princípio, fomos para casa de um irmão do meu pai, mas não foi muito tempo. Depois, arranjam trabalho para eles e fomos para uma casa de renda”. Relativamente à segunda estada, este entrevistado saiu sozinho da ilha e ficou apenas em casa dos familiares: “Eu tinha lá uma madrinha minha, fui para casa dela [...]. Mais tarde, um primo meu, de um outro estado, veio fazer-me uma proposta de trabalho [...]. Depois, fui viver para casa dele e trabalhava para ele”. Por ocasião da última estada, o entrevistado deslocou-se com a esposa: “Nessa altura, fomos para [...] casa de uma irmã da minha mulher. [...]. Estivemos lá um mês, um mês e

tal, em casa dela e, depois, conseguimos trabalho e amanhámos um apartamento de renda”.

Quanto a questões relacionadas com a saúde, no local de acolhimento, Beatriz nada tem a apontar: “[...] eu nunca estive doente. Quando a minha filha nasceu, claro que fui ao médico e foi fácil. Nunca tive dificuldades. Pode ter havido outros que tivessem passado por dificuldades; não foi o nosso caso”. Relativamente à assistência médica, foi bastante salientado o seguro de saúde, por via do trabalho, designadamente, por Cátia: “Como a gente tínhamos seguros, não era caro. Não pagávamos quase nada, porque eu tinha seguros e o meu marido também tinha seguros. Tínhamos direito ao seguro de saúde, porque era incluído no nosso emprego”. Contudo, Gustavo destaca o facto de o seguro apenas cobrir o trabalhador, e não o agregado familiar, como em território nacional: “Ao nível de trabalho, tinha o meu seguro e não dava para o resto da família. Cá, a gente tem a segurança social, por exemplo, e cobre os filhos; lá, tinha a gente tinha os descontos, mas não cobre filhos, não cobre nada”. Anabela, por seu turno, menciona as desvantagens financeiras: “É fácil, mas a gente paga muito dinheiro lá para ter os seguros. Lá, o governo não ajuda nada. Não era muito acessível”.

Ao nível da educação, Anabela frequentou a escola, quando jovem, e refere que nessas idades é fácil aprender e rapidamente assimilar a língua do país de acolhimento, o que lhe permitiu auxiliar os pais, que não falavam a língua:

Eu fui para a escola e claro que, com aquela idade, a gente aprende depressa. Então, eu, com doze, treze anos, comecei a traduzir as coisas para os meus pais. Já naquela altura tinha várias pessoas que falavam português nos bancos, nas cidades principais, quase sempre tinha uma pessoa que falava português; mas, quando era um lugar que não tinha, ou era um lugar onde eles estavam com mais dúvidas, lá ia eu.¹²⁶

(Anabela)

Beatriz, por seu turno, frequentou a escola em idade adulta:

Eu perguntei ao meu marido: «Eu gostava de ir para a escola. O que é que pensas?». Ele disse que sim e eu fui. Então, depois de casar, principiei a ir para a escola da noite. [...] continuei a estudar, até ter a minha filha. Estudei por volta de seis anos; ainda continuei a estudar durante dois anos depois dela ter nascido.

(Beatriz)

Culturalmente, Beatriz refere a importância da escola, no processo de aprendizagem da língua: “A dificuldade foi a língua, mas não levou muito tempo. [...]. No

¹²⁶ Como menciona Almeida (2008, pp. 362-363): “Evidentemente que os filhos, esses aculturam-se mais facilmente. As razões são outras. Fundamentalmente, é a idade. Quando mais jovens, mais moldáveis”.

princípio, eu não conhecia nada da língua. Foi por ter ido para a escola da noite, de adultos, logo que chegámos lá, que comecei a aprender a língua”. Porém, a aprendizagem da língua não se fazia apenas na escola. Como menciona Cátia: “Eu aprendi muito com a televisão e falando com o meu marido em casa; o meu marido falava muito bem inglês. A gente tentava dizer o máximo, para ver se aprendia. [...]. Eu não fui para a escola, mas o contacto das pessoas, a falar, eu acho que ajuda muito”.

Afonso explica que a aprendizagem da língua, no seu caso, foi dificultada pelo facto de ter uma convivência maioritariamente com portugueses no país de acolhimento, nomeadamente no seu local de trabalho: “Com quem a gente trabalhava era com espanhóis e portugueses; havia poucos americanos a trabalhar lá, por isso é que o meu inglês foi sempre atrasado, porque eu sempre trabalhei com portugueses”. O mesmo não aconteceu com Cátia, que, no seu local de trabalho, falava a língua do país de acolhimento e era procurada, precisamente, por falar várias línguas, o que representou, profissionalmente, uma mais-valia: “Atendi muitas pessoas, tanto em inglês, como português e como espanhol. Tinha essa vantagem. E era muito engraçado, porque toda a gente me procurava. Eu era a única que falava português e espanhol [...]”. Com efeito, quando o contexto de trabalho se desenrola em ambiente multicultural, revela-se importante a existência de uma língua comum que possibilite o contacto entre todos. No caso de Tomás, era a língua do país de acolhimento que o ligava aos restantes, no seu local de trabalho:

Tive uma altura em que trabalhava: eu, português; o comandante, americano; o chefe, canadiano; a *stewardess*, holandesa; a outra *stewardess*, australiana; outro colega, brasileiro, e o engenheiro, panamiano. Era uma salada russa lá dentro. Eu e o brasileiro, falávamos em português; mas, a nível geral, tinha que ser em inglês.

(Tomás)

O recurso à língua do país de acolhimento também se processa de formas diferentes, no seio familiar. Para Afonso, que falava recorrentemente na língua materna no local de acolhimento, verifica-se o seguinte: “Os meus filhos falam muito bem o português. E nós falávamos sempre em português. [...] eles falavam comigo sempre em português. Se falavam os dois, entre eles, era em inglês”. Já Beatriz, que aprendeu a língua do país de acolhimento, era comum o recurso à língua desse país, em detrimento da língua portuguesa: “Depois da minha filha principiar a ir para a escola, principiámos a

falar inglês e era muito poucas vezes que falava o português”. No caso de Anabela: “Quando era com os meus pais, falávamos em português. Quando veio os meus filhos, começou-se a falar inglês, mas eles todos falam português. [...]. Os meus filhos, todos, falam português; agora, os meus netos, esses, já não falam português”.

Independentemente da facilidade de integração, Anabela, que saiu ainda criança da ilha do Faial, refere uma sensação de exclusão, no período inicial da estada, sem prejuízo dos laços que, entretanto, possa ter estabelecido: “A gente sentia-se, assim, um bocadinho de fora, porque eu era miúda, as crianças olhavam para a gente, a gente vestia diferente, a gente falava diferente, os nossos costumes eram diferentes”. Não obstante, esta entrevistada aderiu, desde cedo, às tradições culturais do país que a acolheu: “[...] o *Thanksgiving*, a gente começámos logo a fazer e a minha festa favorita é aquela. Também havia lá o dia 4 de julho, fazia-se uma parada muito grande e a gente participava sempre, porque era pertinho”. No caso de Bento, nem todos os hábitos próprios do país de acolhimento eram apreciados, pelo que se procurava, em alternativa, o contacto com os hábitos do país de origem:

Havia lá um café que tinha salão de baile e a maior parte da gente ia para lá ver o nosso futebol – o Sporting, o Benfica. Era uma casa portuguesa, o nome era Vasco da Gama e era um sítio onde a gente ia-se divertir, porque nos outros cafés era rãguebi, futebol americano, basquete.

(Bento)

No tocante ao aspeto económico, Anabela não sentiu dificuldades de integração no país de acolhimento, atendendo à melhoria das condições de vida nesse local:

Para mim, tudo era novo. Não achei falta aqui dos Açores. Se eu sáísse de uma casa como esta e fosse morar para uma casa muito pequenina..., mas a gente foi para melhor. A gente não tinha casa aqui, de qualquer maneira, não tínhamos nada. Lá, foi onde começámos a vida, e onde começámos a juntar. Naquela altura, aqui, por exemplo, um par de sapatos custava muito dinheiro, a gente só podia comprar um par de sapatos de vez em quando. E, quando a gente chegámos à América, o meu pai trabalhava um dia e podia comprar quatro ou cinco pares de sapatos. A diferença era muito grande.¹²⁷

(Anabela)

Bento também destaca a integração, relativamente ao aspeto financeiro: “Por semana, havia semanas que eu tirava dois mil dólares. Também, lá é tudo muito caro. Para mim, não era, porque eu tinha lá as minhas irmãs e não pagava nada. [...]. Mas era muito bom, a gente tinha dinheiro para tudo”. Tomás subscreve este entendimento: “Eu

¹²⁷ Quando a entrevistada disse: “Se eu sáísse de uma casa como esta [...]”, referia-se à sua casa, na ilha do Faial, onde decorreu a entrevista.

guardei muito dinheiro. Mas, quando comesas a receber as gorjetas, é o que toda a gente faz, ordenado à parte, gorjetas para gastar. [...]. Entras num nível de vida completamente diferente. Tens capital, é diferente”. Todavia, Daniel, destaca que não é apenas a parte económica que importa no processo de integração: “Estava a correr muito bem, na vida económica. Mas, que é da vida social e da vida familiar? Esqueceu. Esqueceu completamente. Eu nem dava por isso. O que eu sei é que eu tenho que trabalhar”.

Efetivamente, o aspeto profissional era importante para a integração no país de acolhimento. Para Cátia, que desempenhava atividade profissional antes de emigrar, o início da estada foi difícil, uma vez que não trabalhou, de imediato, no país de acolhimento: “Senti muito, porque cá, eu trabalhava [...]. Lá, iam trabalhar e eu ficava em casa. No início, foi muito difícil. [...]. Fiquei um ano, até começar a trabalhar”. O mesmo não aconteceu com Gustavo: “Eu cheguei lá e, no mesmo dia, comecei a trabalhar. Nem sequer tive tempo para descansar da viagem. Cheguei à tarde e, eram onze horas da noite, já estava a trabalhar”. De facto, quem saiu para o estrangeiro por motivos profissionais, salienta o facto de trabalhar muito, como refere Bento:

Trabalhava muito. Tinha muito mais condições do que aqui, mas era muita hora. A gente entrava às sete da manhã e saía às dez, onze horas da noite. [...]. Eu não me lembro de ter um dia sem trabalhar. Ao sábado, ia trabalhar para outro. Mas, de resto, apetecia trabalhar. A gente chegava ali ao fim da semana, via o cheque. Se o patrão dissesse: «Queres trabalhar de noite?», a gente trabalhava de noite. É uma loucura. É totalmente diferente daqui.

(Bento)

Martim acrescenta que nem sempre eram garantidos direitos aos trabalhadores: “A gente nunca tirava férias. E eu cheguei, muita vez, a fazer setenta e duas horas, por semana. [...]. Aquilo era um trabalho desgastante. Ganhava-se bem, mas era desgastante. E, lá, trabalhas, ganhas; não trabalhas, não ganhas”. Quanto a Daniel, beneficiou, na altura em que emigrou, da existência de estruturas criadas para assegurar que não havia abusos, dos quais gerações anteriores foram vítimas, destacando-se neste testemunho a relevância do papel das redes sociais de origem:

Comparado a histórias de outras pessoas, quando eu fui para lá já havia uma grande comunidade portuguesa dentro dos sindicatos, de companhias portuguesas; portanto, foi muito fácil para mim, quando comparado com pessoas que foram para lá nos anos cinquenta e sessenta. [...]. Esses é que foram mal. Eu, quando fui, já tinha a caminha feita. Aí, não foi muito difícil integrar lá na comunidade. E os que vão agora, saem daqui já com contratos.

(Daniel)

Tomás, por seu turno, desempenhou uma atividade mais qualificada no estrangeiro, o que lhe permitiu, igualmente, ter melhores condições de trabalho que os anteriores entrevistados:

Roupa minha, eu nem usava lá fora, porque eu usava sempre uniforme; ou seja, eu nem desfiz as malas, foi enfiar as malas para um buraco e vamos embora. O barco dá tudo: dá giletes, dá champô, dá tudo. Eles pagavam a alimentação, tudo. Também foram eles que pagaram a minha deslocação, a deslocação para lá e duas deslocações por ano para vir a casa, e pagamento de quinze em quinze dias.

(Tomás)

Já Beatriz, que iniciou a vida profissional no país de acolhimento, conseguiu bons empregos, o que atribuiu ao facto de ter o apoio de familiares no estrangeiro:

Tive empregos bons, às vezes melhores do que muitos que nasciam lá. [...]. Por acaso, fui sempre muito bem-recebida, em todos os lugares. Nunca senti que não pertencia ali. Mas os portugueses que estavam lá há muitos anos, esses é que podiam ser um bocadinho diferentes dos americanos. [...] eu tinha uma coisa contra os portugueses que lá estavam há muitos anos e que tiravam vantagem dos que saíam daqui sem ter a noção de onde é que se estavam a meter. Esses eram explorados lá, o que não era o nosso caso, porque tínhamos família lá.

(Beatriz)

A integração, em termos políticos, foi referida apenas por Cátia: “Quando estava lá, estava nas eleições e fui votar, que era a minha obrigação”.

Para os cidadãos que emigraram, foi necessário, na sua relação com o país de acolhimento, tratar da sua situação documental. No caso de Bento, a situação foi tratada no país de destino:

Eu fui de férias e, depois, o patrão do meu cunhado meteu os papéis para a Imigração. Estive uma semana parado [...] e, depois, veio uma carta a casa, para me apresentar na Imigração. Eu apresentei-me e disseram-me: «Você tem um ano de contrato, parabéns». E, depois, foi-se renovando, renovando, renovando. [...]. Não podia era fazer asneiras, maldades. Mal se chega lá, tem que ter tudo; tem que ter seguro de vida; tens que ter casa, ou ficar em casa de algum colega ou familiar; tens que ter alguém que se responsabilize por ti.

(Bento)

Daniel, por seu turno, entrou regularmente no país de acolhimento, mas teve dificuldades em permanecer em situação regular no país:

[...] legalizar não era fácil. [...]. A papelada já tinha ido embora no lixo. Nessa altura, eu estava ilegal. [...]. Um dia, [...], foram-me lá bater à casa onde eu estava. Já tinham batido no primeiro e no segundo *floor*. Eu estava no quarto, num quatinho pequenino, e eu não sabia, mas estavam todos ilegais. E aí, foi tudo apanhado. [...] o casamento foi a única maneira. Eu tinha que vir para trás, porque eu já tinha pedido mais tempo à Imigração, mas eles disseram: «Não, não. Você é estudante, você tem que ir para trás. Você só tem uma *visa* de estudante para quarenta e cinco dias».

(Daniel)

No caso de Beatriz, a documentação foi tratada previamente à deslocação, através da concessão de visto consular; não teria, de qualquer forma, dificuldade em emigrar,

porquanto era familiar de nacionais do país de acolhimento: “Beneficiámos do visto, em vez do parentesco, mas não era necessário. Se o meu pai tivesse decidido ir e não houvesse essa lei, tínhamos conseguido ir na mesma. [...]. O pai do meu pai era americano; so, ele podia ter saído a qualquer altura”. Anabela, que emigrou na mesma época, também não teve quaisquer dificuldades quanto à admissão no país de acolhimento: “Fizemos um visto. [...]. E foi fácil. Por exemplo, a gente, agora, se quiser ir para a América, se quiser ficar legal na América, leva anos; naquela altura, era rápido”. Os testemunhos anteriores referem a política de concessão de vistos para os Estados Unidos da América, criada no contexto da erupção do vulcão dos Capelinhos, um fator de atração de faialenses com destino ao estrangeiro, naquela época.

Ainda no âmbito da relação com o Estado de acolhimento, a maioria dos emigrantes internacionais regressados ao Faial, cinco dos nove entrevistados, adquiriram a nacionalidade do país de acolhimento. Cátia, no país de acolhimento, adquiriu a dupla nacionalidade: “Adquiri, mal cheguei lá. Tinha direito à nacionalidade americana, através do meu irmão. Fiquei com dupla nacionalidade”. Para Anabela, foi necessário renunciar à nacionalidade portuguesa para aquisição da nacionalidade do país de acolhimento; todavia, posteriormente, pôde adquirir a dupla nacionalidade:

[...] naquela altura, havia poucos trabalhos e eles estavam a dizer que, quem não tivesse a nacionalidade, não podia trabalhar. Por exemplo, se a senhora tivesse nacionalidade e eu não, davam-lhe trabalho a si e não me davam a mim. E também diziam que, se não tirassem os papéis americanos, como a gente diz, que muitos iam ser deportados. Estavam a ameaçar isso. E, então, a gente tirou a nacionalidade, porque naquela altura, a gente teve que renunciar à portuguesa. Depois, mais tarde, a gente pôde tornar a fazer as duas, eu ainda estava lá. Mal eles começaram a falar nisso, eu comecei logo a trabalhar para isso, porque não fazia sentido. Eu fui nascida aqui, porque é que agora não podia ser portuguesa? Não fazia sentido nenhum.

(Anabela)

Beatriz, que viveu muitos anos no estrangeiro e adquiriu a nacionalidade do país de acolhimento, refere outro aspeto, aquando da aquisição da dupla nacionalidade, e que tem impacto no plano pessoal: “Quando voltei a ter nacionalidade portuguesa, eles perguntaram se eu queria pôr o nome em português ou em inglês, e eu disse que queria pôr em inglês; mas, normalmente, vem sempre o nome em inglês primeiro, porque foram muitos anos a usar o nome em inglês [...]”.¹²⁸

¹²⁸ Conforme Cabral (2010): “Por exemplo, em «O Rodger» (*A Americana*), de Rodrigo Guerra, a transformação reflete-se não só na fisionomia da personagem, mas também no próprio nome: «O

Ao longo da estada, os ex-migrantes internacionais mantiveram ligação com a ilha de origem, desde logo através do contacto à distância, variando a regularidade do mesmo e os meios de comunicação utilizados, conforme a época vivida. Como refere Beatriz: “No início, não, porque era por carta e levava dois, três meses, até saber se a carta tinha chegado ou se vinha de volta. Mais recentemente, o contacto [...] era por telefone, porque eles [os familiares] já tinham telefone”. Como acrescenta a entrevistada, os contactos telefónicos podiam implicar uma despesa significativa: “Se eu o deixasse tocar mais, ela atendia e a gente conversava. Se falássemos todos os dias, era uma despesa enorme”. Gustavo, que também utilizava o telefone, mantinha contacto semanal com os familiares: “Todos os fins de semana, eu entrava em contacto com os meus pais, por telefone; sempre, sempre”.

Já Tomás, que emigrou mais recentemente, faz menção à utilização da internet, como forma regular de contacto: “A gente utilizava muito o *Skype*, e ainda hoje, mas dependia da zona, até porque, às vezes, o fuso horário não dava. Eu ligava quando dava”. Daniel, por seu turno, mantinha o contacto por outras vias: “[...] eu acompanhava sempre; quando ia à padaria, trazia o jornal, via os programas. Mantive-me sempre, mais ou menos, a par do que se estava a passar aqui”.

Bento, mantinha o contacto com a ilha de origem igualmente através do envio de remessas financeiras para casa: “Quando saís daqui, assinas um papel, que és obrigado a mandar um tanto. [...], todos os meses, para casa, que é para não faltar nada”.¹²⁹

Outra forma de manter contacto, era através de visitas à ilha de origem. Para Beatriz, a visita ao Faial, pela primeira vez, levou muito tempo a concretizar-se: “Viemos de visita ao Faial, pela primeira vez, dez anos depois de estar lá [...]. Estivemos cá cerca de dois meses”. Quanto à periodicidade das deslocações, Cátia visitava a ilha com a mesma periodicidade: “Vinha de dois em dois anos, porque a minha mãe ainda estava viva, sentia muita saudade dela, e não era só dela, era daqui, da minha ilha”. Já Bento ia com mais

Rodrigues quando emigrou para a Califórnia era simplesmente o João Rodrigues [...]. Voltava agora à sua terra, depois de dez anos de ausência, com o nome curto e americanizado de *Rodger* [...]» (Cabral, 2010, p. 327, mencionando Guerra, 1980, p. 81).

¹²⁹ Nas palavras de Rocha (2017, p. 416): “[...] o apoio financeiro a particulares, em especial as famílias por parte dos emigrantes que com as suas ajudas em dinheiro ou em géneros foram para os Açores um suporte imprescindível para minimizar situações de acentuada precariedade e até pobreza”.

regularidade ao Faial: “[...] eu vinha sempre duas vezes por ano: em agosto, à Semana do Mar, e pelo Natal”. Houve também quem, como Anabela, tivesse alterado a periodicidade das suas visitas à ilha ao longo do tempo, conforme o contexto de vida:

Com os meus pais, eu nunca vim. A primeira vez que eu vim cá, eu estava lá há seis anos. A mãe do meu marido estava aqui. [...]. E a gente vinha vê-los, de quatro em quatro anos, cinco em cinco anos, era conforme as coisas davam. Depois, os filhos cresceram e começámos a vir quase todos os anos.

(Anabela)

Por vezes, as visitas à ilha tiveram relação com a decisão de regresso. No caso de Daniel, que passou muitos anos sem ir à ilha de origem, a visita que fez foi determinante na sua decisão de regresso:

Eu estive vinte e tal anos sem cá vir. Eu vim com o meu filho, no final dos anos noventa, o sismo já tinha passado. [...]. Nunca mais me esqueço: a gente estava no Monte da Guia, o tempo estava bestial, ele a olhar, todo vermelho, com a lágrima no olho e diz assim: «Pai, porque é que saíste daqui?». Comecei a chorar mais ele. Dez dias. Esses dez dias fizeram-me vir para trás. Nesses dez dias, vi aquilo; para mim, aquilo tinha muito valor, que nenhum deles apreciava. E eu acho que devia qualquer coisa à terra, aqui, [...] que, ao fim ao cabo, aquilo que eu sou, tenho a agradecer à minha terra. Depois, fui para trás, mas aquilo ficou sempre cá na cabeça.

(Daniel)

Talvez por esse motivo, Gustavo não tenha visitado a ilha de origem durante o período de permanência no estrangeiro: “Nunca vim cá. Se viesse, não sei se voltava. [...]. Se a decisão tivesse sido ficar lá, se calhar tinha vindo cá, na altura, fazer a visita à família, e depois voltava. Mas como a ideia era um período curto, não. Quando voltei, voltei de vez”. Cátia, porém, conseguia controlar o ímpeto do regresso quando visitava a ilha, uma vez que a vida se tinha estabelecido noutro país:

Eu, às vezes, quando cá vinha, sentia aquela vontade e pensava: «Tenho que ir para trás?», mas tinha que ir, porque tinha a minha vida lá. [...] quando eu voltava para os Estados Unidos, dizia: «Olha, é mais um ano». A gente começa na nossa vida, dia a dia, e não se pode dizer assim: «Vamos embora».

(Cátia)

No país de acolhimento, também era possível manter a ligação com a ilha de origem, através do contacto com conterrâneos, especificamente com faialenses ou com açorianos em geral, conforme os locais onde os ex-migrantes internacionais se estabeleciam, como refere Gustavo:

Ao nível familiar, tinha lá o meu irmão [...]. Quando fui trabalhar [...], já trabalhei com muitos açorianos. [...] era quase tudo açoriano, a maior parte. Mas, é aqueles açorianos que já não falam português, que, às vezes, veem que a gente tem alguma dificuldade no inglês, mas não se interessam; ou seja, já têm aquele ritmo lá de fora e já não..., é um açoriano já americano.

Na cidade para onde eu fui, [...] tinha muito pessoal de Santa Maria; para baixo, já era mais era mais de São Miguel e de outras ilhas.

(Gustavo)

E quando não era frequente esse contacto com insulares, como acontecia com Tomás, o encontro era motivo de grande regozijo: “Faialenses, não; açorianos, também não. Encontrei [...] um terceirense. E eu disse: «Ó amigo, de que ilha é que és?». «Sou da Terceira», disse ele. Pronto, já não jantei com o resto do pessoal, fui jantar para casa dele. Em todo o lado é a mesma coisa, não há hipótese”. Como acrescenta o entrevistado: “Portugueses, muitos; agora, açorianos, só quando ia visitar os meus tios. [...]. Aquilo ali, é micaelenses, terceirenses, tudo”.

O contacto com a ilha de origem também poderia ser mantido através da participação em associações de migrantes / de açorianos. No caso de Bento, tal não acontecia: “Não. Eu acho que não existia nada disso lá”. Porém, a maioria dos entrevistados faz referência a este aspeto. Gustavo salienta, inclusivamente, como essa participação o mantinha próximo das suas raízes, atenuando a saudade:

[...] tínhamos aqueles clubes portugueses, que a gente tentava procurar onde estavam as nossas raízes. [...] nesse clube, lá, era tudo mais parecido com aquilo que a gente vivia cá e a gente tentava sempre ir procurar aquilo, a saudade, a necessidade de... [silêncio prolongado]. E então íamos para esses sítios.

(Gustavo)

Com efeito, é comum a referência à participação em coletividades, de açorianos ou portugueses, em geral, como era o caso de Afonso: “Lá, pertencemos à União Portuguesa Beneficente e os portugueses iam para lá”. Já Daniel participava numa coletividade que era, ainda que não exclusivamente, tipicamente faialense: “Sim, participava no Clube *Amor da Pátria*, que tem tido sempre faialenses à frente, e picoenses. E participava numa *Chamarrita* do Pico”.^{130, 131}

É recorrente, contudo, a referência à participação associativa, sobretudo devido à comemoração das festividades religiosas que se assinalam nos Açores, como refere Afonso: “Também há lá muitas associações, porque há lá muitas festas do Espírito Santo e da Igreja”. Por este motivo, é frequente a integração de emigrantes nas irmandades

¹³⁰ Clube *Amor da Pátria*, nome igualmente atribuído a uma coletividade de referência da ilha do Faial, a Sociedade Amor da Pátria.

¹³¹ Parte indissociável do património cultural açoriano, a *Chamarrita* é uma dança ou, como designado localmente ‘bailho’ de roda, em que os pares obedecem a um mandador, que indica as várias mudanças coreográficas, acompanhado por instrumentos de corda.

criadas no país de acolhimento, designadamente, para participação nas Festas do Espírito Santo. Conforme ressalta Leal (2017):

[...] a organização de festas tem sido um importante instrumento para a produção gradual de novas identidades, sociabilidades e grupos relacionados com o processo imigratório. Mais especificamente, as festas têm sido uma ferramenta decisiva para os processos através dos quais os imigrantes se apegam a um novo tipo de grupo que pode ser definido como étnico.¹³²

(Leal, 2017, p. 765)

Também Anabela participava nestas iniciativas e notou diferenças na forma como se comemoram estas festividades no país de acolhimento:

Sim, muitas. Por exemplo, fazia-se festas para a igreja, pelo Espírito Santo. Lá, na cidade onde eu vivia, até tem duas irmandades muito grandes. Não tem nada a ver com isto aqui, porque antigamente, aqui, fazia-se festas grandes; agora, a Festa do Espírito Santo é uma brincadeirazinha. Mas, lá, levam muito a sério aquelas Festas do Espírito Santo. Nós participávamos muito nas festas do Espírito Santo.

(Anabela)

Efetivamente, Gustavo também sentiu diferença na forma como as tradições são assinaladas no país de acolhimento:

Fui experimentar tradições e costumes de açorianos de outras ilhas açorianas lá, e eu conheço as ilhas todas dos Açores, e não tinham muito a ver com o que eu conheço daqui das ilhas. O que eu vi lá já é um bocado diferente. São açorianos e tem coisas que não se esqueceram, mas há outras coisas que eles já estão a meter, aquela parte que eles têm lá, uma misturazinha de cá e de lá, uma mistura de culturas.

(Gustavo)

Não obstante, ainda que aculturados no país de acolhimento, a manutenção de hábitos da região de origem permitia a ligação com a ilha de origem e, simultaneamente, com os conterrâneos, revelando redes que mantêm as tradições e os modos de vida da ilha de origem na memória e na vivência dos que se encontram apartados dela. Como refere Cátia:

Eu participava nas Festas do Espírito Santo e, no Natal, Carnaval e assim, procurávamos ir para onde se juntavam mais portugueses, que era um local perto da nossa casa, de convívio, onde se tocava e dançava. E eu tentava ir para ali porque, se estivesse perto de mais pessoas a falar a minha língua, eu sentia-me mais integrada e com menos saudades. Nesse sítio, encontrava muitas pessoas do Faial.¹³³

¹³² Tradução livre da autora. No original: “[...] the organization of festas has been an important tool for the gradual production of new identities, sociabilities and groups related to the immigration process. More specifically, festas have been a decisive tool for the processes through which immigrants have become attached to a new kind of group that can be defined as ethnic” (Leal, 2017, p. 765).

¹³³ Como destaca Almeida (2008), a respeito dos emigrantes nos Estados Unidos: “Tem-se procurado o meio termo entre a defesa e a conservação legítima das raízes, da cultura que levam consigo, e a inserção no meio americano que lhes dá mais oportunidades de diversa ordem e lhes permitirá melhor desenvolvimento global. [...]. No fundo, essa solução de meio termo para o emigrante acarreta consigo ganhos e perdas, porque nem todos conseguem harmonizar dentro de si a vivência de dois mundos tão

(Cátia)

Tomás, que emigrou jovem e numa altura mais recente, não dava a mesma importância à participação nestas iniciativas; contudo, com o avançar da idade, veio a ter outra perspetiva:

Com vinte anos, vinte e dois, tu não pensas em tradições; pensas em noites, gajas, bebida e acabou-se, não pensas em mais nada. Era o Espírito Santo, eu dizia: «Olha, vamos lá». Apanhas aquelas valentes secas daqueles velhotes que dizem: «Eu saí de lá na altura do vulcão [...]». Na altura, tu pensas: «É pá, duas horas a apanhar seca deste gajo». [...]. Agora, é totalmente diferente.

(Tomás)

No caso de Beatriz, estes hábitos e tradições eram vividos não só pela própria, como também eram transmitidos à descendência: “A minha filha foi rainha da festa do Espírito Santo, e íamos a diferentes cidades, em domingos diferentes; todos os domingos, havia festas do Espírito Santo e ela tinha que marchar na parada”.

No que toca aos aspetos que mais marcaram a estada, é possível identificar os que mais agradaram ou de que sentiram saudade e os que mais desagradaram. Quanto aos primeiros, Cátia salienta, desde logo, as saudades da família que permaneceu no país de acolhimento: “[...] tenho saudades da família, porque tenho lá família; gosto de ir lá, mas não é uma coisa que me atrai, porque a minha vida agora é aqui”. Porém, para a mesma entrevistada, a oferta que existia no país de acolhimento, sobretudo quando comparada com a da ilha de origem, também marcou a estada: “De lá, faz-me falta as lojas, tem-se mais oportunidade de compra, temos mais facilidade de encontrar mais do que encontramos cá, em todos os aspetos. Já se sabe que é um meio maior e tem muita facilidade de compra, muito mais variedade”.

Já Gustavo destaca outros aspetos: “Eu senti a falta das estradas. [...]. E a falta de querer caminhar, ir a um sítio diferente, e a gente aqui não tem, estamos limitados. Lá, a gente saía e íamos sempre a um sítio diferente”. Bento, por seu turno, realça o aspeto financeiro: “O ordenado. A gente conseguia ter tudo. A gente trabalhava muito, mas a gente via o nosso trabalho, a gente via o lucro. É diferente daqui; aqui, a gente trabalha, trabalha e nunca vê nada”. Beatriz, contrariamente, atribui maior relevância ao aspeto

diversos e, por isso, encontram a saída mais fácil na inserção do seu novo pequeno mundo onde as duas margens convergem – a L(USA)lândia –, que nem sempre é vista com bons olhos, tanto do lado americano como do lado português. Mas tais soluções são inevitáveis no processo histórico humano” (Almeida, 2009, p. 379).

emocional: “A parte das amizades, faz-me uma falta enorme, porque eles ficam sempre a ser uma parte nossa”.

No país de acolhimento também houve aspetos que marcaram os ex-migrantes internacionais pela negativa; o clima foi um deles, sobretudo o frio, como refere Daniel: “[...] lá é frio. Nunca gostei do frio, porque eu sou fraco e tinha que andar com muita roupa”. Anabela também sentia constrangimentos provocados pelo clima: “O frio [risos]. O levantar cedo, com aquele frio, com os carros todos cheios de gelo. A gente tinha que tirar o gelo dos vidros, antes de caminhar para o trabalho”.

Contudo, o aspeto recorrentemente assinalado pelos entrevistados foi o desagrado pela falta de tempo. Nas palavras de Cátia:

Aquela coisa de ter pressa, pressa, pressa.... É uma terra muito agitada. A gente parece que faz tudo depressa, vai dormir depressa, vai comer depressa. Não há tempo para conviver, só ao fim de semana. E, ao fim de semana, eu ainda trabalhava ao sábado; era só o domingo, praticamente.

(Cátia)

Gustavo aponta, mais especificamente, a falta de tempo para a família: “O que me desagradou mais foi o facto de não ter tempo familiar. Isso afetou-me, porque sentia a necessidade de estar mais tempo com a minha filha e com a minha esposa, e até mesmo com o meu irmão e com os meus sobrinhos, porque era a família que eu tinha lá”.

Por sua vez, a Bento desagradou a atitude da população do local de acolhimento: “O ambiente; são muito racistas. Eles não gostavam dos brancos, porque diziam que a gente roubava o trabalho a eles”. Já Beatriz salientou a insegurança que sentiu no país de acolhimento, contrariamente à ilha de origem:

Desagradou-me ver desastres, quando acontecia desastres. Agora, nestes últimos anos, estas desgraças, é muito difícil de habituar. Ainda hoje, sinto pena que os Estados Unidos tivessem chegado a esse ponto, de não estarem confortáveis em suas casas e de estarem sempre sobressaltados, porque pode acontecer isto e aqueloutro. Aqui, vive-se uma paz íntima. Eu posso estar hoje aqui, e não estar preocupada com os meus netos, se são assaltados, ou de alguém lhes fazer mal.

(Beatriz)

A migração representou mudanças na vida dos ex-migrantes internacionais regressados, particularmente no âmbito económico. Para Bento: “[...] valeu muito a pena ter migrado. Eu comprei a casa; eu não tinha nada. Eu comprei a casa barata e depois arranjei tudo. A migração ajudou muito. Foi totalmente diferente”. Gustavo também destaca a parte económica:

Ao nível económico, foi muito bom, porque ajudou-nos bastante quando chegámos cá. [...] quando voltámos, conseguimos pagar a maior parte da nossa casa, comprar um carrinho e ainda guardámos algum dinheirinho, em tanto pouco tempo que estive lá. Tenho noção que, aquele tempo, se estivesse cá, não conseguia fazer nem um terço daquilo que fiz.

(Gustavo)

Para Afonso, a migração trouxe descanso e despreocupação, igualmente por motivos de natureza económica, o que não teria acontecido se tivesse regressado à ilha de origem antes de se reformar:

Eu vejo homens da minha idade que têm os seus trabalhos e estão sempre a trabalhar. Têm que se levantar de manhã, têm que ir para as vacas. E eu, há cinco anos, levanto-me quando quero, deito-me quando quero, e eles não conseguem ter um ordenado conforme eu tenho, da minha reforma. Se eu tivesse vindo para cá mais cedo, quando pensei inicialmente em voltar para trás, estava na posição deles.

(Afonso)

Beatriz também realça, por um lado, a mudança quanto ao aspeto económico, que lhe trouxe, acima de tudo, paz de espírito, por não ter necessidade de se preocupar com a sua situação ou a dos seus descendentes:

Trouxe-me o que eu tenho hoje: não me preocupo com o dia de amanhã, se vou ter pão para comer; também não me preocupo com os meus netos, porque sei que, se eles não o estragarem, eles vão ter sempre maneiras de pôr um bocadinho de pão na mesa. Isso trouxe-me paz de espírito.

(Beatriz)

A mesma entrevistada refere também que, sendo mulher e tendo emigrado há várias décadas, a migração representou igualmente uma oportunidade de mobilidade ascendente, que não teria sido possível na ilha de origem: “Foi muito importante ter migrado, porque, se não tivéssemos saído daqui, eu nunca tinha tido as oportunidades de ter aprendido mais nada, tinha sido uma doméstica. Hoje, sinto que, tendo saído, evoluí; não fiquei uma pessoa sem noção de nada”.¹³⁴

Contudo, em termos pessoais, a migração deixa, por vezes, uma marca profunda, ao nível da identidade, como no caso de Anabela: “Eu tenho a ideia de ser diferente. E, mesmo quando a gente veio de lá para cá, até um certo ponto, depois de estar tantos anos lá fora, a gente sente-se diferente. As pessoas já olham para a gente de uma certa maneira, diferente, e a gente, depois, acostuma-se”.¹³⁵

¹³⁴ Não obstante, como menciona Lalande (2006): “São cada vez menos as mulheres que assumem uma condição de doméstica e, por consequência, a taxa de atividade feminina aumentou de forma notória nas últimas décadas, particularmente desde os meados dos anos 70” (Lalande, 2006, p. 11).

¹³⁵ No mesmo sentido apontam Saraiva e Sardinha (2016), no estudo que realizaram: “Para os nossos participantes, «os Açores» que deixaram já não existe no plano das relações sociais. A ausência de uma

Não obstante, como conclui Tomás, o reconhecimento de que a migração representou uma mudança positiva na vida, em diversas vertentes, não exclui o facto de a ilha de origem também sair valorizada, em resultado da migração, aos olhos do ex-migrante internacional regressado:

Alargar horizontes, experiência de vida muito boa – aprendi coisas que nunca tinha pensado em aprender –, conhecer sítios novos, pessoas, culturas.... Foi um alargar de um monte de coisas: horizontes, estudos. Foi uma ajuda monetária impecável. Fora isso, não há nada como a nossa terra.

(Tomás)

4.1.2.3. O regresso: ganho e perda, no paraíso

Relativamente às circunstâncias do regresso, antes de mais é necessário ver os motivos do regresso dos ex-migrantes internacionais. Para Bento, o regresso foi motivado pela família, designadamente, as saudades da família: “A saudade. Eu tenho as minhas filhas e disse: «Não, esta mais novinha não vai ficar como a outra. Eu vou ficar aqui»”.

No caso de Anabela, as motivações familiares tiveram origem, desde logo, na insistência do seu marido em regressar: “O meu marido estava sempre com aquela coisa, que queria vir para trás, queria vir para trás e viemos”, acrescentando, por outro lado, a própria conjuntura de vida, na altura do regresso: “O meu marido ficou sem trabalho, de *lay-off*, e a minha mãe estava muito mal, estava doente, aqui”, que funcionaram como fatores de repulsão do país de acolhimento e de atração da ilha de origem, respetivamente. Quanto a Cátia, para além da necessidade de prestar assistência aos familiares, também uma oportunidade de negócio, que surgiu, desencadeou o regresso à ilha de origem:

Os meus sogros ficaram doentes e nós [...] viemos ver como é que eles estavam. Quando fomos para fora, eles pediram-nos para voltar, para estar com eles. [...]. Depois, surgiu-nos a oportunidade de ter um negócio próprio aqui e, então, tentámos ficar cá e a tomar conta dos meus sogros.

(Cátia)

Para o regresso de Tomás concorreram motivações de ordem familiar e profissional:

Foi o trabalho cá. E a minha companheira também ajudou muito a ficar cá. [...]. Depois, as coisas aconteceram e chega-se aquela altura e..., eu sempre quis ter filhos..., demorou mais

conexão social com a população local coloca esses indivíduos na posição de «estranhos na sua própria terra»" (2016, p. 15).

tempo do que previ, mas veio na altura certa. E eu não podia andar nesta coisa do vaivém. Tinha que assentar.

(Tomás)

Quanto a Beatriz, o seu regresso deu-se por razões familiares: “Foi a minha filha e o marido que decidiram regressar. E estou cá, porque eu não me queria separar da minha família. Se não, sou sincera, esta foi a ilha que me viu nascer, mas eu preferia viver nos Estados Unidos”. Ressalta no testemunho desta entrevistada que, por um lado, a iniciativa do regresso partiu sempre dos familiares, e não de si própria; por outro, resulta que, por sua opção, teria permanecido no país de acolhimento.

No caso de Martim, o seu regresso atual aconteceu, não só pela família, mas também porque já se encontrava concluída a construção de casa própria no Faial, que integrava o seu projeto de regresso à ilha de origem:

O meu pai estava sozinho. E, quando eu voltei agora, [...] foi também para estar com ele. Depois, chegou a uma altura que eu também já estava cansado do meu trabalho, a vida está mais ou menos bem e a gente tinha a nossa casa feita, estava aqui fechada – lá, a gente viveu sempre em casa de renda –, e eu fiz esta casa aqui a pensar, mais tarde, voltar.¹³⁶

(Martim)

Verifica-se, no caso de Martim, que a vida foi programada a pensar no regresso, motivo pelo qual, no estrangeiro, viveu sempre em casas arrendadas e foi no Faial que foi construindo casa própria, onde regressou após a sua conclusão, como planeado.

E a decisão de regresso foi individual ou partilhada, consoante as circunstâncias de vida dos participantes neste estudo. Nos casos em que os ex-migrantes internacionais viviam com o outro elemento do casal no país de acolhimento, a decisão foi de ambos, conforme refere Cátia: “Foi uma decisão dos dois [do casal], claro”. Em alguns casos, contudo, a vontade de regressar não era sentida de igual modo, como esclarece Beatriz: “O meu marido é que queria vir, mas nunca nos irritámos ao ponto de nos zangarmos. Eu só disse: «Eu não quero estar lá. Se eu não gostar, tu prometes que eu não fico lá»”.¹³⁷ Já no caso em que apenas um dos elementos do casal emigrou, como aconteceu com Bento, a decisão já foi unilateral: “Foi minha”.

Relativamente ao regresso sozinho ou acompanhado, somente um dos entrevistados que viveu no estrangeiro com o cônjuge referiu ter voltado sozinho. Tal foi

¹³⁶ O entrevistado refere-se à sua casa, onde foi realizada a entrevista.

¹³⁷ De acordo com Almeida (2008), a mulher é, em regra, “quem no casal mais aprecia os benefícios da emigração e mais facilmente se adapta ao país de acolhimento” (2008, p. 395).

o caso de Afonso, e apenas por um motivo: “A casa precisava de uns concertos e eu vim à frente, umas semanas antes, para concertar a casa, para que, quando ela chegasse, pudesse vir direto para a nossa casa”. Foi recorrente, contudo, verificar através dos testemunhos recolhidos, a permanência de familiares no país de acolhimento, conforme refere Anabela: “Deixei lá toda a família. Não foi fácil”. Daniel, de forma visivelmente emocionada, partilha a sua experiência pessoal:

Às vezes não é muito fácil voltar. Em primeiro, tenho lá o meu irmão e a minha irmã, e eles têm lá os seus netinhos. É tudo. Eu compreendo. A minha netinha ainda não tinha nascido e eu sabia que, depois, era muito mais difícil regressar, porque nós fazemos pelos nossos netinhos coisas que perdemos, que não sabíamos fazer pelos nossos filhos. A gente agarra-se mais a um neto do que a um filho, porque estou mais maduro e tenho a experiência da vida. [...] os meus filhos estão lá fora, a primeira netinha já nasceu.

(Daniel)

Quanto à existência de apoio à migração, regresso e reintegração, foi consensual o testemunho de que não houve apoios, pelo menos, institucionais para esse efeito. Conforme refere Bento: “Foi tudo por minha conta. Quando eu saí daqui, até foi o meu cunhado que me emprestou o dinheiro para ir. Para trás, eu estava calçado. Depois, consegui arranjar logo trabalho”. Gustavo, por seu turno, nem chegou a informar-se a respeito dessa possibilidade: “Nunca tive apoios, mas também nunca procurei”. Daniel considerou não ter necessidade de recorrer a apoios desta natureza: “Sei que há apoios, para isto e para aquilo, mas não tive necessidade”. Já Cátia referiu ter recorrido à banca: “Não tive apoio do Governo Regional, mas socorri-me da banca”. E Martim insurge-se a este respeito: “Se me tivessem dado algum apoio, talvez eu estava cá, não tinha ido e os meus filhos não estavam lá fora. E, se me tivessem dado uma casa, eu estava aí, de certeza; não tinha emigrado”.

Entre os ex-migrantes internacionais, houve quem, não obstante o regresso ao Faial nos últimos anos, tivesse voltado anteriormente à ilha de origem, em resultado igualmente de diversas saídas da ilha. No caso de Tomás, voltou, pela primeira vez, por motivo de natureza familiar, que se prendia com questões de saúde: “Vim para cá, porque a minha avó teve problemas de saúde, a coisa não estava se pintando muito boa e eu voltei”.

Relativamente a Beatriz, todos os regressos à ilha foram, na verdade, motivados por questões familiares. Assim, no primeiro regresso à ilha de origem:

Ele [o marido] trabalhava, mas tinha tempos em que lhe custava. So, pensámos e ele disse: «Porque é que não vamos experimentar os Açores?». Na altura, eu disse-lhe que não e ele disse: «Vamos tomar uma decisão: tu vais se quiseres; se não quiseres, ficas». Então, concordámos que, se viéssemos, e a minha filha não gostasse de estar cá, íamos de volta.

(Beatriz)

O segundo regresso teve, associadas, questões de saúde do cônjuge, tendo a logística sido facilitada pelo facto de manter casa própria no Faial:

[...] o meu marido disse: «Vamos falar com a nossa filha, para ela consultar um médico e ver se existe maneira de eu fazer [tratamento] [...] nos Açores». E a minha filha foi, falou com o médico e ele disse que sim [...]. Assim que o médico disse que sim, foi logo pôr tudo pronto e viemos embora, porque nós tínhamos casa no Faial e nos Estados Unidos.

(Beatriz)

Também motivos de natureza familiar estiveram na base dos anteriores regressos de Martim à ilha de origem. Da primeira vez, saiu na dependência do agregado familiar, pelo que o regresso se deu por decisão dos pais, juntamente com eles: “A gente ia para ficar. Mas, os meus pais só estiveram oito anos e resolveram vir para trás [...]”. O segundo regresso deu-se em idade adulta, para assistência a familiares, por questões de saúde: “[...] recebi um telefonema dos meus pais. A minha mãe tinha partido uma perna e ele estava sozinho e não podia, e eu decidi vir para cá ajudá-los”.

O regresso teve consequências ao nível individual para os ex-migrantes internacionais regressados. Tais consequências refletem-se, por um lado, na perceção da ilha antes e após o regresso. Bento não percecionou qualquer diferença na ilha de origem: “Estava igual. Não notei diferença nenhuma. Posso ter visto ou uma ou duas obras novas. Também, quando voltei, voltei naquele tempo de crise”. Afonso, por outro lado, sentiu evolução na ilha, económica e profissionalmente: “Como eu vinha quase todos os anos, estava sempre vendo, fui sempre acompanhando. A ilha evoluiu muito. Quando eu fui, ainda ninguém tinha os seus carros, nem empregos, toda a gente trabalhava no campo”. Cátia subscreve este entendimento e considera que atualmente a ilha proporciona uma oferta adequada à população residente: “Notei diferença na ilha. Já se sabe que está tudo muito mais desenvolvido do que quando caminhei, claro. Mas, praticamente, temos tudo aqui, só que com pouca porção”.

Beatriz, que saiu e regressou diversas vezes ao Faial, refere evolução, não só na ilha, mas também na sociedade faialense:

Todas as vezes que regressei, notei que a ilha tem evoluído um bocadinho mais. Eu acho que as coisas estão muito diferentes. A mocidade tem uma vida muito melhor do que quando eu

me criava; eles têm possibilidades de viver melhor, porque o casal emprega-se, os dois. Na altura em que eu era jovem e que me quisesse casar, não havia essa possibilidade, a não ser que tivéssemos estudado e se fôssemos professores ou enfermeiros, ou médicos. Fora disso, eras uma doméstica e criavas os filhos. Por isso, a ilha tem evoluído muito. Vejo isso na minha própria família [...].

(Beatriz)

Anabela também notou diferença nas pessoas da ilha, aquando do seu regresso, cuja razão atribui à concessão de subsídios à população:

Achei uma diferença muito grande. Achei que estas pessoas estavam a viver muito à larga, comparado com o que a gente vivia antigamente. [...]. Eu comecei a ver aquilo e disse: «A gente a trabalhar tanto lá fora, e estas pessoas aqui vivem com um subsídio daqui, um subsídio dali..., eles não precisam de trabalhar». Isso foi uma das coisas que mudou muito, porque eu disse: «Meu Deus, a gente não precisa mesmo ir para a América, não precisa de nada que a gente traga», porque toda a gente tinha uma ajuda [...].

(Anabela)

Daniel notou diferença igualmente, quanto ao desenvolvimento da ilha: “Uma das coisas que eu senti mais impacto é que eu gosto muito de cultivar e de criar as minhas coisas. [...]. Mas, por exemplo, a semente vem da Terceira, o milho vem de fora e eu fiquei muito admirado; mas, foi tudo coisas que eu me ajustei logo a seguir”. O mesmo entrevistado salienta igualmente diferenças nas pessoas da ilha, fruto dos anos que, entretanto, haviam passado:

Já estava preparado, quando vim de lá. Mas, se eu não estava preparado, tinha morrido do coração. Ao fim ao cabo, eu venho com aquela mentalidade dos dezassete anos, quando saí daqui. Eu chego aqui, vejo aquelas pessoas e penso: «É pá, está velha! Não, não está; está da minha idade. Aquela coisa de brincar ao peão, ao pataco e rir, ir à igreja... Onde é que está essa malta? É pá, o tempo já se passou!». Os que eram da minha idade emigraram, outros faleceram.

(Daniel)

Não obstante as diferenças que possam ter sido sentidas, os ex-migrantes internacionais são consensuais ao verem maior encanto na ilha após o regresso, como salienta Tomás: “[...] quando regressei, [...] eu chego aqui e digo: «Isto é mesmo verde, pá. Que espetáculo!». A gente dá valor é quando está fora; quando estamos cá, não”.

Quanto à receção pela população residente, Anabela, que viveu muitos anos fora da ilha de origem, refere que foi bem-recebida, embora se sentisse um pouco deslocada: “Fui bem-recebida. [...]. Não senti que a gente não tinha sido bem-recebidos. Mas, claro que a gente sente-se sempre um bocadinho fora das coisas”. Gustavo embora tenha notado diferença em algumas pessoas, subscreve que foi bem-recebido, sobretudo pela família:

As pessoas viram que a gente tinha feito alguma coisa pela vida e acho que algumas pessoas, aqui, não gostam de ver o bem das pessoas; senti isso nalgumas pessoas. Mas fui muito bem-recebido. Então ao nível familiar, era tudo o que eles queriam. A gente chegámos e foi muito bom.

(Gustavo)

Cátia também sentiu alguns constrangimentos relacionados com a recetividade por parte da população residente, em termos pessoais e profissionais, ultrapassados quando reconhecida:

Foi difícil, porque abrimos um negócio e tentámos fazer o máximo de publicidade que pudemos. Foi difícil para as pessoas se entregarem e saberem quem é a pessoa que abriu; é aquela preocupação de saber onde é que a gente esteve, quem é que a gente é. E depois dizem: «Ah, afinal é a pessoa tal».

(Cátia)

No cômputo geral, o sentimento é de uma boa receção por parte da população residente.

Quanto ao país de acolhimento, é mantido contacto após o regresso, desde logo, através do contacto à distância, acima de tudo, com os familiares que lá permanecem. Afonso destaca o recurso ao telefone e à internet para esse efeito: “Sim, com os filhos, os netos e primos [...]. Usamos sempre o telefone. A minha mulher agora usa internet para falar com a neta; a minha neta ofereceu-lhe um computador no ano passado, para se verem uma à outra, e ela fala com os netos e eu também vejo”. Daniel, por seu lado, faz pouco uso do telefone, nos contactos que estabelece à distância: “Com a família, tudo o que tem a ver com os computadores, andamos sempre em contacto: *Facetime*, *WhatsApp*... Uso pouco o telefone”. Martim também estabelece contacto, não só com familiares, mas igualmente com amigos que se encontram no país de acolhimento: “Mantenho contacto com os meus filhos todos os dias, no *Facebook* e, às vezes, pelo telefone. Também mantemos contacto com amigos que ficaram lá”. Já Gustavo procura, paralelamente, acompanhar a evolução dos locais de emigração:

Sim, mantenho contacto com a realidade do sítio onde vivi, através de amigos que estão lá, através do *Facebook* e da internet, telefone. E, às vezes, vou para a internet, à procura das zonas por onde passei, gosto de ver como é que aquilo está. E mantenho contacto com o meu irmão, que continua lá [...].

(Gustavo)

As visitas ao local de acolhimento também permitem manter contacto com o local de acolhimento. Há quem, como Martim, ainda não tenha voltado ao país de acolhimento desde que regressou ao Faial: “Ainda não. A gente, quando for lá, agora, é de passeio, a

casa dos filhos”. Daniel não planeia ainda visitar o local de acolhimento: “Talvez, no futuro. Por agora, não estou a planear ir lá”.

Afonso, por seu turno, desloca-se com regularidade ao país de acolhimento, mantendo aí habitação própria; todavia, o apelo da ilha de origem persiste, mesmo nessas deslocações: “Tem sido todos os anos. Ficamos três semanas, um mês. Um mês, eu já não gosto, porque começo a pensar que tenho que ir tratar da terra. [...]. Ainda tenho casa lá”. Já Cátia visita o país de acolhimento com menos frequência e regularidade, mas, à semelhança do entrevistado anterior, mas tem a cabeça no Faial, durante o tempo de ausência da ilha: “Estive lá no ano passado. E já lá tinha ido duas vezes, antes. Agora, não sei quando é que lá volto. [...]. Sinto e, ao mesmo tempo, não me sinto lá bem, porque estou lá, mas estou pensando aqui. E, mesmo com família lá, é um bocado difícil”.

Ao regressar à ilha de origem, houve hábitos significativos adquiridos no local de acolhimento que se mantiveram, após o regresso e que permitem também preservar a ligação com o país de acolhimento. Como refere Beatriz, um dos hábitos adquiridos e mantido foi a língua do país de acolhimento: “Não perdi a facilidade de falar português, mas, agora, é mais difícil eu ter uma conversa sem meter o inglês [...]” e este, como acrescenta, é um hábito reproduzido em contexto familiar: “Falamos quase sempre em inglês, porque o marido da minha filha não fala muito português. Com a minha filha e com os meus netos, também é quase sempre em inglês”. Como alude Gustavo, uma vez adquirida e consolidada a língua do país de acolhimento, ela permanece como uma forma de património imaterial, que não se quer perder, após o regresso: “Já aqui, ainda hoje, fala-se muito inglês lá em casa, à conta disso também: para elas [as filhas] não perderem o inglês”.

A outro nível, designadamente, profissional, também se destacam hábitos significativos, trazidos do local de acolhimento, como realça Tomás: “Acho que a disciplina e a organização, porque isso eram duas coisas importantíssimas [no trabalho] e, nesse aspeto, mantive isso. De resto, ainda, às vezes, tiro apontamentos em inglês”. Gustavo também trouxe hábitos do país de acolhimento, no âmbito profissional, e destaca a mais-valia que representa a adoção dos mesmos na ilha de origem:

Nas construções que eu vou fazendo na minha casa, na dos meus pais ou dos meus irmãos, trouxe o modo de trabalhar o cimento. Isso não é hábito nenhum, é trabalho. Mas habituei-me da forma que se trabalha lá, que é muito mais leve, mais prático e até, a nível de gasto, mais económico. [...]. Eu fiz o anexo de uma casa e uma pessoa que esteve nos Estados Unidos e que chega lá, diz logo: «Quem fez isso foi alguém que esteve nos Estados Unidos». Até trouxe equipamento de lá para poder fazer como se faz lá, [...] e noto que feito daquela forma é bem melhor do que da forma que se faz aqui.

(Gustavo)

Os ex-migrantes internacionais trouxeram igualmente hábitos significativos, no que concerne às tradições assinaladas no país de acolhimento. Como refere Cátia: “Lá, no *Thanksgiving*, o dia do peru, a gente faz a árvore de Natal logo a seguir ou, naquele dia, a gente já faz. [...]. Tento fazer sempre o meu peru pelo Natal. Há certas coisas diferentes que se fazem lá, em família, que eu tento fazer aqui”. Mas, como salienta Martim, o facto de algumas datas não serem comemoradas na ilha de origem, leva a que o hábito esmoreça um pouco: “Lá, comemorávamos o *Thanksgiving*, o *Fourth of July*... Há coisas que a gente tem lá, que não tem aqui, e há o contrário. A minha mulher, um ano, fez o *turkey*, como se fazia lá [...]; mas, a gente não faz muito, porque aquilo não é lembrado aqui”.

O regresso do ex-migrante internacional à ilha de origem tem impacto na ilha, antes de mais, através da contribuição para o desenvolvimento local ou regional. Este contributo pode concretizar-se a vários níveis. No plano social, Cátia contribui através do envolvimento em iniciativas levadas a cabo na ilha: “Acho que sim, porque a gente está sempre envolvido em iniciativas, com instituições; por exemplo [...], estamos agora com uma campanha de solidariedade, pedem e a gente estamos sempre abertos a ajudar e a colaborar [...]”. Mas, conforme acrescenta a mesma entrevistada, a contribuição também se poderá realizar a um nível económico, designadamente, pelo facto de ter aberto um negócio, o que fomenta a concorrência e é benéfico, não só para a ilha, como também para a população residente, que passa a ter maior oferta: “Eu acho que sim, porque agora há mais concorrência. Há mais oferta do que havia antes”.

Todavia, também de forma individual é possível contribuir economicamente, como salienta Afonso: “O meu dinheiro da reforma é todo gasto aqui. Também estive ajudando a igreja”. No mesmo sentido se pronuncia Martim: “Sim, desde que estou aqui, já gastei uma coisinha de dinheiro, que fica na ilha. Sou mais um habitante, mais uma eletricidade,

mais água [...]. Já comprei carro, já temos seguros, isto e aquilo, e eu acho que isso tudo ajuda a ilha”.

A contribuição também pode passar pela intervenção no plano profissional. No caso de Anabela, com o seu regresso, criou um posto de trabalho na ilha: “Talvez ajudar alguma pessoa a ter mais trabalho; por exemplo, tenho uma pessoa que faz limpeza aqui, pessoas que nos ajudam a limpar os quintais e coisas assim”. Gustavo, por seu turno, através da sua atividade profissional, contribui para o desenvolvimento local, de modo direto:

[...] aprendi muito nos Estados Unidos, na área do meu trabalho, e aplico aqui, porque daquela forma vai ficar melhor e vai facilitar a mão-de-obra a quem está fazendo. Já estão aprendendo muitas coisas que eu ensino da forma como aprendi lá. Já tenho posto algum conhecimento meu em prática, e alguns até já fazem algum trabalho desse género também. Acho que isso, de certa forma, contribui para o desenvolvimento da ilha.

(Gustavo)

Já em termos culturais, quando regressou, Gustavo tentou implementar tradições da ilha, designadamente quanto às Festas do Espírito Santo, com as características adotadas no país de origem, mas não foi muito bem-sucedido:

[...] têm aquelas coroas e sopas, tal e qual como se faz aqui. Depois, têm aquelas procissões, com os mordomos e com as crianças todas vestidas a rigor, à moda de lá, com aquelas capas e aquelas coisas todas. Eu achei que foi uma boa adaptação, ficou mais bonito. Quando vim de lá para cá, experimentei fazer isso. Fui para uma direção aqui de uma coroa, tentei fazer aqui. Foi aceite, a nível da direção, e depois viu-se que as pessoas aderiram, porque foi diferente, mas, ao mesmo tempo, diziam que aquela não é a nossa tradição; ou seja, que não é aquilo a que estão habituados. Aquilo já é à moda americana. E é verdade que é diferente. As pessoas, aqui, aceitaram e não aceitaram. As pessoas acharam que foi bonito, mas já passou; não acharam correto voltar a fazer dessa maneira. As pessoas não quiseram alterar a forma como é feito aqui e eu compreendo, mas, no meu entender, não fazia mal nenhum.¹³⁸

(Gustavo)

Este testemunho expressa como as celebrações tradicionais da ilha são forma de ligação entre migrantes e não migrantes, como também refere Rocha-Trindade (2019):

Por intermédio das comissões organizadoras (que não raramente agregam tanto residentes como migrantes), cuja constituição se realiza de um para outro ano, movimentam-se vontades individuais e reforçam-se ligações preferenciais entre os elementos de uma mesma comunidade [...].

(Rocha-Trindade, 2019, p. 30)

¹³⁸ Relacionado com este testemunho encontra-se um estudo de caso realizado por Leal (2017), que envolveu as viagens das festas do Espírito Santo entre a freguesia de Ribeira (no concelho de Lajes do Pico, ilha do Pico) e a comunidade açoriana de San Diego (no estado da Califórnia, Estados Unidos da América), em que alguns rituais inovadores introduzidos na Califórnia foram transpostos para os Açores. Todavia, enquanto no caso do estudo de Leal (2017), estas inovações foram bem aceites, no Faial, não, o que se deverá, porventura, a um maior fechamento e conservadorismo da sociedade faialense relativamente à mudança, em comparação com a da ilha vizinha do Pico.

No que concerne ao aspeto político, não há por parte desta tipologia migratória qualquer participação na formulação de políticas migratórias regionais. Os testemunhos recolhidos a este propósito, referem-no expressamente. Como menciona Cátia: “[...] não tenho contacto com as políticas migratórias”. Segundo Anabela: “Não. Eu não gosto muito de política. Eu voto aqui e faço o que eu posso, mas não sou integrada em nada dessas coisas”. Tomás vai mais além: “Não. Nem quero saber nada de política”. No mesmo sentido se pronuncia Bento: “Não, não tenho participação, nem voto. Isso, para mim, é tudo igual. Os políticos falam, falam, falam mas, quando chegam lá acima, é tudo igual, não tem diferença”.¹³⁹

Quanto ao aspeto de desempenho de ligação entre migrantes e não migrantes, relativamente a quem vem de fora, os ex-migrantes internacionais regressados, como Cátia, referem a questão da língua: “Alguém que venha, mesmo no verão, eles chegam e dizem: «Tu falas inglês!», e procuram-nos também por causa disso, porque a gente consegue comunicar com eles das duas maneiras”. Já Afonso menciona que estabelece ligação com migrantes e com não migrantes, indiferentemente: “Com todos. E também temos contacto com estrangeiros que são nossos vizinhos. Falamos inglês com eles, e eles ficam satisfeitos, porque também falam inglês. Eles têm dificuldade em falar o português. E se eles precisarem de ajuda, ajudamos. Na nossa área, há muita gente estrangeira”.

Quanto aos não migrantes, em particular, Tomás refere: “Não digo que desempenho um papel de ligação, mas já me chamaram várias vezes para conversar sobre: «O que é que eu faço? Onde é que devo ir?», para dar opiniões, como conselheiro, talvez; isso já me perguntaram várias vezes, pessoas que querem ir para fora”. Daniel também menciona ser abordado, para contar como foi a sua experiência migratória:

[...] tenho uma cambada nova que vem muito falar comigo e, depois, eles dizem: «Ao fim ao cabo, não é como a gente pensava», [...]. A gente vai para lá e, se uma nação está a acolher-te, tu tens que respeitar as regras. [...]. Eu explico muito isso aqui à malta nova. Eu já dormi numa garagem, no inverno, fugido à imigração dois dias, por ter sido apanhado, porque eles queriam já marcar as passagens para eu vir para cá. Já comi pão que punha na torradeira até queimar o bolor, para comer. [...]. Eu digo-lhes: «Vocês pensam que isto é tudo muito bonito, ou quê?»

¹³⁹ De acordo com Borralho, Rocha e Silva (2019, p. 98), “[...] observa-se que o aumento do interesse em eleições é claramente favorecido pelo nível de escolaridade, crescendo à medida do grau mais elevado e novamente para valores estatisticamente significativos”. De igual modo, segundo os mesmos autores: “É importante referir que a confiança não está desligada do grau de conhecimento e de reconhecimento que se tem de cada protagonista político” (Borralho, Rocha & Silva, 2019, p. 111).

(Daniel)

Gustavo, por seu turno, sente necessidade de defender quem saiu, pois quem não migrou, por vezes, não compreende os ex-migrantes regressados:

Às vezes, eu ouço dizer, até de pessoas que nem sabem que eu estive lá fora, que quem foi para fora e regressou, às vezes, tem a mania. E eu digo: «Oh vocês, não é bem assim. É porque tem que ser assim. É um meio diferente, as pessoas adaptam-se, criam formas diferentes de fazer a sua vida. Tem que ser». Eu vejo, assim, às vezes, a necessidade de defender quem esteve lá fora.¹⁴⁰

(Gustavo)

No que respeita à avaliação do regresso, a mesma é feita, por um lado, em função da forma como decorreu a reintegração no Faial. No plano pessoal, Afonso referiu ter regressado onde gostava, efetivamente, de estar, após um período migratório ao qual teve necessidade de se adaptar, para conseguir viver fora da região de origem: “Primeiro, eu gosto muito de trabalhar no campo. Ainda tenho umas coisas do meu pai. Portanto, vim fazer o que gostava de fazer. Lá fora, fazia o que não gostava; quer dizer, adaptei-me a um trabalho lá fora – adaptei-me, até, muito bem –, mas o meu gosto era aqui”.

Daniel sentiu o regresso como algo predestinado, embora considere a reintegração no Faial um processo de adaptação, onde a falta da família, que ficou no país de acolhimento é, provavelmente, a parte mais difícil de gerir:

Ao chegar, de vez, cá, disse: «É pá, fui mandado à terra santa». Acostumei-me e ainda me vou acostumando. [...]. Eu sinto que cheguei à terra prometida, que cá devia voltar, que já estava preparado para mim, *you know*, regressar à terra-mãe. [...]. Agora, o regresso aqui.... É pá, isto é tudo muito bonito de falar. Há certos momentos que stresso, há certos momentos que choro, não de arrependimento... O amor, o carinho... [silêncio prolongado]. Os meus filhos estão lá fora, a primeira netinha já nasceu. [...]. E como, no Natal, nós juntávamo-nos todos, nessa altura eu fico um bocadinho *stressed*. Mas, nunca me deixo chegar à depressão.

(Daniel)

O mesmo aconteceu com Anabela que, após o regresso, sentia muitas saudades da família, crescendo o facto de se sentir, inicialmente, deslocada; todavia, as amizades que, entretanto, fez na ilha de origem, ajudaram-na a ultrapassar os constrangimentos sentidos:

[...], tive muita saudade dos meus filhos. Naquela altura, ainda não havia as internet; havia, mas não era como se usa agora e custava-me mais essas coisas, assim. No princípio, às vezes, sentia-me um bocadinho deslocada; hoje, não. Hoje, eu tenho muitos amigos, pessoas que são como família, que me apoiam.

(Daniel)

¹⁴⁰ Neste contexto, Almeida (2008, pp. 377-378) salienta que: “A aculturação é inevitável e não deve ser apontada ao emigrante como um defeito. Ele não poderá sobreviver se não assimilar aspetos, facetas, segmentos da nova cultura”.

Para Beatriz, que passou por diversos processos de saídas e regressos, o impacto do regresso foi sempre diferente; destaca-se, contudo, no seu testemunho, que a mesma não se sente reintegrada na ilha de origem:

Todas as vezes, o impacto do regresso foi diferente. Esta foi a vez mais difícil, porque estou mais velha e não foi na minha freguesia. Não conheço pessoas aqui, só talvez meia dúzia delas; conheço poucas pessoas. [...]. Já me perguntaram: «O que é que vieste fazer para o Faial?». O que é que uma mulher sozinha ia ficar fazendo nos Estados Unidos? Tinha lá os meus irmãos, mas eles não vivem ao pé de mim, têm as suas vidas, têm a sua família. Eu tenho duas amigas lá que são como irmãs, mas não são os meus netos, nem a minha filha. [...]. Não me sinto reintegrada. É pena ter que falar do lugar onde nasci desta maneira. Não é negativo, porque é uma ilha maravilhosa e eu gosto muito das paisagens e isso tudo, mas, pessoalmente, não me dá felicidade nenhuma, a não ser a minha família.

(Beatriz)

Já no caso de Martim, em que houve igualmente diversos regressos à ilha de origem, o que se verificou foi que a reintegração correu bem no primeiro e no último regresso, em que o entrevistado tinha nacionalidade portuguesa; todavia, no segundo regresso, a reintegração foi um pouco diferente, pois, na altura tinha apenas a nacionalidade do país de acolhimento, o que lhe trouxe alguns constrangimentos, só ultrapassados quando voltou a sair rumo ao país de acolhimento. Assim, no primeiro regresso: “Trabalhei em casa, mais os meus pais, na agricultura e nas vacas. [...] comecei a trabalhar e a ajudar o meu pai, e integrei-me muito bem aqui. Mas, também há uma coisa: eu sempre gostei de estar aqui”. No segundo regresso: “Voltei a viver em casa dos meus pais e estive aqui ajudando na lavoura. [...]. Nesta altura, eu era só americano, não tinha a dupla nacionalidade. [...]. Depois, comecei a pagar para estar aqui, como imigrante, porque fiquei só com a nacionalidade americana”. Por fim, no último regresso: “Eu reintegrei-me bem, porque eu gosto muito disto e sempre gostei muito aqui da ilha. [...]. Lá, é correria para aqui, correria para acolá; às vezes, a gente sai do trabalho aborrecidos e inquietos. Aqui, é tudo mais calmo, mais descansado”.

No âmbito social, há quem, como Bento, não sinta qualquer diferença, relativamente à reintegração no Faial: “Não teve nada de especial. A gente chega cá e continua sempre com os mesmos amigos, com as mesmas pessoas. É sempre igual”. Já Beatriz, que regressou numa fase mais avançada da vida, não encontra qualquer identificação com as pessoas da sua idade: “Se eu me for sentar numa mesa com uma pessoa ou duas da minha idade, eles não têm mais nada com que se entreter senão com a vida desta ou daquela pessoa e, a mim, isso não interessa nada”.

Em termos comparativos, Anabela sentiu diferenças relativamente ao país de acolhimento, designadamente na maneira de ser das pessoas, o que interferiu, até certo ponto, no processo de reintegração:

Aqui, achei diferença foi esta maneira de ser, esta mornaça e, talvez, eu continuei sempre a fazer da mesma maneira, porque não podia com esta mornaça. Por exemplo, a gente ia a uma repartição e dava-me nervos, as pessoas não se mexiam. Agora, eu já cá estou há dezasseis anos, já me acostumei, mas a gente ficava irritados.

(Anabela)

Gustavo manteve hábitos próprios da sua ilha de origem, após o regresso, que não encontrou no local de acolhimento, designadamente, de solidariedade e apoio social, e reconhece que os mesmos são uma mais-valia para quem vive na ilha: “Aqui, tens um casal que passa grandes dificuldades e que tu podes ajudar: vais fazer um cabaz de Natal – como eu faço, às vezes –, ou fazes isto ou aquilo, e não os conheces sequer. Lá fora, não tens quem faça isso. Por isso, aqui também tem coisas boas”.

Economicamente, para Daniel, a reintegração também se processou em termos comparativos e, por isso, foi necessária uma adaptação à realidade da ilha de origem, quando comparada com o país de acolhimento:

Certas coisas, tenho que mandar vir de fora [...]. E, quando avaria uma coisa do carro, tens que esperar duas semanas. Depois, uma peça é cento e tal, a outra é duzentos. As margens, para comprar aqui no Faial, tem que se deitar muito sentido. Compreendo que o mercado é fraco aqui; estamos numa ilha e temos que apostar na qualidade, porque a quantidade torna-se perigosa.

(Daniel)

No fundo, a reintegração é encarada por Daniel como um novo processo de emigração, agora para o país de origem: “Lá, entras numa loja e tens tudo o que é para a casa. Aqui, senti isso, mas acostumei-me logo. Eu não vou mudar nada, eu é que tenho que me acostumar. E quando eu vim, pensei: «Eu estou a emigrar de um país para outro, tenho é que me acostumar aqui com a terra»”.

No âmbito profissional, para quem regressou em idade ativa, não refere aspetos negativos. Conforme menciona Bento: “Fiquei aqui e tive sorte, arranjei logo um trabalho que, por acaso, eu gosto”. No caso de Gustavo, apesar de ter regressado sem perspetiva de trabalho, conseguiu, paulatinamente, ultrapassar essa situação:

Ao nível de trabalho, quando saímos de lá, estávamos os dois com trabalhos fixos; quando chegámos, estávamos sem trabalho e não tínhamos perspetiva de trabalho cá. Nessa altura, fomos à luta, começámos por baixo, outra vez, até chegarmos onde a gente está. Foi fácil, porque o pessoal também já nos conhecia bem.

(Gustavo)

Já Cátia, que regressou para prestar apoio a familiares, encontrou na ilha de origem a oportunidade de deixar de ser trabalhadora subordinada para se tornar patroa de si própria, consubstanciando um percurso de mobilidade ascendente, no plano profissional:

[O regresso] Foi, praticamente, uma necessidade, porque vim cá ver os meus sogros e eles pediram-nos para vir, e o meu marido disse que tinha que tomar conta deles como eles tomaram conta dele. Só que eu disse: «Se for para trabalhar para os outros, eu não fico», porque eu tinha um trabalho tanto bom e não ia sair de lá assim. Mas, surgiu a oportunidade de abrir negócio cá e eu estou muito contente, e estamos cá.

(Cátia)

No tocante à reintegração em termos culturais, não há registo de grande atividade por parte dos ex-migrantes internacionais regressados, à exceção de Afonso, que refere cumprir tradições próprias da região, por ocasião das quais também se dá alguma contribuição financeira: “[...] se me convidam para ir comer umas sopas de Espírito Santo, eu vou lá comê-las e ajudo dessa forma”.

O mesmo sucede no que concerne à parte política, em que apenas Daniel salienta que se reintegrou, acompanhando os assuntos que dizem respeito à ilha de origem: “Gosto de me infiltrar em coisas da ilha e acompanhar, como o aeroporto, a nossa doca, as coisas que estão a passar-se, diferenças políticas. E acompanho as sessões de assembleia municipal, porque quero saber o que se passa na minha ilha”.

No regresso, houve, por um lado, referências a aspetos facilitadores da reintegração. Cátia aponta, desde logo, o facto de ser natural da ilha, bem como de visitar frequentemente a região de origem: “Como eu sou de cá, a reintegração foi boa. E eu vinha aqui muitas vezes”. Para Tomás, paralelamente ao facto de ser da ilha, a experiência profissional adquirida no país de acolhimento surge, igualmente, como aspeto facilitador da reintegração: “Talvez a nível de trabalho, a experiência que tinha do meio em que andei [...]; isso, sim, facilitou. E ser de cá”. Bento, por sua vez, refere dois fatores que considerou facilitar a reintegração: “A gente ter cá família e ter cá casa, é uma coisa totalmente diferente”. Já Gustavo, que regressou à ilha de origem ainda em situação profissional ativa, refere que o facto de ter adquirido alguma capacidade financeira no país de acolhimento possibilitou uma vida mais desafogada a nível pessoal e profissional, após o regresso, o que facilitou a sua reintegração na ilha de origem:

Facilitou-nos o facto de a gente já ter mais algum dinheiro [...]. Começámos a ter uma vida diferente. Eu já não tinha necessidade de trabalhar as doze a quinze horas que trabalhava antes de ir para a América, por exemplo. Eu já fazia um dia normal de trabalho, estava ao fim

de semana com a minha família. Isso foi do melhor, porque, se a gente não tivesse estado esse tempinho fora, se calhar, obrigava-me a ter que fazer, além do meu dia normal de trabalho, mais alguns biscatezitos, que eu fazia muito, antes de ir para lá, para conseguir ter as coisinhas como eu gosto de ter.

(Gustavo)

Anabela, que permaneceu muitos anos fora da ilha de origem e se sentiu, de alguma forma deslocada, aquando do regresso, aponta o fator que facilitou a sua reintegração no Faial: “A igreja. Isso foi uma coisa que me fez sentir bastante paz e acolhimento; senti que tinha um lugar”. Beatriz, que também residiu muitos anos fora da ilha de origem, mas regressou contrariada à ilha de origem, afirma: “Eu não vejo o que é que facilitou”.

Quanto a aspetos dificultadores da reintegração, Anabela salientou que as saudades da família, efetivamente, dificultaram a reintegração no Faial: “As saudades, as saudades dos filhos, isso é que me dificultou muito. O que valeu foi os *iPads*, o *Facebook*”. Contudo, a maioria dos entrevistados referiram que não houve dificuldades de reintegração na ilha de origem. Assim, Gustavo é categórico na resposta: “Acho que não houve dificuldades”. Cátia, que se instalou na ilha com um negócio próprio, responde no mesmo sentido, justificado por motivações de natureza profissional: “Acho que não, porque eu estou muito ocupada [...]. Talvez sentisse, se aqui estivesse a trabalhar para outros...”. Daniel corrobora que não houve dificuldades na reintegração, pois sentiu o regresso como um novo processo de emigração, algo que não lhe é desconhecido: “A mim, não foi custoso reintegrar, porque, num aspeto, eu emigrei outra vez; comecei outra vez uma vida nova”.

Outra parte que integra a avaliação do regresso é o balanço que os ex-migrantes internacionais regressados fazem do seu regresso à ilha de origem. Ainda que certos aspetos da reintegração não sejam favoráveis, no cômputo geral, o balanço é positivo. Para Beatriz, o balanço é positivo, acima de tudo, por poder estar junto da família: “É positivo, porque eu não estou mal. A paz de espírito é boa. Ao nível social, não; sinto-me muito deslocada. Sinto-me bem, porque tenho a minha filha e os meus netos cá; se não tivesse, não estava cá”.

Anabela também faz um balanço positivo, desta feita, por poder ter, na fase da vida em que se encontra, melhores condições de vida no Faial do que no país de acolhimento:

É positivo. De maneira nenhuma a gente podia estar na América. O meu marido não podia estar em casa. Nós somos reformados e viemos para aqui mais cedo; portanto, a reforma que

recebo é de lá, não tenho mais nada. E as reformas não são grandes, por isso não dava para a gente viver bem; a gente tinha que poupar muito para poder viver lá.

(Anabela)

Gustavo, por um lado, pende para a ilha de origem, por outro, pende para o país de acolhimento: “Eu não digo que me arrependo de ter vindo, mas, se tivesse ficado lá, acho que também não me tinha arrependido”. Martim, por seu turno, gosta de igual modo de ambos os locais, o de origem e o de acolhimento, mas que prefere o local de origem, pois foi onde construiu a sua casa: “Eu gosto de lá e gosto daqui; gosto de estar nas duas bandas. Só que, aqui, fiz isto [a casa] e queria desfrutar uma coisinha disto. Gosto de estar aqui. [...]. Estou no que é meu”. Salienta-se neste testemunho o aspeto da transnacionalidade: o ‘cá’ e o ‘lá’.

Tomás é categórico quanto ao balanço que faz do regresso ao Faial: “É positivo. [...]. Acho que a minha vida aqui é cinco estrelas. Gosto muito de viver aqui, muito mesmo”. Esta perspetiva é partilhada por Daniel: “É positivo. Claro que nada é perfeito. Às vezes, dizem-me: «Agora, estás-te consolando». E eu digo: «Um gajo que estiver no paraíso e disser mal, não merece estar lá». [...]. Sinto-me muito bem cá e tenho esse direito”.

Feito o balanço do regresso, será que os emigrantes regressados encaram o regresso como definitivo ou temporário? Beatriz, que fez vários regressos à ilha de origem, ao longo da vida, encara este regresso como definitivo: “Viemos para cá estar. Já não tenho mais propriedades nos Estados Unidos, vendemos tudo o que tínhamos; so, agora, para ir de volta, eles tinham todos que levantar amarras para eu ir e eu penso que, com esta idade, vou ficar cá”. Martim, devido ao avançar da idade, não pensa sair novamente, pelo menos para trabalhar, mas sim para visitar a família, que permanece no país de acolhimento: “A gente nunca pode dizer que algo é definitivo. Eu estou pensando em estar cá. Com esta idade, não estou pensando em ir para lá fazer vida e trabalhar; isso está fora de questão. Mas, umas férias, ir lá ver os meus filhos, sim”.

Afonso, que regressou ao Faial após a reforma, apenas considera a possibilidade de remigrar, por motivo de doença; nesse caso, tem condições para ser tratado no país de acolhimento, onde mantém assistência médica, família e habitação própria:

Eu só volto a sair, se houver uma doença. A gente, lá, tem um *insurance medical care* – o governo obriga mesmo a ter seguro, tiram dinheiro para o seguro de saúde –; portanto, eu

tenho que tê-lo lá e estou pagando para ele. Se alguma vez houver complicações, tenho direito, tenho lá as minhas casas, ou, se for preciso, vou para a casa de um filho.¹⁴¹

(Afonso)

Já Bento, que se encontra em idade ativa, espera uma oportunidade para sair novamente da ilha de origem e voltar a trabalhar no mesmo país de acolhimento, por períodos sucessivos de tempo, enquanto lhe for permitido:

Não vou agora, porque está fraquinho. Mas, daqui a cinco, seis anos, eles voltam a meter tudo abaixo para fazer de novo, porque é assim que eles trabalham. E vão precisar de gente. Depois, vou estar lá quatro, cinco anos, novamente e volto para trás. [...]. É sempre a mesma coisa: eu vou por um ano e é até deixarem. Até deixarem, eu fico.

(Bento)

Tomás, por sua vez, que também se encontra em idade ativa e tem dependentes na ilha de origem, não pretende voltar a migrar, senão por algum motivo de força maior, atendendo à qualidade de vida que tem no Faial: “É definitivo, a não ser que aconteça alguma coisa muito desastrosa, que tenha que sair daqui, por alguma razão. Mas, se não for por isso, não estou pensando sair daqui. Eu posso deixar a miúda no parque e não me chatear. Acho que daqui não saio; estou muito bem aqui”.

4.1.2.4. Síntese da experiência migratória dos ex-migrantes internacionais

Relativamente aos ex-migrantes internacionais, aquando da partida, todos viviam com os respetivos agregados familiares, sendo que a grande maioria dos entrevistados era adulta e encontrava-se a trabalhar, a maior parte destes, em áreas profissionais pouco qualificadas; os restantes, à data da partida, eram menores e encontravam-se a estudar. A motivação para a partida desta tipologia migratória, independentemente de se ter saído uma ou mais vezes da ilha, prende-se, sobretudo, com necessidades económicas, para obter melhores condições de vida, sendo que vários saíram no contexto de graves catástrofes naturais, que forçaram ou foram essenciais para a decisão de partir e que tiveram um impacto profundo na vida dos faialenses, mas também houve partidas por motivações familiares, na dependência do agregado familiar.

¹⁴¹ Este testemunho corrobora a afirmação de Espínola (2010), de que: “Outras razões poderão igualmente motivar deslocações ao país de emigração, após o regresso à origem, como a utilização de um sistema de saúde mais benéfico que o nacional (Espínola, 2010, p. 6).

No caso concreto das catástrofes naturais, as mesmas funcionaram como fatores de repulsão de faialenses, pela falta de condições para permanecer na ilha de origem, mas também estiveram na base da elaboração de políticas migratórias mais favoráveis em dadas alturas nos países de acolhimento, designadamente nos Estados Unidos da América, sendo este um fator de atração que estimularia muitos a partir, na esperança de uma vida uma vida mais próspera nesses países (Saraiva & Sardinha, 2016, pp. 7-8).

Aquando da partida, a maior parte dos ex-migrantes internacionais saiu acompanhado pela família e, em menor número, saíram sozinhos. Não obstante, a maioria teve o apoio de conhecidos ou familiares no país de acolhimento, o que facilitou a saída da ilha de origem.

Quanto à expectativa inicial da estada, os ex-migrantes internacionais, a maioria não tinha expectativas quanto à duração da estada, mas desejava regressar ao Faial após um período migratório incerto; entre os entrevistados, apenas um preferia ter permanecido no país de acolhimento.

No tocante ao motivo pela escolha do destino, a existência de família e o seu apoio foram preponderantes, mas também o facto de se encontrarem em vigor políticas migratórias favoráveis, na altura da migração, ajudaram à escolha. O facto de encontrar trabalho em determinado local também foi motivo para a escolha do destino migratório.

Durante a estada, houve quem tivesse mudado de local de acolhimento, sempre dentro do mesmo país, para melhoria de condições de vida ou por exigência profissional, embora não relacionada com progressão na carreira, apenas com necessidades de gestão de pessoal.

Relativamente à integração no país de acolhimento, em termos pessoais, é referido o mar como uma falta que se tentou sempre preencher durante a estada.

Socialmente, destaca-se a dificuldade de integração, pela barreira da língua, sendo que nos meios maiores era sentida alguma indiferença por parte da população, havendo mais contacto, sobretudo, com pessoas conhecidas no contexto profissional.

Ao nível da habitação, a família revelou-se fundamental durante o período migratório, funcionando como rede de apoio. Entre os ex-migrantes internacionais

entrevistados, alguns arrendaram casa durante a estada, outros chegaram a adquirir habitação própria.

Nas questões relacionadas com a saúde, os entrevistados destacam o facto de terem seguros de saúde, por via do emprego, os quais não cobriam o agregado familiar e, quando adquiridos a título pessoal, eram muito caros, não havendo qualquer apoio do governo para esse efeito.

Em termos de educação, houve quem tivesse frequentado a escola, não só em idade escolar, mas também em idade adulta; tal facilitou a aprendizagem da língua, cujo conhecimento também se adquiriu no contacto com familiares, bem como com colegas de trabalho, não portugueses.

No plano cultural, para além da importância da aquisição da língua do país de origem, cuja utilização no seio familiar variava muito em função do nível de conhecimento adquirido por cada elemento do agregado e da geração em causa (avós, filhos ou netos), também houve integração, sobretudo, através da comemoração das datas festivas e das tradições do país de acolhimento.

O aspeto económico foi o que facilitou de forma mais assinalável a integração dos ex-migrantes internacionais, que melhoraram consideravelmente as suas condições de vida em resultado da migração, embora, profissionalmente, a integração tenha sido feita inserindo-se, sobretudo, em trabalhos pouco qualificados e, por vezes, não obstante as boas remunerações, com condições de trabalho precárias; todavia, o contrário também aconteceu, ainda que pontualmente, tendo sido possível, para alguns, trabalhar em áreas mais qualificadas do que se não tivessem emigrado.

No que concerne à dimensão política, apenas um entrevistado refere intervenção, votando nas eleições do país de acolhimento.

Na dimensão da relação com o Estado, houve quem tivesse passado momentos de ilegalidade durante a estada, mas, para a maioria dos entrevistados, foi fácil tratar da sua situação documental, por terem familiares a residir no país ou devido às próprias políticas migratórias do país de acolhimento, mais favoráveis, na altura, à emigração, tendo a maioria dos ex-migrantes internacionais participantes neste estudo adquirido a nacionalidade do país de acolhimento e detendo, atualmente, dupla nacionalidade.

Quanto ao contacto com a ilha de origem, os ex-migrantes internacionais mantinham contacto à distância, inicialmente por carta e, mais tarde, por telefone ou através das redes sociais, consoante a época migratória, com alguma regularidade. Também os meios de comunicação, mormente, a televisão e os jornais permitiam manter o contacto com a região de origem. Já as visitas à ilha aconteciam com periodicidade diferente, entre os entrevistados: uns levaram anos para visitar a ilha; outros iam alterando a regularidade das deslocações, em função das circunstâncias da vida. Por vezes, as visitas tiveram relação direta com a decisão de regresso.

O contacto com conterrâneos permitia igualmente manter a ligação com a região de origem, conforme o local onde os ex-migrantes internacionais se estabeleceram; para uns, esse contacto era frequente, para outros, não. A participação em associações de migrantes ou de açorianos permitia manter hábitos da região de origem, nomeadamente, assinalando as tradições vividas no Faial, e, consequentemente, também se mantinha, deste modo, a ligação e o contacto com a região de origem.

Relativamente aos aspetos que mais marcaram a estada, os que mais agradaram ou de que ex-migrantes mais sentiram saudade são, por um lado, a oferta de mercado, os diferentes espaços para sair e os ordenados, e, por outro, as amizades que se criaram no país de acolhimento; pela negativa, marcaram o clima, mormente, o frio, bem como a falta de tempo e a insegurança.

A migração representou mudanças na vida do ex-migrante internacional regressado, sobretudo economicamente, permitindo aos entrevistados voltar a viver na ilha de origem com melhores condições do que aquelas em que se encontravam antes de migrar, quer estejam ainda a trabalhar ou já reformados, embora haja quem tenha salientado também o facto de a migração ter tido um forte impacto ao nível pessoal de forma positiva, pela experiência adquirida, mas também negativa, pela sensação de se ser diferente e olhado também de forma diferente.

Quanto ao regresso, as circunstâncias do regresso têm como ponto fulcral os motivos para regressar. Assim, independentemente do número de regressos que cada ex-migrante internacional teve à ilha de origem, os mesmos foram desencadeados, sobretudo, devido a motivações de natureza familiar, maioritariamente para prestar

assistência a familiares com problemas de saúde, mas também simplesmente para viver com o agregado familiar na ilha de origem.

A decisão de regresso foi individual ou partilhada, consoante as circunstâncias da vida; porém, atendendo a que a maioria dos ex-migrantes internacionais, quando regressou, vivia em família, a decisão foi, sobretudo, partilhada, embora nem sempre o regresso fosse o desejo de ambos os elementos do casal. Dos dois, a mulher é mais recetiva à permanência no local de acolhimento, sobretudo, por se adaptar mais facilmente à realidade desse local e por reunir aí mais facilmente condições para a sua emancipação, enquanto o homem é mais recetivo ao regresso à ilha de origem, mormente, pela maior dificuldade de integração no meio de acolhimento e pelas saudades da ilha. Mas, ao regressar, foi frequente a permanência de familiares no país de acolhimento, designadamente, filhos, o que teve um impacto muito profundo nos entrevistados que têm esta experiência.

Ao longo do percurso migratório – migração, regresso e reintegração – os entrevistados não beneficiaram de qualquer apoio público.

As consequências do regresso no plano individual foram sentidas, desde logo, na perceção da ilha antes e após o regresso; neste sentido, houve ex-migrantes internacionais que não notaram diferenças na ilha, mas a maioria denotou desenvolvimento na ilha, com mudanças na própria sociedade faialense, sendo igualmente referido como, após o regresso, se valoriza a ilha de origem. A receção pela população residente é um aspeto que os ex-migrantes internacionais referem ter sido boa; contudo, houve algumas reações de hesitação, até identificarem quem estava a regressar.

Após o regresso, houve aspetos que, globalmente, facilitaram a reintegração dos ex-migrantes internacionais, desde logo, o facto de serem naturais da ilha, de visitarem a ilha com frequência, a experiência adquirida no país de acolhimento e a maior capacidade financeira; por seu turno, de acordo com os entrevistados, não houve aspetos que tenham dificultado particularmente a reintegração, a não ser as saudades da família que permaneceu no país de acolhimento. Daí que o contacto com o local de acolhimento seja

estabelecido esmagadoramente com familiares, antes de mais, através do contacto à distância regular, sobretudo com familiares, através de telefone ou das redes sociais.

Alguns entrevistados realizam, com regularidade, visitas ao país de acolhimento, onde têm familiares diretos e até habitação própria; porém, tal não parece desencadear o desejo de remigrar. O contacto com o país de acolhimento também se manifesta através de hábitos significativos aí adquiridos, sendo o recurso à língua do país de acolhimento, o mais referido. São igualmente mencionados hábitos que se adquiriram no local de acolhimento, através da experiência profissional, mas também algumas tradições próprias que, por não serem assinaladas na ilha de origem, por vezes, se vão perdendo.

O regresso do ex-migrante internacional à ilha de origem também tem impacto na comunidade, pela contribuição para o desenvolvimento local ou regional, destacando-se neste ponto a contribuição económica, de forma individual, efetuando pagamentos de serviços e adquirindo bens na ilha, ou através de negócio implementado, aumentando a concorrência e a oferta de mercado na ilha, mas também profissional, aplicando a experiência adquirida no estrangeiro na ilha de origem e ensinando os seus conhecimentos a profissionais residentes na ilha, ou criando um posto de trabalho para um residente da ilha. De destacar, contudo, que são os ex-migrantes internacionais de faixas etárias mais jovens que revelam espírito empreendedor, empregando-se na ilha e promovendo a concorrência no respetivo mercado.

Culturalmente, há quem, após o regresso, tenha tentado introduzir algumas inovações em tradições assinaladas na ilha, à semelhança da forma como são comemoradas no país de acolhimento, porém, sem sucesso.

No plano político, não há registo de intervenção com vista ao desenvolvimento da ilha e também não há registo de participação na formulação de políticas migratórias regionais; porém, de modo informal, os ex-migrantes internacionais regressados apoiam estrangeiros que se deslocam à ilha ou que aí residam, bem como não migrantes que solicitam informações, atendendo à sua experiência migratória; há também o registo de quem desempenhe, efetivamente um papel de ligação entre migrantes e não migrantes, ao defender quem saiu da ilha, pois quem não migrou, por vezes, tem dificuldade em compreender o migrante, o 'outro'.

A avaliação do regresso pode ser feita, desde logo, através da forma como se deu a reintegração dos ex-migrantes internacionais na ilha de origem, salientando-se, ao nível pessoal, a falta e as saudades da família que permaneceu no país de acolhimento e o facto de apenas um entrevistado referir que, após várias saídas e regressos, não se sente reintegrado no Faial, ainda que vivendo com toda a sua família nuclear, com quem e por quem regressou à ilha de origem.

No que toca ao aspeto social, denota-se, por vezes, alguma falta de identificação com a população local, porventura fruto de um período longo de permanência fora da ilha. Também o aspeto económico se salienta, tendo sido sentida a diferença em relação ao país de acolhimento, quanto à oferta de mercado e à competitividade dos preços.

Profissionalmente, ainda que a maior parte dos entrevistados tenha regressado em situação inativa, sobretudo, após a reforma – um padrão habitual, de acordo com a literatura existente sobre a temática da emigração açoriana –, a verdade é que houve quem tivesse voltado em idade ativa, sem perspetiva de trabalho, mas tivesse conseguido ultrapassar com sucesso a situação, aproveitando a experiência profissional adquirida no estrangeiro, bem como quem tivesse conseguido efetuar um percurso de mobilidade ascendente, passando de trabalhador assalariado para empresário, após o regresso à ilha de origem.

Assim, o balanço do regresso à ilha de origem por parte dos ex-migrantes internacionais participantes neste estudo é, no cômputo geral, positivo, seja por estar perto da família, por ter melhores condições de vida na ilha de origem nesta fase da vida, por ter construído habitação própria na ilha ou pela qualidade de vida que a ilha de origem oferece, motivos pelos quais, à exceção de um entrevistado que tenciona voltar a sair da ilha temporariamente, para trabalhar e juntar dinheiro, todos os entrevistados consideram o seu regresso definitivo, ponderando a remigração apenas num caso de força maior, designadamente, por questões de saúde, relativamente às quais se equaciona com mais facilidade regressar ao país de acolhimento do que a território continental, porventura porque estes ex-migrantes internacionais mantiveram os seus seguros de saúde ativos no local de acolhimento, podendo a eles recorrer imediatamente, em caso de necessidade.

4.1.3. Ex-migrantes duais

O grupo de ex-migrantes duais regressados que integra este estudo é composto por sete pessoas, quatro do sexo masculino e três do sexo feminino. À data da realização das entrevistas, quatro dos participantes encontravam-se na faixa etária dos 60-69 anos, pertencendo os restantes às faixas dos 40-49 e dos 70-79 anos, respetivamente; entre os sete, apenas um participante se encontrava em situação profissional ativa.

4.1.3.1. A partida: saída para o desconhecido

Quanto à situação dos ex-migrantes duais na ilha do Faial aquando da partida, verifica-se que praticamente todos viviam com o agregado familiar e que a maioria tinha acabado de concluir o ensino secundário na ilha, como refere Lúcia: “Quando saí, tinha dezoito anos, vivia com os meus pais”. Pelo contrário, Dulce, igualmente estudante, não residia com os familiares durante o período escolar: “Na altura, era quase impossível fazer-se viagem [...] para a Horta todos os dias, como hoje acontece [...]. [...] o sexto e sétimo anos do liceu estive alojada numa residência de estudantes, na Horta”.

A maioria entrevistados era estudante aquando da partida, como refere Rodrigo: “Eu era estudante do então chamado Liceu Nacional da Horta, tinha acabado de concluir o sétimo ano [...]”. Duarte, porém, já desempenhava atividade profissional, aquando da partida: “[...] vim trabalhar na construção do aeroporto”, bem como Jaime: “[...] terminei de dar o ano letivo e, depois, fui [...]”. Contrariamente, Elsa saiu do Faial antes de ter idade para frequentar o ensino escolar: “Cá, o meu pai estava dedicado à agricultura e ao gado, [...] ele não via aqui um grande futuro e, depois, como tinha acontecido o vulcão, ele achou que seria bom, porque nós éramos [...] uma família grande e, nessa altura, fomos todos juntos. [...], eu tinha três anos [...]”.

Relativamente às circunstâncias da partida, mais concretamente, aos motivos da partida, todos os ex-migrantes duais que saíram apenas uma vez da ilha tiveram comumente como destino o território continental, por razões académicas, como refere

Mário: “Acabei o liceu e fui [...] seguir estudos”. Conforme afirma Rodrigo, a saída por este motivo, mais do que voluntária, foi a concretização de um desejo: “Eu queria, inquestionavelmente, tirar um curso superior [...]. Eu gostava de viver aqui, gostava de estar aqui, mas tinha perfeita consciência de que no Continente, sob a minha própria tutela, ia poder fazer coisas que desejava fazer e que aqui nunca tinha podido fazer”.

Já Duarte saiu pela primeira vez da ilha, com destino a território continental, para fazer formação e exercer atividade profissional: “[...] requeri para ir para as forças armadas, fiz provas e fui admitido”. Jaime, por seu turno, saiu do Faial, inicialmente, para cumprimento de serviço militar, em território continental: “[...] fui chamado para o serviço militar [...] e fiz lá a recruta e a especialidade [...]”.

Elsa foi a única ex-migrante dual regressada cuja primeira saída do Faial teve o estrangeiro como destino. No caso desta entrevistada, foi a família que motivou a saída, uma vez que a mesma ainda era criança e dependente do agregado familiar, o qual, por seu turno tomou a decisão de sair da ilha por motivos económicos, no contexto da erupção do vulcão dos Capelinhos, bem como pela conjuntura política no país de destino que, nessa altura, era recetiva à migração: “Deu-se o vulcão dos Capelinhos e abriram a emigração em massa [...], nessa altura, estavam a chamar também [...] para a área da agricultura e o meu pai teve possibilidade de ir. [...], nessa altura, fomos todos juntos”.

A saída dos ex-migrantes duais, com destino ao continente, deu-se, maioritariamente, de forma individual, como refere Dulce: “A primeira vez, fui sozinha”. O mesmo aconteceu com Rodrigo: “Ninguém da minha família me acompanhou. Nem tal era, então, costume”. Por seu lado, Elsa saiu com os seus familiares diretos e com conterrâneos, com destino ao estrangeiro:

[...] fomos todos juntos [a família]. Mas, nessa altura, foram várias pessoas connosco daqui do Faial, não fomos só nós. Pelo menos, duas pessoas daqui foram connosco, porque eu ainda me cruzo com essas pessoas que também regressaram e que, desde então, mantiveram-se cá e elas dizem-me: «Lembras-te, eu andei contigo ao colo, lá».

(Elsa)

No momento da partida, a ajuda foi prestada por familiares, como salienta Dulce: “Eu tinha uma parente [...] que me foi buscar ao barco”. Mário foi apoiado por conhecidos: “Tinha lá duas pessoas que me orientaram, mais ou menos. Eram pessoas que tinham estado aqui, que me conheciam e que sabiam que eu ia [...], e disseram-me:

«Então, quando fores, diz, para te irmos esperar»”. A Lídia aconteceu ter a ajuda de ambos:

Tinha lá umas pessoas conhecidas do meu pai à espera. [...]. Ficaram de me ir lá esperar ao aeroporto e foi assim que aconteceu. Eu tinha [...] uns primos, um tio, irmão do meu pai, que foi para lá jovem [...]. Nós correspondíamos por carta, mas eu nunca os vi antes, nem eles me tinham visto a mim. Então, depois, também me foram buscar. Passou a ser a minha família quase nuclear; era e ainda são.

(Lídia)

Com referência aos casos em que se deu mais do que uma saída da ilha, ou seja, em que se deram partidas subsequentes, Lídia, que migrou inicialmente com destino a território continental para prosseguir estudos, saiu mais tarde, novamente para território continental, onde exerceu atividade profissional, na área da sua formação académica, e por fim, saiu do Faial para o continente por motivos familiares, relacionados com questões de saúde: “O que mudou mais foi depois, quando a minha filha adoeceu e eu tive de ir [...] novamente”.

Jaime, após uma primeira saída, também voltou a sair para território continental, desta vez por motivos de natureza profissional – formação e exercício profissional: “Eu fui, trabalhei a recibos verdes nessa empresa [...]. Aproveitei, porque fui aprendendo alguma coisa; também, não ganhava muito, mas era experiência e aprendi. Eu estava a tirar o curso, em pós-laboral, e a trabalhar, em simultâneo.”

Já Elsa, após o percurso migratório internacional, saiu do Faial com destino a território continental, motivada pela família, desta vez, pela sua descendência, por questões de saúde: “[...] foi por causa do meu filho que a gente teve que ir embora. [...] o médico achou que o meu filho devia ir para fora, para ver, realmente, o que era [...]”.

Mas Lídia, sendo ex-migrante dual, também saiu para o estrangeiro, motivada pela família, para reagrupamento familiar:

Nessa altura, surgiu a hipótese de ele [o marido] ir trabalhar [...]. Ao mesmo tempo, sempre foi nossa intenção colocar os filhos numa escola internacional e [...] havia essa hipótese... O nosso objetivo era lançá-los no mundo e era uma maneira de poderem frequentar uma escola que lhes desse acesso a qualquer universidade no estrangeiro. [...]. Ao fim de um ano de o meu marido lá estar, combinámos que iríamos [...]. Ele conseguiu tratar das coisas para eu poder ir.

(Lídia)

Elsa, que partiu inicialmente do Faial com destino ao estrangeiro, voltou a sair, ainda na dependência do agregado familiar, para o mesmo país de acolhimento: “[...] o meu irmão [...] viu novas hipóteses para o meu pai e disse para voltarmos para lá, porque

já tinha um lugar em vista para o meu pai [...]. O meu pai ficou entusiasmado e decidiu voltar lá”.

No caso de Duarte, que exercia atividade profissional no Faial, na altura em que saiu para o estrangeiro, foi movido por diversos fatores, designadamente o aspeto económico, mas também a facilidade de admissão no país de acolhimento, destino tradicional de emigração açoriana:

[...] naquela altura, houve umas pequenas desavenças e, quando me chateei com isso, disse: «Já não quero estar mais aqui». A minha mulher tinha papéis americanos e eu disse-lhe: «Vamos embora [...]». [...] Eu até tinha uma boa colocação aqui; portanto, não posso dizer que fui à procura do *el dorado*, que não foi o caso. Mas, naquela altura, também não se ganhava muito [...] e essa também foi umas das razões para sair.

(Duarte)

4.1.3.2. A estada: outras realidades, outras visões do mundo

Quanto à expectativa inicial e duração efetiva da estada, Lídia, ao sair da ilha, tinha a expectativa de não mais regressar: “Quando fui a primeira vez, era para ir e nunca mais voltar, porque eu achava que isto era afogueante. A pessoa estava cá fechada na gaiola”. Elsa, também não pensava regressar: “[...] a minha ideia não era vir para cá. Era vir para cá no verão, ter casa para ficar, mas continuar lá”. Mário, por seu turno, quis cumprir o objetivo que o tinha levado a sair da ilha e regressar de imediato; não tendo tal sido possível, ainda foi tentado um regresso ao arquipélago, embora não à ilha de origem, mas sem sucesso: “Eu, quando saí do Faial, era para acabar o curso e voltar. [...]. Ainda houve uma tentativa de vir para a Universidade dos Açores, mas isso não se concretizou”.

Relativamente a Elsa, o facto de ter migrado muito pequena fazia com que não tivesse, naturalmente, qualquer expectativa em relação ao tempo de estada fora da ilha, até porque a ausência da ilha, desde tenra idade até ao início da vida adulta, moldou a visão que a entrevistada tinha do local de origem e do local de acolhimento: “O Faial, a mim, não me dizia nada. As memórias que eu tinha eram todas de lá”.

Quanto a Dulce, não havia qualquer expectativa quanto à duração da estada: “Eu sempre fui um bocado aventureira e não sabia o que é que me ia acontecer”. Já Rodrigo não tinha estabelecido qualquer projeto de regresso ao Faial; porém, o tempo veio a trazer-lhe outra perspetiva: “Não tinha nenhum projeto concreto de regresso ao Faial [...].

Agradava-me ter uma vida de ritmo esfusiante e sabia que cá não a teria. Mas as coisas foram mudando com o tempo. Penso que isto tem, num certo sentido, algo de biológico”.¹⁴²

No âmbito das migrações duais, houve motivos que determinaram a escolha do local de destino, quer ao nível interno, quer internacional.

No caso das escolhas do destino por referência ao contexto interno, Rodrigo afirma terem sido fundamentais as referências de pessoas amigas: “O meu pai tinha cá um amigo médico, que tinha estudado lá e que tinha dois filhos a estudar também lá e foi ele que aconselhou o meu pai a que eu fosse para essa cidade [...]”.

No plano internacional, foi determinante, no caso de Elsa, a existência de políticas migratórias que favoreciam a emigração, na altura em que a mesma se deu: “[...] abriram a emigração em massa para os Estados Unidos e, nessa altura, estavam a chamar também para África, para a área da agricultura, e o meu pai teve possibilidade de ir”.¹⁴³ No caso de Duarte, foi imprescindível a rede de apoio familiar: “A minha mulher tinha papéis americanos e eu disse-lhe: «Vamos embora para a América». Ela também tinha lá família”. Em relação a Jaime, a razão da escolha pelo país de acolhimento prendia-se com o reagrupamento com uma pessoa com quem mantinha um relacionamento, até então, à distância: “Eu conheci uma pessoa, pela internet; depois, eu tinha um amigo que ia para lá [...], ele convidou-me e eu fui, nessa altura”.

Durante a estada, houve quem tivesse mudado de localidade de acolhimento, efetuando deslocações subsequentes. No caso de Lídia, essa mudança surgiu durante o contexto migratório interno, por razões profissionais: “[...] eu fui colocada noutra localidade [...]. Então foi muito complicado, eu não conhecia nada lá para aqueles sítios..., mas tinha que ser”. Deste modo, a integração e a vontade de permanecer em cada um dos locais de acolhimento, não foi sempre igual, em virtude das assimetrias entre os

¹⁴² Todavia, a migração não se resume apenas a um aspeto biológico; daí a dificuldade da sua quantificação, tal como aponta Peixoto (1998a): “Nos estudos demográficos, é salientado que o facto de não se tratar de um simples acontecimento ‘biológico’, como acontece com os nascimentos e óbitos, afasta as migrações dos estudos quantitativos mais divulgados” (p. 31).

¹⁴³ Como destaca Castelo (2004, p. 22): “Para o conjunto do ultramar, entre meados dos anos 50 e meados dos anos 60, os ativos ligados ao setor primário ocuparam a primeira posição no movimento de passageiros. [...]. Foi também neste período que o Estado Novo mais se empenhou no transporte de trabalhadores agrícolas [...]”.

locais, igualmente existentes em território continental. Ainda assim, como refere Lília, a população local fez toda a diferença no processo de integração:

[...]. Na altura, chorei muito, quando fui, mas depois foi ótimo. [...]. Apesar de difícil, a experiência foi muito enriquecedora, pois punha-me em contacto com uma realidade de um país que não imaginava. [...]. Foi tão bom, tão bom, tão bom, que eu acho que ainda hoje tenho saudades. [...]. Eu era muito apaparicada por toda a gente e estava lá muito bem, apesar de estar deslocada a muitas horas de distância.

(Lília)

Elsa efetuou deslocação subsequente no âmbito internacional, quando ainda dependia do agregado familiar: “[...] o meu pai resolveu sair daquela quinta e procurar um outro trabalho, mais próximo da cidade, que fosse mais seguro e, para nós, mais próximo da escola [...]”. Mas também teve uma deslocação do estrangeiro para território continental, em pleno processo de descolonização, chegando como retornada: “Só depois da Independência é que começou a escassear pão, tínhamos que ir para filas enormes. Como nós quisemos ficar lá, nós tínhamos que ir de madrugada formar fila para conseguir um pãozinho para cada um, ou um quilo de farinha. Depois, começou a escassear essas coisas todas. Isso fez com que a gente, passado pouco tempo, quisesse vir embora”.

Quanto a Mário, Rodrigo e Dulce, a migração, no contexto internacional, aconteceu enquanto se encontravam a residir em território continental, ou seja, durante a sua estada em território continental. No caso de Mário, a ida deu-se por imposição, para cumprimento de serviço militar: “[...] lá chegámos ao fim do curso e eu fui para a tropa e, depois, fui para o Ultramar”. Já Rodrigo saiu para o estrangeiro voluntariamente, para realizar formação profissional, no âmbito de atividade profissional que iniciara no continente após a conclusão de estudos superiores: “Tinha mudado para lá transitoriamente a minha residência, apenas para frequentar um curso. Quando o acabei, voltei para as minhas tarefas [...]”. Também Dulce saiu voluntariamente para o estrangeiro, ainda na frequência do curso superior, o qual concluiu mais tarde, para exercício de atividade profissional: “No terceiro ano, [...] fui [...] dar aulas [...] para uma escola [...] e ensinei português. [...], para ajudar a integrar os filhos de emigrantes [...]”.

Verifica-se que, em relação a estes ex-migrantes regressados, a continuidade do percurso, desta vez para um destino internacional, resultou de motivos fortuitos relacionados com o circunstancialismo da vida de cada um.

No que concerne à integração nos locais de acolhimento, ao nível pessoal, Dulce refere o impacto de um local de acolhimento geograficamente maior do que o Faial: “«Como é que eu me vou desenrascar numa cidade tão grande, com tanta casa?». Senti um bocado de pânico, é verdade”. Jaime também faz referência à diferença sentida quanto a espaços geograficamente maiores do que a ilha de origem: “Eu sempre tive dificuldade de me adaptar a lugares muito grandes”. Todavia, Rodrigo refere algo que também custava a suportar: “Outra coisa que me custou muito [...] foi a ausência do mar. Aos domingos sentia a necessidade de me meter num comboio, [...] só para ver o mar. [...] senti uma verdadeira opressão física no peito por ver terra, terra e mais terra, até perder de vista, mas não ver mar”.

Por seu turno, no contexto social, Rodrigo não sentiu qualquer dificuldade de integração, independentemente do contexto em que se encontrava: “Não tive quaisquer dificuldades de integração. Eu nunca senti, aliás, problemas de integração em lado nenhum, porque sempre me adaptei bem à vida em sítios novos e sempre me relacionei facilmente com pessoas e ambientes que antes não conhecia”. Este entrevistado explica o motivo do impacto positivo do local de acolhimento, no contexto migratório interno:

Nunca tive o sentimento de desamparo e de solidão que cheguei a observar em contrêrrâneos meus, pelo menos, nos primeiros tempos das suas vidas no Continente, porque passei a fazer uma vida que me agradava plenamente e que me preenchia necessidades culturais, estéticas, ideológicas, afetivas e outras, que no Faial não tinha a possibilidade de satisfazer, por força da pequenez, das limitações e dos preconceitos que caracterizavam o meio nos meados dos anos sessenta do século passado.¹⁴⁴

(Rodrigo)

Com efeito, como refere Lídia, a época em que se deu a saída do Faial e as condições de vida aí existentes, à data, foram determinantes, relativamente à forma como se processou a integração no local de acolhimento:

Só havia rádio nos Açores, não havia televisão nessa altura; portanto, eu não tinha ideia nenhuma do mundo. Não conhecia nada. Para mim, foi tudo descoberta, de tal maneira que, quando comecei a integrar-me a meio do ano, comecei a pensar: «Realmente, esta vida é tão diferente, que não acho que queira voltar para o Faial». Isso foi logo, assim, a meio do ano, quando comecei a perceber como é que era a vida lá e comecei a gostar das coisas.

(Lídia)

¹⁴⁴ Nesse sentido, refere Costa (2017): “Entre as circunstâncias mais adequadamente propiciadoras de uma reflexão sobre o significado da insularidade, contar-se-á provavelmente a experiência vivencial das gerações dos estudantes que frequentaram os liceus das capitais dos antigos distritos autónomos dos Açores nos anos 50 e 60 do século passado, com destaque para os que passaram pelos bancos do Liceu Nacional da Horta” (Costa, 2017, p. 527).

Elsa menciona boas relações sociais, no contexto migratório interno: “Tinha uma vida tão boa lá. Convivia com tanta gente. Eu fiz lá tantas amizades”.

Já no âmbito internacional, houve quem tivesse sentido constrangimentos, mantendo mais ligação, no plano social, à comunidade de origem do que à comunidade de acolhimento. Este foi o caso de Duarte: “A gente nunca andou muito envolvidos na sociedade americana. Por exemplo, a nível desportivo, nunca foi cativante, para mim, o futebol deles. [...] participávamos mais ao nível da comunidade açoriana”.

Por vezes, a integração social teve uma vertente multicultural, pela confluência de diversas nacionalidades e culturas no mesmo local. Para Rodrigo, tal registou-se no plano migratório internacional: “Gostei muito, porque foi uma experiência riquíssima. [...]. Fiz amizade com camaradas meus provenientes de todos os cantos do mundo”. Mas, como acrescenta o entrevistado, o mesmo verificou-se no plano migratório interno:

Passei a fazer amizade e a participar no convívio com colegas da minha e doutras faculdades, com as mais diversas origens, desde o Minho ao Algarve, passando pelas colónias portuguesas em África e até por países estrangeiros, como o Brasil, cujas experiências e conhecimentos me ajudaram a analisar e a compreender melhor a sociedade em que vivia e me fizeram perceber a importância que os movimentos sociais e políticos tiveram e têm na sua transformação.

(Rodrigo)

As questões ligadas à habitação e logística, durante a estada, também tiveram influência no processo de integração dos ex-migrantes duais regressados. Na vertente interna, quem saiu há muitos anos da ilha, sobretudo para estudar, ficava, com frequência, em lares e residenciais. Este foi o caso de Dulce: “Nos primeiros meses fiquei numa residencial de umas freiras espanholas e estive aí até abrir um lar, daqueles lares universitários [...]”. O mesmo aconteceu com Lídia que, posteriormente, passou a viver com outras condições: “[...] quando casei, mudei-me do lar e fui viver para a casa que nós temos agora”. Já Rodrigo viveu numa casa que partilhava com pessoas conhecidas; porém a experiência subsequente de viver numa república deixou marcas para a posteridade:

[...] eu fui para a casa onde estavam os filhos do amigo do meu pai, porque sabíamos, através deles, que era uma casa com boas condições de alojamento, de alimentação, de conforto, de higiene, etc. [...]. Estive lá um ano. No meu segundo ano do curso, mudei-me para uma república, cujo espírito, ambiente e repúblicas me marcaram para o resto da vida.

(Rodrigo)

Mário, por seu turno, após ter vivido em casa de pessoas amigas da ilha de origem, viveu num quarto arrendado e refere como foi difícil a integração, nessa fase:

Não foi fácil. Demorou algum tempo, aí uns dois a três anos, talvez, para eu me integrar. Não é fácil a pessoa sair daqui e plantar-se num quarto, sem dinheiro. Foi muito difícil. [...]. Mas, eu ainda vivi em casa de umas pessoas amigas, que eram de cá, amigos de infância, e tínhamos sido todos criados nesta casa. Ainda vivi uns três anos, talvez, com eles.

(Mário)

Ainda no contexto interno, é de referir que, quem viveu muitos anos em território continental, veio, não raro, a adquirir casa própria no local de acolhimento, como aconteceu com Dulce: “[...] conseguimos conquistar um pequeno apartamento”. Por seu turno, não é de descurar o alojamento em casa de familiares, o que, no caso de Elsa, foi determinante para sair da ilha: “Como eu tinha os meus sogros a viver no continente, [...] nós fomos para fora”. Também no plano internacional se verifica o apoio de familiares, como refere Duarte, cujo país de acolhimento foi um destino tradicional da emigração açoriana: “Ficámos com os meus sogros [...]. Vivemos menos de um ano em casa deles e, depois, mudámos para outra casa, perto deles, na mesma cidade. Depois dessa casa, ainda fomos para outra casa, também nessa cidade, que era do meu irmão, mas ele não vivia lá”. E também este entrevistado, cujo maior período de estada foi passado no estrangeiro, acabou por comprar casa própria no país de acolhimento: “Nós temos lá a nossa casa, o nosso carro..., está lá tudo”. Também Jaime adquiriu casa no estrangeiro, onde viveu muito menos tempo: “[...] eu fui viver [...] numa casa arrendada. Entretanto, surgiu lá um negócio de uma casa, o preço era bom e comprei a casa [...]”.

Quanto à integração, no que toca à saúde, não há registo de dificuldades por parte dos ex-migrantes duais nos locais de acolhimento. Como refere Dulce: “[...] nunca tive problemas”. Lídia acrescenta as vantagens do serviço de saúde do local de acolhimento, no âmbito internacional: “Os serviços, eram extremamente bons e, portanto, as pessoas não tinham dificuldades nenhuma de acesso. Era tudo gratuito; desde que a pessoa tivesse um cartão de residente, tinha direito a ter medicamentos de graça”.

Elsa, por seu lado, encontrou em território continental o acesso a cuidados de saúde que permitiram, não a si, mas ao seu filho, ter, com o tempo, melhor qualidade de vida: “Eles disseram-me logo: «A senhora pode ir viver para os Açores novamente, mas o seu filho nunca vai ter saúde»”. Também Duarte, por sua vez, no contexto da migração internacional, expressa-se no mesmo sentido: “O que nos marcou muito lá foi a doença

do nosso filho. Se tinha sido aqui, ele não tinha vivido os anos que viveu lá. Isso foi dito lá, pelos médicos. Para nós, foi bom; só por isso, valeu a pena estar lá”.

Em relação à educação, as referências que surgem a este respeito referem-se ao período migratório interno, aquando da realização de curso universitário. E, em rigor, foi por este motivo que a maioria dos participantes neste estudo migrou pela primeira vez. Para uns, a integração a este nível, pelo menos no início, foi difícil, como salienta Mário: “[...] a faculdade, para mim, nos primeiros dias que lá entrei, aquilo era muito confuso, era muito grande. E aquilo era muito simples. Mas, para mim, habituado a este liceu...”. Para outros, a experiência de integração a este nível, permitiu-lhes ter acesso a um conhecimento que não era possível adquirir no Faial, à época da saída da ilha, o que, no caso de Rodrigo, se revelou da maior importância:

Seduziam-me, para não dizer que me inebriavam, por exemplo, os debates intermináveis em que tinha a oportunidade de participar, na república ou em cafés, onde ouvia opiniões e análises de docentes universitários, que, por serem pessoas progressistas, não tinham preconceitos em conviver com os alunos... Passei a ter acesso a livros que a censura fascista proibia e a outros, que não chegavam ao Faial; lembro-me que só consegui aceder à *Ilíada*, de Homero, quando a Biblioteca Itinerante da Gulbenkian veio para o Faial. Passei a frequentar assiduamente a Biblioteca Geral da Universidade, onde tinha condições logísticas e de ambiente ótimas para estudar e para consultar obras.

(Rodrigo)

Já no caso de Elsa, que migrou quando criança, efetuou todo o percurso escolar no estrangeiro, desde o início: “Eu comecei a escola lá”, até à conclusão do equivalente ao terceiro ciclo de escolaridade.

Nas questões relacionadas com cultura e tradições, constata-se que a integração também se processou de forma diferente, conforme os hábitos dos locais de acolhimento. Ao nível interno, Dulce manifesta o gosto pela parte cultural do local de acolhimento, em território continental: “Para mim, [...] foi um fascínio; eu seguia tudo”.

Porém, os aspetos mais referidos, em termos culturais, situam-se no plano internacional. Nestes termos, os ex-migrantes duais regressados destacam as diferenças sentidas, durante o período migratório no estrangeiro. Como salienta Jaime: “[...] a forma como nos vestíamos lá era totalmente diferente da de cá. A comida que eu comia lá era totalmente diferente do que eu como cá”.

Com efeito, a comida e a gastronomia foram, decididamente, dos aspetos específicos mais referidos. Lídia demonstra-o desta forma: “No início, os cheiros eram

uma coisa que não sabia muito bem definir; era acre-doce. Mas, aquilo provinha, um pouco, do hábito que as pessoas têm de cozinhar a vapor e, depois, o cheiro percorre os corredores”. Esta entrevistada tirava bastante partido da atividade cultural promovida no local de acolhimento: “Para sair, havia muita atividade cultural, muitos concertos e nós costumávamos ir”. Já quanto à participação nas tradições locais, era diferente:

Tradições, especialmente chinesas, não, não fazíamos parte de nada. Os chineses nunca se misturaram muito com os portugueses. A única coisa que nós fazíamos era um almoço, que se chamava *Yum cha*, de vez em quando, e que o diretor do serviço promovia. Mas, de resto, nós não fazíamos nada de especial com os chineses.

(Lídia)

Não obstante, Lídia destaca, neste âmbito, uma aprendizagem profunda, devido ao contacto com uma população muito diversificada no local de acolhimento:

[...] eu aprendi muitas coisas [...], porque a população [...] tinha uma cultura completamente diferente da minha. E porque ali há população muito variada, da China continental, da Tailândia, das Filipinas, há gente de todo o mundo que vem para ali e que vive ali; portanto, transmite uma série de vivências... Depois, mostra-nos como se vive noutros países e introduz-se na nossa maneira de ser e pensar.

(Lídia)

No caso de Dulce, a aprendizagem a este nível resultou, sobretudo, do convívio que mantinha com comunidades migrantes portuguesas residentes no país de acolhimento e nos países circundantes: “Aprendi gastronomia, canções, literatura oral e tradicional, etc. [...], convivi com várias comunidades de portugueses que tinham os seus centros de convívio. Mantínhamos ligação cultural com outras comunidades migrantes, residentes na França, na Bélgica, Suíça, etc.”.

Se no plano interno a questão da língua não se coloca, o mesmo não acontece no plano internacional, pelo menos em relação a países que não são de expressão oficial portuguesa, quanto aos ex-migrantes duais regressados. Assim, no caso de Rodrigo, não conhecia a língua, mas optou por aprender: “Embora não fosse necessário, quis aprender a língua [...]”. Lídia, por seu turno, não aprendeu oficialmente, mas foi assimilando o conhecimento da língua no contacto com os nacionais do local de acolhimento: “Na rua, nas compras, por gestos e, mais tarde, já falava para me fazer entender...o mínimo. Eu tenho muito bom ouvido [...]. Então, comecei a saber dizer muitas coisas. Elas falavam e eu já sabia o que é que estavam a dizer. Mas, nunca fui aprender”.

Falar a mesma língua podia, efetivamente, facilitar no processo de integração, como destaca Mário: “Eu nunca me senti um migrante. Se tivesse estado a falar outra

língua...”. Ainda assim, os ex-migrantes duais, cuja língua do país de acolhimento era diferente da sua, não mencionam ter-se sentido desenquadrados. No caso de Lúdia, a língua tornou-se património que trouxe consigo, após a migração: “Ao fim de algum tempo, eu já sabia muitas palavras. Ainda hoje preservo as palavras..., quero ver se nunca me esqueço”.

No que se prende com a dimensão económica, os entrevistados destacaram a altura em que se encontravam a residir em território continental. Uns salientaram a fase inicial do período migratório, em que não dispunham de meios próprios de subsistência. Rodrigo destaca que os seus encargos, durante a fase de estudante, eram suportados pelo pai: “Para poder ir lá para fora estudar, foi o meu pai que me pagou a viagem e as despesas de instalação [...]. E foi sempre ele que me enviou a mensalidade com a qual eu pagava as minhas despesas pessoais e os encargos do meu curso”. Já Lúdia salienta que a mensalidade recebida era muito controlada: “[...] o meu pai tinha-me dado um bloco para eu anotar todas as despesas que fazia, para ele ver nas férias. Eu recebia o dinheiro da mensalidade, através da Caixa Geral de Depósitos, ia lá levantar o dinheiro, pagava o lar e o resto era tudo muito contadinho”. Mário, por seu turno, recebeu apoio, no contexto migratório interno: “Eu só tinha as bolsas que nos davam para alimentação, nos serviços sociais universitários, e comia sempre na cantina”. Outros, como Elsa, referem como se encontravam economicamente integrados, após anos de exercício de atividade laboral em território continental: “Quando estabiltizei, a minha vida era boa”.

Também no contexto migratório internacional, houve quem tivesse recebido apoio. Dulce recebeu apoio através do país de acolhimento: “A ida [...] foi apoiada pela missão católica e pelo governo [...]. Ainda agora tenho a reforma de lá. [...]. Claro que é pouco, mas tem a ver com o tempo que eu lá fiz”. Duarte menciona igualmente a importância do sistema de reforma, após um número assinalável de anos a residir no estrangeiro: “A gente, lá fora, além de ganhar pouco, daquele pouco tinha que restar algum para o banco. [...]. O mais importante de tudo isso foi o sistema de reforma”.

Já no plano profissional, a integração dependia, em grande medida, do nível de habilitações alcançadas. Assim, todos os ex-migrantes duais entrevistados que tiveram a possibilidade de migrar para realizar estudos superiores, em território nacional,

exerceram profissão qualificada, na área da sua formação académica, em Portugal continental. E, enquanto uns trabalharam e terminaram a sua carreira em território continental, Lídia, exerceu a sua profissão, de carácter qualificado, não só em território continental, como no estrangeiro e também na ilha de origem: “[...] gostava do trabalho, era aquilo que eu sempre quis fazer... Em termos profissionais, estava bem; nesse aspeto estava bem”. Dulce, por seu turno, exerceu a profissão durante muitos anos em território continental e concluiu a sua carreira profissional na ilha de origem: “[...] eu tinha que concorrer para lecionar no Faial [...]”.

Quem não tinha as mesmas habilitações académicas, também chegou a trabalhar em território continental, através de contactos estabelecidos com as redes de apoio existentes, como foi o caso de Elsa: “[...] de repente, vamos para Lisboa, outra vez, recomeçar tudo, sem trabalho, sem nada [...]. [...] eu arranjei trabalho lá, numa empresa. [...] uma amiga minha [...]. [...] é que consegui trabalho para mim lá. Ainda hoje mantenho o contacto com ela [...]”. Mais tarde, foi necessário mudar de emprego e, antes do regresso ao Faial, esta entrevistada exercia atividade profissional, por conta própria: “[...] quando a firma faliu, eu já tinha metido um projeto para um negócio próprio e eu já tinha conseguido isso [...]”. Quanto a Jaime, fez formação profissional em paralelo com o trabalho, em território continental: “Eu fui, trabalhei a recibos verdes nessa empresa [...]. Aproveitei, porque fui aprendendo alguma coisa; também, não ganhava muito, mas era experiência e aprendi. Eu estava a tirar o curso, em pós-laboral, e a trabalhar, em simultâneo”.

Entre os ex-migrantes duais que exerceram funções no estrangeiro, houve quem tivesse uma integração profissional facilitada, como refere Lídia, pelo facto de se encontrar integrada na elite da população residente do respetivo local de acolhimento:

Não tive problemas de maior. Nós tínhamos muitas facilidades. [...], éramos uma elite, porque os portugueses que lá estavam não eram os imigrantes que iam trabalhar para os Estados Unidos ou para o Brasil, ou para França, como, por exemplo, as empregadas domésticas. Eram os portugueses governantes, pessoas com formação superior, que iam ocupar cargos de quadros superiores.

(Lídia)

Mas, houve igualmente quem, como Jaime, tivesse uma situação profissional precária no estrangeiro: “O trabalhar, propriamente, era, como eles dizem, *bicos*; eu fazia

uns trabalhos”. Duarte, por seu turno, partilha uma experiência profissional no plano internacional repleta de sacrifícios necessários para manter o emprego e o ordenado:

Por exemplo, cheguei a ter trabalhos de levar duas horas a chegar ao trabalho e tive um trabalho que demorava quatro horas, para cada lado. Mas, uma pessoa tem que ir, tinha que me levantar às três da manhã. No verão, a gente deitava-se à tarde, às sete e meia; as crianças ainda a brincar na rua e a gente já todos na cama para se levantar cedo. São sacrifícios que se fazem.

(Duarte)

Este entrevistado explica igualmente o impacto de condições de trabalho desta natureza, ao nível da integração no país de acolhimento:

Nesse aspeto, eu e a minha mulher temos diferenças: eu, lá, estive sempre fora da minha terra; ela, não. Ela sentia-se lá como se estivesse em casa; eu, não. A minha mulher, talvez, por ter ido mais nova do que eu para lá, integrou-se mais facilmente e daqui não tinha saudades, porque o trabalho aqui pesava; aqui, ela trabalhava no campo. Mas, eu [...] tinha uma vida totalmente diferente; eu nunca andei no trabalho pesado.

(Duarte)

Relativamente à dimensão política, Rodrigo integrou-se ativamente, durante a estada fora da ilha de origem: “[...] eu acabei por me dedicar à política, a tempo inteiro, quando estava à beira de acabar o curso”, referindo: “Na minha atividade política desempenhei diversas funções [...]”. No caso de Mário, mesmo não tendo intervenção política, tinha conhecimentos nessa matéria: “[...] politicamente, eu era o mais evoluído deles todos, porque eu tinha tido a hipótese de estudar naquela escola, onde a associação de estudantes era muito dinâmica [...]”.

No que toca à relação com o Estado, no plano internacional, designadamente quanto à situação documental no país de acolhimento, Jaime, que entrou regularmente, não regularizou a sua permanência, a partir de certa altura, desconhecendo o que será necessário para voltar ao mesmo destino:

Fui ficando, até que, depois, saí voluntariamente. E, até, quando saí, como já tinha passado o prazo, eles não me queriam fazer o check-in, porque tinha que ir primeiro à polícia [...] do aeroporto [...]. Eu fui à polícia [...] e ela disse para fazer o check-in e voltar lá, a seguir. Eu assim fiz e, quando voltei à polícia [...], eles carimbaram o passaporte, paguei uma coima e foi tranquilo. [...]. Depois disso, nunca mais voltei; não faço ideia como é que será para entrar.

(Jaime)

Mas, esta foi uma situação extrema, pois os restantes ex-migrantes duais não referiram qualquer constrangimento associado ao período de migração internacional.

Assim, no caso de Duarte, a sua situação documental foi tratada previamente à saída para o estrangeiro, através da esposa:

Ela [esposa] teve que ir fazer uma carta de chamada, a São Miguel, para mim e para a nossa filha [...]. Na altura, a minha mulher ainda só tinha a nacionalidade portuguesa, mas tinha o cartão verde, que que dava direito, pelo menos, a trabalhar. E, quando eu cheguei [...], deram-me logo o cartão verde; foi logo na mesma altura.

(Duarte)

Posteriormente, o mesmo entrevistado adquiriu a nacionalidade do país de acolhimento, o que foi necessário, como explica, por vários motivos:

Nós ficámos americanos [...], já lá estávamos há quinze anos. [...] no meu caso, do trabalho, requeriam que tivéssemos papéis americanos, que fossemos nacionalizados. Se trabalhávamos para a NASA [*National Aeronautics and Space Administration* ou Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço] – porque havia vários trabalhos na NASA –, e esses trabalhos do governo, algumas vezes eu tive que fazer prova de que era americano, para poder trabalhar lá. Mas, havia lá muita gente a trabalhar, chineses e de outras nacionalidades, e eles tinham que chamar pelos que tivessem nacionalidade. [...]. Não foi só por causa disso do trabalho. Acho que é mais um sonho que qualquer um tem quando vive ali. Depois, também, uma das razões que nos induziu naquela altura imediata foi a aproximação dos dezoito anos da minha filha. Se nós tirássemos os papéis antes de ela fazer os dezoito, ela, automaticamente, ficava naturalizada americana.

(Duarte)

Durante o período migratório, os ex-migrantes duais mantiveram contacto com a ilha de origem, desde logo, à distância, tendo o meio de contacto utilizado variado à medida do tempo, independentemente de se encontrarem no continente ou no estrangeiro. Conforme refere Mário: “No início, não havia telefone cá em casa. E não havia muitos telefones na ilha. O mais rápido que nós fazíamos era o telegrama. Depois, passei a manter contacto por telefone. Se calhar, agora, correspondo-me mais do que nessa altura, por causa do *e-mail*”.

Quanto à regularidade dos contactos, refere Duarte:

Naquela altura, ainda havia cartas, mas já foi pouco tempo. A partir daí, começámos a usar o telefone e deixámos de escrever cartas. Estávamos levantados até à uma hora, duas da manhã para ligar, que era mais barato. Não era como hoje. [...]. Umas vezes e outras, chamávamos e íamos sabendo de uns e de outros, porque não se podia estar a chamar todos os dias, ou todas as semanas.

(Duarte)

O facto é que, como menciona Rodrigo: “À medida que as comunicações foram ficando mais fáceis, passei a comunicar com eles [família] menos espaçadamente [...]”.

Entre os ex-migrantes duais regressados, também se destacam as visitas à ilha. Dulce visitava sempre a ilha no verão: “Houve sempre a ligação com a ilha no verão, de férias”. Mas a periodicidade das visitas mudava ao longo do tempo, consoante as condições de vida. No caso de Duarte, que passou a maior parte do seu período migratório no estrangeiro: “No princípio, era de cinco em cinco anos. Depois, teve alturas

que era de ano a ano, outras que era de dois em dois anos. Em 2007, foi a altura em que eu decidi construir esta casa e, só num ano, vim aqui, talvez, quatro vezes”.¹⁴⁵

Para quem saiu e regressou diversas vezes à ilha, também os períodos de visita ao longo do tempo foram mudando em função das circunstâncias de vida. Assim, Lídia, aquando da primeira saída, enquanto era estudante do ensino superior, menciona: “Eu só vinha a casa uma vez ao ano, de férias grandes; não havia dinheiro para andar a ir e voltar, como as pessoas hoje fazem. [...]. Habitualmente, vinha no fim dos exames de julho e, depois, ia em outubro, normalmente”. Aquando da segunda saída da ilha, também para território continental, regressava mais espaçadamente: “No Verão vínhamos passar férias ao Faial”. Por ocasião da terceira saída e com a chegada dos filhos: “Os meus filhos vinham passar as férias grandes cá a casa da família, mas as férias grandes, para os miúdos nas escolas, são cerca de três meses. Nós vínhamos, normalmente, algum tempo cá, ao Faial, e eles regressavam connosco”.

Mário, por seu turno, refere o seguinte:

Quando eu era estudante, vinha duas vezes por ano. Depois, no tempo da tropa, foi mais complicado. Durante o tempo da tropa, vim aqui dez dias, que era uma licença que nós tínhamos, antes de ir para o Ultramar. Depois, vinha um mês de férias. Quando acabei a comissão, ainda vim aqui passar mais um mês. Depois, fui para Lisboa, fui fazer a minha vida [...]. Mesmo assim, eu vinha cá, pelo menos, uma vez; no verão, vínhamos sempre aí.

(Mário)

O mesmo entrevistado acrescenta que também chegou a deslocar-se à ilha por motivos profissionais: “[...] eu vinha cá muitas vezes e vinha trabalhar na Biblioteca”.

Rodrigo esclarece o contexto em que se davam as suas visitas à ilha:

Nessa altura, os estudantes universitários não vinham cá passar nem as férias do Natal, nem as da Páscoa. Além do mais, as viagens eram de barco e duravam uma semana. Como é que seria possível? [...] só uma vez por ano, nas férias grandes, depois de acabar os exames da primeira época. Mais tarde, quando já trabalhava, também vinha cá no Verão, de férias, em regra por quinze dias. Infelizmente, nunca pôde ser mais do que isso, exceto em 1994, em que fiquei cá durante trinta dias.

(Rodrigo)

Nas palavras do mesmo entrevistado, estabeleceu-se uma relação entre essa particular visita à ilha e a sua decisão de regresso ao Faial:

Foi dessa vez [...] que percebi, de forma clara, que, mais cedo ou mais tarde, haveria de regressar ao Faial, para nele viver. Não houve um facto concreto que tivesse desencadeado, em mim, esse processo. A acumulação de quantidades gera, a determinada altura, uma nova qualidade, como acontece com a água a ferver, que, aos noventa e nove graus continua em

¹⁴⁵ O entrevistado refere-se à sua casa, onde foi realizada a entrevista.

estado líquido, aos cem graus entra em ebulição e começa a passar ao estado gasoso, e aquele grau centígrado a mais fez toda a diferença. A minha vinda cá em 1994 fez a diferença, talvez por causa da minha idade [...]. Estava, porventura, a ficar mais maduro e a refletir mais em matérias sobre as quais antes não refletia tanto.

Eu gostava muito de vir cá e, sempre que cá chegava, sentia-me muito bem. No fim das férias, porventura, tinha a sensação de que elas tinham sido curtas, mas isso toda a gente sente, onde quer que passe férias. Não sentia, porém, uma contrariedade especial, causada pelo facto de ter que me ir embora da ilha, embora deva reconhecer que, com o passar do tempo, esse sentimento de contrariedade acabou por surgir e foi crescendo, embora de forma quase impercetível. O que hoje sinto a este respeito é que o processo de formação da vontade do meu regresso evoluiu de uma forma natural.

E lembro-me, porque também foi então que dei por mim, pela primeira vez, a formular de forma consciente a seguinte ideia: «Quando eu puder, é para aqui que quero vir viver, porque é aqui que me sinto bem».

(Rodrigo)

O contacto com a região de origem também se deu através do contacto dos ex-migrantes duais com faialenses ou açorianos, durante o período migratório. No âmbito da migração interna, Lídia tinha familiares no local de acolhimento: “Eu tinha em Lisboa uns primos, um tio, irmão do meu pai, que foi para lá jovem [...]. Passou a ser a minha família quase nuclear; era e ainda são”. Porém, inicialmente, a mesma entrevistada não procurava o contacto com conterrâneos:

Eu, quando fui [...], não queria saber de nenhum açoriano, porque os açorianos eram muito mexeriqueiros e eu não queria nada que os açorianos que estavam lá tivessem contacto comigo, para depois mandarem a conversa cá para os meus pais. Nos primeiros anos, nem nunca quis ver nenhum açoriano. Depois, tive no curso e na minha turma, uma colega daqui, do Faial, com quem eu me dei, até para além do fim do curso.

(Lídia)

No caso de Jaime, apenas houve um contacto pontual com um açoriano: “Por acaso, até cheguei a encontrar lá uma pessoa que conhecia e que estava a estudar lá, na universidade, que era do Pico”. Já Rodrigo, no contexto académico, tinha contacto com muitos açorianos: “Quando eu estava na república [...], no meu segundo ano [...], éramos quase todos dos Açores”.

No contexto internacional, em países de acolhimento que não eram destino tradicional de emigração açoriana, era mais difícil encontrar pessoas dos Açores. Lídia assim o refere: “Havia [...] um faialense, que era colega do meu marido, mas bastante mais novo, mas que nós conhecíamos só da rua [...]”. Já Elsa, no país onde se encontrava, teve mais contacto com conterrâneos: “Estivemos numa zona em que tinha também pessoas [...] que a minha mãe conhecia. [...] Eu cheguei a conhecer primos lá, na tropa,

que depois nos foram procurar, porque estavam relativamente próximos da zona onde nós estávamos e apareceram lá, à nossa procura”.

O contacto com a ilha de origem também se podia dar através da participação em associações de migrantes / de açorianos. No caso de Jaime, não chegou a haver participação associativa: “Não, em nenhum dos sítios por onde passei”. Noutros casos, como o de Dulce, houve alguma participação, no âmbito interno: “Às vezes, ia à Casa dos Açores, em Lisboa”. E, por vezes, essa participação era extensível aos filhos, como menciona Mário:

Era a Casa dos Açores, às vezes. Enquanto estudei, não ia lá muito. Muito mais recentemente, a Casa dos Açores começou a ter atividade todas as sextas-feiras, ao fim do dia, e houve uma altura em que eu ia lá com alguma regularidade. [...]. Lá, havia festas de Carnaval para as crianças; faziam matinée. Fomos lá várias vezes, quando o meu filho era pequeno. E havia jantares do Espírito Santo – fomos só uma vez a esse Espírito Santo –, e faziam aquele cortejo da coroa.

(Mário)

No contexto internacional, Duarte refere que a sua participação era ativa, atendendo ao enraizamento da cultura açoriana no país de acolhimento, bem como ao apoio institucional para o efeito:

[...] convidaram-me para fazer um grupo folclórico, e eu disse: «Sim senhor, vamos a isso». Contactámos aqui o Diretor da Emigração, da altura, e conseguimos fazer o grupo folclórico, que ainda hoje existe. [...]. Já integrado nesse grupo, entrámos para outro clube [...]. Quando estive integrado no folclore, lá, quase todos os fins de semana tínhamos uma saída. Fomos ao Brasil com o grupo; fomos ao Canadá, talvez, três vezes; fomos ao Havai. Aí, estive integrado muitos anos e essa era uma das principais atividades que a gente tinha. [...] o próprio governo apoiava-nos. A parte de vestir o grupo, foi praticamente toda através do Governo Regional. Deu-nos apoios e deu-nos as vestimentas, que são difíceis de adquirir lá fora; tinha que ser através daqui.

(Duarte)

Também a manutenção de hábitos da região de origem era diferente, conforme a abordagem migratória interna ou internacional dos ex-migrantes duais. Assim, no contexto interno, Lídia destaca a manutenção de hábitos relativos a comidas típicas da ilha de origem:

[...] os meus pais mandavam-me encomendas por barco, ou por outras pessoas que fossem muito frequentemente. Mandavam manteiga, mandavam biscoitos, mandavam-me imensas coisas, por barco, encomendas grandes. Até porque nós fazíamos patuscadas no lar, com as colegas que traziam coisas de casa. Depois, passou a haver maior facilidade de comunicações e as pessoas até viajavam por lá e, se eu precisasse de qualquer coisa daqui, alguém que fosse, levava. Depois, também começou a haver algumas coisas de cá, por exemplo no supermercado, passou a haver manteiga do Faial e mais recentemente até abriram lojas dos Açores em várias cidades de Portugal, onde podia comprar e matar saudades.

(Lídia)

A mesma entrevistada destaca que a essencialidade das comidas típicas da ilha se foi relativizando, à medida que os anos foram passando e que foram sendo introduzidos outros hábitos, dos vários locais por onde passou: “Mas, entretanto, comecei a introduzir alimentação de vários sítios por onde fui passando; já não era, assim, tão essencial a comida de cá”.

Neste âmbito, salienta-se igualmente o assinalar de datas comemoradas nos Açores, com características próprias, embora no espírito das tradições de origem, como salienta Dulce:

No domingo de Espírito Santo há um grupo, que até tem aumentado, de pessoas que [...] almoçam juntos, fazem uma espécie de celebração natural e que tem a ver com a ideia do Espírito Santo, no sentido de toda a gente ter comida, toda a gente ser livre; no fundo, da sociedade ser fraterna, como parece ser o espírito das festas do Espírito Santo, nos Açores.

(Dulce)

Já no contexto internacional, as tradições açorianas são enaltecidas e vividas com mais envolvimento do que na região de origem, quando se fala de países com grandes comunidades açorianas aí residentes. Duarte partilha a sua experiência:

Lá vive-se mais o açorianismo, as tradições açorianas do que aqui. [...]. Eu tocava violão aqui e [...] fui convidado por um rapaz para tocar com eles [...] e eu fui tocar violão. [...]. Eu fiz à volta de umas trinta danças de Carnaval. Socialmente, essa foi uma das partes que mais me envolveu.

(Duarte)

Efetivamente, o mesmo não acontece noutros países de acolhimento, como constata Elsa: “[...] a cultura de cá não estava lá enraizada. Só havia lá um casal daqui. De vez em quando, a minha mãe, se tinha muitas saudades, é que fazia as tais sopas. Mas, de resto, cá é que tivemos contacto com essas coisas todas”.

Vários foram os aspetos que marcaram a estada dos ex-migrantes duais regressados. Quanto aos que mais agradaram, no plano interno, Dulce salientou aspetos de natureza social:

A relação com os outros estudantes e com os professores. [...]. Tive professores muito amigos com quem convivi fora das aulas. Sempre que encontro alguma referência a esses professores, compro os livros, para suavizar a saudade que sinto daquele tempo, que foi mais de aprendizagem humana do que de conhecimento intelectual.

(Dulce)

Rodrigo realça que lhe agradou o facto de poder preencher necessidades que sentia antes de migrar: “[...] passei a fazer uma vida que me agradava plenamente e que me

preenchia necessidades culturais, estéticas, ideológicas, afetivas e outras, que no Faial não tinha a possibilidade de satisfazer [...].

Já em relação à dimensão internacional, Elsa menciona aspetos pessoais, designadamente, sentimentais: “[...] tenho muitas saudades de tudo o que eu vivi lá. Eu sinto que as minhas raízes são lá”. Jaime, por seu turno, destaca o agrado sentido, no aspeto económico: “[...] agradou-me o baixo custo das coisas, para viver: comprar uma casa, comida e isso tudo. Mas, atenção, era onde eu vivia, porque nas cidades grandes [...] é difícil, é caro”.

Há também aspetos que desagradaram aos ex-migrantes duais, durante a estada. No que tange ao nível interno, o aspeto que se salienta na reflexão apresentada por Elsa é, no fundo, a falta de qualidade de vida em território continental, na zona onde residiu:

[...] o que mais me desagradou foi o trânsito e aquela confusão toda, porque tínhamos que apanhar muitos transportes para ir trabalhar. Por exemplo, eu apanhava quatro transportes para ir trabalhar. E outra coisa, é que as pessoas, lá, não são tão ligadas, porque a maioria das pessoas anda sempre a correr; não há tanta convivência como poderá haver aqui, que é um meio mais pequeno e há mais tempo. Lá, a gente não tinha tempo para nada; aqui, o dia parece que é muito longo [...].

(Elsa)

Para Rodrigo, o que mais marcou negativamente é transversal, na sociedade em geral:

As coisas que me marcaram pela negativa [...] são coisas a que eu poderei chamar sinais dos tempos e que por cá também se manifestam, enquanto expressões de uma mentalidade social dominante cada vez mais caracterizada por um materialismo grosseiro, por um individualismo exacerbado e por um egoísmo feroz, bem como por dar cada vez menos importância a valores.

(Rodrigo)

No caso de Lídia, é referida, no contexto interno, a questão relacional: “A única coisa que me desagradava era a questão dos piropos, quando eu era jovem, e a insegurança, a partir do momento em que começou a haver insegurança [...]”. No plano internacional, também: “[...] a única coisa que me desagradava era a insolência [...], quando nós perguntamos qualquer coisa. Porque [...] são aquele género de pessoa que..., fala-se com eles e, se não lhes interessa, ignoram. E isso, a mim, irrita-me”. Também Jaime, no plano internacional, salienta um aspeto relacional: “De negativo..., eu acho que é, um bocado, a mentalidade dos [...] que tentam passar a perna às pessoas, tentam sempre tirar algum proveito”.

A migração representou, à semelhança dos anteriores, mudanças igualmente para os ex-migrantes duais. A que níveis? Duarte destaca a mudança pessoal, atendendo ao que aprendeu durante o período migratório:

Eu acho que a migração é valorizável, porque faz-nos crescer um bocadinho em relação à vida. Aqui, as pessoas não têm noção do que é ter necessidades que, muitas vezes, se têm lá fora. O que se valoriza, no aspeto da emigração, é a necessidade de sobrevivência. Daí a necessidade de a gente se atirar para qualquer coisa que aparece. Lá fora, o que aparece tem que se pegar, porque, senão, não se sabe quando é que o comboio passa outra vez.

(Duarte)

Jaime também salienta a valorização, em termos pessoais; todavia, faz um saldo negativo da sua migração:

A migração valorizou-me no sentido em que eu fiquei mais esperto e mais preparado para a vida; abri os olhos para determinadas coisas e, hoje, acho que estou mais preparado. Agora, em termos profissionais e isso, não aprendi nada. [...]. Eu acho que não devia ter saído. Foi negativo, para mim. Pelo que aconteceu, se pudesse voltar atrás, não tinha ido, mas pronto.

(Jaime)

Com efeito, a maior mudança referida pelos ex-migrantes duais é também ao nível pessoal, e é referente à visão que se adquiriu com a experiência migratória.

Como constata Rodrigo:

Não sei, se tivesse ficado aqui, se teria tido a oportunidade de conviver com as pessoas com quem convivi lá fora, que me ajudaram a ter uma outra perspetiva do mundo. Considero que os bens mais preciosos que alcancei com a migração, para além da mulher e dos filhos que tenho, foi esta visão do mundo que nos permite perceber que somos, devemos ser, uma parte ativa e transformadora dele.

(Rodrigo)

Dulce subscrive:

Eu fiquei uma pessoa completamente diferente do que se tivesse ficado nos Açores. A minha mundivisão, o que eu comecei a ver do mundo, foi de uma maneira completamente diferente. [...]. Para mim, foi muito importante. Também cruzei o país de norte a sul, fiquei com gente amiga em todo o lado. Quando voltei ao Faial, já não ia a mesma pessoa. [...]. Quando regresssei ao Faial, já era uma cidadã do mundo.

(Dulce)

Lídia partilha a perspetiva:

Acho que isso trouxe uma visão de vida, da minha vida, que era completamente restrita ao Faial, que, bom, não tem medida. Eu agora vejo o mundo quase à distância de um *click*, porque eu já conheci esses sítios; todos não, mas a verdade é que eu, talvez, já tenha ido aos continentes todos. E, portanto, já tenho uma visão muito alargada dos hábitos, dos costumes, da gastronomia, de uma série de coisas. [...]. Eu tenho uma visão global de outras sociedades, eu tenho perceção de uma série de coisas, noutras latitudes. [...] tenho uma visão do mundo muito diferente daquela que teria se nunca tivesse saído do Faial, sem sombra de dúvida.

(Lídia)

E, não raro, a migração representou mudanças no ex-migrante regressado, com impacto na família, designadamente, nos próprios filhos, como refere a mesma

entrevistada: “[...] enriqueceu-me muito, em muitas coisas. Conseguiu dar-me, para mim própria, uma maneira de viver muito diferente da que eu teria se não tivesse ido. Conseguiu promover os meus filhos, a educação que eu lhes dei, a visão do mundo, tudo o que eles foram e são”.

Também há mudanças a registar, no que diz respeito à própria identidade, decorrentes da migração. No caso de Duarte, a migração permitiu-lhe adquirir a nacionalidade do país de acolhimento; todavia, conforme o mesmo refere: “Eu nunca me senti americano, além de viver lá fora e de gostar de estar lá fora [...]”.

Já Elsa, porventura, em resultado de ter vivido desde muito nova fora do Faial, afirma: “Eu sou daqui, mas sou emprestada. Sou daqui, mas não sou”. Mário, que residiu várias décadas fora da ilha de origem, também refere uma mudança que a migração representou para si e que considera característica do migrante: “Agora, há uma característica, que talvez seja a do migrante: é que, chegamos a uma altura e não estamos bem em lado nenhum”. Através destes dois testemunhos, é possível observar como a experiência de ser um migrante de longa data, como Mário, ou de crescer como uma criança de origem migrante, como Elsa, pode ter semelhanças e um impacto igualmente profundo.

4.1.3.3. O regresso: de volta às raízes, tranquilidade ou inquietude?

No âmbito das circunstâncias do regresso, os ex-migrantes duais retornaram à ilha de origem por diferentes motivos, em função do contexto de vida de cada entrevistado e do número de regressos que cada um teve à ilha do Faial. No caso dos ex-migrantes duais que apenas tiveram uma saída da ilha de origem, têm em comum o facto de terem regressado ao Faial provindo de território continental; porém, também eles tiveram motivações diferentes para regressar. Rodrigo refere que houve dois aspetos determinantes no regresso, um objetivo – a necessidade de uma vida tranquila –, e outro subjetivo – o apelo da ilha –, sobre os quais reflete:

O médico que me operou disse à minha mulher que, se eu tivesse juízo, podia ainda viver muitos anos. E essa vertente, mais pragmática, do nosso regresso, também pesou, embora a outra vertente, a do apelo da ilha à parte de mim que cá deixara, tenha sido determinante. [...]. Com efeito, quando saímos daqui, seja com dezasseis seja com dezoito anos, deixamos cá

uma parte de nós próprios muito importante e que, quando nos afastamos, durante muitos anos, pode parecer mais ou menos adormecida, mas trata-se de uma aparência, porque essa parte de nós, com a passagem do tempo e, sobretudo, com o nosso amadurecimento, acaba por emergir e por se nos impor.

(Rodrigo)

Na perspetiva deste entrevistado, o desejo do regresso às origens é acrescido, para os insulares:

[...] na minha opinião, este desejo de regresso às origens, que remonta aos nossos antepassados mais longínquos, ao enterrarem os seus mortos na posição fetal – isto é, de joelhos encostados ao queixo, representando assim um regresso ao útero –, é muito mais intenso em quem tiver vivido numa ilha, no Faial ou em qualquer outra.

(Rodrigo)

Dulce, que regressou após muitos anos fora da sua ilha, sentiu receio de voltar e foi impulsionada pelo cônjuge que concretizou o regresso:

[...] foi, um bocado, puxada por ele [marido] que eu fui para lá. [...]. Devo ser sincera: eu tinha algum receio de regressar à ilha, porque eu já tinha hábitos que eram diferentes das outras pessoas; ou seja, eu nasci numa família muito conservadora, muito religiosa. Eu, quando regressei ao Faial, já não ia à missa, tinha outros hábitos. E eu tinha algum receio da aceitação social, nesse sentido.

(Dulce)

No caso de Mário, foi o filho, nascido e criado fora do Faial, que motivou o seu regresso à ilha de origem, ao querer, ele próprio, mudar a residência para a ilha de origem do seu pai:

[...] o filho cresceu e pensou vir para aqui. Ele é que decidiu vir; eu ainda tentei demovê-lo. Eu disse-lhe: «Pensa bem. Tu estás habituado a viver em Lisboa; o Faial não é Lisboa». [...]. E foi isso, se calhar, que nos fez criar esta ideia de vir para o Faial. [...]. O nosso regresso e a nossa fixação aqui têm a ver com o facto de o nosso filho estar aqui e com o facto de haver um neto.

(Mário)

Quanto aos restantes ex-migrantes duais, os mesmos tiveram vários regressos à ilha de origem. Relativamente ao último regresso, Duarte voltou a partir do estrangeiro, por questões económicas e familiares. O seu regresso foi facilitado logisticamente pelo facto de ter habitação própria na ilha de origem, como o mesmo explica:

[...] uma das razões porque nós viemos para aqui é porque o sistema de saúde lá é caríssimo, apesar de ser muito bom [...]. Lá fora, a minha reforma é uma reforma razoável, em relação ao Faial, mas para viver lá fora e pagar os seguros, a saúde é caríssima, além de se pagar toda a vida da casa, que é tudo muito mais caro. [...] portanto, tínhamos que trabalhar lá, só para viver com o sistema de saúde, porque a reforma só, em si, não dava. A solução seria, como temos aqui a casa, vir para aqui; aqui, eu e a minha mulher podemos estar a viver, não é à grande e à francesa, mas podemos estar a viver em boas condições, sem ter que estar a trabalhar. Essa foi uma das razões para regressar. [...]. E, agora, a minha mulher está aqui com a sua mãe. Essa também foi uma das razões por que a gente quisemos estar mais tempo cá, porque a mãe dela ainda é viva e para poder ajudá-la.

(Duarte)

No caso de Jaime, o seu regresso atual deu-se a partir do estrangeiro, por questões do foro pessoal: “[...] a minha relação pessoal acabou e foi por isso. [...] o relacionamento não deu certo e eu vim embora”.

Elsa, por seu turno, regressou a partir de território continental, motivada pelo facto do seu filho ter optado por residir na sua ilha de origem, destacando-se que o seu regresso não ocorreu por vontade própria da entrevistada: “Foi o meu filho que fez com que a gente viesse para cá. Foi o facto de o meu filho estar cá e as saudades serem muitas [...], porque não tinha o filho lá. [...]. Eu gostava de lá viver. Em relação ao Faial, eu já não queria vir. Quando eu regressei [...] eu vim muito contrariada”.

Também Lídia regressou a partir de território continental, por motivações de natureza pessoal, que a fizeram procurar paz e descanso, nas suas raízes: “[...] eu [...] não tinha objetivo nenhum. Tinha de recentrar a minha cabeça, tinha de descansar, tinha de pensar o que é que ia fazer”.

A decisão de regresso foi individual ou partilhada conforme as circunstâncias da vida. O que há a salientar a este respeito é que, nos casos em que a decisão foi partilhada, houve um grande apoio para o efeito, como refere Rodrigo: “A minha mulher não só nunca se opôs, como sempre apoiou, o meu projeto de regresso”. No caso de Dulce, o cônjuge não só apoiou, como foi determinante na concretização do regresso ao Faial: “[...] foi, um bocado, puxada por ele [marido] que eu fui para lá. [...]. Devo ser sincera: eu tinha algum receio de regressar à ilha [...]. E, com o marido, foi mais fácil. Sentia-me mais protegida”.

É igualmente relevante saber se o regresso aconteceu como planeado ou não. A este respeito, vários são os entrevistados que revelam que o regresso foi planeado, por diversos fatores; desde logo, Dulce, que regressou em idade ativa, refere: “Foi planeado, porque eu tinha que concorrer para lecionar no Faial”. Por seu turno, Duarte, ao pensar no regresso, pensou igualmente nas condições para viver novamente na ilha, o que levou a concretizar o projeto de regresso, ao longo dos anos: “Fiz a casa [...] há dez anos. Tínhamos que preparar o terreno. E essa foi uma das razões porque se fez esta casa. A

gente só vinha cá passar férias, mas, sem dúvida que fiz esta casa já a pensar no regresso”.¹⁴⁶ Rodrigo também tinha um projeto de regresso, embora sem data marcada:

[...] já tínhamos um projeto firme do nosso regresso aos Açores. Só não sabíamos ainda qual seria a data concreta em que o poderíamos fazer. Aliás, o recheio da casa onde hoje vivemos aqui no Faial, que construímos depois do nosso regresso, é quase todo composto por móveis e por objetos que fomos comprando, para trazermos para cá [...]. Os projetos de arquitetura foram sendo desenhados connosco a viver ainda no Continente, ao longo de cerca de dois ou três anos [...].

(Rodrigo)

Mário também planeou o regresso e concretizou-o, conforme planeado, não por si, mas pelo filho: “O meu regresso, planeei-o na altura em que o meu filho decidiu vir, porque era preciso fazer as obras para montar o negócio que o meu filho ia desenvolver aqui”.

Aquando do último regresso, Jaime regressou sozinho, bem como Lídia; os restantes regressaram acompanhados pelo respetivo cônjuge.

Ao regressar, houve ex-migrantes duais que referiram a permanência de familiares no local de origem, sobretudo os filhos, já adultos. Tal foi o caso de Duarte, que deixou a filha no estrangeiro: “Deixámos lá a nossa filha. Ela não quis regressar [...]. Ela concorda com nós estarmos cá, mas quando tiver bebés, quer-nos lá”. Quanto a Rodrigo, por seu turno, os filhos permaneceram em território continental: “Sim. Têm as vidas deles, em termos de trabalho e não só, organizadas no continente”.

Mas, se por vezes, os filhos pretendem continuar a viver no local de acolhimento dos ex-migrantes duais, noutros casos, os filhos querem mudar-se para a ilha de origem dos ex-migrantes, como aconteceu com Dulce: “A minha filha ficou no continente, mas depois apaixonou-se por um faialense e agora vive no Faial [...]”. Noutros casos ainda, como se constatou anteriormente em relação a Elsa e a Mário, foi o facto de os filhos quererem residir na ilha de origem dos seus pais, que os fez regressar à ilha.

Para regressar, Rodrigo, proveniente de território continental, contou apenas com meios próprios: “Para regressarmos e para podermos recomeçar aqui a nossa vida, designadamente para construirmos uma casa, eu e a minha mulher contámos com os nossos próprios meios”. Também Jaime afirma não ter recebido qualquer apoio: “Não. Foi sempre por minha conta”.

¹⁴⁶ O entrevistado refere-se à sua casa, onde foi realizada a entrevista.

Duarte, que regressou do estrangeiro, contou com benefícios estatais do país de origem:

O único apoio que tive foi da Alfândega. Como viemos para cá a título definitivo, não se pagam as taxas; como emigrantes, temos o direito a isso. O único apoio que tivemos em relação ao governo é esse. Aqui, somos isentos de taxas. [...]. Esse foi o único benefício que tive, no regresso.

(Duarte)

Para diversos entrevistados, houve lugar a vários regressos ao Faial, anteriores ao início deste século. No caso de Duarte, o primeiro de dois regressos à ilha de origem deu-se a partir de território continental, por via da profissão, no âmbito de um processo de colocações: “Eu queria voltar e, na altura, abre um curso para a Horta [...] e é nessa altura que eu concorro para vir para a Horta [...]. Essa foi a maneira de voltar ao Faial”.

Em relação a Jaime, que regressou três vezes ao Faial, os dois primeiros regressos deram-se a partir de território continental. Relativamente ao primeiro: “Quando terminei o serviço militar, vim para o Faial”. No tocante ao segundo regresso, o mesmo deveu-se à qualidade de vida que encontra no Faial, que o leva sempre a regressar: “[...] eles, depois, fizeram proposta para eu ficar lá e continuar a trabalhar, mas eu vim para cá. Eu volto sempre para cá. Eu acho que vida como esta aqui não se consegue em lado nenhum”.

Elsa, a única ex-migrante dual cuja primeira partida foi para o estrangeiro, e não para território continental, teve três regressos à ilha de origem. Assim, o primeiro regresso foi a partir do estrangeiro, tendo ocorrido quando ainda se encontrava a viver na dependência dos progenitores e sido motivado por questões de saúde na família: “[...] o meu pai teve um grande acidente de trabalho e esteve muito mal no hospital. A partir daí, fazer aquele tipo de trabalho, custava-lhe imenso. Aí, o meu pai decidiu vir embora”. O segundo regresso aconteceu, sobretudo, por motivos económicos, a partir de território continental, onde tentaram organizar a vida, depois de nova saída do estrangeiro, sem sucesso: “Quando vim de África, fiquei em Lisboa. [...]. E, depois, como tinha regressado muita gente naquela altura, lá em Lisboa estava muito difícil para arranjar trabalho. [...]. [...] como nós não estávamos a conseguir arranjar trabalho, nem nada, os meus pais

começaram a dizer: «Venham para cá, porque aqui, como é um meio mais pequeno, pode ser que vocês tenham mais sorte». E a gente acabou por aceitar vir, por causa disso”.¹⁴⁷

Relativamente a Lúcia, que regressou, no total, quatro vezes ao Faial, salienta-se o facto de os dois primeiros regressos, e o último também, terem sido efetuados a partir de território continental. No tocante ao primeiro, a entrevistada foi trabalhar na ilha de origem, movida por razões de natureza familiar: “Escolhi vir para cá [trabalhar], e vim, [...]. [...] não era porque quisesse voltar, mas tinha o meu bebé pequenino, tinha a minha mãe desejosa de ter o neto pequenino com ela..., e tinha apoio, que era muito importante para mim [...]”. Quanto ao segundo regresso, surgem aliadas as motivações de carácter profissional e familiar: “Tinha que vir por várias razões: primeiro, porque tinham aberto cá uma vaga para mim; depois, porque o meu pai continuava sozinho”. Já o terceiro regresso aconteceu a partir do estrangeiro, por imposição da política adotada no local de acolhimento, com impacto nos portugueses, em geral, aí residentes: “Quando chegou a altura da transferência [da região administrativa], [...] indicaram uma data para eu vir e eu tive que vir”.

Em termos de consequência do regresso, ao nível individual, como é a perceção da ilha antes e após o regresso para os ex-migrantes duais? Rodrigo não identificou diferenças na ilha: “Achei-a, no essencial, muito semelhante ao que era, o que, aliás, me agrada”. O mesmo aconteceu com Lúcia: “Já conhecia o sítio, já não havia integração que fosse necessária [...]. Acho que não...; não houve, assim, grandes diferenças. [...]. E no Faial as coisas mudam muito devagar”.

Elsa, por sua vez, que saiu ainda criança e regressou à ilha em idade adulta, refere: “O meu choque foi quando regressei, porque nós, lá, já estávamos habituados a um nível de vida muito diferente, muito evoluído”. Mas, esta entrevistada, que regressou mais do que uma vez à ilha de origem, acrescenta: “Eu acho que a ilha está estagnada no tempo. [...]. A única coisa que evoluiu desde a primeira vez que eu estive cá, foram as casas. Mas foi o sismo que fez com que houvesse essa mudança, porque senão continuava tudo

¹⁴⁷ A entrevistada refere o retorno, no âmbito do processo de descolonização em África, que a fez regressar inicialmente ao Faial, depois de uma estada em Lisboa, à sua ilha de origem, por não conseguir assegurar forma de subsistência, nem no estrangeiro nem em território continental.

parado no tempo”. Também Duarte partilha esta perspetiva: “Eu acho que a ilha não avançou. [...]. [...] esta ilha ficou amarrada no passado”.

Porém, o contrário também foi sentido, como refere Jaime: “[...] notei aqui muitas coisas diferentes: tinha construções novas, havia lugares que estavam diferentes. E, quando a gente está fora algum tempo, nota-se sempre diferença”. Também Mário notou diferenças e evolução na ilha, após o regresso, embora nem tudo para melhor:

Está completamente diferente, muito mais desenvolvida, com infraestruturas que até são superiores, acho eu, às necessidades das pessoas. A ilha está muito desenvolvida em relação ao que era. A ilha, vi-a com condições de vida bem melhores. Agora, qual é o realismo destas condições de vida? Eu tinha sido criado aqui, no Faial, com os meus pais, nesta rua. Estas casas eram todas habitadas; isto, agora, está tudo desabitado.

(Mário)

Mas, há uma diferença particular na forma como é percecionada a ilha antes e após o regresso, a qual é referida por Duarte:

Acho que há uma coisa diferente: a gente, hoje, vê a beleza da nossa ilha; naquela altura, não se via. Mas, por a gente ver as outras ilhas, por exemplo o Havai, que é muito lindo, depois da gente olhar para a beleza aqui, a gente diz: «Vamos pôr a mão na cabeça. Não há comparação». A verdura das nossas ilhas, o nosso mar, o azul do nosso céu, o quanto se aprecia o ar, que as pessoas não sabem o bem que têm aqui, que é o ar que respiramos, que é cem por cento puro. Isso é que nós apreciamos.

(Duarte)

Relativamente à receção pela população residente, tal variou em conformidade com o tempo de permanência fora da ilha. Assim, conforme menciona Mário, que residiu várias décadas fora do Faial:

Aqueles que me conheciam, receberam-me muito bem; aqueles que não me conheciam, foram-me indiferentes. A maior parte das pessoas, são novas, para mim. Eu não sou tão novo para eles, como possa imaginar; agora, eles são todos novos para mim, porque eu tinha saído daqui quarenta e quatro anos antes.

(Mário)

Dulce considera que foi bem-recebida pela população residente:

Fui muito bem acolhida. Não tive problemas absolutamente nenhuns. [...]. As pessoas que me conhecem e que me encontram têm comigo uma relação muito carinhosa. Claro que as pessoas que me conheciam, as mais velhas, vão morrendo, mas as que ainda vivem têm uma relação afetiva boa, muito de casa, de grande aceitação, sem dúvida nenhuma.

(Dulce)

Como aponta Rodrigo, que partilha desta perspetiva: “As pessoas receberam-me e trataram-me, assim como continuam a tratar-me, muito bem. Acho que no meu regresso o que, no fundo, lhes agrada, é que para elas isso significa que fui mais um que veio para cá e que isso é bom para a terra”.

Todavia, Elsa, tendo regressado diversas vezes à ilha de origem, sentiu uma receção diferente por parte da população, a cada regresso, o que pode, com efeito, conduzir a um questionamento sobre a opção pelo regresso:

Na primeira vez que a gente veio, fomos muito bem-recebidos, porque os antigos tinham outra mentalidade. Nós gostámos muito. [...]. O convívio que a gente tinha com as pessoas..., porque com os antigos era assim: hoje tinham milho para descascar, sentava-se à noite toda a gente à lareira, a descascar o milho; no dia seguinte, iam para casa do outro ajudar; havia esse convívio e essa ajuda. [...]. Na primeira vez que regresssei, eu era muito jovem, também. Fomos bem-recebidos porque, na altura, tinham regressado muitas pessoas de fora e eles estavam a acolhê-los bem. [...]. No Faial, senti que tínhamos apoio. [...]. As pessoas do antigo tinham muito bom fundo. As pessoas, hoje em dia, estão com uma mentalidade muito diferente das antigas; as pessoas estão muito egoístas, muito viradas só para si e a quererem prejudicar o outro. Eu tenho sentido isso na pele, como as pessoas são mazinhas, umas para as outras. Isso tem-me dececionado um bocado, a nível de ter optado por vir para cá.

(Elsa)

Após o regresso, os ex-migrantes duais mantiveram contacto com os locais de acolhimento, designadamente, à distância. E as formas de contacto não diferem pelo facto de estabelecerem contacto com o local de acolhimento, situado em território continental ou no estrangeiro. Para uns, o contacto é estabelecido por via telefónica, como refere Jaime: “[...] sim, tenho lá sempre o meu irmão e tenho outras pessoas, também. Contacto-os por telefone, telemóvel”. Lídia privilegia as redes sociais: “O contacto é diário, por *Skype*, por *WhatsApp*, por *Viber*, é conforme”. Elsa, por seu turno, recorre aos vários meios de comunicação: “Tenho contacto, sim. Tenho familiares, tenho muitos amigos. Agora, com as novas tecnologias, contacto-os através do *Facebook*; estamos a toda a hora a mandar mensagens. Se temos muita saudade, quando a saudade aperta, há um telefonema”.

Em matéria de visitas ao local de acolhimento, Mário efetua deslocações com frequência e regularidade: “[...] pelo menos, de seis em seis meses, vamos [...] e ficamos, normalmente, durante dois a três meses, de cada vez que vamos”. Já Elsa não voltou a ir aos locais de acolhimento: “Nunca mais lá fui. Não tenho possibilidades de lá ir”.

Para quem adquiriu habitação própria no local de acolhimento, pode fazer visitas conforme seja mais oportuno, sem necessidade de grande planeamento, beneficiando da vantagem de poder estar ‘cá’ e ‘lá’, reflexo do transnacionalismo, próprio de quem viveu muitos anos no local de acolhimento. Duarte, que viveu a maior parte do período migratório no estrangeiro, adquiriu aí casa e relata a sua experiência:

Temos lá a nossa vida toda montada. A eletricidade está em meu nome, o carro está em meu nome, eu é que pago os seguros; quer dizer, está tudo a funcionar como se eu estivesse lá. E já fomos lá duas vezes este ano. Estamos cá e lá. [...]. Nós estamos cá e lá, mas mais tempo cá. Não existe tempo definido. Da última vez que fomos, passámos lá um mês, mas, desta vez, vamos passar quatro meses.

(Duarte)

Dulce, por seu turno, passou a maior parte do período migratório em território continental, tendo comprado casa no continente e também experienciado o ‘cá’ e ‘lá’, sendo no seu caso, o clima da ilha de origem, que determina o tempo de permanência em cada lado: “Agora até me desloco ao continente uma vez por ano, ou duas, porque conseguimos conquistar um pequeno apartamento [...]; por isso, normalmente, passo cá o inverno, porque tenho algum receio do tempo aí no Faial, porque tenho receio da humidade: é excessiva”.¹⁴⁸

O contacto com os locais de acolhimento também pode passar, no caso dos emigrantes duais, pela manutenção de hábitos significativos adquiridos no local de acolhimento. Rodrigo refere o seguinte: “Talvez o hábito do trabalho intenso. [...]. Sou incapaz de deixar passar muito tempo sem me ocupar com qualquer coisa: ler, escrever, estudar, cozinhar, caçar, pescar, etc.”. Duarte, que residiu muitos anos no estrangeiro, aponta datas apenas aí comemoradas: “Uma das coisas que a gente faz lá e que aqui não fazem é o Dia de Ação de Graças, que é chamado o *Thanksgiving*, lá fora. Nós, aqui, fazemos. É a nossa tradição. [...]. O meu irmão também é emigrante e juntamo-nos. Nesse dia, há uma coisa que puxa para lá”.

Contudo, são os hábitos referentes à comida e à gastronomia dos locais de acolhimento, internos e internacionais, os mais mencionados. Como refere Elsa: “[...] gosto mais da comida de lá do que daqui. Aqui, é só uma coisa ou outra que eu aprecio, mas não é todos os dias”. Dulce, por seu turno, refere como reproduz os hábitos gastronómicos adquiridos: “Trouxe, naturalmente, pratos culinários de lá, principalmente confeccionados com peixe”. Lídia acrescenta como incorporou estes hábitos no seu dia a dia: “Eu gosto muito de comida exótica. Tinha aprendido muitas coisas, conheci muitos

¹⁴⁸ A entrevista com esta participante decorreu por via telefónica, uma vez que a mesma se encontrava, nessa altura, em território continental.

ingredientes [...]; portanto, fui buscar influências a vários sítios e comecei a fazer coisas na cozinha”.¹⁴⁹

No que concerne ao impacto do regresso do ex-migrante dual, o mesmo poder-se-á ter feito sentir, através da contribuição para o desenvolvimento local ou regional. Ao nível social, Lídia considera que não contribuiu para o desenvolvimento da ilha ou da região: “Não, acho que não. Não servi de exemplo para ninguém. Acho que não houve ninguém que tivesse adotado nenhuma atitude minha...; não sei, mas acho que não”. Já Dulce entende que a sua contribuição surge como uma forma de retribuição à população da sua ilha de origem: “O que eu sinto é quase como se eu também me sentisse na obrigação de dar tudo o que tinha, de dar àquela comunidade aquilo que trazia de novo. E não podia ser melhor aceite do que fui, sem dúvida nenhuma”. Já Elsa não partilha da mesma opinião: “Como? Uma pessoa tenta fazer qualquer coisa e eles não deixam, ninguém deixa. Não é que não haja vontade. Há vontade e ainda há um pouco de forças para isso, mas não vejo como; começam logo a cortar as pernas a tudo”.

Na parte económica, Duarte salienta que a sua contribuição para o desenvolvimento local se prende com o impacto, não do seu regresso, mas da sua partida da ilha, numa época muito difícil na vida dos faialenses:

Talvez eu sair abriu portas a outros, deu oportunidades a outros. Logo após o vulcão, as pessoas estavam aqui como sardinhas. E, portanto, toda a emigração desta ilha, essa deslocação das pessoas, mesmo que as pessoas possam pensar diferente, mas todas as casas que tinham dez pessoas e foram embora oito, ficaram duas; quer dizer, os poucos que ficaram, ficaram com hipótese de viver um pouco melhor.

(Duarte)

Já Lídia entende que os ambos os níveis, económico e profissional, surgem aliados na sua contribuição para o desenvolvimento local: “A minha profissão [...] já promove algum desenvolvimento económico, mesmo tendo ficado cá”. Mário, por seu turno, considera que não foi o próprio, mas sim o filho a contribuir para o desenvolvimento da ilha, através da atividade profissional que o entrevistado ajudou o filho a instalar na ilha:

¹⁴⁹ Os hábitos que Lídia adotou não são apenas referentes aos locais de acolhimento, mas também aos locais de passagem, deixando bem visíveis as marcas desses lugares, o que foi constatado durante a realização da entrevista, em casa da entrevistada, conforme a mesma descreve: “Se eu acho que tenho uma razão válida para adotar aqueles hábitos e costumes, eu também adoto... do género, a culinária..., os objetos de uso diário..., roupas... Por exemplo, eu gosto muito de artesanato; se visitar as minhas casas, vê artesanato em tudo o que é sítio, porque em todas as viagens que fizemos, há sempre coisas que eu trago e admiro muito esse género de coisas, e algumas adoto para as minhas casas. [...]. Vou depois conjugando; é uma mescla de culturas”.

“Não, o meu regresso, não; o regresso do meu filho, sim. Eu posso ter contribuído com as obras para montar o negócio que o meu filho desenvolve aqui. E ele, sim, porque ele faz coisas que mais ninguém faz e é uma alternativa”.

No campo cultural, há diversas referências por parte dos ex-migrantes duais. Assim, Dulce menciona que: “Quando chegámos ao Faial, criámos uma empresa que fez muitas atividades culturais. [...]. Depois, eu fiz alguns livros de literatura, fizemos exposições de pintura e escultura. Enfim, é um prazer partilhar com os outros o que cada um tem. É sempre um enriquecimento mútuo”. Rodrigo refere: “Nem por isso. Mas procuro, ainda assim, dar o meu, necessariamente modesto, contributo. Cheguei a escrever e a publicar em jornais locais alguns artigos”.

Duarte, a este nível, procura formar jovens, através de grupos de música popular, para poder, simultaneamente, valorizar as tradições da ilha e dar ferramentas a esses jovens para uma melhor integração, caso venham a sair da ilha de origem, designadamente para prosseguir estudos de nível superior:

Na parte da cultura, eu sou suspeito, porque eu gosto imenso da música [...]. Portanto, nesse aspeto, tento sempre enriquecer, valorizar e tentei fazer força para se fazer um grupinho popular. Lá fora, fundei dois grupos de música popular. Aqui, se a gente der um incentivo aos mais jovens para continuar com a música popular e motivá-los outra vez, pode ser que não venham todos, mas, pelo menos, dois ou três, já vai ser bom.

Eu sinto pena que estes jovens daqui, agora, a maior parte deles vai para as universidades, têm aquelas coisas universitárias, e assim. Eles, para chegar lá fora e pegar num instrumento, têm que já levar daqui a bagagem. [...]. E a minha ideia seria dar-lhes já uma base para, quando chegarem lá, eles se identificarem com aquilo e para, pelo menos, se integrem.

(Duarte)

Mário, entende que não contribuiu para o desenvolvimento local, mas sim regional: “Acho que não contribuí para o desenvolvimento da ilha; para o conhecimento dos Açores, acho que sim [...], com a participação num projeto [...] que disponibiliza informação para o conhecimento dos Açores, ou com livros que escrevi”.

Relativamente à contribuição para o desenvolvimento, em termos políticos, apenas Duarte se pronuncia a este respeito, mas não tem, normalmente, qualquer participação a este nível: “Não, não tenho tido. A única coisa foi, agora, nestas eleições: participei na lista para a junta de freguesia. Mas, não tenho vida ativa ao nível político, nem estou a pensar ter”.

Também no que toca à participação na formulação de políticas migratórias regionais, os ex-migrantes duais manifestam não ter contacto com esta realidade, o que

Duarte justifica do seguinte modo: “Nunca tivemos problemas sobre isso. Às vezes, quando existem problemas, as pessoas abrem mais os olhos à situação”. Mário, por seu turno, refere:

Não, não tive; ou, então, foi uma coisa muito esporádica, muito episódica. No tempo de uma Diretora Regional das Comunidades, houve a ideia de organizar, na net, um sítio de comunidades açorianas, onde pretendiam que as pessoas tornassem públicas coisas que já estavam publicadas – artigos, etc. – ou, então, coisas novas. [...]. Mas isso morreu.

(Mário)

Rodrigo tem uma opinião própria a este respeito:

Não estou a par dessa matéria, mas, pelo que conheço das políticas regionais noutras áreas, [...] receio que o que se tenha feito, ou o que se possa vir a fazer nessa matéria seja mais uma vez um trabalho propagandístico e eleitoralista do que um trabalho com efetivos benefícios para os migrantes.

(Rodrigo)

Será que os ex-migrantes duais sentem que desempenham um papel de ligação entre migrantes e não migrantes? Por um lado, há quem não sinta que desempenhe, de forma alguma, esse papel. Tal, é o caso de Rodrigo:

Não desempenho, de todo, qualquer papel com essa função e, tal como vejo as coisas, podendo com isso cometer, porventura, um grave erro, não sinto que esse papel faça falta. Acho que a integração ou a reintegração dos migrantes e dos ex-migrantes vai acontecendo de uma forma muito natural. Não sei mesmo se a componente migrante e a componente local estão assim tão separadas... Eu acho que há um grande entrosamento entre elas, com estima, respeito e consideração mútuas.

(Rodrigo)

Elsa, por outro lado, refere ter contacto com migrantes apenas em decorrência da profissão: “Durante o verão, no meu trabalho, tenho muito contacto com emigrantes dos Estados Unidos, e assim”. Já Duarte menciona que se relaciona com migrantes e não migrantes, na ilha de origem: “Damo-nos com toda a gente. [...] o meu irmão e alguns vizinhos regressaram. Todos os que são emigrantes e que regressaram, nós temos boas relações com eles”. Jaime recorda uma situação pontual: “Nisso, recordo-me de uma situação de um rapaz que foi [...] [à América] e que pediu-me indicações [...], mas nada de relevante”. Dulce, contrariamente, estabeleceu contacto com migrantes, sendo, ela própria, um ponto de ligação entre migrantes e não migrantes, no contexto da iniciativa que desenvolveu após o regresso ao Faial:

Este livro [...], nós fomos lançá-lo aos Estados Unidos da América e ao Canadá – foi uma equipa que tinha trabalhado nessa área – e foi muito interessante contactar com todos esses emigrantes que eu conhecia de pequenina, mas que tinha deixado de ver aos dez anos. Em todos os sítios onde lançámos o livro, houve convívio com os emigrantes do Faial, sempre a

falar sobre o Faial e a saudade sempre presente, e sempre a perguntar sobre pessoas e as mudanças; eles gostavam muito de saber disso. O livro [...] foi participado por emigrantes que estão nos Estados Unidos da América e no Canadá. Conseguimos trazer pessoas de lá que foram falar ao Faial [...] sobre os seus percursos migratórios e eles também participaram no livro.

(Dulce)

No que concerne à avaliação do regresso, tal passa, desde logo, pela forma como se deu a reintegração dos ex-migrantes duais na ilha de origem, em diversas vertentes. Em termos pessoais, Jaime não sentiu grande diferença: “Aqui, não há grande diferença. A única diferença é que não vamos ter o trânsito e que vamos chegar mais cedo a casa, mas temos de tudo; a internet, hoje em dia, é boa, conseguimos estar ligados com o mundo. E, sinceramente, não sinto qualquer limitação”. Lídia, por seu turno, considera que os hábitos e rotinas se mantêm os mesmos em qualquer lugar, muito por força da sua profissão:

A minha vida, efetivamente, não mudou muito em termos de... vida base, os meus hábitos base. Talvez tenha mudado mais na alimentação, acho que isso, sim. Mas, de resto, a minha profissão obriga-me a ter um determinado comportamento e de fazer sempre um determinado número de coisas semelhante, quer viva aqui, quer viva noutro local. Não muda muito.

(Lídia)

Já Elsa, que viveu a maior parte da vida fora da ilha de origem, sente-se excluída, equacionando-se se chegou a haver reintegração. Relativamente ao local de acolhimento no estrangeiro, a entrevistada refere:

Quando foi para regressar, chorei tanto, tanto. Eu só dizia: «Eu não vejo mais esta terra que me viu crescer». Sentia aquela como a minha terra. Tanto que, às vezes, eu digo: «Eu sou de cá, mas não me sinto de cá». E sinto-me um bocadinho mesmo excluída. [...]. Eu costumo dizer que só tenho uma costela daqui, o resto é de lá.

(Elsa)

A mesma entrevistada consideraria igualmente a permanência em território continental, atentas as condições de vida no Faial:

Por mim, eu teria ficado lá, [...] [no continente]. Eu gosto muito do Faial, no verão. [...]. Eu não consigo viver, no inverno, aqui. É o clima. O clima deprime-me muito, porque eu fui criada numa terra com muito sol, muito calor e isto deprime-me muito...; não ver o sol, só chuva, o vento. E, se eu tivesse um trabalho que me ocupasse, mas como não tenho... E, no inverno, fico muito metida em casa; não sou pessoa de andar na casa dos outros, não gosto. Tenho uma amiga, ou outra... A única coisa que me ocupa é fazer trabalhos manuais, e pronto.

(Elsa)

Já Rodrigo sente total identificação com a ilha de origem e uma reintegração plena:

São muito difíceis de definir as razões pelas quais me sinto bem aqui. Mas talvez possa tentar traduzi-las, embora imperfeitamente, na seguinte ideia: reconheço que existe em mim o sentimento de que é aqui, ao Faial, que pertenço. Quando vou da cidade para casa subo, em

regra, a estrada da Espalamaca; quando a subo, vendo o Pico a surgir depois de cada curva e a parecer cada vez mais próximo, sinto uma grande paz interior e digo para mim próprio: «É aqui que pertenço».¹⁵⁰

(Rodrigo)

Mário, por seu turno, sempre alimentou a saudade da ilha ao longo dos anos; porém, saudades de um tempo que já passou, o que dificulta igualmente a reintegração, mesmo a de quem sempre quis regressar ao Faial: “Eu não sei se pensei que, definitivamente, ia regressar, mas vivi sempre a saudade de regressar, de voltar. Isso aconteceu, porque eu pensava no Faial do meu tempo, e não no Faial de agora. O Faial de agora é muito diferente e tem muito pouco que me diga”.

Como acrescenta este entrevistado: “Em Lisboa, vivia com a saudade daqui. E, depois, quando chego aqui, não me sinto bem, porque isto já não é o meu tempo”. Para o mesmo entrevistado, este desfasamento entre o ‘antes’ e o ‘agora’ teve também implicações quanto à reintegração, no campo social:

Eu, hoje, sou muito mais fechado aqui do que era quando vivia cá, porque a sociedade, aqui, se tornou muito mais fechada. A televisão foi uma desgraça. Nós jantávamos cedo – seis, sete horas –; entretanto, eu saía, ia sempre ali ao *Volga* ou ao *Internacional* e, no jardim, havia sempre gente – a não ser que estivesse a chover – e convivia sempre com outras pessoas. E, nessa altura, ainda havia tios e tias, ou outras pessoas amigas, porque as pessoas juntavam-se em casa, para fazer serão e faziam renda, bordados. A televisão acabou com isso tudo. E essas pessoas também morreram. E, hoje, as pessoas estão em casa. Hoje, eu não tenho, de facto, muito relacionamento com outras pessoas daqui, a não ser o relacionamento necessário, ou institucional.¹⁵¹

(Mário)

Todavia, para Lídia, o facto de não haver muito relacionamento não é visto como um aspeto negativo ou que interfira com a reintegração na ilha de origem: “[...] não me sinto deslocada; não sou de conviver todo o dia com as pessoas de cá, porque tenho um método de vida um bocado diferente e gosto muito de preservar a minha..., digamos, a minha intimidade, a minha vida calma e sossegada”.

Duarte não considera uma intromissão na sua vida, mas constata o seguinte facto: “Às vezes, as pessoas olham: «É o americano». Eu não sou americano, sou português. Mas, isso não me incomoda absolutamente nada”.

¹⁵⁰ A este respeito, Chrystello (2017) enaltece: “Afirmando-me como australiano que (também, e sobretudo) sou, cedo entendi que estes açorianos tinham algo que a mim faltava e que nenhum dinheiro do mundo compraria: o tal sentimento de pertença, essa forma idiossincrática de propriedade imaterial que me fez sentir mais pobre, mais vazio, mais «incompleto» do que os meus anfitriões açorianos” (pp. 552-553).

¹⁵¹ O *Volga* ou o *Internacional* são dois dos estabelecimentos de restauração mais antigos do Faial e locais de encontro e convívio, por excelência, na ilha.

Dulce também refere um aspeto que interfere com a reintegração, em termos sociais: "Uma outra falta que sinto quer quando estou nos Açores ou quando estou no continente é dos amigos dum lado e do outro. Estou sempre dividida".

No que tange ao elemento económico, Elsa sente constrangimentos com vista à reintegração, em virtude de se encontrar numa situação precária na ilha de origem: "É fácil para pessoas que têm um trabalho fixo, que sabem que chegam ao fim do mês e têm aquele rendimento. Agora, quem está, como eu, a tentar sobreviver, não é fácil".

Com efeito, quem regressou à ilha de origem em idade ativa, pode, adicionalmente, ter sentido constrangimentos à reintegração, no plano profissional, conforme menciona Jaime: "Foi complicado. [...]. Aqui não havia grandes oportunidades e eu, pronto, fui-me virando como pude; fazia uns trabalhos [...] aqui, outros ali. Ainda hoje faço isso [...]". Por seu turno, quem regressou à ilha de origem já reformado, não enfrenta esse tipo de preocupações, mas há quem, como Rodrigo se continue a manter, porventura, demasiadamente ocupado: "Entretanto, apesar de estar reformado, tenho estado e continuo a estar demasiado ocupado – até excessivamente absorvido, devo dizê-lo – a dar a minha ajuda 'profissional' a algumas pessoas [...]".

Do ponto de vista cultural, Dulce encontra-se perfeitamente reintegrada: "A oferta cultural é tão grande. Nós somos uns privilegiados na ilha do Faial. Temos concertos e peças de teatro interessantíssimos. A biblioteca tem um grupo de leitura [...] e está recheada de bons livros. Enfim, não tem nada a ver com o que era". Já Duarte não teve grande recetividade a este nível: "Ao nível da integração [...], eu já tentei fazer aqui um grupo de música popular [...]. Mas, acho que está muito parado. As tradições daqui, estão mais enraizadas lá fora, do que aqui; mas, também, vive-se mais no passado, lá fora".¹⁵²

No prisma político, Elsa refere não ter contacto com esta realidade: "Não. A gente também desligou-se um bocado da política". Já Lídia, tem interesse pela política,

¹⁵² Como salienta Arsénio (2017): "É curioso verificar que a emigração é um dos exemplos da solidariedade que os açorianos emigrados estabelecem com o arquipélago, particularmente com a ilha de origem. Nota-se, nas comunidades da diáspora, uma fidelidade inegável aos valores de família, as festividades, a religiosidade predominante na ilha-mãe. Existem múltiplos exemplos: Festas do Senhor Santo Cristo, festividades do Espírito Santo, celebrações do Dia de Portugal, paradas e cortejos etnográficos, reuniões de conterrâneos, grupos folclóricos, etc. Na verdade, as tradições da diáspora mantêm fidelidade ao que foram. Enquanto nos Açores de hoje, muito mudou, nas nossas comunidades da diáspora, mantêm-se ainda as tradições imutáveis. A saudade mantém o *status quo* do passado" (p. 570).

designadamente, internacional, que acompanha, mesmo após a sua reintegração no Faial: “Eu interessei-me pela política internacional, porque, em casa, foi sempre hábito ouvir falar de política [...] e, portanto, vejo desde os Estados Unidos à América Latina, ao oriente [...]”.¹⁵³

Ainda a respeito da reintegração, houve aspetos facilitadores, que fizeram a diferença nesse processo. Lídia aponta aspetos de natureza pessoal: “O facilitar, terá sido a minha maneira de ser [...]. Se a pessoa tem algum problema de adaptação, se calhar, é mais difícil. Eu não, eu sou facilmente maleável e adapto-me. Essa terá sido a facilidade”. Para Jaime, que já tinha regressado mais do que uma vez à ilha: “O facto de já ter estado cá e de ser de cá é que me facilitou a reintegração”.

Duarte, que viveu muitos anos fora, refere a vantagem de visitar com frequência a ilha de origem, no âmbito do processo de reintegração: “Quando a pessoa está sem vir muitos anos, há um choque à integração. No nosso caso, não foi bem um choque, porque a gente tem vindo praticamente todos os anos cá, porque temos a nossa família, temos as nossas coisas”. Acrescenta o entrevistado que: “Ter uma casa, isso é o principal. Quando nós temos a nossa casa, quem manda somos nós e fazemos da maneira que queremos. Isso é importante. Quando vamos viver para a casa de outros, temos que nos sujeitar”.

No que tange aos aspetos dificultadores da reintegração, Lídia salienta apenas o clima característico do arquipélago: “Dificuldade, acho que não senti. Acho que, talvez, o que me custou mais aqui, ao longo do tempo, é ter um inverno tão comprido e cheio de humidade; essa é a maior problemática [...]”. Já para Duarte, a parte da assistência médica, a que estava habituado no local de acolhimento, e que não funcionava do mesmo modo na ilha de origem, foi um aspeto que dificultou a reintegração:

O que nós sentimos mais, foi a parte médica. Nós estamos aqui este tempo todo e sempre a pedir para ter um médico de família, e nunca conseguimos; portanto, isto é desgastante. Eu [...] tenho que ter assistência médica e medicamentosa, especialmente, tenho que estar sempre a tomar remédios. Tivemos que recorrer a médicos privados.

(Duarte)

Rodrigo, por seu turno, não sentiu aspetos dificultadores da reintegração, sem prejuízo das mudanças pessoais, entretanto, ocorridas:

¹⁵³ Conforme alude Borralho, Rocha e Silva (2019, p. 99): “[...] fora de eleições, acontecimentos políticos, debates televisivos e crises [...]. O aumento do interesse cresce junto dos mais escolarizados de forma acentuada”.

Devo [...] sublinhar que a minha reintegração tem sido, e continua a ser, um processo que me tem parecido naturalíssimo, sem quaisquer aspetos penosos, antes pelo contrário. Claro que reconheço que, quando regresssei, eu já não era, nem podia ser, a mesma pessoa – com a mesma personalidade, com a mesma visão do mundo e com os mesmos hábitos – que era quando parti daqui, quarenta e sete anos antes.

(Rodrigo)

Os ex-migrantes duais também fazem, neste ponto, o balanço do regresso à ilha de origem. Para Duarte, o balanço o regresso é positivo, pela qualidade de vida que tem no Faial, após a reforma:

Para mim, é positivo. Quando eu estava a trabalhar era diferente. Agora, como me encontro na reforma, a única solução que eu tinha era ir para as barras ou para os clubes, jogar às cartas, ou qualquer coisa do género; portanto, a única diversão que existe a nível de portugueses, quando se reformam, é a Casa do Benfica, ou a Casa do Sporting, ou qualquer uma daquelas sociedades [...], e acho que aqui estou muito melhor, nesse aspeto.

(Duarte)

Rodrigo, que também regressou ao Faial na altura da reforma, levanta questões relacionadas com o acesso a cuidados de saúde, que têm impacto no balanço que faz do regresso à ilha de origem:

Se eu analisar as vantagens para a minha saúde que, por ter cá uma vida mais calma, o meu regresso ao Faial me pode ter trazido, facilmente concluo que o mesmo também me trouxe desvantagens nesse plano: se é verdade que vim aqui encontrar uma vida mais serena e distendida, não é menos certo que qualquer manifestação aguda da minha doença cardíaca não poderá, em princípio, ser socorrida e tratada como seria se estivesse no continente, desde logo devido ao isolamento geográfico e às consabidas dificuldades de evacuação, às lacunas e às insuficiências das tecnologias de saúde localmente disponíveis e às limitações e aos condicionamentos clínicos existentes.

(Rodrigo)

Mário, outro entrevistado que regressou ao Faial após a reforma, não faz um balanço positivo ou negativo:

Não faço um balanço nem positivo, nem negativo. Eu, hoje, já não estou bem cá, já não estou bem em Lisboa. Mas, se estiver em Lisboa, estou bem; se estiver no Faial, também estou. É indiferente. Se tivesse vindo mais novo para cá e tivesse reorganizado a minha vida, talvez tivesse alguma opinião sobre isso; mas, não tenho.

(Mário)

Para este entrevistado, acresce o facto de sentir que nunca saiu do Faial, não obstante o tempo que, entretanto, passou e que deixou marcas:

[...] eu, um dia, estava num colóquio [...]. [...] e dei uma entrevista, nessa ocasião. O entrevistador, durante a entrevista, cita Vitorino Nemésio, e pergunta-me: «Professor, também acha que as escadas do cais são as escadas da partida?». E eu disse-lhe: «Não. Eu nunca saí dos Açores. Eu, fisicamente, estive fora dos Açores, mas, a minha cabeça esteve sempre nos Açores». E é verdade. Eu vivi em Lisboa, de passagem, para regressar; agora, o regresso é que não foi tão feliz, talvez, porque o Faial não é o Faial do meu tempo. Sou um migrante que não migrou.

(Mário)

O ex-migrante dual em apreço viveu a maior parte do período migratório, de várias décadas, em território continental; todavia, a sua perceção, enquanto migrante, em tudo se aproxima da de um migrante que permaneceu todo o período no estrangeiro. Neste mesmo sentido, Saraiva (2013) refere:

Após emigrar da sua terra natal, deixando para trás uma parte da própria identidade, que só podia ser integralmente vivida em relação direta com os territórios de pertença, raramente o emigrante pensa que a partida significa um adeus ao meio ambiente a partir do qual definiu a sua identidade.

(Saraiva, 2013, p. 100)

Lídia, por seu turno, destaca:

Eu sinto que regressei às origens, com uma bagagem muito maior, para poder aguentar viver num sítio tão pequeno, tão pacato, mas que, ao mesmo tempo, me dá paz e tranquilidade. É o sítio [...] onde eu posso rebobinar tudo o que vivi e posso ter sossego e tempo suficiente para fazer algumas coisas que nunca tive tempo de fazer.

(Lídia)

Tudo isto leva a questionar se os ex-migrantes duais encaram o regresso como definitivo ou temporário. A este respeito, apenas Elsa manifestou vontade de voltar a migrar, no pressuposto de poder melhorar as suas condições de vida: “Se tivesse oportunidade, ainda gostava de sair, mas não estou a ver essa perspetiva. [...]. Se me dissessem assim: «Vai para ali, que ali tens um emprego, um futuro melhor...»”. Para Lídia, embora não afirme se considera o regresso definitivo ou não, a sua opção é permanecer nas suas origens, pela qualidade de vida que lhe permite ter o tempo para o que é, para si, importante: “Agora, quero paz e sossego e viver, aqui, nas minhas coisas. Quero usufruir aquilo que eu não tive tempo de usufruir antes.... Trabalhei tanto e estive tão ocupada com a profissão, e não havia disponibilidade para uma série de coisas [...]”.¹⁵⁴

Já Duarte tem dúvidas a este respeito, embora reconheça que a intenção é permanecer no Faial, onde sente que pertence, independentemente dos locais de acolhimento onde permaneceu durante o período migratório:

O nosso regresso, a gente não sabe se é definitivo, se não; estamos, aqui, sempre na dúvida sobre isso. A gente nunca pode dizer que é definitivo ou não, porque tudo dependerá. Por exemplo, se a nossa filha, daqui a um ano ou dois, tiver um filho, pois, não quer dizer que a gente não vá passar lá uns tempos com eles, que é esse o nosso dever e a nossa maneira de ser. Mas, dizer que vou para lá de vez, não está na minha mente fazer isso.

¹⁵⁴ Esta entrevista decorreu em casa da entrevistada, que acrescenta: “E tudo isto foi feito, de novo, por mim. Eram as coisas dos meus pais, mas estava tudo a precisar de ser restaurado, reconstruído, havia coisas que estavam mesmo quase em ruína e teve que ser tudo feito de novo”.

Para mim, a intenção é ficar. Eu sempre me senti faialense, nunca me senti americano, nem lisboeta, nem micalense, nem de nenhum desses sítios por onde eu andei. A todo o momento, a gente pensa sempre regressar é cá.

(Duarte)

Dulce, por seu turno, pretende continuar a viver entre a ilha de origem e o local de acolhimento em território continental, embora, quando está fora da ilha, sinta sempre a vontade de voltar:

Tenciono manter-me como tem sido: sete meses no Faial e quatro no continente, mais ou menos assim. Sinto necessidade do continente, de vir cá fora, mas o cartão do cidadão, quero mantê-lo sempre aí. Nós sentimos sempre vontade de voltar à ilha, isso é próprio do açoriano.

(Dulce)

Mário entende que, na fase da vida em que se encontra, nada é definitivo; porém, considera que, por motivos familiares, uma remigração não seria uma hipótese: “Nesta altura, nada é definitivo. No momento atual, regressarmos [...], para fazermos a vida que fazíamos e vir aqui só uma vez por ano, no verão, acho que é pouco provável. Nem a minha mulher aceitaria estar tanto tempo livre do filho e do neto”. Também para Jaime, a família tem um grande peso na opção pelo regresso definitivo:

Eu acho que é definitivo. Houve uma altura, de início, que eu tinha proposto à minha esposa nós irmos viver para lá, porque [...] estava numa situação muito melhor do que estava Portugal, com a questão da crise e tudo isso. Acho que, agora, a situação inverteu-se. Mas, a gente também não foi, porque ela não queria ir para lá; ela queria estar cá.

(Jaime)

Por fim, Rodrigo é categórico ao afastar a possibilidade de remigrar, expondo a sua perspetiva do seguinte modo:

Uma remigração está totalmente fora das minhas perspetivas. Não quero falar de coisas fúnebres ou menos alegres, mas se esta frase puder ajudar a ilustrar o que sinto, eu digo-a: «Todos temos que morrer. E eu quero morrer aqui». É claro que não vim para cá tendo como motivação morrer aqui. Pelo contrário, vim animado pela ideia de viver aqui pelo mais longo tempo que puder. Com esta frase só quero ilustrar a ideia de que não se me coloca, sequer como hipótese, a ideia de fazer reverter o processo do meu regresso.

(Rodrigo)

4.1.3.4. Síntese da experiência migratória dos ex-migrantes duais

Sintetizando os aspetos referentes à sua experiência migratória, relativamente à situação dos ex-migrantes duais regressados aquando da partida, praticamente todos viviam com o respetivo agregado familiar e a maioria tinha terminado o ensino

secundário; quanto aos restantes, dois entrevistados desempenhavam atividade profissional e um era ainda criança.

No que diz respeito aos motivos da partida, os mesmos variam consoante a saída da ilha se deu uma, ou mais vezes. Assim, para quem saiu apenas uma vez, o destino foi, para todos, território continental, para prosseguir estudos, ao nível do ensino superior, sendo que, relativamente a estes entrevistados a migração internacional se deu a partir do continente, com diferentes objetivos: cumprir serviço militar, fazer formação profissional e desempenhar atividade profissional. Para quem saiu mais do que uma vez da ilha do Faial e teve por destino inicial o continente, teve por objetivo igualmente a realização de curso superior, mas também formação e exercício de atividade profissional, o cumprimento de serviço militar e acompanhamento de familiares, designadamente, por questões de saúde.

Neste contexto, apenas um ex-migrante dual saiu pela primeira vez do Faial com destino ao estrangeiro, tendo a saída subsequente o mesmo destino, ambos motivados pelo facto de estar a acompanhar, ainda criança, o respetivo agregado familiar, do qual dependia. Os restantes ex-migrantes duais, após saída(s) para território continental e respetivo(s) regresso(s), remigraram, desta vez para o estrangeiro, motivados pela família, para reagrupamento ou união familiar, bem como por questões económicas, tendo pesado, neste último caso, a facilidade de admissão no país de destino.

A saída da ilha do Faial pelos ex-migrantes duais, com destino ao continente, deu-se, maioritariamente sozinhos; por sua vez, a saída para o estrangeiro, a partir da ilha, ocorreu, maioritariamente, acompanhados, por familiares ou amigos. A ajuda, no momento da partida, foi prestada quer por familiares, quer por conhecidos.

Durante a estada, em termos de expectativa inicial, a maioria pensava não regressar ou não tinha qualquer projeto definido de regresso ao Faial; todavia, também houve quem desejasse regressar logo que concluído o objetivo que levou à partida, bem como quem não tivesse qualquer expectativa, em virtude de ser uma criança ainda muito pequena.

Relativamente à integração no local de acolhimento, destaca-se, em termos pessoais, a necessidade do contacto com o mar. Em termos sociais, não são referidos

quaisquer constrangimentos, relativamente à integração em território continental e no estrangeiro; é apenas mencionado por um entrevistado o facto de participar mais ao nível da comunidade açoriana do que da comunidade local.

No tocante à habitação, em território nacional, é referido o alojamento em quartos, residências, mas também em casa de familiares; no estrangeiro, também os familiares prestaram um apoio imediato, mas houve igualmente quem tivesse arrendado casa. De salientar que vários ex-migrantes duais acabaram por adquirir habitação própria, tanto no plano interno como no plano internacional, conforme o local onde tenham passado mais tempo, durante o período migratório.

A respeito da saúde, houve entrevistados que, durante a migração interna ou internacional, puderam proporcionar melhores cuidados de saúde a familiares, do que na ilha de origem.

No plano da educação, as referências mais relevantes reportam-se ao período migratório interno, aquando da realização de curso universitário, que permitiu abrir os horizontes da maioria dos ex-migrantes duais regressados.

No que se prende com a cultura, os entrevistados expressam como se integraram no plano internacional, sendo participativos e aprendendo sobre as tradições, mantendo contacto com pessoas cujos hábitos eram, por vezes, muito diferentes dos seus. A língua é uma questão que se levanta a este respeito, porquanto todos os entrevistados tiveram experiências migratórias internacionais; mas, enquanto nuns casos, aprendeu-se a língua do país de acolhimento, noutros, o português era a língua oficial do país de acolhimento.

Relativamente à parte económica, vários entrevistados dão ênfase ao início do período migratório, em que não dispunham de meios de subsistência próprios, mas também à fase em que tinham estabilizado a sua situação financeira.

Na vertente profissional, a integração fez-se de acordo com as habilitações académicas alcançadas pelos ex-migrantes duais, sendo que os entrevistados que concluíram o ensino superior exerceram atividade profissional qualificada, na área da sua formação académica, durante o período migratório, enquanto os restantes tiveram atividades profissionais de grau intermédio ou pouco qualificado com condições, por vezes, precárias, com reflexo na capacidade financeira.

Sob o prisma político, apenas um entrevistado manifestou ter intervenção durante o período migratório. Já quanto à relação com o Estado, relativamente à fase migratória internacional, houve quem tivesse permanecido, depois de algum tempo, em situação irregular no país de acolhimento, mas também houve quem tivesse facilidade na admissão no país de destino, por via de familiares já regularizados nesse país ou de procedimentos administrativos interinstitucionais, de âmbito profissional, previamente realizados.

O contacto com a ilha de origem foi mantido através de contacto à distância, inicialmente através de carta ou telegrama e, depois, por telefone e por correio eletrónico, à medida que o tempo foi passando, sendo que o contacto se tornou menos espaçado à medida da evolução das comunicações.

Quanto a visitas à ilha, a sua periodicidade mudava em função da época e das condições e circunstâncias da vida, sobretudo por lazer, mas também em trabalho, chegando a estabelecer-se, em alguns casos, relação entre as visitas e a decisão de regresso à ilha.

Também o contacto com conterrâneos permitia aos ex-migrantes duais manter a ligação com a ilha de origem, embora nem todos os entrevistados procurassem esse contacto, pelo menos inicialmente; de qualquer forma, no contexto interno, é referido maior ou menor contacto, sobretudo, com colegas conterrâneos e, ao nível internacional, este contacto variava, consoante se tratasse de país de acolhimento com tradição emigratória açoriana, ou não.

A participação em associações de migrantes ou de açorianos permitiu igualmente o contacto de ex-migrantes duais com a realidade da ilha de origem e, embora nem todos tenham tido participação associativa, tal registou-se em território continental e também no estrangeiro, em cujo contexto se destaca o apoio do Governo Regional dos Açores.

A manutenção de hábitos da região de origem permitia igualmente o contacto com a ilha, salientando os entrevistados o recurso à gastronomia típica faialense, bem como o assinalar de datas comemoradas nos Açores, que, nos países de tradição emigratória açoriana, são vividas com maior entusiasmo do que na própria região de origem.

Para os entrevistados, houve aspetos marcantes na estada. Entre os que mais agradaram ou de que sentiram saudade, foram referidas, no plano interno, as relações que se estabeleceram no continente, bem como o preenchimento de necessidades sentidas antes da migração. No contexto internacional, quem viveu desde cedo no estrangeiro tem saudades das suas raízes, mas também do baixo custo de vida no local de acolhimento. Quanto aos aspetos que mais desagradaram, no âmbito interno salienta-se a falta de qualidade de vida, fruto da falta de tempo e agitação, bem como a insegurança dos meios maiores; no âmbito internacional, alguns ex-migrantes duais destacam a diferença sentida, em particular, no tocante à personalidade e mentalidade da população dos respetivos locais de acolhimento.

A migração representou mudanças para os ex-migrantes duais, sobretudo na vertente pessoal, pois, de acordo com os próprios, valorizou-os, em matéria de experiência e forma de estar na vida, conferindo-lhes uma visão do mundo muito diferente daquela que cada um teria, caso não tivessem migrado, valorização esta extensível aos próprios filhos.

Contudo, a migração não representou apenas mudanças positivas. No caso de um dos entrevistados, não obstante o reconhecimento da valorização pessoal, a experiência migratória foi negativa e não a repetiria; outros ex-migrantes duais salientam mudanças profundas, ao nível da identidade, sobretudo, da falta de pertença a um lugar, que se traduzem, nas palavras de um dos entrevistados, no seguinte: “Agora, há uma característica, que talvez seja a do migrante: é que, chegamos a uma altura, e não estamos bem em lado nenhum”.

Relativamente às circunstâncias do regresso, o mesmo deu-se por motivos diferentes. Neste sentido, os regressos a partir de território continental deram-se, maioritariamente, por razões pessoais, designadamente, pelo desejo de regresso às origens e pela qualidade de vida no Faial, bem como por motivos familiares, nomeadamente, para ter o apoio dos familiares, para prestar assistência a familiares e pelo facto dos filhos de alguns ex-migrantes duais terem fixado residência no Faial.

Os regressos a partir do estrangeiro deram-se, sobretudo, por motivos familiares, para acompanhar o agregado no regresso à ilha ou para prestar assistência a familiares aí

residentes. A grande diferença constatada entre os regressos do continente e do estrangeiro é o facto de descendentes de ex-migrantes duais, residentes à data do regresso no continente, terem-se mudado para a ilha do Faial, por iniciativa própria, em idade adulta.

Entre os entrevistados, apenas um ex-migrante dual mencionou ter regressado contrariado à ilha de origem, o que viveu desde criança fora do Faial.

Para alguns migrantes, sobretudo por motivos logísticos, foi necessário planear o regresso, tendo o mesmo sido concretizado como planeado, mesmo que, em alguns casos, sem data certa para regressar.

A decisão de regresso foi, sobretudo, partilhada, uma vez que o regresso de ex-migrantes duais à ilha de origem se deu, maioritariamente, acompanhados pelo respetivo cônjuge; porém, tanto no continente como no estrangeiro, permaneceram familiares de ex-migrantes duais, sobretudo os filhos, ainda que alguns, nascidos e/ou criados em território continental, tenham optado por fixar residência no Faial.

Ao longo do percurso migratório – migração, regresso e reintegração – houve ex-migrantes duais que beneficiaram de apoio em território continental, durante o período migratório, designadamente, através da concessão de bolsa de estudo, durante a realização de curso superior; é igualmente referido o benefício concedido no contexto internacional, neste caso, devido ao regresso a território nacional, através da isenção do pagamento de taxas alfandegárias.

Para os ex-migrantes duais, houve consequências do regresso ao nível individual. Na forma como se percebe a ilha antes e após o regresso, houve entrevistados que consideraram haver evolução e desenvolvimento na ilha; contudo, a maioria não notou diferenças assinaláveis no Faial e houve quem tivesse considerado a ilha parada no tempo.

No que respeita à receção pela população residente, a maioria dos entrevistados referiu ter sido bem-recebida, embora um entrevistado, que regressou várias vezes à ilha, tenha salientado ter sido bem-recebido no primeiro regresso à ilha e, no regresso atual, ter notado diferença na população local, levando a questionar a opção pelo regresso.

Relativamente aos aspetos que marcaram a reintegração, destacam-se, entre os facilitadores, o facto de ser natural da ilha, de ter capacidade de adaptação, de visitar regularmente a ilha e de ter casa própria no Faial; em contrapartida, os dificultadores foram as limitações na assistência médica e o clima característico do arquipélago.

Os ex-migrantes duais mantêm contacto com o local de acolhimento, sobretudo, com familiares e amigos, com regularidade, por telefone e através das redes sociais. A maior parte dos ex-migrantes duais mantém contacto também através das visitas aos locais de acolhimento, sobretudo, onde passaram a maior parte do período migratório e onde, com frequência, adquiriram habitação própria, o que facilita as deslocações, após o regresso à ilha de origem.

Também a manutenção de hábitos adquiridos no local de acolhimento permitiu a subsistência de ligação a esses locais, tendo o mais destacado sido a gastronomia dos locais de acolhimento, cujos pratos característicos alguns ex-migrantes duais procuram reproduzir ou incorporar nos seus próprios hábitos, após o regresso; outro aspeto a salientar é a comemoração, na ilha de origem, de datas assinaladas, sobretudo, no estrangeiro.

O impacto do regresso do ex-migrante na ilha de origem é medido, em grande parte, através da sua contribuição para o desenvolvimento local ou regional. No caso dos ex-migrantes duais, e de acordo com os testemunhos da maioria destes entrevistados, tal ocorreu, de forma mais evidente, relativamente à dimensão cultural, através da difusão da história e tradições próprias da ilha, a título profissional ou recreativo, em território continental e no estrangeiro, durante o período migratório e após o regresso.

No campo das políticas migratórias regionais, os ex-migrantes duais regressados referiram não ter qualquer participação. Mas, de modo informal, vários entrevistados referem ter contacto tanto com migrantes como não migrantes, sendo que um dos entrevistados, integrado num projeto cultural, desempenhou, após o regresso, um papel de ligação entre migrantes e não migrantes.

A avaliação do regresso passa, em primeira instância, pela forma como decorreu a reintegração na ilha de origem. Ao nível pessoal, um entrevistado refere sentir-se excluído, tendo preferido permanecer no local de acolhimento; outro entrevistado

salienta que viveu sempre com a saudade de regressar, mas que, ao regressar não se identifica com a ilha, pois já não é a ilha do seu tempo, outro ainda refere não mudar muito a forma de viver, independentemente do local onde se encontre, pelo que não se sente deslocado; por fim, um entrevistado refere identificar-se totalmente com a ilha de origem, sentindo, por isso, que pertence a esse lugar.

Em termos sociais, a maioria dos ex-migrantes duais menciona não ter grandes relacionamentos na ilha, embora uma entrevistada saliente que está sempre dividida quando está nos Açores ou no continente, pela falta que sente dos amigos de cada um dos locais.

Sob o prisma económico, são referidas dificuldades para quem tem uma situação laboral precária. Efetivamente, em termos profissionais, a maioria dos ex-migrantes duais regressou à ilha de origem em situação inativa, designadamente, por aposentação, o que traduz uma regularidade para a maioria dos regressos; entre os que regressaram em situação ativa, uma entrevistada passou à reforma pouco tempo depois, após uma carreira profissional na área da sua formação académica e dois entrevistados, que não realizaram cursos superiores, têm uma situação profissional precária e instável no Faial.

Ao nível cultural, uma entrevistada refere ter-se reintegrado perfeitamente, considerando haver grande oferta cultural na ilha; contrariamente, outro entrevistado tentou criar um grupo cultural, sem recetividade para o efeito.

No âmbito político, não há referências a reintegração, embora uma entrevistada refira que se interessa por política internacional, que continua a acompanhar, após o regresso à ilha de origem.

Neste ponto, cumpre fazer o balanço do regresso ao Faial, sendo que há quem faça um balanço positivo, mas também há quem faça um balanço, que não tem expressão positiva, nem negativa.

No que concerne à ponderação entre um regresso definitivo ou temporário à ilha de origem, uma entrevistada refere que sairia novamente se lhe fossem garantidas melhores condições de vida, enquanto outro é categórico ao afirmar que não pretende remigrar; os restantes ex-migrantes duais, com maior ou menor convicção, apontam para o regresso definitivo ao Faial.

4.2. Olhar o regresso à luz de experiências migratórias entrecruzadas

Para dar resposta à questão de partida deste estudo – quais as causas do retorno de ex-migrantes à região de origem, neste século, em resultado de migrações tanto internacionais como internas, e sua relação com o contexto em que quer a partida quer o retorno se dão, para compreender os efeitos do retorno no percurso pessoal dos regressados, bem como na sociedade da região à qual retornaram –, é necessário articular esta questão com as questões complementares de investigação anteriormente elencadas, no ponto 3.1 do Capítulo 3. Nestes termos, a discussão dos resultados é apresentada, por forma a procurar dar resposta a cada uma das questões complementares em apreço, sendo nesta fase analisadas as experiências das três tipologias migratórias presentes neste estudo, de forma agregada.

4.2.1. Os ex-migrantes regressados: perfis e percursos migratórios

Começando pela questão complementar “Quem são os ex-migrantes que regressam à região de origem?”, e em resultado das entrevistas realizadas, é revelada neste estudo a presença de três tipologias de ex-migrantes regressados: a interna, a internacional e a dual.

Relativamente à tipologia interna, a mesma é constituída maioritariamente por mulheres (doze, dos vinte participantes que integram esta tipologia), com idades que se enquadram, em maior número, na faixa etária dos 30-39 anos (mas também, embora em muito menor número, nas faixas etárias dos 20-29, 40-49 e 50-59 anos). Esta tipologia tem a licenciatura como nível de escolaridade maioritariamente concluído e encontra-se, praticamente na totalidade, em situação profissional ativa.

Em contrapartida, o maior número de ex-migrantes internacionais é do sexo masculino, à data da realização das entrevistas encontravam-se balizados pelas faixas etárias dos 30-39 anos até aos 70-79 anos, ainda que maioritariamente na faixa etária dos 50-59 anos e a escolaridade concluída situa-se, sobretudo, ao nível do 3º ciclo do ensino

básico, sendo a situação profissional tanto ativa como inativa, embora, na ponderação entre as duas, a inativa prevaleça.

Relativamente aos ex-migrantes duais regressados, é preponderante o sexo masculino, embora quase em paridade com o sexo feminino. Aquando da realização das entrevistas, os mesmos encontravam-se em maior número na faixa etária dos 60-69 anos, tendo a licenciatura como habilitação maioritariamente concluída e encontrando-se, quase na totalidade, em situação inativa.

No Quadro 4.1 constam as referidas características gerais dominantes do grupo participante neste estudo, por tipologia migratória.

Quadro: 4.1 – Características gerais dominantes dos ex-migrantes regressados, por tipologia migratória

Características gerais	Interna	Internacional	Dual
Sexo	Mulheres	Homens	Homens
Faixa etária	30-39 Anos	50-59 Anos	60-69 Anos
Habilitações	Licenciatura	3º Ciclo	Licenciatura
Situação profissional	Ativa	Inativa	Inativa

Fonte: Elaboração própria

Articulando as três tipologias, verifica-se que os ex-migrantes duais se aproximam dos internacionais, quanto ao sexo, relativamente à preponderância dos homens, mas também dos internos, com representatividade das mulheres. De lembrar, todavia, que, no cômputo geral, o grupo, composto por trinta e seis indivíduos, é constituído pelo mesmo número de homens (dezoito) e de mulheres (dezoito).

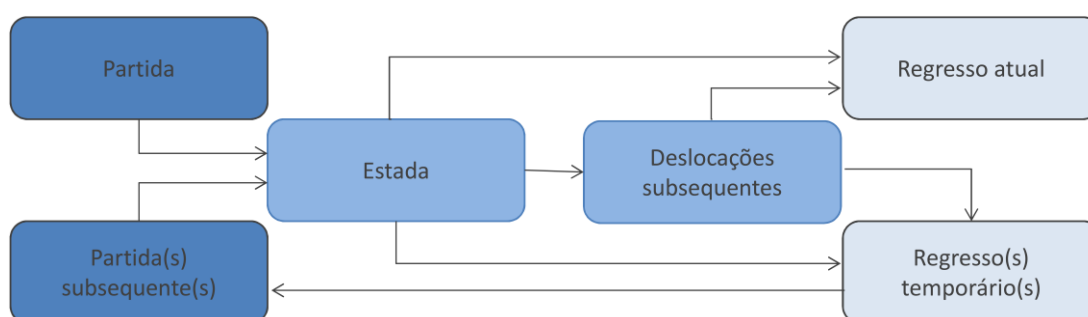
Em sentido diverso, encontram-se as três tipologias quanto às faixas etárias. Daqui resulta que os ex-migrantes internos entrevistados são os mais novos do grupo, seguidos dos internacionais e, por fim, numa faixa etária mais avançada, os duais.

Em comum, os ex-migrantes regressados internos e os duais têm escolaridade concluída, maioritariamente, ao nível da licenciatura, verificando-se que os ex-migrantes internacionais que integram este estudo são os menos escolarizados.

Já em relação à situação profissional, os ex-migrantes internacionais aproximam-se tanto dos ex-migrantes internos, em situação ativa, como dos ex-migrantes duais, em situação inativa.

Também os percursos migratórios realizados permitem extrair características respeitantes às várias tipologias migratórias, tendo presente que os mesmos não se esgotaram, muitas vezes, apenas numa única partida e correspondente regresso, como é possível esquematicamente verificar através da Figura 4.1.

Figura: 4.1 – Esquema de percursos migratórios dos ex-migrantes regressados à ilha do Faial



Fonte: Elaboração própria

Efetivamente, como refere Skeldon (2018):

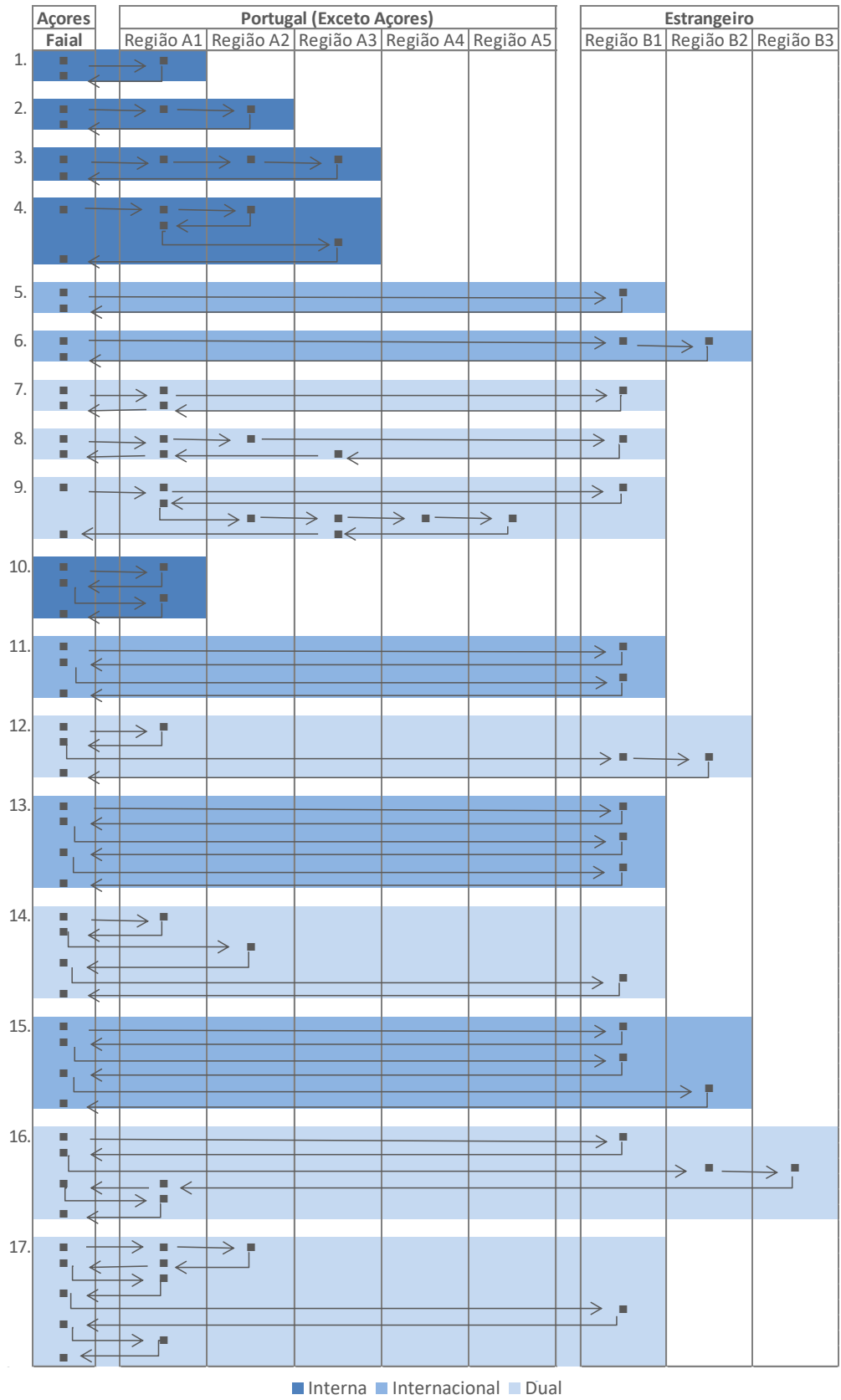
Nas discussões sobre migração, e sobre migração e desenvolvimento em particular, o foco na minoria daqueles que se deslocam, o migrante internacional, produziu uma visão muito parcial, enganosa e possivelmente distorcida de todo o processo. A inclusão mais recente de migração interna para a equação vai na direção certa, especialmente na compreensão de que os “dois” sistemas de migração, pelo menos na medida em que podem ser separados, agem de forma concertada [...].¹⁵⁵

(Skeldon, 2018, p. 6)

Tendo em consideração a conjugação das três tipologias migratórias, e para melhor apreensão da diversidade de percursos realizados pelos participantes nesta investigação, foi criada a Figura 4.2, onde se encontram identificados todos os percursos efetuados pelos ex-migrantes regressados que participam neste estudo, por tipologia migratória.

¹⁵⁵ Tradução livre da autora. No original, “In the discussions of migration, and of migration and development in particular, the focus on the minority of those who move, the international migrant, has produced a very partial and deceptive, and arguably distorted view of the whole process. The more recent inclusion of internal migration into the equation goes in the right direction, especially in the realization that the “two” migration systems, at least to the extent that they can be separated, act in concert [...]” (Skeldon, 2018, p. 6).

Figura: 4.2 – Percursos migratórios efetuados pelos ex-migrantes regressados, por tipologia migratória



Fonte: Elaboração a partir de King & Skeldon, 2010, p. 1622

Na Figura 4.2, os percursos realizados pelos ex-migrantes regressados surgem ordenados em função do número de saídas e correspondentes regressos, espelhando a evolução do próprio fenómeno migratório no contexto insular açoriano, mais especificamente, no contexto faialense.

Observando a figura em apreço, é possível verificar, de imediato, que os percursos migratórios identificados com os números 1, 2, 3, 4 e 10 são referentes aos ex-migrantes internos regressados. Por seu turno, os percursos com os números 5, 6, 11, 13 e 15 são relativos aos ex-migrantes internacionais. Por fim, os percursos identificados com os números 7, 8, 9, 12, 14, 16 e 17 dizem respeito aos ex-migrantes duais regressados.

Aprofundando, constata-se que os percursos migratórios com os números 1 a 9 são caracterizados por terem apenas uma partida e correspondente regresso à ilha do Faial, os quais envolvem as três tipologias migratórias – interna, internacional e dual. Os percursos migratórios com os números 10 a 12 registam duas saídas da ilha e correspondentes regressos e são representados igualmente pelas três tipologias migratórias. Todavia, nos percursos 13 a 16, com três saídas e correspondentes regressos à ilha de origem, apenas surgem representadas as tipologias internacional e dual. Finalmente, com quatro saídas e respetivos regressos, surge o percurso migratório número 17, representado pela tipologia migratória dual.

Efetivamente, na sua forma mais simples, o regresso surge como a contrapartida da saída; porém, em “situações mais complexas, o regresso pode processar-se por aproximações sucessivas, em fases subsequentes de alternância de estadas no país de origem e no país recetor” (Rocha-Trindade, 1985b, p. 147). Neste estudo, atenta a presença das tipologias migratórias interna e dual, é preferível a referência a ‘locais’, e não apenas a ‘países’, de origem e de acolhimento.

Deste modo, da observação da Figura 4.2 resulta que a tipologia migratória interna é a que efetua percursos migratórios mais simples e lineares. Em conjugação com os discursos dos entrevistados que participaram neste estudo, verifica-se que o maior número de ex-migrantes internos (doze, em vinte ex-migrantes internos) efetuou o percurso migratório representado com o número 1; ou seja, uma partida, estada e respetivo regresso à ilha do Faial.

O nível de complexidade de percursos migratórios aumenta ao passar desta tipologia para a tipologia migratória internacional, como se comprova através do quadro em apreço, embora combinando com os testemunhos dos entrevistados desta tipologia, se constate que o maior número de ex-migrantes internacionais surge ligado ao percurso identificado com o número 5 (quatro, em nove ex-migrantes internacionais); ou seja, igualmente uma partida, estada e correspondente regresso à ilha de origem.

Na verdade, é na tipologia migratória dual que se encontra a maior diversidade de percursos migratórios, pois cada um dos sete participantes que integra esta tipologia efetuou o seu próprio percurso migratório, variando entre uma e quatro partidas, estada em, pelo menos, dois locais de acolhimento, e correspondente(s) regresso(s) à ilha do Faial, conforme representado pelos números 7, 8, 9, 12, 14, 16 e 17.

Observada a complexidade dos percursos migratórios efetuados, cumpre analisar os testemunhos dos ex-migrantes que empreenderam estes percursos, através do recurso à metodologia de análise de conteúdo definida para este estudo, tendo presentes os objetivos do mesmo e a teoria existente, neste âmbito. Tendo sido estabelecidas como categorias de análise as várias partes que compõem o percurso migratório – partida, estada e regresso –, é com base nelas, e nas respetivas subcategorias, que se estrutura a presente análise de resultados.

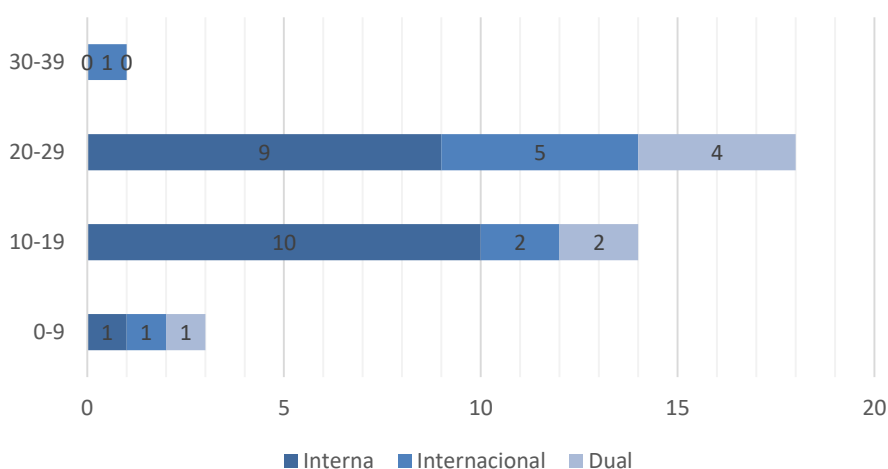
Começando pela análise categórica da partida, onde também são cruzadas as três tipologias migratórias presentes neste estudo, é imperioso ter conhecimento da situação vivida à data da partida, num momento pré-partida. É também necessário reforçar que, atendendo a que vários ex-migrantes tiveram percursos que contemplaram mais do que uma saída da ilha, para colocar todos os participantes em igualdade de circunstâncias, foi considerada como referência a altura da primeira saída, ainda que não sejam desconsideradas as saídas subsequentes, igualmente analisadas, designadamente pelos motivos que levaram a sair mais do que uma vez do arquipélago açoriano, bem como dos respetivos destinos.

Desta feita, resulta do discurso dos ex-migrantes das três tipologias que, aquando da partida, salvo situações absolutamente pontuais, os mesmos viviam inseridos nos respetivos agregados familiares. No caso dos ex-migrantes internos e dos duais, a maioria

encontrava-se a concluir o ensino secundário no Faial, embora em épocas distintas (os regressados internos saíram mais tardiamente), conforme se verificará adiante. Em ambos os casos, também havia, em número reduzido, ex-migrantes que já se encontravam a trabalhar previamente à partida. Contrariamente a esta tendência, no caso dos ex-migrantes internacionais, a maioria encontrava-se a trabalhar na ilha do Faial, aquando da partida, sendo substancialmente menor o número ex-migrantes internacionais que se encontrava, na altura, a estudar. E, estando a estudar, não se encontravam ainda na eminência de concluir estudos no Faial, mas sim num nível de escolaridade inferior.

É importante, por isso, ter presente as suas idades aquando da partida da região de origem. Para esse efeito, surgem as mesmas representadas no Gráfico 4.1, por faixa etária e por tipologia migratória.

Gráfico: 4.1 – Partidas da ilha do Faial, por faixa etária e por tipologia migratória



Fonte: Elaboração própria

Em face do referido gráfico, verifica-se que o maior número de participantes neste estudo saiu do Faial na faixa etária dos 20-29 anos, seguida dos participantes na faixa dos 10-19 anos. Analisando por categoria migratória, destaca-se que os regressados internos saíram maioritariamente na faixa dos 10-19 anos e dos 20-29 anos, e os internacionais, juntamente com os ex-migrantes duais, saíram, sobretudo, na faixa etária dos 20-29 anos.

Conforme refere Peixoto (1998a):

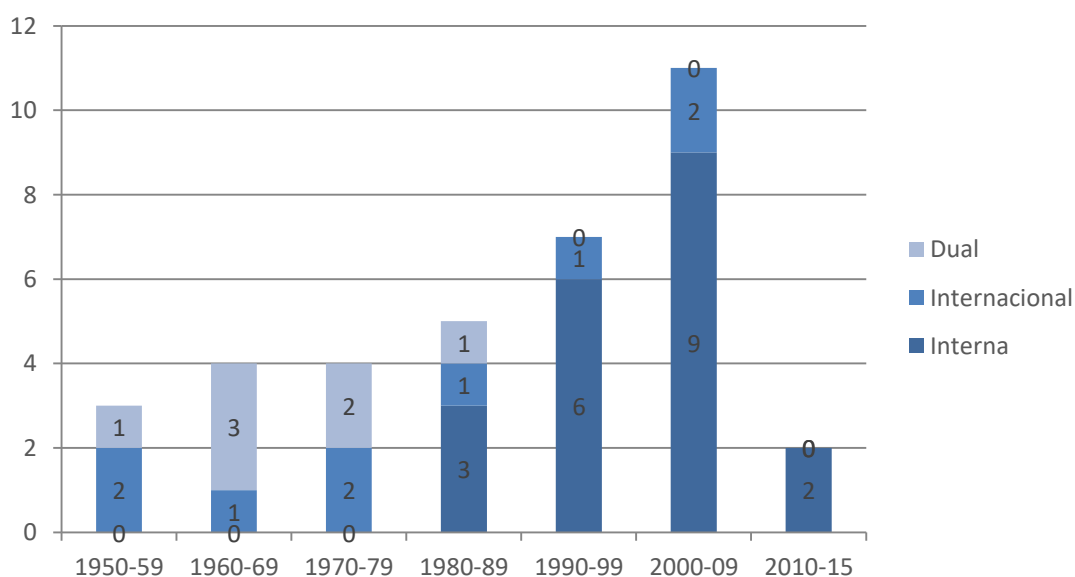
Uma vez que as idades adultas jovens são, frequentemente, aquelas onde se acede ao mercado de trabalho, estão ligadas a fases do ciclo de vida onde os vínculos familiares são menos intensos (período antes do casamento, ausência ou reduzido número de filhos) e, mais em geral, se caracterizam por menores laços económicos e sociais com o local de residência - é de esperar que se caracterizem por uma propensão à mobilidade relativamente mais forte.

(Peixoto, 1998a, p. 128)

Analisando agora a categoria da partida, no tempo, salienta-se que este estudo aborda um período temporal que percorre várias décadas, conforme representado no Gráfico 4.2.

Uma vez que vários foram os participantes neste estudo que remigraram, os dados da partida no tempo são, uma vez mais, os referentes à primeira partida da ilha de origem, momento comum a todos os participantes – os que apenas saíram uma vez e os que saíram mais do que uma vez.

Gráfico: 4.2 – Partidas da ilha do Faial, por década e por tipologia migratória



Fonte: Elaboração própria

Assim, constata-se pelo gráfico em referência que os participantes neste estudo partiram da ilha do Faial desde a década de cinquenta do século passado até ao ano de 2015. As entrevistas efetuadas, no âmbito desta investigação, foram iniciadas durante o ano de 2017 e, como critério de elegibilidade para integrar o grupo de participantes, era necessário, cumulativamente, ter saído do Faial por um período superior a um ano e

regressado igualmente há mais de um ano; daí o ano de 2015 como data de referência para delimitar o fim do período de partidas da ilha do Faial.

De acordo com o Gráfico 4.2, constata-se que o período com registo de maior número de partidas foi a década de 2000-09, tendo para isso sido determinante o número de ex-migrantes internos entrevistados que partiram da ilha do Faial nessa década.

Igualmente de salientar é o facto de apenas haver registo de saída de ex-migrantes desta tipologia a partir da década de 1980-89. No caso desta tipologia migratória, atendendo à motivação dominante para a sua partida – o estudo (conforme se verá adiante) – e à grande expansão da oferta do ensino superior, a partir do final dos anos 70 do século passado, bem se compreende o aumento dos movimentos com destino ao continente, registado a partir da década de 80 e com contínua de subida até à década de 2000-09. Regista-se, contudo, um decréscimo substancial no período de 2010-15, o que poderia levantar a questão de saber, designadamente, se a Universidade dos Açores não estaria a contribuir para a diminuição das saídas para o continente, para prosseguir estudos. Todavia, esta não poderá ser uma explicação para tal, uma vez que também a Universidade dos Açores registou um declínio no número de estudantes, em particular, desde o ano letivo 2010/2011 (Universidade dos Açores, 2018, p. 8).

Os ex-migrantes internacionais, por sua vez, registam partidas ao longo de todas as décadas consideradas, com exceção do período 2010-15. Relativamente a esta tipologia migratória, ainda que o grande impulso migratório de saída dos Açores se tenha registado a partir da década de sessenta do século passado, desencadeado em grande escala, na sequência da erupção do vulcão dos Capelinhos e das dificuldades de vida acrescidas, daí decorrentes, tal só abrandou a partir da década de oitenta do século passado (Caldeira, 2009, p. 51).

De acordo com o Gráfico 4.2, registam-se saídas de migrantes desta tipologia, de algum modo, contínuas, ao longo das décadas em análise (em maior número nas décadas de 1950-59, 1970-79 e 2000-09), apenas deixando de estar representadas no período 2010-15, conforme já referido. Neste aspeto, terão tido particular influência as políticas migratórias do país de destino em causa, traço distintivo, por excelência, em relação às

migrações internas, e que podem constituir ora uma barreira, ora um incentivo à migração.

Com efeito, e conforme se verá adiante, o destino da totalidade dos ex-migrantes internacionais regressados foi o continente americano; porém, como referem Rocha, Ferreira e Mendes (2011, p. 60): “O progressivo estrangulamento da emigração açoriana para os Estados Unidos e o Canadá deverá ser lido, antes do mais, no contexto, cada vez mais atual, das políticas imigratórias que privilegiam o acolhimento de migrantes detentores de algum grau de qualificação”.

Neste contexto, Almeida (2008) constatou a “emergência de uma nova emigração, a de uma camada formada nas universidades que, tendo vindo fazer pós-graduação nos Estados Unidos, se fixa aqui, ou mesmo que concorre diretamente de Portugal para lugares em empresas norte-americanas” (2008, p. 396). Todavia, o facto é que nenhum ex-migrante internacional entrevistado, no âmbito deste estudo, tem este tipo de perfil ou finalidade na partida para o estrangeiro.

Contrariamente a estes, os ex-migrantes duais, registaram saídas da ilha do Faial apenas na parte inicial do período total considerado, de 1950-59 a 1980-89 (e, em maior número, na década de 1960-69). A saída de ex-migrantes desta tipologia no período considerado parece sugerir saídas consentâneas com o espírito da saída de ex-migrantes internacionais, no período em apreço; ou seja, saídas permanentes, que se traduzem numa partida da ilha do Faial, um período de estada mais ou menos complexo, com pelo menos dois locais de acolhimento ao longo do período migratório – um em território continental e outro no estrangeiro –, conforme o curso de vida de cada indivíduo, e o correspondente regresso à ilha de origem, já em situação inativa.

O facto de não ter sido possível identificar casos de ex-migrantes duais cujas partidas tenham tido lugar após a década de oitenta do século passado, não obstante a intenção deste estudo não ter um carácter exaustivo, poderá sugerir que houve saídas após essa década e alguns regressos correspondentes, os quais se podem ter ocorrido antes do início deste século ou menos de um ano antes do período de realização das

entrevistas; ou seja, cujos ex-migrantes não preenchiam alguma(s) das condições de elegibilidade para participação, no âmbito deste estudo.¹⁵⁶

Porém, ainda que o presente estudo não pretenda ser exaustivo na vertente quantitativa, mas sim qualitativa, tal não exclui a necessidade de fazer referência à coincidência da ausência de dados relativamente à partida de ex-migrantes internos da ilha do Faial anteriormente à década de 1980-89, bem como de ex-migrantes duais posteriormente à mesma década de 1980-89, parecendo que a tipologia interna dá continuidade à tipologia dual, no tempo.¹⁵⁷

No que tange às motivações para a partida, para os ex-migrantes internos, a mesma foi sobretudo motivada pela necessidade ou vontade, conforme os casos, de prosseguir estudos fora do arquipélago, traço característico desta tipologia migratória (Cabral, 2010, p. 349). O mesmo motivo fundamentou a saída da maioria de ex-migrantes duais. Para as duas tipologias migratórias em apreço, a mobilidade geográfica consubstanciou-se num meio para alcançar a mobilidade profissional / social. Relembrando a afirmação de Carla, ex-migrante interna, a este respeito, durante a sua entrevista:

Os meus pais deram-me liberdade para ir estudar, mas depois também diziam: «Aqui também se vive bem». [...]. Por outro lado, diziam: «Isto de viver aqui tem coisas boas, mas também tem coisas más, por isso, vai, vai-te valorizar, para arranjares um trabalho melhor quando regressares». Era sempre esse o objetivo: melhorar as perspetivas profissionais.

(Carla)

Especificamente no que toca aos ex-migrantes internos, constata-se também, através do discurso de alguns dos entrevistados, a opção pela saída do arquipélago, mesmo havendo o curso pretendido nos Açores, porquanto a saída é encarada, não só como uma forma de adquirir conhecimento científico, ao nível académico, mas também uma forma de alcançar uma experiência que não seria possível adquirir sem sair do arquipélago. Estes resultados apontam no mesmo sentido de um estudo referente ao

¹⁵⁶ A título exemplificativo, cumpre referir o caso de uma faialense, migrante dual, cuja partida da ilha se deu em anos mais recentes, mas cujo regresso ao Faial se tinha dado há apenas dois meses, motivo pelo qual a mesma não pôde ser considerada elegível para participação neste trabalho de investigação, condicionando a possibilidade de entendimento de novas dinâmicas de migração, relativamente a esta tipologia migratória.

¹⁵⁷ De salientar que, assim como é, precisamente, a mobilidade no tempo que constrói a tipologia dual, também é a mobilidade no tempo que confirma a tipologia internacional e a interna, quando se registou mais do que uma saída e correspondente(s) regresso(s) à ilha de origem.

período de 2011/2012 a 2013/2014, segundo o qual, “em São Miguel os jovens apostam numa formação de nível superior preponderantemente na Universidade dos Açores enquanto que os restantes preferem prosseguir os seus estudos em instituições fora da Região” (Rocha et al., 2015, p. 77).

Em conformidade com os dados obtidos a este respeito, verifica-se que a única ex-migrante interna regressada que, aquando da partida, já trabalhava e que saiu em contexto de trabalho, o fez por iniciativa própria, procurando uma forma de satisfazer necessidades pessoais, e não para melhoria da condição económica ou com vista à progressão na carreira, até porque continuou a desempenhar as mesmas funções para a mesma entidade patronal, tendo mudado apenas a sua colocação para território continental, em processo de transferência, o que sucedeu facilmente pelo facto de ser trabalhadora em funções públicas. Relembrando as suas palavras: “Eu estava à procura de outro ambiente, não digo de uma vida melhor, porque, aqui, a vida é muito boa [...]” (Tânia).

Por aqui se verifica que as motivações que levaram à partida para trabalhar, não estavam relacionadas com necessidades económicas ou procura de melhores condições de vida, contrariamente aos ex-migrantes internacionais, conforme descreve a vasta literatura existente a respeito da emigração açoriana (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, pp. 103, 141). Neste caso, os ex-migrantes duais aproximam-se dos ex-migrantes internos, porquanto, a maioria não menciona, entre os motivos para a partida, constrangimentos de natureza económica.

Com efeito, os ex-migrantes internacionais partiram em idade adulta jovem e esmagadoramente não para estudar, mas à procura de trabalhos que lhes proporcionassem melhores condições de vida, que não conseguiriam alcançar na ilha de origem; ou seja, no caso desta tipologia migratória, a mobilidade geográfica visava a mobilidade ascendente na vertente económica.

Subscreve-se, aqui, Rocha e Mendes (2012), a propósito da realidade insular açoriana: “Neste contexto, cabe realçar que não é o desemprego a razão primeira que conduziu esta população à emigração, mas antes os baixos salários existentes numa região pobre e com mão-de-obra abundante” (2012, p. 43).

No que se prende com a saída para o estrangeiro, confirma-se que a partida generalizada, como decorre de diversas publicações (Rocha, 1991, p. 253; Rocha, 2016, p. 16; Rocha et al., 2005, p. 125; Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 66;), ocorrida sobretudo em idade ativa e de jovens, teve efeitos assinaláveis, em termos demográficos, no arquipélago e em cada ilha que o compõe, traduzidos designadamente no aumento dos níveis de envelhecimento da população.

Tal é o reflexo da saída, não só dos ex-migrantes internacionais, como também dos internos e dos duais, todos nas mesmas faixas etárias, ou aproximadas. Ainda assim, apesar do impacto demográfico negativo, ainda houve, em situações pontuais, aspetos não necessariamente negativos para quem ficou, como lembra Duarte, ex-migrante dual regressado:

Talvez eu sair abriu portas a outros, deu oportunidades a outros. Logo após o vulcão, as pessoas estavam aqui como sardinhas. E, portanto, toda a emigração desta ilha, essa deslocação das pessoas, mesmo que as pessoas possam pensar diferente, mas todas as casas que tinham dez pessoas e foram embora oito, ficaram duas; quer dizer, os poucos que ficaram, ficaram com hipótese de viver um pouco melhor.

(Duarte)

Assim, os resultados alcançados sugerem um padrão relativamente aos motivos dominantes para a (primeira) partida. No caso dos ex-migrantes internos e duais, a partida prendeu-se, em grande medida, com motivos de estudo.

Esta é uma tendência registada não só ao nível de ilha, mas de arquipélago, como constata Cabral (2010): “A migração açoriana para o continente português não se prende tanto com razões económicas, ao contrário da emigração para a América do Norte e Brasil. O motivo principal reside, principalmente, na necessidade de prosseguir os estudos” (2010, p. 349).

Já relativamente aos motivos para a partida de ex-migrantes internacionais, tal deve-se, sobretudo, ao trabalho, como explicam Rocha et al. (2005, p. 125): “[...] a justificação primordial pode ser encontrada nas dificuldades económicas que enfrentam as populações das várias ilhas. Resultam, assim, de estratégias pessoais e familiares em termos de sobrevivência económica e ascensão social”.

Face ao que antecede, são apresentadas de forma sintética, no Quadro 4.2, as características dominantes da partida (para uns, única partida e, para outros, a primeira de várias).

Quadro: 4.2 – Características gerais dominantes na partida

Características	Interna	Internacional	Dual
Faixa etária	10-19 Anos	20-29 Anos	20-29 Anos
Motivo	Estudo	Trabalho	Estudo
Década	2000-09	1950-59 / 1970-79 / 2000-09	1960-69

Fonte: Elaboração própria

Enquadrando os motivos e contextos da partida dos ex-migrantes participantes no estudo nas teorias explicativas das migrações, constata-se que as três tipologias envolvidas foram movidas por fatores de atração e de repulsão (*push-pull*), de diversa natureza.

No que toca aos ex-migrantes internos, os mesmos enfrentaram fatores de repulsão, quando movidos pela necessidade de prosseguir estudos fora do arquipélago, o que foi determinante para a partida da maioria dos ex-migrantes desta tipologia. O mesmo aconteceu com os ex-migrantes duais que, saídos do Faial em décadas anteriores às dos ex-migrantes internos, conforme se analisou anteriormente, não tinham qualquer opção no arquipélago dos Açores e, por isso, para estudar após a conclusão dos estudos no Faial, só o poderiam fazer em território continental.

Mas também houve situações em que a saída para estudar se deu pela vontade de, além de obter qualificações, ter novas experiências. Tal sucedeu particularmente no caso de ex-migrantes internos que podiam ter, eventualmente, o curso pretendido nos Açores e, ainda assim, optaram por sair para território continental, como referido anteriormente. Neste caso, mais do que o fator de repulsão, atua o fator de atração, elementos que se enquadram na teoria neoclássica das migrações. Tal é aplicável não só aos casos de ex-migrantes que saíram (e permaneceram) fora do arquipélago dos Açores por motivo de obtenção de um nível superior de estudos, mas também de formação profissional e técnico-profissional ou de experiência profissional. No mesmo sentido advoga De Haas

(2021, p. 11): “[...]as assunções neoclássicas podem explicar relativamente bem a migração de migrantes com qualificações mais elevadas”.¹⁵⁸

Independentemente de serem movidos exclusivamente por fatores de repulsão ou pela combinação de fatores de repulsão e de atração, a verdade é que o objetivo da saída, no caso vertente (por escolarização, formação e experiência profissional), se deu com o objetivo de aquisição de qualificações e competências, que viriam a ser aplicadas posteriormente. Tal tem enquadramento à luz da teoria do capital humano, segundo a qual, “a análise migratória é também realizada com um mapa de custos / benefícios”, à semelhança da teoria neoclássica, “embora, neste caso, diferidos no tempo” (Peixoto, 2004, p. 16). Neste sentido, como referem Góis, Marques e Pinho (2017), “Os indivíduos migram se confiam que os custos com a migração sejam superados pelos ganhos” (2017, p. 30), sendo que “Estes benefícios também podem ser ganhos (futuros) nos investimentos em capital humano” (2017, p. 30).

Ambas as teorias migratórias se inserem no âmbito das teorias microsociológicas, porquanto, “trate-se de um contexto económico ou do contexto social de ação [...], é a racionalidade individual que, no limite, conjuga (diferenciadamente) estas envolventes e promove a decisão de mobilidade” (Peixoto, 2004, p. 13); ou seja, cada migrante é movido pela sua própria agência (aspirações e capacidades) (De Haas, 2021).

No que concerne aos ex-migrantes internacionais, são sobretudo os fatores económicos que impelem os indivíduos a emigrar ao longo do tempo, por falta de condições económicas para permanecer na ilha de origem e pela perspectiva de alcançar as condições pretendidas no estrangeiro, por opção própria, ou não. Muito particularmente, a partida na decorrência da erupção do vulcão dos Capelinhos não se tratou de pura liberdade de escolha, ao nível individual, mas sim de uma necessidade; não foi, portanto, uma ação, mas sim uma reação (reatividade), pela necessidade de sobrevivência de muitos faialenses cuja vida foi irremediavelmente afetada por tal catástrofe natural.

¹⁵⁸ Tradução livre da autora. No original, “[...] neoclassical assumptions may hold relatively well in explaining the migration of higher skilled migrants” (De Haas, 2021, p. 11).

No caso da maioria destes ex-migrantes, a família teve especial importância na decisão de migrar e na própria migração, levada a cabo, frequentemente em agregado, e não individualmente. Tal tem enquadramento na teoria da nova economia da migração laboral (NELM), decorrente da teoria neoclássica, que concebe a migração como uma estratégia familiar e como via para diversificar rendimentos, gerar remessas e melhorar o bem-estar da família a longo prazo (Stark & Bloom, 1985; Arango, 2003; De Haas, 2021).

Já os ex-migrantes duais aproximam-se sobretudo dos internos, quanto ao motivo da partida, pelo que a teoria explicativa da migração, no seu caso, é em tudo semelhante ao que foi anteriormente referido, a respeito dos ex-migrantes internos. Quanto aos ex-migrantes desta tipologia que tiveram por destino, na primeira partida, o estrangeiro, a teoria explicativa da migração é, nesse caso, a mesma que explica a partida dos ex-migrantes internacionais participantes neste estudo, já analisada.

Com efeito, pelo facto de integrarem nos seus percursos características das outras duas tipologias migratórias, os ex-migrantes duais apresentam, por natureza, uma complexidade maior do que os das outras duas tipologias migratórias aqui analisadas. É preciso ter presente que os seus trajetos tiveram associados fatores muito mais particulares, que determinaram as correspondentes mobilidades individuais de ação, ao longo do ciclo de vida de cada um deles.

Transversal às três tipologias migratórias é o facto de, ainda que pontualmente, se registar a migração de faialenses, na altura, ainda crianças. Nestes casos, a migração não ocorreu por decisão própria, mas sim dos familiares que acompanharam quando partiram da ilha do Faial, não se levantando aqui qualquer questão relativa à agência dos indivíduos, pelo menos nesta parte do seu percurso migratório.

Mas, se no caso dos ex-migrantes internacionais entrevistados, os mesmos saíram maioritariamente em família, tendência desta tipologia, pelo menos ao longo da segunda metade do século XX (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 66), o mesmo não aconteceu com alguns dos ex-migrantes internacionais que saíram do Faial em décadas mais recentes, nem com os ex-migrantes duais ou com os ex-migrantes internos, relativamente aos quais, em face da literatura revista, é possível afirmar que “Não é frequente

considerar-se no âmbito das migrações internas a mobilidade familiar”(Gomes, Freitas & Pinto, 2019, p. 82).¹⁵⁹

Deste modo, a tendência registada no contexto insular açoriano, mais concretamente no faialense, relativamente à (primeira) partida, varia em termos geográficos. Assim, a partida para o território continental visa a aquisição de qualificações e competências, através da formação (académica ou profissional), e para o estrangeiro saem os que enfrentam maiores dificuldades económicas e que pretendem a melhoria das condições de vida, por via do trabalho. Tal facto, contudo, não subscreve a afirmação de Skeldon (2008b), no tocante ao impacto da migração no desenvolvimento: “Sabemos que os mais pobres tendem a não migrar internacionalmente. No entanto, os pobres mudam-se, geralmente localmente e por curtos períodos de tempo e, esmagadoramente, mudam-se internamente” (Skeldon, 2008b, p. 29).¹⁶⁰

O que se verifica no caso dos ex-migrantes internacionais entrevistados é que, como será abordado adiante, a respeito da categoria analítica da estada, todos tiveram por destino o continente americano, onde estão presentes redes de apoio constituídas por familiares, amigos ou conterrâneos que, muitas vezes, ajudam a suportar despesas e intermediam o percurso migratório, mas também existem redes no local de origem e, juntas, estabelecem uma ponte entre o ‘cá’ e o ‘lá’, possibilitando a emigração de quem se encontrava em dificuldades económicas na ilha de origem.¹⁶¹ Surge aqui claramente refletida a presença da teoria das redes sociais, um nível intermédio, ou meso, que “contribui para se perceber como se articulam as dimensões macroeconómicas e sociais e as individuais e psicossociológicas nas migrações” (Góis, Marques & Pinho, 2017, p. 32).

As redes migratórias possibilitam, assim, a estabilidade e continuação dos fluxos de saída, conforme referem Pires, Pereira, Azevedo, Vidigal e Veiga (2020):

¹⁵⁹ Conforme refere Lalande (2006, p. 9, nota 6): “[...] a emigração açoriana para a América foi sobretudo feita em grupos familiares e não de indivíduos isolados”.

¹⁶⁰ Tradução livre da autora. No original, “We know that the poorest tend not to migrate internationally. However, the poor do move, usually locally and for short periods of time and, overwhelmingly, they move internally” (Skeldon, 2008b, p. 29).

¹⁶¹ Como reforça Massey (2015), “os não migrantes recorrem a laços de redes existentes para facilitar a partida, migração, entrada, emprego, habitação e mobilidade em pontos de destino estrangeiro, reduzindo substancialmente os custos e riscos da movimentação internacional” (Massey, 2015, pp. 283-284, tradução livre da autora).

Sabemos, também, que a constituição de redes migratórias permite reduzir parte daqueles custos. As redes sociais entre migrantes e entre estes e os seus círculos de pertença presentes e anteriores, nos países de destino e de origem, são estruturas de circulação de informação, de confiança e de recursos materiais e culturais que facilitam a transformação do potencial migratório em realidade migratória. Como fatores geradores de migrações as redes só operam, porém, no médio prazo. A razão é lapaliciana. Para haver redes migratórias tem que haver migrações, pelo que, no curto prazo, as redes são consequência e não causa destas. Uma vez estabelecidas, as redes migratórias são estruturas fundamentais na reprodução e ampliação dos fenómenos migratórios, mas não os iniciam (Faist, 2000). Já a partir do momento em que ganham escala e continuidade, as migrações são suportadas por redes e, simultaneamente, criam, ampliam e reproduzem redes.

(Pires, Pereira, Azevedo, Vidigal & Veiga, 2020, pp. 11-12)

No que toca a partidas subsequentes da ilha do Faial, o seu número varia consoante a tipologia migratória em causa, verificando-se, como resulta da Figura 4.2, que o mesmo aumenta à medida que se passa da tipologia interna para a internacional e desta para a dual.

Com efeito, no caso dos ex-migrantes internos, apenas um teve uma segunda partida, que se deveu a motivos profissionais, por imposição da entidade patronal, tratando-se de trabalhador em funções públicas movido em processo de colocações. Cruzando os dois casos de partida cujo motivo se relaciona com exercício de atividade profissional (num caso, partida inicial; no outro, partida subsequente), constata-se que, por um lado, nenhum dos dois casos de saída se deveu a procura de melhores condições económicas; por outro, verifica-se que ambos eram trabalhadores em funções públicas, o que sugere maior facilidade quanto à mobilidade interna, justificando-se, adiante, uma análise mais aprofundada a este respeito.

Quanto aos ex-migrantes internacionais, os mesmos registam partidas subsequentes também, maioritariamente, por motivos económicos, à semelhança da primeira partida, mas também para acompanhamento de familiares.

As motivações para saídas subsequentes por parte dos ex-migrantes duais, aproximam-se, por um lado, da tipologia migratória interna, porquanto, no âmbito da migração interna, o único ex-migrante que saiu mais do que uma vez do Faial, fê-lo para exercício de atividade profissional. Mas também houve ex-migrantes duais que saíram posteriormente do Faial por motivos de formação profissional ou para prestar assistência a familiares em território continental. Por outro lado, esta tipologia aproxima-se da internacional, no tocante à saída para o estrangeiro, pois também se registaram casos de

ex-migrantes duais que saíram para melhoria das condições económicas, bem como para reagrupamento familiar. De destacar, contudo, o facto das saídas subsequentes de ex-migrantes duais por motivo de trabalho, para exercício de atividade profissional, no continente ou no estrangeiro, não terem tido como razão central a melhoria das suas condições económicas, mas sim circunstâncias particulares ocorridas nas suas vidas, à semelhança da situação dos ex-migrantes internos.

Passando à análise da categoria da estada, de acordo com o testemunho dos ex-migrantes regressados ao Faial que participaram neste estudo, é possível apontar diversos destinos migratórios, em Portugal (fora dos Açores) e no estrangeiro.

No que se refere ao âmbito interno, os locais de acolhimento variaram muito, consoante os percursos migratórios dos ex-migrantes internos e dos duais. Deste modo, a opção, quanto à análise, no tocante aos destinos internos, passou por uma seleção do distrito onde cada ex-migrante regressado passou a maior parte da sua estada.

Relativamente ao estrangeiro, regista-se o facto de cada ex-migrante, quer internacional quer dual, ter residido apenas num país estrangeiro, pelo que todos são contemplados, em função dos continentes aos quais os respetivos países pertencem.

Na Tabela 4.1 surgem, assim, representados os destinos das três tipologias migratórias analisadas.

Tabela 4.1 – Destinos migratórios dos ex-migrantes regressados, por tipologia migratória

Destinos		Interna	Internacional	Dual
Portugal (distritos)	Castelo Branco	1	-	0
	Coimbra	2	-	1
	Lisboa	10	-	4
	Faro	2	-	0
	Madeira	1	-	0
	Portalegre	1	-	0
	Setúbal	3	-	2
Estrangeiro (continentes)	África	-	0	2
	América	-	9	2
	Ásia	-	0	1
	Europa	-	0	2

Fonte: Elaboração própria

Ao observar a tabela em apreço, constata-se que entre os vários destinos em território nacional, Lisboa destaca-se como destino migratório não só da maioria dos ex-migrantes internos, como também da maioria dos ex-migrantes duais regressados que participam neste estudo, muito por força de ser o destino onde o maior número de estudantes, ex-migrantes internos e duais, naturais da ilha do Faial, realizaram estudos de nível superior.¹⁶² Efetivamente, de acordo com os testemunhos recolhidos, este local de acolhimento destaca-se, acima de tudo, por ter melhores acessibilidades para efetuar as deslocações de/para o Faial. Por outro lado, as redes de apoio constituídas por familiares, amigos ou conhecidos, sobretudo nas grandes cidades, como Lisboa, ajudam à fixação fora dos Açores.

Mas, da análise das entrevistas verifica-se que o mesmo acontece, designadamente, no distrito de Coimbra, onde se encontram estabelecidas fortes redes de apoio, nomeadamente, entre estudantes faialenses. Quanto a Setúbal, destino igualmente comum a ex-migrantes internos e duais, destacam-se laços de conterraneidade, patentes nas celebrações de datas particularmente assinaladas no arquipélago açoriano.

Daqui resulta que a teoria migratória das redes sociais tem igualmente aplicação no que toca à tipologia migratória interna, e não apenas à internacional, atrás referida.

Relativamente aos destinos no exterior, a totalidade dos ex-migrantes internacionais regressados residiu apenas num continente: o americano.

Já os ex-migrantes duais, além do continente americano, distribuíram-se por esse e pelos restantes continentes, à exceção da Oceânia.¹⁶³

¹⁶² No âmbito do inquérito aos estudantes universitários dos Açores a estudar fora da Região – Ano letivo 2011/2012, do OEFP (2012), relativamente à opção de local para realização de estudos superiores, a maioria escolhe a região de Lisboa, seguindo-se as preferências pelas do Norte e do Centro, com uma diferença significativa face a Lisboa (OEFP, 2012).

¹⁶³ Quanto aos ex-migrantes duais, dois deles residiram em países do continente africano que, à data, integravam colónias portuguesas; porém, tendo presente que já em dezembro de 1960, a resolução 1542 das Nações Unidas considerava as colónias portuguesas como territórios não autónomos sob governação portuguesa (Santos, 2018, pp. 19-20) e que, posteriormente, foi proclamada a sua independência, bem como atendendo ao facto de, em relação a estes países, terem sido apreciadas, igualmente, a manutenção de contacto ou a ponderação de remigração por parte dos respetivos ex-migrantes, ao longo do tempo, tal motivou que os mesmos fossem considerados, desde o início, destinos migratórios no estrangeiro, e não em Portugal. À semelhança deste, há outros pontos importantíssimos que não foi possível desenvolver, no âmbito da presente tese, mas que que lançam pistas para aprofundar em estudos futuros.

Entre os ex-migrantes que tiveram por destino o continente americano, resulta das entrevistas efetuadas que a grande maioria dos ex-migrantes internacionais se concentrou nos Estados Unidos (sete, em nove), enquanto apenas um ex-migrante dual (dos sete, no total) residiu no mesmo país de acolhimento, em circunstâncias em tudo semelhantes às dos ex-migrantes internacionais.

Um dos fatores que justifica o elevado número de entrevistados regressados dos Estados Unidos é da maior relevância e tem uma dimensão macro, situada ao nível estrutural, que se traduz na existência, ou não, de políticas migratórias favoráveis no país de acolhimento, tendo frequentemente um efeito de chamada sobre os migrantes.

Em concreto, nos Estados Unidos, foram várias as décadas, sobretudo na sequência da erupção do vulcão dos Capelinhos, em que as políticas migratórias eram atrativas, levando a população mais carenciada a sair em massa, do Faial, com destino àquele país. Mas, a atração por este país também é explicada pelo facto de este ser, por excelência, um destino tradicional da migração internacional açoriana, onde, conforme resulta da informação recolhida junto de vários entrevistados, se encontravam familiares em situação legal ou naturalizados, que poderiam facilitar a admissão no país, ou redes migratórias pré-existentes, como referido anteriormente, reafirmando a presença da teoria das redes sociais no contexto internacional.

Contrariamente aos ex-migrantes internacionais, os duais estiveram espalhados por praticamente todos os continentes, não em função de fatores como os anteriormente mencionados, mas sim por circunstâncias decorrentes do percurso de vida de cada indivíduo. Surge aqui refletida a influência de fatores relacionados com as teorias microsociológicas, designadamente as que explicam a migração de acordo com o ciclo de vida e com as trajetórias de mobilidade social dos mesmos (Peixoto, 2004, p. 17).

Não obstante, também esta tipologia revelou facilidade de admissão no destino, por via da existência de políticas migratórias favoráveis na altura, ou de uma situação documental previamente tratada, que permitia a entrada legal no país de acolhimento sem constrangimentos, independentemente de se tratarem, ou não, de países de acolhimento ligados tradicionalmente à emigração açoriana. Daqui resulta que a política migratória dos países de acolhimento não constituiu obstáculo à entrada e, em grande

medida, à permanência de ex-migrantes internacionais e duais no estrangeiro, barreira que, naturalmente, não se coloca relativamente aos ex-migrantes internos.

Particularmente em relação aos ex-migrantes duais, é de salientar o facto de três deles terem migrado para o estrangeiro, não a partir da ilha do Faial, mas de território continental, onde residiam, à data. Estas não podem ser consideradas partidas subsequentes, atendendo a que não tiveram como ponto de partida a ilha de origem, mas sim deslocações subsequentes, ocorridas durante o período da estada. No caso desta tipologia migratória, as deslocações para o estrangeiro foram motivadas por questões de ordem profissional (trabalho, num caso, e formação, no outro) e militar (cumprimento de serviço militar), respetivamente.

Neste contexto, também alguns ex-migrantes internos tiveram deslocações subsequentes em território continental, as quais tiveram por motivo o exercício de atividade profissional e estudo; por seu turno, os ex-migrantes internacionais que tiveram deslocações subsequentes, fizeram-no para obter melhor qualidade de vida, sobretudo ao nível logístico, designadamente por mudança de habitação.

No que concerne à duração da estada, quanto à expectativa inicial, as três tipologias registam casos de ex-migrantes que: tencionavam não regressar, não tinham qualquer expectativa quanto à duração da estada ou pretendiam regressar, mas sem data prevista. Não obstante, a grande maioria dos ex-migrantes regressados que foram entrevistados tinha um objetivo estabelecido, aquando da partida, e pretendia regressar à ilha de origem, logo que o mesmo fosse concretizado. Esta era a expectativa dos entrevistados regressados que foram entrevistados.

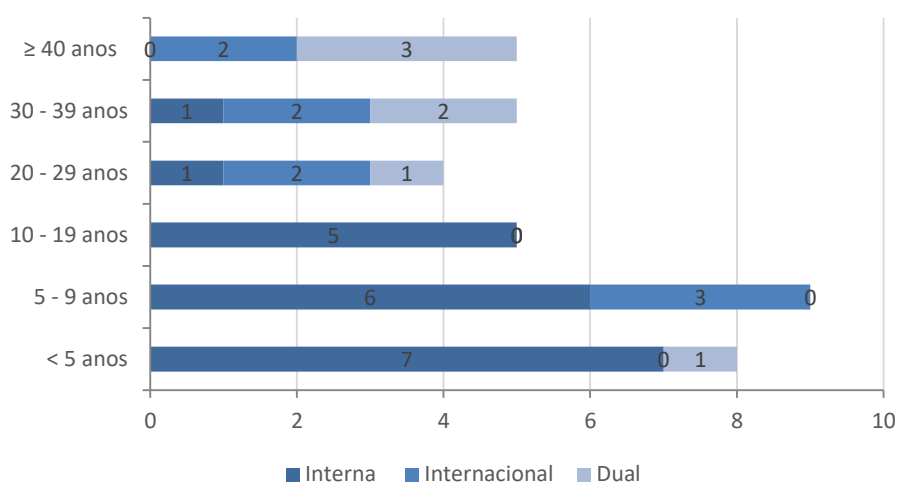
Quanto aos que não regressaram, tal não cabia no âmbito deste estudo, mas existem estudos publicados, como o de Góis, Marques e Pinho (2017), cujo enfoque se centra nas intenções / expectativas de regresso e não nos regressos efetivos de migrantes internacionais, e cujos inquiridos, com idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos, quando questionados sobre a intenção de regresso, na sua maioria, responderam: “Não penso em regressar a Portugal” (2017, p. 59).¹⁶⁴

¹⁶⁴ A mesma tendência se verificara no estudo de Correia (2015), sobre intenções de regresso de emigrantes a Portugal, no qual se registou que a maioria dos entrevistados não tinha perspetiva de regresso a curto ou

De referir, contudo, que no estudo em apreço, relativamente aos inquiridos residentes nos Estados Unidos, as repostas têm uma distribuição relativamente equilibrada, sendo prevalecentes as respostas ambivalentes (Góis, Marques & Pinho, 2017, p. 60). Tal leva necessariamente a pensar no mito do retorno, porquanto, pelo menos em relação à migração internacional: “A maioria dos migrantes internacionais move-se com a intenção de retornar ao seu país de origem, embora o regresso efetivo ocorra tipicamente a um nível muito inferior” (Carling et al., 2015, p. 3).¹⁶⁵

Quanto aos que regressaram e que participaram neste estudo, independentemente da tipologia migratória, nuns casos, a duração efetiva da estada foi coincidente com a expectativa inicial; noutros, não. Cumpre, para este efeito, salientar que a expectativa de regresso também é moldada em função do tempo de permanência longe da ilha de origem. Assim, no Gráfico 4.3 surgem representados os períodos de duração da estada dos ex-migrantes, por tipologia migratória.

Gráfico: 4.3 – Duração da estada dos ex-migrantes regressados à ilha do Faial, por tipologia migratória



Fonte: Elaboração própria

médio prazo, verificando-se igualmente que eram também os inquiridos mais jovens e escolarizados, os mais recetivos a considerar um eventual regresso a Portugal (p. 54).

¹⁶⁵ Tradução livre da autora. No original, “Most international migrants move with an intention to return to their country of origin, though actual return typically occurs at a much lower rate” (Carling et al., 2015, p. 3).

Para chegar ao gráfico em apreço, foi efetuada a contabilização do tempo efetivo de ausência da ilha de origem, calculado quer para os que saíram e regressaram apenas uma vez, bem como para os que tiveram várias saídas e regressos, tendo sido, nesses casos, deduzido o tempo de permanência na ilha do Faial ou noutra ilha do arquipélago açoriano, entre migrações.

Assim, em resultado do referido gráfico, verifica-se que os ex-migrantes participantes neste estudo permaneceram fora do arquipélago dos Açores, maioritariamente, um período entre 5 a 9 anos.

No que toca aos ex-migrantes internos, os mesmos surgem representados em praticamente todos os períodos de estada fora do arquipélago, mas, em maior número, nos seguintes períodos: até (<) 5 anos, 5-9 anos e 10-19 anos. Relativamente a esta tipologia, não se regista a sua permanência fora do arquipélago por período igual ou superior ($\geq$) a 40 anos, sendo preponderante o número de ex-migrantes internos cuja duração da estada foi inferior a 5 anos.

No plano oposto, surgem os ex-migrantes duais, que permaneceram fora da Região, sobretudo, por um período igual ou superior a 40 anos, seguidos dos que se ausentaram por 30-39 anos e 20-29 anos, respetivamente. Apenas um ex-migrante dual esteve ausente a ilha por um período inferior a 5 anos.

Os ex-migrantes internacionais, por seu turno, tiveram igualmente expressão, ao nível da permanência fora do arquipélago por um período igual ou superior ($\geq$) a 40 anos, mas em pé de igualdade com o número daqueles que tiveram um período de ausência de 30-39 anos e de 20-29 anos, respetivamente. Não obstante, o número mais representativo de ex-migrantes internacionais concentra-se no período que contempla 5-9 anos de estada fora do arquipélago, contrariando a generalidade dos estudos consultados aquando da revisão de literatura, que apontam, consensualmente, para estadas de longa duração no país de acolhimento (ver Capítulo 2).

Na sequência do que vem sendo explanado, a Tabela 4.2 permite colocar em perspetiva os períodos de duração da estada em Portugal e no estrangeiro, relativamente às três categorias migratórias.

Tabela: 4.2 – Duração da estada dos ex-migrantes regressados à ilha do Faial, por tipologia migratória, em Portugal e no estrangeiro

Duração da estada		Interna	Internacional	Dual
Portugal	< 5 anos	7	-	1
	5 – 9 anos	6	-	1
	10 – 19 anos	5	-	0
	20 – 29 anos	1	-	3
	30 – 39 anos	1	-	0
	≥ 40 anos	0	-	2
Estrangeiro	< 5 anos	-	0	4
	5 – 9 anos	-	3	1
	10 – 19 anos	-	0	1
	20 – 29 anos	-	2	0
	30 – 39 anos	-	2	1
	≥ 40 anos	-	2	0

Fonte: Elaboração própria

No cômputo geral, observando a tabela em referência, verifica-se, relativamente aos ex-migrantes internos, uma relação de proporcionalidade inversa entre a duração da estada e o número de ex-migrantes; ou seja, quanto maior o número de anos de estada fora do arquipélago açoriano, menor o número de ex-migrantes internos. Assim, o maior número de ex-migrantes desta tipologia (sete ex-migrantes) teve uma duração de estada até (<) 5 anos fora dos Açores, duração essa consentânea com o tempo necessário para a conclusão de um programa de estudos de nível superior.

Segue-se a duração de estada entre 5-9 anos (com seis ex-migrantes) e a de 10-19 anos (com cinco ex-migrantes), respetivamente, o que sucedeu em situações, mormente, de natureza profissional que justificaram o alargamento do período da estada, quer o entrevistado tivesse saído apenas uma vez, ou mais, da ilha de origem. Apenas um ex-migrante teve uma estada que durou 20-29 anos e outro, cuja estada durou 30-39 anos, o que se encontra relacionado com motivos de natureza familiar e que levaram os ex-migrantes internos a permanecer fora da ilha de origem um período maior de anos.

Neste contexto, é igualmente de salientar o facto de ser mais fácil, por natureza, a mobilidade interna do que a internacional, o que poderia ser a razão de estadas sobretudo de curta e média duração fora da Região. Porém, conforme resulta do quadro

em apreço, tal não acontece com os ex-migrantes duais, cuja duração da permanência em território continental é visivelmente superior à dos ex-migrantes internos.

Com efeito, ainda que a maioria dos ex-migrantes duais tivesse partido do Faial com vista à realização de estudos superiores, à semelhança dos ex-migrantes internos, verifica-se que, tendo partido maioritariamente em épocas anteriores às dos ex-migrantes internos, mormente nos períodos de 1950-59 a 1970-79 (ver Gráfico 4.2), estes tiveram estadas consentâneas com a perspetiva clássica das migrações, de carácter permanente e de longa duração, como os ex-migrantes internacionais que migraram nessas mesmas décadas.

Assim, na generalidade, os ex-migrantes desta tipologia passaram a maior parte do período migratório em Portugal continental e um período pontual, relativamente curto, no estrangeiro, circunscrito à duração necessária à concretização do objetivo que os levou a emigrar; exceção feita a dois ex-migrantes duais, um que passou a maior parte do seu período migratório, de muitos anos, no continente americano e uma ex-migrante dual que repartiu o período migratório de variadíssimos anos, tendo residido, primeiro, no estrangeiro e, depois, no continente.

No que toca aos ex-migrantes internacionais, sendo constante a sua partida da ilha de origem desde a década de 1950-59 a 2000-09 (ver Gráfico 4.2), verifica-se que têm estadas no estrangeiro, com períodos de duração igualmente diversificados. Assim, da observação do Gráfico 4.3 e da Tabela 4.2, resulta que os períodos de permanência fora da ilha de origem se situam, sobretudo, entre os 20-29 anos, 30-39 e igual ou superior ($\geq$) 40 anos; todavia o maior número surge concentrado no período de 5-9 anos.

Em consonância com os ex-migrantes duais, os ex-migrantes internacionais que permaneceram mais tempo fora da ilha de origem são os que partiram da ilha do Faial em épocas mais distantes, em concreto, de 1950-59 a 1970-79, com o intuito de regressar apenas no fim da vida ativa (como se comprovará adiante), para usufruir das condições reunidas na ilha de origem. Conforme Oliveira et al. (2016, p. 19), é possível que “[...] a maior distância e uma conceção da imigração baseada na fixação definitiva propiciem uma maior tendência para a emigração ser mais permanente”.

Os que partiram em anos mais recentes, por seu turno, tiveram experiências migratórias de um número cada vez menor de anos, à medida que a saída é mais recente, embora, igualmente, com vista a colmatar as dificuldades economicamente sentidas e juntar dinheiro, mas com vista a regressar com melhor condição económica e, eventualmente, utilizar as poupanças reunidas na atividade que vieram a exercer após o regresso, em idade cada vez mais jovem, proporcionalmente ao tempo cada vez menor de estada no estrangeiro. Como refere Massey (2015), a este propósito:

Em vez de se mudarem para o exterior permanentemente, as pessoas mudam-se temporariamente para diversificar o rendimento familiar e acumular dinheiro que não podem economizar ou pedir emprestado em casa, e depois regressar a casa com os meios para resolver problemas económicos específicos do agregado familiar que levaram à sua mudança.¹⁶⁶

(Massey, 2015, p. 283)

No contexto da estada, assume particular relevo a referência à integração dos ex-migrantes, quer ao nível interno quer internacional, pois, como alude Peixoto (2019, p. 144): “Não é habitual, por exemplo, o estudo dos migrantes internos usando a perspetiva da ‘integração’, mesmo quando se sabe que muitos enfrentam mudanças abruptas da ordem social”.

Efetivamente, no caso dos ex-migrantes internacionais, há vários aspetos que refletem dificuldades de integração. Desde logo, ao nível cultural, o desconhecimento da língua do país de acolhimento significa um obstáculo à integração e os ex-migrantes desta tipologia referiram-no recorrentemente.

Para quem partiu em idade adulta e trabalhou, no país de destino, com indivíduos que falavam a língua portuguesa, a aprendizagem da língua do país de acolhimento foi muito rudimentar ou quase nula, pois tal não era imprescindível no dia a dia. Por seu turno, quem chegou ao país de acolhimento ainda criança, teve que lidar, designadamente, na escola, com as diferenças culturais de vestir diferente, agir diferente e falar diferente. Contudo, para uma criança é muito mais fácil a aprendizagem da língua do que para um adulto, o que facilitou, nesse caso, a integração. Mas, quem emigrou em anos mais recentes, ainda que na fase adulta, mencionou já ter algum conhecimento da

¹⁶⁶ Tradução livre da autora. No original, “Rather than moving abroad permanently, people move abroad temporarily to diversify household incomes and accumulate cash they cannot save or borrow at home, and then return home with the means to solve specific household economic problems originally prompted them to move” (Massey, 2015, p. 283).

língua do país de acolhimento, mesmo que pouco significativo, aquando da partida, o que obviou à discriminação e marginalização.

Assim, para quem (ex-migrantes internacionais ou duais) aprendeu institucional ou informalmente a língua do país de acolhimento, é frequente a menção ao intuito de não esquecer a língua, encarada como uma mais-valia, património imaterial e hábito significativo adquirido durante a estada.

Entre os ex-migrantes duais, que partiram para os mais diversos destinos internacionais, destaca-se o caso de um que teve uma estada num país lusófono durante o seu percurso migratório, e que subscreeve que, entre outros aspetos, falar uma língua diferente da língua materna pode constituir um obstáculo à integração no país de acolhimento.

Os próprios ex-migrantes internos não ficam de fora deste ponto de análise. Efetivamente, embora não transpondo fronteiras internas, alguns enfrentaram barreiras, sobretudo culturais, com as quais era também, por vezes, difícil lidar, como a existência, ou não, de sotaque, pelo facto de ser natural dos Açores. Ainda assim, este aspeto é referido apenas pontualmente.

Efetivamente, não são relatadas tantas dificuldades de integração por parte dos ex-migrantes internos quanto dos ex-migrantes internacionais, sobretudo pela identificação que existe, com maior frequência, com o território continental do que com o estrangeiro. Não obstante, há quem, pelo simples facto de ter saído do seu meio, na ilha de origem, mesmo apenas através da mobilidade interna, se sinta tão deslocado quanto quem ultrapassou as fronteiras nacionais para destinos, até então, desconhecidos.

Para a integração também contribuiu, no caso dos ex-migrantes internos e da maioria dos duais, o nível de habilitações literárias concluído. Ambos partiram da ilha, sobretudo, para prosseguir estudos ao nível do ensino superior e quem exerceu posteriormente atividade profissional, no local de acolhimento, logrou obtenção de posto de trabalho na área da sua formação académica, de nível qualificado, com elevado grau de integração na sociedade.

Já a maioria dos ex-migrantes internacionais, e alguns duais, não tendo habilitações de nível superior, ocuparam postos de trabalho pouco qualificados e alguns, de acordo

com as entrevistas realizadas, com condições precárias, pelo menos durante algum tempo, o que dificultou, nesses casos, a integração no local de acolhimento. Todavia, o que resulta, maioritariamente, dos relatos destes ex-migrantes é que, não obstante os eventuais sacrifícios que tiveram que fazer, a compensação económica, com o passar dos anos, lhes veio a trazer a estabilidade económica que não conseguiam alcançar, se não tivessem migrado.

De algum modo, esta realidade tem, no contexto de análise macro das migrações, enquadramento na teoria do mercado segmentado ou mercado de trabalho dual, segundo a qual a existência de mercados ‘secundários’, “afasta a maioria dos cidadãos nacionais e atrai migrantes provenientes de regiões pobres (que, mesmo em condições económicas deficientes, poderão aumentar o seu padrão anterior de vida, ou - pelo menos - criar expectativas de mobilidade futura)” (Peixoto, 2004, p. 23).¹⁶⁷

Tendo presente que não só as migrações internacionais, como também as duais e as internas, evidenciam algum desfasamento, embora a diferentes níveis, relativamente aos locais de origem e de acolhimento – o ‘cá’ e o ‘lá’ (Van Meeteren et al., 2014, p. 338) –, é através dos laços criados entre sociedades (de origem e de acolhimento), estabelecidos por via da migração, que surgem as comunidades e as identidades transnacionais (Cassarino, 2004; Cavalcanti & Parella, 2013), permitindo ao migrante circular entre uma e outra, adaptando-se à sociedade de acolhimento e mantendo vivas as raízes que o ligam à sociedade de origem, tal como preconiza a teoria transnacionalista.¹⁶⁸

Assim, ainda que não se possa falar, em rigor, de transnacionalismo, relativamente às migrações internas, porquanto ambos os locais (de origem e de acolhimento) se situam no mesmo país, reitera-se o entendimento de King (2010), de acordo com o qual os migrantes provenientes de ilhas (como é o caso do presente estudo), possuem fortes identidades que o autor designa de ‘translocais’ (King, 2010, p. 40). Neste sentido, poder-

¹⁶⁷ Especificamente no tocante às décadas de sessenta e setenta do século passado, Rocha e Mendes (2012, p. 44) mencionam que “apesar da entrada de emigrantes açorianos no mercado de trabalho [...] ter ocorrido principalmente em setores pouco qualificados, a verdade é que estes eram estáveis e apresentavam elevados índices remuneratórios, contrastando [...] com o que se passava na sociedade açoriana”.

¹⁶⁸ Como destaca Gonçalves (2009), e daí a importância deste ponto neste estudo: “As raízes do transnacionalismo na antropologia podem ser encontradas na investigação sobre a emigração de regresso, que dá ênfase às ligações com a terra natal” (p. 39).

se-á aplicar a teoria transnacionalista, não só aos ex-migrantes internacionais, como também, com as necessárias adaptações, aos duais e aos internos.

As celebrações e festividades são claros exemplos de práticas transnacionais, ou ‘translocais’, que reforçam as ligações à distância. Como refere Rocha-Trindade (2019): “Quando exista a vontade de envolver nas celebrações, enquanto iniciativa coletiva, todo um conjunto de participantes ligados por um mesmo sentimento de pertença, o abrangimento pode mesmo revestir um carácter transnacional” (p. 29).

Especificamente no contexto migratório internacional, é de salientar, como referem alguns dos ex-migrantes participantes no estudo e conforme consta da bibliografia revista, que as tradições açorianas são enaltecidas e vividas com mais envolvimento do que na região de origem, designadamente, nos Estados Unidos da América, país de tradição emigratória açoriana, mantendo-se, através destas celebrações, a ligação com conterrâneos, sobretudo através de redes de apoio aí existentes, mormente associações de migrantes açorianos.

Os testemunhos dos entrevistados, no âmbito deste estudo, refletem o que Leal (2017) sintetiza do seguinte modo:

Dada a sua origem açoriana, as festas açorianas-americanas são principalmente organizadas de acordo com uma retórica de autenticidade, que reivindica a continuidade entre as festas açorianas e as festas no novo contexto imigrante. Apesar da importância dessa retórica, a recreação das festas nos EUA é caracterizada por uma série de novidades.¹⁶⁹

(Leal, 2017, p. 766)

Já o mesmo não acontece, de acordo com os testemunhos recolhidos, em países que não estão tradicionalmente ligados à emigração açoriana – como os países da Europa, Ásia e África, para onde se deslocaram ex-migrantes duais regressados à ilha do Faial.

Também não há, em território continental, a mesma vivência relativamente às celebrações de festividades açorianas; porém, datas exclusivamente celebradas nos Açores, como o Dia de Amigas e de Amigos, o Dia do Espírito Santo, ou mesmo celebrações comuns que, nos Açores, têm algumas características próprias, como o

¹⁶⁹ Tradução livre da autora. No original: “Given their Azorean origin, Azorean-American festas are mostly organized according to a rhetoric of authenticity, which claims continuity between the Azorean festas and festas in the new immigrant context. Despite the importance of this rhetoric, the recreation of the festas in the US is characterized by a number of innovations” (Leal, 2017, p. 766).

Carnaval, eram também lembradas e assinaladas por vários ex-migrantes internos e duais, no local de acolhimento.

Paralelamente, também não se verifica por parte da generalidade dos ex-migrantes internos, nem dos duais, no contexto nacional ou internacional, o mesmo tipo de participação que os ex-migrantes internacionais tinham em associações de migrantes / de açorianos, nos locais de acolhimento, à exceção do único ex-migrante dual que migrou para os Estados Unidos. Verifica-se, deste modo, que as redes de sociabilidade são muito mais intensas em relação aos ex-migrantes internacionais do que aos restantes, o que é determinado, em grande medida, pelo facto de terem migrado para um destino tradicional de emigração açoriana.

Para além deste aspeto, é igualmente de assinalar hábitos que os ex-migrantes tinham no Faial, antes de migrar, e que reproduziam durante a estada fora da Região. O exemplo mais representativo, e que é transversal às três tipologias, situa-se ao nível gastronómico, em que os ex-migrantes traziam ou recebiam do Faial comidas típicas da ilha e confeccionavam pratos, como se estivessem na ilha de origem.

De igual modo, também a manutenção de contacto com conterrâneos (familiares, amigos e conhecidos) no local de acolhimento e no local de origem (à distância, por via das telecomunicações, ou através de visitas à ilha), ajudavam a minimizar saudades e a perpetuar a ligação à ilha de origem, e são reflexo de ligação transnacional.

Neste ponto, verifica-se que, para as três tipologias migratórias, o contacto com a ilha de origem foi sendo cada vez mais frequente, à medida da evolução das telecomunicações no tempo, bem como da diminuição dos encargos de utilização das mesmas.

Ao nível das visitas à ilha de origem, durante a permanência fora da Região:

Visitas mais curtas ao país de origem desempenham um papel que não deveria ser subestimado. Essas visitas são importantes para tomar decisões informadas sobre o retorno, bem como para a manutenção de laços transnacionais durante a vivência no exterior.¹⁷⁰

(Carling et al., 2015, p. 26)

Com efeito, nas três tipologias migratórias verificou-se a existência de ex-migrantes cujas visitas à ilha de origem estiveram na base da decisão de regresso à ilha de origem.

¹⁷⁰ Tradução livre da autora. No original, "Shorter visits to the country of origin play a role that should not be underestimated. Such visits are important for making informed decisions about return as well as for maintaining transnational ties while living abroad" (Carling et al., 2015, p. 26).

Outro aspeto a referir, é o facto de alguns ex-migrantes terem adquirido habitação própria no local de acolhimento e, quer durante, quer após o período migratório, manterem ligação, simultaneamente, à ilha de origem e ao local de acolhimento, alimentando o aludido ‘cá’ e ‘lá’. Tal regista-se tanto em ex-migrantes internacionais quanto em ex-migrantes duais e, em muito menor número, em ex-migrantes internos, em virtude da, também menor, duração do tempo de estada no local de acolhimento.

Um outro traço que cumpre mencionar, embora não inclua os ex-migrantes internos, mas que denota o carácter transnacional dos ex-migrantes (da maioria dos ex-migrantes internacionais entrevistados, bem como de um ex-migrante dual), é a aquisição de dupla nacionalidade:

A dupla nacionalidade permite vínculos formais e legais para acompanhar ligações sociais, culturais ou familiares a dois países. Tais laços podem ser importantes no assegurar de oportunidades para mobilidade sustentada e um modo de vida transnacional, ou testando o terreno para o que se pode tornar uma migração de retorno mais permanente.¹⁷¹

(Carling et al., 2015, p. 18)

Por outro lado, como referido pela OIM (2019), a naturalização é importante para a inclusão dos migrantes, motivo pelo qual ambicionam tornar-se cidadãos dos países de acolhimento (IOM, 2019, p. 199). Tal decorre, por vezes, da necessidade, para poderem ser contratados e desempenhar atividade profissional, em detrimento de quem não fosse naturalizado, como referiram alguns ex-migrantes internacionais entrevistados e como também como constata Almeida (2008, pp. 394-395), ao indicar que a naturalização, no caso da emigração para os Estados Unidos, é procurada, muitas vezes, por necessidade, crescendo o número de emigrantes que se naturaliza e que passa a beneficiar, em virtude da lei portuguesa o permitir, de dupla nacionalidade.

Quanto à avaliação da estada, entre outros aspetos, as três tipologias migratórias são consensuais, ao referirem que o que mais desagradou foi a agitação e confusão, próprios de meios maiores, para onde todos foram quando saíram da sua ilha de origem, bem como a falta que sentiram das amizades que fizeram no local de acolhimento. Relativamente ao que mais agradou durante a estada, a diversidade de oferta de mercado foi o que maior peso teve no discurso dos três tipos de ex-migrantes.

¹⁷¹ Tradução livre da autora. No original, “Dual citizenship allows for formal and legal ties to accompany social, cultural or familial attachments to two countries. Such ties may be important in providing opportunities for sustained mobility and transnational living, or testing the ground for what may become more permanent return migration” (Carling et al., 2015, p. 18).

Já no que respeita às mudanças que a migração representou para os ex-migrantes regressados, cada tipologia coloca a tónica em diferentes aspetos, que tiveram um grande peso aquando do regresso.

Assim, no caso dos ex-migrantes internos, os mesmos realçam a aquisição de competências, qualificações e experiência, ao nível académico e profissional. Relativamente aos ex-migrantes internacionais, estes destacam a melhoria das condições de vida, ao nível económico. Finalmente, no tocante aos ex-migrantes duais, o aspeto mais referido é a visão que se adquiriu do mundo, a um nível que nunca teria sido possível, sem a experiência migratória pela qual passaram.

4.2.2. O regresso à “velha casa”

O regresso – mais ou menos vezes imaginado às origens, à “velha casa” – é a categoria de análise à qual este ponto central da presente tese se dedica e que, dada a sua relevância, no âmbito deste estudo, justifica ser autonomizado das categorias de análise anteriores (a partida e a estada).¹⁷² Relativamente a ele se coloca, consequentemente, o maior número de questões complementares de investigação, as quais se encontram aqui explanadas.

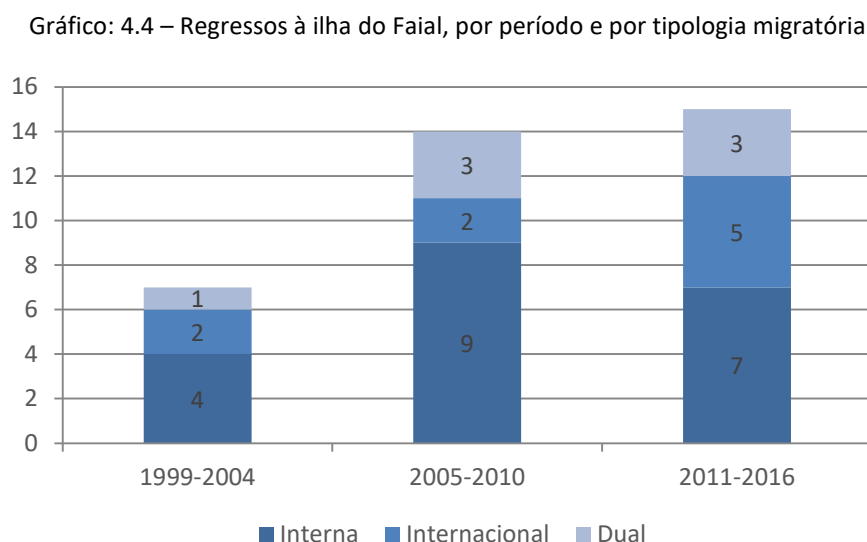
Começando pela questão complementar de investigação “Em que circunstâncias se deu o regresso de ex-migrantes?”, é necessário ter em consideração que diversos migrantes saíram mais do que uma vez da ilha de origem, ao longo do seu percurso migratório; logo, também o regresso ocorreu, não raro, mais do que uma vez.

À semelhança do que sucedeu relativamente à partida, em que foi tida como referência, para efeitos de análise, a primeira partida (primeira partida para uns, única partida para outros), igual critério é adotado relativamente ao regresso.

Assim, para efeitos deste estudo, e sobretudo quando são referidas datas, o regresso corresponde ao último regresso (último regresso para uns, único regresso para outros) à ilha do Faial, que se deu, preferencialmente, desde o início do século XXI.

¹⁷² Neste contexto, a ‘casa’ assume um papel simbólico relevante, enquanto “entidade central na construção da identidade do indivíduo e das comunidades” (Sousa, 2010, p. 350), bem como na reconstrução de sociabilidades, aquando do regresso.

Por conseguinte, analisando os dados referentes à categoria do regresso, verifica-se que os períodos de regresso dos ex-migrantes participantes neste estudo à ilha de origem se distribuem conforme resulta do Gráfico 4.4.



Fonte: Elaboração própria

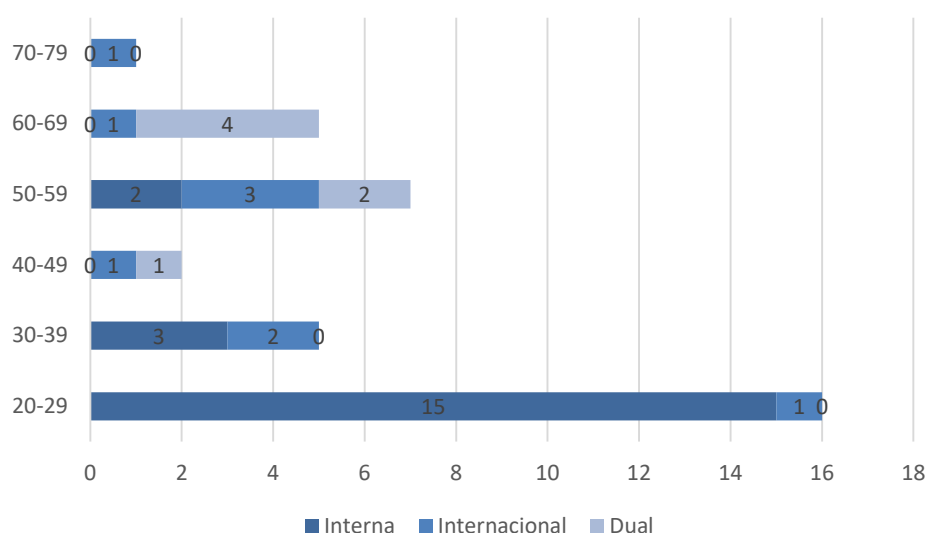
Atento o gráfico em apreço, o maior número de regressos à ilha do Faial registou-se nos períodos referentes aos anos de 2011-2016, num contínuo crescendo desde o início e o fim do período considerado (1999-2016).

Tendo as entrevistas, no âmbito desta investigação, sido iniciadas no ano de 2017, e considerando, conforme foi referido também a propósito da partida, que seriam elegíveis indivíduos que tivessem regressado à ilha de origem há, pelo menos, um ano, tal implica que 2016 tivesse sido o ano de referência para o fim do período considerado. De igual modo, cumpre mencionar que, tendo em consideração que o período de regressos se deveria situar preferencialmente desde o início do século XXI, foi possível incluir ainda um ex-migrante regressado numa altura de fronteira entre o fim e o início do presente século.

De acordo com o aludido gráfico, constata-se que os ex-migrantes internos registaram maior número de regressos no período de 2005-2010, os ex-migrantes internacionais, no período de 2011-2016 e os duais repartem maioritariamente o regresso entre os dois períodos referidos (2005-2010 e 2011-2016).

Quanto às idades dos participantes no estudo aquando do regresso, verifica-se, conforme resulta do Gráfico 4.5 que, à semelhança dos resultados obtidos relativamente à partida, o regresso ao Faial se deu maioritariamente na faixa etária dos 20-29 anos.¹⁷³

Gráfico: 4.5 – Regressos à ilha do Faial, por faixa etária e por tipologia migratória



Fonte: Elaboração própria

Para tal resultado, contribuem significativamente os ex-migrantes internos, tendo grande parte dos regressos de ex-migrantes entrevistados desta tipologia ocorrido nesta faixa etária. Por seu turno, os ex-migrantes internacionais regressaram maioritariamente na faixa etária dos 50-59 anos, imediatamente seguidos dos que regressaram na faixa dos 30-39 anos. Já os ex-migrantes duais regressaram, sobretudo, na faixa etária dos 60-69 anos, seguida da faixa dos 50-59 anos.

Verifica-se, deste modo, que os ex-migrantes internos regressaram à ilha de origem em idade ativa e, num meio-termo, encontram-se os ex-migrantes internacionais, cujos regressos ocorreram ora em situação inativa (cinco), ora ativa (quatro), embora estes

¹⁷³ Tal coincide com dados referentes ao arquipélago, que indicam que, em 2011, os Açores, para além da Madeira, da região Norte e de Lisboa, tinham as proporções mais elevadas de população em idade ativa (Peixoto, Craveiro, Malheiros & Oliveira, 2017, p. 53), o mesmo se registando estatisticamente em relação ao ano de 2019 (INE, 2020, p. 25).

últimos numa faixa etária mais avançada do que os ex-migrantes internos.¹⁷⁴ Como constatado, em relação aos ex-migrantes internacionais:

As estatísticas sobre a estrutura etária dos emigrantes que regressam mostram que muitos são jovens adultos. Isso contradiz a ideia usual de que eles voltam na idade de aposentação. Na verdade, a associação entre migração de retorno e idosos está fortemente associada à elevada proporção de idosos entre a população que emigrou há várias décadas. A clara maioria dos emigrantes que retornaram recentemente são adultos em idade produtiva (especialmente entre 25 e 50 anos) e emigrantes perto da idade de aposentação (principalmente entre 60 e 75).¹⁷⁵

(Peixoto et al., 2019, p. 62)

Por fim, os ex-migrantes duais são a tipologia que regressa, de forma genérica, mais tardiamente à ilha de origem. É de destacar, contudo, que o ex-migrante com idade mais avançada a regressar à ilha de origem se situa na faixa etária dos 70-79 anos e pertence, não à tipologia dual, mas sim à internacional.

Quanto às causas do regresso, os ex-migrantes internos entrevistados referem a obtenção ou prestação de apoio à família, oportunidades de inserção no mercado de trabalho, custos de vida mais baixos, qualidade de vida e o desejo de contribuir para o desenvolvimento da ilha.

Uma vez que regressar, para quem permaneceu um período mais ou menos significativo fora do local de origem, representa, frequentemente, migrar outra vez, é possível recorrer às teorias das migrações para explicar o retorno. Face às motivações apresentadas pelos ex-migrantes internos, constata-se que os mesmos foram movidos por fatores individuais, situados ao nível micro, que determinaram o seu regresso. A ação determinada por fatores de natureza individual marcou, de resto, o regresso não só dos ex-migrantes internos, como também das restantes tipologias migratórias.

Mas, não são apenas mobilidades individuais de ação que determinam o regresso. No caso das três tipologias migratórias, são igualmente importantes aspetos relacionados com a teoria transnacionalista e, sobretudo no caso dos ex-migrantes internacionais, também há relação com a teoria das redes sociais. Na prática, ambas as teorias

¹⁷⁴ No mesmo sentido concluem Rocha e Ferreira (2010), no âmbito de um estudo sobre população emigrante regressada aos Açores, ao afirmarem que “quase metade já saíram da vida ativa” (2010, p. 104).

¹⁷⁵ Tradução livre da autora. No original, “Statistics on the age structure of returning emigrants show that many are young adults. This contradicts the usual idea that they come back at retirement age. In fact, the association between return migration and the elderly is strongly associated with the high proportion of older people among the population that emigrated several decades ago. The clear majority of recently returned emigrants are adults of working age (particularly between 25 and 50) and emigrants near retirement age (mainly between 60 and 75)” (Peixoto et al., 2019, p. 62).

reconhecem a existência de fatores micro e macroestruturais que influenciam na decisão de retorno ao país de origem, sendo que os laços espontâneos que se mantêm ao nível familiar e étnico (segundo a teoria transnacionalista), ou que se criam por redes, devido a fatores contextuais e institucionais (segundo a teoria de redes sociais), permitem aos migrantes preparar o regresso, visando a sua reintegração na sociedade de origem (Cassarino, 2013, p. 43).

Todavia, no caso da maioria dos ex-migrantes internacionais e de alguns ex-migrantes duais, registam-se igualmente especificidades próprias. Em relação aos ex-migrantes internacionais, as causas de regresso mencionadas pelos entrevistados centram-se, sobretudo, no facto de ter sido alcançada a estabilidade económica pretendida, mas também no acompanhamento de familiares, em saudades da família e na finalização de construção de habitação própria na ilha de origem.¹⁷⁶

Na vertente desta tipologia migratória, o regresso do ex-migrante – , no fim da vida ativa, ou não –, com uma condição económica mais desafogada, como pretendido, pode ser explicado pela teoria da nova economia da migração laboral (NELM), que encara o regresso como um caso de sucesso (King, 2012, p. 23), em resultado de uma “estratégia calculada”, definida ao nível do núcleo familiar do migrante, e levada a cabo pelo facto de ter atingido os objetivos inicialmente definidos (Cassarino, 2004, p. 256; Cassarino, 2013, p. 24; Massey, 2015, p. 283). Também aqui poderá integrar-se a teoria dos mercados de trabalho duais, considerando os ex-migrantes internacionais que saíram nos anos mais recentes e regressaram alguns anos depois, num esquema de migração temporária, em que auferir e economizar financeiramente tanto quanto possível é o objetivo, para regressar, de seguida, ao local / país de origem, fazendo uso das economias acumuladas, facilitando, assim, a vida no local de origem (Piore, 1986, p. 24).

Relativamente aos ex-migrantes duais, o regresso tanto pode ter ocorrido a partir de território continental ou do estrangeiro. Os que regressaram do estrangeiro, tiveram por motivações a prestação de apoio a familiares, mas também a melhoria das condições de vida.

¹⁷⁶ Como refere Stark (2019): “Depois de uma casa ser construída, a necessidade de remessas diminui, a razão para a migração enfraquece e o retorno pode ocorrer” (2019, p. 108, tradução livre da autora).

Coincidentemente, tendo a partida para o estrangeiro sido sobretudo motivada pela procura de melhores condições de vida, também com o regresso se pretende, por vezes, obter melhores condições de vida, porquanto os rendimentos obtidos no estrangeiro no final da vida ativa, face ao custo de vida no local de acolhimento, nem sempre permitem uma vida desafogada, que a ilha de origem pode proporcionar.

Já os ex-migrantes duais que regressaram a partir de território continental procuram na ilha de origem qualidade de vida, mas também regressaram devido ao apelo da ilha, um aspeto subjetivo difícil de concretizar.

Aconteceu igualmente o regresso dar-se, no caso de um ex-migrante desta tipologia, por imposição do local de acolhimento, devido a mudanças de natureza político-administrativa na região. Nesta situação, as políticas migratórias do local de acolhimento atuaram como um fator de repulsão e foram determinantes no regresso à ilha de origem, não se situando a decisão na esfera individual (nível micro), contrariamente à generalidade dos regressos dos ex-migrantes entrevistados, mas sim a um nível macro, estrutural, conduzindo a um regresso, que não o último, à ilha de origem.

Mas, diferente das motivações dos ex-migrantes das restantes tipologias migratórias, regista-se, no caso de alguns ex-migrantes duais, o regresso motivado pela mudança de residência para o Faial de descendentes dos próprios ex-migrantes; em concreto, os filhos, em idade adulta jovem, então residentes em território nacional.¹⁷⁷

A este respeito, King e Christou (2011) falam do “‘regresso’ da segunda geração à ‘terra natal’ parental, frequentemente independente dos seus pais, os quais permanecem na ‘terra de acolhimento’” (2010, p. 167).¹⁷⁸

No âmbito deste estudo, o que se verifica é que dois dos ex-migrantes duais regressaram, precisamente na decorrência da mudança dos respetivos filhos para o Faial, sendo que, num dos casos, o filho é natural de território continental; no outro, é natural do Faial, mas viveu desde a infância no continente. Regista-se um terceiro caso, em que o

¹⁷⁷ Este aspeto contraria a tendência presente em diversos estudos que referem que “Os filhos, muitas vezes nascidos e educados no país de acolhimento, e por isso menos enraizados, manifestam menos facilidade de adaptação, e tendem a dificultar o regresso à região de origem (Medeiros & Madeira, 2004b, p. 97; Lacerda, 2003, p. 49).

¹⁷⁸ Tradução livre da autora. No original, “‘return’ of the second generation to their parental ‘homeland’, often independent of their parents who remain in the ‘hostland’” (King & Christou, 2011, p. 167).

filho é natural do continente; porém a sua mudança para o Faial deu-se já após o regresso do ex-migrante dual participante no estudo, não existindo qualquer relação entre a mudança de um e do outro para o Faial. A temática destes regressos não tem enquadramento nesta investigação; porém, a sua complexidade e pertinência apelam a um desenvolvimento, em estudo próprio.

Este aspeto conduz à abordagem da questão da permanência de familiares no local de origem e no local de acolhimento, relativamente às três tipologias migratórias.

Assim, relativamente aos ex-migrantes internos entrevistados, tendo regressado à ilha de origem, sobretudo em idade adulta jovem, os mesmos caracterizam-se por terem na ilha a família nuclear, desde logo, os pais, e por regressarem, maioritariamente após alguns anos, em condição de solteiro, constituindo família após o regresso.

Houve também quem permanecesse um longo período em território continental. Tal sucedeu com um número escasso de ex-migrantes internos, mas com um número significativo de ex-migrantes duais. No caso destes ex-migrantes, de ambas as tipologias, os mesmos acabaram por aí constituir família e têm os filhos adultos a viver no continente ou, caso tenham filhos menores, os mesmos acompanharam os pais na mudança para o Faial. Este traço é característico dos ex-migrantes internacionais, cuja migração em anos mais remotos teve carácter permanente; ou seja, viveram muitos anos no estrangeiro e, ao regressarem, os filhos adultos optaram por permanecer no seu próprio local de origem, e não na ilha de origem dos pais.¹⁷⁹ Este é, assim, um traço igualmente característico dos indivíduos entrevistados, ex-migrantes internos ou duais, que migraram para território continental em épocas mais distantes e que aí permaneceram um período substancial de tempo.

Mas, como foi mencionado atrás, há igualmente ex-migrantes internacionais que partiram para o estrangeiro em anos mais recentes, tendo regressado ao Faial após alguns anos, ainda em idade ativa. Relativamente a estes, destaca-se o facto de terem os seus pais na ilha do Faial e de terem filhos, alguns nascidos no país de acolhimento e outros na ilha de origem, mas todos menores de idade. Em rigor, apesar de terem

¹⁷⁹ Como constatarem Saraiva e Sardinha (2016), no âmbito do estudo realizado com emigrantes açorianos nos Estados Unidos: “[...] os filhos de imigrantes, nascidos e criados na terra de imigração de seus pais, provavelmente não compartilharão os mesmos desejos de retorno” (Sardinha & Saraiva, 2016, p. 14, tradução livre da autora).

regressado, em média, numa faixa etária mais avançada que os ex-migrantes internos, estes assemelham-se àqueles neste aspeto.

Quanto aos ex-migrantes duais, a generalidade regressou ao Faial no final da vida ativa e constituiu família fora da ilha de origem, encontrando-se os seus filhos atualmente em idade adulta e a residir fora da ilha do Faial, em território continental ou no estrangeiro, em moldes em tudo semelhantes aos dos filhos dos ex-migrantes internacionais (excluindo os casos atrás referidos, de filhos de ex-migrantes regressados que optaram, já em idade adulta, por residir igualmente na ilha do Faial, de onde podem, ou não, ser igualmente naturais).

Abordando agora a questão do género, “a literatura sobre migração de retorno revelou que os homens, mais frequentemente do que as mulheres, têm inclinação pelo regresso ao país de origem” (Carling et al., 2015, p. 24).¹⁸⁰ Em concreto, essa tendência transparece nos testemunhos das ex-migrantes internacionais, bem como das ex-migrantes duais, mas o mesmo não acontece no tocante às ex-migrantes internas.

Com efeito, os ex-migrantes internos, mulheres e homens, regressaram maioritariamente após a conclusão dos respetivos cursos superiores, tendo-se integrado no mercado de trabalho, na ilha de origem, e conseguido postos de trabalho que não teriam qualificações para ocupar, se não tivessem saído e obtido as respetivas qualificações académicas ou profissionais, para o efeito. Assim, a saída para território continental teve por objetivo continuar um percurso de mobilidade ascendente nas ilhas; daí, desde logo, a vontade de regressar, independentemente de se tratar de homem ou mulher desta tipologia migratória.

Contrariamente, no caso da tipologia internacional, a partida para o estrangeiro acontece quando não se espera que essa mobilidade seja possível nas ilhas, sendo certo que, da revisão bibliográfica efetuada, resultou claro que as mulheres tiveram mais oportunidades de emancipação (logo, de mobilidade social) no local de acolhimento do que no local de origem; compreende-se assim que o desejo de regresso às origens, nas mulheres, não seja tão acentuado como o dos homens.

¹⁸⁰ Tradução livre da autora. No original, “The literature on return migration has found that men, more often than women, are inclined to return to their country of origin” (Carling et al., 2015, p. 24).

Conforme resulta dos dados reunidos neste estudo, duas ex-migrantes internacionais e uma ex-migrante dual saíram da ilha de origem na década de 1950-59, entendendo-se que, nessa altura, a sua expectativa, ao regressar, não passaria da condição de doméstica.¹⁸¹

As restantes ex-migrantes, duais e internacional, partiram nas décadas de 1960-69 e 1970-79, e de 1980-89, respetivamente. Ora, o que se constata é que, à medida que o tempo ia passando, as perspetivas em relação à condição da mulher iam mudando e também a ilha de origem foi acompanhando a evolução dos tempos.

Assim, enquanto as ex-migrantes duais fizeram um percurso de mobilidade social e profissional ascendente fora da ilha, mais concretamente em território continental, a ex-migrante internacional entrevistada que emigrou mais recentemente (na década de 1980-89), teve já a oportunidade de mobilidade social e profissional na ilha de origem, ao iniciar atividade por conta própria, como empresária, após o regresso ao Faial.

Efetivamente, um dos aspetos defendidos por Ravenstein (1885, p. 199), "*Females are more migratory than males*", parece ter sido ignorado pelas teorias e narrativas, que construíram a migração como um processo "masculino" (King, 2009, p. 60). Na verdade, a "feminização" é considerada uma das principais mudanças recentes do movimento populacional, em resultado não só do agrupamento familiar, mas também da emancipação da mulher como emigrante isolada – patente na maior procura de mão-de-obra feminina em certos serviços e na crescente aceitação social da independência económica e da mobilidade das mulheres (Amaro, 1985, p. 628; Deshingkar & Grimm, 2005, p. 21), sendo que as mulheres representam atualmente quase metade de todos os migrantes internacionais (King, 2009, p. 60).

Tal reflete-se neste estudo, porquanto ainda que o número de mulheres ex-migrantes internacionais que integra o grupo participante seja inferior ao dos homens, o número de ex-migrantes duais regressados é praticamente paritário, entre homens e mulheres e o número de mulheres ex-migrantes internas é visivelmente superior ao dos

¹⁸¹ Conforme referido na literatura, no caso específico das mulheres em idade ativa, o regresso leva, muitas vezes, à passagem da situação de "empregada", que detinha no país de acolhimento, à de "doméstica" (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, p. 40).

homens, sendo, globalmente, o grupo de ex-migrantes regressados ao Faial composto pelo mesmo número de mulheres e de homens.

No que concerne agora à seguinte questão complementar “Qual a perceção dos ex-migrantes sobre a região de origem, antes e após o regresso?”, foram referidos vários aspetos pelos ex-migrantes regressados. Em comum, salientam-se ex-migrantes das três tipologias que, em maior número, mencionaram não notar evolução na ilha e percecionarem a população da ilha, em geral, muito dependente de subsídios; todavia, as três tipologias salientaram o facto de, após o regresso, valorizarem a ilha, de uma forma que não acontecia antes de terem saído.

Já de forma parcelar, houve, por um lado, ex-migrantes internacionais e também duais que denotaram evolução na ilha e, por outro, alguns ex-migrantes internos e internacionais que, após o regresso, consideram a ilha autossuficiente.

Um aspeto específico levantado por mais do que um dos ex-migrantes internos relaciona-se, não com a perceção da ilha em si, mas com o facto de, após o regresso, terem sido confrontados com outro lado da realidade da ilha, sobretudo ao nível social, de pobreza e marginalidade, que desconheciam antes de migrarem, fruto provavelmente de alguma estratificação de classes aí presente, e que apenas permitiu ser conhecida no âmbito do exercício de atividade profissional, na ilha.

Relativamente à dimensão ‘desenvolvimento’, particularmente quanto à questão de investigação “O que trouxeram, ou não, os ex-migrantes regressados, para o desenvolvimento da ilha / região de origem?”, esta questão levanta a problemática de saber o que foi alcançado pelos ex-migrantes antes e após o regresso, designadamente em termos de qualificações académicas e profissionais, para poder compreender qual o seu contributo para a ilha de origem.

Para tal, e começando pelo nível de escolaridade concluído aquando da partida e do regresso, é possível observar, na Tabela 4.3, que os ex-migrantes internos e os duais são os mais escolarizados desde o início; ou seja, são os que tinham obtido um nível de escolaridade elevado aquando da partida e um nível ainda mais elevado aquando do regresso.

Tabela: 4.3 – Nível de escolaridade concluído aquando da partida (P) e do regresso (R), por tipologia migratória

Nível de escolaridade concluído	Interna		Internacional		Dual	
	(P)	(R)	(P)	(R)	(P)	(R)
Nenhum	-	-	-	-	1	-
1º Ciclo	1	-	5	2	-	-
3º Ciclo	4	3	4	5	1	2
E. Secundário	14	3	-	2	5	1
Licenciatura	1	11	-	-	-	3
Mestrado	-	3	-	-	-	-
Doutoramento	-	-	-	-	-	1

Fonte: Elaboração própria

Em consonância com os ex-migrantes internos, verifica-se na tabela em apreço, que os ex-migrantes duais concluíram a licenciatura em maior número do que os restantes níveis de escolaridade, sendo de destacar a conclusão de mestrado por três ex-migrantes internos e de doutoramento por um ex-migrante dual, colocando a mais alta fasquia de escolaridade concluída nesta tipologia migratória.

Porém, o aspeto que mais distingue estas duas tipologias, quanto à realização de estudos de nível superior, de acordo com os testemunhos recolhidos, é o período em que os mesmos foram realizados: enquanto os ex-migrantes internos iniciaram e realizaram os seus estudos superiores numa época mais recente, designadamente, nos períodos compreendidos entre 1990-1999, 2000-2009 e 2010-2015, os ex-migrantes duais fizeram-no numa época anterior, mormente, nos períodos compreendidos entre 1960-1969 e 1970-1979.

Neste âmbito, é igualmente de salientar a questão de género. Verifica-se neste aspeto que, relativamente aos ex-migrantes duais, homens e mulheres saíram em igual número para prosseguir estudos de nível superior em território continental (duas mulheres e dois homens); porém, no caso dos ex-migrantes internos, é assinalavelmente superior o número de mulheres que saíram com o mesmo propósito, em comparação com os homens (nove mulheres e quatro homens), confirmando a tendência registada no período intercensitário 2001-2011, ao nível insular açoriano, de uma melhoria bastante

significativa dos níveis de ensino superior, sobretudo, relativamente ao género feminino (Rocha et al., 2015, p. 39).

Em contraponto, os ex-migrantes internacionais são os que apresentam um nível de escolarização inferior aquando da partida e não muito diferente aquando do regresso, tendo o nível mais elevado de escolaridade (ensino secundário) sido obtido por duas mulheres, verificando-se a tendência de maior escolarização em mulheres do que em homens, também no contexto internacional. De todo o modo, confirma-se que a saída da ilha de ex-migrantes desta tipologia não teve por finalidade a formação académica, mas sim motivações de outra natureza, como se comprova pela pouca evolução que a mesma sofreu entre a partida e o regresso, como resulta da Tabela 4.3.

Quando se relaciona o impacto das habilitações obtidas na vertente profissional, é fundamental ter presente que, como salienta Peixoto (1998a): “[...] o facto de se dispor ou não de credenciais – e, em particular, de um diploma escolar elevado, sobretudo de nível superior – condiciona em grau elevado as oportunidades profissionais dos agentes, logo desde o início do seu ciclo de vida ativa” (p. 104), como se verifica a seguir.

Na Tabela 4.4, é apresentada a situação dos ex-migrantes entrevistados antes e depois do regresso, quanto à condição perante o trabalho.

Tabela: 4.4 – Condição perante o trabalho aquando da partida (P) e após o regresso (R), por tipologia migratória

Condição perante trabalho		Interna		Internacional		Dual	
		(P)	(R)	(P)	(R)	(P)	(R)
Ativo	Trabalhador por conta de outrem	3	16	3	2	2	1
	Trabalhador por conta própria	-	3	2	2	-	1
	Total	3	19	5	4	2	2
Inativo	Estudante	16	-	3	-	4	-
	Reformado	-	-	-	3	-	3
	Outros	1	1	1	2	1	2
	Total	17	1	4	5	5	5

Fonte: Elaboração própria

Conforme decorre da tabela em apreço, as três tipologias migratórias cruzam-se aqui de formas distintas. Deste modo, aquando da partida, os ex-migrantes internos

encontravam-se esmagadoramente na condição de inativos (dezassete), e praticamente a totalidade na qualidade de estudantes (dezasseis); sendo poucos os que se encontravam a trabalhar nessa altura, todos por conta de outrem (três). Após o regresso, mais especificamente, quase todos se encontram em condição ativa (dezanove), significativamente como trabalhadores por conta de outrem (dezasseis).

Os ex-migrantes internacionais, por seu turno, aquando da partida, encontravam-se quase igualmente distribuídos quanto à condição perante o trabalho, embora em maior número como ativos (cinco); a tendência inverte-se após o regresso, sendo o maior número agora como inativos (cinco). Quanto aos que se encontram em situação ativa, os mesmos exercem funções, em pé de igualdade, como trabalhadores por conta de outrem (dois) e por conta própria (dois).

Quanto aos ex-migrantes duais, os mesmos encontravam-se maioritariamente em situação inativa aquando da partida (cinco), sendo, acima de tudo, estudantes (quatro); após regresso, mantiveram-se em situação inativa (cinco), sobretudo, por reforma (três).

Relativamente aos ex-migrantes em situação ativa, é possível, na Tabela 4.5, apurar o setor de atividade no qual exerciam funções, aquando da partida (P), durante a estada (E) e após o regresso (R).

Tabela: 4.5 – Setor de atividade aquando da partida (P), durante a estada (E) e após o regresso (R), por tipologia migratória

Trabalho por setores de atividade	Interna			Internacional			Dual		
	(P)	(E)	(R)	(P)	(E)	(R)	(P)	(E)	(R)
Primário	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Secundário	1	-	-	3	5	2	-	1	-
Terciário	2	6	19	1	4	2	2	6	2

Fonte: Elaboração própria

Da análise global, verifica-se que os ex-migrantes internos têm trabalhado no setor terciário, independentemente da fase do percurso migratório, o mesmo sucedendo com os ex-migrantes duais, as tipologias mais qualificadas.

Relativamente aos ex-migrantes internacionais, constata-se que é desta tipologia o único ex-migrante do grupo participante que exerceu funções no setor primário, o que se

reportou ao momento da partida. Acresce que os ex-migrantes desta tipologia enquadram-se maioritariamente no setor secundário, em qualquer das fases do período migratório, preponderantemente em atividades ligadas à construção e à indústria, ainda que seja de referir o registo de atividade laboral no setor terciário, ligado a serviços e comércio, maioritariamente durante a fase da estada no estrangeiro.

No que se prende com os ex-migrantes duais, apura-se que os mesmos exerceram funções, quase exclusivamente, no setor terciário, à semelhança dos ex-migrantes internos; porém, enquanto o número de ex-migrantes internos que exerceram funções neste setor é mais expressivo após o regresso, no caso dos duais é mais representativo durante a estada, uma vez que a maior parte dos ex-migrantes desta tipologia regressou à ilha de origem em situação inativa, designadamente, reformada.

Sendo inegável o número de ex-migrantes a trabalhar no setor terciário, e atentos os testemunhos dos participantes neste estudo, cumpre fazer menção ao peso dos ex-migrantes em exercício de funções neste setor, na qualidade de trabalhadores em funções públicas, na Administração Pública (ver Tabela 4.6).

Tabela: 4.6 – Ex-migrantes regressados em exercício de funções na Administração Pública aquando da partida (P), durante a estada (E) e após o regresso (R), por tipologia migratória

Atividade profissional na Administração Pública	Interna	Internacional	Dual
Aquando da partida	1	-	1
Durante a estada	4	-	3
Após o regresso	12	-	1

Fonte: Elaboração própria

Começando pelos ex-migrantes internos, verifica-se que, aquando da partida, apenas um era trabalhador em funções públicas, o qual, por via de processo de transferência, continuou a exercer as mesmas funções durante a estada e aquando do regresso, após o que passou à situação de inativo. Durante a estada, além do ex-migrante atrás referido, outros três (um, após realização de formação académica, e dois, na sequência de formação profissional) iniciaram funções em território nacional, igualmente

com vínculo à função pública, e continuaram a exercer as mesmas funções após o regresso, movidos no âmbito de processos de transferência ou colocação de funcionários. Neste contexto, é importante salientar que o facto de os funcionários públicos poderem trabalhar descentralizadamente potencia e facilita os processos de mobilidade interna.

Após o regresso, é significativo o número de ex-migrantes que ocupam cargos na qualidade de trabalhadores em funções públicas na ilha (doze), tendo a maioria iniciado funções nessa qualidade, na sequência do regresso (oito), alguns dos quais a partir de programas de estágios profissionais (mormente, o Programa Estagiar L), promovidos pelo Governo Regional dos Açores, exemplo de intervenção através de políticas públicas de incentivo ao regresso de jovens ativos qualificados à Região.

Esta situação não encontra paralelo no caso dos ex-migrantes internacionais entrevistados. Com efeito, nenhum dos ex-migrantes desta tipologia exerceu atividade na qualidade de trabalhador em funções públicas aquando da partida, durante a estada ou após o regresso à ilha de origem, porventura em razão das, genericamente, baixas qualificações detidas.

Já quanto aos ex-migrantes duais, dos dois que trabalhavam aquando da partida, um era trabalhador em funções públicas e, ao emigrar, cessou esse vínculo laboral, tendo no estrangeiro exercido funções em áreas de trabalho distintas e menos qualificadas, a cuja situação se sujeitou para melhorar a sua situação económica, tendo regressado ao Faial já após a reforma. Regista-se igualmente nesta tipologia o caso de um ex-migrante que ainda exerceu funções, na qualidade de trabalhador em funções públicas, após o regresso à ilha de origem, tendo desempenhando a mesma atividade antes e após o regresso, e passado posteriormente à reforma.

Face ao que vem sendo analisado, é possível aferir que, ao regressar maioritariamente em idade ativa, os ex-migrantes internos são a força motriz que introduz na ilha novos costumes, ideias, identidades e capital social, também designados por “remessas sociais” (Levitt, 1998, p. 927). Estes ex-migrantes regressados, embora adultos, são ainda jovens, pelo que, aliado ao facto de terem um nível educacional mais elevado, têm maior potencial para produzir impactos económicos e sociais significativos nas áreas rurais (Simões et al., 2021, p. 5); neste caso, numa ilha açoriana.

Ainda no tocante ainda aos ex-migrantes internos, é de extrema importância o facto de, ao regressarem em idade adulta jovem, ajudarem a rejuvenescer a estrutura demográfica da ilha. Assim, é certo que o regresso de ex-migrantes à ilha de origem, ainda nos primeiros anos de idade adulta, contribui para os resultados estatísticos, nomeadamente os referentes aos anos censitários de 2001 e 2011, de acordo com os quais “a Região Autónoma dos Açores evidencia-se [...] por ser a zona do país onde a população juvenil tem um peso maior sobre a população local (21,6%), situação que se mantém desde 2001” (Vieira, Ferreira & Rowland, 2015, p. 11).

De realçar também o facto de vários ex-migrantes terem participação política ativa na ilha, alguns exercendo cargos políticos em regime de tempo integral e sobretudo estes expressaram diretamente que o seu regresso se ligou diretamente com o desejo de poder contribuir para o desenvolvimento da ilha de origem. Outros manifestaram igualmente a mesma vontade, ao terem trazido conhecimento especializado e qualificado, e experiência profissional, que aplicam diariamente na ilha de origem, desde o seu regresso.

Já os ex-migrantes duais, ao regressarem sobretudo em idade mais avançada, e praticamente todos em situação inativa, trabalharam e aplicaram toda a força produtiva e os conhecimentos adquiridos, maioritariamente de nível superior, nos locais de acolhimento. A verdade é que, mesmo regressando em idade ativa, o mais provável seria os poucos ex-migrantes duais que adquiriam qualificações não as poderem aplicar aquando do regresso, porquanto nas áreas rurais (que incluem a realidade insular açoriana), de onde são originários, faltariam, à data, as infraestruturas necessárias para fazer uso das qualificações obtidas (Gmelch, 1980, p. 147).

Tal pode levar a questionar sobre o papel desta tipologia migratória para o desenvolvimento da ilha / região de origem, e os próprios também manifestaram alguma dificuldade em afirmar se, com o regresso, contribuíram para o desenvolvimento da ilha. Não obstante, em resultado das entrevistas realizadas, denota-se que vários ex-migrantes desta tipologia, quer durante o período da estada, quer após o regresso, a título profissional ou recreativo, deram um forte impulso para o conhecimento da ilha e do arquipélago, ao nível cultural e das tradições, promovendo a divulgação da sua região de

origem, em Portugal e no estrangeiro, contribuindo, se não por outra, pelo menos por essa via, para o desenvolvimento da ilha / região.

Os ex-migrantes internacionais, por seu turno, ora regressaram em situação ativa, atuando, à sua escala, na ilha de origem, ou regressaram no fim da vida ativa e, neste caso, como destaca Almeida (2008, p. 365):

[...] afinal, ao regressar, o emigrante não se transforma em agente de mudança. Evidentemente. Se ele tivesse mudado, ter-se-ia adaptado ao novo mundo e teria ficado lá. Se voltou é, na maior parte dos casos, porque isso não aconteceu; é justamente por se sentir melhor sendo como era. Ele regressa para voltar a ser o que era, mas agora já sem preocupações económicas. Para ser ao menos como são aqueles que não tiveram necessidade de sair. Aliás, muitos partiram mesmo com a intenção de ganhar algum dinheiro, para poderem regressar e descansar em Portugal no resto dos seus dias. Daí que se não possa esperar que, pelo menos na maior parte dos casos, o emigrante regressado atue como agente de mudança.

(Almeida, 2009, p. 365)

Efetivamente, no caso dos ex-migrantes internacionais regressados no final da vida ativa, que saíram do Faial há várias décadas, tendo exercido funções em áreas de trabalho pouco qualificadas e sem obter formação especializada no local de acolhimento, os estudos realizados são consensuais em admitir que, na verdade, possa ser pouco significativo o impacto do retorno, no que toca às dimensões social e económica, nos locais de regresso (Medeiros & Madeira, 2004b, p. 98; Rocha & Ferreira, 2010, p. 105; Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, pp. 39-40, 212-213).¹⁸²

De facto, como sustenta Gmelch (1980, p. 148), a evidência empírica sugere que os regressados internacionais gastam o seu dinheiro em bens de consumo, para melhorar o padrão de vida, ao nível individual, e não investem em negócios que aumentem a capacidade produtiva. Efetivamente, este é o retrato dos ex-migrantes internacionais entrevistados que têm este tipo de perfil; no entanto, conforme os mesmos referem, todo o dinheiro que utilizam no seu dia a dia é gasto na ilha, pelo que consideram que, dessa forma, estão a contribuir para o seu desenvolvimento.¹⁸³ Este é um aspeto

¹⁸² Nos anos oitenta do século passado, Gmelch (1980), entre outros autores, defendia que “há pouca evidência de que os regressados produzam mudanças significativas nas técnicas ou nas atitudes e valores produtivos das suas comunidades de origem” (Gmelch, 1980, p. 151, tradução livre da autora), uma vez que a grande maioria de migrantes desempenha funções em trabalhos não qualificados no estrangeiro, poucos regressam com experiência profissional que possa ser considerada importante para o desenvolvimento da economia do país de origem, o que reflete, na generalidade, o baixo investimento em capital humano no país de acolhimento (Gmelch, 1980, p. 147).

¹⁸³ Cumpre salientar, contudo que, como refere a OIM (IOM, 2019, p. 174), os ex-migrantes internacionais sempre deram contribuições económicas significativas, tanto nos países de origem quanto nos de destino.

apontado, de resto, pela generalidade dos ex-migrantes entrevistados, quer entendam que tiveram igualmente outro tipo de contribuição, ou não.

Ainda no contexto dos ex-migrantes internacionais, é de salientar a particularidade de alguns dos que regressaram em anos mais recentes que, tendo permanecido um número inferior de anos no país de acolhimento, quando comparados com os que regressaram no final da vida ativa, aplicaram na ilha as suas poupanças em atividades comerciais que promovem a concorrência e a diversidade de oferta na ilha, bem como a experiência profissional adquirida no país de acolhimento e que, a um outro nível, também promove o desenvolvimento da ilha e a melhoria da qualidade de vida de quem aí reside.

Esquematizando, o contributo para o desenvolvimento da ilha por parte dos ex-migrantes regressados reflete-se do seguinte modo, conforme representado no Quadro 4.3, em que todos os ex-migrantes contribuem, cada um à sua medida, para o desenvolvimento económico da ilha e em que a contribuição mais significativa dos ex-migrantes internos se situa aos níveis profissional, político e demográfico, a dos ex-migrantes internacionais, ao nível profissional (por parte dos que regressam em idade ativa), e o dos duais, ao nível cultural.

Quadro: 4.3 – Contributo dos ex-migrantes regressados para o desenvolvimento, por tipologia

Interna	Internacional	Dual
Económico	Económico Profissional	Económico
Profissional		Cultural
Político		
Demográfico		

Fonte: Elaboração própria

Cruzando as determinantes da migração de retorno, na tipologia proposta por Cerase (1974), com a contribuição para o desenvolvimento da ilha de origem, é possível enquadrar o regresso dos ex-migrantes de diversas formas. Assim, quanto ao regresso

Esta poderia ser, porventura a situação dos ex-migrantes em apreço, durante o período da estada, uma vez que se verifica, pelos seus discursos, que a contribuição económica, após o regresso, não é assim tão significativa, uma vez que, segundo os próprios, se circunscreve sobretudo a despesas com bens de consumo.

dos ex-migrantes duais entrevistados, tal pode ser definido por *return of conservatism*: migrantes que apenas visam a satisfação das suas necessidades pessoais e dos seus familiares, sem intenção de alterar o ambiente social, mas sim conservá-lo.

No caso do regresso de ex-migrantes internacionais, há que distinguir entre os que regressaram em idade mais, ou menos, avançada. O regresso dos que detinham idades mais avançadas define-se por *return of retirement*: migrantes que decidem regressar ao país de origem, após a reforma, para aí permanecerem definitivamente. Por seu turno, o regresso dos que tinham idade menos avançada pode ser qualificado do mesmo modo que o regresso da maior parte dos ex-migrantes internos, embora cada um à sua escala, e que se define por *return of innovation*: migrantes aptos a utilizar meios e competências adquiridas no decurso da sua experiência migratória – migrante como agente de mudança (Cerase, 1974; Cassarino, 2013, pp. 27-28; Debnath, 2016, pp. 4-5).

Como mencionam Góis, Marques e Pinho (2017, p. 29): “Algumas contribuições teóricas e analíticas sobre o regresso são centradas na contribuição que os migrantes podem fazer para o desenvolvimento dos países de origem (Cf. Ammassari e Black, 2001), e há comparativamente menos investigação sobre os fatores individuais e contextuais que explicam os regressos (De Haas, Fokkema e Fibri, 2015, p. 416)”.

Mas, este estudo não desconsidera essa parte, impondo-se igualmente aprofundar o conhecimento relativamente ao impacto do regresso no próprio ex-migrante regressado.

Com efeito, frequentemente, da combinação das identidades que os ex-migrantes adquiriram no(s) local(ais) de acolhimento com as que tinham nas suas origens, resultaram identidades transnacionais – ou “translocais” (King, 2010), designação que permite abarcar as três tipologias migratórias deste estudo – conduzindo, refere Cassarino (2004, p. 262), ao desenvolvimento de “identidades duplas”, mais do que ao surgimento de identidades em conflito.

No caso dos ex-migrantes internos, tal encontra expressão em quem passou muitos anos fora da ilha de origem: “Eu acho que não sou faialense nem lisboeta; acho que fiquei, assim, perdida no meio disso tudo, porque vejo um bocadinho de cá, um bocadinho de lá. É uma mistura” (Cecília).

Todavia, dos resultados obtidos neste estudo, é possível verificar que nem sempre as identidades duplas foram a consequência. Nuns casos, atendendo a uma experiência migratória relativamente curta, designadamente, até cinco anos, não chegou a consolidar-se uma nova identidade, o que se verificou nas três tipologias migratórias; noutros, em que o número de anos de ausência da ilha foi muito grande, acontece não haver sequer identificação com o local de origem, atendendo ao desfasamento entre a realidade vivida na ilha até à partida e a realidade existente, como aconteceu, por exemplo, com uma ex-migrante dual: “O Faial, a mim, não me dizia nada. As memórias que eu tinha eram todas de lá” (Elsa).

Mas há também casos em que o ex-migrante não só não se identifica com local de origem como também com o local de acolhimento, como menciona um ex-migrante dual entrevistado: “[...] há uma característica, que talvez seja a do migrante: é que, chegamos a uma altura, e não estamos bem em lado nenhum. Lá, vivia com a saudade daqui. E, depois, quando chego aqui, não me sinto bem, porque isto já não é o meu tempo” (Mário). Contrariamente, há quem sinta identificação com ambos os locais, como menciona um ex-migrante internacional: “Eu gosto de lá e gosto daqui; gosto de estar nas duas bandas” (Martim).

De facto, nos casos de permanência fora da ilha de origem durante muitos anos, como sucedeu com vários ex-migrantes internacionais, bem como com a maioria dos ex-migrantes duais entrevistados e, em muito menor número, com ex-migrantes internos: “Pode ser esclarecedor comparar a reintegração após o retorno com a integração após a migração inicial. Por um lado, a reintegração parece mais imediata, uma vez que o indivíduo está a reentrar num ambiente social aparentemente familiar” (Carling et al., 2015, p. 30).¹⁸⁴

Não obstante, como refere Rocha-Trindade (1983, p. 95): “Para quem viveu cinco, dez ou vinte anos noutro país e aí trabalhou, viveu e se multiplicou, regressar de vez é refazer o doloroso processo de decisão e de organização da sua primeira partida: é, afinal, renunciar outra vez, emigrar de novo”. O mesmo foi referido no estudo de Saraiva e

¹⁸⁴ Tradução livre da autora. No original, “It can be enlightening to compare reintegration after return with integration after the initial migration. On the one hand, reintegration seems more straightforward since an individual is re-entering an apparently familiar social environment” (Carling et al., 2015, p. 30).

Sardinha (2016, p. 14): “Depois de muitos anos afastados, os nossos participantes expressaram que voltar seria como emigrar novamente para um lugar diferente daquele que conheceram, onde as pessoas são diferentes e desconhecidas para eles”.¹⁸⁵ É igualmente isso que resulta do presente estudo, na perspetiva de um dos ex-migrantes internacionais: “[...] quando eu vim, pensei: «Eu estou a emigrar de um país para outro, tenho é que me acostumar aqui com a terra»” (Daniel).

Partindo agora para a questão complementar “Terão os ex-migrantes regressados beneficiado, de alguma forma, de apoio público / privado regional, com vista ao regresso / reintegração?”, constata-se que o programa de estágio Estagiar L, do Governo Regional dos Açores, é, ao longo do presente trabalho de investigação, o apoio mais referido no contexto migratório interno, o que não significa que a iniciativa governamental seja perfeita. Não é, pois, de ignorar a importância da passagem da qualidade de estagiário para funcionário, com a obtenção de um vínculo laboral estável na ilha, porquanto a eventual permanência indefinida no programa de estágio, pode contribuir para a diminuição da qualidade do emprego na Região, o que não é atrativo para quem se pretende fixar novamente na ilha de origem. Mas, existem outros aspetos a ter em linha de conta, ao nível governamental, igualmente importantes para incentivar o regresso – neste caso, de jovens – à Região, que se situam, não apenas ao nível profissional, mas também ao nível pessoal e social, designadamente, apoios à habitação e à família, que, em conjunto, podem consubstanciar respostas integradas para a satisfação das necessidades mais prementes.

Se, em relação aos jovens, mormente os ex-migrantes internos, diversos foram os que beneficiaram das políticas públicas existentes, que visam incentivar o seu regresso à ilha de origem, o mesmo não aconteceu em relação às restantes tipologias migratórias. Com efeito, nenhum ex-migrante das restantes tipologias migratórias, ou mesmo ex-migrante interno em idade mais avançada, beneficiou (nem solicitou) qualquer apoio institucional ao regresso. Possivelmente, teria sido solicitado apoio institucional se tal tivesse obviado à migração, como refere um ex-migrante internacional regressado: “Se

¹⁸⁵ Tradução livre da autora. No original, “After many years away, our participants expressed that returning would be like emigrating again to a place different from the one they once knew, where the people are different and unfamiliar to them” (Saraiva & Sardinha, 2016, p. 14).

me tivessem dado algum apoio, talvez eu estava cá, não tinha ido e os meus filhos não estavam lá fora. E, se me tivessem dado uma casa, eu estava aí, de certeza; não tinha emigrado” (Martim).

A existência de políticas públicas que incentivem o regresso é, contudo, fundamental e tem um papel que não pode ser descurado, nem aplicado de forma sectária, pois, se os jovens trazem inovação à ilha, os mais velhos trazem rendimentos, designadamente, através de pensões de reforma, fundamentais em territórios tão pequenos e circunscritos como as regiões insulares. Porém, no que toca aos ex-migrantes regressados, designadamente, após a aposentação, estes não são vistos como requerendo políticas específicas para além de serviços de saúde apropriados para uma população em envelhecimento e, porventura, assistência com as pensões recebidas do estrangeiro (King, Lulle, Sampaio & Vullnetari, 2016, p. 19).

No que tange à questão de investigação “Participarão os ex-migrantes regressados na formulação de políticas públicas regionais migratórias?”, ainda que seja assinalável o número de ex-migrantes internos com intervenção política na ilha de origem, após o regresso, a verdade é que nem estes, nem os ex-migrantes das restantes tipologias migratórias têm, como afirmam categoricamente, qualquer tipo de participação ao nível da formulação de políticas públicas regionais migratórias.

Em termos políticos, pela sua participação ativa nas decisões que envolvem a ilha, os ex-migrantes internos representam, de certo modo, a elite política da ilha. Em sentido diverso, os ex-migrantes internos manifestam, amiúde, desinteresse intencional pela parte política. Tal acontece, pois, como salientam Borralho, Rocha e Silva (2019): “[...] há, de facto, uma comprovação estatística de que o interesse político aumenta na razão direta do aumento do nível de escolaridade”. Acrescentam os autores (2019) que:

[...] como outros estudos mostram e para outras realidades bem diferentes, os mais escolarizados estão quase sempre nas posições cimeiras dos que perfilham valores positivos acerca do exercício da cidadania, denotando maior interesse, maior participação, em suma, uma cidadania mais inclusiva.

(Borralho, Rocha & Silva, 2019, p. 96)

Já no caso dos ex-migrantes duais, os mais escolarizados manifestam conhecimento e interesse pela parte política, em geral, à semelhança dos ex-migrantes internos, enquanto os menos escolarizados se aproximam, em termos comportamentais, da maioria dos ex-

migrantes internacionais. Todavia, enquanto os ex-migrantes internos intervêm ativamente na vida política da ilha, os duais, na sua generalidade, não, o que se compreende, possivelmente, devido ao ‘desenraizamento’ que o tempo e a distância provocaram nos mesmos.

Embora a totalidade dos ex-migrantes regressados afirme não participar na formulação de políticas públicas migratórias regionais, a verdade é que, ao participarem neste estudo, poderão estar a contribuir para a formulação de políticas dessa natureza, como destacam DeWind e Holdaway (2008), relativamente às migrações internas e internacionais, no âmbito do desenvolvimento:

[...] porque ambas as formas de migração são frequentemente motivadas por fatores económicos, sociais e políticos semelhantes, compreender suas inter-relações e suas semelhanças e diferenças pode contribuir para a conceção de políticas destinadas a aumentar suas contribuições para o desenvolvimento.¹⁸⁶

(DeWind & Holdaway, 2008, pp. 18-19)

Outra questão de investigação enquadrada nos objetivos de investigação é a seguinte: “Desempenharão os ex-migrantes um papel de ligação entre os não migrantes e migrantes, atendendo à sua própria experiência migratória?”. No caso dos ex-migrantes internos, destaca-se o elo de ligação que se pode estabelecer, desde logo, em termos informais, nomeadamente, entre quem sai – porventura, estudantes – e quem fica na ilha – frequentemente, os pais desses estudantes. O mesmo se regista ao nível ao nível profissional, havendo relatos de ex-migrantes desta tipologia que, no âmbito da sua atividade profissional, prestam apoio a ex-migrantes regressados, bem como a migrantes estrangeiros que se fixaram na ilha, ajudando-os no seu processo de (re)integração.

Relativamente aos ex-migrantes duais, houve quem, após o regresso, no âmbito da divulgação de um projeto cultural, tenha estabelecido pontes de contacto e informação entre emigrantes e população local.

No que concerne à tipologia internacional, salienta-se um aspeto referido por um dos ex-migrantes, que entende desempenhar um papel de ligação, ao defender e justificar as atitudes de quem saiu da ilha perante não migrantes, pois quem não migrou tem, por vezes, dificuldade em compreender o migrante – o ‘outro’.

¹⁸⁶ Tradução livre da autora. No original, “[...] because both forms of migration are often motivated by similar economic, social, and political factors, understanding their interrelations and their similarities and differences can contribute to the design of policies intended to enhance their contributions to development” (DeWind & Holdaway, 2008, p. 18-19).

Quanto à questão de investigação “Os ex-migrantes regressados encararão o retorno à região de origem como definitivo ou provisório?”, no que se refere aos ex-migrantes internos, para a maioria, o regresso é definitivo, pelas condições e qualidade de vida que lhes são oferecidas na ilha. Quanto a remigrar, alguns entrevistados encaram essa possibilidade, em caso de necessidade, designadamente pelos filhos, mas também há quem, por motivos profissionais, pondere sair apenas da ilha, não do arquipélago.

Por sua vez, entre os ex-migrantes internacionais, apenas um entrevistado pretende voltar a sair da ilha, temporariamente, para trabalhar e juntar dinheiro e regressar; os restantes consideram o regresso definitivo, ponderando uma remigração para o país de acolhimento, somente em caso de força maior, nomeadamente, assistência médica, porquanto aí mantiveram os seus seguros de saúde ativos, aos quais podem imediatamente recorrer, se necessário.

No que toca à tipologia dual, enquanto uma entrevistada manifesta vontade de remigrar, se lhe fossem garantidas melhores condições de vida do que as que tem na ilha, um outro entrevistado afirma convictamente que não pretende remigrar, atento o apelo da ilha ao seu regresso, e os demais, consideram o regresso, com maior ou menor grau de convicção, definitivo.

Globalmente, os ex-migrantes regressados que participam neste estudo pretendem permanecer definitivamente na ilha de origem, na sua maioria, pelas condições e qualidade de vida que a ilha oferece.¹⁸⁷ Há que ter em consideração, contudo, as ligações que atualmente, e de forma cada vez mais estreita, se estabelecem entre comunidades de origem e de acolhimento, à luz das teorias transnacionalista e das redes sociais potenciando a circularidade e obviando a que o retorno seja encarado como o fim do ciclo migratório, mas sim como uma etapa no processo de migração, como assinala

¹⁸⁷ A respeito da qualidade de vida na ilha, poder-se-ia referir o conceito de *‘lifestyle migration’* – migração pela qualidade de vida –, que se encontra particularmente ligado à fixação de residência de cidadãos estrangeiros, designadamente, no final da vida ativa, como mencionam Sampaio e King (2019), nos Açores. Embora o objeto desta investigação seja o regresso de cidadãos nacionais, e não a fixação de cidadãos estrangeiros, levando a questionar se este conceito pode ser aplicado a nacionais que regressam, não é menos verdade que a qualidade de vida é também um dos motivos apontados por faialenses participantes neste estudo para o regresso à ilha de origem, o que, para alguns destes participantes, pode assemelhar-se a um novo processo emigratório, como se se tratassem, também eles, de cidadãos estrangeiros, fruto do tempo de ausência do local de origem (Rocha-Trindade, 1983; Sardinha, 2016). Apesar de não ser possível o seu aprofundamento no âmbito do presente estudo, esta é uma temática a ser retomada em estudos subsequentes.

Cassarino (2013, p. 43). Neste sentido, ex-migrantes das três tipologias que tiveram um período de estada assinalável no local de acolhimento, referem que estão ‘cá’, na ilha de origem, e ‘lá’, onde mantêm, designadamente, familiares (frequentemente, os filhos e, por vezes, netos) e habitação própria.

No que diz respeito à última questão complementar de investigação “Como se dá a articulação dos ex-migrantes internacionais e internos, no âmbito das migrações de retorno, no contexto insular açoriano?”, a maior forma de articulação possível entre as duas tipologias, interna e internacional, é a tipologia introduzida neste estudo, que reúne ambas as experiências migratórias, em si própria – a migração dual –, que rompe com a dicotomia clássica – migração interna *versus* migração internacional – e que orientou todo o estudo, numa primeira fase, numa perspetiva tripartida, e, numa segunda fase, numa visão entrecruzada das três tipologias, ao longo da qual se se salientaram aspetos, ora comuns, ora distintivos, relativamente às três. Assim, atenta a especificidade de cada tipologia migratória, pode a relação que se estabelece entre as três ser esquematizada, conforme consta na Figura 4.3.

Figura: 4.3 – Articulação entre as tipologias migratórias no contexto do retorno insular açoriano



Fonte: Elaboração própria

É possível, deste modo, denotar a presença de uma parte comum entre as três tipologias, que consubstancia as características que as três partilham, assim como há

aspetos que são apenas comuns a duas das tipologias e outros que somente dizem respeito a cada uma, conforme explanado ao longo da presente tese.

Em face das três tipologias migratórias acima referidas, e atentas as categorias de análise que enformam o presente estudo – a partida, a estada e o regresso –, é possível fazer uma síntese de dados, articulados no contexto do regresso à ilha do Faial, no período considerado para efeitos deste estudo (1999-2016), como surge reproduzido no Quadro 4.4.

Quadro: 4.4 – Síntese dos principais dados referentes aos ex-migrantes regressados entre 1999-2016

Partida (Década)	Estada (Duração em anos)	Regresso (Faixa etária)	(Total)	Tipologia migratória
1950-59	30-39 ≥ 40	50-59 70-79	3	Dual Internacional
1960-69	20-29 30-39 ≥ 40	50-59 60-69	4	Dual Internacional
1970-79	20-29 30-39 ≥ 40	50-59 60-69	4	Dual Internacional
1980-89	<5 10-19 20-29 30-39	20-29 40-49 50-59	5	Dual Interna Internacional
1990-99	5-9 10-19	20-29 30-39	7	Interna Internacional
2000-09	<5 5-9 10-19	20-29 30-39	11	Interna Internacional
2010-15	<5	20-29	2	Interna

Fonte: Elaboração própria

Deste modo, e de acordo com o quadro em referência, resulta que os regressos no período considerado (1999 e 2016) aumentam à medida que as décadas de partida igualmente avançam no tempo, exceção feita quando considerado o número de regressos

cujas partidas da ilha ocorreram mais recentemente (apenas dois regressos), contrariamente à duração da estada, que vai sendo progressivamente mais curta, bem como à faixa etária dos ex-migrantes à data do regresso, que vai sendo também cada vez mais baixa. Assim, o número dos regressos assume, com as décadas de partida, uma relação diretamente proporcional e, com a duração da estada e faixas etárias do regresso, uma relação inversamente proporcional.

Face ao quadro apresentado, é igualmente visível que, não obstante o número de participantes em maior número neste estudo ser constituído por ex-migrantes internos e, em menor número, por migrantes duais, são os ex-migrantes internacionais regressados quem marca presença mais constante ao longo das várias décadas de partida da ilha do Faial.

CAPÍTULO 5 – REFLEXÕES FINAIS

5. Reflexões finais

5.1. Resultados alcançados

A migração é um ato de mudança para o indivíduo, com efeitos, não só em si próprio, como também nas sociedades entre as quais se desloca, atuando, entre outros aspetos, como “um ‘detonador’ da consciência da pluriculturalidade” (Rocha-Trindade, 1993, p. 873).

A Região Autónoma dos Açores, que, pelos mais diversos fatores, convive com o fenómeno da migração desde o início da sua história, viu a modernidade trazer ao arquipélago grandes alterações vivenciais ao longo do tempo, visíveis no âmbito nesta investigação.

Este estudo põe em relevo a grande complexidade de percursos migratórios que se dão no contexto insular açoriano, mais especificamente no tocante à ilha do Faial, sendo este, porventura, o grande contributo da presente investigação. Por outro lado, é igualmente relevante o facto de este trabalho aprofundar a temática do regresso, contribuindo, assim, para o alargamento do conhecimento deste fenómeno migratório que, ainda hoje, permanece pouco explorado, mas que influencia, desde a sua génese, “as configurações populacionais, sociais, culturais e económicas das comunidades de origem de ex-migrantes regressados ao arquipélago” (Rocha, 2016, pp. 19-20).

Tendo em conta o objeto de estudo e os objetivos previamente definidos, a questão de partida foi abrangente e centrou a investigação nas causas de regresso à ilha de origem, relacionando-as com o contexto em que quer a partida quer o regresso se deram, para compreender o impacto do regresso no próprio migrante e na comunidade de origem.

Com recurso a uma metodologia preponderantemente qualitativa, foram realizadas entrevistas em profundidade, extremamente ricas e densas, que contribuíram de forma determinante para os resultados alcançados, os quais aqui se apresentam, sustentados pela análise e interpretação, enquadradas na revisão de literatura que integra a presente tese.

Outro aspeto que reveste a maior importância, e que cumpre aqui destacar, é o facto de terem sido cruzadas, no mesmo estudo, as vertentes interna e internacional da migração, as quais são, frequentemente, abordadas em separado. Deste modo, em consequência do trabalho desenvolvido com o grupo de ex-migrantes regressados que integra este estudo, foi possível identificar e colocar em perspetiva uma vasta panóplia de características presentes nos ex-migrantes internos e nos internacionais, que ora os distanciam ora aproximam, entre si.

Cumprer ter presente que “O significado potencial de ligar a migração interna e internacional é ainda mais realçado quando a migração é vista ao longo de todo o curso de vida, ao invés de uma série de discretos eventos” (Pooley, 2021, pp. 112-113).¹⁸⁸ Peixoto (2004) esclarece que “tem sido proposta a mudança do conceito de ‘ciclo de vida’ (*life cycle*) para ‘curso de vida’ (*life course*), o qual permite abranger uma maior variedade de situações em lugar das clássicas e lineares ‘etapas’ tradicionais”, e “captar, também, um maior conjunto de particularidades espaço-temporais” (p. 19).

Assim, tendo por referência o curso de vida dos indivíduos regressados à ilha do Faial, foi possível durante o trabalho de campo identificar ex-migrantes exclusivamente internos, ex-migrantes exclusivamente internacionais e também indivíduos que não são ex-migrantes apenas internos nem apenas internacionais: são a combinação dos dois tipos migratórios, a qual não tinha sido considerada quando se iniciou este estudo.

Estava encontrada a maior articulação que se pode estabelecer entre migrantes internos e internacionais, no contexto do regresso à ilha de origem. Porém, como combinar no estudo migrantes que não encaixam no conceito clássico de migrante interno ou de migrante internacional, ou melhor, cujo perfil migratório extrapola quer um conceito, quer outro?

Daqui resulta um outro aspeto da maior relevância, no âmbito desta investigação: a proposta de uma tipologia que agrega, em si mesma, a combinação da migração interna e da internacional, com características de uma e de outra, mas também com características próprias, que justificam a sua autonomização, ultrapassando a dicotomia clássica

¹⁸⁸ Tradução livre da autora. No original, “The potential significance of linking internal and international migration is further enhanced when migration is viewed over the whole life course, rather than as a series of discrete events [...]” (Pooley, 2021, pp. 112-113).

migração interna *versus* migração internacional, designada, para efeito deste estudo, de migração dual.

Assim, a apresentação e discussão dos resultados foram desenvolvidas com base nas três tipologias enunciadas (interna, internacional e dual), numa primeira fase, em separado, para apreensão das dinâmicas próprias de cada tipologia e, em seguida, de forma agregada, articulando as três tipologias em conjunto, com aprofundamento da temática do retorno à região de origem, à luz de experiências migratórias entrecruzadas.

Em face dos resultados obtidos no decurso da presente investigação, é de salientar que a tipologia migratória internacional confirma a tendência para a qual a revisão bibliográfica aponta: partidas motivadas por constrangimentos, sobretudo, de natureza económica, com vista à obtenção de melhores condições de vida, pela via laboral (Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, pp. 103, 141) e regressos, quer no final de vida ativa, em condição económica estabilizada, quer em situação ativa (empregados), uns e outros, no geral, sem grande alteração ao nível de qualificações e escolaridade, comparativamente à partida (Rocha, 2017, p. 419; Rocha & Ferreira, 2010, p. 104; Rocha, Ferreira & Mendes, 2011, pp. 210-211).

O regresso de ex-migrantes desta tipologia dá-se, maioritariamente, também por motivos económicos: os mais velhos, para poderem viver com mais qualidade de vida na ilha, onde os rendimentos de pensões permitem viver mais desafogadamente do que no país de acolhimento, onde o custo de vida se torna, por vezes, difícil de suportar apenas com esse rendimento; os que regressam em idades menos avançadas, acumularam poupanças que lhes permitem viver na ilha, onde trabalham em atividades de média ou relativamente baixa qualificação, com maior estabilidade económica do que se não tivessem migrado. A sua contribuição para o desenvolvimento da ilha situa-se, assim, ao nível económico, mas também profissional, no caso de quem regressou em idade ativa, onde aplicou a experiência profissional adquirida no estrangeiro ou investiu as suas poupanças, em atividades que diversificam o mercado e a concorrência da ilha.

Quanto aos ex-migrantes internos regressados, os mesmos saíram da ilha, significativamente, para prosseguir estudos de nível superior (Cabral, 2010, p. 349) ou realizar formação profissional, em território continental, onde alguns iniciaram a sua vida

ativa e adquiriram experiência profissional, regressando ao Faial após a concretização dos objetivos pessoais e/ou profissionais que determinaram a partida, e onde muitos iniciaram a vida ativa, em profissões de nível, sobretudo, qualificado (maioritariamente, na qualidade de trabalhadores em funções públicas), contribuindo para o desenvolvimento da ilha de origem, desde logo ao nível profissional, mas também ao nível demográfico (ao regressarem em idade adulta jovem), político (vários ex-migrantes ocupam cargos políticos, contrariamente aos das restantes tipologias migratórias) e também económico (pela mesma linha de raciocínio aplicada aos ex-migrantes internacionais; ou seja, no sentido de gastarem os rendimentos obtidos no consumo regular de bens, na ilha).

Em relação aos ex-migrantes duais, os mesmos aproximam-se maioritariamente dos ex-migrantes internos no tocante ao motivo de saída, com o intuito de prosseguir estudos superiores em território continental (embora em décadas anteriores às saídas dos ex-migrantes internos), tendo aí permanecido ao longo da vida ativa e exercido atividade profissional (possivelmente, porque não seria praticável o regresso numa época em que a ilha, com poucos recursos e bastantes limitações, não poderia proporcionar as condições necessárias, designadamente oferta de emprego para o exercício de atividade profissional na área da formação académica), destacando-se igualmente períodos de residência, relativamente curtos no estrangeiro (em destinos de acolhimento diferentes dos habitualmente associados à emigração açoriana), à exceção de um ex-migrante dual que residiu num país de tradição emigratória açoriana e que teve um percurso, com as necessárias adaptações, semelhante ao dos ex-migrantes internacionais de idade mais avançada.

Ao regressarem, movidos cada um por circunstancialismos particulares e praticamente todos em situação inativa, os ex-migrantes duais também contribuíram economicamente para o desenvolvimento da ilha, mas o traço distintivo desta tipologia é o facto de terem contribuído para o desenvolvimento da ilha ao nível cultural, não só após o regresso mas também durante o período da estada fora do arquipélago, promovendo, através da atividade profissional (designadamente, através de publicações) ou a título recreativo (através da criação de grupos de música popular e de grupos

folclóricos), o conhecimento da ilha, da sua história e das suas tradições, no contexto do arquipélago em que estão inseridos.

Outro aspeto que ressalta dos resultados obtidos é o referente à permanência de familiares no local de acolhimento. Relativamente aos ex-migrantes internos, os mesmos, regressando, maioritariamente, em idade adulta jovem, constituem família após o regresso, onde já se encontravam os restantes familiares (designadamente, os pais). Mas, nos poucos casos em que a permanência em território continental durou um período longo de tempo, estes ex-migrantes constituíram aí família, onde os filhos em idade adulta permaneceram após o regresso dos pais ao Faial, à semelhança do que sucede com os ex-migrantes internacionais que regressaram no final de vida ativa. Já os ex-migrantes internacionais que regressaram em idade menos avançada, constituíram família na ilha ou trouxeram consigo os filhos ainda menores, como os ex-migrantes internos.

No caso dos ex-migrantes duais, a sua experiência aproxima-se da dos ex-migrantes internacionais, pois a maioria chegou a residir várias décadas em território nacional (e um no estrangeiro), onde os filhos atingiram a idade adulta. Porém, relativamente aos ex-migrantes duais que residiram em território nacional a maior parte do período migratório, regista-se o caso de três ex-migrantes cujos filhos, maiores de idade, decidiram mudar o local de residência para a ilha do Faial. Este aspeto mereceria desenvolvimento futuro, uma vez que seria possível estudar o caso da migração da segunda geração, no contexto insular açoriano.

É igualmente de salientar o aspeto da articulação das três tipologias, relativamente ao percurso migratório. Neste âmbito, os ex-migrantes internos são os que têm percursos mais simples, os quais se situam, maioritariamente, ao nível de uma partida e correspondente regresso à ilha. Seguem-se os ex-migrantes internacionais, que tiveram percursos marcados por um nível intermédio de complexidade. Por fim, os ex-migrantes duais são os que apresentam a maior diversidade e complexidade de percursos migratórios, os quais resultaram de circunstâncias particulares que determinaram mobilidades individuais de ação, sendo respetivamente maior o número de regressos destes ex-migrantes, quando comparados com os ex-migrantes das restantes tipologias.

Com este estudo, “A ideia de que pode haver retornos múltiplos (e saídas) [...] diminui a capacidade heurística das teorias que consideravam o retorno como ‘permanente’ e definitivo” (Peixoto et al., 2019, p. 54).¹⁸⁹ Com efeito, os ex-migrantes regressados que integraram este trabalho de investigação efetuaram percursos muito diversificados, que introduziram elevado nível de complexidade no estudo do fenómeno do retorno e demonstram como o retorno não é, atualmente, um fenómeno de um só sentido, nem definitivo. Aliás, a própria teoria do transnacionalismo, presente neste estudo, salienta que se pode viver em vários locais, numa lógica de circularidade, independentemente do tipo migratório, e que conduz a novas formas de pertença de migrantes nos locais de origem e de acolhimento (Faist, 2010a, p. 13).¹⁹⁰

Efetivamente, a mobilidade é uma característica incontornável do arquipélago dos Açores, mas evolutiva, ao longo dos tempos. Havendo decisão pelo regresso e consoante o motivo do mesmo, assim variou o impacto (económico, social, político e cultural) do retorno de migrantes internos e internacionais à região de origem, ao nível individual / pessoal, bem como ao nível colectivo / regional. Em concreto, o percurso migratório, mormente o regresso, levou à reconstrução de sociabilidades perante a nova realidade, fruto de ausências, por vezes, prolongadas.

Não obstante, e embora ganhe cada vez mais expressão a lógica de circularidade, de acordo com os testemunhos do grupo de participantes neste estudo, os mesmos apontam, na grande maioria, e independentemente da tipologia migratória, para um regresso definitivo à ilha de origem.

Nesta investigação foi possível aumentar o espectro de conhecimento científico sobre as migrações, mais especificamente sobre as migrações de retorno, no contexto insular açoriano. Este é um contributo para a ilha e também para o arquipélago dos Açores, mas, acima de tudo, para a comunidade científica em geral, constituindo uma mais-valia, porquanto os instrumentos normalmente utilizados para captar o movimento

¹⁸⁹ Tradução livre da autora. No original, “The idea that there may be multiple returns (and departures), or that double residences are common, diminishes the heuristic capacity of theories that regarded return as ‘permanent’ and definitive” (Peixoto et al., 2019, p. 54).

¹⁹⁰ “[...] the emphasis on return has been replaced by circular exchange and transnational mobility. This development raises important questions about changing forms of migrant membership in communities of origin and destination” (Faist, 2010a, p. 13).

de pessoas apenas conseguem captar uma parte de todo o processo de mobilidade (Skeldon, 2018, p. 6).

Não é demais, por isso, relembrar a especial importância que revestiu a participação neste estudo de ex-migrantes regressados à ilha do Faial, cujos testemunhos pessoais, generosamente disponibilizados (juntamente com demais tipos de informação), contribuíram de forma ímpar para o conhecimento e compreensão holísticos desta realidade, tão pouco explorada, na qual, “A primeira figura do Outro e da diversidade cultural é o Migrante” (Ramos, 2013, p. 348).

5.2. Limitações do estudo

Relativamente a limitações ao estudo, o extenso leque de dados disponibilizados pelos entrevistados pode ter dificultado, a partir de certa altura, a sistematização da informação e a correspondente análise e interpretação. Porventura, ficam diversas perspetivas por explorar; não obstante, tendo presente que “A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador” (Minayo, Deslandes & Gomes, 2008, p. 27), foram dadas todas as horas, coração e alma para que este projeto pudesse ver a luz do dia.

O facto de residir no terreno de campo enquanto realizava a pesquisa é igualmente de assinalar, pois pode ter levado a criar empatia com as vivências partilhadas, porquanto eu própria tenho sido, de há uns anos a esta parte, migrante no meu país. Mas, por outro lado, permite uma compreensão mais sólida e profunda dos mecanismos que desencadeiam as perceções transmitidas pelos entrevistados. De igual modo, o rigor do trabalho e da técnica utilizada permitiram avançar neste estudo sem colocar em causa a isenção dos resultados obtidos.

Não obstante as limitações existentes, como em qualquer estudo, fica a certeza de que esta investigação é um contributo com portas abertas para estudos futuros que seriam, para mim, um privilégio poder abarcar ou ver desenvolvidos pelas mãos de outros colegas investigadores.

5.3. Perspetivas abertas pelo estudo

O facto de ter sido selecionado um grande número de pessoas para integrar o grupo participante e de terem sido realizadas entrevistas em profundidade que levaram a um trabalho de transcrição, tratamento, análise e interpretação muito extenso, levantaram questões que não puderam, no âmbito do presente estudo, ser respondidas. Também não era essa a pretensão, porquanto algumas delas não integravam os objetivos desta investigação, mas não deixam, por isso, de ter pertinência. Por esse motivo, é corroborada a perspetiva de Minayo, Deslandes e Gomes (2008):

O ciclo de pesquisa não se fecha, pois, toda a pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas. Mas a ideia do ciclo se solidifica não em etapas estanques, mas em planos que se complementam. Essa ideia também produz delimitação do processo de trabalho científico no tempo, por meio de um cronograma. Desta forma, valorizamos cada parte e sua integração no todo. E pensamos sempre num produto que tem começo, meio e fim e ao mesmo tempo é provisório. Falamos de uma provisoriedade que é inerente aos processos sociais e que se refletem nas construções teóricas.

(Minayo, Deslandes & Gomes, 2008, p. 27)

Abrem-se, assim, novas perspetivas de estudo. Uma vez que a presente investigação, atendendo à sua dimensão, não o permitiu, será da maior relevância retomar e aprofundar o estudo dos ex-migrantes duais, tipologia introduzida neste estudo, que reclama desenvolvimento no âmbito de estudos subsequentes.

Da articulação entre as três tipologias migratórias que integram o presente estudo – interna, internacional e dual – resultaram diversos aspetos específicos que justificam aprofundamento. Entre eles, o tema do regresso de descendentes de ex-migrantes, pelos contornos aí patentes, assume particular relevância e constitui um objeto de estudo igualmente a explorar e aprofundar.

Partindo deste estudo, seria pertinente replicá-lo noutros territórios, designadamente noutras ilhas, arquipélagos ou território continental, para verificar se, porventura, os resultados obtidos nesta investigação encontram paralelo noutros espaços ou se, pelo contrário, são introduzidas dinâmicas próprias.

BIBLIOGRAFIA

- Aires, L. (2015). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ayres, L. (2008). Semi-structured interview. In L. M. Given (Ed.) *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods, Vols. 1-2* (pp. 810-811). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- All European Academies (2017). *The European Code of Conduct for Research Integrity* (revised edition). Berlin: Author.
- Almeida, J. F., & Pinto, J. M. (1975). Teoria e investigação empírica nas ciências sociais. *Análise Social*, 11(42-43), 365-445.
- Almeida, O. T. (2009). Comunidades portuguesas dos EUA: identidade, assimilação, aculturação. In A. T. Matos., & M. Lages (Eds.), *Portugal. Percursos de interculturalidade: Desafios à identidade* (pp. 339-422). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural.
- Amaro, R. R. (1985). Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados. *Análise Social*, 21(87-88-89), 605-677.
- Amorim, M. N. (2008). A Matriz da Horta em 1853: população e residência. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*(17), 201-226.
- Arango, J. (2000). Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*(165), 33-47.
- Arango, J. (2003). La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra. *Migración y Desarrollo*(1), 1-30.
- Arroteia, J. C. (1983). *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Arsénio, E. T. (2017). A condição da açorianidade: a alma e a mundividência do ilhéu. In R. Carneiro, O. T. Almeida, & A. T. Matos (Coords.), *A Condição de Ilhéu* (pp. 569-584). Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.

- Atkinson, R., & Flint, J. (2001). Accessing hidden and hard-to-reach populations: snowball research strategies. *Social Research Update*, 33, 1-4.
- Baganha, M. I. (2009). The Lusophone migratory system: patterns and trends, *International Migration*, 47(3), 5-20.
- Baganha, M. I., & Góis, P. (1998). Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*(52-53), 229-280.
- Baldacchino, G. (2010). Imigrantes, turistas e outros de fora: “Venha visitar, mas não permaneça” – a ameaça de invasão para as sociedades insulares. In M. L. Fonseca (Coord.), *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares. Atas da conferência internacional* (pp. 63-86). Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Baldacchino, G., & Ferreira, E. (2013). Competing notions of diversity in archipelago tourism: transport logistics, official rhetoric and inter-island rivalry in the Azores. *Island Studies Journal*, 8(1), 84-104.
- Bardin, L. (2002 [1977]). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Berg, B. L. (2001). *Qualitative research methods for the social sciences* (4th ed.). Needham Heights: Allyn & Bacon.
- Borjas, G. J. (1989). Economic theory and international migration. *International Migration Review*, 23(3), 457-485.
- Borrinho, A. (Coord.), Rocha, G. P. N., & Silva, O. (2019). *A abstenção eleitoral nos Açores. Relatório final*. Ponta Delgada: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade dos Açores.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. J. D. (1992). *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Bowen, G. A. (2008). Naturalistic inquiry and the saturation concept: a research note. *Qualitative Research*, 8(1), 137–152.
- Boylorn, R. M. (2008). Lived experience. In L. M. Given (Ed.), *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods*, Vols. 1-2 (pp. 489-490). Thousand Oaks: SAGE Publications.

- Brinkmann, S. (2008). Interviewing. In L. M. Given (Ed.), *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods*, Vols. 1-2 (pp. 470-472). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Bryman, A. (2004). *Social research methods* (2nd ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Bryman, A. (2006). Integrating quantitative and qualitative research: how is it done? *Qualitative Research*, 6(1), 97–113.
- Byrne, D. (2009). Introduction. Case-based methods: why we need them; what they are; how to do them. In D. Byrne, & C. C. Ragin (Eds.), *The SAGE handbook of case-based methods* (pp. 1-10). London: SAGE Publications.
- Cabral, M. M. S. (2010). *O conto literário de temática açoriana: a ilha, o mar e a emigração*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- Caldeira, C. P. (2009, inverno-primavera). Os Capelinhos e a emigração açoriana. *Paralelo*(3), pp. 49-51.
- Candeias, P., Ferreira, B., & Peixoto, J. (2014). Emigração portuguesa: o que temos vindo a estudar e o que nos falta saber – uma análise bibliométrica entre 1980 e 2013. *População e Sociedade*, 22, 11-31.
- Carling, J., Bolognani, M., Erdal, M. B., Oeppen, C., Paasche, E., Pettersen S. V., & Sagmo, T. H. (2015). *Possibilities and realities of return migration*. Oslo: Peace Research Institute Oslo.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem* (2^a ed.). Lisboa: Universidade Aberta.
- Cassarino, J. (2004). Theorising return migration: the conceptual approach to return migrants revisited. *International Journal on Multicultural Societies*, 6(2), 253-279.
- Cassarino, J. (2008). Conditions of modern return migrants – editorial introduction. *International Journal on Multicultural Societies*, 10(2), 95-105.
- Cassarino, J-P. (2013). Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. REMHU – *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 21(41), 21-54.
- Castanho, G. B. (2013). Dos Açores para o resto do mundo. In E. Como (Coord.), *Ao redor do mundo: leituras em português*, Vol. 2 (pp. 66-73). Astoria, NY: Atlantico Books.

- Castelo, C. (2004). *A migração de metropolitanos para Angola e Moçambique (1945-1974)*. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal.
- Castles, S., & Miller, M. J. (2003). *The Age of migration* (3rd ed.). New York: Guilford Press.
- Castro, A., Vidigal, I., & Baracsi, K. (2015). Prospectiva sobre migrações, uma missão impossível? *Revista Migrações*(12), 9-37.
- Cavalcanti, L., & Parella, S. (2013). El retorno desde una perspectiva transnacional. REMHU – *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 21(41), 9-20.
- Cerase, F. P. (1974). Expectations and reality: a case study of return migration from the United States to southern Italy. *International Migration Review*, 8(2), 245-262.
- Cohn, G. (Org.) (2003). *Weber* (7^a ed.). São Paulo: Ática.
- Connell, J., & King, R. (1999). Island migration in a changing world. In R. King, & J. Connell (Eds.), *Small worlds, global lives: islands and migration* (pp. 1–26). London and New York: Pinter.
- Cordeiro, C., & Madeira, A. B. (2003). A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno de interesses e vontades. *Arquipélago, História*, 2^a série, 7, 99-122.
- Cordeiro, C., & Silva, S. S. (2010). Perspetivas sobre a emigração açoriana no século XIX. In M. L. Fonseca (Coord.), *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares. Actas da Conferência Internacional* (pp. 327-346). Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Correia, G. M. (2015). Motivações para um eventual regresso de emigrantes a Portugal. *Revista Migrações*(12), 39-67.
- Corsépius, Y., & Costa, R. M. M. (2009). Um contributo para a história da companhia alemã do cabo submarino na ilha do Faial. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*(18), 393-424.
- Costa, J. T. (2001). Lugares de partir, lugares de voltar: Espaços de regresso na emigração portuguesa. *Discursos: Língua, Cultura e Sociedade*(número especial), 79-87.

- Costa, P. M. (2015). As novas medidas de ação para as migrações em Portugal. *Plataforma Barómetro Social*. Recuperado de <http://www.barometro.com.pt/2015/07/05/as-novas-medidas-de-accao-para-as-migracoes-em-portugal>
- Costa, R. M. M. (1998). Impacto demográfico da erupção do vulcão dos Capelinhos. In *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX. Atas do II Colóquio* (pp. 339-351). Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- Costa, R. M. M. (2003). *Os Açores em finais do regime de Capitania Geral, 1800-1820*. Tese de Doutoramento, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Portugal.
- Costa, R. M. M. (2006). Breve esboço sobre a história do Faial. *Inventário do património imóvel dos Açores*. Recuperado de <http://www.inventario.iacultura.pt/faial/horta/historia.html>
- Costa, R. M. M. (2017). As insularidades e a experiência vivida pelos estudantes das gerações de 50 e 60 do Liceu Nacional da Horta. In R. Carneiro, O. T. Almeida, & A. T. Matos (Coords.), *A Condição de Ilhéu* (pp. 527-539). Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- Couchinho, F. V. (2016). Migração de retorno: o programa de apoio ao retorno voluntário em Portugal. In B. Bäckström, P. M. Costa, R. Albuquerque, & L. Sousa (Orgs.) *Políticas de igualdade e inclusão: Reflexões e contributos I* (pp. 84-103). Lisboa: Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais, Universidade Aberta. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10400.2/5673>
- Creswell, J. W. (2007). *Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches* (2nd ed.). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Creswell, J. W. (2009). *Research Design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (3rd ed.). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Creswell, J. W., & Miller, D. L. (2000). Determining validity in qualitative inquiry. *Theory into practice*, 39(3), 124-130.
- Chrystello, J. C. (2017). A condição de ilhéu. In R. Carneiro, O. T. Almeida, & A. T. Matos (Coords.), *A Condição de Ilhéu* (pp. 551-567). Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.

- De Haas, H. (2005). International migration, remittances and development: myths and facts. In *Global Migration Perspectives*(30). Geneva: Global Commission on International Migration.
- De Haas, H. (2008). Migration and development: a theoretical perspective. *International Migration Institute Working Papers*, 9. Recuperado de <https://www.imi.ox.ac.uk/pdfs/wp/wp-09-08.pdf>
- De Haas, H. (2021). A theory of migration: the aspirations-capabilities framework. *Comparative Migration Studies*, 9(8). doi: 10.1186/s40878-020-00210-4.
- Debnath, P. (2016). Leveraging return migration for development: the role of countries of origin. *KNOMAD (Global Knowledge Partnership on Migration and Development) Working Paper*, 17. Recuperado de http://www.knomad.org/docs/integration_issues/WP%20Leveraging%20Return%20Migration%20for%20Development%20-%20The%20Role%20of%20Countries%20of%20Origin.pdf
- Deshingkar, P., & Grimm, S. (2005). Internal migration and development: a global perspective. *Migration Research Series*, 19. Geneva: International Organization for Migration.
- DeWind, J., & Holdaway, J. (2008). Internal and international migration and development: research and policy perspectives. In J. DeWind, & J. Holdaway (Eds.), *Migration and development within and across borders: research and policy perspectives on internal and international migration* (pp. 17-25). Geneva: International Organization for Migration and Social Science Research Council.
- Direção Regional da Educação e Formação (2012). *Sabias que...? Em torno da Açorianidade: pequenas singularidades das gentes e da terra*. Angra do Heroísmo, Portugal: Autor.
- Dores, V. R. (2017). Insularidades e o universo plural da açorianidade. In R. Carneiro, O. T. Almeida, & A. T. Matos (Coords.), *A Condição de Ilhéu* (pp. 317-325). Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.

- Duarte, T. (2009). A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). *CIES e-Working Paper*, 60. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10071/1319>
- Düvell, F. (2012). Qualitative research in Migrations Studies. *Analytic and Synthetic Notes CARIM-East AS 2012/01*. Robert Schuman Centre for Advanced Studies. San Domenico di Fiesole: European University Institute. Recuperado de <http://www.carim-east.eu/media/CARIM-East-AS2012-01.pdf>
- Espínola, P. (2010). *O regresso em território insular: o caso dos ex-emigrantes da ilha Graciosa*. In XII Colóquio Ibérico de Geografia, Universidade do Porto, outubro de 2010, Porto, Portugal.
- Espínola, P. & Cravidão, F. (2014). A ciência das ilhas e os estudos insulares: breves reflexões sobre o contributo da geografia. *Sociedade & Natureza*, 26(3), 433-444.
- Faist, T. (2010a). Diaspora and transnationalism: what kind of dance partners? In R. Bauböck, & T. Faist (Eds.), *Diaspora and transnationalism: concepts, theories and methods* (pp. 9-34). IMISCOE Research. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Faist, T. (2010b). Transnationalisation: its conceptual and empirical relevance. In C. Audebert, & M. Dorai (Eds.), *Migration in a globalized world: new research issues and prospects* (pp. 9-105). IMISCOE Research. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Ferreira, M. F. (2013). A ética da investigação em ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*(11), 169-191.
- Ferreira, T., & Vieira, M. M. (2020). Jovens em condição NEEF em áreas rurais. *Policy Brief 2020*. Lisboa: OPJ – Observatório Permanente da Juventude, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Recuperado de <https://hdl.handle.net/10451/22364>
- Fletcher, M., & Plakoyiannaki, E. (2010). Sampling. In A. J. Mills, G. Eurepos, & E. Wiebe (Eds.), *Encyclopedia of Case Study Research, Vol. 1* (pp. 837-840). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.

- Fonseca, M. L. (2010). Introdução. In M. L. Fonseca (Coord.), *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares. Atas da Conferência Internacional* (pp. 7-18). Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Gherghel, A., & Le Gall, J. (2016). Transnational ties with Azorean multigenerational kinship groups: multi-connectedness and ICTs. *disClosure: A Journal of Social Theory*, 25(13), 138-156. doi: 10.13023/disclosure.25.12
- Gmelch, G. (1980). Return migration. *Annual Review of Anthropology*, 9, 135-159.
- Godinho, V. M. (1978). L'émigration portugaise (XV-XX siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde. *Revista de História Económica e Social*, 1, 5-32.
- Góis, P., Marques, J. C., & Pinho, F. (2017). *Empreender 2020 - Regresso de uma geração preparada: diagnóstico de situação atual. Modelo prospetivo de desenvolvimento*. Porto: Fundação AEP.
- Gomes, M. C. S., Moreira, M. J. G., Freitas, A., & Pinto, M. L. R. (2019). Famílias e mobilidade interna: uma análise com base nos dados do recenseamento de 2011. *Análise Social*, 54(230), 82-105. doi: 10.31447/as00032573.2019230.04
- Gomes, M. C. S., Moreira, M. J. G., & Pinto, M. L. R. (2017). Movimentos migratórios internos em Portugal (1995-2011): caracterização exploratória considerando grupos de idades, níveis de habilitações e atividade. *Sociologia, Problemas e Práticas*(83), 55-74. doi: 10.7458/SPP2017833546
- Gonçalves, O. (2009). *Migrações e desenvolvimento*. Porto: Fronteira do Caos.
- Guba, E. C., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 105-117). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*(5), 7-41.
- Henriques, E. B., & Esteves, A. (2010). As ilhas como pontos focais no espaço das migrações: práticas transnacionais na emigração açoriana. In M. L. Fonseca (Coord.), *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços*

- insulares. Atas da Conferência Internacional* (pp. 297-300). Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Holstein, J. A., & Gubrium, J. F. (2004). The active interview. In D. Silverman (Ed.) *Qualitative research. Theory, Method and Practice* (2nd ed.), London: SAGE Publications.
- Horta, A. P. B. (Org.) (2010). Introdução. *Revista Migrações*(6), 11-36.
- Instituto Nacional de Estatística (2012a). *Censos 2011. Resultados Definitivos - Portugal*. Lisboa: Autor.
- Instituto Nacional de Estatística (2012b). *Censos 2011. Resultados definitivos - Região Autónoma dos Açores*. Lisboa: Autor.
- Instituto Nacional de Estatística (2020). *Estatísticas demográficas – 2019*. Lisboa: Autor.
- International Organization for Migration (2019). *World Migration Report 2020*. Geneva: Author.
- Jick, T. D. (1979). Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action. *Administrative Science Quarterly*, 24(4), 602-611.
- King, R. (2009). Geography, islands and migration in an era of global mobility. *Island Studies Journal*, 4(1), 53-84.
- King, R. (2010). A geografia, as ilhas e as migrações numa era de mobilidade global. In M. L. Fonseca (Coord.), *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares. Atas da Conferência Internacional* (pp. 27-62). Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- King, R. (2012). Theories and typologies of migration: an overview and a primer. *Willy Brandt Series of Working Papers in International Migration and Ethnic Relations*, 3.
- King, R., & Christou, A. (2011). Of counter-diaspora and reverse transnationalism: return mobilities to and from the ancestral homeland. *Mobilities*, 6(4), 451-466. doi: 10.1080/17450101.2011.603941
- King, R., & Skeldon, R. (2010). 'Mind the gap!' Integrating approaches to internal and international migration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(10), 1619-1646. doi: 10.1080/1369183X.2010.489380

- King, R., Skeldon, R., & Vullnetari, J. (2008). Internal and international migration: bridging the theoretical divide. *Sussex Centre for Migration Research Working Paper*, 52. Recuperado de <https://www.sussex.ac.uk/webteam/gateway/file.php?name=mwp52.pdf&site=252>
- King, R., Lulle, A., Sampaio, D., & Vullnetari, J. (2016). Unpacking the ageing–migration nexus and challenging the vulnerability trope. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43(2), 182-198.
- Kitchenham, A. (2010). Mixed methods in case study research. In A. J. Mills, G. Eurepos, & E. Wiebe (Eds.), *Encyclopedia of Case Study Research*, Vol. 1 (pp. 561-564). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: an introduction to its methodology* (2nd ed.). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Lacerda, E. P. (2003). *O atlântico açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Lalanda, P. (1998). Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise Social*, 33(148), 871-883.
- Lalanda, P. (2006). A população feminina e as transições familiares através da demografia. *Revista de Estudos Demográficos*(38), 5-29.
- Lalanda-Gonçalves, R. (2010). Migrações e espaço de oportunidade: uma reflexão sociológica. In M. L. Fonseca (Coord.), *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares. Atas da Conferência Internacional* (pp. 301-326). Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Leal, J. (2000). *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional* (Portugal de perto, 40). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Leal, J. (2007). *Açores, EUA, Brasil. Imigração e etnicidade*. Horta: Direção Regional das Comunidades.
- Leal, J. (2009). Percursos entre festas. In P. F. Costa (Coord.), *Museus e património imaterial: Agentes, fronteiras, identidades* (pp. 81-89). Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação e Softlimits, S.A.

- Leal, J. (2017). Ritual, transnationalism and social remittances: two way travels of the Holy Ghost. *Análise Social*, 52(225), 760-781.
- Leite, J. G. R. (2011-2012). Os Flamengos na colonização dos Açores. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 69-70(66), 57-74.
- Levitt, P. (1998). Social remittances: migration driven local-level forms of cultural diffusion. *International Migration Review*, 32(4), 926-948.
- Lobão, C. (1999). *O ano do vulcão: 1957-1958*. Horta: Clube de Filatelia "O Ilhéu".
- Lobão, C. (2013). *Uma cidade portuária: a Horta entre 1880-1926. Sociedade e cultura com a política em fundo*. Tese de Doutoramento, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Portugal.
- Madeira, J. (2007). A erupção dos Capelinhos e o vulcanismo nos Açores. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*(16), 29-44.
- Marques, J. C., & Góis, P. (2014). A emigração portuguesa contemporânea e o Estado: uma Nação dispersa, um Estado longínquo. *População e Sociedade*, 22, 55-71.
- Mason, J. (2002). *Qualitative researching* (2nd ed.). London: SAGE Publications.
- Massey, D. S. (2015). A missing element in migration theories. *Migration Letters*, 12(3), 279-299.
- Massey, D. S., Arango, J., Graeme, H., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. H. (1993). *Population and Development Review*, 19(3), 431-466.
- Medeiros, O. H., & Madeira, A. B. (2004a). *Emigração e Regresso no Concelho da Povoação*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais, Universidade dos Açores.
- Medeiros, O. H., & Madeira, A. B. (2004b). *Emigração e Regresso no Concelho de Nordeste*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais, Universidade dos Açores.
- Melo, P. M. (1997). *The life history of Portuguese return migrants: A canadian-azorean case study*. Master's thesis, York University, North York, Ontario, Canada.
- Merriam, S. B. (1998). *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Mills, C. W. (2000 [1959]) *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press.

- Minayo, M. C. S. (Org.), Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2008). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (27ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Morgan, D. L. (2008). In L. M. Given (Ed.). Snowball sampling. *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods*, Vols. 1-2 (pp. 815-816). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Morse, J.M. (1995) The significance of saturation. *Qualitative Health Research*, 5(2), 147-149.
- Nolasco, C. (2016). *Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.
- Observatório do Emprego e de Formação Profissional (2012). *Inquérito aos estudantes universitários dos Açores a estudar fora da Região – Ano letivo 2011/2012*. Ponta Delgada: Autor.
- Oliveira, I. T. (1997). Emigração nas ilhas portuguesas: emigração legal, clandestina, retorno e re-emigração. *População e Sociedade*, 3, 215-226.
- Oliveira, I. T., Candeias, P., Peixoto, J., Azevedo, J., & Malheiros, J. M. (2016). Regresso e circulação de emigrantes portugueses no início do século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*(81), 11-35. doi: 10.7458/SPP2016817155
- Olson, M. (2010). Document analysis. In A. J. Mills, G. Eurepos, & E. Wiebe (Eds.), *Encyclopedia of Case Study Research*, Vol. 1 (pp. 318-320). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Onwuegbuzie, A. J., & Collins, K. M. T. (2007). A typology of mixed methods sampling designs in social science research. *The Qualitative Report*, 12(2), 281-316.
- Organisation for Economic Co-operation and Development (2008). Return migration: a new perspective. In *International Migration Outlook* (pp. 161-222). Recuperado de <https://www.oecd.org/migration/mig/43999382.pdf>
- Organização Internacional para as Migrações (2009). *Glossário sobre Migração*. Genebra: Autor.
- Oros, A., & Stoica, A. (2014). Social borders at the edge of EU. Canary Islands, Réunion, Guiana and Azores. *Eurolimes – Journal of the Institute for Euroregional Studies*, 17, 69-86.

- Otoiu, A. (2014). Getting your migration analysis together by integrating internal and international migration. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 149, 685-690.
- Otoiu, A., Titan, E., & Dumitrescu, R. (2014). Internal and international migration: Is a dichotomous approach justified? *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 109, 1011-1015.
- Peixoto, J. (1998a). *As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal. Fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intra-organizacional*. Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Peixoto, J. (1998b). Seletividade migratória e dinâmicas regionais: as migrações inter-regionais em Portugal nos anos 80. *Revista de Estatística*, 3, 73-112.
- Peixoto, J. (2004). As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. *SOCIUS (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações) Working Papers*, 11. Recuperado de <https://socius.rc.iseg.ulisboa.pt/publicacoes/wp/wp200411.pdf>
- Peixoto, J. (2007). Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal. *Análise Social*, 42(183), 445-469.
- Peixoto, J. (2019). Da era das migrações ao declínio das migrações? A transição para a mobilidade revisitada. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 27(57), 141-158.
- Peixoto, J., Candeias, P., Ferreira, B., Oliveira, I. T., Azevedo, J., Marques, J. C. ... Santana, E. (2019). New emigration and Portuguese society: transnationalism and return. In C. Pereira, & J. Azevedo (Eds.), *New and old routes of Portuguese emigration: Uncertain futures at the periphery of Europe* (pp. 49-72). Cham, Switzerland: Springer Naturel. doi: 10.1007/978-3-030-15134-8
- Peixoto, J., Craveiro, D., Malheiros, J., & Oliveira, I. T. (Orgs.) (2017). *Migrações e sustentabilidade demográfica: perspectivas de evolução da sociedade e economia portuguesas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Pido, E. J. (2017). *Return migrants: Manila, development, and transnational connectivity*. Durham and London: Duke University Press.

- Piore, M. J. (1986). The shifting grounds for immigration. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 485, 23-33.
- Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Espírito-Santo, I., & Vidigal, I. (2016). *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2016*. Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL. doi: 10.15847/CIESOEMRE032016
- Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Vidigal, I., & Veiga, C. M. (2020). A emigração portuguesa no século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*(94), 9-38.
- Poinard, M. (1983). Emigrantes portugueses: o regresso. *Análise Social*, 19(75), 29-56.
- Portes, A. (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*(3), 133-158.
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. (4ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramos, M. C. P. (2012). Migrações, desenvolvimento e dinâmicas locais e regionais. In H. Pina, H. Marques, C. Ramos, & P. Remoaldo (Orgs.), *Grandes problemáticas do espaço europeu: políticas de ordenamento e recomposições territoriais nas periferias europeias* (pp. 63-102). Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- Ramos, N. (2012). Família e maternidade em contexto migratório intercultural. In N. Ramos, E. Mendes, A. I. Silva, & J. Porfírio (Orgs.), *Família, Educação e Desenvolvimento no séc. XXI: olhares interdisciplinares* (pp. 21-28). Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Educação.
- Ramos, N. (2013). Interculturalidade(s) e mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas. In H. Pina, F. Martins, & C. Ferreira (Eds.), *The overarching Issues of the European space: strategies for spatial (re)planning based on innovation, sustainability and change* (pp. 343-360). Porto: Universidade do Porto.
- Ravenstein, E. G. (1885). The laws of migration. *Journal of the Statistical Society of London*, 48(2), 167-235.
- Rees, P., Carrilho, M. J., Peixoto, J., Durham, H., & Kupiszewski, M. (1998). Internal migration and regional population dynamics in Europe: Portugal case study. *School*

of Geography Working Paper, 98. Recuperado de <http://eprints.whiterose.ac.uk/5032/1/98-13.pdf>

- Rees, P., & Lomax, N. (2020). Ravenstein revisited: the analysis of migration, then and now. *Comparative Population Studies*, 44, 351-412. doi: 10.12765/CPoS-2020-10
- Riley, C. G. (2015). A aviação naval e as escalas do Atlântico: o aeroporto da Horta e a Pan America Airways na década de 1930. In Núcleo Cultural da Horta (Org.), *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX. Atas do VI Colóquio* (pp. 59-69). Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- Rocha, G. P. N. (1991). *Dinâmica Populacional dos Açores no século XX: unidade, permanência, diversidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Rocha, G. P. N. (2007). A população da ilha do Faial no contexto açoriano 1950-1970. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*(16), 117-136.
- Rocha, G. P. N. (2010). Migrações, crescimento e envelhecimento demográfico nos Açores. In M. L. Fonseca (Coord.), *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares. Atas da Conferência Internacional* (pp. 139-154). Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Rocha, G. P. N. (2013a). A população das regiões insulares dos Açores e da Madeira em 2011. *Revista de Estudos Demográficos*(51-52), 85-102.
- Rocha, G. P. N. (2013b). Concentração demográfica em espaço insular: os Açores, 1864-2011. In C. Santos, & P. T. Matos (Coords.) *A demografia das sociedades insulares portuguesas. Séculos XV a XX* (pp. 297-321). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- Rocha, G. P. N. (2016). *Faial: Configurações demográficas e sociais*. Horta: Junta de Freguesia da Matriz.
- Rocha, G. P. N. (2017). Saídas, partidas e regressos: (In)experiências de (e)migrações. In R. Carneiro, O. T. Almeida, & A. T. Matos (Coords.), *A Condição de Ilhéu* (pp. 413-421). Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.

- Rocha, G. P. N., Borralho, A. (Coords.), Alves, A. T., Mendes, D., & Silva, O. (2012). *Emigrantes deportados nos Açores*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais, Universidade dos Açores.
- Rocha, G. P. N., & Ferreira, E. (2010). Territórios e dinâmicas migratórias nos Açores. *Cidades – Comunidades e Territórios*(20-21), 97-110.
- Rocha, G. P. N. (Coord.), Ferreira, E., & Mendes, D. (2011). *Entre dois mundos. Emigração e regresso aos Açores*. Ponta Delgada: Governo dos Açores.
- Rocha, G. P. N. (Coord.), Palos, A. C., Silva, O., & Lalande-Gonçalves, R. (2015). *Jovens açorianos qualificados. Relatório final*. Ponta Delgadas: Observatório da Juventude dos Açores.
- Rocha, G. P. N., Rodrigues, J. D., Madeira, A. B., & Monteiro A. (2005). O arquipélago dos Açores como região de fronteira. *Arquipélago, História, 2ª série, 9*, 105-140.
- Rocha-Trindade, M. B. (1983). O regresso imaginado. *Nação e Defesa*(28), 85-97.
- Rocha-Trindade, M. B. (1985a). Emigração. In *Dicionário ilustrado da História de Portugal, Vols. 1-2* (pp. 205-207). Lisboa: Alfa.
- Rocha-Trindade, M. B. (1985b). Regresso. In *Dicionário ilustrado da História de Portugal, Vols. 1-2* (pp. 147-148). Lisboa: Alfa.
- Rocha-Trindade, M. B. (1993). Perspetivas sociológicas da interculturalidade. *Análise Social, 28*(123-124), 869-878.
- Rocha-Trindade, M. B. (2008). Problemas das migrações contemporâneas em Portugal. *Cadernos Ceru, 19*(1), 81-97.
- Rocha-Trindade, M. B. (2010). Associativismo em contexto migratório. *Revista Migrações*(6), 39-58.
- Rocha-Trindade, M. B. (2017). Dinâmicas identitárias – Nem "cá", nem "lá", mas "também". *População e Sociedade, 27*, 57-71.
- Rocha-Trindade, M. B. (2019). Em honra dos migrantes: sagrado e profano nas celebrações anuais. In D. N. Chaves (Coord.), *Memória e identidade insular: Religiosidade, festividades e turismo nos arquipélagos da Madeira e dos Açores* (pp. 23-41). Velas: CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e

- Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, e Santa Casa da Misericórdia das Velas.
- Rodrigues, J. P. S. (2013). *A inserção social dos repatriados açorianos*. Tese de Doutoramento, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.
- Rosa, V. P., & Trigo, S. (1990). *Contribuição ao estudo da emigração nos Açores*. Angra do Heroísmo: Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas.
- Sampaio, D., & King, R. (2019). 'It's not everybody that wants to stay on a remote island': Understanding distinction in the context of lifestyle migrants growing older in the Azores. *Journal of Rural Studies*, 72, 186-195.
- Santos, A. A. (2018). Os debates da Organização das Nações Unidas sobre a questão colonial portuguesa e o desenvolvimento da ideia de autodeterminação (1961-1975). *Cadernos de Estudos Africanos*(35), 13-32.
- Santos, B. S. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, 2(2), 46-71.
- Santos, B. S (1990). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Edições Afrontamento.
- Saraiva, A. J. (2013). *Filme e hipervídeo: um retrato polifónico da geração dos Capelinhos a partir da emigração e regresso*. Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal.
- Saraiva, A. J., & Sardinha, J. (2016). "My country, my pain; my child, my love": aging Azoreans in San Jose, California and ancestral homeland return (im)mobilities. *InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies*, 5, 7-23.
- Saumure, K., & Given, L. M. (2008a). Data saturation. In L. M. Given (Ed.) *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods*, Vols. 1-2 (pp. 195-196). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Saumure, K., & Given, L. M. (2008b). Nonprobability sampling. In L. M. Given (Ed.) *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods*, Vols. 1-2 (pp. 562-563). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Serrão, J. (1970). Conspecto histórico da emigração portuguesa. *Análise Social*, 18(32), 597-617.

- Serviço Regional de Estatística dos Açores (2013). *Anuário estatístico da Região Autónoma dos Açores 2012*. Angra do Heroísmo: Autor.
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (2014). *Anuário estatístico da Região Autónoma dos Açores 2013*. Angra do Heroísmo: Autor.
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (2015). *Anuário estatístico da Região Autónoma dos Açores 2014*. Angra do Heroísmo: Autor.
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (2016). *Anuário estatístico da Região Autónoma dos Açores 2015*. Angra do Heroísmo: Autor.
- Silva, A. (2010). Migrações em espaços insulares: Testemunhos açorianos. In M. L. Fonseca (Coord.), *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares. Atas da Conferência Internacional* (pp. 131-138). Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Silva, A. (2017). Insularidades e o universo plural da açorianidade. In R. Carneiro, O. T. Almeida, & A. T. Matos (Coords.), *A Condição de Ilhéu* (pp. 241-251). Lisboa: CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- Silva, S. S. (2010). O distrito da Horta no contexto da emigração açoriana: uma análise com base nos registos de passaportes (1836-1839). In M. N. Sarges, F. Sousa, M. I. Matos, A. O. Vieira Jr., & C. D. Cancela (Orgs.), *Entre Mares: o Brasil dos portugueses* (pp. 335-346). Belém: Editora Paka-Tatu.
- Simões, F., Rocha, R., & Mateus, C. (2019). Intenção de regresso aos Açores de estudantes universitários: entre o pragmatismo e a vinculação à ilha. *Atlântida – Revista de cultura*, 64, 377-380.
- Simões, F., Rocca, A., Rocha, R., Mateus, C., Marta, E., & Tosun, J. (2021). Time to Get Emotional: determinants of university students' intention to return to rural areas. *Sustainability*, 13(9), 5135. doi: 10.3390/su13095135
- Skeldon, R. (2008a). International migration as a tool to development policy: a passing phase? *Population and Development Review*, 34(1), 1-18.
- Skeldon, R. (2008b). Linkages between internal and international migration. In J. DeWind, & J. Holdaway (Eds.), *Migration and development within and across borders:*

- Research and policy perspectives on internal and international migration*. Geneva: International Organization for Migration and Social Science Research Council.
- Skeldon, R. (2018). International migration, internal migration, mobility and urbanization: towards more integrated approaches. *Migration Research Series*, 53. Geneva: International Organization for Migration.
- Soromenho-Marques, V. (2016, 02 de agosto). O Faial no centro do Mundo. *Diário de Notícias*. Recuperado de <http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/viriato-soromenho-marques/interior/faial-no-centro-do-mundo-5317348.html>
- Sousa, L. M. G. (1999). *Percursos de inserção de refugiados em Portugal: sós ou acompanhados? Um estudo sobre as dificuldades de inserção de refugiados em Portugal*. Dissertação de mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal.
- Sousa, L. M. G. (2010). *An tia: partilha ritual e organização social entre os Bunak de Lamak Hitu, Bobonaro, Timor-Leste*. Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal.
- Sousa, L. (2011). Ética na prática e pesquisa em Antropologia Aplicada. *Universidade Aberta Working Paper para o Tema 1 da UC Dinâmicas global: desenvolvimento, migrações e refugiados, do Curso Pós-Graduação em Políticas de Igualdade e Inclusão*.
- Sousa, L., & Costa, P. M. (2015). Refugiado, imigrante ou pessoa...? O poder de nomear. *Plataforma Barómetro Social*. Recuperado de <http://www.barometro.com.pt/2015/10/09/refugiado-imigrante-ou-pessoa-o-poder-de-nomear>
- Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Stark, O. (2019). Behavior in reverse: reasons for return migration. *Behavioural Public Policy*, 3(1), 104–126 . doi: 10.1017/bpp.2018.27
- Stark, O., & Bloom, D. (1985). The new economics of labour migration. *The American Economic Review*, 75(2), 173-178.
- Taylor, S. J., & Bogdan, R. (1987 [1984]). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación. La búsqueda de significados*. Barcelona: Paidós.

- Teddlie, C., & Tashakkori, A. (2006). A general typology of research designs featuring mixed methods. *Research in the Schools*, 13(1), 12-28.
- Teixeira, J. C. (2010). Toronto multicultural e *Little Portugal* (“a décima ilha dos Açores”). In M. L. Fonseca (Coord.), *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares. Atas da conferência internacional* (pp. 193-212). Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- United Nations. (1998). *Recommendations on Statistics of International Migration*, ST/ESA/STAT/SER.M/58/Rev.1. New York: Author.
- United Nations. (2013). *International migration policies: government views and priorities*, ST/ESA/SER.A/342. New York: Author.
- United Nations Development Programme. (2009). *Human Development Report 2009. Overcoming barriers: Human mobility and development*. New York: Author.
- Universidade dos Açores (2018). *Relatório de gestão e contas consolidado. Ano de 2017*. Recuperado de: https://www.uac.pt/sites/default/files/relatorio_gestao_e_contas_consolidado_2017assinado_0.pdf
- Valente, I. M. F. (2009). *As regiões ultraperiféricas portuguesas: uma perspetiva histórica*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Valente, I. M. F. (2016). Portugal, política regional e ultraperiferia. *Debater a Europa*(15), 175-196.
- Van Meeteren, M., Engbersen, G., Snel, E., & Faber, M. (2014). Understanding different post-return experiences: the role of preparedness, return motives and family expectations for returned migrants in Morocco. *Comparative Migration Studies*, 2(3), 335-360.
- Viator, F. A. (2012). Opportunity and saudade: Azorean-portuguese immigrants in Post-World War II California. *Hindsight Graduate History Journal*, 6, 1-27.
- Vieira, M. M., Ferreira, V. S., & Rowland, J. (2015). Retrato da juventude em Portugal: traços e tendências nos censos de 2001 e 2011. *Revista de Estudos Demográficos*(54), 5-25.

- Vullnetari, J. (2012). *Albania on the move: links between internal and international migration*. IMISCOE Research. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Wallerstein, I. (2011). El debate en torno a la economía política de El Moderno Sistema-Mundial. *Mundo Siglo XXI*, 6(24), 5-12.
- Williams, M., & Dyer, W. (2009). Single-case probabilities. In D. Byrne, & C. C. Ragin (Eds.), *The SAGE handbook of case-based methods* (pp. 84-100). London: SAGE Publications.
- Woolley, C. M. (2009). Meeting the mixed methods challenge of integration in a sociological study of structure and agency. *Journal of Mixed Methods Research*, 3(1), 7-25.
- Yin, R. K. (2009). *Case study research: design and methods* (4th ed.). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Zelinsky, W. (1971). The hypothesis of the mobility transition. *Geographical Review*, 61(2), 219-249.

SITES CONSULTADOS

- Alto Comissariado para as Migrações. (s.d.). *Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante*. <http://www.acm.gov.pt/-/intro-gabinete-de-apoio-ao-empendedor-migrante> [22 de outubro de 2019].
- Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. (s.d.). *Projetos. EERNEP – Experiências e expetativas de regresso dos novos emigrantes portugueses: reintegração e mobilidades*. <https://www.cics.nova.fcsh.unl.pt/research/projects/research-projects/eenep-experiences-and-expectations-of-return-of-new-portuguese-emigrants-reintegration-and-mobilities> [03 de junho de 2021].
- Comissão Europeia. (s.d.). *Programa Operacional Regional dos Açores 2014-2020*. http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/atlas/programmes/2014-2020/Portugal/2014pt16m2op004 [27 de novembro de 2020].

Conselho Mundial das Casas dos Açores. (s.d.). *Portal do Conselho Mundial das Casas dos Açores*. <http://casasdosacores.org> [27 de novembro de 2020]

Google. (2021). *Ilha do Faial* [Mapa]. <https://www.google.pt/maps/@38.5675379,-28.6859989,11.61z> [03 de junho de 2021].

Direção Regional das Comunidades (2020). *Emigração açoriana*. Ponta Delgada: Presidência do Governo dos Açores. <https://portal.azores.gov.pt/web/drcomunidades/emigrantes-acores> [27 novembro de 2020].

Regions for Migrants and Integration Refugees. (s.d.). *REGIN Project*. <https://reginproject.eu> [03 de junho de 2021].

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Resolução n.º 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Recuperado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>

Lei n.º 29/78, de 12 de junho. (1978). Diário da República n.º 133, 1º Suplemento, Série I de 1978-06-12. Aprova, para ratificação, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos.

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. (2005). Diário da República n.º 155, Série I-A de 2005-08-12. Sétima revisão constitucional.

Decreto Legislativo Regional n.º 2/2015/A, de 07 de janeiro. (2015). Diário da República, n.º 4, Série I de 2015-01-07. Aprova o Plano Anual Regional para 2015.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março. (2015). Diário da República n.º 56, Série I de 2015-03-20. Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020).

Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2015/A, de 30 de setembro. (2015). Diário da República n.º 191, Série I de 2015-09-30. Aprova a orgânica e o quadro do pessoal dirigente e de Chefia da Presidência do Governo.

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (versão consolidada) (2016/C 202/01).

Jornal Oficial da União Europeia C 202, de 2016-06-07. (2016). Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado de Funcionamento da União Europeia.

Recuperado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2016:202:FULL&from=PT>

Decreto Legislativo Regional n.º 4/2017/A, de 12 de maio. (2017). Diário da República n.º 92, Série I de 2017-05-12. Plano Anual Regional para 2017.

Decreto Legislativo Regional n.º 18/2019/A, de 05 de agosto. (2019). Diário da República n.º 148, Série I de 2019-08-05. Conselho da Diáspora Açoriana.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019, de 28 de março. (2019). Diário da República n.º 62, Série I de 2019-03-28. Aprova o Programa Regressar.

Resolução do Conselho do Governo n.º 125/2019, de 5 de novembro. (2019). Jornal Oficial, Região Autónoma dos Açores, n.º 127, Série I de 2019-11-05. Altera o Regulamento dos Programas Estagiar L, Estagiar T e Estagiar U.

Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A, de 22 de janeiro. (2020). Diário da República n.º 15, Série I de 2020-01-22. Plano Regional Anual para 2020.

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 38-A/2020/A, de 18 de dezembro. (2020). Diário da República, n.º 245, Série I de 2020-12-18. Aprova o Programa do XIII Governo Regional dos Açores.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2020, de 31 de dezembro. (2020). Diário da República, n.º 253, Série I de 2020-12-31. Procede ao prolongamento e renovação do Programa Regressar.

Resolução do Conselho do Governo n.º 130/2021, de 31 de maio. (2021). Jornal Oficial, Região Autónoma dos Açores, n.º 84, Série I de 2021-05-31. Aprova o Programa Geração Açores Pro.

ANEXOS

Anexo I – Termo de consentimento informado



UNIVERSIDADE ABERTA

INVESTIGAÇÃO DE DOUTORAMENTO

“Migrações de retorno no contexto insular açoriano:

O caso do regresso voluntário à ilha do Faial”

Doutoranda: Filipa Violante Couchinho

Orientador: Professor Doutor Lúcio Sousa

Coorientador: Professor Doutor João Peixoto

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Exmo(a). Senhor(a),

Encontramo-nos a realizar um estudo sobre o regresso de migrantes internos e internacionais à região de origem, neste caso, à ilha do Faial. Este estudo tem como objetivo conhecer o perfil dos ex-migrantes internos e internacionais regressados à ilha do Faial, particularmente desde o início do século XXI, pelo que a sua colaboração nesta investigação é fundamental.

Para tal, solicitamos a sua participação numa entrevista sobre a sua experiência migratória, e sobre a avaliação que faz do seu percurso migratório, com aprofundamento das causas e consequências do seu regresso à região de origem.

Esta participação será voluntária, e não remunerada, pelo que poderá interromper a entrevista, retirar-se ou recusar participar, em qualquer momento, se assim o desejar, sem que tais factos tenham quaisquer consequências para si.

Para assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos é desejável proceder à gravação áudio desta entrevista. A transcrição da entrevista ser-lhe-á apresentada, para confirmação dos dados recolhidos e aprovação do seu conteúdo, podendo introduzir eventuais alterações e/ou dados adicionais, se assim entender.

Os dados resultantes da realização desta entrevista serão utilizados exclusivamente para efeitos do estudo em apreço e não serão transmitidos a nenhum organismo ou entidade. Tudo o que disser será estritamente confidencial, pois os resultados serão apresentados de forma agregada, e a sua identidade será preservada com a utilização de pseudónimos, em todas as divulgações (publicações, apresentações em congressos, etc.) resultantes da investigação.

Muito agradecemos a sua colaboração, no âmbito da presente investigação.

Atento o teor da informação supra, prestada de forma clara e detalhada, eu _____ (nome),

declaro que:

- Fui informado(a) dos objetivos da investigação de doutoramento *“Migrações de retorno no contexto insular açoriano: O caso do regresso voluntário à ilha do Faial”*, e sobre a minha participação na mesma;
- Aceito participar nesta investigação;
- Autorizo / Não autorizo a gravação áudio de entrevista;
- Recebi cópia do presente termo de consentimento informado.

Data: ____/____/____

A investigadora / doutoranda,

O(A) participante,

Anexo II – Guião de entrevista

GUIÃO DE ENTREVISTA

PERFIL DOS EX-MIGRANTES REGRESSADOS À ILHA DO FAIAL

Entrevista n.º: _____ Data: ____ / ____ / ____ Duração: ____h____ – ____h____

CARACTERIZAÇÃO INDIVIDUAL

Sexo:

Idade:

Naturalidade (freguesia de residência da sua mãe aquando do seu nascimento):

Outra nacionalidade, além da portuguesa:

Estado civil:

Filhos:

Nível de escolaridade concluído:

Área de ensino / curso:

Condição atual perante o trabalho – ativo (empregado: patrão / empregador, trabalhador por conta própria, por conta de outrem; desempregado) / inativo (reformado, doméstico, estudante):

Área profissional / profissão atual:

PERCURSO MIGRATÓRIO

1. Qual a sua situação na ilha do Faial, antes da partida (ao nível pessoal, profissional, social, económico)?
2. Onde residiu quando viveu fora do Faial? E porque razões saiu?
 - a. Expetativa inicial quanto à duração da estada fora da região de origem;

- b. Duração efetiva da(s) estada(s) fora da região de origem.
- 3. Quem o acompanhou e quem o ajudou no momento da saída?
- 4. Manteve contacto com a ilha de origem, enquanto viveu fora do Faial? De que forma?
 - a. Contacto à distância;
 - b. Visitas à ilha – motivos, frequência e eventual relação com a decisão de regresso.
- 5. Como avalia a sua estada fora da região de origem?
 - a. Integração no local de acolhimento (ao nível pessoal, profissional, cultural).
 - b. Aspetos que mais agradaram (ou dos quais sente falta) e que mais desagradaram no(s) local(ais) de acolhimento.
 - c. Mudanças que a migração representou – valorização ou não, ao nível pessoal, profissional, social, económico, cultural.
- 6. Em que circunstâncias ocorreu o seu regresso à ilha de origem?
 - a. Ano do (último) retorno à ilha do Faial.
 - b. Motivo(s) do regresso.
 - c. Decisão de regresso individual ou partilhada.
 - d. Regresso só ou acompanhado(a).
 - e. Permanência de familiares no país/local de acolhimento.
 - f. Retorno como planeado (ou não).
 - g. Existência de apoio financeiro/logístico para retorno/reintegração.
- 7. Que consequências teve, para si, o regresso à ilha do Faial?
 - a. Receção pela população residente, na perspetiva do regressado.
 - b. Aspetos facilitadores e dificultadores da reintegração.

- c. Hábito(s) significativo(s) adquiridos enquanto viveu fora da ilha de origem, e mantido(s) após o retorno.
- 8. Mantém contacto com a realidade, pessoas ou instituições do(s) local(ais) de acolhimento? De que forma?
 - a. Contacto à distância;
 - b. Visita(s) ao(s) local(ais) de acolhimento – frequência, motivos, relação com ponderação de eventual remigração.
- 9. Na sua perspetiva, qual o impacto do seu regresso na ilha de origem?
 - a. Contribuição para desenvolvimento regional/local – nível económico, político, social, cultural.
 - b. Participação ou contribuição para formulação de políticas públicas regionais migratórias – de que forma.
 - c. Desempenho de papel de ligação entre os não-migrantes e migrantes (ao nível da região de origem, e na relação entre a região de origem e a região de acolhimento), atendendo à própria experiência migratória – de que forma.
- 10. Em síntese, como avalia o seu regresso à ilha do Faial?
 - a. Reintegração no Faial – ao nível pessoal, profissional, social, económico, cultural.
 - b. Balanço (positivo / negativo).
 - c. Regresso definitivo / temporário (ponderação de eventual remigração).

OBSERVAÇÕES

Gostaria de acrescentar alguma informação que considere relevante, no âmbito deste estudo?

Anexo III – Grelhas de análise das entrevistas

Análise das entrevistas

Neste momento, é apresentada a grelha de codificação da análise das entrevistas dos ex-migrantes internos regressados à ilha do Faial:

– Quanto à partida:

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Unidade de contexto
Pré-partida	Situação na ilha aquando da partida	Inserção no agregado familiar	“Nessa altura, vivia em casa dos meus pais, eram eles que me sustentavam.” (Paulo) “Eu ainda fiquei em casa desses amigos durante uns meses, até poder ir para fora, até estabilizar a minha vida [...]” (Diana)
		Estudo	“Eu, antes de sair de cá, era estudante. Tirei cá o 12º ano [...]” (Alice) “Eu era estudante, já tinha concluído a licenciatura, no arquipélago [...]” (Paula) “A maior parte das pessoas da minha idade, não saíam daqui.” (Cecília) “Eu interrompi os estudos cá; quis deixar de estudar [...]” (Dinis)
		Trabalho e Estudo	“Digamos que eu comecei mais cedo com o conceito de trabalhador-estudante.” (André)
		Trabalho	“[...] eu acabei por não voltar ao liceu, acabei por estar a trabalhar [...]” (Diogo) “Eu já estava a trabalhar [...]” (Tânia)
Circunstâncias da partida	Motivação	Formação académica	“Terminado o ensino, aqui no Faial, e pretendendo estudar mais, tive que sair daqui.” (Rui) “[...] saí para continuar os estudos e fazer a licenciatura.” (Alice) “[...] comecei a pensar que, se calhar, também era bom fazer o mestrado. [...] Fez-se a candidatura e foi aceite.” (Paula) “Eu interrompi os estudos cá, quis deixar de estudar e o meu pai convenceu-me a ir [...] acabar os estudos.” (Dinis)
		Formação técnico-profissional	“Não queria ir para a universidade, porque isso não era uma coisa que se enquadrava comigo [...]. [...] o meu treinador atual encontrou uma escola técnico-profissional na qual me perguntou se eu estava interessado [...]” (Diogo)
		Formação profissional	“Saí para tirar o curso de formação do serviço onde pertencço [...]” (Tiago)

		Formação como meio de valorização profissional	“Os meus pais deram-me liberdade para ir estudar, mas depois também diziam: «Aqui também se vive bem». [...]. Por outro lado, diziam: «Isto de viver aqui tem coisas boas, mas também tem coisas más, por isso, vai, vai-te valorizar, para arranjares um trabalho melhor quando regressares». Era sempre esse o objetivo: melhorar as perspetivas profissionais.” (Carla)
		Atividade profissional	“Eu estava à procura de outro ambiente, não digo de uma vida melhor, porque, aqui, a vida é muito boa [...].” (Tânia)
		Acompanhamento de familiares	“Fui [...], porque tinha uma familiar doente.” (Cecília)
		Voluntariado da saída	“Quería sair dos Açores. [...] eu achei que estudar fora dos Açores me podia abrir outros horizontes e, se calhar, podia ser uma experiência enriquecedora conhecer outra realidade, que não só a do arquipélago e de viver numa ilha”. (Vera) “Eu concorri para os Açores, só para contar com o contingente, porque não tinha o curso que eu pretendia, [...].” (Sofia) “Tinha curso nos Açores, mas eu abdiquei do contingente Açores, na altura, porque eu tinha a ideia: «Se vou sair, então prefiro sair para fora».” (Sara) “Não, não queria. Universidade dos Açores, não. [...]. Ir virgem, aprender na Universidade dos Açores, quando se tem a possibilidade de ir para uma Nova ou para uma Clássica, ou até mesmo ir para Coimbra, ou para o Porto, vai-se ganhar uma bagagem que, nos Açores, ainda não é possível.” (Rui)
		Saída por necessidade	“[...] cá nos Açores, não havia esse curso; então, tive mesmo que sair.” (Vicente) “Tinha mesmo que sair; durante muitos anos, eram poucas escolas desta área.” (Diogo) “[...] conheci a pessoa que viria a ser o meu marido. Ele estava aqui, em comissões, nos Açores [...]. A nossa primeira tentativa foi, realmente, ficar cá. Não deu e, por isso, saímos”. (Diana)
	Saída sozinho ou acompanhado	Sozinho	“Quando migrei, fui sozinha.” (Sílvia)
		Acompanhado	“O meu pai foi-me pôr. Claro que, daqui, foram muitos colegas, no meu ano, do meu círculo de amigos.” (Sofia) “Fui com dois colegas da ilha do Faial”.
	Ajuda no momento da partida	Ajuda de familiares	“Quando vou, vou com o meu pai e com a minha mãe; foram eles que foram fazer a minha instalação na cidade [...].” (Sara) “O meu marido sempre me ajudou, [...]. E quando fui para fora, ele deixou-me dinheiro para a passagem, foi ele que a marcou.” (Diana)

		Falta de acompanhamento	“[...] , não há um acompanhamento, ou não há uma informação daqui para lá: «Este ano vão fulano, fulano e fulano. Vocês deem uma ajuda». Os meus pais nunca tinham viajado para esses sítios, nem sabiam nada disso e eu fui mesmo um bocadinho sozinho” (Diogo)
Partida(s) subsequente(s)	Motivação	Trabalho	“[...] fui [...], desempenhar funções [...]” (Rui)
		Involuntariedade da saída	“[...] quando saí, não foi por opção própria; houve uma movimentação [...] e, em todo esse movimento, eu também fui abrangido.” (Ricardo)

– Quanto à estada:

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Unidade de contexto
Expetativa	Expetativa inicial e duração efetiva da estada	Estudar e regressar	“A minha expetativa era fazer o curso e regressar no fim do curso. [...]. Eu tinha vontade de regressar e, mal acabei o curso, foi o que eu fiz.” (André) “Inicialmente, eu ia para um bacharelato, porque o curso era bacharelato; portanto, só ia para três anos. [...]. Na realidade, acabei por ficar quase cinco anos. Fiz a licenciatura [...] e trabalhei [...] e, depois, regressei”. (Sílvia)
		Estudar, trabalhar e regressar	“A intenção era sempre retomar, não para um primeiro emprego, como foi, na altura; [...]. Na minha juventude, eu pensava passar um período de dez, quinze anos lá fora e depois retomava. Na prática, foram quatro.” (Sara) “A minha ideia inicial era sair para estudar, ficar a trabalhar e regressar, após alguns anos. Eu achei que, aos quarenta, voltava. Voltei, aos trinta.” (Alice)
		Regressar pouco tempo depois	“[...] eu lembro-me de me despedir das minhas colegas, aqui na escola, e de lhes dizer: “Isto é só uma semana ou duas e, depois, eu regresso [...]. Depois, vi que era para ficar.” (Cecília)
		Regressar sem data definida	“[...] eu sabia que ia ficar lá algum tempo, e não pensava muito nisso.” (Paulo) “Pensava que ia ser por uns tempos e voltava. [...]. Eu só voltava, podendo o meu marido vir trabalhar para cá. [...]. Desde que ele conseguisse uma comissão, nós não olhávamos para trás. Mas, ele nunca conseguiu.” (Diana)
		Não regressar	“Eu, quando saí daqui, pensei que nunca mais queria ver o Faial” (Dinis)
Destino	Motivo	Vontade pré-definida	“[...] eu sempre disse que queria ir para Lisboa.” (Sofia)

		Amigos	“Eu quis ir para ali, em particular, para já, porque estudavam lá os meus amigos de infância e aqueles com quem eu cresci e que ainda hoje, felizmente, são os meus amigos.” (André)
		Referências	“Influenciou-me muito o facto de os meus familiares terem estudado lá e de eu ouvir muitas histórias e muitas coisas de lá.” (Vera) “[...] a minha mãe tinha referências daquela universidade, de pessoas que conheciam o sítio, e como houve oportunidade, e havia vaga...” (Sílvia)
		Acessibilidades	“Os meus pais sempre nos entusiasmarão, de preferência a ficar em Lisboa, porque seria o sítio mais próximo, em termos de viagens, uma vez que eles tinham essa possibilidade de ir a Lisboa, de vez em quando, e em Lisboa era mais fácil de nos encontrarmos.” (Joana)
		Desconhecimento de outros locais	“Sendo cá dos Açores, a gente não conhece nada do continente, a não ser que a gente tivesse ido lá de férias. Por isso, quando chegou a altura das colocações, fui outra vez para onde conhecia [...].” (Paulo)
		Acaso	“Havia várias possibilidades em cima da mesa, e calhou Lisboa” (Rui)
Deslocações subsequentes	Motivo	Atividade profissional	“Antes de acabar o curso, já tinha trabalho, porque naquela altura era assim. Na altura, [...] o meu objetivo era o Norte. Não consegui e acabei por ficar em Lisboa.” (Alice) “[...] fui viver para aquela casa, [...], muito perto de onde o meu marido trabalhava.”
		Aspetos logísticos	“[...] uma familiar minha que tinha já ido daqui arranjou casa [...] e eu fui viver com eles, até ter dinheiro suficiente para dar de entrada numa casa. Entretanto, comprei casa noutra localidade. [...]. Depois, conheci o pai do meu filho e, entretanto, mudei-me [...].” (Tânia)
		Estudo	“Eu concorri para a universidade [...].” (Dinis)
		Mudança de ambiente	“Eu estava a precisar, por um lado, de acalmar em algumas coisas e, por outro, de experienciar e ver algumas coisas. Então, eu tinha alguns amigos de São Miguel lá e alguns amigos do Faial também [...] e fui para lá.” (Dinis)
Integração	Pessoal	Diferenças geográficas	“No início, é sempre mais difícil, porque nós vamos de uma ilha circunscrita, estamos habituados a saber onde é que estamos e como é que podemos ir ter a qualquer lado [...].” (Ricardo) “Aquilo fazia-me tudo muita confusão. Eu nunca sabia para onde é que estava o norte e para onde é que estava o sul. [...]. Levei bastante tempo a orientar-me na cidade.” (Paula)

		Diferenças de meio	“A cidade é suja, tem crime, tem tráfico, é um bocado por aí.” (Dinis)
		Familiaridade com o local	Eu já conhecia [a cidade] [...]. Por isso, para mim, não foi difícil essa parte de adaptação à cidade, porque já tinha pontos de referência e facilmente me deslocava.” (Joana)
		Necessidade do mar	“Um fator que a gente não se esquece, porque estamos habituados a ver o mar, é que lá não havia mar.” (Tiago)
		Resiliência	“Eu acho que foi esse ter que adaptar à força, que me deu força para me adaptar fosse ao que fosse, fosse onde fosse.” (Diana)
	Social	Influência da dimensão do local	“No início, não encarei aquilo com muita facilidade, porque estamos habituados, aqui, a um mundinho... chegamos lá e temos uma cidade enorme [...]” (Sílvia) “Era um sítio pequeno. Era fácil conhecer pessoas. Era fácil interagir.” (Alice)
		Adaptação ao meio	“Foi difícil uma pessoa se integrar, porque não conhecia muita gente. [...]. Mesmo as pessoas mais novas já tinham mentalidade, parecia que cresciam mais depressa, era completamente diferente do Faial.” (Dinis) “Muito honestamente, a adaptação foi boa, porque estavam lá os meus amigos” (André) “[...] , porque nunca foi o meu ambiente, sentia-me sempre estranha.” (Carla) “Eu acho que acabei por me adaptar e acho que já nem me lembrava como era viver aqui no Faial, porque era tão diferente.” (Cecília)
		Relação com o outro	“[...] a gente entrava no elevador, dizia «Bom dia» ou «Boa tarde» e ninguém respondia. Isso fazia-me impressão.” (Sofia) “[...] há um exemplo que eu costumo dar: eu estava à espera do autocarro, entrava e dizia «Bom dia» ou «Boa tarde» ao condutor do autocarro. Passou um dia, passou dois, passou três, ele nunca me respondeu e eu passei a não lhe dizer nada.” (Vicente) “Eu era o açoriano e o facto de ser açoriano tinha algum misticismo à volta disso. Para os meus colegas, eu era o primeiro açoriano que eles conheceram.” (Rui) “[...] no dia a dia, era o convívio de trabalho, e pronto.” (Sílvia) “[...] ao fim de semana, ia quase tudo para casa [...] – apanhavam os autocarros e os comboios e iam –, e os açorianos e os madeirenses ficavam; por isso, ao fim de semana, juntávamo-nos sempre. Mas, durante a semana, não. Eu também convivia muito com as minhas colegas da faculdade, juntávamo-nos para estudar e para sair. (Vera)

			“Claro que uma pessoa acaba por fazer mais amizade com uns do que com outros, e por criar grupos de amizades de vários sítios [...]; quer dizer, fiquei com amizades que, ainda hoje, perduram.” (Sofia) “Fizemos amizades fortes, que ainda hoje mantenho. [...] a maior parte delas tinham sido retornadas. Éramos todas da mesma idade e foi naquele período que vieram de Angola e de Moçambique. Se calhar, porque tínhamos todas vindo de sítios diferentes é que a gente se agarrava mais umas às outras e fazíamos amizades mais profundas.” (Tânia) “Na residência, chegámos a ter uma chinesa, uma japonesa, uma macaense, uma holandesa. Como tinha também muita gente de fora, acabámos por conhecer muito mais pessoas de universidade com outras realidades.” (Joana) “[...] fui muito feliz, onde, pela primeira vez, vi ciganos, onde tive como vizinhos ciganos que faziam as praças e moravam naquela rua. [...]. Eu vivi ao pé de tudo; descobri um mundo novo: gente de todos os tipos, de todas as maneiras de ser. Mas, tentei conviver com cada uma delas, dentro da maneira de ser delas. (Diana)
		Habitação / Redes de apoio	“[...] como tinha família lá e, num primeiro momento, poderia ir para casa deles, para uma melhor integração, foi isso que aconteceu.” (Sofia) “Eu tinha uma amiga daqui [do Faial] [...] e vivia [...] com família, e foram eles que me ajudaram muito no início.” (Sílvia) “Lá, fiquei num apartamento com os meus amigos de cá, do Faial, e foi assim durante os cinco anos que estive lá. Assim, de alguma forma, mitigava aquilo que foram as saudades.” (André) “A pedido dos meus pais e também meu, [...] fui para uma residência universitária, que era uma residência muito pequena [...].” (Joana) “Tive proposta para ficar numa residência, mas não. Lá está, se eu fosse para a residência, o que é que eu ia encontrar? Açorianos e madeirenses. [...]. Então, fiquei num apartamento, que dividia com outra colega que conheci na inscrição [...].” (Alice) “Durante o curso, vivia na academia. Depois, casei e vivi em família.” (Ricardo) “Tenho casa [...], porque o miúdo, entretanto, saiu da residência e foi para a nossa casa e é a casa que eu, ainda hoje, mantenho para a miúda, se quiser ir estudar, ou para mim, quem sabe.” (Tânia)

		Saúde	“Nunca precisei de ir ao hospital, enquanto estive lá fora, só precisei de coisas da farmácia, ou de algumas coisas básicas; mas, se precisasse, tinha o sistema de saúde, através da entidade patronal.” (Tiago) “O seguro de saúde, fi-lo quando morava em Lisboa. E um seguro de saúde, em Lisboa, é muito interessante; aqui, não me serve para nada. Depois, em termos de especialidades, é diferente.” (Rui) “[...] nós, enquanto estudantes da universidade [...], tínhamos acesso aos serviços sociais e, através dos serviços sociais, podíamos marcar consulta. E, fora isso, também podíamos recorrer aos centros de saúde da área de residência”. (Vera) As consultas, foi sempre através de privados, porque tinha ADSE – era beneficiária pelos meus pais – e era muito mais fácil.” (Sofia)
		Educação	“Na altura, o ensino, lá, era diferente do daqui, e houve partes de matéria que me faltaram. Houve coisas que me escaparam, coisas que a gente ainda não tinha dado aqui e eles já tinham dado lá. Mas recuperei bem.” (Cecília) Foi difícil, no sentido [...] das fontes de conhecimento e da abertura ao conhecimento; quer dizer, eles tinham uma perspetiva completamente diferente da que eu tinha.” (Sofia)
	Cultural	Gosto por atividades culturais	“[...] a nível cultural, gosto muito de cinema e, lá, o acesso, em comparação com o Faial, é completamente diferente.” (Sara)
		Relação entre culturas	“Culturalmente, integrei-me logo em tudo.” (Diana) Nas escolas, por exemplo, nos desfiles etnográficos, eles prezavam muito que eu participasse sempre, principalmente com a miúda, porque ela é que viveu mais lá, e levasse os trajes regionais típicos aqui da ilha.” (Tânia) “[...] como eu já tinha estado na Universidade dos Açores, fui perguntar se podia usar o traje que tinha, que era açoriano, e fui logo muito mal recebida. [...]. Ainda me disseram: «Ah, ainda por cima és caloira estrangeira». Olhei para toda a gente e pensei: «Ok, boa apresentação»; então, nem sequer fui à praxe.” (Sílvia)
		Língua	“[...] os colegas, gozavam com a pronúncia, com a maneira de falar e eu acho que, aí, acabei por me retrain [...]” (Cecília) “Só nos chateava – chateia a qualquer faialense – é as pessoas duvidarem de sermos faialenses, porque não temos pronúncia.” (Tânia)

	Económica	Meios de subsistência	“Os meus pais davam-me uma mensalidade e eu tinha que gerir o dinheiro [...]” (Vicente) “Quando comecei a trabalhar, a minha mãe continuou a pagar-me a casa, mas o dinheiro que recebia já era para me sustentar.” (Sílvia)
		Apoio institucional	“Durante os primeiros anos, consegui bolsa da universidade; dava para pagar o passe, já estava bom. (Cláudia) “A nível financeiro, tive bolsa de estudo da universidade e também fui sempre bolseira da Fundação Faialense. [...] são cinco bolseiros do Faial e são cinco da América. [...] São os emigrantes faialenses que estão lá fora, que se juntam e que angariam fundos para, depois, atribuir essas bolsas.” (Paula)
	Profissional	Atividade profissional pós-universidade	“Lá, trabalha-se muito e o desgaste é horrível. Na altura, trabalhava muito, tinha pouco tempo.” (Alice) “[...] terminei o curso e não regressei logo ao Faial; fiquei a trabalhar [...]. Penso que foi relativamente fácil, porque, depois de um curso de cinco anos, nós queremos é ir para o terreno trabalhar.” (Ricardo)
		Atividade profissional sem concluir universidade	“Eu, enquanto estive na universidade, aprendi o básico, aprendi a trabalhar com os programas, o necessário para fazer alguns trabalhos. Ainda fiz alguns trabalhos de freelancer, uns biscates, aqui e acolá.” (Dinis)
		Relação entre colegas	“Era um ambiente que hoje já não existe. Eu vejo as queixas que eles fazem: já não há camaradagem como havia antigamente.” (Tânia)
	Política	Intervenção política	“Eu, quando chegava aos sítios, procurava logo instalar-me politicamente.” (Diana)
	Contacto com a ilha de origem	Contacto frequente	“Todos os dias tinha que falar com a minha mãe. Eu, quando estava lá fora, tinha mais contacto com ela do que, propriamente, aqui.” (Tânia) “Falava com a família, todos os dias, e com os amigos. Na altura, já havia <i>Facebook</i>, por isso, era por <i>Facebook</i>, por mensagens.” (Vicente)
		Contacto com regularidade	“Até ter telefone em casa, eu ia para as cabines telefónicas ao domingo [...]. Eu nunca cortei os laços com a minha família. Eles enviavam coisas para mim, de cá, eu enviava de lá para cá.” (Diana) “[...] eu falava com o meu pai, mas não era a todo o momento, como agora [...]. Lembro-me que falávamos uma vez por semana, duas vezes, no máximo, porque as comunicações não eram gratuitas [...]; portanto, havia que controlar a parte dos custos.” (Carla)

		Contacto eventual	“Na altura, era só por telefone. De vez em quando, falava com alguns amigos mais chegados por telefone. Às vezes, eles ligavam para saber como é que eu estava; por exemplo, se ouviam alguma notícia [...], perguntavam-me: «Estás aí perto?».” (Diogo)
		Evolução das comunicações	“Com a família, sim. Com os amigos..., com alguns, sim. [...]. Por telefone. Da segunda vez que fui, [...] já utilizava a internet, mas quando fui, da vez anterior, não utilizava”. (Ricardo)
	Visitas à ilha	Frequência das visitas	“Vinha nos períodos de férias, em todas as interrupções letivas.” (Vera)
		Regularidade das visitas	“Eu vinha cá todos os anos e, às vezes, mais que uma vez por ano [...], porque eu gostava muito de fazer uma coisa que ainda hoje faço, que é dar o primeiro mergulho do ano. Então, eu vinha sempre no Natal” “Eu vim aos quinze anos, a primeira vez, e depois só voltei a vir aos dezoito. A partir dos dezoito, comecei a vir todos os anos, nas férias. [...]. Acho que, depois de começar a vir cá, de férias, aí sim, já tentava procurar mais os amigos de cá, já sentia mais essa ligação outra vez, aqui, ao Faial.” (Cecília) “De 1998 para cá, eu, praticamente, vim todos os anos. E nos últimos cinco anos que vinha cá, eu já vinha duas vezes por ano.” (Diana)
		Condicionamentos	“Durante o curso, acho que vim uma vez. Depois, enquanto trabalhava, vim de férias, uma vez, ou outra. Não era frequente vir, porque as passagens também não eram baratas.” (Paulo)
		Relação das visitas com o regresso	“[...] primeiro, eu comecei a vir de férias e a sondar o meu marido: «E se nós voltássemos?».” (Diana) “Vinha cá de férias, gostava de vir de férias, mas nunca foi uma ideia, vir viver para cá. Foi o conjunto das circunstâncias que me fez vir para cá.” (Cecília) “Eu voltava cá, de férias, e sentia-me bem cá. Cada vez que saía de cá, custava-me mais um bocadinho.” (Alice) “Vim para cá, vim passar o Natal e disse: «É isto, estou a precisar de uma vida mais calma e tranquila». Vinha duas semanas e houve um dia que eu disse: «Vou ficar cá», e já não regresssei [...].” (Rui)

	Contacto com conterrâneos	Familiares	“[...] tinha um familiar que tinha um bar [...] com algumas coisas dos Açores, e ia lá, às vezes, aos fins de semana.” (Tiago) “Eu também tinha família lá [...] e, às vezes ao fim de semana, convidavam-me para jantar ou almoçar. Eu gostava desse carinho.” (Carla) “Em Lisboa, tinha uma familiar [...] e, depois, tinha lá muitas pessoas conhecidas também – pessoas do Faial, amigas dos meus pais –; portanto, eu tinha sempre uma rede de suporte. Depois, o resto da minha família, como vão com frequência a Lisboa, eu tinha sempre um jantar, tinha sempre alguém que tinha este cuidado – nunca vai daqui ninguém que não ligue para combinar qualquer coisa.” (Joana)
		Colegas	“Tinha uma colega de turma, que estava a viver comigo e que era de São Miguel. Eramos ‘as açorianas’.” (Sílvia) “A escola era nova, os colegas eram novos. Quando regressava a casa em Lisboa, pelo menos tinha a minha colega de cá, porque eramos da mesma freguesia, tínhamos as mesmas ligações, por isso era como se fosse um porto de abrigo [...].” (Carla) “Chegou a uma altura, na minha residência, em que estavam três de São Miguel, duas do Faial e uma do Pico – em treze, éramos seis dos Açores.” (Joana) “[...] tinha colegas de São Miguel, da Terceira. Uma coisa engraçada é que as outras ilhas não gostam de São Miguel, há uma rivalidade horrível com São Miguel, porque, para os de São Miguel, eles são os Açores e nós somos as ilhas. Mas, isto é uma coisa que já vem há muitos anos. Mas, é aqui, connosco, porque, se a gente for para o continente, e se a gente se apercebe da pronúncia de São Miguel, pronto, já somos amigos desde que nascemos.” (Tânia)
		Desejo ou não de encontro	“Eu chegava a ir, à hora de almoço, quando tinha duas horas de almoço, de propósito até à Baixa, entrava por uma rua e saía por outra, só para ver se encontrava algum faialense. E tinha sempre sorte.” (Tânia) “Em Lisboa [...], eles faziam o jantar do faialense, no <i>Peter</i>, no Parque das Nações, uma vez por ano. Eu fui um ou dois anos [...]” (Vicente) “Eu soube, depois, que havia lá pessoas do Faial, mas nunca sequer me tentei ligar. Jantares de açorianos, não; nem pensar.” (Alice)

	Participação em associações de migrantes / açorianos	Participação associativa	“Nós, no meio do primeiro ano, fomos inscrever-nos na Casa dos Açores. Depois, participei nalgumas atividades que a Casa dos Açores fazia.” (Diogo) “Eu fiz parte dessa tuna [...] e foi logo a seguir ao primeiro Natal que comecei a ir; ou seja, era uma forma de, ao sábado à tarde, estar integrada. (Cláudia) “Relacionada com os Açores, havia lá a Casa dos Açores e o pessoal, às vezes, ia à Casa dos Açores, mas para um concerto ou uma palestra, e não por hábito. Nunca pertenci nem fui associada dessas associações.” (Sílvia)
		Inexistência de participação	“Não, porque eu só tinha o domingo, [...]. E não sobrava tempo para nada. [...]. Eu nunca lidei com pessoal de cá, nunca pude ir para nada onde houvesse associações; nada.” (Diana) “Por acaso, nunca tive contacto. Embora soubesse que havia lá a Casa dos Açores, [...] nunca lá fui, porque eu acho que talvez nunca me senti deslocada.” (Joana)
	Manutenção de hábitos da região de origem	Hábitos gastronómicos	“Lá em casa, eu fazia coscorões no Carnaval, fazia fofas, da receita que a minha tia me tinha dado; no Espírito Santo, fazia as sopas, com a carne cozida, com o chouriço, com a couve, fazia aquela travessa tal e qual como se estivesse cá [...].” (Diana) “Eu nunca saí daqui. Pelo feijão assado, pela carne assada, pela molha de carne, por tudo o que eu levava, a linguiça, o inhame, os bifes temperados pela minha mãe, a massa sovada, o queijo [...]. [...]. Nessa altura, eu nem sequer pensava que isso ajudava-me a viver o dia a dia; mas, hoje em dia, penso que, realmente, isso ajudava a estar sempre no Faial.” (Sofia) “A minha avó fazia umas sopas e a gente juntava-se todos nos aniversários do meu avô e da minha avó, ou se vinha um tio [...]. Fora isso, não havia nada que eu usasse da minha vivência aqui.” (Cecília)
		Comemoração de datas festivas nos Açores	“Nós reuníamos sempre no Dia das Amigas, que lá não há, e juntávamo-nos sempre lá na minha casa.” (Sara) “Cheguei a fazer o Dia de Amigas lá, [...]. As minhas colegas do continente não conheciam o Dia de Amigas [...].” (Cláudia) “Sim, por exemplo, o Dia dos Amigos.” (Ricardo) “No Carnaval, gostava de me mascarar e ir para os bailes como me mascarava cá: nós imitávamos os emigrantes.” (Diana) “[...], quando fui para lá [...], houve o corte com os Açores e o que tinha dos Açores era quando a gente se juntava com a família, lá.” (Cecília) “Quando havia uma festa cá, claro que me lembrava, mas não

			fazia nada de diferente por estar a acontecer cá.” (Paula)
Avaliação	Aspetos mais marcantes	Agrado ou saudade	“Agradou-me a oferta, a possibilidade de fazermos muitas coisas que aqui, no Faial, não existiam [...]” (Ricardo) “O que me faz mais falta da cidade de Lisboa são os centros comerciais, é verdade, porque aqui não temos [...]” (Carla) “Sinto falta das amizades que fiz.” (Joana) “Sinto falta das estradas e autoestradas para a gente ir para onde a gente quer. Aí, sim, liberdade..., tipo... <i>tou</i> farta de estar em casa e vamos dar uma voltinha, [...]” (Silvia) “[...] há um certo anonimato; ou seja, estarmos ali a andar e não ter nada nem ninguém que nos conheça e nós sentirmos uma certa liberdade.” (Cláudia) “[...] ao fim de algum tempo, a sensação que, afinal, até é bom que nos conheçam e é bom termos alguém a quem cumprimentar de uma forma mais calorosa, na rua, no dia a dia.” (Ricardo) “Desagradar, eu acho que não desagradou nada.” (Diogo)
		Desagrado	“Em qualquer dos lados que vivi, foi sempre o clima que me desagradou.” (Diana) “Acho que as pessoas são muito egoístas, vivem no seu mundo, não há muito envolvimento e acho que foi, basicamente, disso que eu não gostei muito.” (Cecília) “A insegurança foi, sem dúvida, uma das coisas que mais me desagradou lá.” (Sofia) “Aquela parte dos transportes era uma loucura, tudo para um lado e para o outro, à hora de ponta.” (Carla) Desagrada-me o preço de Lisboa; tem muitas coisas, mas é tudo muito caro.” (Alice) E a desvantagem de não ter família lá [...]” (Alice)
	Mudanças que migração representou	Mais-valia a nível profissional	“Foi uma viragem na minha vida, porque estava na condição social de desempregado e tive que sair para ir fazer essa formação e, quando volto, já volto com trabalho.” (Tiago) “O que trouxe a migração? Trouxe-me, em primeiro lugar, a possibilidade de ter feito o curso. Em segundo lugar, trouxe-me a experiência de trabalhar [...] e de ter ganho, penso eu, outras capacidades com essas experiências. E tentei implementá-las cá, também, no meu trabalho, no dia a dia.” (Ricardo) “Se eu não tivesse vivido a experiência que vivi, eu nunca teria tido a capacidade de transmitir o conhecimento, como tive. Portanto, não foi só aquilo que eu fui, a nível de academia; também a minha integração naquele meio, deu-me uma bagagem enorme para a minha própria profissão.” (Sofia)

		Enriquecimento pessoal	“O facto de ter migrado deu-me uma bagagem que eu cá levaria mais tempo a adquirir. E lá foi mais rápido. E não foi a questão académica. [...]. [...] mais importante do que propriamente ter ido estudar, foi ter saído para onde tive a possibilidade [...] de ter conhecido outras pessoas; pessoas com culturas diferentes da minha, com educações diferentes da minha, com gostos totalmente diferentes dos meus.” (Rui)
		Melhoria de condições de vida	“Eu tive oportunidades que não teria cá: o meu filho não teria crescido como cresceu, era quase impossível; ter os bens materiais que adquirir, aqui, também seria impensável.” (Diana)
		Interferência na identidade	“Eu acho que não sou faialense nem lisboeta; acho que fiquei, assim, perdida no meio disso tudo, porque vejo um bocadinho de cá, um bocadinho de lá. É uma mistura.” (Cecília) “Acho que nunca tinha pensado nisso até. Pois, migrante..., eu realmente fui, talvez. [...]. Foi um trajeto normal de vida, porque aqui não havia como prosseguir estudos. Então, fui à procura de um pouco mais.” (Carla)

– Quanto ao regresso:

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Unidade de contexto
Circunstâncias	Motivação	Receber e/ou prestar apoio à família	“O que me trouxe para cá foi a família.” (Paula) “Foi por nós que vim para cá, porque eu consigo ter tempo para ele [filho], consigo ter o apoio dos meus pais.” (Rui) “A minha avó estava a ficar mais velha e os meus pais também; precisavam cada vez mais do apoio dos filhos.” (Alice) “[...] eu sabia que aqui tinha mais apoio dos pais e não tinha tantas despesas.” (Vicente) “[...] conheci o meu marido, e foi por aí que acabei por vir. Não fazia parte da minha perspetiva vir para o Faial.” (Cecília)
		Menores encargos / custo de vida mais baixo	“[...] a situação económica do país: os ordenados reduziram; a situação geral ficou pior. Já não tinha grandes benefícios em estar em Lisboa.” (Alice)
		Oportunidade de inserção no mercado de trabalho	“É difícil, quando saímos da universidade, ter o primeiro emprego. [...]. Neste caso, o Estagiar L é que me faz retornar.” (Sara) “[...] no concurso de colocações, vim diretamente para a Horta.” (Paulo) “Ainda estive um ano [...] à procura de trabalho, a ver se conseguia fazer alguma coisa, mas, como não resultou, [...] eu disse: «Vou-me embora».” (Cecília) “[...] o arranjar trabalho, que era mais fácil, [...]” (Vicente)

		Qualidade de vida	“Eu estava cansado. Eu tinha uma vida profissional muito preenchida, nos últimos anos [...]. E a decisão de vir para o Faial tem muito a ver com isso, tem a ver com a tranquilidade que eu tenho, e com aquilo que eu lhe podia oferecer [ao filho].” (Rui) “E, a viver aqui, tenho mais tempo para fazer outras coisas.” (Vicente)
		Vontade de contribuir para a ilha	“[...] quando regresssei, regresssei com esse dual desejo: de voltar à minha terra, mas também vontade de trabalhar pela minha terra.” (Ricardo) “Ter terminado o curso; eu tinha terminado o meu objetivo. Acabei o estágio, arrumei as minhas coisas e vim-me embora.” (Carla)
	Decisão individual ou partilhada	Individual	“Foi uma decisão unicamente minha [...]; não houve influência, foi uma opção.” (Sara) “A decisão de regressar foi só minha. Os meus pais não queriam que eu voltasse para cá. Eles diziam que isto aqui era um sítio pequeno e que havia mais oportunidades fora de cá, mas eu acho que é o contrário.” (Dinis) “Na altura, a minha namorada queria ter ficado lá e eu lembro-me de ter dito a ela: «Se queres ficar, fica, que eu vou-me embora».” (Diogo)
		Partilhada	“Foi minha e dos meus filhos.” (Tânia) “Foi dos dois. Eu conversei com o meu marido, [...]. Então, o meu marido entendeu que eu precisava daquilo e viemos para cá.” (Diana)
	Regresso como planeado ou não	Como planeado	“Sim. [...]. E só não vim mais cedo, porque sou uma pessoa que pensa: «Ok, meti-me nisto, agora vou até ao fim», porque a vontade, muitas vezes, foi vir embora.” (Paula) “[...] eu pensava: «Eu vou para lá, mas não vou a arrastar-me nem vou de bengala; eu vou bem para viver aquela ilha, eu vou bem para subir aqueles cabeços e descê-los». E foi isso que eu fiz.” (Diana) “Na altura, como foi uma decisão planeada, não houve, assim, muito impacto, porque já sabia aquilo que estava à espera. (Vicente) “Aconteceu, até, antes do que eu esperava. Foi muito fácil: abriu concurso para trabalhar aqui, eu concorri e fiquei.” (Alice)
	Regresso sozinho / acompanhado	Sozinho	“[...] para cá, regresssei sozinha.” (Vera) “Voltei sozinha”. (Carla) “Regresssei sozinha.” (Sílvia)
		Acompanhado	“[...] viemos os três para cá, tinha ele [o filho] seis meses.” (Rui) “A miúda gostava muito de vir para o Faial.” (Tânia) “[...] o meu marido entendeu que eu precisava [...] e viemos para cá.” (Diana)

	Permanência de familiares no local de acolhimento	Familiares com pouca ligação	“Tenho a minha família toda cá. Tenho uns tios lá, mas, com os meus tios, nunca tive grande ligação.” (Sílvia) “Deixei, por um mês apenas, mas deixei.” (Ricardo)
		Filhos maiores de idade e netos	“[...] eu tenho o meu filho e as minhas netas lá fora, por isso eu estou muito dividida: tenho o coração lá fora e estou aqui.” (Diana)
	Apoio institucional ao regresso e/ou reintegração	Inexistência de apoio ao regresso	“Não, nem na altura pedi” (Rui) “Nada. Foi sempre à custa do meu trabalho.” (Tânia)
		Programas de incentivo ao regresso	“Com o Estagiar L, podemos dizer que, nesse âmbito, beneficiei de algum apoio do governo, porque eles é que suportavam os salários, no âmbito do Estagiar L, como acontece agora.” (Paula)
		Recusa de recurso a programa de regresso	“Antes de eu sair de cá, na altura, havia um programa de apoio [...], em que garantiam o total pagamento das propinas, e ainda davam uma bolsa, tinha é que garantir a vinda para cá; pelo menos, uns anos, tinha que cá trabalhar, e eu não aceitei, na altura.” (Alice)
		Contribuição de entidade patronal	“Quando saí e regressei, as despesas foram suportadas pela minha entidade patronal, sendo que eu dependo do governo central, não do governo regional.” (Tiago)
Regresso(s) anteriores(s)	Motivação	Cumprimento de objetivos estabelecidos	“A minha intenção, quando fui, já era ficar lá, pelo menos no início da vida profissional para adquirir experiência e depois, então, poder regressar. E acabou por ser assim.” (Ricardo)
Consequências ao nível individual	Perceção dos ex-migrantes sobre a região de origem antes e após o regresso	Sem evolução	“Parada no tempo. As estradas iguais, as lojas, a mesma coisa – há anos que são iguais. Senti, que tinha saído e voltado, e pouco investimento tinha sido feito nas infraestruturas da ilha. Nota-se pouca evolução” (Paula) “A mudança que eu notei mais foi a nível de construções. Cada vez que eu vinha, dizia: «Olha, já fizeram esta casa, aquela também já está pronta».” (Carla) “Eu preferi ter criado o meu filho lá fora do que o ter criado cá, porque eu tinha sempre de o mandar para fora para ele estudar. As coisas continuam da mesma maneira. Os jovens não têm aqui quase nada.” (Diana)
		Maior dependência	Achei mais subsídio-dependente. Uma dinâmica inferior à que existia antes. Havia mais iniciativa na altura em que estava cá, por parte dos jovens [...]. (Rui)
		Consciência das limitações da ilha	“[...] sempre tive plena consciência de onde é que tinha partido, onde é que estava. Não sou daquelas pessoas que diz: «No Faial não há nada». Não pode haver, nós somos quinze mil habitantes; ou seja, nós temos que ter consciência das nossas limitações”. (Cláudia)

		Perspetiva positiva	“Eu acho que nós temos aquilo que precisamos, à nossa escala, até porque, fazendo uma comparação com o continente português, há sítios no continente que têm o mesmo número de habitantes que nós temos aqui e que, se calhar, não têm todos os serviços que nós temos”. (Vera)
		Valorização da ilha	“Pelo menos da minha parte, acho que nós que saímos e voltamos, acabamos por valorizar mais aquilo que temos cá do que, se calhar, as pessoas que vivem aqui a vida toda.” (Paula) “Eu dou um valor que eles não dão. Os cheiros, eu digo: «Ah, que cheirinho a mar. Sabe tão bem»; eles, não. É preciso estar muito tempo fora para dar valor a isto.” (Tânia)
		Qualidade de vida	“Quando uma pessoa é jovem, quer sair daqui, porque pensa que isto é pequeno. E, depois, uma pessoa vê que tem tudo o que precisa aqui, tem uma qualidade de vida que não vai arranjar em mais sítio nenhum. É bom para criar família, bom para quase tudo.” (Dinis)
		Conhecimento de realidades novas da ilha	“Eu acho que a diferença não é entre o antes e depois de regressar. Eu nasci aqui, na cidade da Horta, e vivi por aqui. E, depois, a ideia com que fiquei, quando regresssei, é que havia muita coisa que eu não conhecia [...]”. (Vera)
		Atitude da população local	“A nível de ilha, como eu vinha cá de seis em seis meses, não achei grande diferença. [...]. Notei, se calhar, diferença na atitude de algumas pessoas. [...]. Algumas pessoas gostaram das novidades, mas eu achei que as pessoas aqui, na altura, estavam muito paradas. Eu acho que as pessoas continuam a não querer o desenvolvimento.” (Diogo)
	Receção pela população residente	Boa receção	“Quando regresssei não senti grande diferença, porque nunca considereei que tivesse quebrado laços com quem cá ficou. E, depois, como vinha sempre cá, isso nunca se perdeu, acho eu.” (Cláudia) “[...] quando eu cheguei, as pessoas mais velhas diziam: «Oh rapariga, tu estás exatamente como eras, quando eras miúda». As pessoas sempre me acolheram bem.” (Tânia) “Foi difícil, porque eu acho que esta é uma terra um bocado elitista; então, olham assim um bocadinho de banda até uma pessoa mostrar as suas conquistas, ou fazer alguma coisa.” (Dinis)
		Hesitação	“As pessoas, aqui, são muito complicadas. [...] aquele primeiro mês foi mesmo muito mau, ao ponto de pensar: «Eu vou voltar para lá». Mas, depois, o tempo foi passando e [...] o pessoal começou a dizer: «Ele tem lógica. Isto bate certo». E as pessoas começaram, realmente, a dar o aval. [...]”. (Diogo)

		Estranheza	“Foi estranho, porque eu fui daqui [...] e, entretanto, cresci, fui mudando as feições e, basicamente, as pessoas não se lembravam de mim. Essa parte foi estranha. E, lá está, o que eu penso é que, como não conhecem, têm receio...; é a parte da confiança.” (Cecília) “Havia gente de cá que não me conhecia quando cheguei e isso foi bom. Diziam: «A sério, és de cá? Não sabia». Isso, sabia-me bem. Mas durou pouco tempo.” (Rui)
Contacto com o(s) local(ais) de acolhimento	Contacto à distância	Formas variadas de contacto	“Por telefone, por Skype, por Messenger; hoje, temos tantas aplicações.” (Alice)
		Amigos e familiares	“O contacto que mantenho é com pessoas amigas que conheci lá, e com alguns familiares, através do telefone e das redes sociais. E vou acompanhando, porque as notícias nacionais ajudam-nos a manter a par da vida no continente.” (Ricardo) “[...] a universidade tinha uma plataforma em que partilha, mesmo a parte de empregos, da cidade e de notícias e eu vou lá com alguma frequência.” (Sara) “Mantenho contacto com colegas que atualmente estão um pouco espalhadas [...]. Houve um grupo que se dispersou bastante, mas que mantemos contacto e que acho engraçado, porque acabou por se gerar ali uma pequenina família e que se mantém essa ligação.” (Sara) “Ainda hoje, publico notícias e partilho coisas de lá, estou em contacto com os meus amigos. De vez em quando, uns escrevem-me, quando têm saudades; até me põem coisas na página do Facebook [...].” (Diana)
	Visitas	Frequência	“Ainda este ano, estive lá.” (Paulo) “Nunca voltei lá.” (Paula) “Pelo menos, duas vezes por ano, de certeza que vamos.” (Joana) “Por um lado, a minha atividade profissional faz com que eu vá muitas vezes a Lisboa; as consultas que o meu filho tem também fazem com que eu vá a Lisboa, muitas vezes.” (Rui) “Agora faço exatamente o contrário: estou cá, mas vou, pelo menos, três vezes por ano lá. Eu vou, normalmente, quando a miúda tem as interrupções letivas: vou na Páscoa, vou no verão e vou no Natal.” (Tânia)
		Habitação própria no local de acolhimento	“Normalmente, vou duas vezes por ano e o meu filho talvez venha cá outras duas. Nós temos lá a nossa casa, temos lá um carro – trouxemos um e deixámos lá outro. Mas eu, não estando a trabalhar, posso dizer que, três vezes por ano, estou lá fora.” (Diana) “Eu costumo dizer que, um dia, se puder, gostava de comprar lá

			uma casa como algumas pessoas que andam de um lado para o outro; [...]. E eu já fui lá duas, ou três vezes. [...]. O ideal era sair duas vezes. Quero sair mais vezes e visitar os meus amigos, porque, lá, eu sinto-me em casa.” (Diogo)
	Hábitos adquiridos fora da ilha e mantidos após o regresso	Não transposição de hábitos	“Não. Aliás, os hábitos que tínhamos lá eram, praticamente, os hábitos que tínhamos cá. Mas acho que não trouxe nada de lá. O que eu trouxe de lá, efetivamente, foi o conhecimento académico que adquiri [...].” (André) “Não – isso é muito interessante –, há hábitos cá e há hábitos lá. Eu, cá, não tenho o hábito de sair do trabalho e de me sentar com os amigos a beber um copo e, lá, tenho esse hábito. Tinha esse hábito e ainda mantenho esse hábito, mesmo indo lá, dois ou três dias.” (Rui)
		Transposição de hábitos	“Sim, trouxe a bicicleta, para fazer ‘BTT’, mas isto, como é sempre a mesma coisa, é sempre a mesma ilha – apesar de se poderem fazer caminhos diferentes, mas é sempre o mesmo sítio –, eu acabei por desanimar e vendi a bicicleta.” (Paulo) “Acho que trouxe para cá um bocadinho daquela aceleração, porque, às vezes, também acho isto aqui um pouco parado.” (Sílvia) “Acho que me tornei uma pessoa muito mais organizada do que era, pelo facto de ter ido viver sozinha. Isso também foi uma lição de vida, porque aqui eu tinha quem fizesse por mim; isso faz-nos crescer.” (Sofia)
		Manutenção de hábitos gastronómicos	Principalmente, a gastronomia dos sítios por onde passei. Tenho noção que trouxe isso de lá [...]. [...]. A gastronomia tem qualquer coisa de diferente. Deixei lá, mas também trouxe.” (Sofia)
Impacto do regresso do migrante na ilha de origem	Contribuição para desenvolvimento da região de origem	Espírito de iniciativa	“Eu sempre fui com a intenção de voltar, porque sempre gostei muito do Faial, sempre achei que podia contribuir para a minha terra. [...]. Por isso é que eu não digo que não, porque se é um desafio que nos é lançado, e que não é só para nosso proveito, acho que o que a gente recebeu da comunidade tem que saber devolver.” (Joana) “A nível da Associação de Jovens da Ilha do Faial [...]. [...]. Espero que tenha sido um esforço para desenvolver e para unir os jovens e para alertar para um regresso.” (Sara)
		Diminuição dos índices de envelhecimento	“[...] o facto de regressar, acho que – uma vez que, cada vez mais, os jovens saem e não regressam e a população começa a ter uma tendência de envelhecimento, penso eu –, a nível de economia regional, ter mais um ativo a gerar economia e contribuir para a diminuição da população envelhecida, apesar de ser um – um não faz grande diferença –, mas aos poucos é que se vai conseguindo mudar os indicadores. Nessa matéria,

			acho que consegui contribuir.” (Sara)
	Incremento económico		“Se atendermos a que, quando estava por cá, estava desempregado e, quando voltei, voltei com um emprego, claro que isso mexe, ao nível da economia da ilha; tem uma relação direta.” (Tiago) “É mais um ordenado que fica cá na ilha, é mais um ordenado que é gasto nas coisas, aqui, da ilha.” (Paulo) Às vezes pensava: «Vou guardar, para comprar roupa, isto e aquilo, quando for lá fora». Mas, depois pensava: «Então, mas é aqui que eu vivo, é a economia da minha terra que eu tenho que ajudar [...]».” (Diana)
	Postos de trabalho		“À partida, vou dar um posto de trabalho e vou dar parts-times, [...]; portanto, acabo por estar a influenciar um bocadinho o movimento da ilha e da freguesia.” (Diogo)
	Aumento da concorrência		“Eu fui o primeiro a abrir [este negócio] [...] de raiz nos Açores, [...]. Eu acho que fui o pontapé de saída. Esse pontapé de saída fez haver outras concorrências.” (Diogo)
	Diversificação de oferta		“Eu procuro fazer por isso, [...], através da promoção. Eu acho que a gente tem capacidade para fazer turismo o ano todo, só que as coisas não estão muito exploradas ainda.” (Dinis) “Na perspetiva profissional, [...], acho que sim; eu e mais dois ou três colegas que vieram na mesma altura abrimos, digamos, alguns caminhos em áreas diferentes [...]” (André) “[...] ter alguém da ilha licenciado e especializado na área, nesse aspeto, é uma mais-valia.” (Carla)
	Enriquecimento cultural		“Ao nível profissional, a coisa mais interessante que tem é a de a gente receber grupos, sejam de Portugal continental ou de outro país, de outra comunidade, e de a gente partilhar culturas, e de nós podermos fazer essa ponte e dar a conhecer aos faialenses o que há de melhor; ou seja, este cruzamento de culturas, de tradições. E acho que isso só enriquece, tanto quem vem, como quem está cá.” (Sofia)
	Aplicação na ilha de conhecimentos técnicos e experiências adquiridas		“[...] ter tido a possibilidade de trazer para o Faial esses conhecimentos e essas experiências e, depois, ter a possibilidade de ajustar, cá, de forma gradual, essas metodologias [...]” (Ricardo)
	Participação política		“Noto que me interesso por estar informada sobre os assuntos relevantes da ilha e participo sempre que posso, mas sinto que deveria participar mais.” (Paula) “De vez em quando, convidam-me para fazer parte de umas listas [partidárias] mas, na parte política, assim, não participo.” (Sílvia) “Dizem que sim, politicamente. Mas eu sou um quadro de apoio

			ao pessoal, só isso, e é quando posso. [...]. Eu, quando me meto nas coisas, depois, impulsiono. Quando há iniciativas, eu levo muita gente atrás. Talvez nisso eu sinta que tenho alguma importância, penso eu.” (Diana) “Eu acho é que as pessoas têm que estar despertas para estas coisas, porque da política é que nascem as decisões que vão afetar a vida deles, ou dos filhos, ou do que seja. Nessa medida, gosto de achar que contribuo, de alguma forma, para o desenvolvimento da nossa ilha.” (Joana) “[...], nesta nova função em que estou agora, procuro lutar todos os dias pelos interesses do Faial. Entendo que isso é muito importante. [...] eu procuro lutar todos os dias pelo desenvolvimento do Faial.” (Ricardo) “Fui desenvolvendo trabalho, sempre na perspetiva daquilo que tinha aprendido ao longo da minha vida, foi isso que eu tentei sempre transpor para a política, [...]. A minha forma de estar na política é mesmo esta: para mim, somos nove ilhas e não é ‘cada uma vale por si’, mas sim ‘nós valemos por todas’.” (André) “Eu aceitei este desafio, por poder contribuir para a minha ilha. Não pelo poder, porque eu sou uma pessoa mais de bastidores, eu não gosto daqueles momentos de estrelato, gosto mais de fazer e de saber que o que estou a fazer vai beneficiar aquele público-alvo”. (Sofia)
	Participação na formulação de políticas públicas regionais migratórias	Não participação	“Honestamente, não. Não posso dizer que sim, porque também não é uma matéria que nos passe muito pelas mãos”. (Joana) “Na verdade, neste último ano desde que estou em funções, não tem havido iniciativas legislativas nessa área. [...] não tenho tido ligação direta com a elaboração de políticas na área.” (Ricardo) “Aqui, [...] a gente tem contacto com muita coisa. Por acaso, esta foi uma das questões debatidas, penso que no último plano e orçamento; nomeadamente, até o secretário regional que tem a tutela, falou da necessidade de nós percebermos como é que está a correr, porque existem alguns projetos – o regresso a casa –, mas não está ainda bem medido as consequências que terão tido. Embora eu não tenha impacto nessas medidas, eu estou um bocadinho atenta.” (Cláudia)
	Desempenho de ligação entre os não-migrantes e migrantes	Apoio para quem teve a mesma experiência migratória	“Às vezes é aquela coisa de, se alguém vai estudar para fora, uma pessoa dá sempre uma palavra de incentivo. [...], e há sempre aquela parte: «Está tudo bem?», «Boa sorte», «Se precisares de alguma coisa, diz»; porque percebo que, às vezes, eles reconhecem em mim alguém que já passou pela mesma experiência do que eles. Às vezes faço aquele papel, em que são os pais que ficam atrás, e tenho uma palavrinha com eles,

			porque percebo que, para quem fica atrás, também não é muito fácil gerir coisas.” (Cláudia)
		Ensino da língua a estrangeiros	“[...] há uma experiência aqui espetacular, que foram as aulas de português para estrangeiros, através da Direção Regional das Comunidades [...]” (Sofia)
		Integração de quem vem ou é de fora	“Ainda este ano convidei para fazer parte das listas [partidárias] uma moça que está cá há pouco tempo, que veio e que sentiu na pele esta coisa de: «Não sei o que é que estou a fazer aqui. Porque é que eu voltei?». E eu disse-lhe: «Não te preocupes que isso passa». [...]. Ou ajudar, como ajudei um casal amigo da Inglaterra a vir e eu esforcei-me imenso para isso, porque pensei: «Temos que aproveitar e capitalizar estas pessoas que têm vontade de se fixar cá, nem que seja durante uns meses no ano, mas têm vontade de vir para cá», porque eu sei que são pessoas entusiasmadas, que vão contribuir para a sociedade.” (Joana)
Avaliação	Reintegração	Pessoal	“Eu nunca senti que estivesse a fazer uma reintegração, no fundo, porque eu também vinha nas férias..., nunca passei muito tempo fora de casa. [...]. Para mim, não foi assim nada..., propriamente..., estranho. Aqui é a minha casa, tenho a minha família aqui. Aqui, estou super à vontade, em todos os aspetos.” (Sílvia) “Eu sinto que foi fácil. Eu acho que não conseguia ter este estilo de vida se estivesse a viver, por exemplo, em Lisboa. [...]; portanto, tudo aquilo em que eu participo atualmente é possível, porque eu vivo cá, porque há uma proximidade muito grande, porque não vivo em Lisboa, em que cada coisa é no seu canto e com filas intermináveis de carros à espera.” (Sara) “Gosto imenso de viver cá, foi uma escolha minha, mas, sim, é importante sair, pelo menos uma ou duas vezes por ano. Acho que toda a gente tem que fazer isso, porque é um meio pequeno e nós precisamos de arejar.” (Vera)
		Social	“Socialmente, não tive qualquer problema, até porque regressiei à minha freguesia, voltei para casa dos meus pais – só mais tarde é que saí – e toda a gente me conhecia lá.” (Carla) “Eu estou bem integrada. Não me custou absolutamente nada. Às vezes, tenho a sensação de que nunca saí daqui. As pessoas tratam-me como se eu nunca tivesse saído daqui.” (Tânia) “Ao princípio, foi um bocadinho difícil, porque as pessoas olhavam para mim de lado, as pessoas discriminam um bocado; então, foi um bocado difícil, no princípio. Com o tempo, fui-me desligando disso e fui fazendo a minha vida normal. Hoje em dia, há pessoas que me vêm falar e que, na altura, me discriminaram. Agora, dou-me bem com toda a gente.” (Dinis)

			“Há certas situações em que me sinto excluída porque, lá está, quem sempre viveu aqui tem aqueles grupinhos – que também há – e aí, eu acho que não integro. Nessa parte, sinto-me um pouco excluída. Mas, fora isso, acho que a integração correu bem” (Cecília).
		Económica	“Financeiramente, para mim, é muito bom. Não pago casa. Tenho ajuda de suportes alimentares, tanto da família do meu companheiro, como da minha – almoço na casa de um, janto na casa de outro.” (Alice) “A nível monetário, eu tenho que trabalhar: posso não trabalhar o ano inteiro, mas, pelo menos metade do ano, eu tenho que trabalhar.” (Diana) “Eu tive um apoio considerável por fazer um negócio fora da cidade. [...].Em parte, não me arrependi da minha decisão e, noutra parte, se calhar, já me arrependi, porque, com o aumento da concorrência, as pessoas acabam por procurar o facilitismo, vão para onde lhes dá mais jeito. [...]; ou seja, aquilo que me fez fazer o meu negócio aqui, também faz com que, às vezes, me apeteça desistir.” (Diogo) “Eu acho que, hoje em dia, com a internet, uma pessoa tem acesso a tudo, pode comprar tudo; pode é demorar mais um bocadinho a chegar. Mas uma pessoa tem acesso a tudo cá, tudo o que necessita para cá.” (Dinis)
		Profissional	“Há aqui uma situação, que foi a situação pior que eu passei, que foi a ilusão de chegar aqui e arranjar trabalho. [...]. Na altura em que regressei, concorri para tudo. Fiz vários concursos, inclusive para outras áreas de trabalho, [...]. Tirava ótimas notas nas provas de conhecimento, mas falhava sempre, porque não tinha experiência. Aquilo quase que era um problema sem fim.” (Sofia) “Eu tive sorte. Primeiro, nunca estive sem trabalhar. [...]. E, sobretudo, tenho conseguido fazer aquilo que gosto.” (Carla) “A nível de trabalho, acho que tive uma boa integração. Na altura, houve uma grande aposta no meu desenvolvimento, mesmo para a empresa. Claro que para quem está a sair da universidade, isso também é um motivo de querer trabalhar mais e melhor, porque muitos dos que saem das universidades não estão a trabalhar, propriamente, na sua área.” (Sara) “A nível profissional, sinto-me aqui um bocadinho mais limitada, em termos de trabalho diário. Mas aqui dão mais oportunidades. O trabalho, aqui, é mais valorizado [...] e o investimento na própria profissão é mais valorizado.” (Alice) “A mentalidade daqui não é igual à do pessoal do continente, ao nível do serviço. E, mesmo as pessoas daqui, não tem nada a

			ver; a mentalidade é diferente. E isso, ainda hoje, é uma coisa que me chateia.” (Paulo)
		Cultural	“Eu já gostava de cinema, mas fiquei a gostar cada vez mais; portanto, é algo que sempre que posso e sempre há possibilidade, a nível local, de peça de teatro, eu gosto sempre de participar. [...]. Acho que despertei mais para a cultura.” (Sara)
		Política	“Eu voltei, politicamente, para as mesmas pessoas, que, em parte, vão segurando aqui o partido. Portanto, politicamente, estou ativa [...].” (Diana)
	Aspetos mais marcantes	Facilitadores	“Facilitou ser a nossa ilha, ter cá a nossa casa, a nossa família, os nossos amigos, os nossos conhecimentos. Conhecermos o terreno, claro que facilita; é muito diferente de ir viver para um sítio onde a gente não conhece ninguém.” (André) “Facilitou, talvez, ter mantido sempre o contacto. Se eu tivesse desaparecido durante dois anos, se calhar, quando voltasse ia ser diferente do que manter o contacto com as pessoas de cá. O vir cá de férias, sempre que podia, acho que deve ter facilitado.” (Paula) “Quando voltei, já tinha casa. Os meus pais têm casas disponíveis, para aluguer, e eu acabei por ficar com uma delas; eles ofereceram-me como boas-vindas e, portanto, tive a vida facilitada, nesse aspeto [...].” (Alice) “Facilitou-me o facto de já conhecer os colegas de trabalho [...], foi fácil a reintegração. Nesse aspeto correu bem. Vim para uma especialidade nova, que tinha começado naquela altura e isso, só por si, já era motivador.” (Tiago) “Uma coisa que me assusta muito, cá, é que as pessoas se conhecem todas. Eu, como estive muito tempo fora, cheguei e não conhecia ninguém. Então, foi ótimo, porque comecei, de novo. Comecei a conhecer outras pessoas; a maior parte das pessoas não sabiam que eu era de cá, nem no trabalho, e então ajudou a considerar-me uma estranha.” (Alice) “O facto de ter experiência, ajuda muito para ingressar. Eu sabia que, um dia que quisesse vir, era fácil; ia passar à frente de todos os que não tinham experiência”. (Alice)

		Dificultadores	“Não senti nada que tenha dificultado a minha reintegração.” (Cláudia) “[...] no regresso, foi difícil o facto de ter estado cinco anos fora. E a verdade é que, depois, nós adquirimos a nossa autonomia, os nossos próprios hábitos e ritmos de fazer as coisas. E, depois, regresssei para casa dos meus pais, eles têm os seus ritmos e uma pessoa tem que ter algum jogo de cintura, para as coisas correrem bem.” (Vera) “Claro que dificulta o facto de a gente conhecer toda a gente, de toda a gente se meter na vida de toda a gente, essas coisinhas assim que, por ser pequenino, é que se dispensavam um bocadinho, na minha maneira de ver.” (Sílvia) “Eu acho que foi a dificuldade de arranjar trabalho. As empresas são pequeninas, não podem ter muitos trabalhadores e não foi fácil arranjar trabalho.” (Cecília) “O que dificultou foi a área de ensino. [...]. E aí, se calhar, se tivesse tirado outro curso, tinha sido mais fácil a integração no trabalho.” (Carla)
	Balanço do regresso	Positivo	“Acho que é um bocado próprio da idade querer sair e conhecer novas coisas, novas aventuras, novos projetos... sair um bocadinho da zona de conforto. Mas, lá está, estando lá é que, pesando os prós e os contras, fez com que eu decidisse que era cá que queria viver. [...]. O balanço é positivo. Reintegrei-me cá bem. Gosto de viver cá.” (Tiago) “[...] quando voltei, deixei atrás coisas que me causam saudade. Isso não me deixa triste, pelo contrário; ou seja, faz-me pensar que apliquei aquele tempo onde devia ter aplicado e, sobretudo, saio com o sentimento de que o curso me deu as ferramentas que eu precisei e que, depois, comecei a aplicar. Por isso o balanço é positivo.” (Cláudia) “Sem dúvida que eu, se não tivesse ido para fora, não teria tido este trabalho; logo, a nível profissional, foi positivo. De resto, o balanço positivo é a minha filha, mais nada.” (Paulo) “É positivo. [...]. Estou no meio do oceano, no que gosto de fazer e tenho oportunidade de ter contacto, na área onde trabalho, com gente de todo o mundo. É um sítio bom para criar filhos, ainda. Acho que é um sítio de oportunidades, ainda.” (Dinis) Eu acho que é positivo. O facto de ter críticas a fazer ou de estar desgostoso, eu acho que faz parte; não devo ser o único. Numa perspetiva global, eu gosto de viver cá.” (Diogo) “É, sem dúvida, positivo. Sinto-me cá bem. Se calhar, este é um ponto de vista de alguém que tem uma vida muito fácil aqui. [...]. Eu acho que correu muito bem; eu nunca me arrependi de ter voltado. Sinto-me cá bem, a todos os níveis. Só mesmo

			culturalmente é a única falha; acho que é o grande senão.” (Alice) “Para já, está a ser bastante positivo. Felizmente, tenho encontrado sempre trabalho, sempre algo que me deixa, assim, ocupado e que me dá prazer também fazer.” (Vicente) “Eu quando vinha cá de férias, às vezes, tinha a sensação que isto já não era meu, que isto não já não me dizia nada. Mentira. Eu, quando regresssei, senti que pertenço aqui.” (Tânia) “Desde que regresssei, eu sinto que olho para tudo com muita riqueza. [...], eu sinto-me enriquecida por ter voltado às minhas raízes, por viver aqui, por estar naquilo que é meu, por viver na freguesia onde eu nasci [...].” (Diana)
	Regresso definitivo ou temporário	Temporário	“Aqui, no Faial, temporário; nos Açores, definitivo. [...]. Porque, estar no Faial ou em São Miguel, as diferenças vão ser mínimas; até, se calhar, preferia estar em São Miguel, que é maior e, na minha área, se calhar, era melhor.” (Vicente)
		Definitivo	“Em princípio, é definitivo. Não me passa pela cabeça ter outros projetos de sair da ilha, sem ser de férias.” (Tiago) “Sem dúvida, definitivo. [...]. Estou a fazer casa cá, não me quero mudar.” (Alice) “Eu estou aqui, porque não posso ir para mais lado nenhum. É a minha filha, basicamente, porque, de resto, eu ia-me embora e não olhava para trás.” (Paulo) “Agora, isso não me passa pela cabeça; portanto, eu acho que é definitivo, mas a gente nunca pode dizer nunca.” (Sílvia) “Se eu percebesse que isso poderia ser benéfico para os meus filhos, só me arriscaria a voltar a sair numa situação dessas. Mas, para já, não, não equaciono sair daqui.” (Sofia) “Penso que será definitivo. A gente não sabe o dia de amanhã. [...]. Acho que aqui é que é bom para criar as crianças. Aqui é tudo perto. Apesar de tudo, o que eu acho é que tem aqui mais opções do que havia na minha altura. Já temos ballet, temos hip-hop. Lá está, os que vão estudar, também já vão trazendo coisas novas. Já há ginásios, que, na altura, não havia. O que eu vejo é que as minhas filhas têm oportunidades aqui que eu não tinha.” (Cecília) “[...] dificilmente eu sairia de cá; só na circunstância de o filho ou as netas precisarem, ou por algum motivo de saúde do meu marido, [...]. Mas, depois, há sempre um regresso. A ilha não foge. E a ilha não sai de mim.” (Diana)

Análise das entrevistas aos ex-migrantes internacionais regressados à ilha do Faial

De seguida, surge a grelha de codificação da análise das entrevistas dos ex-migrantes internacionais regressados à ilha do Faial:

– Quanto à partida:

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Unidade de contexto
Pré-partida	Situação na ilha aquando da partida	Integração no agregado familiar	“[...] as cinzas do vulcão eram muitas, não dava para ter as nossas coisas. Então, a minha mãe não podia trabalhar na terra, não se podia fazer certas coisas e, então, a gente foi para o Pico e ficámos lá com o meu pai.” (Anabela)
		Família ligada à agricultura	“Nessa altura, estava aqui no quartel e trabalhava, a ajudar o meu pai e os meus irmãos nas vacas, porque a gente fazia a vida na terra.” (Afonso) “O meu pai era pedreiro, a minha mãe era da vida de casa; tinham uma vaquinha ou duas para se tirar o leite e cultivava-se muito a terra.” (Daniel) “O meu pai era lavrador, a minha mãe era doméstica.” (Beatriz)
		Trabalho	“Eu ajudava em casa.” (Beatriz) “Quando vivia cá, trabalhava numa loja, era casada [...].” (Cátia) “Na altura, eu trabalhava cá e ganhava o ordenado normal, que é muito pouco ou nada.” (Bento) “A minha situação era boa, tinha uma vida bastante estável, eu estava empregado, a minha esposa estava empregada.” (Gustavo)
		Estudo	“Estava a estudar na cidade, ficava em casa de um primo, porque não havia dinheiro para ir na camioneta, para cima e para baixo.” (Daniel)
Circunstâncias da partida	Motivação	Procura de melhores condições de vida	“Fui à procura de uma situação económica melhor na vida, como era uma terra que, dizem, se ganha muito. Fui para lá viver e trabalhar. Aqui, éramos muitos irmãos, e tinha dificuldades; não que fosse pobre, era humilde.” (Cátia) “Uma das coisas que me fez sair daqui era eu querer dar um futuro melhor à família [...]. Eu, se tivesse ficado aqui, era um pobrezinho. Eu queria ter uma vida para as gerações a seguir terem uma vida melhor do que eu.” (Daniel)

		Acompanhamento de familiares	“Eu saí do Faial [...], por decisão dos meus pais, e saí com eles.” (Beatriz) “Da primeira vez que saí, foi [...] com os meus pais. [...]. Naquela altura eles só disseram: «A gente vai para a América».” (Martim)
		Voluntariedade da saída	“[...] fui lá fazer umas horas e, ao fim desses três ou quatro dias que trabalhei [...], eles perguntaram se eu queria juntar-me [...]. Respondi: «Sim, quero. O que é que eu tenho que fazer?».” (Tomás)
		Saída por necessidade / reatividade	“Eu saí do Faial [...] por causa do vulcão, [...]. Depois, houve o sismo na Praia do Norte, a nossa casa caiu também, como as outras todas, e já não podíamos viver ali.” (Anabela) “O vulcão [...] afetou alguma coisa, porque vivíamos inteiramente de terrenos nossos. Foi nessa altura que o meu pai disse: “Já devíamos ter ido, mas, já que isto aconteceu, vamos embora.” (Beatriz) “O vulcão afetou na parte dos terrenos dos meus pais. Eu lembro-me que eles queriam trabalhar e não podiam, e havia terras que estavam completamente em cinzas. Depois, naquele tempo, era muita gente. O meu pai também era de uma família grande [...]” (Martim)
	Saída sozinho ou acompanhado	Acompanhado	“Fui [...] com os meus pais e a minha irmã [...]” (Anabela) “Na altura, eu levei a minha esposa e a minha filha, que já era nascida [...]” (Gustavo) “Foi um colega, na mesma altura [...]. Viajámos para o mesmo sítio e, depois, houve uma separação; ele foi à vida dele e eu fui à minha.” (Daniel)
		Sozinho	“Sozinho. A gente não pode levar família.” (Bento)
	Ajuda no momento da partida	Sem ajuda	“Não. Foi sempre finca-pé, até às últimas. Ela [a mãe] dizia: “Tu não sabes para onde é que vais. Vão-te enganar.” (Tomás)
		Apoio de familiares	“Quando eu saí daqui, até foi o meu cunhado que me emprestou o dinheiro para ir.” (Bento) “Entrei em contacto com primos, aqui, que tinham primos deles lá fora – famílias faialenses –, porque eu gostava de ir migrar [...]” (Daniel) “Os meus bisavós eram açorianos que emigraram para os Estados Unidos. O meu avô nasceu lá, e era americano. [...]. “Tivemos muita facilidade, porque um irmão do meu pai [...] responsabilizou-se e, para já, o meu pai tinha aquela parte que podia ir facilmente, como o meu avô era americano; so, não houve dificuldades.” (Beatriz)

		Políticas migratórias	“[...] como, naquela altura, as coisas eram mais fáceis para emigrar, dava para a gente fazer a nossa vida lá”. (Martim)
Partida(s) subsequente(s)	Motivação	Fatores económicos	“[...] estive numa empresa [...], cá, durante quase três anos. Só que eram os quinhentos euros, outra vez. [...]”. Eu chatee-me com aquilo e meti carta de despedida. Eu já tinha falado com o [...] meu amigo, já lhe tinha perguntado: «Tens lugar para mim?». Ele disse que sim e eu voltei a sair.” (Tomás) “Não havia aqui muito emprego; não havia, assim, muita coisa a fazer.” (Martim)
		Acompanhamento de familiares	“[Saímos] [...] para o meu marido se tratar.” (Beatriz) “[...] fomos de volta [...], com o intuito de ficar lá, se os pequenos gostassem.” (Beatriz)
		Saída por necessidade	“Chegou o ano de 1998, e o sismo acontece. [...]. Os apoios do governo eram só a portugueses. Como eu era americano, não tive direito a ajuda nenhuma. Fiquei sem carro, que me custou tanto a pagar, fiquei sem casa, fiquei sem nada. [...]. [...] fui a São Miguel, fazer a carta de chamada para a minha mulher, porque eu era americano, e foi tudo aceite.” (Martim)

– Quanto à estada:

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Unidade de contexto
Expetativa	Expetativa inicial e duração efetiva	Sem expetativa	“Não tinha essa definição. Não tínhamos planos, nessa altura. Não sabia como é que ia ser lá.” (Cátia) Quando fui de férias, eu até nunca acreditei que eles iam-me dar o contrato [...]. Mas, como o meu patrão, lá, é muito grande, lá conseguiu arranjar um ano de contrato. Depois, arranjou-me outro e estive lá cinco anos. E não estive mais porque não quis. (Bento)
		Não regressar	“Quando eu fui, nunca pensei em voltar, a não ser de visita, mas o meu marido gostava muito de viver aqui [...]”. (Beatriz)
		Juntar dinheiro e regressar	“Primeiro, custou. Quando cheguei lá, nos primeiros tempos, estava pensando juntar algum dinheiro e vir para trás, porque não estava gostando. [...]”. Depois, começámos a ter os nossos filhos, e pensei: «Onde eu tenho que os criar é aqui». E foi o melhor.” (Afonso)
		Permanecer mais tempo do que a duração efetiva	“A minha ideia era ficar fora dez, quinze anos, guardar um bom dinheiro e voltar. Não fiquei os dez, quinze anos, mas guardei bom dinheiro e voltei.” (Tomás) “Eu arrependi-me de não ter estado mais uns aninhos, [...]”. Se fosse para fazer outra vez, eu penso que a gente teria esperado mais uns aninhos para vir.” (Anabela)

Destino	Motivo	Família	“Ela [a esposa] já vivia na América [...], quando eu fui viver com ela para lá. [...]. Eu tinha muitos tios e primos, que tinham ido para lá em 1959, depois do vulcão.” (Afonso) “Fui ter com irmãos que viviam nos Estados Unidos.” (Cátia) “Eu tinha lá uma irmã há dezoito anos.” (Bento) “Tivemos muita facilidade, porque um irmão do meu pai – ele tinha dois irmãos lá –, responsabilizou-se e, para já, o meu pai tinha aquela parte que podia ir facilmente, como o meu avô era americano; so, não houve dificuldades.” (Beatriz)
		Políticas migratórias favoráveis	“Foi um tio da minha mãe. Naquela altura, era muito fácil ir para a América. Naquela altura, precisava só de um termo de responsabilidade e a pessoa que estava lá fora tinha que ter cinco mil dólares no banco. Era muito fácil. Foram milhares de pessoas, naquela altura.” (Anabela)
		Trabalho	“[...] eles perguntaram se eu queria juntar-me ao barco [...]. Respondi: «Sim, quero».” (Tomás) “Ao nível de trabalho, o meu irmão [...] conseguiu fazer uma carta de trabalho para mim, e ficámos lá a trabalhar.” (Gustavo)
Deslocações subsequentes	Motivo	Condições de vida	“No princípio, fui para uma localidade. Depois, vendemos a casa que tinha e fomos para outra, ainda no mesmo sítio; fomos sempre melhorando, em casa. Depois, fui para outro estado e aí também mudei de casa, mas continuei lá, até regressar ao Faial.” (Afonso)
		Atividade profissional	“Durante um ano e pouco, quase dois anos, estivemos lá. Depois, fomos para outro estado [...], que já é diferente. Estive no mesmo trabalho, para a mesma empresa e tudo. [...]. [...] eles precisavam de duas pessoas que tivessem capacidade de segurar equipas cá em baixo, e ficar à frente das equipas, nós viemos para baixo.” (Gustavo)
Integração	Pessoal	Diferenças geográficas	“Lá, é tudo planície; aqui, é tudo montanhoso.” (Bento)
		Diferenças de meio	“Depois, é a sujidade, muita sujidade, pobreza, misérias e criminalidade nesse sítio. Era um bocado diferente.” (Gustavo)
		Necessidade do mar	“Tentava ir, ao fim de semana, perto do mar. Sentia muita falta do mar.” (Cátia)
	Social	Adaptação ao meio	“[...] eu tive sempre amigas, mesmo que não fossem portuguesas, tinha sempre pessoas que me acolheram.” (Anabela) “[...] a parte social era mais através dos trabalhos que eu tinha. Ia conhecendo pessoas, alguém convidava e íamos aqui e ali, tinha amizades em que saíamos e íamos lanchar fora.” (Beatriz)

		Indiferença	“As pessoas é mais cada um por si. Tínhamos os apartamentos encostados e a gente não conhecia-se. Também acontece aqui, mas não havia aquele: «Oh vizinho, tudo bem?»; não havia aquilo a que somos habituados e que fui habituado aqui.” (Gustavo)
		Habitação / redes de apoio	“[...] fiquei a viver com familiares. Primeiro, vivi com os meus irmãos e, depois, fui viver com os meus sogros.” (Cátia) “Eu estive à volta de dois meses em casa dos primos dos meus primos de cá.” (Daniel) “Ela [a esposa] vivia com os pais e a gente ficou lá, dois anos, a viver com os pais dela. A certa altura, juntei uma coisinha de dinheiro, e comprei uma casa.” (Afonso) “No princípio, fomos para casa de um irmão do meu pai, mas não foi muito tempo. Depois, arranjam trabalho para eles e fomos para uma casa de renda.” (Martim)
		Saúde	“[...] eu nunca estive doente. Quando a minha filha nasceu, claro que fui ao médico, e foi fácil. Nunca tive dificuldades.” (Beatriz) “Como a gente tínhamos seguros, não era caro. [...]. Tínhamos direito ao seguro de saúde, porque era incluído no nosso emprego.” (Cátia) “Ao nível de trabalho, tinha o meu seguro, e não dava para o resto da família.” (Gustavo) “É fácil, mas a gente paga muito dinheiro lá para ter os seguros. Lá, o governo não ajuda nada.” (Anabela)
		Educação	“Eu fui para a escola e claro que, com aquela idade, a gente aprende depressa. Então, eu, com doze, treze anos, comecei a traduzir as coisas para os meus pais.” (Anabela) “Eu perguntei ao meu marido: «Eu gostava de ir para a escola. O que é que pensas?». Ele disse que sim e eu fui.” (Beatriz) Na minha altura, não se encontrava uma pessoa que falasse português, e eu estava já numa escola, tipo de um <i>High School</i>. [...]. Eu não falava nada de inglês, não sabia nada. Aí é que estavam as dificuldades. Aquilo não era nada fácil, porque eu não sabia a língua.” (Martim)
	Cultural	Língua	“A dificuldade foi a língua, mas não levou muito tempo. [...]. No princípio, eu não conhecia nada da língua. Foi por ter ido para a escola da noite, de adultos, logo que chegámos lá, que comecei a aprender a língua.” (Beatriz) “Eu aprendi muito com a televisão e falando com o meu marido em casa; o meu marido falava muito bem inglês. A gente tentava dizer o máximo, para ver se aprendia. [...]. Eu não fui para a escola, mas o contacto das pessoas, a falar, eu acho que ajuda muito.” (Cátia)

			“Com quem a gente trabalhava era com espanhóis e portugueses; havia poucos americanos a trabalhar lá, por isso é que o meu inglês foi sempre atrasado, porque eu sempre trabalhei com portugueses.” (Afonso) “Atendi muitas pessoas, tanto em inglês, como português e como espanhol. Tinha essa vantagem. E era muito engraçado, porque toda a gente me procurava. Eu era a única que falava português e espanhol, [...].” (Cátia) “Tive uma altura em que trabalhava: eu, português; o comandante, americano; o chefe, canadiano; a <i>stewardess</i>, holandesa; a outra <i>stewardess</i>, australiana; outro colega, brasileiro, e o engenheiro, panamiano. Era uma salada russa lá dentro. Eu e o brasileiro, falávamos em português; mas, a nível geral, tinha que ser em inglês.” (Tomás) “Os meus filhos falam muito bem o português. E nós falávamos sempre em português. [...] eles falavam comigo sempre em português. Se falavam os dois, entre eles, era em inglês.” (Afonso) “Depois da minha filha principiar a ir para a escola, principiámos a falar inglês e era muito poucas vezes que falava o português.” (Beatriz) “Quando era com os meus pais, falávamos em português. “Quando veio os meus filhos, começou-se a falar inglês, mas eles todos falam português. [...]. Os meus filhos, todos, falam português; agora, os meus netos, esses, já não falam português.” (Anabela)
		Exclusão	“A gente sentia-se, assim, um bocadinho de fora, porque eu era miúda, as crianças olhavam para a gente, a gente vestia diferente, a gente falava diferente, os nossos costumes eram diferentes.” (Anabela)
		Adesão aos hábitos culturais do local de acolhimento	“[...] o <i>Thanksgiving</i>, a gente começámos logo a fazer e a minha festa favorita é aquela. Também havia lá o dia 4 de julho, fazia-se uma parada muito grande e a gente participava sempre, porque era pertinho.” (Anabela)
		Não adesão aos hábitos do local de acolhimento	“Havia lá um café que tinha salão de baile e a maior parte da gente ia para lá ver o nosso futebol – o Sporting, o Benfica. Era uma casa portuguesa, o nome era <i>Vasco da Gama</i> e era um sítio onde a gente ia-se divertir, porque nos outros cafés era rãguebi, futebol americano, basquete.” (Bento)

	Económica	Melhoria substancial da condição económica	“Para mim, tudo era novo. Não achei falta aqui dos Açores. Se eu saísse de uma casa como esta e fosse morar para uma casa muito pequenina..., mas a gente foi para melhor.” (Anabela) “Por semana, havia semanas que eu tirava dois mil dólares. Também, lá é tudo muito caro. Para mim, não era, porque eu tinha lá as minhas irmãs e não pagava nada. [...]. Mas era muito bom, a gente tinha dinheiro para tudo.” (Bento) “Eu guardei muito dinheiro. Mas, quando comesas a receber as gorjetas, é o que toda a gente faz, ordenado à parte, gorjetas para gastar. [...]. Entrar num nível de vida completamente diferente. Tens capital, é diferente.” (Tomás) “Estava a correr muito bem, na vida económica. Mas, que é da vida social e da vida familiar? Esqueceu; esqueceu completamente. Eu nem dava por isso. O que eu sei é que eu tenho que trabalhar.” (Daniel)
	Profissional	Falta de trabalho	“Senti muito, porque cá, eu trabalhava, [...]. Lá, iam trabalhar e eu ficava em casa. No início, foi muito difícil. [...]. Fiquei um ano, até começar a trabalhar.” (Cátia)
		Trabalho imediato	“Eu cheguei lá e, no mesmo dia, comecei a trabalhar. Nem sequer tive tempo para descansar da viagem. Cheguei à tarde e, eram onze horas da noite, já estava a trabalhar.” (Gustavo) “Trabalhava muito. Tinha muito mais condições do que aqui, mas era muita hora.” (Bento)
		Condições de trabalho precárias	“A gente nunca tirava férias. E eu cheguei, muita vez, a fazer setenta e duas horas, por semana. [...]. Aquilo era um trabalho desgastante. Ganhava-se bem, mas era desgastante. E, lá, trabalhas, ganhas; não trabalhas, não ganhas.” (Martim)
		Boas condições de trabalho em função da qualificação	“Eles pagavam a alimentação, tudo. Também foram eles que pagaram a minha deslocação, a deslocação para lá e duas deslocações por ano para vir a casa, e pagamento de quinze em quinze dias.” (Tomás)
		Redes de apoio institucionais	“Comparado a histórias de outras pessoas, quando eu fui para lá já havia uma grande comunidade portuguesa dentro dos sindicatos, de companhias portuguesas; portanto, foi muito fácil para mim, quando comparado com pessoas que foram para lá nos anos cinquenta e sessenta.” (Daniel)
		Redes de apoio familiares	“Tive empregos bons, às vezes melhores do que muitos que nasciam lá. [...]. [...] eu tinha uma coisa contra os portugueses que lá estavam há muitos anos e que tiravam vantagem dos que saíam daqui sem ter a noção de onde é que se estavam a meter. Esses eram explorados lá, o que não era o nosso caso, porque tínhamos família lá.” (Beatriz)

	Política	Voto em eleições	“Quando estava lá, estava nas eleições e fui votar, que era a minha obrigação.” (Cátia)
	Situação documental	Previamente à partida	O senhor doutor fez-me uma carta [...] para eu ir, por quarenta e cinco dias. Mas, cá dentro, já não havia os quarenta e cinco dias, <i>you know</i> .” (Daniel) “Beneficiámos do visto, em vez do parentesco, mas não era necessário. Se o meu pai tivesse decidido ir e não houvesse essa lei, tínhamos conseguido ir na mesma. [...]. O pai do meu pai era americano; <i>so</i> , ele podia ter saído a qualquer altura.”
		Após chegada	“Eu fui de férias e, depois, o patrão do meu cunhado meteu os papéis para a Imigração.” (Bento)
		Relação com as políticas migratórias	“Fizemos um visto. [...]. E foi fácil. Por exemplo, a gente, agora, se quiser ir para a América, se quiser ficar legal na América, leva anos. Naquela altura, era rápido.” (Anabela)
		Aquisição de nacionalidade	“Adquiri, mal cheguei lá. Tinha direito à nacionalidade americana, através do meu irmão. Fiquei com dupla nacionalidade.” (Cátia) “[...] naquela altura, havia poucos trabalhos e eles estavam a dizer que, quem não tivesse a nacionalidade, não podia trabalhar. [...]. E, então, a gente tirou a nacionalidade, porque naquela altura, a gente teve que renunciar à portuguesa. Depois, mais tarde, a gente pôde tornar a fazer as duas, eu ainda estava lá.” (Anabela)
		Impacto da dupla nacionalidade	“Quando voltei a ter nacionalidade portuguesa, eles perguntaram se eu queria pôr o nome em português ou em inglês, e eu disse que queria pôr em inglês; mas, normalmente, vem sempre o nome em inglês primeiro, porque foram muitos anos a usar o nome em inglês [...].” (Beatriz)
Contacto com a ilha de origem	Contacto à distância	Meios de contacto	“No início, não, porque era por carta, e levava dois, três meses, até saber se a carta tinha chegado ou se vinha de volta. Mais recentemente, o contacto [...] era por telefone, porque eles [os familiares] já tinham telefone.” (Beatriz) “Se eu o deixasse tocar mais, ela atendia e a gente conversava. Se falássemos todos os dias, era uma despesa enorme.” (Beatriz) “A gente utilizava muito o Skype, e ainda hoje, mas dependia da zona, até porque, às vezes, o fuso horário não dava. Eu ligava quando dava.” (Tomás)
		Frequência do contacto	“Todos os fins de semana, eu entrava em contacto com os meus pais, por telefone; sempre, sempre.” (Gustavo) “[...] eu acompanhava sempre: quando ia à padaria, trazia o jornal, via os programas. Mantive-me sempre, mais ou menos, a par do que se estava a passar aqui.” (Daniel)

		Remessas financeiras	“Quando saís daqui, assinas um papel, que és obrigado a mandar um tanto. [...], todos os meses, para casa, que é para não faltar nada.” (Bento)
	Visitas à ilha	Frequência das visitas	“Viemos de visita ao Faial, pela primeira vez, dez anos depois de estar lá [...]. Estivemos cá cerca de dois meses.” (Beatriz) “Vinha de dois em dois anos, porque a minha mãe ainda estava viva, sentia muita saudade dela, e não era só dela, era daqui, da minha ilha.” (Cátia) “[...] eu vinha sempre duas vezes por ano: em agosto, à Semana do Mar, e pelo Natal.” (Bento) “Com os meus pais, eu nunca vim. A primeira vez que eu vim cá, eu estava lá há seis anos. A mãe do meu marido estava aqui. [...]. E a gente vinha vê-los, de quatro em quatro anos, cinco em cinco anos, era conforme as coisas davam. Depois, os filhos cresceram e começámos a vir quase todos os anos.” (Anabela)
		Relação das visitas com o regresso	“Eu estive vinte e tal anos sem cá vir. Eu vim com o meu filho [...]. [...]. Dez dias. Esses dez dias fizeram-me vir para trás. Nesses dez dias, vi aquilo; para mim, aquilo tinha muito valor, que nenhum deles apreciava. E eu acho que devia qualquer coisa à terra, aqui, [...] que, ao fim ao cabo, aquilo que eu sou, tenho a agradecer à minha terra. Depois, fui para trás, mas aquilo ficou sempre cá na cabeça.” (Daniel) “Nunca vim cá. Se viesse, não sei se voltava.” (Daniel)
	Contacto com conterrâneos	Família	“Ao nível familiar, tinha lá o meu irmão, [...]”. (Gustavo)
		Colegas de trabalho	“Quando fui trabalhar [...], já trabalhei com muitos açorianos.” (Gustavo)
		Contacto localizado	“Portugueses, muitos; agora, açorianos, só quando ia visitar os meus tios. [...]. Aquilo ali, é micalenses, terceirenses, tudo.” (Tomás)
	Participação em associações de migrantes / açorianos	Inexistência de participação	“Não. Eu acho que não existia nada disso lá.” (Bento)
		Existência de participação	“[...] tínhamos aqueles clubes portugueses, que a gente tentava procurar onde estavam as nossas raízes.” (Gustavo) “Lá, pertencemos à União Portuguesa Beneficente e os portugueses iam para lá.” (Afonso) “Sim, participava no Clube <i>Amor da Pátria</i>, que tem tido sempre faialenses à frente, e picoenses. E participava numa <i>Chamarrita</i> do Pico.” (Daniel) “Também há lá muitas associações, porque há lá muitas festas do Espírito Santo e da Igreja.” (Daniel)

			“Por exemplo, fazia-se festas para a igreja, pelo Espírito Santo. Lá, na cidade onde eu vivia, até tem duas irmandades muito grandes.” (Anabela)
	Manutenção de hábitos da região de origem	Comemoração de datas festivas nos Açores	“Eu participava nas Festas do Espírito Santo e, no Natal, Carnaval e assim, procurávamos ir para onde se juntavam mais portugueses [...]” (Cátia) “A minha filha foi rainha da festa do Espírito Santo, e íamos a diferentes cidades, em domingos diferentes; todos os domingos, havia festas do Espírito Santo e ela tinha que marchar na parada.” (Beatriz)
		Indiferença	“Com vinte anos, vinte e dois, tu não pensas em tradições [...]. [...] Agora, é totalmente diferente.” (Tomás)
		Diferenças sentidas na forma de assinalar as tradições	“Fui experimentar tradições e costumes de açorianos de outras ilhas açorianas lá, e eu conheço as ilhas todas dos Açores, e não tinham muito a ver com o que eu conheço daqui das ilhas.” (Gustavo)
Avaliação	Aspetos mais marcantes	Agrado ou saudade	“[...] tenho saudades da família, porque tenho lá família; gosto de ir lá, mas não é uma coisa que me atrai, porque a minha vida agora é aqui.” (Cátia) “De lá, faz-me falta as lojas, tem-se mais oportunidade de compra, temos mais facilidade de encontrar mais do que encontramos cá, em todos os aspetos.” (Cátia) “Eu senti a falta das estradas. [...] E a falta de querer caminhar, ir a um sítio diferente, e a gente aqui não tem, estamos limitados.” (Gustavo) “O ordenado. A gente conseguia ter tudo. A gente trabalhava muito, mas a gente via o nosso trabalho, a gente via o lucro. É diferente daqui; aqui a gente trabalha, trabalha e nunca vê nada.” (Bento) “A parte das amizades, faz-me uma falta enorme, porque eles ficam sempre a ser uma parte nossa.” (Beatriz)
		Desagrado	“[...] lá é frio. Nunca gostei do frio, porque eu sou fraco e tinha que andar com muita roupa.” (Daniel) “O frio [risos]. O levantar cedo, com aquele frio, com os carros todos cheios de gelo; a gente tinha que tirar o gelo dos vidros, antes de caminhar para o trabalho.” (Anabela) “Aquela coisa de ter pressa, pressa, pressa.... É uma terra muito agitada. [...] Não há tempo para conviver [...]” (Cátia) “O que me desagradou mais foi o facto de não ter tempo familiar.” (Gustavo) “O ambiente; são muito racistas. Eles não gostavam dos brancos, porque diziam que a gente roubava o trabalho a eles.” (Bento) “Ainda hoje, sinto pena que os Estados Unidos tivessem

			chegado a esse ponto, de não estarem confortáveis em suas casas e de estarem sempre sobressaltados, porque pode acontecer isto e aqueloutro.” (Beatriz)
	Mudanças que migração representou	Melhoria de condições de vida	“[...] valeu muito a pena ter migrado. Eu comprei a casa; eu não tinha nada. Eu comprei a casa barata e depois arranjei tudo. A migração ajudou muito. Foi totalmente diferente.” (Bento) “Eu vejo homens da minha idade que têm os seus trabalhos e estão sempre a trabalhar. [...]. Se eu tivesse vindo para cá mais cedo, quando pensei inicialmente em voltar para trás, estava na posição deles.” (Afonso) “Trouxe-me o que eu tenho hoje: não me preocupo com o dia de amanhã, se vou ter pão para comer; [...]. Isso trouxe-me paz de espírito.” (Beatriz) “Foi muito importante ter migrado, porque, se não tivéssemos saído daqui, eu nunca tinha tido as oportunidades de ter aprendido mais nada, tinha sido uma doméstica.” (Beatriz)
		Interferência na identidade	“Eu tenho a ideia de ser diferente. E, mesmo quando a gente veio de lá para cá, até um certo ponto, depois de estar tantos anos lá fora, a gente sente-se diferente.” (Anabela)
		Acréscimo de capacidades e competências	“Alargar horizontes, experiência de vida muito boa – aprendi coisas que nunca tinha pensado em aprender –, conhecer sítios novos, pessoas, culturas.... Foi um alargar de um monte de coisas: horizontes, estudos. Foi uma ajuda monetária impecável.” (Tomás)

– Quanto ao regresso:

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Unidade de contexto
Circunstâncias	Motivação	Saudades da família	“A saudade. Eu tenho as minhas filhas e disse: «Não, esta mais novinha não vai ficar como a outra. Eu vou ficar aqui».” (Bento) “O meu marido estava sempre com aquela coisa, que queria vir para trás, queria vir para trás, e viemos.” (Anabela)
		Acompanhamento de familiares	“O meu marido ficou sem trabalho, de <i>lay-off</i>, e a minha mãe estava muito mal, estava doente, aqui.” (Anabela) “Os meus sogros ficaram doentes, e nós [...] viemos ver como é que eles estavam. Quando fomos para fora, eles pediram-nos para voltar, para estar com eles. [...]. Depois, surgiu-nos a oportunidade de ter um negócio próprio aqui e, então, tentámos ficar cá e a tomar conta dos meus sogros.” (Cátia) “Foi a minha filha e o marido que decidiram regressar. E estou cá, porque eu não me queria separar da minha família. Se não, sou sincera, esta foi a ilha que me viu nascer, mas eu preferia

			viver nos Estados Unidos.” (Beatriz) “O meu pai estava sozinho. E quando eu voltei agora, [...] foi também para estar com ele.” (Martim)
		Situação estável	“Depois, chegou a uma altura que eu também já estava cansado do meu trabalho, a vida está mais ou menos bem [...].” (Martim)
		Habitação própria na ilha	“[...] e a gente tinha a nossa casa feita, estava aqui fechada [...].” (Martim)
	Decisão individual ou partilhada	Decisão partilhada	“Foi uma decisão dos dois [do casal], claro.” (Cátia) “O meu marido é que queria vir, mas nunca nos irritámos ao ponto de nos zangarmos. Eu só disse: «Eu não quero estar lá. Se eu não gostar, tu prometes que eu não fico lá.»” (Beatriz)
		Decisão individual	“Foi minha.” (Bento)
	Regresso sozinho/acompanhado	Sozinho / Acompanhado	“A casa precisava de uns consertos e eu vim à frente, umas semanas antes, para consertar a casa, para que, quando ela chegasse, pudesse vir direto para a nossa casa.” (Afonso)
	Regresso como planeado ou não	Regresso planeado	“[...] lá, a gente viveu sempre em casa de renda, e eu fiz esta casa aqui a pensar, mais tarde, voltar.” (Martim)
	Permanência de familiares no local de acolhimento	Filhos e netos	“Deixei lá toda a família. Não foi fácil.” (Anabela) “Às vezes não é muito fácil voltar. [...] os meus filhos estão lá fora, a primeira netinha já nasceu.” (Daniel)
Regresso(s) anterior(es)	Motivação	Acompanhamento de familiares	“Foi tudo por minha conta. [...] Para trás, eu estava calçado. Depois, consegui arranjar logo trabalho.” (Bento) “Nunca tive apoios, mas também nunca procurei.” (Gustavo) “Sei que há apoios, para isto e para aquilo, mas não tive necessidade.” (Daniel) “Não tive apoio do Governo Regional, mas socorri-me da banca.” (Cátia) “Se me tivessem dado algum apoio, talvez eu estava cá, não tinha ido e os meus filhos não estavam lá fora. E, se me tivessem dado uma casa, eu estava aí, de certeza; não tinha emigrado.” (Martim)
			“Vim para cá, porque a minha avó teve problemas de saúde, a coisa não estava se pintando muito boa e eu voltei.” (Tomás) “Ele [o marido] trabalhava, mas tinha tempos em que lhe custava. So, pensámos e ele disse: «Porque é que não vamos experimentar os Açores?».” (Beatriz) “[...] o meu marido disse: «Vamos falar com a nossa filha, para ela consultar um médico e ver se existe maneira de eu fazer [tratamento] [...] nos Açores.»” (Beatriz) “A gente ia para ficar. Mas, os meus pais só estiveram oito anos

			e resolveram vir para trás, [...]”. (Martim) “[...] recebi um telefonema dos meus pais. A minha mãe tinha partido uma perna e ele estava sozinho e não podia, e eu decidi vir para cá ajudá-los.” (Martim)
Consequências ao nível individual	Perceção dos ex- migrantes sobre a região de origem antes e após o regresso	Sem evolução	“Estava igual. Não notei diferença nenhuma. Posso ter visto ou uma ou duas obras novas. Também, quando voltei, voltei naquele tempo de crise.” (Bento)
		Com evolução	“A ilha evoluiu muito. Quando eu fui, ainda ninguém tinha os seus carros, nem empregos, toda a gente trabalhava no campo.” (Afonso)
		Autossuficiência	“Notei diferença na ilha. Já se sabe que está tudo muito mais desenvolvido do que quando caminhei, claro. Mas, praticamente, temos tudo aqui, só que com pouca porção.” (Cátia)
		Desenvolvimento social	“Todas as vezes que regressei, notei que a ilha tem evoluído um bocadinho mais. Eu acho que as coisas estão muito diferentes. A mocidade tem uma vida muito melhor do que quando eu me criava; eles têm possibilidades de viver melhor, porque o casal emprega-se, os dois [...]”. (Beatriz)
		Maior dependência	“Achei uma diferença muito grande. Achei que estas pessoas estavam a viver muito à larga, comparado com o que a gente vivia antigamente. [...]. Eu comecei a ver aquilo e disse: “A gente a trabalhar tanto lá fora, e estas pessoas aqui vivem com um subsídio daqui, um subsídio dali..., eles não precisam de trabalhar.” (Anabela) “Uma das coisas que eu senti mais impacto é que eu gosto muito de cultivar e de criar as minhas coisas. [...]. Mas, por exemplo, a semente vem da Terceira, o milho vem de fora e eu fiquei muito admirado; mas foi tudo coisas que eu me ajustei logo a seguir.” (Daniel)
		Diferença nas pessoas	“[...] eu venho com aquela mentalidade dos dezassete anos, quando saí daqui. Eu chego aqui, vejo aquelas pessoas e penso: «É pá, está velha! Não, não está; está da minha idade.” (Daniel)
		Valorização da ilha	“[...] quando regressei, [...] eu chego aqui e digo: «Isto é mesmo verde, pá. Que espetáculo!». A gente dá valor é quando está fora; quando estamos cá, não.” (Tomás)
	Receção pela população residente	Boa receção	“Fui bem-recebida. [...]. Não senti que a gente não tinha sido bem-recebidos. Mas, claro que a gente sente-se sempre um bocadinho fora das coisas.” (Anabela)
		Inveja	“As pessoas viram que a gente tinha feito alguma coisa pela vida e acho que algumas pessoas, aqui, não gostam de ver o bem das pessoas; senti isso nalgumas pessoas. Mas fui muito bem-recebido.” (Gustavo)

		Renitência	“Foi difícil, porque abrimos um negócio e tentámos fazer o máximo de publicidade que pudemos. Foi difícil para as pessoas se entregarem e saberem quem é a pessoa que abriu; é aquela preocupação de saber onde é que a gente esteve, quem é que a gente é. E depois dizem: «Ah, afinal é a pessoa tal».” (Cátia)
Contacto com o(s) local(ais) de acolhimento	Contacto à distância	Contacto com familiares	“Sim, com os filhos, os netos e primos [...]. Usamos sempre o telefone. A minha mulher agora usa internet para falar com a neta; [...] ela fala com os netos e eu também vejo.” (Afonso) “Com a família, tudo o que tem a ver com os computadores, andamos sempre em contacto: <i>Facetime</i>, <i>WhatsApp</i>... Uso pouco o telefone.” (Daniel) “Mantenho contacto com os meus filhos, todos os dias, no <i>Facebook</i> e, às vezes, pelo telefone. Também mantemos contacto com amigos que ficaram lá.” (Martim)
		Acompanhamento da evolução do local de acolhimento	“E, às vezes, vou para a internet, à procura das zonas por onde passei, gosto de ver como é que aquilo está.” (Gustavo)
	Visitas	Sem visitas	“Ainda não. A gente, quando for lá, agora, é de passeio, a casa dos filhos.” (Martim) “Talvez, no futuro. Por agora, não estou a planear ir lá.” (Daniel)
		Visitas pontuais	“Estive lá no ano passado. E já lá tinha ido duas vezes, antes. Agora, não sei quando é que lá volto. [...] Sinto e, ao mesmo tempo, não me sinto lá bem, porque estou lá, mas estou pensando aqui.” (Cátia)
		Visitas regulares	“Tem sido todos os anos. Ficamos três semanas, um mês. Um mês, eu já não gosto, porque começo a pensar que tenho que ir tratar da terra. [...]. Ainda tenho casa lá.” (Afonso)
	Hábitos adquiridos fora da ilha e mantidos após o regresso	Língua	“Não perdi a facilidade de falar português, mas, agora, é mais difícil eu ter uma conversa sem meter o inglês [...].” (Beatriz) “Já aqui, ainda hoje, fala-se muito inglês lá em casa, à conta disso também: para elas [as filhas] não perderem o inglês.” (Gustavo) “[...] ainda, às vezes, tiro apontamentos em inglês. Tudo o que é apontamento de navegação, tenho-os todos em inglês.” (Tomás)
		Método de trabalho	“Acho que a disciplina e a organização, porque isso eram duas coisas importantíssimas [no trabalho] e, nesse aspeto, mantive isso.” (Tomás) “Nas construções que eu vou fazendo na minha casa, na dos meus pais ou dos meus irmãos, trouxe o modo de trabalhar o cimento. [...]. Até trouxe equipamento de lá para poder fazer como se faz lá, [...] e noto que feito daquela forma é bem melhor do que da forma que se faz aqui.” (Gustavo)

		Hábitos gastronómicos	“Tento fazer sempre o meu peru pelo Natal. Há certas coisas diferentes que se fazem lá, em família, que eu tento fazer aqui.” (Cátia)
		Assinalar de datas festivas do local de acolhimento	“Lá, comemorávamos o <i>Thanksgiving</i> , o <i>Fourth of July</i> ... Há coisas que a gente tem lá, que não tem aqui, e há o contrário. A minha mulher, um ano, fez o <i>turkey</i> , como se fazia lá, [...]; mas, a gente não faz muito, porque aquilo não é lembrado aqui.” (Martim)
Impacto do regresso do migrante na ilha de origem	Contribuição para desenvolvimento da região de origem	Social	“Acho que sim, porque a gente está sempre envolvido em iniciativas, com instituições, por exemplo clubes de futebol, damos uniformes, estamos agora com uma campanha de solidariedade, pedem e a gente estamos sempre abertos a ajudar e a colaborar [...]” (Cátia)
		Económico	“Eu acho que sim, porque agora há mais concorrência. Há mais oferta do que havia antes.” (Cátia) “O meu dinheiro da reforma é todo gasto aqui.” (Afonso) “Sim, desde que estou aqui, já gastei uma coisinha de dinheiro, que fica na ilha. Sou mais um habitante, mais uma eletricidade, mais água [...]. Já comprei carro, já temos seguros, isto e aquilo, e eu acho que isso tudo ajuda a ilha.” (Martim) “Talvez ajudar alguma pessoa a ter mais trabalho. Por exemplo, tenho uma pessoa que faz limpeza aqui, pessoas que nos ajudam a limpar os quintais, e coisas assim.” (Anabela) “[...] aprendi muito nos Estados Unidos, na área do meu trabalho, e aplico aqui, porque daquela forma vai ficar melhor e vai facilitar a mão-de-obra a quem está fazendo. Já estão aprendendo muitas coisas que eu ensino da forma como aprendi lá. Já tenho posto algum conhecimento meu em prática, e alguns até já fazem algum trabalho desse género também. Acho que isso, de certa forma, contribui para o desenvolvimento da ilha.” (Gustavo)
		Cultural	“[...] têm aquelas coroas e sopas, tal e qual como se faz aqui. Depois, têm aquelas procissões, com os mordomos e com as crianças todas vestidas a rigor, à moda de lá, com aquelas capas e aquelas coisas todas. [...]. Quando vim de lá para cá, experimentei fazer isso. [...]. As pessoas não quiseram alterar a forma como é feito aqui e eu compreendo, mas, no meu entender, não fazia mal nenhum.” (Gustavo)
	Participação na formulação de políticas públicas regionais migratórias	Não participação	“[...] não tenho contacto com as políticas migratórias.” (Cátia) “Não. Eu não gosto muito de política. Eu voto aqui e faço o que eu posso, mas não sou integrada em nada dessas coisas.” (Anabela) “Não. Nem quero saber nada de política.” (Tomás)

			“Não, não tenho participação, nem voto. Isso, para mim, é tudo igual. Os políticos falam, falam, falam, mas, quando chegam lá acima, é tudo igual, não tem diferença.” (Bento)
	Desempenho de ligação entre os não-migrantes e migrantes	Língua	“Alguém que venha, mesmo no verão, eles chegam e dizem: «Tu falas inglês!», e procuram-nos também por causa disso, porque a gente consegue comunicar com eles das duas maneiras.” (Cátia) “Com todos. E também temos contacto com estrangeiros que são nossos vizinhos. Falamos inglês com eles, e eles ficam satisfeitos, porque também falam inglês. Eles têm dificuldade em falar o português. E se eles precisarem de ajuda, ajudamos. Na nossa área, há muita gente estrangeira.” (Afonso)
		Apoio a não migrantes	“Não digo que desempenho um papel de ligação, mas já me chamaram várias vezes para conversar sobre: «O que é que eu faço? Onde é que devo ir?», para dar opiniões, como conselheiro, talvez; isso já me perguntaram várias vezes, pessoas que querem ir para fora.” (Tomás)
		Defesa de migrantes	Às vezes, eu ouço dizer, até de pessoas que nem sabem que eu estive lá fora, que quem foi para fora e regressou, às vezes, tem a mania. E eu digo: «Oh vocês, não é bem assim. [...]». Eu vejo, assim, às vezes, a necessidade de defender quem esteve lá fora.” (Gustavo)
		Partilha da experiência migratória	“[...] tenho uma cambada nova que vem muito falar comigo e, depois, eles dizem: «Ao fim ao cabo, não é como a gente pensava», [...].” (Daniel)
Avaliação	Reintegração	Pessoal	“Primeiro, eu gosto muito de trabalhar no campo. [...]. Portanto, vim fazer o que gostava de fazer. Lá fora, fazia o que não gostava; quer dizer, adaptei-me a um trabalho lá fora – adaptei-me, até, muito bem –, mas o meu gosto era aqui.” (Afonso) Eu sinto que cheguei à terra prometida, que cá devia voltar, que já estava preparado para mim, <i>you know</i>, regressar à terra-mãe. [...]. Agora, o regresso aqui.... É pá, isto é tudo muito bonito de falar. Há certos momentos que stresso, há certos momentos que choro, não de arrependimento... O amor, o carinho... [silêncio prolongado], os meus filhos estão lá fora, a primeira netinha já nasceu.” (Daniel) “[...] tive muita saudade dos meus filhos. Naquela altura, ainda não havia as internets; havia, mas não era como se usa agora, e custava-me mais essas coisas assim.” (Anabela) “Não me sinto reintegrada. É pena ter que falar do lugar onde nasci desta maneira. Não é negativo, porque é uma ilha maravilhosa e eu gosto muito das paisagens e isso tudo, mas, pessoalmente, não me dá felicidade nenhuma, a não ser a minha família.” (Beatriz)

			“Eu reintegrei-me bem, porque eu gosto muito disto, e sempre gostei muito aqui da ilha. [...]. Lá, é correria para aqui, correria para acolá; às vezes, a gente sai do trabalho aborrecidos e inquietos. Aqui, é tudo mais calmo, mais descansado.” (Martim)
		Social	“No princípio, às vezes, sentia-me um bocadinho deslocada; hoje, não. Hoje, eu tenho muitos amigos, pessoas que são como família, que me apoiam.” (Anabela) “Todas as vezes, o impacto do regresso foi diferente. Esta foi a vez mais difícil, porque estou mais velha, e não foi na minha freguesia. Não conheço pessoas aqui, só talvez meia dúzia delas; conheço poucas pessoas. [...]. (Beatriz) “Se eu me for sentar numa mesa com uma pessoa ou duas da minha idade, eles não têm mais nada com que se entreter senão com a vida desta ou daquela pessoa e, a mim, isso não interessa nada.” (Beatriz) “Não teve nada de especial. A gente chega cá e continua sempre com os mesmos amigos, com as mesmas pessoas. É sempre igual.” (Bento) “Aqui, achei diferença foi esta maneira de ser, esta mornaça e, talvez, eu continuei sempre a fazer da mesma maneira, porque não podia com esta mornaça. Por exemplo, a gente ia a uma repartição e dava-me nervos, as pessoas não se mexiam. Agora, eu já cá estou há dezasseis anos, já me acostumei, mas a gente ficava irritados.” (Anabela) “Aqui, tens um casal que passa grandes dificuldades e que tu podes ajudar: vais fazer um cabaz de Natal – como eu faço, às vezes –, ou fazes isto ou aquilo, e não os conheces sequer. Lá fora, não tens quem faça isso. Por isso, aqui também tem coisas boas.” (Gustavo)
		Económica	“Lá, entras numa loja e tens tudo o que é para a casa. Aqui, senti isso, mas acostumei-me logo. Eu não vou mudar nada, eu é que tenho que me acostumar. E quando eu vim, pensei: «Eu estou a emigrar de um país para outro, tenho é que me acostumar aqui com a terra.” (Daniel)
		Profissional	“Fiquei aqui e tive sorte, arranjei logo um trabalho que, por acaso, eu gosto.” (Bento) “Ao nível de trabalho, quando saímos de lá, estávamos os dois com trabalhos fixos; quando chegámos, estávamos sem trabalho e não tínhamos perspectiva de trabalho cá. Nessa altura, fomos à luta, começámos por baixo, outra vez, até chegarmos onde a gente está. Foi fácil, porque o pessoal também já nos conhecia bem.” (Gustavo) “[...] eu disse: «Se for para trabalhar para os outros, eu não fico», porque eu tinha um trabalho tanto bom, e não ia sair de

			lá assim. Mas surgiu a oportunidade de abrir negócio cá e eu estou muito contente, e estamos cá.” (Cátia)
		Cultural	“[...] se me convidam para ir comer umas sopas de Espírito Santo, eu vou lá comê-las, e ajudo dessa forma.” (Afonso)
		Política	“Gosto de me infiltrar em coisas da ilha e acompanhar, como o aeroporto, a nossa doca, as coisas que estão a passar-se, diferenças políticas. E acompanho as sessões de assembleia municipal, porque quero saber o que se passa na minha ilha.” (Daniel)
	Aspetos mais marcantes	Facilitadores	“Como eu sou de cá, a reintegração foi boa. E eu vinha aqui muitas vezes.” (Cátia) “Talvez a nível de trabalho, a experiência que tinha do meio em que andei, [...], isso, sim, facilitou. E ser de cá.” (Tomás) “A gente ter cá família e ter cá casa, é uma coisa totalmente diferente.” (Bento) “Facilitou-nos o facto de a gente já ter mais algum dinheiro [...]. Começámos a ter uma vida diferente. Eu já não tinha necessidade de trabalhar as doze a quinze horas que trabalhava antes de ir para a América [...].” (Gustavo) “A igreja. Isso foi uma coisa que me fez sentir bastante paz e acolhimento, senti que tinha um lugar.” (Anabela) “Eu não vejo o que é que facilitou.” (Beatriz)
		Dificultadores	“As saudades, as saudades dos filhos, isso é que me dificultou muito. O que valeu foi os <i>iPads</i>, o <i>Facebook</i>.” (Anabela) “Acho que não houve dificuldades.” (Gustavo) “Acho que não, porque eu estou muito ocupada [...]. Talvez sentisse, se aqui estivesse a trabalhar para outros...” (Cátia) “A mim, não foi custoso reintegrar, porque, num aspeto, eu emigrei outra vez; comecei outra vez uma vida nova.” (Daniel)
	Balanço do regresso	Indiferente	“Eu não digo que me arrependo de ter vindo, mas, se tivesse ficado lá, acho que também não me tinha arrependido.” (Gustavo) “Eu gosto de lá e gosto daqui; gosto de estar nas duas bandas. Só que, aqui, fiz isto [a casa] e queria desfrutar uma coisinha disto. Gosto de estar aqui. [...]. Estou no que é meu.” (Martim)

	Positivo	“É positivo, porque eu não estou mal. A paz de espírito é boa. Ao nível social, não; sinto-me muito deslocada. Sinto-me bem, porque tenho a minha filha e os meus netos cá; se não tivesse, não estava cá.” (Beatriz) É positivo. De maneira nenhuma a gente podia estar na América. [...]. Nós somos reformados e viemos para aqui mais cedo; portanto, a reforma que recebo é de lá, não tenho mais nada, e as reformas não são grandes, por isso não dava para a gente viver bem, a gente tinha que poupar muito para poder viver lá.” (Anabela) “É positivo. [...]. Acho que a minha vida aqui é cinco estrelas. Gosto muito de viver aqui, muito mesmo.” (Tomás) “É positivo. Claro que nada é perfeito. Às vezes, dizem-me: «Agora, estás-te consolando». E eu digo: «Um gajo que estiver no paraíso e disser mal, não merece estar lá». [...]. Sinto-me muito bem cá e tenho esse direito.” (Daniel)
	Regresso definitivo ou temporário	Temporário “Não vou agora, porque está fraquinho. Mas, daqui a cinco, seis anos, eles voltam a meter tudo abaixo para fazer de novo, porque é assim que eles trabalham. E vão precisar de gente. Depois, vou estar lá quatro, cinco anos, novamente e volto para trás. [...]. É sempre a mesma coisa: eu vou por um ano e é até deixarem. Até deixarem, eu fico.” (Bento)
		Definitivo “Viemos para cá estar. Já não tenho mais propriedades nos Estados Unidos, vendemos tudo o que tínhamos; so, agora, para ir de volta, eles tinham todos que levantar amarras para eu ir, e eu penso que, com esta idade, vou ficar cá.” (Beatriz) “A gente nunca pode dizer que algo é definitivo. Eu estou pensando em estar cá. Com esta idade, não estou pensando em ir para lá fazer vida e trabalhar; isso está fora de questão. Mas, umas férias, ir lá ver os meus filhos, sim.” (Martim) “Eu só volto a sair, se houver uma doença. A gente lá, tem um <i>insurance medical care</i>, o governo obriga mesmo a ter seguro, tiram dinheiro para o seguro de saúde; portanto, eu tenho que tê-lo lá e estou pagando para ele. Se alguma vez houver complicações, tenho direito, tenho lá as minhas casas, ou, se for preciso, vou para a casa de um filho.” (Afonso) “É definitivo, a não ser que aconteça alguma coisa muito desastrosa, que tenha que sair daqui, por alguma razão. Mas, se não for por isso, não estou pensando sair daqui. Eu posso deixar a miúda no parque e não me chatear. Acho que daqui não saio; estou muito bem aqui.” (Tomás)

Análise das entrevistas aos ex-migrantes duais regressados à ilha do Faial

Por fim, é apresentada a grelha de codificação da análise das entrevistas dos ex-migrantes duais à ilha do Faial, cuja complexidade se acentua pelo facto de ter presente a possibilidade de impactos diferentes, consoante se reporte ao período migratório interno ou internacional destes ex-migrantes, cuja distinção surge contemplada na respetiva grelha de análise:

– Quanto à partida:

Categoria	Subcategoria		Unidade de registo	Unidade de contexto
Pré-partida	Situação na ilha aquando da partida		Inserção no agregado familiar	“Quando saí, tinha dezoito anos, vivia com os meus pais.” (Lídia) “Na altura, era quase impossível fazer-se viagem [...] para a Horta todos os dias, como hoje acontece [...]. [...] o sexto e sétimo anos do liceu estive alojada numa residência de estudantes, na Horta.” (Dulce) “Cá, o meu pai estava dedicado à agricultura e ao gado, [...]. [...], eu tinha três anos [...].” (Elsa)
			Estudo	“Eu era estudante do então chamado Liceu Nacional da Horta, tinha acabado de concluir o sétimo ano [...].” (Rodrigo) “Fiz o equivalente ao décimo segundo ano de agora, na altura era o sétimo ano.” (Lídia)
			Trabalho	“[...] vim trabalhar na construção do aeroporto.” (Duarte) “[...] terminei de dar o ano letivo e, depois, fui [...].” (Jaime)
Circunstâncias da partida	Motivação	Continente	Formação académica de nível superior	“Acabei o liceu e fui [...] seguir estudos.” (Mário) “Já tinha em mente ir estudar” (Lídia)
			Formação e atividade profissional	“[...] requeri para ir para as forças armadas, fiz provas e fui admitido” (Duarte)
			Serviço militar	“[...] fui chamado para o serviço militar [...] e fiz lá a recruta e a especialidade [...].” (Jaime)
			Voluntariedade da saída para o continente	“Eu queria, inquestionavelmente, tirar um curso superior [...]. Eu gostava de viver aqui, gostava de estar aqui, mas tinha perfeita consciência de que no Continente, sob a minha própria tutela, ia poder

				fazer coisas que desejava fazer e que aqui nunca tinha podido fazer.” (Rodrigo)
		Estrangeiro	Acompanhamento de familiares para o estrangeiro	“Deu-se o vulcão dos Capelinhos, e abriram a emigração em massa [...], nessa altura, estavam a chamar também [...] para a área da agricultura, e o meu pai teve possibilidade de ir. [...] nessa altura, fomos todos juntos.” (Elsa)
			Saída por necessidade	“[...] ele [o pai] não via aqui um grande futuro e, depois, como tinha acontecido o vulcão, ele achou que seria bom, porque nós éramos [...] uma família grande [...].” (Elsa)
	Saída sozinho ou acompanhado	Continente	Sozinho	“A primeira vez fui sozinho.” (Dulce) “Ninguém da minha família me acompanhou. Nem tal era então costume.” (Rodrigo)
		Estrangeiro	Acompanhado	“[...] nessa altura, fomos todos juntos [a família]. Mas, nessa altura, foram várias pessoas connosco daqui do Faial, não fomos só nós.” (Elsa)
	Ajuda no momento da partida	Continente	Apoio de familiares	“Para poder ir lá para fora estudar, foi o meu pai que me pagou a viagem e as despesas de instalação [...].” (Rodrigo)
		Estrangeiro	Apoio de familiares	“A minha mulher tinha papéis americanos e eu disse-lhe: «Vamos embora [...]».” (Duarte)
	Partida(s) subsequente(s)	Motivação	Continente	Assistência a familiares “O que mudou mais foi depois, quando a minha filha adoeceu e eu tive de ir [...] novamente.” (Lídia) “[...] foi por causa do meu filho que a gente teve que ir embora. [...] o médico achou que o meu filho devia ir para fora, para ver, realmente, o que era, [...].” (Elsa)
			Formação e atividade profissional	“Eu fui, trabalhei a recibos verdes nessa empresa, [...]. Aproveitei, porque fui aprendendo alguma coisa; também, não ganhava muito, mas era experiência e aprendi. Eu estava a tirar o curso, em pós-laboral, e a trabalhar, em simultâneo.” (Jaime)
		Estrangeiro	Acompanhamento de familiares	“[...] o meu irmão, [...], viu novas hipóteses para o meu pai e disse para voltarmos para lá, porque já tinha um lugar em vista para o meu pai, [...]. O meu pai ficou entusiasmado e decidiu voltar lá.” (Elsa)
			Melhores condições de vida	“[...] naquela altura, houve umas pequenas desavenças e, quando me chateei com isso, disse: «Já não quero estar mais aqui». [...]. Eu até tinha uma boa colocação aqui; portanto, não posso dizer que fui à procura do <i>el dorado</i> , que não foi o caso.

				Mas, naquela altura, também não se ganhava muito [...] e essa também foi umas das razões para sair.” (Duarte)
			Reagrupamento familiar	“Nessa altura, surgiu a hipótese de ele [o marido] ir trabalhar [...]. [...] Ao fim de um ano de o meu marido lá estar, combinámos que iríamos [...]. Ele conseguiu tratar das coisas para eu poder ir.” (Lídia)

– Quanto à estada:

Categoria	Subcategoria		Unidade de registo	Unidade de contexto
Expetativa	Expetativa inicial		Não regressar	“Quando fui a primeira vez, era para ir e nunca mais voltar, porque eu achava que isto era afogueante. A pessoa estava cá fechada na gaiola.” (Lídia)
			Estudar e regressar	“Eu, quando saí do Faial, era para acabar o curso e voltar. [...]. Ainda houve uma tentativa de vir para a Universidade dos Açores, mas isso não se concretizou.” (Mário)
			Sem expetativas	“Eu sempre fui um bocado aventureira e não sabia o que é que me ia acontecer.” (Dulce) “Não tinha nenhum projeto concreto de regresso ao Faial [...]. Agradava-me ter uma vida de ritmo esfusante e sabia que cá não a teria. Mas as coisas foram mudando com o tempo. Penso que isto tem, num certo sentido, algo de biológico.” (Rodrigo)
Destino	Motivo	Continente	Referências	“O meu pai tinha cá um amigo médico, que tinha estudado lá e que tinha dois filhos a estudar também lá e foi ele que aconselhou o meu pai a que eu fosse para essa cidade [...].” (Rodrigo)
		Estrangeiro	Políticas migratórias favoráveis no país de acolhimento	“[...] abriram a emigração em massa para os Estados Unidos e, nessa altura, estavam a chamar também para África, para a área da agricultura, e o meu pai teve possibilidade de ir.” (Elsa)
			Rede familiar de apoio	“A minha mulher tinha papéis americanos e eu disse-lhe: “Vamos embora para a América”. “Ela também tinha lá família.” (Duarte)
			Reagrupamento	“Eu conheci uma pessoa, pela internet; depois, eu tinha um amigo que ia para lá [...], ele convidou-me e eu fui, nessa altura.” (Jaime)

Deslocações subsequentes	Motivo	Continente	Exercício de atividade profissional	“[...] eu fui colocada noutra localidade [...]. Então foi muito complicado, eu não conhecia nada lá para aqueles sítios..., mas tinha que ser. [...]. Na altura, chorei muito, quando fui, mas depois foi ótimo. [...]. Apesar de difícil, a experiência foi muito enriquecedora, pois punha-me em contacto com uma realidade de um país que não imaginava.” (Lídia)
			Necessidades de subsistência	Só depois da Independência é que começou a escassear pão, tínhamos que ir para filas enormes. Como nós quisemos ficar lá, nós tínhamos que ir de madrugada formar fila para conseguir um pãozinho para cada um, ou um quilo de farinha. Depois, começou a escassear essas coisas todas. Isso fez com que a gente, passado pouco tempo, quisesse vir embora.” (Elsa)
		Estrangeiro	Formação profissional	“Tinha mudado para lá transitoriamente a minha residência, apenas para frequentar um curso. Quando o acabei, voltei para as minhas tarefas [...].” (Rodrigo)
			Atividade profissional	“No terceiro ano, [...] fui [...] dar aulas [...] para uma escola [...] e ensinei português. [...], para ajudar a integrar os filhos de emigrantes [...].” (Dulce)
			Serviço militar	“[...] chegámos ao fim do curso e eu fui para a tropa e, depois, fui para o Ultramar.” (Mário)
			Acompanhamento de familiares	“[...] o meu pai resolveu sair daquela quinta e procurar um outro trabalho, mais próximo da cidade, que fosse mais seguro e, para nós, mais próximo da escola [...].” (Elsa)
Integração	Pessoal		Diferenças geográficas	“Eu sempre tive dificuldade de me adaptar a lugares muito grandes.” (Jaime) “Eu pensei: «Como é que eu me vou desenrascar numa cidade tão grande, com tanta casa?». Senti um bocado de pânico, é verdade.” (Dulce)
			Necessidade do mar	“Outra coisa que me custou muito [...] foi a ausência do mar. Aos domingos sentia a necessidade de me meter num comboio, [...] só para ver o mar.” (Rodrigo)

	Social	Continente	Redes de apoio	“Eu tinha uma parente [...] que me foi buscar ao barco.” (Dulce) “Tinha lá duas pessoas que me orientaram, mais ou menos. Eram pessoas que tinham estado aqui, que me conheciam e que sabiam que eu ia [...]” (Mário) “Tinha lá umas pessoas conhecidas do meu pai à espera. [...]. Ficaram de me ir lá esperar ao aeroporto e foi assim que aconteceu. Eu tinha [...] uns primos, um tio, irmão do meu pai, que foi para lá jovem; [...]. [...], mas eu nunca os vi antes, nem eles me tinham visto a mim. Então, depois, também me foram buscar.” (Lídia)
			Amizades	“Passei a fazer amizade e a participar no convívio com colegas da minha e doutras Faculdades, com as mais diversas origens, desde o Minho ao Algarve, passando pelas colónias portuguesas em África e até por países estrangeiros, como o Brasil [...]” (Rodrigo) “Não conhecia nada. Para mim, foi tudo descoberta, de tal maneira que, quando comecei a integrar-me a meio do ano, comecei a pensar: «Realmente, esta vida é tão diferente, que não acho que queira voltar para o Faial».” (Lídia) “Tinha uma vida tão boa lá. Convivia com tanta gente. Eu fiz lá tantas amizades”. (Elsa)
			Habitação	“Nos primeiros meses fiquei numa residencial de umas freiras espanholas e estive aí até abrir um lar, daqueles lares universitários [...]” (Dulce) “[...] eu fui para a casa onde estavam os filhos do amigo do meu pai [...]. No meu segundo ano do Curso mudei-me para uma República, cujo espírito, ambiente e repúblicos me marcaram para o resto da vida.” (Rodrigo) “Não é fácil a pessoa sair daqui e plantar-se num quarto, sem dinheiro. Foi muito difícil. [...]. Mas, eu ainda vivi em casa de umas pessoas amigas, que eram de cá, amigos de infância [...]”. (Mário) “[...] quando casei, mudei-me, do lar, e fui viver para a casa que nós temos agora.” (Lídia) “[...] conseguimos conquistar um pequeno apartamento.” (Dulce) “Como eu tinha os meus sogros a viver no continente, [...] nós fomos para fora.” (Elsa)

			Saúde	“[...] nunca tive problemas.” (Dulce) “Eles disseram-me logo: «A senhora pode ir viver para os Açores novamente, mas o seu filho nunca vai ter saúde».” (Elsa)
			Educação	“[...] a faculdade, para mim, nos primeiros dias que lá entrei, aquilo era muito confuso, era muito grande. E aquilo era muito simples. Mas, para mim, habituado a este liceu...” (Mário) “Seduziam-me, para não dizer que me inebriavam, por exemplo, os debates intermináveis em que tinha a oportunidade de participar, na República ou em cafés, onde ouvia opiniões e análises de docentes universitários.” (Rodrigo)
		Estrangeiro	Apoio institucional	“A ida para o estrangeiro foi apoiada pela missão católica e pelo governo de lá.” (Dulce) “Foram tratados os papéis para a transferência, mas, aqui, não foi dada autorização para a saída; portanto, eu não tive facilidade em ter apoios de deslocações, de colocação lá, ao abrigo da cooperação dos funcionários portugueses [...], que tinham uma série de direitos e eu não tive.” (Lídia) “Gostei muito, porque foi uma experiência riquíssima. [...]. Fiz amizade com camaradas meus provenientes de todos os cantos do mundo.” (Rodrigo) “A gente nunca andou muito envolvidos na sociedade americana. Por exemplo, a nível desportivo, nunca foi cativante, para mim, o futebol deles. [...] participávamos mais ao nível da comunidade açoriana.” (Duarte)
			Habitação / redes de apoio	“Ficámos com os meus sogros, [...]. Vivemos menos de um ano em casa deles e depois mudámos para outra casa, perto deles, na mesma cidade. Depois dessa casa, ainda fomos para outra casa, também nessa cidade, que era do meu irmão, mas ele não vivia.” (Duarte) “Nós temos lá a nossa casa, o nosso carro..., está lá tudo.” (Duarte) “[...], eu fui viver [...] numa casa arrendada. Entretanto, surgiu lá um negócio de uma casa, o preço era bom e comprei a casa [...].” (Jaime)

			Saúde	“Os serviços, eram extremamente bons e, portanto, as pessoas não tinham dificuldades nenhuma de acesso. Era tudo gratuito; desde que a pessoa tivesse um cartão de residente, tinha direito a ter medicamentos de graça.” (Lídia) “O que nos marcou muito lá foi a doença do nosso filho. Se tinha sido aqui, ele não tinha vivido os anos que viveu lá. Isso foi dito lá, pelos médicos.” (Duarte)
			Educação	“Eu comecei a escola lá [...]” (Elsa)
	Cultural	Continente	Gosto por atividades culturais	“Para mim, [...] foi um fascínio, eu seguia tudo.” (Dulce)
		Estrangeiro	Diferenças logísticas	“[...] a forma como nos vestíamos lá era totalmente diferente da de cá.” (Jaime)
			Hábitos gastronómicos	“A comida que eu comia lá era totalmente diferente do que eu como cá.” (Jaime) “No início, os cheiros eram uma coisa que não sabia muito bem definir, era acre-doce, mas aquilo provinha, um pouco, do hábito que as pessoas têm de cozinhar a vapor e, depois, o cheiro percorre os corredores.” (Lídia) “Para sair, havia muita atividade cultural, muitos concertos e nós costumávamos ir.” (Lídia) “[...] eu aprendi muitas coisas [...], porque a população [...] tinha uma cultura completamente diferente da minha. E porque ali há população muito variada [...]. Depois, mostra-nos como se vive noutros países e introduz-se na nossa maneira de ser e pensar.” (Lídia) “Aprendi gastronomia, canções, literatura oral e tradicional, etc. [...], convivi com várias comunidades de portugueses que tinham os seus centros de convívio. Mantínhamos ligação cultural com outras comunidades migrantes residentes na França, na Bélgica, Suíça, etc.” (Dulce)
			Língua	“Embora não fosse necessário, quis aprender a língua [...]” (Rodrigo) “Na rua, nas compras, por gestos e mais tarde já falava para me fazer entender...o mínimo. [...]. Mas nunca fui aprender.” (Lídia) “Ao fim de algum tempo, eu já sabia muitas palavras. Ainda hoje preservo as palavras..., quero

				ver se nunca me esqueço.” (Lídia) “Eu nunca me senti um migrante. Se tivesse estado a falar outra língua...” (Mário)
	Económica	Continente	Sem meios próprios de subsistência	“[...] foi sempre ele [o pai] que me enviou a mensalidade com a qual eu pagava as minhas despesas pessoais e os encargos do meu curso.” (Rodrigo) “[...] o meu pai tinha-me dado um bloco para eu anotar todas as despesas que fazia, para ele ver nas férias. Eu recebia o dinheiro da mensalidade, através da Caixa Geral de Depósitos, ia lá levantar o dinheiro, pagava o lar, e o resto era tudo muito contadinho.” (Lídia)
			Apoio institucional	“Eu só tinha as bolsas que nos davam para alimentação, nos serviços sociais universitários, e comia sempre na cantina.” (Mário)
			Meios próprios	“Quando estabilizei, a minha vida era boa.” (Elsa)
		Estrangeiro	Importância da reforma	“A gente, lá fora, além de ganhar pouco, daquele pouco tinha que restar algum para o banco. [...]. O mais importante de tudo isso foi o sistema de reforma.” (Duarte) “Ainda agora tenho a reforma de lá. [...]. Claro que é pouco, mas tem a ver com o tempo que eu lá fiz.” (Dulce)
	Profissional	Continente	Redes de apoio	“[...] de repente, vamos [...] outra vez, recomeçar tudo, sem trabalho, sem nada, [...]. [...] eu arranjei trabalho lá, numa empresa. [...] uma amiga minha [...]. [...] é que conseguiu trabalho para mim lá.” (Elsa)
			Condições de trabalho precárias	“Eu fui, trabalhei a recibos verdes nessa empresa [...]. Aproveitei, porque fui aprendendo alguma coisa; também, não ganhava muito, mas era experiência e aprendi.” (Jaime)
			Trabalho qualificado	“[...] gostava do trabalho, era aquilo que eu sempre quis fazer... Em termos profissionais, estava bem; nesse aspeto estava bem.” (Lídia)
		Estrangeiro	Elite profissional	“Não tive problemas de maior. Nós tínhamos muitas facilidades. [...], éramos uma elite, porque os portugueses que lá estavam [...]. Eram os portugueses governantes, pessoas com formação superior, que iam ocupar cargos de quadros superiores.” (Lídia)

			Trabalho precário	"O trabalhar, propriamente, era, como eles dizem, <i>bicos</i> ; eu fazia uns trabalhos." (Jaime)
			Condições de trabalho precárias	"[...] cheguei a ter trabalhos de levar duas horas a chegar ao trabalho, e tive um trabalho que demorava quatro horas, para cada lado." (Duarte)
	Política	Continente	Intervenção política	"[...] eu acabei por me dedicar à política a tempo inteiro quando estava à beira de acabar o curso. [...] Na minha atividade política desempenhei diversas funções [...]." (Rodrigo)
		Estrangeiro	Consciência política	"[...] politicamente, eu era o mais evoluído deles todos, porque eu tinha tido a hipótese de estudar naquela escola, onde a associação de estudantes era muito dinâmica [...]." (Mário)
	Situação documental		Permanência irregular	"Fui ficando, até que, depois, saí voluntariamente. E, até, quando saí, como já tinha passado o prazo, [...]. [...] e, quando voltei à polícia [...], eles carimbaram o passaporte, paguei uma coima e foi tranquilo. [...]. Depois disso, nunca mais voltei; não faço ideia como é que será para entrar." (Jaime)
			Situação regular	"Ela [a esposa] teve que ir fazer uma carta de chamada, a São Miguel, para mim e para a nossa filha [...]. Na altura, a minha mulher ainda só tinha a nacionalidade portuguesa, mas tinha o cartão verde, que que dava direito, pelo menos, a trabalhar. E, quando eu cheguei à América, deram-me logo o cartão verde; foi logo na mesma altura." (Duarte)
			Naturalização	"Nós ficámos americanos [...], já lá estávamos há quinze anos. [...] no meu caso, do trabalho, requeriam que tivéssemos papéis americanos, que fossemos nacionalizados." (Duarte)
Contacto com a ilha de origem	Contacto à distância	Continente	Evolução das comunicações	"No início, não havia telefone cá em casa. E não havia muitos telefones na ilha. O mais rápido que nós fazíamos era o telegrama. Depois, passei a manter contacto por telefone. Se calhar, agora, correspondo-me mais do que nessa altura, por causa do <i>e-mail</i> ." (Mário)
			Frequência do contacto	"À medida que as comunicações foram ficando mais fáceis, passei a comunicar com eles [família] menos espaçadamente [...]." (Rodrigo)

		Estrangeiro	Evolução das comunicações	“Naquela altura, ainda havia cartas, mas já foi pouco tempo. A partir daí, começámos a usar o telefone e deixámos de escrever cartas. Estávamos levantados até à uma hora, duas da manhã para ligar, que era mais barato. [...]. [...] não se podia estar a chamar todos os dias, ou todas as semanas.” (Duarte)
			Facilidade de contacto	“Sim, com o Faial, mantinha. Nessa altura, já havia telefone em todo o lado. Lá, já havia telemóveis; na altura, não tínhamos telemóvel. [...]. Além do telefone, havia um fax, nós podíamos facilmente comunicar. (Lídia)
	Visitas à ilha	Continente	Frequência das visitas	“Houve sempre a ligação com a ilha no verão, de férias.” (Dulce) “Eu só vinha a casa uma vez ao ano de férias grandes, não havia dinheiro para andar a ir e voltar como as pessoas hoje fazem.” (Lídia) “Quando eu era estudante, vinha duas vezes por ano. Depois [...]. [...] no verão, vínhamos sempre aí.” (Mário) “[...], eu vinha cá muitas vezes e vinha trabalhar na Biblioteca”. (Mário) “[...] só uma vez por ano, nas férias grandes, [...]. Mais tarde, quando já trabalhava, também vinha cá no Verão, de férias, em regra por 15 dias.” (Rodrigo)
			Relação das visitas com o regresso	“A minha vinda cá em 1994 fez a diferença, talvez por causa da minha idade [...]. Estava, porventura, a ficar mais maduro e a refletir mais em matérias sobre as quais antes não refletia tanto. [...]E lembro-me, porque também foi então que dei por mim, pela primeira vez, a formular de forma consciente a seguinte ideia: «Quando eu puder, é para aqui que quero vir viver, porque é aqui que me sinto bem».” (Rodrigo)
		Estrangeiro	Frequência das visitas	“No princípio, era de cinco em cinco anos. Depois, teve alturas que era de ano a ano, outras que era de dois em dois anos. Em 2007, foi a altura em que eu decidi construir esta casa e, só num ano, vim aqui, talvez, quatro vezes.” (Duarte) “Durante o tempo da tropa, vim aqui dez dias, que era uma licença que nós tínhamos, antes de ir para o Ultramar. Depois, vinha um mês de férias. Quando acabei a comissão, ainda vim aqui passar

				mais um mês.” (Mário) “Os meus filhos vinham passar as férias grandes cá a casa da família, [...]. Nós vínhamos, normalmente, algum tempo cá, ao Faial, e eles regressavam connosco.” (Lídia)
	Contacto com conterrâneos	Continente	Familiares	“Eu tinha em Lisboa uns primos, um tio, irmão do meu pai, que foi para lá jovem; [...]. Passou a ser a minha família quase nuclear; era e ainda são.” (Lídia)
			Desejo ou não de encontro	“Nos primeiros anos, nem nunca quis ver nenhum açoriano. Depois, tive, no curso, e na minha turma, uma colega daqui, do Faial, com quem eu me dei, até para além do fim do curso.” (Lídia) “Por acaso, até cheguei a encontrar lá uma pessoa que conhecia e que estava a estudar lá, na universidade, que era do Pico.” (Jaime) “Quando eu estava na república [...], no meu segundo ano [...], éramos quase todos dos Açores.” (Rodrigo)
		Estrangeiro	Algum contacto	“Estivemos numa zona em que tinha também pessoas [...], que a minha mãe conhecia. [...]. Eu cheguei a conhecer primos lá, na tropa, que depois nos foram procurar, porque estavam relativamente próximos da zona onde nós estávamos, e apareceram lá, à nossa procura.” (Elsa)
			Pouco ou nenhum contacto	“Havia [...] um faialense, que era colega do meu marido, mas bastante mais novo, mas que nós conhecíamos só da rua [...].” (Lídia) “Não me lembro de ter encontrado ninguém dos Açores, a não ser a minha irmã que foi para lá também [...].” (Dulce)
	Participação em associações de migrantes / açorianos	Continente	Não participação	“Não, em nenhum dos sítios por onde passei.” (Jaime)
			Participação	“Às vezes, ia à Casa dos Açores, em Lisboa.” (Dulce) “Enquanto estudei, não ia lá muito. Muito mais recentemente, a Casa dos Açores começou a ter atividade todas as sextas-feiras, ao fim do dia, e houve uma altura em que eu ia lá com alguma regularidade.” (Mário)

	Manutenção de hábitos da região de origem	Estrangeiro	Participação ativa	“[...] convidaram-me para fazer um grupo folclórico, e eu disse: «Sim senhor, vamos a isso». Contactámos aqui o Diretor da Emigração, da altura, e conseguimos fazer o grupo folclórico, que ainda hoje existe. [...]. A parte de vestir o grupo, foi praticamente toda através do Governo Regional. Deu-nos apoios e deu-nos as vestimentas, que são difíceis de adquirir lá fora; tinha que ser através daqui.” (Duarte)
		Continente	Hábitos gastronómicos	“[...] os meus pais mandavam-me encomendas por barco, ou por outras pessoas que fossem muito frequentemente. Mandavam manteiga, mandavam biscoitos, mandavam-me imensas coisas, por barco, encomendas grandes. Até porque nós fazíamos patuscadas no lar com as colegas que traziam coisas de casa.” (Lídia)
			Hábitos culturais	“No domingo de Espírito Santo há um grupo, que até tem aumentado, de pessoas que [...] almoçam juntos, fazem uma espécie de celebração natural e que tem a ver com a ideia do Espírito Santo [...].” (Dulce)
		Estrangeiro	Hábitos gastronómicos	“[...] entretanto, comecei a introduzir alimentação de vários sítios por onde fui passando; já não era, assim, tão essencial a comida de cá”. (Lídia) “[...] a cultura de cá não estava lá enraizada. Só havia lá um casal daqui. De vez em quando, a minha mãe, se tinha muitas saudades, é que fazia as tais sopas. Mas, de resto, cá é que tivemos contacto com essas coisas todas.” (Elsa)
			Hábitos culturais	“Lá vive-se mais o açorianismo, as tradições açorianas do que aqui. [...]. Eu tocava violão aqui e [...] fui convidado por um rapaz para tocar com eles [...] e eu fui tocar violão.” (Duarte)
Avaliação	Aspetos mais marcantes	Continente	Agrado	“[...] passei a fazer uma vida que me agradava plenamente e que me preenchia necessidades culturais, estéticas, ideológicas, afetivas e outras, que no Faial não tinha a possibilidade de satisfazer [...].” (Rodrigo) “A relação com os outros estudantes e com os professores.” (Dulce)

			Desagrado	“[...] o que mais me desagradou foi o trânsito e aquela confusão toda, porque tínhamos que apanhar muitos transportes para ir trabalhar. [...]. E outra coisa, é que as pessoas, lá, não são tão ligadas, porque a maioria das pessoas anda sempre a correr [...]. Lá, a gente não tinha tempo para nada; aqui, o dia parece que é muito longo [...].” (Elsa) “As coisas que me marcaram pela negativa [...] são coisas a que eu poderei chamar sinais dos tempos e que por cá também se manifestam, enquanto expressões de uma mentalidade social dominante cada vez mais caracterizada por um materialismo grosseiro, por um individualismo exacerbado e por um egoísmo feroz, bem como por dar cada vez menos importância a valores.” (Rodrigo) “A única coisa que me desagradava era, a questão dos piropos, quando eu era jovem, e a insegurança, a partir do momento em que começou a haver insegurança [...].” (Lídia)
		Estrangeiro	Agrado	“[...] tenho muitas saudades de tudo o que eu vivi lá. Eu sinto que as minhas raízes são lá.” (Elsa) “[...] agradou-me o baixo custo das coisas, para viver: comprar uma casa, comida, e isso tudo. Mas, atenção, era onde eu vivia, porque nas cidades grandes [...] é difícil, é caro.” (Jaime)
			Desagrado	“[...] a única coisa que me desagradava era a insolência [...], quando nós perguntamos qualquer coisa. Porque [...] são aquele género de pessoa que..., fala-se com eles e, se não lhes interessa, ignoram. E isso, a mim, irrita-me.” (Lídia) “De negativo..., eu acho que é, um bocado, a mentalidade dos [...] que tentam passar a perna às pessoas, tentam sempre tirar algum proveito.” (Jaime)
	Mudanças		Impacto pessoal	“A minha mundivisão, o que eu comecei a ver do mundo foi de uma maneira completamente diferente. [...]. Quando voltei ao Faial, já não ia a mesma pessoa. [...]. Quando regresssei ao Faial, já era uma cidadã do mundo.” (Dulce) “Eu tenho uma visão global de outras sociedades, eu tenho perceção de uma série de coisas, noutras latitudes. [...] tenho uma visão do mundo muito diferente daquela que teria se nunca tivesse saído

			do Faial, sem sombra de dúvida.” (Lídia) “Não sei, se tivesse ficado aqui, se teria tido a oportunidade de conviver com as pessoas com quem convivi lá fora, que me ajudaram a ter uma outra perspetiva do mundo.” (Rodrigo) “A migração valorizou-me no sentido em que eu fiquei mais esperto e mais preparado para a vida, abri os olhos para determinadas coisas e, hoje, acho que estou mais preparado. Agora, em termos profissionais, e isso, não aprendi nada. [...]. Eu acho que não devia ter saído. Foi negativo, para mim. Pelo que aconteceu, se pudesse voltar atrás, não tinha ido, mas pronto.” (Jaime) “Como emigrantes, temos que enfrentar muitas adversidades, que aqui não temos. Porque se nós fôssemos a viver como muitas pessoas vivem aqui, a gente nunca tinha chegado a este nível, nunca tínhamos tido nada. [...]. O que se valoriza, no aspeto da emigração, é a necessidade de sobrevivência. Daí a necessidade de a gente se atirar para qualquer coisa que aparece.” (Duarte) “Eu nunca me senti americano, além de viver lá fora e de gostar de estar lá fora [...].” (Duarte)
		Interferência na identidade	“Eu sou daqui, mas sou emprestada. Sou daqui, mas não sou.” (Elsa)
		Impacto espaço-temporal	“[...] há uma característica, que talvez seja a do migrante: é que, chegamos a uma altura, e não estamos bem em lado nenhum. Lá, vivia com a saudade daqui. E, depois, quando chego aqui, não me sinto bem, porque isto já não é o meu tempo.” (Mário)
		Impacto na família	“Consegui promover os meus filhos, a educação que eu lhes dei, a visão do mundo, tudo o que eles foram, e são.” (Lídia)
		Impacto na comunidade	“Talvez eu sair abriu portas a outros, deu oportunidades a outros. Logo após o vulcão, as pessoas estavam aqui como sardinhas. E, portanto, toda a emigração desta ilha, essa deslocação das pessoas, mesmo que as pessoas possam pensar diferente, mas todas as casas que tinham dez pessoas e foram embora oito, ficaram duas; quer dizer, os poucos que ficaram, ficaram com hipótese de viver um pouco melhor.” (Duarte)

– Quanto ao regresso:

Categoria	Subcategoria		Unidade de registo	Unidade de contexto
Circunstâncias	Motivação	Continente	Apelo da ilha	“O médico que me operou disse à minha mulher que, se eu tivesse juízo, podia ainda viver muitos anos. E essa vertente, mais pragmática, do nosso regresso, também pesou, embora a outra vertente, a do apelo da ilha à parte de mim que cá deixara, tenha sido determinante.” (Rodrigo)
			Qualidade de vida	“[...] eu [...] não tinha objetivo nenhum. Tinha de recentrar a minha cabeça, tinha de descansar, tinha de pensar o que é que ia fazer.” (Lídia)
			Mudança de descendentes para a ilha de origem	“[...] o filho cresceu e pensou vir para aqui. Ele é que decidiu vir; eu ainda tentei demovê-lo. [...]. O nosso regresso e a nossa fixação aqui têm a ver com o facto de o nosso filho estar aqui e com o facto de haver um neto.” (Mário) “Foi o meu filho que fez com que a gente viesse para cá. Foi o facto de o meu filho estar cá e as saudades serem muitas [...], porque não tinha o filho lá. [...]. Eu gostava de lá viver. Em relação ao Faial, eu já não queria vir.” (Elsa)
		Estrangeiro	Melhores condições de vida	“[...] uma das razões porque nós viemos para aqui é porque o sistema de saúde lá é caríssimo, apesar de ser muito bom [...]. [...]; portanto, tínhamos que trabalhar lá, só para viver com o sistema de saúde, porque a reforma só, em si, não dava. A solução seria, como temos aqui a casa, vir para aqui; aqui, eu e a minha mulher podemos estar a viver, não é à grande e à francesa, mas podemos estar a viver em boas condições, sem ter que estar a trabalhar.” (Duarte)
	Assistência a familiares		“[...] agora, a minha mulher está aqui com a sua mãe. Essa também foi uma das razões por que a gente quisemos estar mais tempo cá, porque a mãe dela ainda é viva, e para poder ajudá-la.” (Duarte) “[...] a minha relação pessoal acabou, e foi por isso. [...] o relacionamento não deu certo e eu vim embora.” (Jaime)	
	Decisão individual ou partilhada		Partilhada	“A minha mulher não só nunca se opôs, como sempre apoiou, o meu projeto de regresso.” (Rodrigo) “Devo ser sincera: eu tinha algum receio de

			regressar à ilha, [...]. E, com o marido, foi mais fácil. Sentia-me mais protegida.” (Dulce)
	Regresso como planeado ou não	Continente	Planeado “Foi planeado, porque eu tinha que concorrer para lecionar no Faial.” (Dulce) “[...] já tínhamos um projeto firme do nosso regresso aos Açores. Só não sabíamos ainda qual seria a data concreta em que o poderíamos fazer.” (Rodrigo) “O meu regresso, planeei-o na altura em que o meu filho decidiu vir, porque era preciso fazer as obras para montar o negócio que o meu filho ia desenvolver aqui.” (Mário)
		Estrangeiro	Planeado “Fiz a casa [...], há dez anos. Tínhamos que preparar o terreno. E essa foi uma das razões porque se fez esta casa. A gente só vinha cá passar férias, mas, sem dúvida que fiz esta casa já a pensar no regresso.” (Duarte)
	Regresso sozinho ou acompanhado		Acompanhado “[...] foi, um bocado, puxada por ele [marido] que eu fui para lá.” (Dulce)
	Permanência de familiares no local de acolhimento	Continente	Filhos “Sim. Têm as vidas deles, em termos de trabalho e não só, organizadas [...] no continente.” (Rodrigo) “A minha filha ficou no continente, mas depois apaixonou-se por um faialense e agora vive no Faial [...].” (Dulce)
		Estrangeiro	Filhos “Deixámos lá a nossa filha. Ela não quis regressar, [...]. Ela concorda com nós estarmos cá, mas quando tiver bebés, quer-nos lá.” (Duarte)
	Apoio institucional ao regresso e/ou reintegração	Continente	Meios próprios “Para regressarmos e para podermos recomeçar aqui a nossa vida, designadamente para construirmos uma casa, eu e a minha mulher contámos com os nossos próprios meios.” (Rodrigo)
		Estrangeiro	Apoio público “O único apoio que tive foi da Alfândega. Como viemos para cá a título definitivo, não se pagam as taxas; como emigrantes, temos o direito a isso.” (Duarte)
Regresso(s) anterior(es)	Motivo	Continente	Atividade profissional “Eu queria voltar e, na altura, abre um curso para a Horta [...] e é nessa altura que eu concorro para vir para a Horta [...]. Essa foi a maneira de voltar ao Faial.” (Duarte) “[...] tinha que voltar para cá. Tinha que vir por várias razões: primeiro, porque tinham aberto cá uma vaga para mim [...].” (Lídia)

				“[...] como nós não estávamos a conseguir arranjar trabalho, nem nada, os meus pais começaram a dizer: «Venham para cá, porque aqui, como é um meio mais pequeno, pode ser que vocês tenham mais sorte».” (Elsa)
			Apoio familiar	“Escolhi vir para cá [trabalhar], e vim, [...]. [...] não era porque quisesse voltar, mas tinha o meu bebé pequenino, tinha a minha mãe desejosa de ter o neto pequenino com ela..., e tinha apoio, que era muito importante para mim [...].” (Lídia)
			Cumprimento do objetivo que levou à saída	“Quando terminei o serviço militar, vim para o Faial.” (Jaime)
			Qualidade de vida	“[...] eles, depois, fizeram proposta para eu ficar lá e continuar a trabalhar, mas eu vim para cá. Eu volto sempre para cá. Eu acho que vida como esta aqui não se consegue em lado nenhum.” (Jaime)
		Estrangeiro	Acompanhamento de familiares	“[...] o meu pai teve um grande acidente de trabalho, e esteve muito mal no hospital. A partir daí, fazer aquele tipo de trabalho, custava-lhe imenso. Aí, o meu pai decidiu vir embora.” (Elsa)
			Imposição política	“Quando chegou a altura da transferência [da região administrativa], [...] indicaram uma data para eu vir e eu tive que vir.” (Lídia)
Consequências ao nível individual	Perceção dos ex-migrantes sobre a região de origem antes e após o regresso		Sem evolução	“Já conhecia o sítio, já não havia integração que fosse necessária, [...]. Acho que não..., não houve, assim, grandes diferenças. [...]. E no Faial as coisas mudam muito devagar.” (Lídia) “Achei-a, no essencial, muito semelhante ao que era, o que, aliás, me agrada.” (Rodrigo) “Eu acho que a ilha está estagnada no tempo. [...]. A única coisa que evoluiu desde a primeira vez que eu estive cá, foram as casas. Mas foi o sismo que fez com que houvesse essa mudança, porque senão continuava tudo parado no tempo.” (Elsa)
			Com evolução	“[...] notei aqui muitas coisas diferentes: tinha construções novas, havia lugares que estavam diferentes. E, quando a gente está fora algum tempo, nota-se sempre diferença.” (Jaime) “Está completamente diferente, muito mais desenvolvida, com infraestruturas que até são superiores, acho eu, às necessidades das pessoas. [...]. Agora, qual é o realismo destas condições de vida? Eu tinha sido criado aqui, no Faial, com os

			meus pais, nesta rua. Estas casas eram todas habitadas; isto, agora, está tudo desabitado.” (Mário)
		Dependência de subsídios	“Depois, habituaram-se a esta coisa de terem subsídios para tudo.” (Mário)
		Valorização da ilha	“Acho que há uma coisa diferente: a gente, hoje, vê a beleza da nossa ilha; naquela altura, não se via.” (Duarte)
	Receção pela população residente	Boa receção	“Aqueles que me conheciam, receberam-me muito bem; aqueles que não me conheciam, foram-me indiferentes. A maior parte das pessoas, são novas, para mim.” (Mário) “Fui muito bem acolhida. Não tive problemas absolutamente nenhuns. [...]. As pessoas que me conhecem e que me encontram têm comigo uma relação muito carinhosa.” (Dulce) “As pessoas receberam-me e trataram-me, assim como continuam a tratar-me, muito bem. Acho que no meu regresso o que, no fundo, lhes agrada, é que para elas isso significa que fui mais um que veio para cá e que isso é bom para a terra.” (Rodrigo) “Na primeira vez que a gente veio, fomos muito bem-recebidos, porque os antigos tinham outra mentalidade. [...]. As pessoas do antigo tinham muito bom fundo. As pessoas, hoje em dia, estão com uma mentalidade muito diferente das antigas; as pessoas estão muito egoístas, muito viradas só para si e a quererem prejudicar o outro. Eu tenho sentido isso na pele [...]. Isso tem-me dececionado um bocado, a nível de ter optado por vir para cá.” (Elsa)
Contacto com o(s) local(ais) de acolhimento	Contacto à distância	Familiares	“[...] sim, tenho lá sempre o meu irmão, e tenho outras pessoas, também. Contacto-os por telefone, telemóvel.” (Jaime)
		Contacto regular	“O contacto é diário, por <i>Skype</i> , por <i>WhatsApp</i> , por <i>Viber</i> , é conforme.” (Lídia)
		Contacto frequente em função da evolução das comunicações	“Tenho contacto, sim. Tenho familiares, tenho muitos amigos. Agora, com as novas tecnologias, contacto-os através do <i>Facebook</i> ; estamos a toda a hora a mandar mensagens. Se temos muita saudade, quando a saudade aperta, há um telefonema.” (Elsa)

	Visitas	Continente	Visitas regulares	“[...], pelo menos, de seis em seis meses, vamos [...] e ficamos, normalmente, durante dois a três meses, de cada vez que vamos.” (Mário)	
			Permanência “cá e lá”	“Agora até me desloco ao continente uma vez por ano, ou duas, porque conseguimos conquistar um pequeno apartamento [...]; por isso, normalmente, passo cá o inverno, porque tenho algum receio do tempo aí no Faial, porque tenho receio da humidade: é excessiva.” (Dulce)	
		Estrangeiro	Sem visitas	“Nunca mais lá fui. Não tenho possibilidades de lá ir.” (Elsa)	
			Permanência “cá e lá”	“Temos lá a nossa vida toda montada. [...]. E já fomos lá duas vezes este ano. Estamos cá e lá. [...]. Nós estamos cá e lá, mas mais tempo cá. Não existe tempo definido. Da última vez que fomos, passámos lá um mês, mas, desta vez, vamos passar quatro meses.” (Duarte)	
	Hábitos adquiridos fora da ilha e mantidos após o regresso	Continente	Trabalho intenso	“Talvez o hábito do trabalho intenso. [...]. Sou incapaz de deixar passar muito tempo sem me ocupar com qualquer coisa: ler, escrever, estudar, cozinhar, caçar, pescar, etc.” (Rodrigo)	
			Hábitos gastronómicos	“Trouxe, naturalmente, pratos culinários de lá, principalmente confeccionados com peixe.” (Dulce)	
		Estrangeiro	Hábitos gastronómicos	“Eu gosto muito de comida exótica. Tinha aprendido muitas coisas, conheci muitos ingredientes [...]; portanto, fui buscar influências a vários sítios, e comecei a fazer coisas na cozinha.” (Lídia) “[...] gosto mais da comida de lá do que daqui. Aqui, é só uma coisa ou outra que eu aprecio, mas não é todos os dias.” (Elsa)	
			Comemoração de datas festivas	“Uma das coisas que a gente faz lá e que aqui não fazem é o Dia de Ação de Graças, que é chamado o <i>Thanksgiving</i> , lá fora. Nós, aqui, fazemos. É a nossa tradição. [...]. O meu irmão também é emigrante e juntamo-nos. Nesse dia, há uma coisa que puxa para lá.” (Duarte)	
	Impacto do regresso do migrante na ilha de origem	Contribuição para desenvolvimento da região de origem		Social	“Não, acho que não. Não servi de exemplo para ninguém. Acho que não houve ninguém que tivesse adotado nenhuma atitude minha...; não sei, mas acho que não.” (Lídia) “Como? Uma pessoa tenta fazer qualquer coisa e eles não deixam, ninguém deixa. Não é que não

			haja vontade. Há vontade e ainda há um pouco de forças para isso, mas não vejo como.” (Elsa) “O que eu sinto é quase como se eu também me sentisse na obrigação de dar tudo o que tinha, de dar àquela comunidade aquilo que trazia de novo.” (Dulce)
		Económico	“Não, o meu regresso, não; o regresso do meu filho, sim. Eu posso ter contribuído com as obras para montar o negócio que o meu filho desenvolve aqui. E ele, sim, porque ele faz coisas que mais ninguém faz e é uma alternativa.” (Mário)
		Profissional	“A minha profissão [...] já promove algum desenvolvimento económico, mesmo tendo ficado cá.” (Lídia)
		Cultural	“Quando chegámos ao Faial, criámos uma empresa que fez muitas atividades culturais. [...]. Depois, eu fiz alguns livros de literatura, fizemos exposições de pintura e escultura. Enfim, é um prazer partilhar com os outros o que cada um tem. É sempre um enriquecimento mútuo.” (Dulce) “Nem por isso. Mas procuro, ainda assim, dar o meu, necessariamente modesto, contributo. Cheguei a escrever e a publicar em jornais locais alguns artigos.” (Rodrigo) “Na parte da cultura, eu sou suspeito, porque eu gosto imenso da música [...]. Portanto, nesse aspeto, tento sempre enriquecer, valorizar e tentei fazer força para se fazer um grupinho popular. Lá fora, fundei dois grupos de música popular. Aqui, se a gente der um incentivo aos mais jovens para continuar com a música popular e motivá-los outra vez, pode ser que não venham todos, mas, pelo menos, dois ou três, já vai ser bom.” (Duarte) “Acho que não contribuí para o desenvolvimento da ilha; para o conhecimento dos Açores, acho que sim, [...], com a participação num projeto [...] que disponibiliza informação para o conhecimento dos Açores, ou com livros que escrevi.” (Mário)
		Político	“Não, não tenho tido. A única coisa foi, agora, nestas eleições: participei na lista para a junta de freguesia. Mas, não tenho vida ativa ao nível político, nem estou a pensar ter.” (Duarte)

	Participação na formulação de políticas públicas regionais migratórias	Não participação	“Nunca tivemos problemas sobre isso. Às vezes, quando existem problemas, as pessoas abrem mais os olhos à situação.” (Duarte) “Não, não tive; ou, então, foi uma coisa muito esporádica, muito episódica. No tempo de uma Diretora Regional das Comunidades, houve a ideia de organizar, na <i>net</i>, um sítio de comunidades açorianas, onde pretendiam que as pessoas tornassem públicas coisas que já estavam publicadas – artigos, etc. – ou, então, coisas novas. [...]. Mas isso morreu.” (Mário) “Não estou a par dessa matéria, mas, pelo que conheço das políticas regionais noutras áreas, [...] receio que o que se tenha feito, ou o que se possa vir a fazer nessa matéria seja mais uma vez um trabalho propagandístico e eleitoralista do que um trabalho com efetivos benefícios para os migrantes.” (Rodrigo)
	Desempenho de ligação entre os não-migrantes e migrantes	Sem papel de ligação	“Não desempenho, de todo, qualquer papel com essa função e, tal como vejo as coisas, podendo com isso cometer, porventura, um grave erro, não sinto que esse papel faça falta. [...]. Não sei mesmo se a componente migrante e a componente local estão assim tão separadas... Eu acho que há um grande entrosamento entre elas, com estima, respeito e consideração mútuas.” (Rodrigo)
		Contacto com emigrantes	“Durante o verão, no meu trabalho, tenho muito contacto com emigrantes dos Estados Unidos, e assim.” (Elsa)
		Ligação a emigrantes regressados	“Damo-nos com toda a gente. [...] o meu irmão e alguns vizinhos regressaram. Todos os que são emigrantes e que regressaram, nós temos boas relações com eles.” (Duarte)
		Ajuda a não migrantes	“Nisso, recordo-me de uma situação de um rapaz que foi [...] [à América] e que pediu-me indicações [...], mas nada de relevante.” (Jaime)
		Trabalho com migrantes	“Este livro [...], nós fomos lançá-lo aos Estados Unidos da América e ao Canadá [...]. O livro [...] foi participado por emigrantes que estão nos Estados Unidos da América e no Canadá. Conseguimos

			trazer pessoas de lá que foram falar ao Faial [...] sobre os seus percursos migratórios e eles também participaram no livro.” (Dulce)
Avaliação	Reintegração	Pessoal	“Aqui, não há grande diferença. A única diferença é que não vamos ter o trânsito e que vamos chegar mais cedo a casa, mas temos de tudo; a internet, hoje em dia, é boa, conseguimos estar ligados com o mundo. E, sinceramente, não sinto qualquer limitação.” (Jaime) “A minha vida, efetivamente, não mudou muito em termos de... vida base, os meus hábitos base. [...]. Mas, de resto, a minha profissão obriga-me a ter um determinado comportamento e de fazer sempre um determinado número de coisas semelhante, quer viva aqui, quer viva noutra local.” (Lídia) “Por mim, eu teria ficado lá, [...] [no continente]. Eu gosto muito do Faial, no verão. [...]. Eu não consigo viver, no inverno, aqui. É o clima. O clima deprime-me muito, porque eu fui criada numa terra com muito sol, muito calor, e isto deprime-me muito...; não ver o sol, só chuva, o vento.” (Elsa) “São muito difíceis de definir as razões pelas quais me sinto bem aqui. Mas talvez possa tentar traduzi-las, embora imperfeitamente, na seguinte ideia: reconheço que existe em mim o sentimento de que é aqui, ao Faial, que pertenço.” (Rodrigo) “Eu não sei se pensei que, definitivamente, ia regressar, mas vivi sempre a saudade de regressar, de voltar. Isso aconteceu, porque eu pensava no Faial do meu tempo, e não no Faial de agora. O Faial de agora é muito diferente e tem muito pouco que me diga.” (Mário) “[...] às vezes, eu digo: «Eu sou de cá, mas não me sinto de cá». E sinto-me um bocadinho mesmo excluída. [...]. Eu costumo dizer que só tenho uma costela daqui; o resto, é de lá.” (Elsa)

		Social	“Eu, hoje, sou muito mais fechado aqui do que era quando vivia cá, porque a sociedade, aqui, se tornou muito mais fechada. [...]. Hoje, eu não tenho, de facto, muito relacionamento com outras pessoas daqui, a não ser o relacionamento necessário, ou institucional.” (Mário) “[...] não me sinto deslocada; não sou de conviver todo o dia com as pessoas de cá, porque tenho um método de vida um bocado diferente e gosto muito de preservar a minha..., digamos, a minha intimidade, a minha vida calma e sossegada.” (Lídia) “Às vezes, as pessoas olham: «É o americano». Eu não sou americano, sou português. Mas, isso não me incomoda absolutamente nada.” (Duarte) “Uma outra falta que sinto quer quando estou nos Açores ou quando estou no continente é dos amigos dum lado e do outro. Estou sempre dividida.” (Dulce)
		Económica	“É fácil para pessoas que têm um trabalho fixo, que sabem que chegam ao fim do mês e têm aquele rendimento. Agora, quem está, como eu, a tentar sobreviver, não é fácil.” (Elsa)
		Profissional	“Foi complicado. [...]. Aqui não havia grandes oportunidades e eu, pronto, fui-me virando como pude; fazia uns trabalhos [...] aqui, outros ali. Ainda hoje faço isso [...]” (Jaime) “Comecei com o negócio que tenho atualmente [...]. [...] se eu tivesse um trabalho que me ocupasse, mas como não tenho... E, no inverno, fico muito metida em casa [...]. A única coisa que me ocupa é fazer trabalhos manuais, e pronto.” (Elsa) “[...] apesar de estar reformado, tenho estado e continuo a estar demasiado ocupado – até excessivamente absorvido, devo dizê-lo – a dar a minha ajuda ‘profissional’ a algumas pessoas [...]” (Rodrigo)

		Cultural	“A oferta cultural é tão grande. Nós somos uns privilegiados na ilha do Faial. Temos concertos e peças de teatro interessantíssimos. A biblioteca tem um grupo de leitura [...] e está recheada de bons livros. Enfim, não tem nada a ver com o que era” (Dulce) “Ao nível da integração [...], eu já tentei fazer aqui um grupo de música popular, [...]. Mas, acho que está muito parado. As tradições daqui, estão mais enraizadas lá fora, do que aqui; mas, também, vive-se mais no passado, lá fora.” (Duarte)
		Política	“Não. A gente também desligou-se um bocado da política.” (Elsa) “Eu interesse-me pela política internacional, porque, em casa, foi sempre hábito ouvir falar de política [...] e, portanto, vejo desde os Estados Unidos à América Latina, ao oriente [...].” (Lídia)
	Aspetos mais marcantes	Facilitadores	“O facilitar, terá sido a minha maneira de ser [...]. Se a pessoa tem algum problema de adaptação, se calhar, é mais difícil. Eu não, eu sou facilmente maleável e adapto-me.” (Lídia) “Quando a pessoa está sem vir muitos anos, há um choque à integração. No nosso caso, [...] a gente tem vindo praticamente todos os anos cá, porque temos a nossa família, temos as nossas coisas.” (Duarte) “Ter uma casa, isso é o principal. Quando nós temos a nossa casa, quem manda somos nós e fazemos da maneira que queremos.” (Duarte)
		Dificultadores	“Dificuldade, acho que não senti. Acho que, talvez, o que me custou mais aqui, ao longo do tempo, é ter um inverno tão comprido e cheio de humidade; essa é a maior problemática [...].” (Lídia) “O que nós sentimos mais foi a parte médica. Nós estamos aqui este tempo todo e sempre a pedir para ter um médico de família, e nunca conseguimos; portanto, isto é desgastante.” (Duarte) “[...] a minha reintegração tem sido, e continua a ser, um processo que me tem parecido naturalíssimo, sem quaisquer aspetos penosos, antes pelo contrário.” (Rodrigo)

	Balanço do regresso	Positivo	“Para mim, é positivo. Quando eu estava a trabalhar era diferente. Agora, como me encontro na reforma, a única solução que eu tinha era ir para as barras ou para os clubes, jogar às cartas, ou qualquer coisa do género [...], e acho que aqui estou muito melhor, nesse aspeto.” (Duarte)
		Limitações da ilha	“[...] se é verdade que vim aqui encontrar uma vida mais serena e distendida, não é menos certo que qualquer manifestação aguda da minha doença cardíaca não poderá, em princípio, ser socorrida e tratada como seria se estivesse no continente.” (Rodrigo)
		Indiferença	“Não faço um balanço nem positivo, nem negativo. [...]. Se tivesse vindo mais novo para cá e tivesse reorganizado a minha vida, talvez tivesse alguma opinião sobre isso; mas, não tenho.” (Mário)
		Regresso físico às origens	“Eu, fisicamente, estive fora dos Açores, mas, a minha cabeça esteve sempre nos Açores. [...]. Sou um migrante que não migrou.” (Mário) “Eu sinto que regressei às origens, com uma bagagem muito maior, para poder aguentar viver num sítio tão pequeno, tão pacato, mas que, ao mesmo tempo, me dá paz e tranquilidade. É o sítio [...] onde eu posso rebobinar tudo o que vivi e posso ter sossego e tempo suficiente para fazer algumas coisas que nunca tive tempo de fazer.” (Lídia)
	Regresso definitivo ou temporário	Definitivo	“Uma remigração está totalmente fora das minhas perspetivas. [...]. [...] não se me coloca, sequer como hipótese, a ideia de fazer reverter o processo do meu regresso.” (Rodrigo)
		Vontade de remigrar	“Se tivesse oportunidade, ainda gostava de sair, mas não estou a ver essa perspetiva. [...].” (Elsa)
		Vontade de permanecer na ilha	“Agora, quero paz e sossego e viver, aqui, nas minhas coisas. Quero usufruir aquilo que eu não tive tempo de usufruir antes.... Trabalhei tanto e estive tão ocupada com a profissão, e não havia disponibilidade para uma série de coisas.” (Lídia) “Nesta altura, nada é definitivo. No momento atual, regressarmos [...], para fazermos a vida que

			fazíamos e vir aqui só uma vez por ano, no verão, acho que é pouco provável. Nem a minha mulher aceitaria estar tanto tempo livre do filho e do neto.” (Mário) “Para mim, a intenção é ficar. Eu sempre me senti faialense, nunca me senti americano, nem lisboeta, nem micalense, nem de nenhum desses sítios por onde eu andei. A todo o momento, a gente pensa sempre regressar é cá.” (Duarte)
		Permanência “cá e lá”	“Tenciono manter-me como tem sido: sete meses no Faial e quatro no continente, mais ou menos assim. Sinto necessidade do continente, de vir cá fora, mas o cartão do cidadão, quero mantê-lo sempre aí. Nós sentimos sempre vontade de voltar à ilha, isso é próprio do açoriano.” (Dulce)